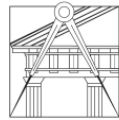




LISBOA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA



FACULDADE DE ARQUITETURA
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Arquitetura e Ética: Dos Fundamentos da Modernidade

Doutoramento em Arquitetura
Especialidade em Teoria e História

Mestre Ana Maria Oliveira Lau Ribeiro

Orientador | Doutor Rui Barreiros Duarte, Professor Catedrático Aposentado,
Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa

Orientador | Doutor Miguel Calado Baptista-Bastos, Professor Auxiliar,
Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa

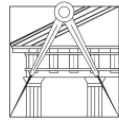
Tese especialmente elaborada para a obtenção do grau de doutor

2020



LISBOA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA



FACULDADE DE ARQUITETURA
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Arquitetura e Ética: Dos Fundamentos da Modernidade

Doutoramento em Arquitetura
Especialidade em Teoria e História

Mestre Ana Maria Oliveira Lau Ribeiro

Presidente do Júri | Doutor Pedro António Alexandre Janeiro,
Professor Auxiliar com Agregação, Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa

Vogal | Doutora Maria de Fátima Nunes Ferreira,
Professora Catedrática, Universidade de Évora

Vogal | Doutora Adriana Conceição Guimarães Veríssimo Serrão,
Professora Associada com Agregação, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Vogal | Doutor Michel Toussaint Alves Pereira,
Professor Auxiliar Jubilado, Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa

Vogal | Doutor Ricardo Manuel Costa Agarez,
Professor Auxiliar, Universidade de Évora

Orientador | Doutor Miguel Calado Baptista-Bastos,
Professor Auxiliar, Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa

Tese especialmente elaborada para a obtenção do grau de doutor

2020

Tese apresentada ao abrigo do Decreto-Lei n.º 65/2018 de 16 de Agosto,
que republica em anexo o Decreto-Lei n.º 74/2006 de 24 de Março.

Agradecimentos

Agradeço aos mestres que me acolheram como aprendiz,
e que me ensinaram que
a liberdade é azul,
a igualdade é branca,
e a fraternidade é vermelha.
In memoriam.

Epígrafe I

O artista é, decerto, o filho da sua época, mas ai dele se for também seu discípulo ou até seu favorito. Que uma divindade benfazeja arranque em tempo o recém-nascido ao seio materno e o amamente com o leite de uma época melhor, deixando-o que atinja a maturidade sob o céu distante da Grécia. Quando se tiver tornado homem volte, figura estrangeira, a seu século; não para alegrá-lo por sua aparição, mas terrível, como filho de Agamémnon, para purificá-lo. Ele tomará a matéria ao presente, decerto, mas tomará de empréstimo a forma de um tempo mais nobre, ou melhor, para além de todo o tempo, da absoluta e imutável unidade do seu ser.

[...]

Ao jovem discípulo da Verdade e da Beleza, que quer saber como pode satisfazer ao nobre impulso em seu peito, apesar de toda a resistência do século, responderei: “Dá ao mundo em que ages a direção do bem, e o ritmo calmo do tempo trará a evolução. Tu lhe terás dado esta direção quando, ensinando, tiveres elevado seus pensamentos até ao necessário e eterno; quando, agindo ou formando, tiveres transformado o necessário e eterno em objeto de seus impulsos. O edifício da ilusão e do arbítrio cairá, terá de cair, já terá caído, tão logo tiveres a certeza de que ele se inclina; é preciso, contudo, que se incline no homem interior e não apenas no exterior. [...] Vive com o teu século, mas não sejas sua criatura; serve os teus contemporâneos, mas naquilo de que carecem, não no que louvam. Partilha com eles do seu castigo com nobre resignação, sem partilhar da sua culpa, e aceita com liberdade o jugo que são incapazes de suportar, tanto pelo peso como pela sua falta. Irás provar-lhes, pelo espírito resoluto com que desprezares a sua felicidade, que não é a tua cobardia que se submete ao seu sofrimento. Pensa-os como deveriam ser quando tens de influir sobre eles, mas pensa-os como são quando és tentado a agir por eles. Procura o seu aplauso através da sua dignidade, mas atribui a sua felicidade à sua falta de valor, e a tua própria nobreza despertará então a deles, ao passo que a sua indignidade não aniquilará os teus fins. A seriedade dos teus princípios afastá-los-á de ti, mas no jogo eles ainda a suportarão; o seu gosto é mais casto do que o seu coração, e é aqui que deves aprisionar o fugitivo amedrontado. Assaltarás em vão as suas máximas, amaldiçoarás em vão os seus atos, mas no seu ócio podes experimentar a tua mão formadora. Escorraça dos seus prazeres o arbítrio, a frivolidade, a brutalidade, e os terás escorraçado impercetivelmente também das suas ações e, finalmente, banido das suas intenções. Onde quer que os encontrares, cerca-os de formas nobres, grandes e cheias de espírito, envolve-os com símbolos da excelência até que a aparência supere a realidade e a arte, a natureza”.

Friedrich Schiller, «Carta IX» in *Sobre a Educação Estética da Humanidade Numa Série de Cartas*, Die Horen, 1795 ¹

¹ In Schiller, Friedrich. 2002. *A Educação Estética do Homem: numa série de cartas*. Tradução de Roberto Schwarz e Márcio Suzuki. São Paulo: Iluminuras.

Resumo

Nos últimos duzentos anos a historiografia da arquitetura alcançou um progresso notável, contudo não existe uma história da arquitetura doméstica que reúna, num todo coerente, as várias arquiteturas – de elite, vernacular e primitiva – narrando a evolução da habitação na Europa. A presente investigação é um contributo para a preparação de uma futura história da arquitetura doméstica na Europa. Na primeira parte, são estudados os preconceitos centrais da cosmovisão europeia, alicerçada na teoria da evolução das espécies, e que são um obstáculo à integração das várias arquiteturas numa só historiografia. Na segunda parte, os preconceitos falsos são ultrapassados, e os preconceitos verdadeiros são integrados com o conhecimento científico atual, nos campos da arqueologia, da genética e da história, para estabelecer o esboço de uma história da habitação europeia até ao final da Idade Média. Neste período a cabana foi o tipo de construção predominante, tendo ocorrido uma transição significativa da cabana comunitária para a cabana unifamiliar, que correspondeu ao início da propriedade privada e, conseqüentemente, da desigualdade entre os seres humanos. Na terceira parte, à habitação primitiva europeia é devolvida a sua dignidade histórica, recordando como foi incorporada na teoria da arquitetura moderna por Laugier, através da correspondência entre a filosofia de Rousseau com o arquétipo da cabana primitiva – símbolo da sociedade gentílica igualitária – e do templo grego, enquanto *cabana de pedra* – símbolo da sociedade democrática. Ao final da experiência hermenêutica, é possível compreender como a cabana primitiva, inserida na tradição do arcadismo, é representação da Idade de Ouro, do tempo em que não existia a desigualdade social, e como a arquitetura do helenismo é representação da luta pela liberdade, pela igualdade e pela fraternidade, por sua vez origem das democracias europeias atuais, e fundamento da Modernidade.

Palavras-Chave

Cabana Primitiva | Arcadismo | Templo Grego | Helenismo Neoclássico

Abstract

In the last two hundred years, the historiography of architecture has reached a remarkable progress, but yet no history of domestic architecture has been made that brings together, in a coherent whole, the several different architectures – elite, vernacular and primitive – narrating the evolution of housing in Europe. The research here presented is a contribution for the preparation of a future history of domestic architecture in Europe. In the first part are studied the central prejudices of the European worldview, based on the theory of evolution of species, which obstructs the integration of the several architectures in a single historiography. In the second part, false prejudices are overcome, and true prejudices are integrated with the current scientific knowledge, in the fields of archeology, genetics and history, to establish a possible outline of a history of European housing until Late Middle Ages. During this period, the hut was the predominant type of construction, and a significant transition occurred from the community hut to the single family hut, which corresponded to the beginning of private property and, consequently, of inequality between human beings. In the third part, primitive European housing is restored to its historical dignity, recalling how it was incorporated into Laugier's theory of modern architecture, through the correspondence between Rousseau's philosophy, the archetype of the primitive hut – symbol of egalitarian gentile society – and the Greek temple, as a *stone hut* – symbol of democratic society. At the end of the hermeneutic experience, it is possible to understand how the primitive hut, as a part of the Arcadian tradition, is a representation of the Golden Age, the time when social inequality did not exist, and how the architecture of Hellenism is a representation of the struggle for freedom, equality and fraternity, which in turn is the origin of modern European democracies, and foundational of Modernity.

Keywords

Primitive Hut | Arcadianism | Greek Temple | Neoclassical Hellenism

Índice Geral

Agradecimentos	vii
Epígrafe I	ix
Resumo.....	xi
Abstract	xiii
Índice Geral	xv
Índice Detalhado	xvii
Preâmbulo: Da Pertinência do Tema	xxi
INTRODUÇÃO	1
PARTE I: DA VISÃO DE MUNDO EUROPEIA.....	13
CAPÍTULO 1: Da Teoria da Evolução	21
CAPÍTULO 2: Do Darwinismo Social	31
CAPÍTULO 3: Da Antropologia Evolucionária	41
CAPÍTULO 4: Do Comunismo Primitivo	73
PARTE II: DA EVOLUÇÃO DA HABITAÇÃO NA EUROPA.....	85
CAPÍTULO 5: Da Habitação do Paleolítico à Idade do Bronze	93
CAPÍTULO 6: Da Habitação na Grécia Antiga e na Idade do Ferro	123
CAPÍTULO 7: Da Habitação na Grã-Bretanha da Idade Média	151
PARTE III: DO ARCADISMO	165
CAPÍTULO 8: Da Origem da Desigualdade Entre os Homens	175
CAPÍTULO 9: De Arcádia e da Cabana Primitiva	201
CAPÍTULO 10: Do Helenismo	215
CONSIDERAÇÕES FINAIS	235
Epígrafe II	239
Bibliografia	241
Fontes das Figuras	257

Índice Detalhado

Agradecimentos	vii
Epígrafe I	ix
Resumo.....	xi
Abstract	xiii
Índice Geral	xv
Índice Detalhado	xvii
Preâmbulo: Da Pertinência do Tema	xxi
INTRODUÇÃO	1
1. Problemática	3
2. Questão de Partida	4
3. Objetivos e Metodologia de Investigação.....	4
4. Estrutura da Tese	12
5. Referências Bibliográficas	12
PARTE I: DA VISÃO DE MUNDO EUROPEIA.....	13
Introdução	15
CAPÍTULO 1: DA TEORIA DA EVOLUÇÃO	21
1. Evolucionismo	21
1.1. Introdução	21
1.2. O debate criação <i>versus</i> evolução.....	21
1.3. A eliminação dos milagres.....	22
1.4. A expansão da escala temporal.....	22
1.5. O conceito de um mundo em mudança	22
1.6. A eliminação do <i>design</i> inteligente	22
1.7. A inclusão do Homem na natureza.....	23
2. Darwinismo.....	23
2.1. Dos antecedentes de Darwin	23
2.2. Uniformitarismo: James Hutton e Charles Lyell	24
2.3. Evolucionismo: Charles Darwin e Thomas Henry Huxley	26
3. Referências Bibliográficas	29
CAPÍTULO 2: DO DARWINISMO SOCIAL	31
1. Da eugenia	31
1.1. Hereditariedade do Génio: Francis Galton	31
2. Do darwinismo social	34
2.1. O organismo social: Herbert Spencer	34
3. Referências Bibliográficas	39

CAPÍTULO 3: DA ANTROPOLOGIA EVOLUCIONÁRIA	41
1. Da cultura primitiva	41
1.1. A evolução da cultura: Edward Burnett Tylor	41
2. Da sociedade antiga	45
2.1. Lewis Henry Morgan: introdução	45
2.2. Do estado selvagem: a família consanguínea e a família punaluana	47
2.3. Do estado de barbárie: a família sindiásmica e a <i>gens</i> iroquesa	48
2.4. Da civilização: a família monogâmica e a <i>gens</i> grega	55
2.5. Da <i>gens</i> romana.....	64
2.6. Dos princípios de liberdade, igualdade e fraternidade	69
3. Referências Bibliográficas	71
CAPÍTULO 4: DO COMUNISMO PRIMITIVO	73
1. Da Origem da família, da propriedade privada e do Estado	73
1.1. Comunismo primitivo, segundo Karl Marx e Friedrich Engels.....	73
2. Da cabana comunitária	80
2.1. A habitação entre os iroqueses: Lewis Henry Morgan	80
3. Referências Bibliográficas	82
PARTE II: DA EVOLUÇÃO DA HABITAÇÃO NA EUROPA	85
Introdução	87
CAPÍTULO 5: DA HABITAÇÃO DO PALEOLÍTICO À IDADE DO BRONZE.....	93
1. Das origens ao Paleolítico	93
1.1. As origens dos europeus modernos.....	93
1.2. Os abrigos temporários paleolíticos	94
2. O Mesolítico.....	95
2.1. A reocupação pós-glacial do Mesolítico	95
2.2. A herança genética do Mesolítico	95
2.3. As cabanas mesolíticas	96
3. O Neolítico Antigo e Médio	97
3.1. A dispersão da agricultura: 8000-5000 a.C.	97
3.2. A marca genética do Neolítico	99
3.3. A habitação neolítica: as primeiras casas	100
3.4. As casas de adobe e taipa do sudeste europeu	101
3.5. As casas de madeira do centro-norte europeu	102
4. O Neolítico Tardio e a Idade do Cobre	104
4.1. A consolidação regional: 5000-2000 a.C.	104
4.2. As casas do Neolítico tardio	105
4.3. As casas da cultura megalítica	107
4.4. As casas da Idade do Cobre	109

5.	A Idade do Bronze	110
5.1.	Bronze Antigo: a língua protoindo-europeia, 3000-1600 a.C.	110
5.2.	Bronze Médio e Recente: o nascimento das elites, 1600-800 a.C.	112
5.3.	O contributo genético da Idade do Bronze	113
5.4.	A habitação na Idade do Bronze	114
5.5.	<i>Longhouse</i> (planta retangular)	115
5.6.	<i>Rondhouse</i> (planta circular).....	116
5.7.	Povoações e fortificações	117
5.8.	Povoações gregas do Neolítico à Idade do Bronze	118
6.	Referências Bibliográficas	120
	Sobre a Pré-História e as Idades dos Metais na Europa	120
	Sobre a genética dos europeus	121
CAPÍTULO 6: DA HABITAÇÃO NA GRÉCIA ANTIGA E NA IDADE DO FERRO.....		123
1.	A Grécia Antiga	123
1.1.	Período Homérico (Idade das Trevas Grega), 1200-800 a.C.	123
1.1.1.	As povoações e a habitação na Idade das Trevas Grega	124
1.2.	Período Arcaico, 800-500 a.C.	125
1.2.1.	O nascimento da <i>polis</i>	125
1.2.2.	A estrutura política e social da <i>polis</i>	127
1.2.3.	O nascimento do templo grego, 800-700 a.C.	128
1.2.4.	Da <i>gens</i> grega e da habitação: o <i>oikos</i>	131
1.2.5.	A colonização grega da Itália (<i>Magna Graecia</i>), 750-550 a.C.	138
2.	A Idade do Ferro	141
2.1.	Períodos Hallstatt (800-480 a.C.) e La Tène (480-59.....	141
2.2.	A sociedade celta: ópidos, as primeiras povoações proto-urbanas	143
2.3.	Da <i>gens</i> celta e da habitação: o <i>sept</i>	146
3.	Referências Bibliográficas	149
CAPÍTULO 7: DA HABITAÇÃO NA GRÃ-BRETANHA DA IDADE MÉDIA		151
1.	Da Província Romana da Britânia	151
1.1.	A romanização da Europa, 59 a.C.-350 d.C.	151
1.2.	A Grã-Bretanha romana	151
1.3.	Da <i>gens</i> romana: a <i>familia</i>	153
1.4.	Da habitação romano-britânica	156
2.	A Habitação Anglo-Saxã	157
2.1.	Contexto histórico	157
2.2.	Dos elementos fundamentais: <i>hall</i> e <i>hearth</i>	158
2.3.	Evolução do <i>hall</i> medieval: <i>parlour</i> e <i>solar</i> (ou <i>chamber</i>)	160

3. A Habitação Normanda.....	162
3.1. O castelo, ou torre de defesa (<i>keep</i>)	162
4. Referências Bibliográficas	164
PARTE III: DO ARCADISMO.....	165
Introdução	167
CAPÍTULO 8: DA ORIGEM DA DESIGUALDADE ENTRE OS HOMENS	175
1. Das Idades do Homem e o Mito de Prometeu	175
1.1. Das Idades do Homem: Hesíodo e Ovídio	175
1.2. O Mito de Prometeu: Platão, Pseudo-Apolodoro e Hesíodo	178
2. Do <i>Discurso</i> sobre a desigualdade entre os homens	180
2.1. Jean-Jacques Rousseau: introdução	180
2.2. Sobre a igualdade entre os homens no estado natural	181
2.3. A origem da desigualdade é a propriedade privada	190
2.4. A consolidação da desigualdade	194
3. Referências Bibliográficas	199
CAPÍTULO 9: DE ARCÁDIA E DA CABANA PRIMITIVA	201
1. Sobre Arcádia	201
1.1. <i>Et in Arcadia ego</i> : Virgílio e Panofsky	201
2. Do Contrato Social: J.-J. Rousseau	206
2.1. As sociedades primitivas	206
2.2. Do contrato social	209
3. Da Cabana Primitiva	210
3.1. Do <i>Ensaio Sobre a Arquitetura</i> : Marc-Antoine Laugier	210
4. Referências Bibliográficas	213
CAPÍTULO 10: DO HELENISMO	215
1. Da Filosofia da Arte	215
1.1. Do Idealismo: Johann Joachim Winckelmann e Platão	215
2. Do belo como símbolo do moralmente-bom	220
2.1. Da Crítica da Faculdade do Juízo Estético: Immanuel Kant.....	220
2.2. Sobre a Educação Estética da Humanidade: Friedrich Schiller	222
2.3. Do helenismo neoclássico e do racionalismo: Étienne-Louis Boullée	226
3. Referências Bibliográficas	234
CONSIDERAÇÕES FINAIS	235
Epígrafe II	239
Bibliografia	241
Fontes das Figuras	257

Preâmbulo

Da Pertinência do Tema

Os anos em que completei o mestrado integrado, e dei início ao doutoramento, foram os mais difíceis da crise financeira. À minha volta, os professores, na sua maioria arquitetos, viram os seus *ateliers* em risco, ou mesmo estagnados, outros perderam o emprego, outros foram compelidos a emigrar. Num só golpe, duas gerações habituadas a uma certa prosperidade, sentiram o seu nível de vida baixar, sofrendo um duro abalo na sua autoestima. Em maior ou menor grau, cada indivíduo foi abalado por sentimentos de insegurança e de medo. Para os alunos que, como eu, estavam a concluir o curso, na expectativa de ingressar no mercado de trabalho, parecia não haver futuro, a não ser emigrar. Mas, ao contrário do que seria o instinto natural de sobrevivência da espécie, não surgiu em momento algum a solidariedade, ou a piedade, que colmatassem o sofrimento, ou que dessem alento para seguir em frente. Muito pelo contrário, a competição tornou-se ainda mais feroz, e a lógica da *lei do mais forte* tomou conta das mentes e dos corações. Assisti entre os alunos a um individualismo extremo, próprio de quem está concentrado na própria sobrevivência, nem que para obter os seus fins seja necessário prejudicar o próximo. Entre os arquitetos, os grandes *ateliers* açambarcaram o escasso volume de trabalho, levando ao encerramento ou à estagnação dos restantes, e em entrevistas televisivas as vedetas incentivaram os jovens arquitetos a emigrar. Aqueles que estavam em idade ativa, manifestaram abertamente o desejo de verem os mais velhos retirarem-se para a reforma, e esforçaram-se por impedir a entrada dos mais novos no seu local de trabalho. Foi uma fase marcada pela falta de compaixão entre as pessoas, na sua vida quotidiana e entre os seus pares, pelo egoísmo levado ao exagero, e pela maneira como cada pessoa revelou estar totalmente centrada em si. A não verbalização, ou a não expressão do sofrimento que foi vivido, provocou um ambiente geral de indiferença, como se o inimigo fosse a pessoa que estava ao lado. É claro que a humanidade sempre viveu em grande dificuldade, e que a violência tem sido sempre uma constante. Mas de uma sociedade que se diz *civilizada* e *superior* a outras, tornou-se evidente que o *rei vai nu* – o progresso económico e tecnológico não se fez acompanhar de avanço emocional ou humano, pelo contrário, a riqueza e a ascensão social despertaram nos cidadãos europeus uma frieza antinatural. E foi com este desfecho infeliz, com este sabor amargo, que chegou ao fim a época do pós-modernismo, e do auge da fantasia neoliberal, deixando um vazio existencial e identitário, consequência de duas ou três décadas de grande ilusão.

Embora o campo da arquitetura tenha sofrido sobremaneira com a crise, porque o impacto neste sector foi direto, era evidente que o mau desempenho ético estava longe de ser um problema específico dos arquitetos, e que o comportamento desumano não seria necessariamente sintoma de

psicopatia individual, por ter sido um fenómeno social, validado pela coletividade, na medida em que não surgiu um movimento de crítica ou de oposição. E quando dei início à investigação de doutoramento, estas questões causavam-me angústia, mas não faziam parte do tema científico. Foi então que me veio parar às mãos, por um acaso feliz da sorte, um livro da autoria de Carlo Strenger, que foi um auxiliar precioso e um momento de viragem. Ao longo do livro, o mal-estar que me acompanhava há algum tempo foi diminuindo, até ter dado lugar a uma certa serenidade. Apercebi-me de que a ansiedade que mais desequilíbrio me provocava era resultado da visão de mundo errada que me tinha sido transmitida ao longo dos anos de formação na faculdade, não através do conteúdo das aulas, mas diretamente pelos professores que viviam de acordo com ela, porque era a cosmovisão predominante das décadas anteriores. Todos aqueles que se adaptaram à globalização, sofreram as consequências da despersonalização, e o impacto da crise apenas acentuou uma perda de autoestima que já vinha sendo gradual. De um modo sucinto, os seres humanos não têm a capacidade para viver à escala global, constantemente comparando-se a outros milhões de indivíduos, pois algures no planeta haverá sempre alguém mais rico, mais belo, mais bem-sucedido, mais famoso, etc. Depois de ter lido o livro, a minha visão de mundo reorganizou-se, e segui os conselhos de Strenger. Tomei consciência dos meus limites individuais, da minha herança cultural, e em vez de os encarar como obstáculos, percebi que eram o meu alicerce, o que me permitia tolerar a ansiedade existencial. Como estava na fase inicial do doutoramento, rapidamente apliquei o conhecimento adquirido à minha investigação, e percebi que seria sensato cruzar a pesquisa que estava a fazer com a problemática humana do meu contexto, e foi assim que surgiu o tema «Arquitetura e Ética», com o intuito de colmatar precisamente a maior lacuna que encontrei. Para meu grande espanto, a inclusão da «ética» causou algumas reações fortes negativas, sobretudo de pessoas com idades entre os trinta e os cinquenta anos aproximadamente, ou seja, precisamente as pessoas em idade ativa. Estas associaram «ética» ao moralismo, à religião e, pior ainda, manifestaram claramente a posição ideológica de que a ética é uma coisa relativa, na medida em que *cada um tem a sua ética*, sendo que nenhuma é universalmente válida, logo nenhum conjunto de valores éticos tem importância. A minha resposta foi sempre simples e direta: cometer genocídios foi uma constante no século XX, e assassinar milhares e milhões de seres humanos a sangue frio *foi, é e sempre será*, um crime contra a humanidade, e os únicos que acham que isto é *relativo*, são os próprios sociopatas que cometem o crime. Tornou-se ainda mais evidente que esta questão não era fruto da minha hipersensibilidade, quando da parte das pessoas mais velhas, a compreensão do tema foi imediata e intuitiva, sendo para elas evidente (e até natural) a preocupação com o tema. Após começar a pesquisar, rapidamente percebi que em épocas anteriores, quando os arquitetos viveram períodos difíceis em termos de sobrevivência, a competição foi igualmente intensa (por vaidade, os arquitetos em geral não são propensos à cooperação entre si), mas os

valores éticos fundamentais não foram nunca abandonados coletivamente, até pelo contrário. E os melhores exemplos são os períodos após a Revolução Francesa e o período entre as duas guerras mundiais, durante os quais os arquitetos passaram por enormes dificuldades financeiras e pessoais, mas essas mesmas dificuldades não geraram perda de humanidade, provocaram antes um movimento de reflexão profunda, uma revisão daquilo que é fundamental. Não significa que se deva romantizar estes períodos, na medida em que o humanismo não se traduziu necessariamente em cooperação ou em entreatada no dia-a-dia, mas manifestou-se claramente num projeto social humanista, de defesa de uma sociedade mais igualitária e justa. Surgiu, então, a segunda parte do tema «Dos Fundamentos da Modernidade», pois compreendi que o essencial da ética na arquitetura se encontra no programa ideológico que serve de fundação à Modernidade (e à arquitetura moderna), sendo suficiente recuperá-lo da memória coletiva, tornando-o presente, para repor o equilíbrio. E esses fundamentos têm raízes no Iluminismo, pois são a defesa dos princípios da Liberdade, da Igualdade, e da Fraternidade. Tal como defende Habermas no seu *Discurso Filosófico da Modernidade*, o Pós-Modernismo pretendeu superar a Modernidade, rejeitando o seu projeto, mas há que questionar se essa pretensa superação não será apenas mais uma forma de contra-iluminismo:

Temos de nos certificar do conceito hegeliano de modernidade para podermos avaliar a razão daqueles que fazem as suas análises partindo de *outras* premissas. Não podemos no entanto afastar a priori a suspeita de que o pensamento pós-moderno está meramente a atribuir a si mesmo uma posição transcendente, quando na realidade permanece dependente dos pressupostos, validados por Hegel, da autocompreensão moderna. Não podemos excluir de antemão a hipótese de que o neo-conservadorismo ou o anarquismo de inspiração estética estejam apenas a tentar mais uma vez, em nome de um adeus à modernidade, revoltar-se contra ela. Pode muito bem ser que eles estejam pura e simplesmente a disfarçar sob a capa do pós-iluminismo a sua cumplicidade com uma venerável tradição do contra-iluminismo.¹

A própria noção de Modernidade atualiza-se a cada momento, ou seja, o Pós-Modernismo enquanto espírito de uma época (*zeitgeist*) é a modernidade do seu tempo, na medida em que o que é moderno é o que é atual, do momento presente. Esta confusão é gerada pela sobrecarga de termos usados. Pois a questão, no fundo, é elementar, como explica Habermas:

Koselleck mostra como a consciência histórica que se exprime no conceito de “tempos modernos” ou de “novos tempos” constituiu uma perspectiva filosófico-histórica: a presentificação reflexiva do lugar onde nos encontramos a partir do horizonte da história no seu todo. O próprio colectivo singular “Histórica”, que em Hegel é já utilizado de forma natural, foi cunhado no século XVIII: “a *Idade Moderna* confere a todo o passado uma qualidade de história universal [...] o diagnóstico dos novos tempos e a análise das eras passadas estão em mútua relação”. A isso corresponde a nova experiência do progredir e da aceleração dos acontecimentos históricos, e também a compreensão da simultaneidade cronológica de desenvolvimentos não simultâneos. É

¹ HABERMAS, 1990: 16.

então que se cria a representação da história como um processo homogêneo gerador de problemas; o tempo passa simultaneamente a ser concebido como um meio escasso para resolver os problemas que vão surgindo, ou seja, passa a ser sentido como pressão do tempo. O espírito da época [Zeitgeist], um dos novos termos que inspiraram Hegel, caracteriza o presente como uma transição que se consome na consciência da aceleração e na expectativa do que há de diferente no futuro: “Não é difícil”, escreve Hegel no prefácio à *Fenomenologia do Espírito*, “ver que o nosso tempo é um tempo de nascimento e de passagem para um novo período. O espírito rompeu com o que era até agora o mundo da sua existência e representação e está a ponto de o afundar no passado, está a operar a sua transfiguração... A frivolidade e o tédio que vão minando o que ainda existe, o vago pressentimento de um desconhecido são prenúncios de que se prepara algo de diferente. Este esboroar gradual... é interrompido pelo nascer do sol que, qual relâmpago, revela de súbito a imagem do mundo novo”.

E porque o mundo novo, o mundo moderno, se distingue do antigo pelo facto de se abrir ao futuro, o começo do novo epocal repete-se e perpetua-se a cada momento do presente, o qual a partir de si gera o que é novo. [...] Um presente que, a partir do horizonte dos “novos tempos”, se compreende a si próprio como a actualidade da época mais recente, tem de assumir, como uma *renovação contínua*, a cisão que esses novos tempos levaram a cabo com o passado.²

Assim, compreende-se que o entusiasmo gerado pelo Iluminismo e pela filosofia de Hegel, uma vez alcançando a sua realização plena na arquitetura moderna, naturalmente seria seguido de uma fase de esmorecimento, e não a sua transcendência, como pretendiam os *pós-modernos*. Pois é de sabedoria antiga que, tal como na tragédia, à *hybris* (o desafio feito aos deuses e ao destino), segue-se o *pathos* (o sofrimento intenso vivido pelo herói), e a *anagnórise* (o reconhecimento de um facto inesperado), que desencadeia o clímax (o ponto máximo do crescendo trágico), do qual resulta a *cathársis* (a reflexão purificadora, que liberta as emoções), e a catástrofe ou catástase (o desfecho trágico). Se considerarmos que a *hybris* foi o programa ideológico do Iluminismo, que se propunha alcançar a sociedade democrática e igualitária, e que o Romantismo do século XIX foi o *pathos* vivido intensamente na expectativa de ver concretizar esse programa, então a mudança profunda do período da Primeira Guerra Mundial terá sido a *anagnórise* que levou ao clímax, que foi a arquitetura moderna. Era evidente que só poderia suceder-lhe uma *cathársis*, uma reflexão purificadora que permitisse a libertação das emoções, e um balanço dos erros cometidos, que foi o Pós-Modernismo. O desfecho, ou catástase, vivido como catástrofe, é a crise inevitável do presente, que anuncia o fim de um ciclo. Apesar de ser uma tragédia, é apenas mais um ciclo na vida da humanidade, e de tal modo é recorrente, que até os gregos antigos de há vinte e cinco séculos lhe reconheceram as etapas e lhes atribuíram nomes e definição. Só a falta de noção da pequenez do ser humano, na sua curta existência, é que leva à exaltação dos ânimos, perante o fim que se aproxima, como um idoso de longa idade a tremer de medo perante a morte inevitável que tem diante de si, por falta de compreensão de que, à sua morte individual, sempre sucede um renascimento e a continuidade, que são as gerações seguintes, garantindo a continuação da espécie.

² HABERMAS, 1990: 17-18.

Não obstante, o Pós-Modernismo alcançou o que mais pretendia, a saber, o corte com a fase tenebrosa dos fascismos e das suas sequelas, tanto culturais como emocionais, à escala coletiva e à escala individual. Mas os fascismos europeus deixaram uma herança terrível: a sua identificação com os símbolos nacionais, as histórias dos povos, e a tradição, quer do povo quer da elite, enfim, toda a cultura ficou contaminada pela propaganda ideológica dos estados totalitários. Às gerações seguintes coube a tarefa de desvincular-se dessa herança, embora pareça que há feridas que só o tempo pode curar. E desta dificuldade nasceu outra, que é a superação do desgosto que os indivíduos em geral sofreram com a humanidade, perante as atrocidades cometidas durante o século XX. Quando a força maior era a luta pela democracia e pela igualdade, eis que os povos aderiram a líderes que os conduziram ao pior que o ser humano pode descer, numa espiral descendente de ódio e de violência. O desencantamento pós-moderno, contudo, em lugar de ter uma expressão nostálgica de regresso à natureza, deu lugar a um hedonismo, ao egoísmo individual, à obsessão pelo consumo, pelo aumento da riqueza e da acumulação da propriedade privada, num crescendo que conduziu ao esgotamento. Se nas últimas décadas se acreditou que a liberdade individual máxima, aliada ao capitalismo *laissez-faire* iria levar à sociedade igualitária, como se fossem guiadas por uma *mão invisível*, a prova está no resultado, de como a competição desenfreada abafou a piedade natural, e criou seres humanos mais próximos dos animais. Deste modo, apesar dos alertas dos filósofos iluministas, bastou uma fase difícil na história dos povos para facilmente se regredir à *lei do mais forte*, que rapidamente origina a dominação e a servidão, e o resultado foi o mesmo de sempre: o aumento da desigualdade entre os homens. Longe de ser um problema novo, a sua resolução foi a base do programa ideológico da Modernidade; e se o mesmo problema persiste, então isso significa que a Modernidade não terminou, na medida em que ainda não concluiu a tarefa que se propunha cumprir.

E se, como diz Hegel, a Modernidade se renova a cada instante, porque se define a partir do momento presente, então o erro reside na perceção da realidade. Pois a consciência histórica é o resultado da consciência de que existe um percurso já percorrido, e ainda mais a percorrer; e que, se o que já foi percorrido tem um sentido, a isso dá-se o nome de evolução e de progresso. Contudo, a noção de *progresso* traz consigo uma armadilha, na qual caíram os pós-modernos, que é a de acreditar que o momento histórico presente é o culminar de um longo processo de evolução, logo tudo o que foi alcançado é um apogeu, o melhor possível, e – o passo fatal nesta linha de raciocínio – de que nada mais há a fazer. O que os últimos duzentos anos demonstraram foi precisamente o quão dúbia é esta conclusão, pois o progresso de alguns é sempre à custa do prejuízo da maioria. E se, no final das contas, a desigualdade entre os homens se mantém em proporção, então a noção de progresso é, no mínimo, posta em causa. É de bom senso que, no geral, as democracias alcançadas na Europa são um resultado feliz do projeto do Iluminismo, mas as duras penas sofridas para chegar

a algo que deveria ser elementar, revela quão frágeis são as suas fundações. É, portanto, essencial recuperar o projeto da Modernidade, cujos fundamentos remontam ao Iluminismo, pois é um projeto que não está concluído, necessita ser continuado.

O livro que provocou a mudança, acima referido, é *O Medo da Insignificância: Como dar sentido às nossas vidas no Século XXI*, de Carlo Strenger, psicólogo e filósofo. Nesta obra, o autor faz um balanço do período entre 1988 e 2008, sensivelmente, um período a que chamou a *era do bezerro de ouro*, marcado pela transformação das ideias, dos sistemas de crença, e do *eu* individual, em mercadoria. Começa por referir que o ser humano, durante a sua história evolutiva, deu um passo que o tornou distinto dos outros animais, que foi a aquisição da noção de morte, tomando consciência da sua própria finitude, de que todos um dia vão morrer. Daí resulta que todos precisam sentir que vivem vidas que têm importância. Strenger, enquanto existencialista, retoma a filosofia de Heidegger, e aponta que o *Dasein* (o “ser aí”, a existência humana) está *perante o nada*, o que está relacionado com dois aspetos: *os seres humanos, consciente ou inconscientemente, fazem escolhas a todo o momento*, e *a existência humana caracteriza-se pela consciência de ser finita*. Da consciência da finitude e da liberdade surge a ansiedade existencial, tão difícil de suportar que os seres humanos optam por viver num estado quase permanente de inautenticidade, vivendo *como se não existissem escolhas, como se o costume, as normas sociais, as expectativas e a opinião determinassem completamente o modo como vivemos*. Strenger segue também as pisadas do antropólogo Ernest Becker, afirmando que partilhamos com os outros animais o terror da morte, mas a evolução da espécie humana gerou a situação difícil de suportar, que é o conhecimento da própria morte, um conhecimento que não se pode evitar. Negar a morte é uma das motivações mais fortes da espécie humana.

Para tornar suportável a ansiedade perante o terror da morte, surgem as visões de mundo (ou cosmovisões), que dão sentido e transmitem uma finalidade, proporcionando a cada indivíduo um modo de estar no mundo, e de organizar a sua vida. O sentimento de pertença a um grupo que tem significado – seja pela religião, pela nacionalidade, ou pela etnia –, dá proteção e reforça a autoestima. A psicologia existencial baseou-se em Becker para defender a tese de que, só um animal que tem noção de que a sua existência é limitada no tempo, pode questionar se a sua vida vale a pena ser vivida, e *se a sua vida como um todo é boa, corajosa e bem-sucedida*. Ao final, os seres humanos *investem uma grande quantidade de energia a negar a própria morte, e a negação da morte constitui uma das motivações mais fortes da psique humana: não somos verdadeiramente capazes de aceitar que vamos morrer*.³

Perante o terror da mortalidade, existem três fatores que ajudam a ultrapassá-lo: as ligações emocionalmente significativas aos cônjuges, pais, filhos e amigos; uma visão de mundo que permite

³ STRENGER, 2015: 21-25.

uma compreensão do mundo e do lugar que cada um de nós tem nele, dando-nos sentido; e a autoestima, que é gerada nas relações mais próximas, da sensação de estar a viver uma vida com sentido, e da perceção de qual o seu lugar no mundo. É neste contexto que surge a necessidade de heroísmo, a crença na *imortalidade simbólica* – acreditar que alcançando a fama e a notabilidade, para assim ficar na história, a morte física inevitável é ultrapassada. Neste caso, a morte física até pode ser antecipada ou desejada, como no caso de heróis de guerra, ou de mártires que se sacrificam voluntariamente. E assim o medo da morte dá lugar à luta pela imortalização, dando sentido e acalmando a angústia existencial. Este mecanismo de sobrevivência, tão antigo na humanidade, tem a sua expressão atual no culto das celebridades. Embora as celebridades contemporâneas sejam mundanas, em comparação com as da Antiguidade, estão igualmente revestidas de poderes especiais, e desempenham as funções sociais que outrora eram desempenhadas pela religião. Os deuses antigos deram lugar aos santos cristãos, e agora às celebridades. Do mesmo modo, no final do século XVIII, com o Romantismo, quando a arte tomou o lugar da religião, nasceu o culto do génio, dotando os artistas da mesma aura mágica, como seres especiais capazes de criar algo a partir do nada, e como *Deus criou o mundo*, então o criador artístico tornou-se quase divino. A criação do génio – a obra de arte original – tornou-se objeto de culto para as pessoas de cultura, como as relíquias dos santos o tinham sido, e continuavam a ser, para a população crente. A ligação ao transcendente – por ser um deus do Olimpo, um santo escolhido por Deus, ou um criador como Deus – foi substituída, nos nossos dias, pela admiração das massas, pela qualidade mágica de ser conhecido por muitos, através da web e da televisão. Já nem é necessário realizar algum feito extraordinário, como roubar o fogo aos deuses, ou realizar milagres, ou criar uma obra de arte; a celebridade pode ser famosa simplesmente por ser conhecida. A lista dos mais célebres é ocupada maioritariamente por pessoas do desporto, pelas suas realizações desportivas, da indústria do entretenimento, pela sua beleza e pelo seu carisma, ou por serem detentores das maiores fortunas. Os políticos, os militares, os cientistas e os escritores, tornaram-se sempre celebridades por algum feito notável, e as suas vidas constituem uma narrativa interessante. Mas a celebridade atual é fruto da quantificação, pois são famosas na direta proporção em que são capazes de gerar fãs e seguidores nas redes sociais, e são alvo de atenção dos jornais, das revistas, da televisão e dos *sites* da internet na medida em que despertam a curiosidade dos consumidores. E a celebridade é seguida atentamente pelos consumidores, porque a celebridade representa a *fantasia de sermos amados por aquilo que somos*. É mais fácil as pessoas identificarem-se com quem é um mortal vulgar, e os *reality shows* usam esse fenómeno para transformar pessoas comuns em semideuses. A indústria do entretenimento (o sistema do *infotainment*) e as campanhas de publicidade, nas últimas décadas, exploraram habilmente esta necessidade humana, alimentando a fantasia de que qualquer um poderia ser uma celebridade, bastava querer e agir – como nos *slogans* publicitários da célebre

marca desportiva: «Just Do It!» e «Torna-te uma lenda». A intenção da publicidade é fazer com que, ao adquirir o calçado, o vestuário, ou o produto apresentado pelas celebridades que figuram nos anúncios, as pessoas anónimas sintam que o seu eu insípido, e o seu talento medíocre, estão magicamente ligados àqueles que atingiram a fama e a riqueza.⁴

A cultura de «torna-te uma lenda» parece ter um aspeto positivo, que é o incentivo a lutar, a querer melhorar as suas próprias condições de vida, não perdendo a capacidade de sonhar. Mas na realidade, a fama só é acessível a muito poucos, e é precisamente o ser reservada a uma minoria que a torna tão especial. Na prática, a esmagadora maioria das pessoas não vai nunca ser uma celebridade, nem alcançar a imortalidade, nem a riqueza. Isto significa, que estão constantemente pressionadas para serem algo inalcançável, e a constante comparação com aqueles que são célebres provoca um dano profundo na sua autoestima. Perante o objetivo de «tornar-se uma lenda», *não vale a pena investir num objetivo tão limitado como ter uma boa carreira e viver uma vida com sentido à escala terrena*, porque procurar menos do que a imortalidade e a fama é *procurar a mediocridade*. Outro fator negativo da fantasia do *just do it* é a mensagem de que *não há limites*, que é falsa. Chegar ao topo numa profissão não é apenas uma questão de talento, de coragem, de carácter ou de força de vontade; têm muito peso as circunstâncias do nascimento, as relações familiares, a coincidência de encontrar a pessoa certa no momento certo, e a pura sorte. Os estudos indicam que a mobilidade social nos Estados Unidos da América no começo do século XXI é muito inferior àquela que existia no início do século XX. Ou seja, o acesso à classe média é hoje ainda mais restrito que há cem anos. O principal fator foi o encarecimento do ensino superior, pois a formação superior é determinante para obter melhor salário. Os escalões superiores são recrutados nas universidades de elite, o que cria uma rede de relações mais fechado de acesso aos altos cargos em empresas e no governo. Estatisticamente, a classe alta constitui hoje 0,5% da população nos países desenvolvidos, enquanto os restantes 99,5% vivem de acordo com um sistema global de *rating* que valoriza, como objetivo máximo na vida, as realizações dos 0,5% que estão no topo.

A impossibilidade de alcançar a fama, e a constante comparação através dos meios de comunicação social com aqueles que pertencem à elite, provocam no *Homo globalis* de hoje a sensação de que não consegue alcançar reconhecimento social suficiente para ter autoestima. E uma vez que a autoestima é uma das defesas eficazes contra o medo da mortalidade, quando esta está ameaçada, a angústia existencial aumenta. O desenvolvimento da autoestima começa na primeira infância, quando o bebé está dependente do cuidado dos adultos, e esse cuidado que é uma expressão de amor transmite ao bebé um sentimento de segurança, perante os perigos do mundo. Quando cresce, a criança alarga o seu quadro de referência, e o *feedback* positivo recebido estende-se à escola, aos professores, aos colegas de turma, mais tarde a alguma organização juvenil, e aos

⁴ STRENGER, 2015: 56-68.

professores e colegas na faculdade. Em adulto, estende-se ao reconhecimento social, pelo sucesso profissional, e pelas relações pessoais. Deste desenvolvimento decorre que a autoestima tem um elemento comparativo essencial; todos os grupos de animais estão organizados por hierarquias, e os seres humanos estão biologicamente programados para tentar subir o mais possível nessa hierarquia, o que significa acesso aos recursos, e a disposição natural para lutar pelo domínio e para desafiar adversários. Os mamíferos têm também uma *válvula de segurança* que evita que a luta pela supremacia (sobretudo física entre os não humanos) seja letal. Quando um macho perde a luta para ser o macho alfa no grupo, no seu corpo ocorre uma quebra acentuada da testosterona e da serotonina, as hormonas que regulam a autoestima, a agressão e o estado de espírito. O resultado é uma prostração física, um estado depressivo transitório, desânimo e o conhecimento de que é preciso desistir, que se traduzem em linguagem corporal. Nas civilizações mais avançadas, a comparação já não é direta contra um adversário concreto, é perante toda uma cultura. Pela televisão e pela internet, o *Homo globalis* está em contacto com todo o planeta, a informação circula em tempo real, e é impossível ignorar que a sua identidade cultural, o seu modo de vida, ou a sua religião são apenas mais um sistema de crenças válido, entre outros. Para os gregos antigos o único quadro de referência para a sua autoestima era a Grécia; para o comerciante holandês do século XVII, que conhecia minimamente o mundo porque importava artigos de toda a parte para a Europa, o quadro de referência era a cristandade, e a sua autoestima dependia do *feedback* positivo das pessoas com quem se relacionava diretamente, no quotidiano e nos negócios. Mas para o *Homo globalis* de hoje o quadro de referência já não pode ser a nacionalidade, a cultura, ou a religião, porque o capitalismo global diluiu as fronteiras e colocou todos os povos em comparação direta. Para criar um quadro de referência, surgiu a quantificação de *tudo*, e *tudo* se transformou num número, através de sistemas de *ranking* e de *rating*, até para países, cidades, universidades, e pessoas. As nações e as culturas são classificadas pelo produto interno bruto *per capita*, ou seja, pela rapidez do seu crescimento económico; as cidades são avaliadas pela quantidade de empresas nelas sediadas; as empresas são constantemente avaliadas pelo grau de risco de investimento; a produção cultural, como livros e discos, são avaliados conforme o número de vendas, os quadros de pintura pelo valor de licitação nas grandes leiloeiras; as pessoas são classificadas de acordo com o número de seguidores nas redes sociais; as universidades estão reguladas por um forte sistema de *rating*, que é um sistema supostamente objetivo que relaciona os fatores de impacto das revistas científicas onde os professores e os investigadores publicam os seus artigos, e o número de citações dos seus trabalhos, para ao final reduzir a produção científica de cada pessoa a um valor exato no mercado da sua área disciplinar; e até as religiões são classificadas segundo o número de fiéis que a elas aderem. Nas últimas décadas, o quadro de referência para comparação baseou-se em números e estatísticas, e isso foi reforçado pela crença perversa de que *os números não podem mentir*. Em

suma, a nossa posição no ranking de mercado global do eu-mercadoria não afeta só a nossa autoestima; também determina as nossas possibilidades – e, por sua vez, estas possibilidades afetam a nossa autoestima e bem-estar. [...] Por outras palavras, o Homo globalis já não é apenas um gestor ou o proprietário de um portefólio de si próprio. O Homo globalis é agora o próprio portefólio, uma mercadoria cujo valor diário depende de uma miríade de fatores, a maior parte dos quais não está sob o nosso controlo. O credo do mercado global do “eu” mercadoria tornou-se, assim, num “Estou no ranking, logo existo”.⁵

A mobilidade e as deslocações permanentes, necessárias para manter as carreiras atualmente, provocam excitação, mas não proporcionam conforto ou apoio. Nenhuma empresa é verdadeiramente fonte de segurança, e os profissionais liberais foram ultrapassados pelas grandes empresas multinacionais. Aqueles que não se deslocam sentem que estão a ficar de lado, ou que não estão a tirar o melhor partido das suas carreiras. Viver a vida é confundido facilmente com o ter uma carreira, e a vida em si tornou-se um sistema complexo de múltiplas tarefas que nunca acabam. Por muito que se trabalhe, e por muito dinheiro que se ganhe, fica sempre a sensação de falta de conforto, em parte porque a vida nas cidades globais está ligada à riqueza, e porque o que cada pessoa alcança, por muito bom que seja, é sempre ensombrado pelas realizações daqueles que estão no topo. Os distúrbios de ansiedade e a depressão são o resultado natural do impacto psicológico desta condição, e a autorreflexão é a resposta adequada, mas a maioria não tem tempo, energia ou dinheiro para investir num processo de autoconhecimento, e opta por consumir fármacos. Outra solução comum é a espiritualidade *pop*, a adesão a gurus de autoajuda que garantem ensinar um conhecimento misterioso antigo, segundo o qual, pela *lei da atração*, basta desejar ter dinheiro ou um emprego, e o universo concederá o que foi desejado. Não só é irracional, como dá esperança a pessoas que estão em desespero, para um pouco mais à frente sofrerem uma decepção ainda maior quando constatarem que a realidade não funciona como o guru prometeu. A espiritualidade *pop* também divulga duas crenças falsas, que são contraditórias entre si: a ideia de que *não há limites para aquilo em que nos podemos tornar* (o eu pode ser construído como se quiser), e a ideia de que quem aplica estas técnicas mágicas vai tornar-se no seu eu verdadeiro (como se o eu que existe não fosse verdadeiro, e o eu verdadeiro fosse a fonte de verdades profundas que permite fazer o impossível). Assim, basta libertar o eu verdadeiro para nos tornarmos pessoas de sucesso, o que é uma *fantasia cultural poderosa*.

A classe criativa global, que tem educação superior, formação universitária ou até pós-graduação, é diferente das outras classes, na medida em que foi ensinada a avaliar criticamente, tem acesso ao conhecimento, e tem consciência das inter-relações globais. Mas na formulação das suas visões de mundo, não têm um grau elevado de consciência da história e da ciência. A sua

⁵ STRENGER, 2015: 25-39.

perspicácia crítica é omissa no que diz respeito à formulação das suas visões de mundo, que assim permanecem limitadas, irracionais e baseadas na ignorância. Entre pessoas com formação superior, predomina o anti-intelectualismo, baseado num relativismo superficial, que evita a todo o custo a argumentação muito forte. A corrente anti-intelectualista atual começou nos anos 80, dado que nas décadas anteriores, de 60 e 70, o debate intelectual foi intenso. Foi com a eleição de Ronald Reagan, pelo Partido Republicano, que a América reforçou a sua aposta nos homens de ação, que são os “fazedores”, em detrimento dos homens de pensamento, os “faladores”. No mesmo contexto, a sociedade americana estava imbuída de puritanismo protestante, que reforçou a fé simples, livre de qualquer complexidade de pensamento. Na combinação destes dois elementos, com a não regulação dos mercados financeiros, gerou-se um crescimento económico sem precedentes, que veio a resultar no maior desastre económico desde a Grande Depressão. Contudo, a corrente anti-intelectualista não foi gerada apenas pela direita conservadora, mas também pela esquerda liberal, na Europa e nos Estados Unidos da América. Na sua origem, está o desprezo, e até aversão, pela tradição intelectual ocidental, fomentado por nomes de referência, rejeitando a cultura ocidental por ser uma expressão do imperialismo, do colonialismo e da repressão. A raiz de todos os males era Platão, por ter sobreposto a razão ao sentimento, e a burguesia e o capitalismo, por terem transformado tudo em mercadoria. A “subversão” tornou-se uma grande virtude intelectual, e o propósito mais nobre era denunciar a mentira ocidental. As grandes conquistas da cultura ocidental passaram a ser consideradas como símbolos da afirmação da supremacia da classe dos homens brancos heterossexuais defuntos, que supostamente procuravam manter determinados grupos (afrodescendentes, mulheres, homossexuais, etc.) fora do círculo fechado da hegemonia cultural. Com as políticas de identidade, o argumento forte e a análise racional deram lugar à competição pela honra relativa de ser o grupo mais oprimido ou injustiçado. E assim tornou-se politicamente incorreto encarar os argumentos com atitude crítica, porque isso poderia ferir uma pessoa oprimida, ou os sentimentos de um grupo.

Deste modo, tanto por incentivo dos conservadores, como por incentivo da esquerda extremista, numa aliança involuntária, o anti-intelectualismo instalou-se na década de 1980, e continua nos dias de hoje. Os estudantes que atingiram a maturidade nas últimas décadas *chegaram à conclusão de que tudo aquilo que não pertencesse ao domínio das ciências matemáticas não era, simplesmente, passível de pensamento crítico e de investigação. Sobretudo, pressupunha-se que qualquer assunto que tocasse em matéria de fé e de crença estava completamente fora dos limites da discussão racional. As crenças tinham de ser respeitadas, apenas porque alguém as sustentava e porque tocar numa crença podia ser ofensivo.*⁶

⁶ STRENGER, 2015: 75-101.

De tudo isto resulta que se tornou politicamente incorreto analisar racionalmente visões de mundo. Contudo, o *Homo globalis* necessita de visões de mundo que tenham significado, com fundamentos intelectuais fortes. Por isso, Strenger prossegue a sua análise. Retoma a tese de Max Weber, reafirmando que a essência da Modernidade é o “desencantamento do mundo”. A revolução científica do século XVII colocou de parte as relações simbólicas para explicar o mundo. Na relação entre macrocosmo e microcosmo, a espécie humana tinha um lugar privilegiado no mundo, que se perdeu com a revolução copernicana. E assim se colocou a questão: *se somos indiferentes ao universo, como podemos saber que temos vidas com significado? Como podemos ainda sentir que temos uma vocação neste mundo?* Weber liga este desencantamento com o nascimento da ética de trabalho do protestantismo, pois na nova cosmovisão não havia lugar para a vocação, que no seu sentido original significa *ser chamado por Deus a fazer algo*. A ética de trabalho protestante reformulou o sentido da vida, medindo o valor do ser humano pelo seu sucesso financeiro, relacionando salvação e riqueza, e dando um fundamento teológico ao capitalismo. É nesta ética protestante, do advento da Modernidade, que está a origem da *era do bezerro de ouro* do final do século XX, no qual o *rating* do eu é apenas uma versão mais radical. Mas como está bem evidente na sociedade atual, o sucesso financeiro e a classificação elevada num sistema de *rating* estão longe de ser a estrutura necessária para viver uma vida com significado.

A ilusão de onnipotência que predominou nas últimas décadas, criou a fantasia de que uma vida boa é uma vida sem tensão e sem conflito, e alimentou a noção de que o objetivo deve ser a normalização da vida dentro dos parâmetros do sistema do *infotainment*, cujos exemplos a seguir são as celebridades. Em crítica a este quadro de referência, Strenger defende as teses centrais do Existencialismo, retomando a conceção de que é lidando com as nossas limitações e com as tragédias das identidades, individuais e coletivas, que encontramos o sentido para as nossas vidas. Deste modo, *dá-se à noção teológica de vocação uma nova interpretação: quando as soluções que encontramos para os nossos conflitos e tragédias pessoais assumem um valor para os outros, podemos sentir que as nossas vidas têm verdadeiramente um significado*.

A proposta de Strenger, em sintonia com o Existencialismo, é a de que devemos aceitar as nossas limitações, e trabalhar criativamente a partir delas. A fantasia de que podemos construir o nosso eu, como se fosse uma tela em branco, impossibilita o autoconhecimento, porque coloca como objetivo a eliminação das limitações, de tudo o que supostamente impede o verdadeiro eu de se manifestar. Quando nascemos, trazemos connosco uma herança biológica que irá determinar capacidades, traços de temperamento e disposições emocionais. O ambiente cultural e a classe social em que crescemos, moldam em grande medida a nossa visão de mundo. E o caráter dos nossos pais e professores influenciam profundamente a nossa personalidade. Estes são os parâmetros básicos da nossa existência, que não foram escolha nossa. A esta impossibilidade de

escolha, Heidegger denominou “ser lançado no mundo”. Mas como o ser humano é dotado de autoconsciência, tem a liberdade de imaginar o que poderia ter sido se esses parâmetros básicos tivessem sido diferentes. O que somos por herança biológica é o que Sartre designou “en-soi”, algo que é simplesmente; ao que nos podemos tornar, usando a liberdade para mudar a nossa existência, designou “pour-soi”, *ser para si mesmo*. O drama humano desenrola-se, precisamente, nesta tensão entre a facticidade e a liberdade, não podendo escapar de nenhuma – não podemos apagar os parâmetros básicos da nossa existência, nem evitar que a nossa vida seja consequência das nossas decisões. Neste sentido, o mito do *just do it* é totalmente enganador. Em suma, *uma vida bem vivida não é uma vida de uma autocriação fantástica; é aceitar a tensão que constitui a nossa existência e viver tão plena e criativamente como pudermos.*⁷

Com a ajuda de Strenger, torna-se agora mais clara a problemática do contexto recente, no qual arquitetos e arquitetas sofreram um rude golpe na sua autoestima. O abalo da crise financeira, e da descida do nível de vida, aumentou o fosso que separa os profissionais da área da arquitetura e as celebridades no topo, acentuando a angústia existencial, pelo sentimento de que é cada vez mais difícil obter reconhecimento social. Como Strenger deixou evidente, o erro está na visão de mundo, que conduz as pessoas à pressão constante de viver uma vida *incrível e fascinante*, caso contrário a sensação de inadequação e de fracasso instala-se. Mas não é por este caminho que se chega a viver uma vida *boa*, que é uma vida com significado e com sentido. Transpondo esta noção para o campo da arquitetura, é fácil perceber que a própria profissão perdeu, aparentemente, o seu sentido, no momento em que se tornou em apenas mais um meio para alcançar o estatuto de celebridade. Fazer arquitetura, que era considerado uma *arte maior*, deixou de ser alvo de crítica racional, na medida em que se tornou politicamente incorreto questionar as visões de mundo dos arquitetos e das arquitetas, sobretudo quando são celebridades. Ironicamente, ao abdicar da racionalidade iluminista, a teoria da arquitetura voltou ao autoritarismo da arbitrariedade do período absolutista. Se o gosto era ditado pelos monarcas, agora é ditado pelas celebridades, e o resultado é o mesmo vazio de identidade na profissão. Não foi por acaso que os arquitetos e os teóricos do iluminismo, e do modernismo, se preocuparam tanto com a busca da essência e da verdade na arquitetura. A sua preocupação nasceu da constatação de que a arquitetura não é apenas construção, é sobretudo a expressão de toda uma visão de mundo, e que essa visão de mundo é interiorizada por aqueles que a habitam. Neste sentido, a presente tese nasceu deste ponto de partida, de que era necessário rever e tomar consciência de qual é a visão de mundo predominante no contexto temporal, geográfico e cultural, em suma, qual é a cosmovisão europeia atual. O passo seguinte foi clarificar como essa visão de mundo determinou a historiografia e o conhecimento da arquitetura. Uma vez que a visão de mundo europeia tem uma tradição predominantemente imperialista, colonialista, nacionalista,

⁷ STRENGER, 2015: 110-115.

racista e machista, o mais importante foi *separar o trigo do joio*, dando o devido valor às grandes conquistas da cultura ocidental, e deixando de parte o que de algum modo conduz à desigualdade e à repressão. Este trabalho de *decantação* do conteúdo não foi feito na geração anterior, por exaltação de ânimos, uma vez que exige distância temporal para poder ser feito com ponderação. Rejeitar a cultura ocidental no seu todo, é um ato de insensatez, resultante da fantasia do *just do it*, na mesma medida em que cada arquiteto que se formou nas últimas décadas, cresceu a imaginar que poderia reinventar a arquitetura, ou a “casa do futuro”, totalmente do zero. A frustração de não ter conseguido alcançar tamanha proeza, ou de não ter atingido o estatuto de celebridade, para assim entrar para a história da arquitetura, sem dúvida está a afetar a autoestima da maioria dos arquitetos e das arquitetas. Assim, esta tese é vocacionada para dar resposta à angústia existencial daqueles que não são celebridades, nem ricos, nem famosos, nem estão no topo de algum *rating*, mas que fizeram e fazem arquitetura. Para que compreendam que o erro está na visão de mundo que lhes está a ser imposta, e que cada um individualmente tem a liberdade de corrigir a sua visão de mundo, de modo a viver uma vida boa, uma vida com significado.

A revisão da visão de mundo europeia atual, na presente tese, significa que foram levadas em consideração as limitações históricas e culturais – a facticidade da *arte* de fazer arquitetura –, que cada arquiteto e arquiteta herdaram quando entram para a profissão. Tal como acontece com cada pessoa, também cada profissional herda parâmetros que não são escolha sua, mas que são resultado de uma história de séculos, e até de milhares de anos, de um determinado modo de fazer. Aceitando essas limitações, torna-se possível ser livre para mudar as circunstâncias que estão ao alcance de cada um. Mas para poder ser criativo, dentro dos limites impostos pela condição de “ser lançado no mundo”, é necessário ter autoconhecimento suficiente para compreender quais são as limitações, e qual é o grau de liberdade de escolha. A teoria da arquitetura moderna nasceu em meados do século XVIII, no contexto da França, num período em que não havia orçamento para erguer edifícios além do estritamente necessário. Mas isso não impediu que os teóricos e os arquitetos deixassem por escrito, e desenhadas no papel, as ideias visionárias que vieram a tornar-se os fundamentos da arquitetura do século XX. Do mesmo modo, os arquitetos modernistas, na Alemanha, lançaram as bases da mudança profunda na habitação no período entre as duas guerras mundiais, quando a crise económica era profunda. Porque são as *ideias* que fazem avançar o mundo. As limitações podem, e devem, ser superadas pela imaginação. As democracias europeias de hoje são uma realidade concreta, mas para existirem foi necessário que várias gerações as tivessem imaginado. Deste modo, a terceira etapa da presente tese foi a aplicação dos parâmetros de base herdados da cultura ocidental, com liberdade e criatividade, para obter o efeito contrário ao de há cem anos atrás. Sem alterar os fundamentos, foi possível corrigir a visão de mundo. A última etapa da tese foi a restituição dos fundamentos da teoria da arquitetura moderna, sob um novo olhar. Ao final, cabe a

cada leitor julgar e refletir por si quais os parâmetros herdados com que se identifica, que rejeita, que sente necessidade de rever, ou de alterar. Pretende-se que esta investigação seja um contributo saudável para que cada leitor consiga – exercendo a sua liberdade – moldar, dentro do possível, a sua visão de mundo, de modo a sentir que vive uma vida com significado, que vive uma vida *boa*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Habermas, Jürgen. 1990. *O Discurso Filosófico da Modernidade*. Nova Enciclopédia, Nº 1. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Strenger, Carlo. 2015. *O Medo da Insignificância: Como dar sentido às nossas vidas no século XXI*. 2ª Edição. Alfragide: Lua de Papel.

Introdução

1 PROBLEMÁTICA

Quando um estudioso interessado consulta um livro de *história da arquitetura*, depara-se com uma sequência de edifícios, de escala monumental: dólmens e cromeleques, túmulos e mastabas, necrópoles e acrópoles, templos e palácios, basílicas e catedrais, e monumentos. E chega à mesma conclusão que chegaram os arquitetos modernistas, de que a «arquitetura» é apenas para mortos, deuses, ou poderosos. Como resume a célebre afirmação de Adolf Loos de que a *arte* na arquitetura é preponderante apenas no túmulo e no monumento. E a historiografia encerra o debate com a taxinomia que dá validade científica, classificando por *estilos*. Parece não haver dúvida, nem lugar para discussão. A catalogação baseia-se na definição de *obra-de-arte*, que exige um *autor*, a quem se atribui qualidades de *génio*. Desta ficam excluídas a arquitetura residencial, a arquitetura vernacular e a arquitetura dos «povos primitivos». Dado que autoria é uma invenção do Renascimento – quando nasce a figura do *arquiteto à italiana*, que assina a sua obra e reivindica o reconhecimento social –, para as edificações dos milhares de anos até ao século XV, a catalogação baseia-se na sobrevivência física do edifício. Deste modo, parece que os requisitos necessários para entrar para a história da arquitetura são a autoria reconhecida ou a construção em pedra. O que leva à tal sequência de edifícios monumentais, pois a construção em pedra, ou a contratação de um arquiteto famoso, implicavam amplos recursos financeiros, estando reservados às edificações coletivas, de maior importância religiosa ou social, de valor simbólico relevante, e às habitações dos mais abastados. Há uma mudança ligeira nos últimos duzentos anos, com a inclusão de equipamentos coletivos, habitações multifamiliares, e habitações da classe média, fruto do desenvolvimento económico e tecnológico. Mas a variação na tipologia não é critério de

inclusão, pois é a autoria de arquitetos notáveis que garante o lugar na história.

Se fosse por uma questão de parâmetros, admita-se até que por estarem obsoletos, então toda e qualquer construção anterior ao Renascimento seria obra-de-arte, e todas as edificações modernas com autoria conhecida seriam incluídas. Contudo, a história da arquitetura exclui a arquitetura doméstica, a arquitetura vernacular, a arquitetura dos «povos primitivos», e as edificações da esmagadora maioria dos arquitetos, não obstante o facto de todas elas serem reconhecidamente «arquitetura». Só nesta breve reflexão, tornou-se evidente que a historiografia da arquitetura exclui deliberadamente objetos arquitetónicos que considera não serem dignos, não esclarecendo quais são as *regras do jogo*. O problema está na definição da fronteira que separa o que é ou não *arquitetura*, ou seja, o que é ou não *obra-de-arte*. Embora pareça evidente do ponto de vista disciplinar, que há uma diferença entre a arte e a engenharia, ou a construção, não é minimamente claro qual é a diferença teórica entre uma habitação unifamiliar modernista e uma *cottage* (ou casa de campo) tradicional. Se interrogados, os habitantes de cada uma eventualmente expressariam a mesma experiência de habitar, e a mesma satisfação de se sentirem *em casa*. No sentido inverso, se uma *cottage* tradicional do século XIX é tão digna quanto uma habitação icónica do século XX, então o que a separa do palácio do burguês italiano do século XV, ou do castelo do senhor feudal do século XII? Quem determinou que *arte* é apenas o produto de quem tem o diploma das Belas-Artes? Se as habitações unifamiliares e coletivas, os apartamentos citadinos e as casas de campo, os palácios e as cabanas, todas são habitação, porque não são parte do mesmo livro de história? E se algumas das habitações fazem parte, juntamente com edifícios religiosos e equipamentos coletivos, por que não são todas incluídas do mesmo modo? Neste ponto da discussão já se tornou claro que os historiadores se guiam por parâmetros de classificação relativamente arbitrários, condicionados por preconceitos por

precipitação, sem os submeterem ao julgamento da razão. A autoridade dos clássicos da historiografia da arquitetura, baseia-se na autoridade dos clássicos da arquitetura – o que foi instaurado por Winckelmann em meados do século XVIII. Mas é próprio de cada disciplina revelar capacidade para evoluir, questionando-se ciclicamente para, a cada etapa, elevar o nível de reflexão. A autorreflexão é uma necessidade que deve ser atendida, de modo a caminhar no sentido da libertação dos vínculos dogmáticos. Quando a história da arquitetura, sendo história da arte, se mantém fiel à metodologia da ciência do espírito que é a história, isso significa que está desligada da arquitetura, enquanto disciplina viva e dinâmica. O resultado é o divórcio entre ambas: a história da arquitetura deixa de fazer sentido aos arquitetos, e os arquitetos não têm voto na classificação que é atribuída à arquitetura. Os historiadores ficam, assim, numa posição de poder, determinando quais os objetos arquitetónicos e os autores que ficarão imortalizados. Mas como o historiador tem formação em história, e não em arquitetura, os seus critérios para emitir um juízo são guiados pelo método, pela sua escola de pensamento, e pela tradição. Contudo, a historiografia, por sua vez, tem impacto no pensamento dos arquitetos, porque devolve uma compreensão da arquitetura. Foi por este motivo que os arquitetos modernistas se desvincularam do academicismo das Belas-Artes, do que é exemplo a não inclusão do ensino da história no curso da Bauhaus. A imagem que ficou para a posteridade foi a de que os arquitetos modernistas pretendiam fazer um corte, não só com os estilos anteriores, mas com o passado. Esta noção não é verdadeira, na medida em que todos os grandes autores do Modernismo estão enraizados no classicismo, mesmo que de um modo mais ou menos velado. Simplesmente, a fonte de conhecimento para os arquitetos modernistas incluía, não só os grandes clássicos, mas igualmente a arquitetura vernacular e a dos «povos primitivos», o que lhes proporcionou uma perceção muito mais alargada da arquitetura e, sobretudo, uma ligação mais direta com a vida. De certo modo, pode dizer-se que os arquitetos modernistas perceberam com rapidez e perspicácia que a fonte para a renovação da arquitetura era o retorno às suas origens, e a aprendizagem com a arquitetura que não é feita por arquitetos. Nesta abordagem subjaz o desencantamento com a *arte* que é resultado de uma formação especializada,

demasiado pensada, artificial, e ao mesmo tempo desligada do quotidiano, em suma, que não tem a pulsação da vida. Assim descreve Adolf Loos um passeio que fez por uma vila na montanha:

Tudo respira beleza e paz. O que é isto então? Uma nota falsa perturba esta paz. Como um ruído desnecessário: entre as casas dos camponeses, que não foram feitas por eles, mas por deus, há uma *villa*. O trabalho de um bom ou mau arquiteto? Não sei. Sei apenas que a paz, descanso e beleza fugiram. [...] Porque é que todo o arquiteto, seja bom ou mau, fere as margens do lago?

O camponês não o faz. Nem o engenheiro, que constrói a estrada de ferro até ao lago, ou possui interesses profundamente diferentes na sua superfície brilhante. Eles criam de outro modo. O camponês demarcou uma porção de prado verde na qual a nova casa deve ficar, cavou uma vala para as fundações. Se há argila na vizinhança, então haverá um forno para fornecer tijolos; se não há, a pedra em torno dos limites do lago servirá igualmente bem. E enquanto o pedreiro assenta tijolo sobre tijolo, pedra sobre pedra, o carpinteiro montou o seu cavalete. Ele está a fazer o telhado. Que tipo de telhado? Será belo ou feio? Ele não sabe. Um telhado.

O camponês quis construir uma casa para si, a sua família e o seu gado, e foi bem-sucedido. Assim como o seu vizinho e o seu antepassado foram bem-sucedidos. Assim como o animal, guiado pelos seus instintos, é bem-sucedido. A casa é bonita? Sim, tão bonita quanto a rosa e o cardo, o cavalo e a vaca. Eu, portanto, pergunto de novo: por que é que o arquiteto, seja ele bom ou mau, fere as margens do lago? Porque o arquiteto, como praticamente todo o homem da cidade, não tem cultura. Falta-lhe a segurança do camponês, que possui uma cultura... Chamo cultura àquela harmonia entre o homem interior e exterior que garante, sozinha, a sensibilidade no pensar e agir [...].¹

Para os modernistas, a arquitetura não era arte, no sentido académico do termo, por ser parte da vida. E aos modernistas interessava a vida, e não a arte. O historiador que fez a transposição desta noção para a historiografia da arquitetura foi Sigfried Giedion, em *Espaço, Tempo e Arquitetura* (1941). Giedion, discípulo de Heinrich Wölfflin, por sua vez discípulo de

¹ RYKWERT, 2003: 19-20. T.L.

Jakob Burckhardt, privou de perto com os artistas do seu tempo. Como ele próprio descreveu, esta convivência pessoal permitiu-lhe compreender a visão dos arquitetos. Ele afirma que a história não é estática, mas dinâmica, pois olhar para uma época passada não é apenas inspecioná-la, porque o espectador modifica o passado de acordo com a sua própria natureza. A observação e o que é observado formam uma situação complexa, porque observar é agir sobre o que é observado, alterando-o. Giedion acrescenta como considera importante o historiador estar em sintonia com a sua época, sem que isso signifique sacrificar um pouco do seu desapego científico, e da sua dignidade. O historiador que está desligado da vida do seu tempo escreve uma história irrelevante, lida apenas com factos friamente. *É uma vantagem para o historiador, ser obrigado a deixar a sua cadeira académica e envolver-se nos problemas do momento. Pois o contacto direto com a vida e as suas necessidades aguça a sua capacidade para penetrar na selva de registos impressos, e reconhecer a verdade por detrás dos disfarces.*²

Giedion também elabora a separação entre o pensamento e o sentimento, ou entre a ciência e a arte, que é uma herança do século XIX. A pretensão da ciência em alcançar o conhecimento *totalmente* objetivo, conduziu à formação de especialistas treinados para separar o conhecimento do sentimento. Mas como o ser humano é composto de ambos, só é possível separar o pensamento do sentimento num ser humano, *cortando-o ao meio*. Especialistas formados para reprimirem os seus sentimentos, desligando-os do seu trabalho, tornam-se seres humanos internamente desequilibrados. Do mesmo modo, a extrema especialização levou a uma compartimentação dos saberes, que torna cada vez mais difícil ter uma visão de conjunto. Ao final, tanto os especialistas, como o público em geral, têm dificuldade em consolidar uma visão de mundo que lhes traga harmonia, equilíbrio, e conforto. Apesar de o sentimento ser omnipresente, e essencial na arte, tem sido negligenciado como sendo secundário. O grau de concordância entre os métodos de pensamento e de sentimento determina o equilíbrio de uma época. Nesse sentido, cabe ao historiador conciliar áreas de especialização compartimentadas, de modo a derrubar barreiras, em

direção ao encontro entre pensamento e sentimento, para maior equilíbrio da sua época.³

A arquitetura é uma arte particularmente entrelaçada com a vida do seu tempo, porque em si estão *em jogo* fatores sociais, económicos, científicos, tecnológicos e etnológicos, o que a torna um meio excepcional para compreender uma época no seu todo.⁴ Deste modo, a investigação histórica da arquitetura é um exercício que permite aumentar o grau de consciência da visão de mundo, e por sua vez, a visão de mundo determina em grande medida a compreensão da história da arquitetura. Num jogo dinâmico, o questionamento da investigação histórica permite a sujeição dos preconceitos que formam a visão de mundo ao juízo da razão, para os libertar do dogmatismo, e assim melhor compreender a história da arquitetura, e no sentido inverso, o aumento do grau de consciência histórica da arquitetura permite a construção de uma visão de mundo menos dogmática, mais verdadeira, e que proporcione equilíbrio interior a cada indivíduo.⁵

Com estas recomendações, é de bom senso que a tarefa imediata é fazer a ponte entre a arquitetura que é obra-de-arte, e as arquiteturas vernacular e dos «povos primitivos», dentro da historiografia. Mas para conseguir fazer essa ponte é necessário, primeiro, rever os parâmetros e os preconceitos que regem a historiografia, e que levantaram as barreiras que compartimentam o conhecimento.

A presente tese é um contributo para a revisão da visão de mundo que orienta a investigação histórica em arquitetura, permitindo lançar os alicerces de uma futura história da arquitetura doméstica na Europa, que integre conhecimento que se encontra de tal modo disperso e segmentado que não permite uma visão de conjunto. Para o efeito, o exercício consiste em elevar a mais humilde das arquiteturas – a cabana – ao estatuto de obra-de-arte. O trabalho de análise, de recolha e de sistematização é resultado da mudança no modo de olhar para a habitação, livre dos preconceitos não verdadeiros, até onde for possível.

Ao final, constata-se que a habitação, tão desprezada por historiadores, e até por arquitetos, tem muito para ensinar. Giedion concordaria com esta abordagem, na medida em que ele próprio aprendeu com os artistas a importância

² GIEDION, 1959, 6.

³ GIEDION, 1959: 7-17.

⁴ GIEDION, 1959, 18-19.

⁵ GADAMER, 1999: 408-428.

de saber prestar atenção ao que é pequeno, ao que é menor, ao que é menosprezado, para daí extrair conhecimento:

Os artistas modernos mostraram que meros fragmentos retirados da vida de um período podem revelar os hábitos e os seus sentimentos; que deve-se ter a coragem de pegar em pequenas coisas e elevá-las a grandes dimensões.⁶

2 QUESTÃO DE PARTIDA

Da problemática exposta, retira-se a questão de partida: como elevar a habitação que *não é* obra-de-arte ao estatuto equivalente ao de obra-de-arte, de modo a que possa ser integrada, em igualdade, com a habitação que *é* obra-de-arte, numa história da arquitetura doméstica? O âmbito da pergunta tem como limite não investigar a definição de obra-de-arte, ou questioná-la, pois é de bom senso que a obra-de-arte, independentemente da corrente de pensamento em que se insere, consiste numa obra de carácter reconhecidamente excepcional. A pergunta dirige-se no sentido de alargar os parâmetros que permitem a inclusão na mesma categoria, com a mesma dignidade, dado que todos os tipos de habitação estão unidos pela mesma experiência do habitar.

3 OBJETIVOS E METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

Uma vez definida a questão de partida, torna-se necessário determinar a metodologia científica que lhe vai dar resposta. Em primeiro lugar, há que delimitar o campo da investigação, pois *todas as arquiteturas* que não são obra-de-arte é um terreno demasiado vasto para um só estudo. A opção será estudar a habitação primitiva – delimitando no tempo até ao final da Idade Média –, e na Europa – delimitando geograficamente, por ser a que apresenta um desafio maior. Mesmo dentro deste tema, na Idade Média a diversidade na arquitetura doméstica torna o grau de complexidade demasiado elevado, sendo necessário restringir o estudo a um país. A escolha recaiu sobre a Inglaterra, pelo simples facto de que é a arquitetura doméstica mais estudada, fruto da inclinação natural do povo britânico para a investi-

gação histórica. Em suma, a *casa inglesa* é um tema que está bem documentado e analisado por sucessivas gerações de historiadores. Este corte seletivo no tema, que o torna possível de ser investigado nesta tese, é possível na medida em que o objetivo da investigação não é redigir uma história da arquitetura doméstica, mas *mostrar como* realizar uma história da arquitetura doméstica. Neste sentido, a parte de investigação histórica levada a cabo é um exercício de aplicação, que pretende servir de exemplo para como investigar *outras* arquiteturas, de modo a que no futuro se consiga fazer a integração numa totalidade que seja coerente. Em suma, a presente tese é uma tese em teoria da arquitetura, e não uma tese em história da arquitetura, não obstante a necessidade de realizar historiografia; o que determina que a investigação não tem como objeto a própria arquitetura, ou o seu conhecimento exaustivo, mas tem como finalidade compreender melhor essa mesma arquitetura, e fazer a sua articulação com o pensamento teórico.

A primeira dificuldade que se apresenta no estudo da habitação primitiva europeia é a inexistência de provas materiais, entenda-se, que não há edifícios de habitação anteriores ao século XII que tenham sobrevivido até aos dias de hoje. A sua construção em materiais perecíveis – como a madeira, o adobe, ou o vime – condenou à sua extinção. Para superar este obstáculo, é possível contar com o progresso notável no campo da arqueologia, que permite o seu conhecimento com recurso a reconstituições, que são hipóteses bem estudadas e fundamentadas, elaboradas com grande rigor científico. Pelo cruzamento de dados entre culturas e épocas diferentes, e pela comparação entre modos de habitar de povos com estruturas e dinâmicas sociais com elevado número de semelhanças, tem sido possível realizar reconstituições das habitações primitivas na Europa, e até erguer edifícios reais segundo essas mesmas reconstituições, formando parques arqueológicos em diversos países europeus. Deste modo, crianças e jovens em visitas de estudo organizadas pelas suas escolas, famílias e grupos de turistas, têm hoje acesso direto à experiência real de como seria o habitar em épocas tão remotas como o Paleolítico, o Neolítico, e as Idades dos Metais. A integração deste progresso no campo da história tem sido concretizada pelos historiadores que, desde a década de 1980, incluem na sua narrativa as mais recentes descobertas arqueológicas.

⁶ GIEDION, 1959: 4. T.L.

lógicas. No entanto, para a história, a habitação é apenas mais um elemento entre outros, no conhecimento de uma época passada, o que resulta na dispersão de informação, pois a classificação por épocas é pertinente para a história no seu conjunto, mas é um obstáculo a uma visão global da história da habitação.

A segunda dificuldade que se levanta na resposta à questão de partida é a inexistência de bibliografia específica, ou seja, de obras escritas teóricas que se dediquem única e exclusivamente à história da arquitetura doméstica europeia, no seu todo. Por outras palavras, não existe uma história da arquitetura doméstica que seja um clássico, como acontece com a história da arquitetura.⁷ A especialização, que é crescente, induz no sentido do estudo localizado, detalhado, limitado no tempo e no espaço geográfico, pelo simples motivo de que o número de objetos existentes de arquitetura doméstica é em número elevado, sobretudo em comparação com o número de objetos considerados obra-de-arte. Assim, seria trabalho hercúleo elaborar de raiz uma história da arquitetura doméstica que cobrisse todos os períodos temporais, com exemplificação exaustiva de todos os países da Europa, o que explica de modo simples a demora na sua concretização. Mas em pleno século XXI, são já muitos os contributos parciais, que se fossem reunidos numa só obra, formariam uma visão de conjunto mais alargada, o que não acontece por motivos disciplinares – o estudo da habitação é, em geral, realizado por arquitetos, enquanto a historiografia é, em geral, realizada por historiadores. Os casos excepcionais, em que arquitetos redigem monografias sobre história da arquitetura, ou em que historiadores se debruçam sobre a história da habitação, não são suficientes para alterar a corrente principal. Por conseguinte, a iniciativa teria de partir do campo da história, que é uma disciplina pouco inclinada a valorizar as pequenas coisas da vida quotidiana, ou a vivência da pessoa anónima; a micro-história, por exemplo, é uma corrente muito recente, e com número reduzido de adeptos. Para a história, conhecer a habitação quotidiana, mesmo que de épocas passadas, tem valor como parte de um todo, que é o contexto histórico. No sentido inverso, aos arquitetos interessa conhecer a habitação enquanto construção, e mesmo em toda a plenitude da sua complexidade, dificilmente a teoria

do projeto ambiciona ir além das características físicas e espaciais do edifício (o que já corresponde a um esforço considerável). Ao final, fica um vazio disciplinar e científico, pois não existe uma especialidade que se dedique a fazer a ponte entre a investigação da arquitetura e a historiografia, de um modo regular e sistemático, que integre gradualmente o novo conhecimento num todo mais amplo. Este problema não é específico deste campo científico; é resultado da excessiva especialização, e a sua solução mais simples é a transdisciplinaridade, o cruzamento de saberes e de conhecimento.

A abordagem predominante nos vários ramos da ciência é a transposição do método das ciências da natureza, mesmo para as ciências do espírito. Por herança do cartesianismo e do positivismo, entre outras correntes, a crença no conhecimento *objetivo* exige a aplicação de um método, orientado para um objeto de estudo. Como cada disciplina científica tem um objeto de estudo diferente, cada uma tende a desenvolver o seu próprio método, distinto dos demais. E isto impede a transdisciplinaridade na prática, pois o conhecimento adquirido por uma disciplina não consegue ser absorvido ou integrado diretamente por outra, sem antes ser feita uma adaptação, uma espécie de tradução de uma linguagem académica para outra. Para um estudo transdisciplinar, essa adaptação tem de ser feita entre vários métodos díspares, o que representa um esforço desnecessário, tendo em consideração que, se é feito um exercício transdisciplinar, é porque um mesmo objeto é comum às diversas disciplinas intervenientes. É este o caso da arquitetura, que contém em si aspetos estudados por diversos ramos da ciência, sem deixar de ser ela própria uma unidade. A isto acresce o facto de a arquitetura ser *arte* (seja pelo belo, ou pela técnica), não possuindo método científico próprio. Por tudo o que foi referido, é de bom senso recorrer à mãe de todas as ciências, que é a filosofia, para encontrar uma abordagem metodológica que, sem ser método das ciências da natureza, tenha validade equivalente, e opere no mesmo sentido.

Se nas ciências da natureza a investigação tem um objeto, é porque o seu fim é penetrar cada vez mais profundamente na natureza. E, neste caso, a ingenuidade positivista de que é possível o conhecimento objetivo, tem razão de ser, na medida em que é o objeto que orienta a investigação. Mas nas ciências do espírito, como é o caso da história, o interesse investiga-

⁷ CABIDO, 1994: 314.

dor é motivado pelo respetivo presente e seus interesses. O tema e o objeto da investigação histórica é o questionamento, suportado pelo movimento histórico em que se encontra a própria vida. O objeto das ciências da natureza é, no ideal, o conhecimento completo da natureza; mas não faz sentido falar num conhecimento completo da história. Logo, também não faz sentido falar de um «objeto em si», para o qual se orientasse essa investigação. A aplicação da metodologia das ciências da natureza à investigação histórica limita-a ao movimento de expansão e penetração em novos âmbitos e materiais; enquanto o progresso da investigação tem sido entendido como *o alcançar de um nível de reflexão mais elevado dentro dos correspondentes questionamentos*. Embora não deixando de pensar teleologicamente, a isso veio unir-se uma consciência hermenêutica que proporciona à investigação um interesse mais autorreflexivo, sobretudo nas ciências do espírito com uma tradição mais antiga. Voltando sempre, uma e outra vez, aos mesmos velhos objetos preferenciais – como é o caso dos clássicos para a filologia clássica da antiguidade –, mas com questionamentos cada vez mais depurados, introduziu-se uma espécie de autocritica.⁸

Quando aquele que quer compreender se debruça sobre uma obra (literária ou de arte), elabora um projeto prévio, assim que aparece um primeiro sentido da obra. Quem quer compreender uma obra realiza um projetar, antecipando o sentido do todo. Este projeto prévio corre o risco de ser arbitrário, se for limitado pelos hábitos imperceptíveis do pensar, por meio de conceitos populares, ou por meio de «felizes ideias». A interpretação correta tem de proteger-se contra a arbitrariedade, compreendendo que não pode receber de antemão nem a posição prévia, nem a visão prévia, nem a conceção prévia; e que a sua tarefa primeira, constante e última é a de assegurar que esses conceitos são elaborados a partir da coisa, ela mesma. Deste modo, o projeto prévio (a antecipação de qual será o sentido da obra no seu todo) deve estar aberto à revisão, à possibilidade de formular um novo projeto de sentido, de colocar lado a lado projetos rivais na elaboração (até que se estabeleça a unidade do sentido), e à possibilidade de que os conceitos prévios da interpretação serão substituídos por outros mais adequa-

dos. A tarefa da compreensão é o constante reformular do projeto, de modo a confirmar «nas coisas» se os projetos de sentido são ou não corretos e adequados. *Não existe outra «objetividade» além da confirmação que uma opinião prévia obtém através da sua elaboração*. Pois o que caracteriza a arbitrariedade das opiniões prévias inadequadas é a sua aniquilação no seu processo de execução (pela não adequação das opiniões às «coisas, elas mesmas»). Nisto consiste a pré-estrutura da compreensão, descoberta por Heidegger.⁹

A tarefa hermenêutica é, por conseguinte, um ato de questionar, orientado pela coisa, ela mesma, o que significa que *aquele que quer compreender não pode entregar-se às suas opiniões prévias e ignorar o mais obstinadamente possível a opinião do texto, até que este, finalmente, já não possa ser ouvido e perca a sua suposta compreensão*. Quem quer compreender uma obra tem de estar *disposto a deixar que ela diga alguma coisa por si*. Uma consciência formada hermenêuticamente tem de se mostrar recetiva para a alteridade do texto. Mas essa recetividade não pressupõe nem «neutralidade» com relação à coisa, nem tampouco anulamento de si mesmo. O importante é ter consciência das próprias opiniões prévias, para que a obra possa apresentar a sua alteridade, e assim ocorrer o confronto entre a verdade da «coisa, ela mesma» e as opiniões prévias, o que então permite a correção, confirmando as que se adequam, e anulando as que não se adequam (e, por conseguinte, são arbitrarias). É neste sentido que Heidegger exige que *se assegure o tema científico na elaboração de posição prévia, visão prévia e conceção prévia, a partir das coisas, elas mesmas*. E o que condiciona as opiniões prévias são os preconceitos. A tradição faz ouvir a sua voz a partir do texto, mas os preconceitos dos quais o intérprete não tem perceção tornam-no surdo. Neste ponto, Gadamer introduziu a reabilitação da tradição, afirmando que os preconceitos, não só não são em si negativos ou positivos, como são uma condição necessária para a compreensão. O conceito de «preconceito» significa «pronunciar um juízo», ou seja, é o juízo que se forma *antes da prova definitiva de todos os momentos determinantes segundo a coisa*. Isto não significa que esse pré-requisito seja *falso*, pois pode vir a ser confirmado como sendo verdadeiro. O

⁸ GADAMER, 1999: 427-428.

⁹ GADAMER, 1999: 400-403.

matiz negativo foi atribuído ao conceito de «preconceito» pelo Aufklärung, o que é em si um preconceito: o preconceito básico do Aufklärung é o *preconceito contra todos os preconceitos*.¹⁰

O preconceito ficou associado ao significado de «juízo não fundamentado», sobretudo porque a crítica do Aufklärung era dirigida ao dogmatismo religioso – neste sentido, um juízo «sem fundamento» na «coisa, ela mesma» é um *preconceito falso*, que deve ser excluído totalmente do conhecimento científico. Segue o princípio da dúvida cartesiana de *não aceitar por certo nada sobre o que exista alguma dúvida*. Contudo, tal como já foi referido, o conhecimento histórico (que forma a nossa consciência histórica) tem dificuldade em estar em consonância com o moderno conceito de método. Para a hermenêutica das ciências do espírito, não é possível compreender sem formular um juízo prévio, sem formular um projeto de sentido, sem ter opiniões prévias. A estrutura circular do círculo hermenêutico deriva da temporalidade da pré-sença. A inserção numa tradição não significa estar limitado na própria liberdade, mas que a existência humana, mesmo a mais livre, se encontra condicionada de muitas maneiras – e que a razão absoluta (a libertação plena da «superstição» e dos preconceitos do passado), a que almejava o Aufklärung, não é uma possibilidade da humanidade histórica (*a razão não é dona de si mesma, pois está sempre referida ao dado no qual se exerce*). Aquele que quer compreender-se a si mesmo na reflexão, compreende-se de modo autoevidente na família, na sociedade e no Estado em que vive. *A autorreflexão do indivíduo não é mais do que uma centelha na corrente cerrada da vida histórica. Por isso, os preconceitos de um indivíduo são, muito mais do que os seus juízos, realidade histórica do seu ser*.¹¹

O preconceito não fundamentado na «coisa, ela mesma», na perspectiva do Aufklärung divide-se em preconceitos gerados pelo respeito pelos outros, pela sua autoridade, e em preconceitos gerados pela precipitação que existe em nós mesmos. Desta noção depreende-se que a autoridade é fonte de erros, ou dito de outro modo, que a autoridade que deriva apenas da tradição deixa de ser válida – como é o caso da Sagrada Escritura, que uma vez compreendida

como um documento histórico, a crítica bíblica põe em perigo a sua interpretação dogmática. O Aufklärung consumou a possibilidade de que *o que está escrito pode não ser verdade*. Assim, a obra escrita, enquanto peça comprobatória, deve ser sujeita ao juízo crítico da razão, para então adquirir credibilidade. *A fonte última de toda a autoridade já não é a tradição, mas a razão*. A atividade hermenêutica floresceu com a Reforma Protestante de Martinho Lutero, que consolidou a importância central de usar corretamente a razão na compreensão da tradição (o que, no caso de Lutero, teve como consequência a debilitação do respeito ao papado romano). Disto resultou que a fé na autoridade se tornou oposta ao uso da própria razão, o que tem sentido. Mas gerou uma grave deformação do conceito de autoridade, que se converteu no mero contrário da razão e da liberdade, e em sinónimo de obediência cega. Gadamer faz uma correção, ao apontar que a essência da autoridade é ser um atributo de pessoas, e que a autoridade das pessoas não tem fundamento num ato de submissão, ou de abdicação da razão, mas num ato de reconhecimento e de conhecimento – *reconhece-se que o outro está acima de nós em juízo e perspectiva e que, por consequência, o seu juízo precede, ou seja, tem primazia, em relação ao nosso próprio juízo*. Acresce que *a autoridade não se outorga, adquire-se; repousa sobre o reconhecimento*.¹²

É, pois, uma ação da razão tornar-se consciente dos seus próprios limites, e atribuir a outrem uma perspectiva mais acertada. Deste modo, o que diz a autoridade dever ser questionado, mas isso não significa que o que a autoridade diz é uma arbitrariedade irracional. É neste princípio que se baseia a autoridade do educador, do superior, do especialista. A tradição foi igualmente desvalorizada pelo Aufklärung, por ser uma forma de autoridade. A crítica do Romantismo reforçou a força da tradição e da herança histórica, defendendo *os tempos primitivos, o mundo mítico, a vida de uma «sociedade natural» ainda não rompida nem dilacerada pela consciência, o mundo da cavalaria cristã* – com vista a repor *o antigo porque é antigo, a voltar conscientemente ao inconsciente, acreditando num estado originário paradisíaco anterior à queda no pecado de pensar*. A oposição do Romantismo ao Aufklärung, não obstante, perpetuou o dogma da opo-

¹⁰ GADAMER, 1999: 404-407.

¹¹ GADAMER, 1999: 408-416.

¹² GADAMER, 1999: 407-419.

sição entre a razão e o mito, pois é tão abstrata a noção de um estado perfeito de esclarecimento total, quanto a noção de uma consciência coletiva mítica anterior a todo o pensar. No entanto, parece não existir uma oposição incondicional entre razão e tradição. Porque a tradição é essencialmente conservação, e a conservação é um ato da razão; *representa uma conduta tão livre como a destruição e a inovação*. A investigação histórica moderna é também mediação da tradição. Neste sentido, o compreender não é tanto uma ação da subjetividade, mas sobretudo *um retroceder que penetra em um acontecer da tradição*, o que é possível através do estudo dos *clássicos* – que são as obras que fazem a mediação histórica do passado com o presente. Pois (nas palavras de Friedrich Schlegel) *um escrito clássico não tem jamais de poder ser compreendido totalmente, mas os que são cultos e cultivam o saber têm de querer aprender dele cada vez mais*.¹³

Se a obra (literária ou de arte) é mediação do passado com o presente, então através dela aquele que quer compreender – um *eu* – entra em diálogo com a tradição, que se comporta como um *tu*. A obra é pois o objeto que permite a mediação, e nesse sentido o *tu* que é a tradição, e o *eu* que é aquele que quer compreender, partilham a mesma experiência, e assim ficam vinculados. Nas ciências da natureza, e nas ciências sociais que a elas se adaptaram, com fé no método e na objetividade, o *eu* comporta-se perante o *tu* querendo conhecê-lo objetivamente, e para isso recorre ao método para, segundo crê, desligar-se da sua subjetividade, e assim libertar-se da tradição, convertendo-a em objeto. Deste modo, pretende usar o *tu* como um meio para atingir os seus fins, o que contradiz a determinação moral do Homem – segundo a interpretação que Kant dá ao imperativo categórico: *que não se deve jamais usar o outro como meio, mas reconhecê-lo sempre como fim em si*. A distância que assim o *eu* estabelece em relação ao *tu*, resulta da redução da tradição a objeto, com a pretensão de o conhecer, apoiando-se na crença de que o método e a suposta objetividade do seu procedimento são garantia suficiente de que os seus preconceitos e opiniões prévias não estão a interferir na investigação. Ou seja, aquele que quer compreender e confia no método, está a evitar tomar consciência dos preconceitos que o dominam inevitavelmente. Do mesmo modo, está a retirar-se da relação vital para com a tradição, e assim a des-

truir o verdadeiro sentido desta. Abandonar-se à metodologia, acreditando que isso é suficiente para proteger-se contra a intromissão dos seus próprios juízos e preconceitos, impede de estar na tradição. Porque estar na tradição, não só não restringe a liberdade do conhecer, como é o que o torna possível. A experiência hermenêutica é a abertura à tradição, respeitando-a na sua alteridade, estabelecendo um vínculo como entre um *eu* e um *tu*, como entre dois sujeitos, e estando disposto a escutar o que o *outro* – que é a tradição – tem para dizer. Se na aplicação do método há um *eu* que arrogantemente pretende compreender um *tu*, olhando-o de cima para baixo, na experiência hermenêutica o *eu* está disposto a ouvir o *tu*, estabelecendo um vínculo verdadeiramente humano. Aqui, «escutar o outro» não significa submeter-se ou obedecer cegamente; abertura para o outro é estar disposto a deixar-se expor a uma experiência que pode pôr em causa os seus próprios preconceitos, deixando valer dentro de si algo contra si, mesmo que não haja outro que o vá fazer valer contra si. Por outras palavras, as próprias pretensões da tradição, na sua alteridade, quando escutadas por quem quer compreender, fazem-se valer contra o que está preso dogmaticamente. Mas quando aquele que quer compreender aplica um método para ler historicamente, assim nivelando a tradição, impede que a tradição ponha em causa o seu próprio saber. Isto reconhece-se na forma autoritária da relação educadora, entre o professor ou progenitor que *acha que sabe tudo*, e tem a pretensão de conhecer o educando, criando uma distância que o torna inacessível, e retira ao educando a legitimação das suas próprias pretensões, o que é uma forma de impulso para o domínio. Na experiência hermenêutica, se a relação entre o *eu* e o *tu* é de igualdade, pela abertura à tradição, isso implica a consciência de que *não se sabe*, e por isso se pergunta. Aquele que pensa saber tudo não pode perguntar, porque para perguntar é preciso querer saber, e isso só é possível quando se sabe que não se sabe. Do que se conclui que *só pode possuir algum saber aquele que tem perguntas*.¹⁴

Todo aquele que quer compreender uma obra (literária ou de arte), pretende garantir a verdade, pois a finalidade do conhecimento é conhecer a verdade da obra. Mas como a obra é um processo medial entre um *eu* e um *tu*, então compreender uma obra é um estar em jogo, no qual aquele que compreende é atraído pela plenitude do sentido da obra, e ao compreender passa a estar incluído num acontecer da verda-

¹³ GADAMER, 1999: 411-412, 422-435.

¹⁴ GADAMER, 1999: 525-538.

de. E como *o ser que pode ser compreendido é linguagem* – isto é, *o que se pode compreender é linguagem*, ou *é tal que se apresenta por si mesmo à compreensão* –, é o jogo da própria linguagem que interpela aquele que compreende. *A compreensão não se satisfaz então no virtuosismo técnico de um «compreender» tudo o que é escrito, é, pelo contrário, uma experiência autêntica, isto é, encontro com algo que vale como verdade.*¹⁵

Deste modo, estabelece-se uma relação entre o aparecer do belo e a evidência do compreensível. Pois, assim como o belo é o modo como aparece o bom – ou seja, o belo é o modo como o bom se manifesta a si mesmo no seu ser, *representa-se* –, também o que é compreensível se apresenta à compreensão, porque o ser que pode ser compreendido é linguagem, isto é, *representar-se*. Então, porque a compreensão é um jogo, é possível comparar a experiência hermenêutica com a experiência da obra-de-arte, na qual estão *em jogo* o ser-para-si do artista que cria, o ser-para-si do ator que representa, e o ser-para-si do espectador.¹⁶

A experiência da obra de arte é uma experiência hermenêutica na qual o intérprete não é um mero espectador mas um participante ativo, sendo a arte um *jogo* estético no qual o autor da obra e o intérprete não só são jogadores, mas são *jogados pelo jogo*. Gadamer retoma Hui-zinga e os diversos significados da palavra «jogo» em alemão (*Spiel*). O «jogo» em alemão: *Spiel* – significa: 1) representar (representar em palco); 2) interpretar (interpretar uma personagem ou uma peça musical); 3) partida ou encontro (partida ou encontro desportivo); 4) execução ou atuação (execução ou atuação musical); 5) desempenho (performance ou atuação); 6) vários tipos de jogos (jogo de cartas, jogo de tabuleiro, jogo desportivo, etc.); 7) jogos de «faz-de-conta» das crianças. Nesta multiplicidade de sentidos da palavra «jogo» em alemão pode-se depreender vários aspetos: 1) no jogo *algo* é representado; 2) o jogo é uma interpretação desse *algo* que é representado; 3) no jogo ocorre um encontro, logo, existe (pelo menos) um jogador e um interlocutor, entre os quais existe uma competição ou diálogo; 4) esse *algo* que é representado é transformado em ação, adquire movimento, pois decorre ao longo de um determinado período de tempo; 5) o jogador está a desempenhar um papel ou a tomar parte de algo que está para além de si mesmo; 6) o jogo é essencialmente lúdico, proporciona prazer, alivia o sofrimento, distrai do

quotidiano; 7) para jogar é necessário fazê-lo como uma criança – com a mesma seriedade com que a criança brinca, com a mesma inocência e a mesma ausência de finalidade e intenção.

O sujeito do jogo não é o jogador, mas o próprio jogo. Através dos que jogam, o jogo adquire representação. Tanto a criança como o artista na sua atividade lúdica «fazem de conta», ou seja, representam algo. No jogo, *algo está em jogo*. Todo o jogar é um *ser-jogado*. O jogo atrai precisamente porque se assenhora do jogador. Mesmo nos jogos sem adversário, como por exemplo os jogos do casino, o fascínio que exercem é o de não se saber se «vai dar certo» ou se «voltará a dar certo», mantendo o jogador enredado na expectativa. O que tenta é, na verdade, tentado. Nestes casos é evidente que o sujeito do jogo não é o jogador, mas o próprio jogo. É o jogo que mantém o jogador *em jogo*. O jogo tem primazia em relação à consciência do jogador. O jogo tem uma natureza própria, independente da consciência daqueles que jogam. Está para lá da noção de objeto que *está aí* para o sujeito. A esse jogo corresponde, metaforicamente, a experiência da arte. O modo de ser da obra de arte (o seu verdadeiro ser) não consiste em ser um objeto que confronta o sujeito despertando nele a consciência estética, mas sim uma experiência que irá transformar aquele que a experimenta:

O “sujeito da experiência da arte” (...) não é a subjetividade de quem a experimenta, mas a própria obra de arte. Encontra-se aí justamente o ponto em que o modo de ser do jogo se torna significante. Pois o jogo tem uma natureza própria, independente da consciência daqueles que jogam. O jogo encontra-se também lá, sim, propriamente lá onde nenhum ser-para-si da subjetividade limita o horizonte temático e onde não existem sujeitos que se comportam ludicamente.¹⁷

O mais importante é colocar no jogo uma seriedade própria, até mesmo sagrada. Os jogadores não se comportam ludicamente no jogo: «quem não leva a sério o jogo é um desmancha-prazeres. O modo de ser do jogo não permite que quem joga se comporte em relação ao jogo como em relação a um objeto».¹⁸ A seriedade com que se joga é um recuperar a seriedade com que a criança brinca (*beim Spiel*), embora seja uma seriedade estética, não ética. Esta

¹⁵ GADAMER, 1999: 687-708.

¹⁶ GADAMER, 1999: 700-704.

¹⁷ GADAMER, 1999: 175-176.

¹⁸ GADAMER, 1999: 175.

seriedade, contudo, não é determinada pela atitude do jogador, é o próprio jogo que impõe a seriedade, pelo que a seriedade exigida pelo jogador é uma condição que ele tem de aceitar de modo a poder participar no próprio jogo. A atitude de seriedade exigida ao jogador é o que lhe permite tornar-se parte do jogo, pois só levando a sério o jogo é que o jogador se consegue entregar ao ritmo e ao prazer da sua realização, do seu movimento.

O jogo é um movimento sem finalidade nem intenção. Renova-se em permanente repetição, num vaivém no qual é indiferente quem executa o movimento, pois o sujeito não é fixo. O jogo é a consumação do movimento enquanto tal; não requer que o sujeito se comporte conforme os moldes do jogo, antes *algo está em jogo*. O movimento (que é o jogo em si mesmo) está fenomenologicamente livre de esforço. A leveza do jogo não corresponde a uma real falta de esforço, mas a uma falta de consciência do esforço (*Angestrenghheit*) da existência (*Dasein*), que é experimentada subjetivamente (isto é, pelo sujeito) como alívio. A cadência do jogo retira ao jogador a responsabilidade da iniciativa (que constitui o verdadeiro esforço da existência). A ausência de finalidade, de intenção e de esforço aproximam o modo de ser do jogo da forma de movimento da natureza. Esta afinidade permite concluir que o jogar do ser humano é um acontecimento da natureza. O sentido do seu jogar é «um puro representar-se a si mesmo».¹⁹ A natureza, na medida em que existe sem finalidade, sem intenção e sem esforço e enquanto é um jogo que se renova perpetuamente, pode surgir como um modelo da arte. No vaivém do movimento do jogo dá-se o *carácter lúdico da competição*. O mais importante para o jogador não é que ele brinque (*spielt*), mas sim que saia vencedor desse tenso movimento de vaivém. Para que seja um jogo, é necessária existência de um *outro* com o qual o jogador está a jogar, que responda ao jogador. Contudo, esse *outro* pode não ser um outro jogador, como se torna evidente no jogo de cartas solitário ou na pesca, como o gato que brinca com o novelo.

O jogador só pode jogar se estiver a colocar-se em risco, jogando com sérias possibilidades. A liberdade de decisão sobre qual a possibilidade a escolher, significa usar o livre-arbítrio para fazer uma escolha que irá excluir todas as outras hipóteses, tendo de assumir as consequências da escolha feita. O jogador não pode jogar com possibilidades infinitas, nem agir em campo aberto, pois o jogo tem de ser definido

por limites e por regras próprias. Aquele que evita tomar decisões para não ficar coagido ou limitado, não está a querer seriamente alguma coisa e, por isso, não corre risco algum. Mas esse alguém está *perdido*, pois não sabe o que quer. Só quem sabe o que quer é que consegue escolher determinada possibilidade, *correndo o risco* de não ser a melhor escolha.

O espaço lúdico do jogo é preservado pelas suas regras e regulamentos. Isso permite distinguir os diversos jogos, tornando único o carácter de cada um. O espaço lúdico no qual se desenrola a brincadeira é mensurado a partir do próprio jogo, através da regulamentação que determina o movimento de vaivém, não sendo esse movimento restringido de fora para dentro, por eventuais limites exteriores do espaço livre. Isso significa que o jogador se subordina à regulamentação, tendo de tomar a decisão livre de se sujeitar às regras. O comportamento lúdico é delimitado pela decisão inicial de que o jogador *quer jogar*. Depois, tem de escolher qual o jogo que quer jogar, ou seja, a que regras aceitar subordinar-se. Isso significa que o jogo possui limites próprios, pois ao escolher um determinado jogo, o jogador exclui os outros jogos. Cada jogo coloca uma tarefa àquele que joga. A criança que brinca, estabelece para si as tarefas do jogo. Contudo, a solução dessas tarefas não são o fim último do jogo. A finalidade do jogo (sendo o jogar livre de interesse) é a regulamentação e o movimento do próprio jogar.

A natureza do jogo é a de autorrepresentação. Pois se a finalidade do jogo é a própria realização das tarefas (o jogar) e não a solução das tarefas, então o êxito de uma tarefa repousa no seu carácter especial e no comportamento do jogador. Se não se pretende alcançar um fim (concluir as tarefas ou encontrar uma solução para elas), então o comprazimento no jogo *não tem fim*, ou seja, não acaba no tempo por se ter solucionado a tarefa. Quando se acaba um jogo, mesmo tendo o prazer de ganhar, é comum o desejo de continuar a jogar, tanto para quem ganha (na expectativa de tornar a ganhar), como para quem perde (na expectativa de ser o vencedor). Deste modo, o jogo limita-se a representar-se a si mesmo. A sua natureza é, portanto, a de autorrepresentação. A autorrepresentação do jogador faz com que o jogador alcance a sua própria autorrepresentação. Na medida em que o jogar é um representar, o jogo humano encontra na própria representação a tarefa do jogo. Pois se o jogador joga «algo», então esse «algo» que é jogado (representado) no jogo humano é o *dasein* (o *ser-no-mundo*).

¹⁹ GADAMER, 1999: 179.

Os jogos não são representados *para* alguém. Quando o jogo é representado para alguém, coloca-se em risco o caráter lúdico da competição, caso se transforme numa competição de espetáculo. É esse o caso da procissão religiosa, na medida em que é uma atividade de culto coletiva, representada *em* comunidade, mas não *para a* comunidade. O mesmo acontece com o teatro, onde a representação teatral é um processo lúdico que exige a presença do espectador, mas como participante da representação, não como mero observador. A representação de Deus no culto e a representação do mito no teatro são jogos apenas no sentido de que os jogadores participantes se revelam no jogo representativo. A autorrepresentação do jogo humano (o culto ou o teatro) faz com que os jogadores saiam de si para tomarem parte no jogo, passando a ser *jogados* por «algo» que está em jogo, que é o próprio *dasein*. Assim, a representação realizada pelos atores é aberta para o espectador, que toma parte do jogo também como jogador, perfazendo assim a inteireza da representação (*Spiel*). O ator representa (a personagem, a peça) e o espectador participa dessa representação quando aceita levar a sério essa representação, consumando o que a representação (*Spiel*) é como tal. O jogo humano da representação, mesmo quando tem espectadores, *joga* os atores e os espectadores. Os atores não estão a representar para os espectadores, pois têm em mente o próprio jogo e não a assistência; a representação é que se faz representar através dos atores e dos espectadores.

O representar do jogo humano é um processo medial. Gadamer remata e sintetiza a sua reflexão sobre o jogo concluindo que ele é um processo medial:

Esse é o ponto em que a determinação do jogo se mostra, com toda a sua importância, como um processo medial. Já vimos que o jogo não tem o seu ser na consciência ou no comportamento do jogador, mas atrai este à sua esfera e preenche-o com o seu espírito. O jogador experimenta o jogo como uma realidade que o sobrepuja. Isso é válido, com mais propriedade ainda, onde o jogo é propriamente “entendido” como sendo uma tal realidade – e tal é o caso quando o jogo aparece como *representação para o espectador*.

[...]

O espetáculo de culto ou profano, por mais que seja um mundo fechado em si, que o representa, é como que aberto para o lado do espectador. Somente nele é que ganha o seu inteiro significado. Como em todo o jogo, os atores representam os seus papéis e assim o jogo tor-

na-se representação, mas o próprio jogo é o conjunto de atores (*Spielern*) e espectadores. De facto, experimenta de modo mais próprio [aquilo que é intencionado] àquele que não participa no jogo, mas assiste. Nos espectadores, o jogo (representação) é elevado ao seu ideal.²⁰

[...]

É uma mudança total que acontece ao jogo como jogo, quando se torna espetáculo. Isso coloca o espectador no lugar do jogador (ator). É ele – e não o jogador (ator) – para quem e em quem se joga (representa) o jogo (espetáculo). Naturalmente, isto não quer dizer que também o jogador (ator) não poderá vir a experimentar o sentido do todo em que ele, representando, desempenha o seu papel. O espectador tem somente uma primazia metódica: pelo facto de o jogo ser realizado para ele, torna-se visível que possui em si um conteúdo de sentido, que deve ser entendido e que, por isso, é separável do comportamento do jogador (ator). No fundo, aqui se anula a diferença entre jogador (ator) e espectador. A exigência de se ter em mente o jogo em si mesmo, no seu conteúdo de sentido, é igual para ambos.²¹

Assim, tal como na experiência da obra de arte, na experiência hermenêutica o que está em jogo é o próprio *dasein* (*ser-no-mundo*); e aquele que quer compreender não é um sujeito focado em conhecer um objeto, mas um participante ativo numa experiência partilhada entre dois ou mais sujeitos, da qual irá sair modificado, pela ampliação do seu grau de conhecimento da sua própria época. Ao tentar compreender uma obra (literária ou de arte), o intérprete aceita a sua condição de ser finito, histórico, perante um objeto realizado por um autor também ele inserido nos seus limites temporais, mas que renova o seu significado em cada época, recuperando a verdade em si contida e expressa. Essa verdade presente na obra é inalterável mas é compreendida de modo diferente em cada época. O processo de interpretação é, portanto, uma superação das particularidades do intérprete que assim se eleva a uma compreensão mais universal, num processo sempre em aberto e em evolução, que não é subjetivo mas intersubjetivo. O reconhecimento do que é do *outro* é o que permite a consciência do que é do próprio, sendo na relação com o *outro* que se produz o autoconhecimento. Nesse diálogo entre o intérprete e o autor da obra ocorre uma *fusão de horizontes*, na qual nem um nem o outro possuem a verdade, mas ambos caminham na direção da com-

²⁰ GADAMER, 1999: 185-186.

²¹ GADAMER, 1999: 186.

preensão da verdade nesse processo de inter-subjetividade. O processo resulta sempre numa indeterminação aberta, pois o intérprete sabe de antemão que as gerações futuras irão compreender a mesma obra de modo diferente. Este entrelaçamento entre a obra que foi, que é e que será confere o sentido à interpretação hermenêutica, pois o seu propósito não é a compreensão final objetiva e absoluta, mas sim o próprio processo, que vai retirando os véus que encobrem a verdade.

É esta a abordagem metodológica da presente tese. O que é inovador é a sua aplicação, não a um clássico da literatura, nem a uma obra-de-arte, mas à habitação primitiva europeia. E o propósito é claro: elevar a arquitetura doméstica ao mesmo patamar da arquitetura erudita, sem questionar os parâmetros que determinam *o que é*, ou *não é*, arquitetura, ou obra-de-arte. Deste modo, pretende-se contribuir para a dissolução da distância que existe na definição académica que separa as duas arquiteturas, e que dificulta a sua integração num mesmo estudo. Neste sentido, a tese tem dois níveis: além da investigação propriamente dita, o modo como está elaborada a tese é também tese em si mesma, pois demonstra que é possível, e *como* é possível, estudar *arquitecturas* além da erudita, dentro do campo erudito da ciência. Porque a dignidade que é atribuída à habitação não erudita não depende da própria habitação, mas do olhar que lhe é dirigido. E esse olhar é determinado pelos preconceitos que formam a cosmovisão de quem olha.

4 ESTRUTURA DA TESE

Na sequência do que foi exposto, a investigação está dividida em três partes. A primeira parte consiste num exercício de tomada de consciência dos preconceitos que formam a cosmovisão europeia, que por sua vez determinou o rumo dos diversos ramos da ciência, incluindo da história e da antropologia. Para o efeito, concentra-se na teoria da evolução, da qual deriva a noção moderna de qual o lugar que o Homem ocupa no Universo. A teoria foi apropriada pelas várias correntes políticas e ideológicas, para justificar o posicionamento de cada uma, desde o liberalismo ao marxismo, passando pelo imperialismo e pelo colonialismo. O racismo científico daí resultante teve o seu impacto negativo no século XX, alterando o destino de diversos povos, colonizadores e colonizados. Mas a teoria da evolução também permitiu o avanço positivo de várias disciplinas científicas, que viriam a demonstrar a verdade,

que é contrária ao racismo científico. Da teoria da evolução, quer se concorde ou não com ela, derivam a cosmovisão predominante na Europa desde então. Seguindo a lógica da experiência hermenêutica, se são os preconceitos derivados da teoria da evolução que formam, em grande medida, as opiniões prévias de quem quer compreender, então são também eles a condição necessária para alcançar a compreensão. Por isso, não só não são colocados de parte, como são a base da segunda parte da tese, na qual os preconceitos que se adequaram à «coisa, ela mesma» são aplicados de modo consciente. Por outras palavras, as mesmas ciências que há cem anos foram usadas para validar o racismo científico – como a história e a biologia –, demonstram hoje precisamente o seu contrário. E nesta segunda parte desenvolve-se a investigação histórica, sobre a habitação primitiva europeia. Neste caso, o exercício é duplo, pois os preconceitos orientam a investigação, e a «coisa, ela mesma», que é a habitação primitiva europeia, confirma os preconceitos verdadeiros, e anula os preconceitos *falsos*. Assim se entrelaçam os dois níveis da tese, gerando a experiência hermenêutica; a tradição fala através da habitação primitiva europeia, que é representação do *dasein* (o *ser-no-mundo*), e questiona as opiniões prévias daquele que quer compreender. Na terceira parte, os preconceitos verdadeiros são integrados na filosofia e na teoria da arquitetura, revelando como a *verdade* da habitação primitiva está integrada na cosmovisão europeia. Ao final, torna-se claro como a relação entre a arquitetura erudita e a *não* erudita é estreita, ao nível do conteúdo, o que dissolve a separação académica entre ambas. E assim se encontra a resposta à questão de partida.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Cabido, José Jacob. 1994. *Reflexões Sobre o Interior Doméstico: as Mentalidades e os Espaços*. Tese de Doutoramento. Lisboa: Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa.
- Gadamer, Hans-Georg. 1999. *Verdade e Método: Traços Fundamentais de Uma Hermenêutica Filosófica*. 3ª Edição. Petrópolis: Editora Vozes.
- Giedion, Sigfried. 1959. *Space, Time and Architecture: the Growth of a new Tradition*. Third Edition, revised and enlarged. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.
- Rykwert, Joseph. 2003. *A casa de Adão no paraíso: a idéia da cabana primitiva na história da arquitetura*. São Paulo: Perspectiva.

PARTE I

Da Visão de Mundo Europeia

Introdução

A historiografia – que é a ciência de escrever a História – é inevitavelmente uma interpretação dos factos e dos acontecimentos, com o propósito de construir uma narrativa coerente, e o mais completa possível, de uma determinada época. A história da arquitetura doméstica está sujeita aos mesmos parâmetros, método e preconceitos que os restantes ramos da História, enquanto disciplina científica. E a História, por sua vez, está inserida nas ciências humanas, como é próprio de uma disciplina que estuda o ser humano, e não as leis da natureza, o que é da competência das ciências naturais. Deste modo, enquanto ciência não exata (como são a matemática ou a geometria), a historiografia e a interpretação histórica estão sempre integradas na cosmovisão que determina as regras das ciências, os seus princípios e, acima de tudo, qual o lugar do ser humano no mundo. Para conseguir dar resposta ao propósito inicial, que é integrar as diversas arquiteturas domésticas que se encontram estudadas de modo disperso e fragmentado, então é necessário racionalmente conhecer e compreender a cosmovisão que determinou a escrita da História ao longo do último século e meio. E a base da cosmovisão atual é a teoria da evolução, desenvolvida ao longo de várias décadas por diversos cientistas notáveis, e que se tornou incontornável com a obra de Charles Darwin. A teoria da evolução, originalmente centrada na biologia, rapidamente foi apropriada pelas demais ciências, reformulando a noção de qual o lugar do ser humano no universo.

Até à década de 1860, a visão de mundo na Europa foi moldada pela religião, e a cada pessoa era transmitida a convicção de que o *Livro do Génesis* era a narrativa exata de como tinha sido criado o mundo e o Homem. Assim, o ser humano tinha um lugar privilegiado no mundo, uma atenção especial de Deus, pai criador, e isso dava segurança, um sentido à existência, um significado à vida, e a autorização para dominar a natureza à sua vontade. Cada indivíduo, em maior ou menor grau, acreditava que era aquilo que Deus tinha decidido que seria, que estava a viver o destino que Deus decidira

para si; incluindo as aptidões físicas e mentais, a classe social de nascimento, e o papel social e económico desempenhado na hierarquia da sociedade, tudo estava previamente decidido por Deus e não podia ser alterado sem cometer um pecado, ou algum tipo de sacrilégio. De acordo com o dogma da predestinação, Deus já decidiu o destino de cada ser humano, muito antes de ele nascer, e um *bom* cristão tem o dever de aceitar o que de bom ou mau lhe foi concedido, bem como aceitar docilmente a estrutura social e o seu lugar nessa hierarquia, pois tudo foi assim pensado por Deus. As injustiças e as incoerências são, neste sentido, remetidas para outro dogma, segundo o qual Deus tem um plano maior, que nenhum indivíduo pode compreender e, por conseguinte, se alguns nascem pobres, ou com problemas de saúde, ou com algum tipo de limitação, devem aceitar a sua condição sem reagir, pois se Deus assim decidiu é porque é o melhor para essas pessoas. Esta perspetiva dogmática excluiu durante séculos a hipótese de desenvolver investigação científica na área da medicina, que permitisse a cura de doenças, ou a superação de limitações através de cirurgias ou transplante de órgãos, por exemplo, o que marginalizou a ciência e a medicina durante séculos, dificultando o seu progresso através dos mecanismos de perseguição, de tortura e de homicídio, usados pela Inquisição. Do mesmo modo, a doutrina religiosa excluía toda e qualquer tentativa de desenvolver teorias políticas ou sociais, sobretudo se de algum modo questionassem a hierarquia social, apresentando formas alternativas de governo, que eram alvo de cuidadosa vigilância e censura da parte dos membros da Companhia de Jesus. Esta visão de mundo tinha como propósito restringir o mais possível a liberdade individual, e a liberdade de pensamento e de expressão, para obrigar a obedecer à hierarquia social estabelecida, evitar revoltas, impedir que a maior parte da população ganhasse consciência dos seus direitos e exigisse a igualdade. Aos indivíduos, esta restrição apaziguava a angústia existencial do terror da morte. O «ser lançado ao mundo» encontrava nesta visão de mundo um conforto, uma segurança, que só é possível quando se vive anestesiado por um pesado «sono dogmático». Aos mais pobres, retirava o

peso da culpa por não estarem a reagir de modo ativo contra a repressão e a exploração a que estavam sujeitos; aos mais ricos, retirava o peso da culpa por estarem a viver uma vida ociosa, explorando cruelmente uma grande parte da população.

Com a Revolução Científica do século XVII, e com o Iluminismo do século XVIII, esta visão de mundo foi posta em causa, exigindo-se cada vez mais provas materiais e científicas de que, efetivamente, o ser humano e o mundo tinham sido criados *como e quando* estava descrito no *Génesis*. Naturalmente, as contradições surgiram rapidamente e as teorias sucederam-se, na tentativa de explicar de modo racional fenómenos que eram essencialmente simbólicos. Os maiores avanços ocorreram com as teorias que rompiam radicalmente com a doutrina religiosa, e o agente mais produtivo desta mudança foi o Iluminismo escocês, com o seu conjunto de mentes brilhantes que abriram novos caminhos, como David Hume, Adam Smith, James Watt, John Playfair, e James Hutton, entre outros. Gradualmente, esta visão de mundo foi sendo libertada dos dogmas, e a realização plena da libertação em relação à doutrina religiosa ocorreu com a publicação de *A Origem das Espécies*, de Darwin. Esta obra, fruto de uma caminhada de décadas, e da sucessão do trabalho de vários autores, reequacionou o lugar do ser humano no mundo, ao demonstrar que os humanos são apenas mais uma espécie pertencente à natureza, biologicamente integrada com outros animais, e biologicamente sujeita às mesmas leis naturais. Não obstante a grande diferença que distingue os seres humanos dos outros animais – que é a consciência – em todos os aspetos biológicos nada evidencia qualquer tipo de intervenção sobrenatural (divina) no seu processo de criação e de evolução. Do mesmo modo, tudo indica que a origem das espécies, e do globo terrestre, remontam a muitos milhares de anos, e não a apenas cerca de 4000 anos de existência, como apontavam os criacionistas, defensores da interpretação literal do *Livro do Génesis*. Foi assim desfeita a ilusão de que o Homem teria sido criado com especial atenção do Criador, tendo perdido o lugar de primazia; o ser humano é, afinal, também um animal como os outros, partilhando os mesmos recursos naturais para a sua sobrevivência. E como o longo processo de evolução foi regido por leis da natureza, foi afastada a hipótese de que Deus teria guiado essa evolução, ou que teria feito intervenções pontuais para mudar o destino da humanidade (como supostamente teria acontecido com o Dilúvio Universal). A teoria da evolução resolveu grandes mistérios da biologia e

da história dos seres humanos, mas deu início ao desencantamento que caracteriza a modernidade. O aumento de consciência gerou uma nova visão de mundo, que sendo menos dogmática e menos rígida, desencadeou a angústia existencial provocada pela consciência da mortalidade, que permanecia mais ou menos anestesada com a simplicidade de raciocínio da doutrina religiosa.

A mudança provocada pelo evolucionismo na visão de mundo levou a uma revisão de outros ramos da ciência, fez nascer novas disciplinas, e impulsionou outras ainda no seu começo. Pela mão de F. Galton, a noção de *seleção natural* foi transposta para o génio humano, colocando a hipótese se haveria ou não hereditariedade de faculdades mentais, tal como ocorre com as capacidades físicas. Infelizmente, numa época em que a sociedade estava inclinada para a defesa do colonialismo e do nacionalismo, a *eugenia* adquiriu contornos macabros de preocupação com a «purificação da raça humana», cada país tentando justificar a sua suposta supremacia cultural e económica com base em parâmetros supostamente científicos, o que veio a ser designado por racismo científico. Na obra de Galton, apesar de ser considerada ultrapassada do ponto de vista científico, e a questão por ele levantada ser controversa, encontram-se parte dos preconceitos que são a base do racismo europeu (cujo «pai fundador» foi Gobineau): se a evolução do ser humano ocorreu desde o chimpanzé até ao *Homo sapiens sapiens* moderno, então as características físicas aparentes seriam um indicador do grau de evolução mental e intelectual dos indivíduos; pele mais escura seria um sinal de proximidade com os primatas, pele mais clara seria sinal de maior evolução. Levando o raciocínio mais longe, aplicando-o à cultura e à civilização, como fez Edward Burnett Tylor, então seria possível classificar os povos segundo uma suposta evolução linear: sendo que os seres humanos com pele mais escura são oriundos de África, então africanos e afrodescendentes seriam automaticamente menos capazes do ponto de vista intelectual, e comparados a crianças. No escalão seguinte, os povos do sul da Europa, de tez bronzeada e cabelo castanho, com cultura católica, seriam mais evoluídos que os anteriores, mas ainda inferiores aos nórdicos e aos germânicos, de pele clara e cabelo loiro, e de cultura protestante. Esta fantasia, ainda hoje totalmente enraizada na mente da maior parte das pessoas, não possui qualquer fundamento científico, genético ou biológico, sendo muito menos válida a identificação linear entre as características físicas, a língua e a cultura. Na

realidade, está hoje demonstrado que, do ponto de vista genético, não há qualquer tipo de distinção entre os vários grupos humanos, que possuem os mesmos genes formando uma só raça, que é a raça humana, tal como o próprio Darwin defendia. E as diferenças visíveis na aparência, que provocam tanto impacto, são aquisições genéticas relativamente recentes, devidas a pequenas mutações nos cromossomas que regulam a pigmentação da pele, da cor da íris dos olhos e da textura e da cor do cabelo, em resposta à necessidade de adaptação à luz solar. Ou seja, a cor mais clara, da pele, dos olhos ou do cabelo, é resultado da perda de pigmentação, por menor necessidade de proteção contra a luz solar, e maior necessidade de absorção da mesma, conforme a permanência de várias gerações sucessivas em determinada região do globo. A cor mais escura tem como principal função proteger da radiação solar, que quanto mais intensa mais proteção exige. Nas regiões onde a radiação solar é menos intensa, ou até escassa, o corpo humano adaptou-se perdendo pigmentação para a conseguir absorver com maior eficácia. Esta adaptação biológica não tem ligação alguma com as capacidades mentais ou intelectuais. Mas na ausência dos dados científicos disponíveis atualmente, na época de Darwin e de Galton o racismo científico foi preponderante, e determinou a historiografia dos povos, incluindo a história da arquitetura, relegando para um plano inferior a arquitetura dos povos não europeus.

No campo da filosofia política, o evolucionismo foi adaptado por Herbert Spencer, dando origem à teoria conhecida por darwinismo social, que consiste em aplicar à sociedade as leis naturais que regem a biologia, considerando que a sociedade é como um *organismo vivo*. Assim, tal como a *seleção natural* regula a evolução das espécies, também a sociedade deveria ser regulada pela *lei do mais apto* (vulgarmente conhecida por «lei do mais forte»). O apoio do Estado, os subsídios aos mais pobres, e a publicação de leis que regulem o mercado e a economia, entre outras medidas criticadas pelo liberalismo, neste contexto seriam contra a própria natureza, amparando os mais fracos, como se a natureza criasse seres mais desfavorecidos socialmente para depois os levar à extinção, num processo de *seleção natural*. Caso a sociedade se tornasse plenamente liberal, no entender de Spencer, *naturalmente* os mais aptos, os mais capazes, os mais resilientes, iriam tornar-se bem-sucedidos, independentemente da sua origem social, e assim os mais ricos e os mais poderosos seriam efetivamente uma elite de seres capazes, que teriam alcançado o topo por

mérito próprio. E os que sucumbissem à pobreza e às dificuldades seriam vítimas de um processo (supostamente) natural de seleção, e não por terem sido esmagados pela injustiça e pelas desigualdades sociais. A crença dos liberais na *mão invisível* que guiaria a economia no sentido da justiça e da meritocracia, como defendia Adam Smith, saiu reforçada pelo cruzamento com a ideia de que a sociedade, enquanto *organismo vivo*, seria regulada pela *seleção natural*, na medida em que os seres humanos são biologicamente parte integrante da natureza. Não obstante, esta confiança esbarra com o facto de que a sociedade é uma construção artificial dos seres humanos (se não totalmente artificial, pelo menos em parte), e fruto do seu espírito e das suas emoções, que estão para além das leis da física e da biologia; a ganância, a avareza, a ambição, o orgulho, a inveja, o ciúme e a corrupção nascem da consciência e da comparação, não sendo comuns às outras espécies animais. As boas intenções de Spencer diluem-se na violência humana, que gera as desigualdades sociais, pelo paradoxo do liberalismo: a defesa absoluta da propriedade privada e o incentivo à acumulação de riqueza (mesmo que seja por meio do trabalho árduo, ou por um talento ou habilidade excepcionais), são precisamente o que causa a desigualdade entre os seres humanos, por conseguinte, a liberalização do mercado não conduz à meritocracia nem à igualdade de oportunidades e, muito pelo contrário, aumentam o fosso entre a classe dominante e as classes mais desfavorecidas. A *mão invisível* não chega a manifestar-se, pois a corrupção e a manipulação dos mais ambiciosos, sem escrúpulos, não o permite.

Na antropologia cultural, a teoria da evolução sedimentou uma compartimentação da história da Europa, que remontava a Montesquieu, em três etapas: estado selvagem (ou primitivo), barbárie e civilização. Como em biologia a evolução ocorre no sentido da simplicidade para a complexidade, de modo linear, E.B. Tylor deduziu que o mesmo teria ocorrido com a civilização. A essa *evolução* associou-se a ideia de *progresso*, pois cada avanço tecnológico gerou o aumento de riqueza e maior complexidade social. Por conseguinte, cada etapa teria sido, neste sentido, melhor que a anterior, uma superação linear, sem retrocessos, à exceção da Idade Média em relação à Antiguidade, que seria um episódio resultante de um choque de culturas, no qual uma sociedade tecnologicamente mais avançada teria sido substituída «temporariamente» por uma sociedade bárbara. O termo depreciativo «Idade Média» resulta, precisamente, desta noção de que teria sido um período

do de transição, sem identidade própria, entre duas civilizações – a Idade Antiga e a Idade Moderna – não obstante ter durado mil anos. Deste raciocínio depreendeu-se, na época de Tylor, que se poderia aplicar a mesma hierarquia às diferentes civilizações e povos do planeta, na medida em que o progresso tecnológico e económico seria o indicador claro de qual seria o grau de evolução de cada. Assim, os povos que apresentavam um modo de vida mais simples, foram designados «primitivos» e associados com a etapa mais antiga da história europeia, e os seus sinais exteriores evidenciavam uma prática mínima, ou quase nula, da agricultura (com o cultivo exclusivo de hortas para subsistência), reduzido número de bens possuídos por cada indivíduo (quase inexistente propriedade privada), e um modo de vida comunitário, em aglomerados de cabanas, por vezes até culturas ainda de caçadores-recolectores, nómadas ou com baixo grau de sedentarização. Em suma, culturas que pelos restantes continentes fora da Europa não teriam (supostamente) transitado para o neolítico, foram consideradas «primitivas» e, portanto, inferiores, por serem «atrasadas» (pois a lógica baseava-se no progresso linear no tempo), como se alguns povos tivessem sofrido a infelicidade de não conseguirem «evoluir» para a sociedade agrícola, ficando «paradas» no tempo. Outras civilizações, aparentemente menos «evoluídas» que a europeia, como as do Oriente, que não podiam ser consideradas «primitivas», mas também não correspondiam ao grau que os europeus consideravam ser igual ao seu, eram «bárbaras». Ao final, este raciocínio linear, simplista, assente unicamente em alguns parâmetros de progresso tecnológico e material, permitiu justificar o colonialismo e o imperialismo, pois a ocupação de território estrangeiro, subjuguando outros povos, tinha a justificação «moral» de que esses povos deveriam estar gratos pela ocupação, porque os europeus colonizadores estavam a fazer-lhes o favor de levar-lhes a civilização «superior», ensinando-lhes os seus costumes e as suas leis, para os tornar mais «civilizados». Se os africanos, que viviam em comunidades bem estruturadas, estavam a ser escravizados, eram por serem «inferiores» também culturalmente, e a destruição das suas culturas e a repressão dos seus costumes era justificada por serem «atrasadas» em relação a outras. Do mesmo modo, o Reino Unido pôde subjugar a Índia sem se tornar evidente que se tratava apenas de violência pura. Os governos europeus, que se dedicaram a manter e a expandir as suas colónias além-mar, usaram a hierarquização das ciências humanas para cons-

truir uma argumentação patriótica, que convenia a maior parte da população. E assim mobilizavam os jovens para a guerra contra os «terroristas» nativos, que na verdade estavam a resistir legitimamente contra a ocupação do seu território por um invasor estrangeiro, que estava a destruir a sua cultura e a tradição herdada dos seus antepassados, profanando lugares sagrados e proibindo as manifestações culturais ou religiosas do seu povo. E toda esta violência desnecessária que os europeus exerceram sobre os povos que colonizaram foi motivada unicamente pela ganância e pela ambição, com o propósito de extorquir à força as matérias-primas locais, e de usar mão-de-obra escrava para cultivar açúcar, cacau, café e outros bens alimentares com grande margem de lucro, ou para produzir bens exóticos, para importação, tão apreciados pela burguesia europeia. Deste modo, os jovens empreendedores europeus podiam emigrar para as colónias em busca de uma vida melhor, outros encontravam o seu lugar no exército, que necessitava de grande número de membros para oprimir e matar os povos subjuguados. Deste modo se reequilibrava, pelo menos em parte, o desemprego na Europa. E com a riqueza imensa gerada pela exploração vergonhosa das colónias e dos colonos, a classe média europeia tornava-se cada vez mais consumidora, e mais ávida de possuir bens para satisfazer o número crescente de necessidades artificiais.

Foi no somatório de todos os preconceitos falsos, cultivados nos últimos séculos, que os europeus construíram nacionalidades artificiais, fronteiras abstratas desligadas da vida real das comunidades locais, alimentaram uma excessiva autoestima, soberba e arrogante, com a falsa noção de que seriam superiores em relação aos outros povos, e estabeleceram uma série de relações falsas de superioridade dos povos do norte da Europa em relação aos do sul, dos povos sedentários em relação aos nómadas, da cultura citadina em relação à cultura rural, da cultura de elite em relação à cultura popular, dos mais ricos em relação aos mais pobres, e dos homens em relação às mulheres. No mesmo sentido, a historiografia da habitação sofreu as consequências de todos estes preconceitos falsos, pois foi determinada por eles. Em síntese, pode-se concluir que a cabana (com paredes de vime ou de adobe, nas suas mais diversas variantes), que foi a habitação predominante até ao feudalismo no século XII, sofreu uma discriminação fundamental, por estar associada aos grupos humanos considerados inferiores a outros, pelos mais diversos parâmetros artificiais, construídos pelos cientistas e pelos inte-

lectuais europeus dos séculos XIX e XX. Por causa de todos estes preconceitos falsos, que estão claramente ainda presentes e ativos na sociedade europeia atual, não existe uma historiografia da habitação europeia bem consolidada, ou devidamente aprofundada. São os preconceitos falsos desta cosmovisão que não permitem a integração espontânea das várias arquiteturas domésticas numa só obra teórica, nem a integração da arquitetura doméstica com a arquitetura que é obra-de-arte, para formar um todo coerente. Contudo, a mesma cosmovisão também possui preconceitos verdadeiros. A obra de Darwin em nada fazia supor o seu aproveitamento para justificar ideologias prejudiciais à humanidade, sendo que o próprio Darwin procurou repor a verdade, defendendo que não existiam várias «raças» humanas mas apenas uma só raça humana, e que a proximidade biológica com outros primatas não justificava o rebaixamento dos seres humanos, pois a consciência e a razão os distinguem dos demais. A prova de que a teoria da evolução não é em si tendenciosa é o facto de que, tanto ideologias de esquerda como de direita se apropriaram dos seus princípios, para fundamentar o seu ponto de vista. Dentro da antropologia cultural, L.H. Morgan aplicou os princípios do evolucionismo mas manteve o espírito crítico, que faltou a outros seus contemporâneos, mantendo sob suspeita e dúvida a noção linear de progresso no tempo. Profundo conhecedor das culturas nativas norte-americanas, Morgan estudou-as com o respeito e a consideração devidas, não as considerando inferiores, e até pelo contrário, admirando o seu exemplo. Ao constatar a evolução que terá ocorrido na história das tribos norte-americanas, da simplicidade para a complexidade, Morgan colocou a hipótese se uma evolução semelhante não teria ocorrido na Europa, com as tribos gregas e romanas na Antiguidade. Embora usando a mesma hierarquização em estado selvagem, barbárie e civilização, Morgan considera que o progresso não foi linear, com retrocessos durante o percurso, e até com perda significativa de igualdade social a cada etapa. Pela sua análise focada no desenvolvimento tecnológico e material, enquanto agente de mudança social, e pela sua noção de luta entre classes devida às desigualdades sociais, por sua vez provocadas pela propriedade privada, a tese de Morgan foi muito apreciada na Europa por K. Marx e F. Engels, e rejeitada formalmente pelos restantes intelectuais e cientistas europeus da ala conservadora. A sua tese é tão brilhante que se tornou a base do trabalho dos antropólogos europeus nas décadas seguintes, embora nunca sendo men-

cionado o seu nome, pelo perigo de tornar evidente o quanto as suas descobertas validam o materialismo histórico marxista. Morgan concluiu que a evolução dos povos por ele estudados ocorreu na passagem de uma sociedade antiga gentílica (assente nas *gentes*) para a sociedade democrática (assente na divisão territorial), e que o grande motor dessa evolução foi o nascimento da propriedade privada, que gerou desigualdades e conflitos sociais apenas capazes de serem regulados sob o controlo de uma estrutura democrática. Deste modo, torna-se evidente que as classes sociais e a desigualdade entre os seres humanos não existiram durante milhares de anos, até ao final da Idade do Bronze, sendo resultado de uma construção artificial, fruto da ganância e da ambição. A evolução da civilização europeia teve muito pouco de «natural», na medida em que foi fruto do espírito humano que, iluminado pelas *luzes da razão*, tanto é capaz de criar e fazer descobertas científicas e tecnológicas, como é também capaz de engendrar planos maquiavélicos de destruição, conquista, extermínio e exploração de outros seres humanos e dos recursos naturais do planeta. A capacidade inventiva humana tem tanto de criadora como de destruidora, e isso faz com que o «progresso» não seja de todo linear, muito menos um mero acontecimento biológico regido unicamente pelas leis da natureza. Pelo contrário, já os pensadores da Antiguidade clássica tinham a noção de que a humanidade estava num processo de decadência, em relação a uma Idade de Ouro inicial, na qual Saturno foi regente, e não existia violência nem desigualdade entre os seres humanos. Neste sentido, a cada época, a humanidade não só não está a evoluir moralmente, como está na realidade a perder qualidades. Não obstante, este pessimismo helénico (que Nietzsche aprofundou, embora num sentido diverso, em *O Nascimento da Tragédia, ou Helenismo e Pessimismo*) não é sinónimo de abandono da humanidade à sua sorte, muito pelo contrário, deu origem a uma tradição milenar – o arcadismo – de luta pela recuperação da Idade de Ouro, ou Arcádia (região da Grécia onde a sociedade igualitária antiga se terá mantido durante muito mais séculos do que nas regiões vizinhas). Pois a desigualdade social é uma construção artificial, que nada tem de divino nem de natural, e é resultado da propriedade privada e consequente concentração de riqueza nas mãos de uma pequena percentagem da população; então, do mesmo modo, também é possível, e até obrigatório, corrigir essa injustiça, e repor a igualdade entre os seres humanos.

Neste sentido, a Parte I da presente investigação termina com uma síntese detalhada da tese de Morgan, na qual a transição da sociedade igualitária gentílica para a sociedade democrática (assente na propriedade privada e no território) se manifestou na transição da cabana comunitária (onde habitavam em conjunto várias famílias da mesma *gens*) para a cabana unifamiliar (cada família habitando a sua cabana própria, várias cabanas formando uma aldeia da mesma *gens*).

Como advertência ao leitor, as várias transcrições ao longo dos capítulos seguintes servem o propósito de repor a verdade, confrontando com as palavras originais dos autores, para reduzir ao mínimo a possibilidade de erro de interpretação. Ao longo dos últimos duzentos anos, as palavras destes autores foram alvo de várias interpretações e de um excesso de codificação; repondo as frases originais, pretende-se renovar a interpretação, restituindo-lhes o mais possível o sentido inicial, e a intenção do autor. Uma vez que se trata de autores do século XIX, é fácil cair na tentação de atribuir-lhes responsabilidade por acontecimentos posteriores, do século XX. Contudo, os autores selecionados representam o melhor da ciência europeia de novecentos, na sua ambiguidade própria, entre o racismo e a esperança no progresso da humanidade. Há que ter presente que muitos dos preconceitos, falsos ou verdadeiros, por eles veiculados, remontam à Antiguidade, e outros só adquiriram peso para a história da Europa algumas gerações depois. A limitação aos autores anglo-saxónicos deve-se à impossibilidade de aprofundar todos os autores da mesma época, sendo estes os mais representativos. Dado que a cosmovisão europeia está assente na teoria da evolução de Darwin, a estrutura da Parte I é uma sequência de pensadores *antes e após* Darwin. Deste modo, o propósito é identificar os preconceitos centrais, fazendo uma distinção entre falsos e verdadeiros, o que permitirá na Parte II reformular, dentro do possível, as bases de uma historiografia da habitação na Europa.

Capítulo 1

Da Teoria da Evolução

Do evolucionismo. As consequências do evolucionismo na visão de mundo. O debate criação *versus* evolução. A eliminação dos milagres. A expansão da escala temporal. O conceito de um mundo em mudança. A eliminação do *design* inteligente. A inclusão do Homem na natureza. – Darwinismo. Como a ciência se desvinculou gradualmente da religião e da cosmovisão dogmática, para poder compreender as leis da natureza e o Homem. Dos antecedentes do evolucionismo. Uniformitarismo: James Hutton e Charles Lyell. Evolucionismo: Charles Darwin e Thomas Henry Huxley.

1 EVOLUCIONISMO

1.1 Introdução

Até meados do século XIX, a origem dos seres humanos foi dificilmente uma questão abordada como sendo um problema científico, devido à supremacia da doutrina religiosa, que impunha o *Livro do Génesis* (o primeiro da Bíblia) como a explicação histórica para a criação do mundo. Só com o progresso científico do século XIX, é que foram estabelecidos os princípios necessários para a aceitação de uma explicação científica, nomeadamente pela teoria da evolução das espécies, com a publicação de *On The Origin of Species* (1859)¹, da autoria do naturalista Charles Darwin (1809-1882). Foi o método das ciências naturais que proporcionou uma sólida base científica para o estudo da Pré-História.²

1.2 O debate criação versus evolução

Anteriormente ao evolucionismo darwiniano, a cosmovisão cristã impunha o *Livro do Génesis* (o primeiro da Bíblia) como a explicação histórica para a criação do mundo. De acordo com o *Génesis*, Deus criou o mundo, e todos os seres vivos que nele habitam, em sete dias. Ao sexto dia criou os animais terrestres e o Homem:

¹ *On the Origin of Species by Means of Natural Selection, or the Preservation of Favoured Races in the Struggle for Life*; ou: «Da Origem das Espécies por Meio da Seleção Natural ou a Preservação de Raças Favorecidas na Luta pela Vida».

² DÍAZ-ANDREU, 2007: 386-388, 368.

Deus disse: “Que a Terra produza seres vivos conforme a espécie de cada um: animais domésticos, répteis e feras, cada um conforme a sua espécie”. E assim se fez. Deus fez as feras da Terra, cada uma conforme a sua espécie; os animais domésticos, cada um conforme a sua espécie; e os répteis do solo, cada um conforme a sua espécie. E Deus viu que era bom.

Então Deus disse: “Façamos o homem à nossa imagem e semelhança. Que ele domine os peixes do mar, as aves do céu, os animais domésticos, todas as feras e todos os répteis que rastejam sobre a terra”. Deus criou o homem à sua imagem; à imagem de Deus Ele o criou; e criou-os homem e mulher. Deus abençoou-os e disse-lhes: “Sede fecundos, multiplicai-vos, enchei e submetei a terra; dominai os peixes do mar, as aves do céu e todos os seres vivos que rastejam sobre a terra”. E Deus disse: “Vede! Entrego-vos todas as ervas que produzem semente e estão sobre toda a Terra, e todas as árvores em que há frutos que dão semente: tudo isso será alimento para vós. E a todas as feras, a todas as aves do céu e a todos os seres que rastejam sobre a terra e nos quais há respiração de vida, dou a relva como alimento”. E assim se fez. Deus viu tudo o que havia feito, e tudo era muito bom. Houve uma tarde e uma manhã: foi o sexto dia.³

Desta descrição partiu a cosmogonia (teoria que pretende explicar a formação do universo) judaico-cristã, e dela foram depreendidos os princípios orientaram as linhas gerais das primeiras cosmogonias científicas.⁴

³ GÉNESIS, 1: 24-31. In Bíblia Sagrada, 2015: 19-20.

⁴ Os seguintes pontos de síntese são quase *ipsis verbis* extraídos de P. BOWLER – *Evolution: the History of an Idea*, 1989, pp. 4-13; considerada uma referência.

1.3 A eliminação dos milagres

Da descrição do *Livro do Génesis*, o criacionismo entende que, literalmente, o universo, a terra, a vida e o ser humano foram criados por Deus – um ser sobrenatural (superior às forças da natureza), por conseguinte, a criação foi um ato miraculoso (milagre). O que também valida a crença de que Deus intervém pessoalmente na história da humanidade ciclicamente, não só tendo formado os seres vivos na origem, mas ocasionalmente poderá ter formado novas espécies, no começo de cada era geológica.

A tese de Darwin afastou esta possibilidade, na medida em que demonstrou que as leis da natureza, por si mesmas, operam e são capazes de gerar novas espécies, sem o auxílio de forças sobrenaturais. Não obstante, a eliminação da hipótese de milagres, pode não afastar completamente a crença no sobrenatural, partindo do princípio de que Deus pode ter criado o mundo e não ter interferido mais na sua criação, deixando que as leis da natureza sigam o seu curso – que é a ideia central do *deísmo*. De modo semelhante, Deus poderá ter criado as próprias leis da natureza, sabendo qual o propósito que deveria ser alcançado, e assim toda a evolução seria o desenrolar do plano divino, um argumento usado por alguns contemporâneos de Darwin. Mas estas duas teorias são contrárias ao evolucionismo darwiniano, na medida em que implicam a interferência constante de forças sobrenaturais nos processos da natureza. E o evolucionismo rejeita a ocorrência de milagres – pois, um milagre é, por definição, uma interferência arbitrária nas leis da natureza, o que não pode ser estudado pela ciência.⁵

1.4 A expansão da escala temporal

Da interpretação literal do Génesis, depreende-se que o momento da criação ocorreu numa data concreta, com a duração literal de sete dias, numa data relativamente recente (entre 4,400 a 10,000, consoante a referência): é a tese defendida pela *teoria da terra jovem*. Esta teoria está assente na ideia de que, se Deus criou o mundo num determinado dia, então a data desse acontecimento histórico pode ser calculada. Ao longo dos séculos, diversos autores elaboraram cronologias, com base no número de gerações descritas no Antigo Testamento, para determinar a data exata da criação do mundo. Entre os séculos XVII e XIX, a referência foram os cál-

culos do arcebispo James Ussher (1581-1656), segundo o qual o Universo teria sido criado por Deus no ano de 4004 a.C.⁶ Na mesma época, o vice-chanceler da Universidade de Cambridge John Lightfoot (1602-1675), foi mais além, e determinou que a criação do Homem foi concluída às nove da manhã de Domingo, 23 de Outubro de 4004 a.C.

Já no tempo de Darwin, a maioria dos cientistas estavam certos de que a terra teria uma idade muito superior a apenas alguns milhares de anos. Atualmente, os cientistas são unânimes em afirmar⁷ que a terra terá entre quatro e cinco mil milhões de anos.⁸

1.5 O conceito de um mundo em mudança

Se Deus criou as espécies de seres vivos que habitam o planeta terra, então elas foram criadas exatamente como são atualmente, não tendo ocorrido qualquer tipo de mudança desde a origem. Parte-se do princípio de que as forças da natureza só podem manter o que Deus criou – nesta cosmovisão o mundo é estático. Esta noção parte não só do *Génesis*, mas também do pensamento medieval, que sintetizou o Cristianismo e a filosofia grega (sobretudo Aristóteles). A teoria da evolução das espécies rompeu com esta ideia, pois as espécies evoluíram e continuam a evoluir, e a própria terra sofreu grandes mudanças ao longo de milhares de milhões de anos. Na ciência moderna atual, é assumido que o mundo está em constante mudança, embora seja num processo tão lento e gradual que dificilmente nos apercebemos dele.⁹

1.6 A eliminação do design inteligente

Se Deus criou as espécies de seres vivos, então criou-as com um determinado propósito – o que se designa por *teleologia*. A complexida-

⁶ James Ussher in Encyclopædia Britannica [em linha]. Encyclopædia Britannica, inc. [consult. 2018-08-23]. Disponível na Internet: <https://www.britannica.com/biography/James-Ussher>.

⁷ Em 2016, a InterAcademy Partnership (IAP) – IAP for Science – emitiu um comunicado oficial, subscrito por 68 academias de todo o mundo, no qual declara que, num universo que terá alcançado a sua configuração atual há 11 a 15 mil milhões de anos, a terra terá sido formada há 4,5 mil milhões de anos. Disponível na Internet: <https://www.interacademies.org/10878/13901.aspx>.

⁸ BOWLER, 1989: 4-5.

⁹ BOWLER, 1989: 5.

⁵ BOWLER, 1989: 6-7.

de das espécies, e a sua capacidade de adaptação ao ambiente, fazem também parte do projeto divino, sendo uma prova da sabedoria de Deus – *teoria do design inteligente*. A *teologia natural* – uma variante da filosofia da religião – consiste em demonstrar a existência de Deus, sem recurso a revelações sobrenaturais, baseando-se apenas na razão e na experiência da natureza; neste sentido, a evolução das espécies, e a ação constante das leis da natureza, não só não excluem a existência de Deus, como são manifestações da sua imensa sabedoria e conhecimento. A natureza não poderia ter criado tais estruturas, por não ter o poder para lhes atribuir um propósito.

A cosmogonia mecânica cartesiana, e a revolução darwiniana, afastaram esta hipótese. Tanto Descartes como Darwin afirmaram que Deus era também autor das leis da natureza, mas que a ação das forças da natureza são capazes de se adaptar à mudança, sem a necessidade de cumprir um propósito sobrenatural. O evolucionismo só se torna incompatível com a teoria do *design inteligente*, na medida em que, se as espécies evoluem através da *seleção natural*, numa luta constante de *sobrevivência do mais apto*, esse é um mecanismo violento, que dificilmente se consegue atribuir a autoria a um Deus benevolente.¹⁰

1.7 A inclusão do Homem na natureza

Ao Deus ter criado o Homem à sua imagem e semelhança, colocou-o à parte da natureza, distinto dos animais, por ser dotado de vida espiritual. Os criacionistas confiam na superioridade do ser humano em relação à natureza e aos animais.

A teoria evolucionista deita biologicamente por terra esta noção, pois coloca o ser humano como um membro do reino animal, e parte integrante da natureza. Assim, não é garantido que a vida espiritual, que distingue o ser humano dos outros animais, seja suficiente para o manter acima da *lei da sobrevivência*.

Este aspeto do evolucionismo foi explorado pelo darwinismo social, defensor do liberalismo *laissez-faire*, partindo do princípio de que todas as características humanas derivam de um processo de evolução natural, o que é uma especulação que diverge da teoria de Darwin.

Para conciliar a evolução biológica, que une o ser humano aos animais, e em simultâneo preservar a noção de vida espiritual, torna-se necessário aceitar que a evolução em si, é um

¹⁰ BOWLER, 1989: 5-6.

fenómeno tanto material, quanto espiritual, o que recupera a noção de *propósito* para as espécies, desviando-se do darwinismo.¹¹ Entre as teorias concebidas com esta base, destaca-se a da autoria do filósofo e paleontólogo Pierre Teilhard de Chardin (1881-1955), que concebeu a ideia de que o universo está em evolução, em direção ao *Ponto Ómega* – o grau máximo de complexidade da consciência, no qual a humanidade se unirá a Deus (pois Jesus Cristo se descreveu como sendo *o alfa e o ómega*, ou seja, o princípio e o fim).

2 DARWINISMO

2.1 Dos antecedentes de Darwin

Durante a Idade Média e o Renascimento, diversos autores defenderam teses divergentes (ou até contrárias) à doutrina cristã, mas só com a Revolução Científica do século XVII, é que a própria cosmovisão começou a ser questionada. Em 1644, René Descartes (1596-1650), publicou *Principia Philosophiae*, onde delineou uma teoria sobre como a origem da terra teria sido inteiramente mecânica, isto é, sem a intervenção metafísica de Deus.¹² Contudo, para se salvaguardar de eventuais acusações de heresia por parte da Igreja Católica, colocou a teoria como meramente hipotética, justificando-a como sendo uma explicação abstrata de como *poderia ter sido* (mas *não foi*) porque Deus criou a terra diretamente. Esta hábil maneira de expor a sua teoria permitiu que a sua obra fosse divulgada, aparentemente sem pôr em causa a doutrina religiosa. Na prática, abriu caminho para a investigação científica sobre as origens da terra, exclusivamente sob um ponto de vista mecânico, ou seja, como resultado das leis da física (e não de um milagre).

A teoria cartesiana foi parcialmente ultrapassada em 1687, com a publicação dos três volumes de *Philosophiae Naturalis Principia Mathematica*, de Isaac Newton, nos quais formulou as suas três leis.¹³ Durante o século seguinte, os cientistas colocaram várias hipóteses tentando explicar as origens da terra, tendo por base as leis de Newton e a estrutura do pensamento cartesiano, procurando a conciliação entre a explicação física e o *Génesis*. Este progresso científico voltou a atenção para a observação da crosta terrestre, desencadeando o estudo da composição da terra, e consequente-

¹¹ BOWLER, 1989: 7-8.

¹² *Principia Philosophiae*; ou «Princípios de Filosofia».

¹³ *Philosophiae Naturalis Principia Mathematica*; ou «Princípios Matemáticos da Filosofia Natural».

mente, a descoberta de um número cada vez maior de fósseis, cuja antiguidade era incompatível com uma interpretação literal da Bíblia. Gradualmente, as incongruências foram-se acentuando, e tornou-se cada vez mais evidente que a terra não teria apenas alguns milhares de anos, como era defendido pelos cronologistas baseados no Antigo Testamento. A observação das camadas da crosta terrestre apontava para um passado muito mais remoto. Assim, tornava-se difícil comprovar a doutrina cristã, que defendia que a terra tinha a mesma idade que a humanidade, e que teria sido criada num determinado momento, mantendo-se como no original desde então até ao presente. Para ultrapassar esta discrepância, surgiram teorias sobre como a terra seria o resultado de diversos eventos catastróficos, tais como terremotos violentos, inundações e queda de cometas, e nesse sentido, um desses cataclismos teria sido o dilúvio universal descrito no *Livro do Génesis*, ao qual teria sobrevivido apenas Noé e aqueles que estavam na sua arca (Génesis, 6-9). Na medida em que o dilúvio foi um castigo de Deus imposto à humanidade, negar a sua existência provocaria um problema moral, pois iria pôr em causa a *Divina Providência*, ou seja, a intervenção direta de Deus sobre os eventos, e sobre a história da humanidade. Por esse motivo, os cientistas e os pensadores dos séculos XVII e XVIII esforçaram-se por encontrar respostas que mantivessem a teoria do dilúvio universal.

Outra grande dificuldade a ser superada era a explicação para os fósseis, que foram alvo de especial atenção pelos cientistas empiristas, que adaptaram o método de Francis Bacon (1561-1626). Os fósseis de criaturas marinhas, encontrados em zonas montanhosas, indicavam que aquelas regiões tinham estado outrora submersas, no fundo do mar, levantando uma questão particularmente difícil de resolver. Os fósseis conhecidos também indicavam que existiram espécies que entretanto foram extintas, outro problema difícil de solucionar, na medida em que, se Deus criou os animais, não poderia ser o com propósito de os fazer desaparecer. Na tentativa de dar resposta a estas duas questões, surgiu a teoria das catástrofes – ou *catastrofismo* – que defendia que os níveis estratigráficos da terra teriam sido formados por cataclismos consecutivos, provocando a extinção de espécies, o que explicaria a desconexão entre as espécies dos fósseis conhecidos à época. Esta hipótese veio a ser consolidada no início do século XIX, pelo naturalista francês Georges

Cuvier (1769-1832), e esteve em voga até ter sido excluída pelo *evolucionismo*.¹⁴

Na viragem do século XVIII para o século XIX, o estudo da origem da terra tornou-se uma disciplina científica especializada: a geologia.

2.2 Uniformitarismo: James Hutton e Charles Lyell

No final do século XVIII, a questão fundamental para o estudo da crosta terrestre era explicar como rochas sedimentares, formadas por sedimentos depositados pela água, são atualmente terra firme. Com o avanço da mineralogia, surgiu a teoria de que a terra teria estado submersa debaixo de um oceano primordial, com a mesma profundidade que as montanhas mais altas, no qual os minerais que compõem as rochas teriam estado em suspensão; com a redução gradual do nível da água, sucessivas camadas desses minerais teriam ficado depositados sobre um depósito de rocha original do tempo da criação do mundo, formando a crosta terrestre. (Esta teoria não apresentou uma explicação plausível para o que teria acontecido a tão grande quantidade de água, que desaparecera.) Esta hipótese foi consolidada por Abraham Gottlob Werner (1749-1817), sendo designada por *neptunismo* (em alusão a Neptuno, deus dos mares), ou *wernerismo*. (Embora tendo sido descartada esta teoria como explicação para a criação da terra, a teoria do *neptunismo* de Werner veio a confirmar-se válida no que diz respeito à formação das rochas sedimentares, como os calcários.)¹⁵

Em oposição ao *wernerianismo*, o geólogo escocês James Hutton (1726-1797) formulou a tese de que a crosta terrestre é composta por sucessivas camadas de rochas formadas pelo arrefecimento lento do magma, posteriormente sujeito à ação da erosão e da deposição, num processo contínuo. Por estar assente na ação do calor subterrâneo, a sua hipótese tornou-se conhecida por *plutonismo* (ou *vulcanismo*, por referência a Plutão, o deus grego do mundo subterrâneo, e a Vulcano, o deus romano do fogo e dos vulcões). (Esta teoria veio a ser validada no que diz respeito à formação das rochas ígneas, como o granito e o basalto.) A moderna teoria da origem das rochas, ainda hoje incorpora elementos do *neptunismo* de Werner, e do *plutonismo* de Hutton.¹⁶

¹⁴ BOWLER, 1989: 29-35.

¹⁵ GEIKIE, 1897: 102-116, 137.

¹⁶ BOWLER, 1989: 45-49.

Com a publicação de *Theory of the Earth* (1795), Hutton estabeleceu, igualmente, o princípio do *uniformitarismo*, que foi a base fundamental para a consolidação da geologia, enquanto ciência.¹⁷ Assim, segundo Hutton, o «pai fundador» da geologia moderna, a terra seria muito antiga, e os processos geológicos teriam sido sempre graduais e lentos, regidos por leis constantes da natureza, ocorrendo do mesmo modo, com a mesma intensidade e gerando os mesmos resultados, tanto no passado como no presente. Deste modo, pela observação dos processos geológicos no presente, seria possível reconstituir e interpretar os fenômenos geológicos ocorridos no passado. Este princípio é designado por *uniformitarismo*. Efetivamente, hoje estima-se que a origem da terra remontará a cerca de 4,5 bilhões de anos, e que os processos geológicos são graduais e lentos (esta teoria só não se mantém válida atualmente em relação às condições geológicas, que se considera serem hoje muito diferentes das condições em que teve origem a terra). E estava assim aberto o caminho para uma abordagem científica da história da terra, totalmente desvinculada da doutrina religiosa.¹⁸

Não obstante o brilhantismo das suas ideias, o seu discurso escrito adiou a divulgação da sua doutrina; a ordem dos temas não era clara, e a prosa era demasiado elaborada, tornando-se fastidioso estudar os seus textos. Este obstáculo foi superado por John Playfair (1748-1819), amigo próximo de Hutton, que publicou uma síntese da sua doutrina, num estilo claro, preciso e elegante, em *Illustrations of the Huttonian Theory of the Earth* (1802).¹⁹ A teoria de Hutton foi, finalmente, divulgada, e o seu mérito foi reconhecido. O seu maior contributo para a ciência europeia foi a noção essencial de que a terra seria *muito antiga*, o que alargou os horizontes da História natural. E, *last but not least*, Hutton trouxe para as ciências naturais a noção de que *o presente é a chave para o passado*,²⁰ formulada pelo filósofo David Hume (1711-1776). Também a ele se devem as noções basilares que vieram a dar origem aos conceitos de *evolução* e de *seleção natural*, décadas mais tarde. Hutton aplicou o princípio do *uniformitarismo* a todas as criaturas vivas, e concluiu que, na natureza, os indivíduos com características que são mais favoráveis à sua adaptação ao seu meio, tendem a sobreviver, a multiplicar-se e a transmitir as suas características favoráveis às

gerações seguintes, preservando a sua espécie; enquanto os indivíduos com características menos favoráveis, tendem a extinguir-se:

[...] Wisdom of nature, in the seminal variation of organised bodies, is now the object of our contemplation, with a view to see that the acknowledged variation, however small a thing in general it may appear, is truly calculated for the preservation of things, in all that perfection with which they had been, in the bounty of nature, first designed. Now, this will be evident, when we consider, that if an organised body is not in the situation and circumstances best adapted to its sustenance and propagation, then, in conceiving an indefinite variety among the individuals of that species, we must be assured, that, on the one hand, those which depart most from the best adapted constitution, will be most liable to perish, while, on the other hand, those organised bodies, which most approach to the best constitution for the present circumstances, will be best adapted to continue, in preserving themselves and multiplying the individuals of their race.²¹

Para o efeito, Hutton acrescenta um exemplo que ilustra como, na natureza, tendem a ser preservadas as características favoráveis à sobrevivência das espécies, abrindo o caminho para o que Darwin veio a designar por *seleção natural*. O exemplo dado é uma determinada raça de cães, que no seu contexto necessita, sobretudo, de velocidade na corrida e de agilidade na visão, para poder sobreviver; então, os indivíduos dessa raça menos dotados com essas qualidades serão os mais sujeitos a perecer, e os mais dotados com essas qualidades terão maior probabilidade de sobreviver, e de se multiplicar, preservando a raça. Mas se as circunstâncias forem diferentes, exigindo acima de tudo, um faro apurado, para a sobrevivência dos cães dessa mesma raça, então a tendência seria o desenvolvimento de uma raça de cães especialmente dotados com faro apurado, em vez de uma raça de cães particularmente dotados de agilidade, ou visão apurada:

Let us, for example, suppose that a race of dogs are so situated, that nothing but swiftness of foot and quickness of sight could be useful, in procuring to them the necessities of life; it must be evident, that the most defective in respect of those necessary qualities, would be the most subject to perish, and that those who employed them in greatest perfection would be best pre-

¹⁷ GEIKIE, 1897: 150, 159.

¹⁸ BOWLER, 1989: 138.

¹⁹ GEIKIE, 1897: 159, 166.

²⁰ GEIKIE, 1897: 168.

²¹ HUTTON, 1794: 500-501 [Section XIII, Chap.III].

served, consequently, would be those who would remain, to preserve themselves, and to continue the race; and, this race would continue, in those circumstances, to preserve itself in all its perfection. But, let us change the circumstances of this race, and let us suppose, that the acuteness of his smell were more necessary to the sustenance of the animal, than the sharpness of his sight, or the swiftness of his feet, in that case, the natural tendency of the race, acting upon the same principle of seminal variation, would be to change the qualities of the animal, and to produce a race of well scented hounds, instead of those who catch their prey by swiftness.²²

Esta teoria da evolução, segundo a qual os caracteres adquiridos podiam ser herdados, não é da autoria de Hutton; remonta à Antiguidade Grega, a Hipócrates (460-370 a.C.) e a Aristóteles (384-322 a.C.). Mas estava em voga no seu tempo, sobretudo devido ao contributo dos naturalistas franceses, Georges-Louis Leclerc, conde de Buffon (1707-1788) e Jean-Baptiste Lamarck (1744-1829). Do mesmo modo, também despertou o interesse de Erasmus Darwin (1731-1802),²³ físico e biólogo britânico, atualmente mais conhecido por ter sido o avô de Charles Darwin e de Francis Galton. Segundo esta teoria, que ficou conhecida por *lamarckismo*, os animais que são obrigados a adaptar-se a uma mudança no seu habitat, desenvolvem mais os órgãos mais usados nessa adaptação, levando ao enfraquecimento de outros órgãos, menos usados. Nesse maior desenvolvimento de determinados órgãos em relação a outros, surgiam características, que seriam herdadas pelas gerações futuras, um conceito designado por *herança suave*. O lamarckismo foi predominante no campo da biologia durante o século XIX, e só foi ultrapassado na década de 1930.

O *uniformitarismo* de Hutton foi consolidado décadas mais tarde, com a publicação de *Principles of Geology* (1830-33), do geólogo escocês Charles Lyell (1797-1875).²⁴ Neste sentido, Lyell defendeu igualmente que os processos geológicos da terra foram sempre graduais e lentos, e regidos por leis constantes da natureza,

²² HUTTON, 1794: 501 [Section XIII, Chap.III].

²³ *Erasmus Darwin* in Encyclopædia Britannica [em linha]. Encyclopædia Britannica, inc. [consult. 2019-05-07]. Disponível na Internet: <https://www.britannica.com/biography/Erasmus-Darwin>.

²⁴ *Charles Lyell* in Encyclopædia Britannica [em linha]. Encyclopædia Britannica, inc. [consult. 2018-08-11]. Disponível na Internet: <https://www.britannica.com/biography/Sir-Charles-Lyell-Baronet>.

o que permite deduzir e compreender fenómenos do passado pela observação dos fenómenos geológicos do presente.²⁵ No contexto da sua «teoria do desenvolvimento progressivo da vida orgânica», Lyell coloca a hipótese de que a vida orgânica terá evoluído ao longo do tempo, o que é comprovado pela observação de fósseis (de fauna e de flora) nas diversas estruturas geológicas, e que o ser humano tem origem mais recente do que outras espécies já extintas. Tendo constatado por observação empírica que o ser humano é relativamente moderno, Lyell coloca a hipótese de que o seu aparecimento terá sido apenas mais uma etapa num processo de desenvolvimento natural:

It is on other grounds that we are entitled to infer that man is, comparatively speaking, of modern origin; and if this be assumed, we may then ask whether his introduction can be considered as one step in a progressive system, by which, as some suppose, the organic world advanced slowly from a more simple to a more perfect state? In reply to this question, it should first be observed, that the superiority of man depends not on those faculties and attributes which he shares in common with the inferior animals, but on his reason, by which he is distinguished from them.²⁶

Com estes princípios estabelecidos na ciência estava aberto o caminho para Darwin, que no ano seguinte, em 1831, leu com grande entusiasmo o primeiro volume de Lyell, a bordo do navio HMS Beagle.²⁷

2.3 *Evolucionismo: Charles Darwin e Thomas Henry Huxley*

Com 22 anos de idade, Darwin iniciou uma viagem de circum-navegação, que durou os cinco anos seguintes, realizada sobretudo na América do Sul, mas incluindo passagem por Cabo Verde, Taiti, Nova Zelândia e Austrália. Ao longo do percurso, recolheu dados suficientes para completar um diário de 770 páginas, que viriam a servir de fundamento às suas publicações futuras, nomeadamente.

No primeiro capítulo de *On The Origin of Species*, de 1859 – «variação no estado domés-

²⁵ LYELL, 1837: 227-258.

²⁶ LYELL, 1837: 247-48.

²⁷ *Charles Darwin* in Encyclopædia Britannica [em linha]. Encyclopædia Britannica, inc. [consult. 2017-02-04]. Disponível na Internet: <https://www.britannica.com/biography/Charles-Darwin>.

tico» –, Darwin aborda a *seleção artificial* (seleção feita pelo Homem), no que diz respeito às variantes individuais das espécies domesticadas (como no caso da procriação de bovinos, cães ou cavalos de bom *pedigree*, cuidadosamente feita pelos seus criadores). A primeira constatação é a de que indivíduos da mesma espécie ou variedade de plantas e animais domesticados, possuem maior diferença entre si, do que entre indivíduos da mesma espécie ou variedade no estado selvagem. Neste sentido, um criador (por exemplo, de cães de *raça pura* ou de cavalos puro-sangue) tem como prioridade a escolha de um espécime, um exemplar, com determinadas características físicas ou comportamentais, consideradas superiores ou mais favoráveis aos interesses do seu proprietário (como a aptidão de cães para caçar ou guardar rebanhos, e a aptidão de cavalos para a competição em corridas). O acasalamento irá ser conduzido de modo a garantir o cruzamento com fêmeas da mesma família, linhagem ou raça, de modo a garantir a preservação dessas características. Uma das consequências da *seleção artificial* seria, portanto, a existência de maior número de variantes nas espécies domesticadas, pela adaptação a que foram sujeitas por intervenção humana.

Na época colocava-se a hipótese de que as espécies seriam imutáveis, ou seja, que os animais domésticos existentes, teriam surgido no passado remoto, em estado selvagem, passando de geração em geração as suas características específicas até às espécies atuais. Na origem seriam, portanto, várias as espécies ancestrais, uma para cada espécie e raça atual. Cada espécie teria um *arquétipo* original, do qual teriam derivado as suas variantes (subespécies), o que leva a concluir que os arquétipos iniciais seriam numerosos. Darwin considerou pouco provável que tão grande número de espécies ancestrais selvagens se tivesse extinguido em simultâneo, e sem deixar vestígios. Na sua opinião, as atuais espécies e raças domésticas seriam descendentes de apenas algumas espécies e raças ancestrais selvagens, das quais teriam divergido um grande número de variantes, num processo de *seleção artificial* gradual e muito lento. Contudo, este método apresenta limites, na medida em que é capaz de manipular características físicas ou comportamentais aparentes, mas não é capaz de criar características novas, ou de alterar significativamente a estrutura, dando origem a uma nova raça. O ser humano só consegue manipular características criadas pela natureza:

On the view here given of the all-important part which selection by man has played, it becomes at once obvious, how it is that our domestic races show adaptation in their structure or in their habits to man's wants and fancies. We can, I think, further understand the frequently abnormal character of our domestic races, and likewise their differences being so great in external characters and relatively so slight in internal parts or organs. Man can hardly select, or only with much difficulty, any deviation of structure excepting such as is externally visible; and indeed he rarely cares for what is internal. He can never act by selection, excepting on variations which are first given to him in some slight degree by nature.²⁸

No segundo capítulo, sobre a variação na natureza, Darwin conclui que a maior variedade na natureza ocorre nas espécies dominantes, que são aquelas que melhor se adaptam ao lugar que ocupam e cobrem maior área geográfica. Tendem a reproduzir-se em maior número, gerando mais indivíduos dominantes e variedades, e assim tornando-se cada vez mais dominante. Mas as espécies dominantes também tendem a fragmentar-se em géneros de menor escala. E é assim que na natureza surgem variantes, com grupos gerando subgrupos:

We have, also, seen that it is the most flourishing and dominant species of the larger genera which on an average vary most; and varieties, as we shall hereafter see, tend to become converted into new and distinct species. The larger genera thus tend to become larger; and throughout nature the forms of life which are now dominant tend to become still more dominant by leaving many modified and dominant descendants. But by steps hereafter to be explained, the larger genera also tend to break up into smaller genera. And thus, the forms of life throughout the universe become divided into groups subordinate to groups.²⁹

No terceiro capítulo, sobre a luta pela existência, é colocada a questão sobre como é que as variantes na natureza, novas espécies ainda em potência, chegam a gerar novas espécies, diferentes daquela que lhe deu origem inicialmente. E a resposta reside na luta pela existência, segundo a qual, qualquer variante que, por qualquer motivo, é de algum modo vantajosa para um indivíduo de determinada espécie, na sua relação complexa com outros seres orgâni-

²⁸ DARWIN, 1859: 38-39.

²⁹ DARWIN, 1859: 59.

cos e a natureza externa, tenderá a preservar esse indivíduo, e será herdada pela sua descendência. Darwin deu o nome de *seleção natural* a este princípio:

Owing to this struggle for life, any variation, however slight and from whatever cause proceeding, if it be in any degree profitable to an individual of any species, in its infinitely complex relations to other organic beings and to external nature, will tend to the preservation of that individual, and will generally be inherited by its offspring. The offspring, also, will thus have a better chance of surviving, for, of the many individuals of any species which are periodically born, but a small number can survive. I have called this principle, by which each slight variation, if useful, is preserved, by the term of Natural Selection, in order to mark its relation to man's power of selection. We have seen that man by selection can certainly produce great results, and can adapt organic beings to his own uses, through the accumulation of slight but useful variations, given to him by the hand of Nature. But Natural Selection, as we shall hereafter see, is a power incessantly ready for action, and is as immeasurably superior to man's feeble efforts, as the works of Nature are to those of Art.³⁰

No quarto capítulo, onde aprofunda a *seleção natural*, acrescenta que as mudanças que obrigam a uma adaptação às condições de vida favorecem o surgimento de novas variantes, tornando os indivíduos cada vez mais capazes na luta pela existência. As variantes em si, não são positivas ou negativas; essa distinção surge perante o esforço de adaptação ao meio. Na natureza, as variantes que são vantajosas são preservadas, e as variantes desvantajosas tendem a tornar-se cada vez menos comuns. Isto não ocorre do mesmo modo com os indivíduos domesticados, que são preservados, o mais possível, pelo ser humano. Colocados ao abrigo das mudanças, e com auxílio artificial para sobreviver, nos indivíduos domésticos as variantes vantajosas e as desvantajosas tendem a ser igualmente preservadas, pois a variantes que o ser humano considera positivas são vantajosas para si e para os seus interesses, e não necessariamente para a evolução das espécies. Assim, os indivíduos domesticados não desenvolvem todo o seu potencial, e tornam-se menos capazes do que os seus congêneres selvagens. As obras humanas são sempre inferiores, quando comparadas com as da natureza:

³⁰ DARWIN, 1859: 61.

How fleeting are the wishes and efforts of man! How short his time! And consequently how poor will his products be, compared with those accumulated by nature during whole geological periods. Can we wonder, then, that nature's productions should be far 'truer' in character than man's productions; that they should be infinitely better adapted to the most complex conditions of life, and should plainly bear the stamp of far higher workmanship?³¹

A evolução das espécies terá sido, por conseguinte, um processo gradual, e também muito lento, pois as modificações nas variantes, de geração em geração, são quase imperceptíveis:

It may be said that natural selection is daily and hourly scrutinising, throughout the world, every variation, even the slightest; rejecting that which is bad, preserving and adding up all that is good; silently and insensibly working, whenever and wherever opportunity offers, at the improvement of each organic in relation to its organic and inorganic conditions of life. We see nothing of these slow changes in progress, until the hand of time has marked the long lapse of ages, and then so imperfect is our view into long past geological ages, that we only see that the forms of life are now different from what they formerly were.³²

Para que os indivíduos de hoje tenham adquirido caracteres tão distintos dos seus antepassados remotos, ao ponto de se tornarem espécies ou subespécies diferentes, o período de tempo entre ambos teve de ser longo. Contudo, na época de Darwin, o estudo dos registos geológicos estava ainda no começo, o número de fósseis conhecidos era reduzido, e tinham formas específicas distintas, o que não permitia demonstrar a relação entre eles. É no nono capítulo que é debatida esta questão, com o reconhecimento pelo trabalho de Lyell.

Deste modo, Lyell e Darwin colocaram o ser humano ao mesmo nível dos outros seres vivos, tornando-o igualmente objeto de estudo científico. O passo seguinte foi a aplicação desta teoria à evolução biológica do ser humano, e foi dado por Thomas Henry Huxley (1825-1895),³³ com a publicação de *Evidence as to Man's Pla-*

³¹ DARWIN, 1859: 84.

³² DARWIN, 1859: 84.

³³ *Thomas Henry Huxley* in Encyclopædia Britannica [em linha]. Encyclopædia Britannica, inc. [consult. 2019-05-07]. Disponível na Internet: <https://www.britannica.com/biography/Thomas-Henry-Huxley>.

ce in Nature, de 1863.³⁴ Huxley era amigo de Darwin, e foi um dos responsáveis pela publicação da *Origem das Espécies*.

No capítulo II, «On the Relations of Man to the Lower Animals», Huxley faz uma análise do desenvolvimento embrionário de um cão, a partir de uma célula, dentro do ovo no ventre da sua progenitora, que se vai segmentando e formando os diversos órgãos do animal em gestação. Constata que a proximidade entre animais na sua idade adulta é igualmente evidente quando ainda são apenas embriões. Assim, o embrião de uma cobra tem muito mais afinidade estrutural com o embrião de um lagarto do que com o embrião de um pássaro, e o embrião de um cão tem maior afinidade com o de um gato, do que com o de um pássaro. Só depois desta cuidadosa introdução é que Huxley compara o embrião do ser humano ao de outros animais, para demonstrar a sua proximidade, uma teoria que já estava em voga há trinta anos. Ou seja, ao contrário do que defendia a doutrina religiosa, de que o ser humano fora criado por Deus como um ser à parte, especial, o que lhe dava um poder excepcional sobre a natureza, estava esclarecido que o ser humano não era diferente dos animais, e que era parte integrante da natureza, sujeito às suas leis e ao seu poder:

Thus the study of development affords a clear test of closeness of structural affinity, and one turns with impatience to inquire what results are yielded by the study of the development of Man. Is he something apart? Does he originate in a totally different way from Dog, Bird, Frog, and Fish, thus justifying those who assert him to have no place in nature and no real affinity with the lower world of animal life? Or does he originate in a similar germ, pass through the same slow and gradually progressive modifications, – depend on the same contrivances for protection and nutrition, and finally enter the world by the help of the same mechanism? The reply is not doubtful for a moment, and has not been doubtful any time these thirty years. Without question, the mode of origin and the early stages of the development of man are identical with those of the animals immediately below him in the scale: – without a doubt, in these respects, he is far nearer the Apes, than the Apes are to the Dog.³⁵

De seguida, Huxley aborda a proximidade entre o ser humano e o macaco, com uma análise

se cuidadosa entre ambos, para concluir que existe maior afinidade entre o ser humano e o chimpanzé e o gorila, do que entre estes e os outros primatas, constatando que o ser humano faz parte da linha de evolução dos primatas:

There would remain then, but one order for comparison, that the Apes (using that word in its broadest sense), and the question for discussion would narrow itself to this – is Man so different from any of these Apes that he must form an order by himself? Or does he differ less from them than they differ from one another, and hence must take his place in the same order with them?³⁶

It is quite certain that the Ape which most nearly approaches man, in the totality of its organization, is either the Chimpanzee or the Gorilla; and as it makes no practical difference, for the purposes of my present argument, which is selected by comparison, on the one hand, with Man, and on the other hand, with the rest of the Primates, I shall select the latter.³⁷

I have endeavoured to show that no absolute structural line of demarcation, wider than that between the animals which immediately succeed us in the scale, can be drawn between the animal world and ourselves; and may I add the expression of my belief that the attempt to draw a physical distinction is equally futile, and that even the highest faculties of feeling and of intellect begin to germinate in lower forms of life.³⁸

Estava assim esbatida a fronteira que a religião tinha traçado entre o ser humano e os animais. Huxley tornou-se o mais célebre defensor da teoria da evolução. Em 30 de Junho de 1860, ocorreu um dos mais célebres debates científicos, na Universidade de Oxford, com o tema «Darwinismo e Sociedade», no qual Huxley (representando a ciência) teve uma acesa discussão com o Bispo Samuel Willberforce (defendendo a posição da Igreja Anglicana), e saiu vencedor do debate, o que lhe valeu a alcunha de *Darwin's Bulldog* (buldogue de Darwin).

3 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bíblia Sagrada – Edição Pastoral. 2015. Lisboa: Paulus Editora.

³⁴ *Evidence as to Man's Place in Nature*; ou: «Evidências Sobre o Lugar do Homem na Natureza».

³⁵ HUXLEY, 1863: 80-81.

³⁶ HUXLEY, 1863: 85.

³⁷ HUXLEY, 1863: 86.

³⁸ HUXLEY, 1863: 129.

- Bowler, Peter J. 1989. *Evolution: The History of an Idea*. Revised Edition. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press.
- Darwin, Charles. 1859. *On the Origin of Species by Means of Natural Selection, or the Preservation of Favoured Races in the Struggle for Life*. London: John Murray. archive.org/details/onoriginofspec00darw
- Díaz-Andreu, Margarita. 2007. *A World History of Nineteenth-Century Archaeology: Nationalism, Colonialism and the Past*. Oxford: Oxford University Press.
- Geikie, Archibald. 1897. *The Founders of Geology*. London, New York: Macmillan and Co. archive.org/details/foundersgeology02geikgoog
- Hodge, Jonathan & Radick, Gregory (EE.). 2003. *The Cambridge Companion to Darwin*. Cambridge, New York, Melbourne: Cambridge University Press.
- Hutton, James. 1788. «Theory of the Earth: or an Investigation of the Laws observable in the Composition, Dissolution, and Restoration of Land upon the Globe». *Transactions of the Royal Society of Edinburgh*, Vol. I, Part II: Papers of the Physical Class, pp. 209-304. Edinburgh: Printed for J. Dickson. archive.org/details/transactionsofro01roya
- Hutton, James. 1794. *An Investigation of the Principles of Knowledge: And of the Progress of Reason, From Sense to Science and Philosophy*. Vol. II. Edinburgh: Printed for A. Strahan, and T. Cadell, London. search.lib.virginia.edu/catalog/uva-lib:2431718
- Huxley, Thomas H. 1863. *Evidence as to Man's Place in Nature*. New York: D. Appleton and Company. archive.org/details/evidenceastomans00huxl/page/n7
- Lyell, Charles. 1837. *Principles of Geology: being an attempt to explain the former changes of the Earth's surface, by reference to causes now in operation*. Vol. I. Fifth Edition. London: John Murray. archive.org/details/Lyell1837jf09J-a
- Playfair, John. 1802. *Illustrations of the Huttonian Theory of the Earth*. Edinburgh: Cadell and Davies. archive.org/details/NHM104643
- Smith, Adam. 1896. *Lectures on Justice, Police, Revenue and Arms, Delivered in the University of Glasgow by Adam Smith, reported by a student in 1763*. Edited with an introduction and notes by Edwin Cannan. Oxford: at the Clarendon Press. archive.org/details/lecturesonjustic00smituoft

Capítulo 2

Do Darwinismo Social

Do darwinismo social. – Francis Galton: a hereditariedade do gênio. A lei da *seleção natural* aplicada ao gênio humano. Platão, eugenia e o aprimoramento da «raça» humana. – Herbert Spencer: os princípios da biologia. A aplicação das leis da evolução natural ao organismo social. O corpo político, Platão e Hobbes. O progresso social e a crença na *mão invisível* que supostamente guia as leis da economia, que se designa por liberalismo *laissez-faire*. Como a ambiguidade ideológica de Darwin abriu caminho para interpretações diversas na teoria política.

1 DA EUGENIA

1.1 *Hereditariedade do Gênio: Francis Galton*

Na sequência da publicação de *On The Origin of Species*, Francis Galton (1822-1911), que era primo de Darwin (e igualmente neto de Erasmus Darwin), publicou *Hereditary Genius: An Inquiry into its Laws and Consequences* (1869), onde se propõe demonstrar que as habilidades naturais do ser humano são hereditárias, e sujeitas às mesmas limitações que as características físicas. Assim, tal como a criação de cães e os cavalos de bom *pedigree* é cuidadosamente feita de modo a preservar as suas melhores características, passando-as para a sua descendência, também os seres humanos mais dotados deveriam preservar a transmissão das suas capacidades à sua descendência, através de casamentos realizados cuidadosamente, durante várias gerações consecutivas, levando ao aprimoramento de uma raça de qualidade superior:

I propose to show in this book that a man's natural abilities are derived by inheritance, under exactly the same limitations as are the form and physical features of the whole organic world. Consequently, as it is easy, notwithstanding those limitations, to obtain by careful selection a permanent breed of dogs or horses gifted with peculiar powers of running, or of doing anything else, so it would be quite practicable to produce a highly-gifted race of men by judicious marriages during several consecutive generations.¹

Neste sentido, Galton fez um levantamento de um determinado número de homens ilustres

(entre eles juízes, estadistas, altas patentes do exército, cientistas notáveis, poetas, músicos, pintores, e acadêmicos de prestígio, entre outros), que se tornaram célebres, quer pela sua reputação, quer pelas suas habilidades naturais. O propósito era a verificação de quantos indivíduos, próximos a esses notáveis por laços de sangue, eram igualmente dotados; e se a frequência dessas mesmas capacidades excepcionais era mais frequente nesses grupos do que na população em geral. Apesar das limitações evidentes (que ele próprio constata), de um estudo desta natureza, foi possível reunir dados sobre 300 famílias, com 1000 indivíduos eminentes, dos quais 415 se tornaram célebres.² Foi possível concluir que o número de filhos eminentes é muito superior ao número de irmãos ou pais, ou seja, que homens dotados de *gênio* tendem a ter filhos igualmente dotados (sobretudo no caso da classe dos artistas); em segundo lugar, têm um irmão igualmente dotado; e em terceiro lugar, são filhos de um pai igualmente dotado de gênio. Este número diminui em proporção quando se passa para parentes em segundo grau, como avós, tios, sobrinhos e netos, e torna-se ainda menor o número de homens igualmente dotados entre parentes do terceiro grau, como bisavós, tios-avós, sobrinhos-netos, bisnetos ou primos em primeiro grau, sendo estes últimos os que ocupam melhor posição. Outra conclusão foi a relativa uniformidade entre as diversas profissões, no que se refere a estes

² A associação que Galton fez entre a notabilidade (a reputação social) e a habilidade (o gênio), é falaciosa, pois não tem em consideração que indivíduos de capacidade mediana podem alcançar grande mérito se tiverem vantagem social, ou que indivíduos especialmente dotados podem ver o seu progresso boicotado por entraves sociais.

¹ GALTON, 1869: 1.

resultados. Para Galton, estes dados apontavam para uma possível *hereditariedade do gênio*.³

Baseando-se no primeiro capítulo da *Origem das Espécies* de Darwin - «Variação no estado doméstico» -, Galton aborda a questão da preservação das qualidades dos indivíduos, pelo cuidadoso cruzamento com fêmeas do mesmo *pedigree* ou, no caso dos seres humanos, pelo casamento com mulheres da mesma categoria. A transmissão do gênio para a descendência é, segundo a sua perspectiva, preservada pelo casamento com mulheres acima da média, para que essas capacidades não se percam:

The large number of eminent descendants from illustrious men must not be looked upon as expressing the results of their marriage with mediocre women, for the average ability of the wives of such men is above mediocrity. This is my strong conviction, after reading very many biographies, although it clashes with a commonly expressed opinion that clever men marry silly women. It is not easy to prove my point without a considerable mass of quotations to show the estimation in which the wives of a large body of illustrious men were held by their intimate friends, but the two following arguments are not without weight. First, the lady whom a man marries is very commonly one whom he has often met in the society of his own friends, and therefore not likely to be a silly woman. She is also usually related to some of them, and therefore has a probability of being hereditarily gifted. Secondly, as a matter of fact, a large number of eminent men marry eminent women.⁴

No capítulo sobre «o valor comparativo das diferentes raças», estabelece uma hierarquia, na qual a população anglo-saxônica é a superior, seguida da população africana (o *indivíduo médio negro* supostamente estaria «dois graus» abaixo do *indivíduo médio anglo-saxônico*), e a população australiana aborígine em último lugar (ou «um grau» abaixo da população africana). Entre os indivíduos do Reino Unido, os mais elevados seriam os escoceses das Terras Baixas (a região sul, mais rica, onde se situam Edimburgo e Glasgow), e do Norte da Inglaterra, em comparação com a população inglesa média (que estava diminuída, devido ao desgaste provocado nos indivíduos pelo trabalho excessivo, sobretudo nas cidades). A raça mais eminente, nesta classificação, é a população grega da Antiguidade (os *indivíduos atenienses*

médios estariam «dois graus» acima dos *indivíduos anglo-saxônicos médios*).⁵

Uma vez estabelecida a comparação, Galton propõe que sejam feitos esforços no sentido de elevar a fasquia da população britânica em, pelo menos, «um grau», para se aproximar da população grega da Antiguidade. Pois, no seu entender, a civilização atingira um grau muito elevado de exigência, necessitando de maior número de indivíduos com boas capacidades intelectuais do que o existente; a adaptação a esta condição seria o equivalente à adaptação feita ao longo da evolução das espécies, por meio da *seleção natural*. Mas quando a *seleção natural* não é suficiente para dar resposta às exigências feitas pelo meio (como entende Galton, que o número de indivíduos dotados de gênio não é suficiente para dar resposta), então torna-se necessário recorrer à *seleção artificial* para garantir a continuidade da espécie, ou neste caso, entenda-se, da civilização.

Não obstante o evidente racismo de Galton, há que salvaguardar que a sua preocupação era o aprimoramento da população em geral, e para tal ele defendia a igualdade de oportunidades para todos, sobretudo ao nível da formação académica, para dar origem a uma sociedade na qual se destacariam os mais capazes, e não os mais favorecidos por herança social; os menos aptos deveriam ser amparados; e os emigrantes mais capazes deveriam ser acolhidos:

The best form of civilization in respect to the improvement of the race, would be one in which society was not costly; where incomes were chiefly derived from professional sources, and not much through inheritance; where every lad had a chance of showing his abilities, and, if highly gifted, was enabled to achieve a first-class education and entrance into professional life, by the liberal help of the exhibitions and scholarships which he had gained in his early youth; where marriage was held in as high honour as in ancient Jewish times; where the pride of race was encouraged (of course I do not refer to the nonsensical sentiment of the present day, that goes under that name); where the weak could find a welcome and a refuge in celibate monasteries or sisterhoods, and lastly, where the better sort of emigrants and refugees from another lands were invited and welcomed, and their descendants naturalized.⁶

Ao princípio de aprimoramento genético das gerações futuras Galton chamou *eugenia*, um

³ GALTON, 1869: 316-318.

⁴ GALTON, 1869: 324-325.

⁵ GALTON, 1869: 336-343.

⁶ GALTON, 1869: 362.

termo por ele usado pela primeira vez em *Inquiries Into Human Faculty and Its Development*, publicado em 1883. Por sua vez, a noção de que o Estado tem o dever de controlar o casamento entre cidadãos, com o propósito de incentivar a procriação dos *mais aptos*, e a gradual extinção dos *menos aptos*, remonta à Grécia Antiga, tendo sido explicitada por Platão (428/427-348/347 a.C.)⁷, em *A República*, publicada na década de 380 a.C. Esta obra está escrita sob a forma de um diálogo narrado, no qual Sócrates expõe o seu ponto de vista sobre temas relacionados com a governação da *polis*.⁸ No Livro V, Sócrates explica a Gláucon:

– Eu penso que os governantes, se realmente forem dignos desse nome, e os seus auxiliares, do mesmo modo, quererão, uns, fazer o que lhes é ordenado, os outros, dar as suas ordens, ou obedecendo eles mesmos às leis, ou criando outras à sua imitação, quando lhes deixarmos essa iniciativa.

– É natural.

– Portanto – continuei eu – tu, que és o legislador, assim como escolheste os homens, da mesma maneira seleccionarás também as mulheres, entregando-lhas, de acordo com a semelhança da sua natureza, até onde for possível.

– [...] Mas depois disto, ó Gláucon, unirem-se entre si ao acaso ou fazer algo de semelhante, nem é piedoso numa cidade feliz, nem os chefes o consentirão.

– Não era justo, realmente.

– É então manifesto que, depois disto, faremos casamentos sagrados, tanto quanto estiver no nosso poder; os sagrados serão os mais úteis.

– Absolutamente.

– Mas então como é que hão-de ser os mais úteis? Ora diz-me lá, ó Gláucon: vejo em tua casa cães de caça e grande número de aves de estimação. Por Zeus! Acaso prestaste alguma atenção às uniões deles e à sua procriação?

– O quê?

– Em primeiro lugar, dentre esses animais, apesar de serem de boa raça, não há alguns que são ou se prova serem melhores?

– Há.

– Então fazes criação igualmente de todos, ou esforças-te por que seja antes dos melhores?

– Dos melhores.

– Pois então! De preferência dos mais novos, dos mais velhos ou dos que estão na flor da idade?

– Dos que estão na flor da idade.

– E, se não se fizer assim a criação, pensas que se deteriorará grandemente a raça das aves e dos cães?

– Penso, sim.

– E que pensas quanto aos cavalos e aos restantes animais? Será de outro modo?

– Seria absurdo. Pois então! De preferência dos mais novos, dos mais velhos ou dos que estão na flor da idade?

– Dos que estão na flor da idade.

– E, se não se fizer assim a criação, pensas que se deteriorará grandemente a raça das aves e dos cães?

– Penso, sim.

– E que pensas quanto aos cavalos e aos restantes animais? Será de outro modo?

– Seria absurdo.

– Ó céus! – exclamei – . Meu caro companheiro, como os nossos chefes terão de estar nos píncaros, se na verdade as coisas se passam do mesmo modo com a raça humana!

[...]

– É preciso, de acordo com o que estabelecemos, que os homens superiores se encontrem com as mulheres superiores o maior número de vezes possível, e inversamente, os inferiores com as inferiores, e que se crie a descendência daqueles, e a destes não, se queremos que o rebanho se eleve às alturas, e que tudo isto se faça na ignorância de todos, excepto dos próprios chefes, a fim de a grei dos guardiões estar, tanto quanto possível, isenta de dissensões.

– Com toda a razão.

– Portanto, temos de instituir festas, nas quais juntaremos as noivas e noivos, e de executar sacrifícios, e os nossos poetas hão-de compor hinos apropriados à celebração dos esponsais. Quanto ao número de matrimónios, deixá-lo-emos a cargo dos governantes, para que mantenham o mais possível a mesma cifra de homens, tendo em linha de conta as guerras, doenças, e outras perdas semelhantes, e a nossa cidade não se tome, na medida do possível, maior nem menor.

– Exacto — disse ele.⁹

Neste excerto, estão também os alicerces do que Galton designa por *eugenia positiva* e *eugenia negativa*. A *eugenia positiva* consiste na aplicação, da parte do Estado, de medidas de incentivo da reprodução (através do casamento)

⁷ Plato in Encyclopædia Britannica [em linha]. Encyclopædia Britannica, inc. [consult. 2019-04-26]. Disponível na Internet: <https://www.britannica.com/biography/Plato>.

⁸ PLATÃO, 2001: Introdução: V-XV.

⁹ PLATÃO, 2001: 225-227. *A República*, 458b-e, 459a-e, 456a.

dos indivíduos considerados mais saudáveis, mais *aptos*, ou *superiores*, por uma capacidade física, ou mental, acima do que é considerado a média. A eugenia *negativa* consiste em medidas de controlo, como a proibição do casamento, ou o incentivo à esterilização (ou até a esterilização compulsiva), para indivíduos considerados inaptos para se reproduzirem. Nos governos onde estas medidas foram aplicadas, nomeadamente nos Estados Unidos da América e na Alemanha, até à Segunda Guerra Mundial, a designação de indivíduos *menos aptos* abrangia, entre outros: pessoas portadoras de deficiência física ou mental, criminosos, pessoas com comportamentos considerados desviantes, indivíduos que obtivessem classificação baixa em testes de avaliação de inteligência, ou indivíduos pertencentes a minorias étnicas, ou a classes sociais desfavorecidas. Convém salvasguardar que, a noção que Galton tinha de aprimoramento da «raça humana», não contemplava qualquer forma de violência direta, tal como expressou em *Inquiries Into Human Faculty and Its Development*, onde esclarece:

The most merciful form of what I ventured to call «eugenics» would consist in watching for the indications of superior strains or races, and in so favouring them that their progeny shall outnumber and gradually replace that of the old one.

[...]

There exists a sentiment, for the most part quite unreasonable, against the gradual extinction of an inferior race. It rests on some confusion between the race and the individual, as if the destruction of a race was equivalent to the destruction of a large number of men. It is nothing of the kind when the process of extinction works silently and slowly through the earlier marriage of members of the superior race [...].¹⁰

Apesar da conotação negativa que a eugenia tem nos dias de hoje, em consequência dos crimes cometidos contra a humanidade no século XX em nome desta teoria, o seu estudo aprofundado de irmãos gémeos (publicado em 1875, *The History of Twins*) deu origem à genética comportamental. A aplicação que fez da estatística na biologia foi pioneira, e introduziu a noção de que a hereditariedade vai para além da sua componente física (e que atributos mentais e comportamentais podiam ser igualmente herdados). Mas Galton é sobretudo reconhecido por ter aplicado a teoria evolucionista de Darwin, ao estudo do comportamento humano,

tendo dado um passo muito importante: demarcou o estudo do ser humano da teologia, segundo a qual o ser humano estava marcado pelo *pecado original*, e em decadência moral, desde a expulsão do Jardim do Éden. No seu entendimento, o ser humano é um ser em ascensão moral, em aprimoramento constante, e capaz de controlar o seu próprio destino. Neste sentido, a eugenia era o meio para acelerar essa ascensão do ser humano, removendo os vestígios de barbárie, e colocando a sua biologia em sintonia com os seus ideais mais elevados.¹¹

2 DO DARWINISMO SOCIAL

2.1 *O organismo social: Herbert Spencer*

A *Origem das Espécies* de Darwin foi também incorporada na teoria de Herbert Spencer (1820-1903), outro autor influente no pensamento da sociedade inglesa da segunda metade do século XIX. Enquanto filósofo e sociólogo, Spencer aplicou os princípios da biologia à sociedade, tentando demonstrar que a sociedade é regida pelas mesmas leis que regem os organismos vivos. Ainda hoje, está presente no pensamento ocidental, o seu conceito de *sobrevivência do mais apto*, que consiste numa adaptação livre da *seleção natural* de Darwin, conforme explicou em *The Principles of Biology* (1864):

This survival of the fittest, which I have here sought to express in mechanical terms, is that which Mr Darwin has called “natural selection, or the preservation of favoured races in the struggle for life” That there is going on a process of this kind throughout the organic world, Mr Darwin’s great work on the *Origin of Species* has shown to the satisfaction of nearly all naturalists.

[...]

That organisms which live, thereby prove themselves fit to live, in so far as they have been tried; while organisms which die, thereby prove themselves in some respects unfitted for living; are facts no less manifest, than is the fact that this self-acting purification of a species, must tend ever to insure adaptation between it and its environment. This adaptation may either be so *maintained* or so *produced*. Doubtless many who have looked at Nature with philosophic eyes, have observed that death of the worst and multiplication of the best, must result in the maintenance of a constitution in harmony with surrounding circumstances. That the aver-

¹⁰ GALTON, 1883: 307-309.

¹¹ KEVLES, 1986: 3-19.

age vigour of any race would be diminished, did the diseased and feeble habitually survive and propagate; and that the destruction of such, through failure to fulfil some of the conditions to life, leaves behind those which are able to fulfil the conditions to life, and thus keeps up the average fitness to the conditions of life; are almost self-evident truths.¹²

Este princípio de «luta pela sobrevivência» que Darwin aprofundou para a vida animal, quando aplicado por Spencer à sociedade, facilmente foi interpretado como uma apologia da «lei do mais forte», justificando a competição feroz entre indivíduos, o que foi sobejamente aproveitado pelos defensores do liberalismo *laissez-faire*. Esta adaptação do evolucionismo à sociologia veio a tornar-se conhecida por *darwinismo social*.

Spencer era igualmente um leitor atento de John Stuart Mill (1806-1873),¹³ e adepto do utilitarismo. Foi nesse contexto ideológico que publicou, em 1857, *Progress: its Law and Cause*,¹⁴ onde se esforçou por demonstrar que o desenvolvimento na sociedade, na cultura, na arte, na linguagem, na indústria, comércio e na ciência é regido pelas mesmas leis que regem o desenvolvimento biológico dos seres vivos, e da própria terra. Ou seja, que a lei do progresso é a mesma para a natureza e para a civilização, partindo da simplicidade para a complexidade, e da homogeneidade para a heterogeneidade:

Now, we propose in the first place to show, that this law of organic process is the law of all progress. Whether it be in the development of the earth, in the development of life upon its surface, in the development of society, of government, of manufactures, of commerce, of language, literature, science, art, this same evolution of the simple into the complex, through successive differentiations, holds throughout. From the earliest traceable cosmical changes down to the latest results of civilization, we shall find that the transformation of the homogeneous into the heterogeneous, is that in which progress essentially consists.¹⁵

¹² SPENCER, 1864a: 444-445.

¹³ *John Stuart Mill* in Encyclopædia Britannica [em linha]. Encyclopædia Britannica, inc. [consult. 2019-05-07]. Disponível na Internet: <https://www.britannica.com/biography/John-Stuart-Mill>.

¹⁴ *Progress: its Law and Cause*; ou «Do Progresso: Sua Lei e Sua Causa».

¹⁵ SPENCER, 1857: 234.

Num passo seguinte, Spencer aplicou esta mesma noção à sociedade, em *The Social Organism*,¹⁶ de 1864, aplicando a analogia entre a sociedade e os organismos físicos, para tentar demonstrar que o progresso alcançado foi resultado de causas *naturais*, e não por causas sobrenaturais (como defende a religião), nem pela vontade de indivíduos (como creem os governantes), nem pelas implicações defendidas pelos historiadores. Dá como exemplo a divisão do trabalho que, segundo Spencer, não foi gerada pela decisão de governantes, nem por um milagre, nem por legislação, mas foi resultado *natural* do esforço de inúmeros indivíduos que, concentrados na sua sobrevivência, deram origem a essa condição:

Yet that societies are not artificially put together, is a truth so manifest, that it seems wonderful men should have ever overlooked it. Perhaps nothing more clearly shows the small value of historical studies, as they have been commonly pursued. You need but to look at the changes going on around, or observe social organization in its leading peculiarities, to see that these are neither supernatural, nor are determined by the wills of individual men, as by implication historians commonly teach; but are consequent on general natural causes. The one case of division of labour suffices to show this. It has not been by command of any ruler that some men have become manufacturers, while others have remained cultivators of the soil. In Lancashire, millions have devoted themselves to the making of cotton-fabrics; in Yorkshire, another million lives by producing wollens; and the pottery of Staffordshire, the cutlery of Sheffield, the hardware of Birmingham, severally occupy their hundreds of thousands. These are large facts in the structure of English society; but we can ascribe them neither to miracle, nor to legislation. It is not by “the hero as king”, any more than by “collective wisdom”, that men have been segregated into producers, wholesale distributors, and retail distributors. The whole of our industrial organization, from its main outlines down to its minutest details, has become what it is, not simply without legislative guidance, but, to a considerable extent, in spite of legislative hindrances. It has arisen under the pressure of human wants and activities. While each citizen has been pursuing his individual welfare, and none taking thought about division of labour, or, indeed, conscious of the need for it, division of labour has yet been ever becoming more complete. It has been doing this slowly

¹⁶ *The Social Organism*; ou «O Organismo Social».

and silently: scarcely any having observed it until quite modern times. By steps so small, that year after year the industrial arrangements have seemed to men just what they were before – by changes as insensible as those through which a seed passes into a tree; society has become the complex body of mutually-dependent workers which we now see.¹⁷

Deste modo, se a divisão do trabalho surgiu de modo natural, como uma semente se desenvolve para tornar-se uma árvore, Spencer conclui que a intervenção do Estado na vida dos seus cidadãos deveria ser mínima, na medida em que a sociedade teria a capacidade de se autorregular e manter a ordem, tal como acontece com os organismos biológicos. E mesmo a intervenção do governo, como é o caso da publicação de leis, que é uma ação artificial direta, não perturba o desenvolvimento natural da sociedade, pois, segundo Spencer, as únicas medidas que permanecem são as que estão em harmonia com o carácter popular, ou seja, que estão em acordo com a média do carácter nacional:

“But surely”, it will be said, “the social changes directly produced by law, cannot be classed as spontaneous growths. When parliaments or kings order this or that to be done, and appoint officials to do it, the process is clearly artificial; and society to this extent becomes a manufacture rather than a growth”. Bo, not even these changes are exceptions, if they be real and permanent changes. The true sources of such changes lie deeper than the acts of legislators.

[...]

Those who regard the histories of societies as the histories of their great men, and think that these great men shape the fates of their societies, overlook the truth that such great men are the products of their societies. Without certain antecedents – without a certain average national character, they could neither have been generated nor could have had the culture which formed them. If their society is to some extent re-moulded by them, they were both before and after birth, moulded by their society – were the results of all those influences which fostered the ancestral character they inherited, and gave their own early bias, their creed, morals knowledge, aspirations.¹⁸

Nos parágrafos seguintes, Spencer analisa as analogias feitas entre o ser humano e a sociedade, por Platão, em *A República*. No Livro IV, Platão narra como Sócrates esclarece a Gláucon o que é uma cidade justa. É uma cidade que possui justiça (*dikaioσύνη*), tem também de possuir outras três virtudes: sabedoria (*σοφία*), coragem (*ἀνδρεία*) e temperança (*σφροσύνη*). A sabedoria é encontrada na classe dos guardiões (a quem compete reger a cidade), e a coragem nos guerreiros (militares), a quem deve ser confiada a proteção da cidade. A temperança é encontrada na harmonia geral de todas as classes, e a justiça será que cada cidadão exerça uma só função, para a qual tem vocação por natureza.¹⁹ Assim, uma cidade será justa se a divisão em classes sociais, e a divisão do trabalho, forem respeitadas e preservadas:

– Afigura-se-me – expliquei – que o que restava na cidade, daquilo que examinámos – a temperança, a coragem e a sabedoria – era o que dava a todas essas qualidades a força para se constituírem, e, uma vez constituídas, as preservava enquanto se mantivesse nelas. Ora nós dissemos que a justiça havia de ser o que restava, se descobrissemos as outras três.

– Forçosamente.

– Mas na verdade – prossegui eu – se fosse preciso julgar qual destas qualidades, pela sua presença, faz com que a nossa cidade seja boa, seria difícil de distinguir se era a concordância de opiniões dos governantes e dos governados, se a preservação, mantida entre os guerreiros, da opinião legítima acerca do que se deve ou não rezear, ou a sabedoria e vigilância existentes nos chefes, ou se o que a torna mais perfeita é a presença, na criança, na mulher, no escravo, no homem livre, no artífice, no governante, no governado, da noção de que cada um faz o que lhe pertence, e não se mete no que é dos outros.

– É difícil distinguir – confirmou ele –. Como não os seria?

– Logo, a força que leva cada um a manter-se nos limites da sua tarefa rivaliza, ao que parece, relativamente à virtude da cidade, com a sabedoria, temperança e coragem da mesma.

– Sim, e muito.

– E não porias a justiça como rival destas para dar virtude à cidade?

– Absolutamente.

– Repara então neste ponto, a ver se manténs a tua opinião. Vais incumbir os chefes da cidade de administrar a justiça?

– Sem dúvida.

¹⁷ SPENCER, 1864b: 144-145.

¹⁸ SPENCER, 1864b: 145-146.

¹⁹ PLATÃO, 2001: Introdução: XXIII.

– E eles, nos seus julgamentos, acaso pretendem qualquer outra coisa de preferência a isto: evitar que cada um detenha bens alheios ou seja privado dos próprios?

– Não; é isso que eles pretendem.

– Considerando que é uma coisa justa?

– Sim.

– E deste modo se concordará que a posse do que pertence a cada um e a execução do que lhe compete constituem a justiça.

– Sim.

– Ora vê lá se pensas o mesmo que eu. Se um carpinteiro experimentar fazer o trabalho de um sapateiro, ou um sapateiro o de um carpinteiro, trocando os utensílios respectivos ou salários, ou se o mesmo homem tentar exercer ambos os ofícios, ou se fizerem as outras mudanças, porventura achas que o facto causará grande prejuízo à cidade?

– De modo algum – respondeu.

– Mas quando, penso eu, um homem for, de acordo com a sua natureza, um artífice ou negociante qualquer, e depois, exaltado pela sua riqueza, pela multidão, pela força ou qualquer atributo deste género, tentar passar para a classe dos guerreiros, ou um guerreiro para a dos chefes e guardiões, sendo indigno disso, e forem esses que permutem entre si instrumentos e honrarias, ou quando o mesmo homem tentar exercer estes cargos todos ao mesmo tempo, – nesse caso penso que também acharás que esta mudança e confusão serão a ruína da cidade.

– Absolutamente.

– Logo, a confusão e mudança destas três classes umas para as outras seria o maior dos prejuízos para a cidade e com razão se poderia classificar de o maior dos danos.

– Inteiramente.

– O maior dos danos para com a sua cidade, não dirás que é a injustiça?

– Como não?

– Por conseguinte, é isso a injustiça. E agora digamos a inversa: se a classe dos negociantes, auxiliares e guardiões se ocupar das suas próprias tarefas, executando cada um deles o que lhe compete na cidade, não se verificaria o contrário do caso anterior, a existência da justiça, e isso não tornaria a cidade justa?

– Não me parece que possa ser de outra maneira, senão dessa.²⁰

A cidade justa estaria dividida em três classes sociais: os guardiões, os militares e os artífices, e a elas correspondem os três elementos da

alma: *racional* (a razão deve governar), *espiritual* (às emoções compete assistir), e *apetitivo* (os apetites devem obedecer).²¹ Deste modo, Sócrates transfere para o indivíduo a justiça que encontrou na cidade, para fazer a correspondência entre ambos:

– Por conseguinte, o homem justo, no que respeita à noção de justiça, nada diferirá da cidade justa, mas será semelhante a ela.

– Será semelhante.

– Mas a cidade pareceu-nos justa, quando existiam dentro dela três espécies de naturezas, que executavam cada uma a tarefa que lhe era própria; e, por sua vez, temperante, corajosa e sábia, devido a outras disposições e qualidades dessas mesmas espécies.

– É verdade.

– Logo, meu amigo, entenderemos que o indivíduo, que tiver na sua alma estas mesmas espécies, merece bem, devido a essas mesmas qualidades, ser tratado pelos mesmos nomes que a cidade.

– É absolutamente forçoso – confirmou ele.

– Ora lá caímos nós, meu caro amigo, numa questão de pouca monta sobre a alma: saber se possui em si três partes ou não.

– Não me parece nada que seja de pouca monta. Porquanto talvez seja verdadeiro, ó Sócrates, o provérbio que diz que as coisas belas são difíceis.

[...]

– Porventura não é absolutamente forçoso que concordemos que em cada um de nós estão presentes as mesmas partes e caracteres que na cidade? Não é, efetivamente, de nenhum outro lado que elas para lá vão.²²

Esta correspondência entre a sociedade e a alma humana é rejeitada por Spencer, que prossegue apontando outra grande referência nesta matéria, o *Leviatã* de Thomas Hobbes (1558-1679)²³, publicado em 1651. Neste caso, Hobbes estabelece um paralelismo entre a sociedade e o corpo humano, tal como descrito logo na introdução:

Nature (the Art whereby God hath made and governes the World) is by the *Art* of man, as in many other things, so in this also imitated, that it can make an Artificial Animal. For seeing life is

²⁰ PLATÃO, 2001: 186-188. A República, 433b-e, 434a-d.

²¹ PLATÃO, 2001: Introdução: XXIII-XXIV.

²² PLATÃO, 2001: 189-190. A República, 435b-e.

²³ *Thomas Hobbes* in Encyclopædia Britannica [em linha]. Encyclopædia Britannica, inc. [consult. 2019-05-02]. Disponível na Internet: <https://www.britannica.com/biography/Thomas-Hobbes>.

but a motion of Limbs, the beginning whereof is in some principall part within; why may we not say, that all *Automata* (Engines that move themselves by springs and wheeles as doth a watch) have an artificiall life? For what is the *Heart*, but a *Spring*; and the *Nerves*, but so many *Strings*; and the *Joynts*, but so many *Wheeles*, giving motion to the whole Body, such as was intended by the Artificer? Art goes yet further, imitating that Rationall and most excellent worke of Nature, *Man*. For by Art is created that great LEVIATHAN called a COMMONWEALTH, or STATE, (in latine CIVITAS) which is but an Artificiall Man; though of greater stature and strength than the Naturall, for whose protection and defence it was intended; and in which, the *Soveraignty* is an Artificiall *Soul*, as giving life and motion to the whole body; The *Magistrates*, and other *Officers* of Judicature and Execution, artificiall *Joynts*; *Reward* and *Punishment* (by which fastned to the seate of the *Soveraignty*, every joint and member is moved to performe his duty) are the *Nerves*, that do the same in the Body Naturall; The *Wealth* and *Riches* of all the particular members, are the *Strenght*; *Salus Populi* (the *peoples safety*) its *Businesse*; *Counsellors*, by whom all things needfull for it to know, are suggested unto it, are the *Memory*; *Equity* and *Lawes*, an artificiall *Reason* and *Will*; *Concord*, *Health*; *Sedition*, *Sicknesse*; and *Civill war*, *Death*. Lastly, the *Pacts* and *Covenants*, by which the parts of this Body Politique were at first made, set together, and united, resemble that *Fiat*, or the *Let us make man*, pronounced by God in the Creation.²⁴

Spencer critica igualmente esta correlação, mas reconhece que, tanto Platão como Hobbes, não obstante os erros que lhes aponta, estavam corretos na medida em que *alguma* analogia certamente existe. Os erros que Spencer atribui a estes dois autores são, na sua opinião, devido à inexistência de conhecimento científico suficiente, na época em que viveram, para que as analogias fossem devidamente feitas. As descobertas científicas no campo da biologia, sobretudo por Darwin, permitiriam generalizar a analogia, passando do paralelismo entre a sociedade e o ser humano, para a analogia entre a sociedade e os organismos vivos em geral. Assim, Spencer recria a analogia entre a organização social e os organismos biológicos, apontando quatro pontos em comum: começam ambos como pequenos agregados, e sensivelmente aumentam em massa; alguns alcançando

eventualmente dez mil vezes o que eram na origem; começam por ter uma estrutura simples, ou por quase não ter estrutura, para aumentarem, durante o seu crescimento, em complexidade de estrutura; no seu estado inicial, quase não existe qualquer tipo de dependência entre as partes, mas as partes gradualmente desenvolvem dependência mútua, até ao ponto em que a atividade e a vida de cada uma das partes, só são possíveis devido à atividade e à vida das restantes; a vida e o desenvolvimento da sociedade são independentes, e mais prolongadas, que a vida e o desenvolvimento de qualquer uma das suas unidades componentes, sendo que nascem, crescem, trabalham, reproduzem-se e morrem, enquanto o corpo político composto por elas sobrevive geração após geração, aumentando em massa, em completitude de estrutura, e em atividade funcional:

Such, then, is a general outline of the evidence which justifies, in detail, the comparison of societies to living organisms. That they gradually increase in mass; that they become little by little more complex; that at the same time their parts grow more mutually dependent; and that they continue to live and grow as wholes, while successive generations of their units appear and disappear; are broad peculiarities which bodies politic display in common with all living bodies; and in which they and living bodies differ from everything else.²⁵

Spencer prosseguiu com a sua metáfora de organismo social, para expor com clareza a sua filosofia política em *The Man Versus the State*,²⁶ publicado em 1884, onde argumenta que a intervenção do Estado é um obstáculo à evolução do ser humano. Defensor do Liberalismo clássico, ou *laissez-faire*, Spencer considerava que os liberais do seu tempo eram conservadores de um novo tipo. O Liberalismo clássico, (representado pelo Partido Whig desde 1678, e desde 1859 pelo Partido Liberal), defendia uma organização social do tipo industrial, baseada num regime de contrato social, e na luta contra o absolutismo, pela supremacia do Parlamento.²⁷ No campo oposto, o conservadorismo,

²⁵ SPENCER, 1864b: 184.

²⁶ *The Man Versus the State*; ou: «O Homem Contra o Estado».

²⁷ O Partido Whig (*Whig Party*) foi fundado em 1678, e dissolvido em 1859, quando se uniu aos Peelites (fação dissidente do Partido Conservador, liderados por Sir Robert Peel, duas vezes Primeiro-Ministro, em 1834-35 e 1841-46), e aos Radicais, para formar o Partido Liberal (*Liberal Party*). Por sua vez, o Partido Liberal, fundado

²⁴ HOBBS, 1651: 1.

(representado pelo Partido Tory desde 1678, e a partir de 1834 pelo Partido Conservador), defendia uma organização social do tipo militar, assente num regime de *status*, em defesa de uma monarquia absolutista.²⁸ Neste sentido, a essência do Liberalismo, na sua origem, era a libertação das restrições impostas pelo Estado aos indivíduos, nomeadamente sob a forma de legislação. Contudo, durante os dois primeiros governos liberais de William Ewart Gladstone, de 1868-74 e 1880-85, várias leis foram sendo implementadas, no sentido da reforma social, o que na perspetiva de Spencer era um socialismo paternalista. As leis sociais que vinham sendo aprovadas, na sua opinião, não serviam apenas o propósito de proteger os direitos dos indivíduos, mas estavam a limitar cada vez a sua liberdade. Com efeito, o Primeiro-Ministro liberal Gladstone começou a sua carreira política no Partido Conservador, e foi um dos dissidentes seguidores de Sir Robert Peel – os *Peelites* – que vieram a unir-se aos *whigs* para formar o Partido Liberal. É neste contexto que Spencer afirma que, aqueles que se afirmavam liberais (*Liberals*), já não eram liberais clássicos (*Whigs*), mas sim conservadores (*Tories*) de um novo tipo.²⁹

Para Spencer, a livre competição económica iria rejeitar os menos capazes, e impulsionar o aperfeiçoamento; pois a competição leva os indivíduos a esforçarem-se arduamente, desenvolvendo os seus órgãos e faculdades. As capacidades mentais, habilidades e traços de carácter, desenvolvidos durante a luta competitiva, seriam transmitidos às gerações futuras, provocando um progresso material e moral constantes. Ao final, este processo evolutivo levaria a uma sociedade perfeita. Mas para chegar a esse resultado, o Estado não deveria intervir para atenuar o sofrimento dos menos aptos, pois assim iria desviar o curso natural da evolução do ser humano, conduzindo à degradação da espécie. Chegando a este ponto, Spencer diver-

em 1859, foi extinto em 1988, ano que se uniu ao Partido Social Democrata (fundado em 1981, liderado por quatro dissidentes do Partido Trabalhista), para formar o Partido Liberal Democrata (*Liberal Democratic Party*), atualmente representado no Parlamento por 11 Membros na Câmara dos Comuns, e 96 na Câmara dos Lordes.

²⁸ O Partido Tory (*Tory Party*) foi fundado em 1678, e a partir de 1834 adotou a designação oficial de Partido Conservador (*Conservative Party*). Em 1912, integrou o Partido Unionista Liberal (*Liberal Unionist Party*), passando a formar o Partido Conservador e Unionista (*Conservative and Unionist Party*), cujo líder é Boris Johnson, o atual Primeiro-Ministro do Reino Unido.

²⁹ SPENCER, 1884: 1-17.

giu inteiramente de Darwin, para quem a competição era apenas um meio para difundir qualidades características de uma minoria, alargando-as a uma população. Esta linha de raciocínio de Spencer desvia-o inteiramente do darwinismo, e insere-o no neolamarckismo. Por este motivo se considera que o «pai fundador» do *darwinismo social* é Spencer, e não Darwin, como seria expectável pela designação. Na realidade, Darwin teria ficado perplexo por ver o seu nome associado a uma justificação biológica para o capitalismo *laissez-faire*. O termo *darwinismo social* tornou-se popular na década de 1940, pelo historiador americano Richard Hofstadter, após a publicação de *Social Darwinism in American Thought 1860-1915*, de 1944. Hofstadter usou esta designação para descrever um movimento social do final do século XIX, com grande influência nos Estados Unidos da América, que se apropriou da teoria da evolução pela *seleção natural* para justificar o conservadorismo *laissez-faire* no próprio país, e o colonialismo em países estrangeiros. Esta foi apenas uma das diversas interpretações feitas partindo do darwinismo, que foi adotado por socialistas, anarquistas, reformistas liberais, e defensores da superioridade racial, nacional ou de classe, como resultado de ambiguidades e hesitações do próprio Darwin em *Da Origem das Espécies*.³⁰

3 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Darwin, Charles. 1859. *On the Origin of Species by Means of Natural Selection, or the Preservation of Favoured Races in the Struggle for Life*. London: John Murray. archive.org/details/onoriginofspec00darw
- Galton, Francis. 1869. *Hereditary Genius: An Inquiry into its Laws and Consequences*. London: Macmillan. archive.org/details/hereditarygenius1869galt
- Galton, Francis. 1883. *Inquiries Into Human Faculty and Its Development*. London: Macmillan. archive.org/details/inquiriesintohu00galtgoog
- Hobbes, Thomas. 1651. *Leviathan: Or the Matter, Forme and Power of a Common-Wealth, Ecclesiasticall and Civill*. London: Printed for Andrew Crooke. archive.org/details/leviathan00hobba/page/n3
- Hodge, Jonathan & Radick, Gregory (EE.). 2003. *The Cambridge Companion to Darwin*. Cambridge, New York, Melbourne: Cambridge University Press.
- Kevles, Daniel J. 1986. *In the Name of Eugenics: Genetics and the Uses of Human Heredity*. Berkeley; Los Angeles: University of California Press.
- Paul, Diane B. 2003. «Darwin, social Darwinism and Eugenics». In Hodge, Jonathan & Radick, Gregory (EE.) (2003), 214-239.

³⁰ PAUL, 2003: 223-229.

- Platão. 2001. *A República*. Introdução, tradução e notas de Maria Helena da Rocha Pereira. 9ª Edição. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian.
- Spencer, Herbert. 1864a. *The Principles of Biology*. Vol. I. London; Edinburgh: Williams and Norgate. archive.org/details/principlesbiolo05spengoog
- Spencer, Herbert. 1864b. «The Social Organism». *Essays: Scientific, Political, and Speculative*, 143-184. Second Series. New York: D. Appleton. archive.org/details/essaysscientifi01spengoog
- Spencer, Herbert. 1881. *Progress: its Law and Cause: With Other Disquisitions*. Humboldt Library of Popular Science Literature , No. 17. New York: J. Fitzgerald. archive.org/details/progressitslawca00spen
- Spencer, Herbert. 1884. *The Man versus the State*. London: William and Norgate. archive.org/details/manversusstate00spen_0/page/n9

Capítulo 3

Da Antropologia Evolucionária

Da cultura primitiva: Edward Burnett Tylor. Fundação da noção de cultura. Da aplicação da teoria da evolução à antropologia, Tylor dividiu a história em três etapas sucessivas, baseando-se em Montesquieu: estado selvagem, estado de barbárie e civilização. – Da sociedade antiga: Lewis Henry Morgan. Na sequência de Tylor, Morgan estudou a evolução das sociedades nativas norte-americanas e fez uma transposição para as sociedades antigas da Europa. Do estado selvagem: a família consanguínea e a família *punaluana*. Do estado de barbárie: a família sindiásmica e a *gens* iroquesa. Da civilização: a família monogâmica e a *gens* grega. Da *gens* romana. Dos princípios de liberdade, de igualdade e de fraternidade, recuperando a herança da sociedade gentílica igualitária, e a democracia grega antiga.

ous history, and about to do its proper part in shaping the history of the future.³

1 DA CULTURA PRIMITIVA

1.1 *A evolução da cultura: Edward Burnett Tylor*

Na mesma época em que Darwin, Galton e Spencer desenvolveram as suas teorias, o evolucionismo teve também impacto nas ciências humanas, quando algumas ainda davam os primeiros passos. Foi o caso de Edward Burnett Tylor (1832-1917),¹ antropólogo britânico, que em 1871 publicou *Primitive Culture*,² obra na qual fez a definição clássica do que é a *cultura*:

CULTURE or Civilization, taken in its wide ethnographic sense, is that complex whole which includes knowledge, belief, art, morals, law, custom, and any other capabilities and habits acquired by man as a member of society. The condition of culture among the various societies of mankind, in so far as it is capable of being investigated on general principles, is a subject apt for the study of laws of human thought and action. On the one hand, the uniformity which so largely pervades civilization may be ascribed, in great measure, to the uniform action of uniform causes; while on the other hand its various grades may be regarded as stages of development or evolution, each the outcome of previ-

Deu origem à disciplina científica da antropologia cultural (escola anglo-saxónica), e por isso Tylor é considerado o seu «pai fundador». Aplicou o evolucionismo darwiniano à cultura, tentando demonstrar que a civilização também teve uma evolução, desde a cultura primitiva à civilização atual, de acordo com as leis que regem a evolução biológica:

Our modern investigators in the sciences of inorganic nature are foremost to recognize, both within and without their special fields of work, the unity of nature, the fixity of its laws, the definite sequence of cause and effect through which every fact depends on what has gone before it, and acts upon what is to come after it. They grasp firmly the Pythagorean doctrine of pervading order in the universal Kosmos. They affirm, with Aristotle, that nature is not full of incoherent episodes, like a bad tragedy. They agree with Leibnitz in what he calls “my axiom, that nature never acts by leaps (la nature n’agit jamais par saut),” as well as in his “great principle, commonly little employed, that nothing happens without its sufficient reason”. Nor, again, in studying the structure and habits of plants and animals, or in investigating the lower functions even of man, are these leading ideas unacknowledged. But when we come to talk of the higher processes of human feeling and action, of thought and language, knowledge and art, a change appears in the prevalent tone of opinion. The world at large is scarcely prepared to accept the general study of human life as a branch of natural science [...]. To

¹ Edward Burnett Tylor in Encyclopædia Britannica [em linha]. Encyclopædia Britannica, inc. [consult. 2019-05-14]. Disponível na Internet: <https://www.britannica.com/biography/Edward-Burnett-Tylor>.

² *Primitive Culture: Researches Into the Development of Mythology, Philosophy, Religion, Art, and Custom*; ou: «Cultura Primitiva: Pesquisas no Desenvolvimento da Mitologia, Filosofia, Religião, Arte e Costumes».

³ TYLOR, 1871: 1.

many educated minds there seems something presumptuous and repulsive in the view that the history of mankind is part and a parcel of the history of nature, that our thoughts, wills, and actions accord with laws as definite as those which govern the motion of waves, the combination of acids and bases, and the growth of plants and animals.⁴

Tal como as espécies de seres vivos evoluíram (e evoluem) da simplicidade para a complexidade, num progresso linear, segundo um grau cada vez maior de adaptação ao meio-ambiente (a natureza), assim a civilização ocidental teria evoluído a partir do estado selvagem, até à civilização moderna. Para conseguir obter uma visão clara dessa evolução, Tylor considerou que não era relevante ter em consideração as diferenças entre raças humanas (que não existem, na conceção atual, mas que eram ponto assente na sua época):

For the present purpose it appears both possible and desirable to eliminate considerations of hereditary varieties or races of man, and to treat mankind as homogeneous in nature, though placed in different grades of civilization. The details of the enquiry will, I think, prove that stages of culture may be compared without taking into account how far tribes who use the same implement, follow the same custom, or believe the same myth, may differ in their bodily configuration and the colour of their skin and hair.⁵

Concentrou-se na dispersão da cultura na Europa, como tendo simultânea à dispersão das plantas e dos animais domésticos, o que parece confirmar que a evolução biológica e a evolução cultural são governadas pelas mesmas leis:

How good a working analogy there really is between the diffusion of plants and animals and the diffusion of civilization, comes well into view when we notice how far the same causes have produces both at once. In district after district, the same causes which have introduced the cultivated plants and domesticated animals of civilization, have brought in with them a corresponding art and knowledge.⁶

Foi mais longe na simplificação, e afastou teoricamente também as características específicas de cada cultura, as particulares regionais,

e o contributo de indivíduos excecionais, para assim conseguir analisar a civilização ocidental como um todo:

The quality of mankind which tends most to make the systematic study of civilization possible, is that remarkable tacit consensus or agreement which so far induces whole populations to unite in the use of the same language, to follow the same religion and customary law, to settle down to the same general level of art and knowledge. It is this state of things which makes it so far possible to ignore exceptional facts and to describe nations by a sort of general average. It is this state of things which makes it so far possible to represent immense masses of details by a few typical facts, while, these once settled, new cases recorded by new observers simply fall into their places to prove the soundness of the classification. There is found to be such regularity in the composition of societies of men, that we can drop individual differences out of sight, and thus can generalize on the arts and opinions of whole nations [...].⁷

Colocando em perspetiva a evolução da cultura, num continuo linear ao longo do tempo, o progresso, os retrocessos, a sobrevivência de crenças e costumes antigos, os revivalismos de épocas passadas, as modificações, tornam-se um todo com causa e efeito. E a época presente adquire o sentido de ser o resultado natural de uma evolução gradual, lenta, de muitos séculos e até de milhares de anos:

Progress, degradation, survival, revival, modification, are all modes of connexion that binds together the complex network of civilization. It needs but a glance into the trivial details of our own daily life to set us thinking how far we are really its originators, and how far but the transmitters and modifiers of the results of long past ages. Looking round the rooms we live in, we may try here how far he who only knows his own time can be capable of rightly comprehending even that. Here is the honeysuckle of Assyria, there the fleur-de-lis of Anjou, a cornice with a Greek border runs round the ceiling, the style of Louis XIV, and its parent the Renaissance share the looking-glass between them. Transformed, shifted, or mutilated, such elements of art still carry their history plainly stamped upon them; and if the history yet farther behind is less easy to read, we are not to

⁴ TYLOR, 1871: 1-2.

⁵ TYLOR, 1871: 6-7.

⁶ TYLOR, 187: 8.

⁷ TYLOR, 1871: 9-10.

say that because we cannot clearly discern it there is therefore no history there.⁸

Pela comparação das várias etapas da evolução da civilização, Tylor (e os seus contemporâneos) consideraram que os povos que ainda viviam numa cultura em estado *selvagem*, eram um exemplo vivo de como teriam vivido os antepassados remotos dos povos mais *avançados*:

By comparing the various stages of civilization among races known to history, with the aid of archaeological inference from the remains of pre-historic tribes, it seems possible to judge in a rough way of an early general condition of man, which from our point of view is to be regarded as a primitive condition, whatever yet earlier state may in reality have lain behind it. This hypothetical primitive condition corresponds in a considerable degree to that of modern savage tribes, who, in spite of their difference and distance, have in common certain elements of civilization, which seem remains of an early state of the human race at large.⁹

Assim, estabeleceu-se uma hierarquia, na qual todos os povos do mundo foram colocados em estatutos diferentes, de acordo com os parâmetros do domínio tecnológico e científico; os povos mais dependentes da natureza, que manifestam menor grau de domínio tecnológico e artístico, seriam os mais inferiores (que eram os povos indígenas, de territórios colonizados, ou de regiões remotas do globo); os povos que dominam melhor as leis da natureza, para a submeter aos seus desígnios, por possuírem maior conhecimento tecnológico, e que demonstram maior habilidade artística, seriam os povos superiores (os europeus e os norte-americanos). Os restantes povos, estariam num estado intermédio, e seriam povos *bárbaros*:

In taking up the problem of the development of culture as a branch of ethnological research, a first proceeding is to obtain a means of measurement. Seeking something like a definite line along which to reckon progression and retrogression in civilization, we may apparently find it best in the classification of real tribes and nations, past and present. Civilization actually existing among mankind in different grades, we are enabled to estimate and compare it by positive examples. The educated world of Europe and America practically settles a standard by

⁸ TYLOR, 1871: 16.

⁹ TYLOR, 1871: 19.

simply placing its own nations at one end of the social series and savage tribes at the other, arranging the rest of mankind between these limits according as they correspond more closely to savage or to cultured life. The principal criteria of classification are the absence or presence, high or low development, of the industrial arts, especially metal-working, manufacture of implements and vessels, agriculture, architecture, etc., the extent of scientific knowledge, the definiteness of moral principles, the condition of religious belief and ceremony, the degree of social and political organization, and so forth.

[...]

From an ideal point of view, civilization may be looked upon as the general improvement of mankind by higher organization of the individual and of society, to the end of promoting at once man's goodness, power, and happiness. This theoretical civilization does in no small measure correspond with actual civilization, as traced by comparing savagery with barbarism, and barbarism with modern educated life. So far as we take into account only material and intellectual culture, this is especially true. Acquaintance with the physical laws of the world, and the accompanying power of adapting nature to man's own ends, are, on the whole, lowest among savages, mean among barbarians, and highest among modern educated nations. Thus a transition from the savage state to our own would be, practically, that very progress of art and knowledge which is one main element in the development of culture.¹⁰

Os parâmetros de classificação nos quais Tylor se baseou para criar uma hierarquização dos povos era já anterior, e muito em voga no seu tempo. Uma das referências neste assunto era Montesquieu (1689-1755),¹¹ que em 1748 publicou *De l'Esprit des Lois*,¹² um tratado de filosofia política. No Livro XVIII, Capítulo 11 – «Des peuples Sauvages & des peuples Barbares» – Montesquieu refere a diferença entre os povos *selvagens* e os povos *bárbaros*:

Il y a cette différence entre les peuples Sauvages & les peuples Barbares, que les premiers sont de petites Nations dispersées, qui par

¹⁰ TYLOR, 1871: 23-24.

¹¹ Charles de Secondat, Baron de La Brède et de Montesquieu in Encyclopédie Larousse [em linha]. Encyclopédie Larousse [consult. 2019-05-14]. Disponível na Internet: https://www.larousse.fr/encyclopedie/personnage/Charles_de_Secondat_baron_de_La_Brède_et_de_Montesquieu/133812.

¹² *De l'Esprit des Lois*; ou: «Do Espírito das Leis».

quelques raisons particulières ne peuvent pas se réunir; au lieu que les Barbares sont ordinairement de petites Nations qui peuvent se réunir. Les premiers sont ordinairement des peuples Chasseurs; les seconds des peuples Pasteurs. Cela se voit bien dans le Nord de l'Asie. Les peuples de la Sibérie ne sauroient vivre en Corps, parce qu'ils ne pourroient se nourrir; les Tartares peuvent vivre en Corps pendant quelque tems, parce que leurs troupeaux peuvent être rassemblés pendant quelque tems. Toutes les hordes peuvent donc se réunir, & cela se fait lorsqu'un chef en a soumis beaucoup d'autres; après quoi il faut qu'elles fassent de deux choses l'une, qu'elles se séparent, ou qu'elles aillent faire quelque grande conquête dans quelque Empire du Midi.¹³

Outra referência para os antropólogos do século XIX, na classificação das etapas da evolução da civilização, foi Adam Smith (1723-1790),¹⁴ filósofo social escocês, que em 1762-1763 deu uma série de palestras na Universidade de Glasgow, publicadas em 1763 numa coletânea com o título *Lectures on Justice, Police, Revenue and Arms*.¹⁵ Nestas lições estavam já expressas as ideias que viriam a dar forma a *The Wealth of Nations* (1776),¹⁶ a sua obra mais

¹³ Montesquieu, 1749: 284-285. «Existe a seguinte diferença entre os povos selvagens e os povos bárbaros: os primeiros são pequenas nações dispersas que, por algumas razões particulares, não se podem reunir; ao passo que os bárbaros são normalmente pequenas nações que se podem reunir. Normalmente, os primeiros são caçadores; os segundos, povos pastores. Isto se nota claramente no norte da Ásia. Os povos da Sibéria não poderiam viver juntos, porque não poderiam alimentar-se; os tártaros podem viver juntos durante algum tempo porque seus rebanhos podem ser reunidos por algum tempo. Logo, todas as hordas podem reunir-se e isto acontece quando um chefe submete muitos outros; depois disto, é preciso que elas façam uma destas duas coisas: separar-se ou ir fazer alguma grande conquista em algum império do Sul.» (Montesquieu, 2000: 299).

¹⁴ *Adam Smith* in Encyclopædia Britannica [em linha]. Encyclopædia Britannica, inc. [consult. 2019-05-14]. Disponível na Internet: <https://www.britannica.com/biography/Adam-Smith>.

¹⁵ *Lectures on Justice, Police, Revenue and Arms*; ou «Lições Sobre Justiça, Polícia, Receitas e Armas». Mais conhecidas por *Lectures on Jurisprudence*; ou «Lições Sobre Jurisprudência».

¹⁶ *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*; ou «Uma Investigação Sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações». Mais conhecida por *The Wealth of Nations*; ou «A Riqueza das Nações».

célebre. Na Divisão III: Direito Privado, «§1. Primeira maneira de adquirir propriedade: Ocupação», Smith afirma que as quatro etapas da sociedade são: primeira – a idade dos caçadores; segunda – a idade dos pastores; terceira – a idade dos agricultores; quarta – a idade do comércio. No seu entendimento, se um grupo de pessoas naufragasse e desse à costa numa ilha deserta, a sua primeira forma de sustento seria recolhendo os frutos que a natureza dá naturalmente, e os animais selvagens que conseguissem caçar. Como estes recursos não seriam suficientes o tempo todo, iriam domesticar alguns animais, para que os tivessem sempre disponíveis para consumo. Com o passar do tempo, veriam que a terra produz naturalmente uma grande quantidade de vegetais, e passariam a cultivá-los para que produzisse ainda maior quantidade. Assim surgiu a agricultura, que iria exigir um elevado grau de refinamento antes de se tornar a principal fonte de emprego de um país. A idade do comércio segue-se naturalmente à da agricultura, pois se os homens se passam a dedicar a uma só atividade, irão naturalmente trocar o que possuem em excedente, pelo que não produzem:

The four stages of society are hunting, pasturage, farming and commerce. If a number of persons were shipwrecked on a desert island their first sustenance would be from the fruits which the soil naturally produced, and the wild beasts which they could kill. As these could not at all times be sufficient, they came at last to tame some of the wild beasts that they might always have them at hand. In process of time even these would not be sufficient; and as they saw the earth naturally produce considerable quantities of vegetables of its own accord, they would think of cultivating it so that it might produce more of them. Hence agriculture, which requires a good deal of refinement before it could become the prevailing employment of a country. There is only one exception to this order, to wit, some North American nations cultivate a little piece of ground, though they have no notion of keeping flocks. The age of commerce naturally succeeds that of agriculture. As men could now confine themselves to one species of labour, they would naturally exchange the surplus of their own commodity for that of another of which they stood in need.¹⁷

Em seguida, Smith refere em que consiste a propriedade em cada uma das idades da sociedade. Para os selvagens, a propriedade começa

¹⁷ SMITH, 1896: 107-108.

e termina na posse, o que para eles não vai além da posse do próprio corpo. Entre pastores, a ideia de propriedade inclui os bens móveis que transportam consigo, e os que depositam nos seus casebres. Consideram o gado como sua propriedade, apenas na medida em que os animais retornam para eles. A propriedade atinge o seu maior grau com a agricultura; quando foi necessário começar a cultivar a terra, ela não era propriedade de ninguém, e o lote cultivado nas imediações dos seus casebres seria comum à aldeia, e os frutos colhidos seriam igualmente repartidos por todos. A propriedade privada do solo começa apenas quando é feita uma divisão do que é comunitário, o que ocorre geralmente quando as cidades começam a ser erguidas, pois cada um irá querer ser proprietário da sua própria casa:

Among savages property begins and ends with possession, and they seem scarce to have any idea of anything as their own which is not about their own bodies.

Among shepherds the idea of property is further extended. Not only what they carry about with them, but also what they have deposited in their hovels, is their own. They consider their cattle as their own while they have a habit of returning to them. [...] But property receives its greatest extension from agriculture. When it first became necessary to cultivate the earth, no person had any property in it, and the little plot which was dressed near their hovels would be common to the whole village, and the fruits would be equally divided among the individuals. There are the remains of a common land property in our own country at this day. In many places there is a piece of ground belonging equally to several persons, and after harvest, cattle are, in many places, allowed to feed where they please. Private property in land never begins till a division be made from common agreement, which is generally when cities begin to be built, as every one would choose that his house, which is a permanent object, should be entirely his own.¹⁸

Tylor reconhece que a organização tão simplista dos povos não é absoluta, pois mesmo entre os mais *civilizados*, há sinais de que o progresso tecnológico e material não é acompanhado por um avanço moral e ético à mesma velocidade, o que resulta numa separação entre a inteligência e a virtude. E entende que os povos colonizados, subjugados pelos europeus, perdem muitas das suas qualidades ao se adap-

tarem ao progresso civilizacional (o que supostamente era *bom* para eles), sem ganharem nada na devida proporção, pois nas colônias a cultura ocidental encontrava-se pobremente representada:

Even granting that intellectual, moral, and political life may, on a broad view, be seen to progress together, it is obvious that they are far from advancing with equal steps. It may be taken as man's rule of duty in the world, that he shall strive to know as well as he can find out, and to do as well as he knows. But the parting asunder of these two great principles, that separation of intelligence from virtue which accounts for much of the wrong-doing of mankind, is continually seen to happen in the great movements of civilization. [...] Courage, honesty, generosity, are virtues which may suffer, at least for a time, by the development of a sense of value of life and property. The savage who adopts something of foreign civilization too often loses his ruder virtues without gaining an equivalent. The white invader or colonist, though representing on the whole a higher moral standard than the savage he improves or destroys, often represents his standard very ill, and at best can hardly claim to substitute a life stronger, nobler, and purer at every point than that which he supersedes. The onward movement from barbarism has dropped behind more than one quality of barbaric character, which cultured modern men look back on with regret, and will even strive to regain by futile attempts to stop the course of history, and restore the past in the midst of the present.¹⁹

Em suma, a tese de Tylor é a de que o estado selvagem representa a condição inicial de toda a humanidade, a partir da qual se desenvolveu se a cultura atual mais elevada, num processo de evolução ainda operativo, demonstrando que o progresso triunfou sobre o declínio. A cultura moderna é uma evolução da cultura medieval, que por sua vez é a sequência evolutiva das civilizações da Grécia, Egípto e Assíria, que eventualmente terão derivado de culturas primitivas selvagens:

The thesis which I venture to sustain, within limits, is simply this, that the savage state in some measure represents an early condition of mankind, out of which the higher culture has gradually been developed or evolved, by processes still in regular operation as of old, the re-

¹⁸ SMITH, 1896: 108-109.

¹⁹ TYLOR, 1871: 25-26.

sult showing that, on the whole, progress has far prevailed over relapse.

[...]

It is mere matter of chronicle that modern civilization is a development of medieval civilization, which again is a development from civilization of the order represented in Greece, Assyria, or Egypt.²⁰

2 DA SOCIEDADE ANTIGA

2.1 *Lewis Henry Morgan: introdução*

A obra de Tylor foi influente, sobretudo na escola anglo-saxónica. O seu alcance fez-se sentir nos Estados Unidos da América, onde o antropólogo Lewis Henry Morgan (1818-1881),²¹ deu continuidade ao evolucionismo cultural. A sua obra mais notória foi *Ancient Society*, publicada em 1877.²² Logo no primeiro capítulo, Morgan revela estar em sintonia com o evolucionismo, e a par do trabalho dos seus contemporâneos. A sua tese baseia-se na ideia de progresso, de um progresso causado por invenções e descobertas, numa sequência comum a toda a humanidade, e num sentido ascendente de evolução da cultura e da sociedade, desde o estado selvagem, passando pela barbárie até à civilização. Morgan subdividiu o estado selvagem e o estado de barbárie em três fases: inferior, média e superior; e a civilização em: antiga, medieval, e moderna.

A fase inferior do estado selvagem corresponde aos primórdios da humanidade, quando os seres humanos eram em pouco número, ocupavam áreas limitadas, e não dominavam o fogo. A subsistência era baseada no que a natureza dava, como frutos, nozes e raízes. Os autores clássicos ilustram as primeiras tribos humanas habitando em grutas, bosques e florestas, disputando o seu abrigo com animais selvagens. Uma vez que começaram sem experiência, sem armas, e rodeados de animais ferozes, é provável que tenham habitado, pelo menos temporariamente, nas árvores, como meio de proteção e segurança. A única invenção nesta fase foi o começo da linguagem articulada (a capacidade

de comunicar através da fala). Não são conhecidas tribos que ainda vivam nesta condição.²³

A fase média do estado selvagem começou com o uso do fogo, e com a integração do peixe na alimentação, que são dois fenómenos interligados, na medida em que o peixe é um alimento que não pode ser consumido sem ser cozinhado. A subsistência baseada em peixe permitiu maior mobilidade aos seres humanos, tornando-os menos dependentes do clima e do lugar, agilizando a sua dispersão por todo o território. A descoberta do fogo também permitiu cozinhar tubérculos, diversificando a alimentação. A caça também surgiu nesta fase, com a invenção das primeiras armas, e corresponde a esta fase os mais antigos utensílios do Paleolítico. Nesta fase, segundo Morgan, encontram-se os indígenas australianos, e grande parte dos polinésios quando foram descobertos.²⁴

A fase superior do estado selvagem teve início com a invenção do arco e da flecha, o que fez da caça uma atividade regular, e tornou mais frequente o consumo de carne pelos seres humanos. A invenção do arco e da flecha pressupõe um certo grau de desenvolvimento das faculdades mentais, e o domínio de outras descobertas, como a produção de vasos e utensílios de madeira, cestos de cortiça ou de verga, a arte de tecer à mão (sem tear), e o fabrico de instrumentos de pedra polida (do período Neolítico). Estas invenções permitiram o sedentarismo, ao qual estão associadas as primeiras aldeias. Nesta fase encontravam-se as tribos nativo-americanas Athapaskan da Baía de Hudson (Canadá), e do vale do rio Colúmbia (Canadá), quando foram descobertas.²⁵

A fase inferior da barbárie teve início com a descoberta da cerâmica, quer tenha sido por invenção própria, ou por adoção. Provavelmente terá surgido do costume de cobrir cestos de madeira com argila, para torná-los refratários ao fogo, e com o tempo ter-se-á descoberto que a argila moldada desempenhava a mesma função, sem necessidade da estrutura em madeira no seu interior. A cerâmica será uma consequência das primeiras aldeias, na medida em que é resultado da melhoria das condições de vida doméstica. O cultivo de hortas (horticultura) permitiu que a subsistência nesta fase fosse

²⁰ TYLOR, 1871: 28-29.

²¹ *Lewis Henry Morgan* in in *Encyclopædia Britannica* [em linha]. *Encyclopædia Britannica, inc.* [consult. 2019-05-15]. Disponível na Internet: <https://www.britannica.com/biography/Lewis-Henry-Morgan>.

²² *Ancient Society, or researches in the lines of human progress from savagery through barbarism to civilization.*; ou «A Sociedade Antiga, ou investigações sobre as linhas do progresso humano desde a selvageria através da barbárie até à civilização».

²³ MORGAN, 1877: 41.

²⁴ Morgan refere-se aos indígenas australianos e polinésios, enquanto tribos isoladas (não contactadas por europeus). A Polinésia corresponde ao conjunto de ilhas dentro do triângulo formado entre o Havai, a Nova Zelândia e a Ilha da Páscoa, no Oceano Pacífico.

²⁵ Novamente, Morgan refere-se ao modo de vida destas tribos quando ainda eram povos isolados.

baseada em tubérculos, cultivados, e cozidos em cinza quente ou em covas no chão.

A fase média da barbárie começa com a domesticação e a criação de animais (pastorícia), e com o cultivo de plantas (agricultura). A domesticação de animais, permitiu a subsistência com base na carne e no leite. O novo modo de vida, dedicado à pastorícia, terá obrigado as famílias europeias a aprender a cultivar, de modo a poder sustentar os seus rebanhos e as suas manadas em regiões cobertas por floresta, distantes das planícies. Assim, é muito provável que o cultivo de cereais tenha sido introduzido pela necessidade de alimentar os animais, e só posteriormente para consumo próprio.

A fase superior da barbárie começou com a metalurgia do ferro. O arado, que já tinha sido inventado, com a introdução do ferro foi melhorado, e associado à tração animal, com força superior à dos homens, permitiu a expansão da agricultura, e uma subsistência ilimitada com base na agricultura de plantação. Começou o desmatamento, para ampliar as áreas de cultivo, e tornou-se possível o aumento da densidade populacional em áreas limitadas. Ou seja, estavam reunidas as condições para que milhares de pessoas conseguissem pertencer ao mesmo território, sob o mesmo governo, o que não era possível até à agricultura de plantação.

A civilização antiga começou com a invenção da escrita alfabética, e do seu uso para a composição literária. A esta fase correspondem os gregos do Período Homérico, as tribos ítalas pouco antes da fundação de Roma, e as tribos germânicas do tempo de Júlio César.²⁶

2.2 *Do estado selvagem: a família consanguínea e a família punaluaana*

Presume-se que o matrimónio consanguíneo terá sido a primeira forma de matrimónio entre seres humanos, pois as formas subsequentes de matrimónio apontam nesse sentido. Esta forma de matrimónio já não é praticada, mas o exemplo mais próximo (por ser o sistema de matrimónio mais arcaico conhecido à data), são os povos malaios.²⁷

O sistema de consanguinidade baseia-se no casamento entre irmãos, dentro de um grupo. Contudo, a classificação de irmão e de irmã abrange também os primos e as primas em pri-

meiro, segundo, terceiro ou mais graus; ou seja, para um indivíduo, os seus irmãos e os seus primos são todos seus irmãos, e as suas irmãs e as suas primas são todas suas irmãs, sendo que a designação de *primo* ou de *prima* não existe neste sistema. Este é o primeiro grau de parentesco. O segundo, são os pais. Contudo, os irmãos, as irmãs, os primos e as primas, do pai e da mãe, são todos pais do mesmo indivíduo. O terceiro grau são os avôs e as avós, incluindo os seus irmãos, irmãs, primos e primas. O quarto grau são os filhos e as filhas, juntamente com os seus primos e primas, que são todos filhos do mesmo indivíduo. O quinto grau de parentesco são os netos e as netas, com os seus respectivos primos e primas, que são todos netos do mesmo indivíduo. Dentro do mesmo grau de parentesco, todos são irmãos e irmãs, e podem casar entre si. Consequentemente, as cunhadas de uma pessoa do sexo masculino, sendo esposas dos seus irmãos, são igualmente suas esposas. E os cunhados de uma determinada pessoa do sexo feminino, são igualmente seus maridos. Um homem designa por esposa, a sua esposa e as irmãs dela (as suas cunhadas); e os esposos das suas cunhadas são seus cunhados. Uma mulher designa por esposo, o seu esposo e os seus irmãos (seus cunhados); e as esposas dos seus cunhados são suas cunhadas. Deste modo, as linhas ascendentes e descendentes dos primos e das primas entre si, são comuns, e todos os membros da família ficam unidos por parentesco.

Presumivelmente, quando o número de seres humanos que formavam um grupo era reduzido, os matrimónios terão ocorrido entre irmãos e irmãs; e conforme a população foi aumentando, a preferência terá recaído sobre primos ou primas, de grau cada vez mais distante. E assim, o sistema conjugal foi-se alargando, e foram gradualmente diminuindo os riscos do cruzamento entre parentes próximos.

Na família consanguínea, os esposos vivem em poliginia, e as esposas em poliandria; que terá sido a forma de família mais antiga da sociedade humana.²⁸ Dado que, neste sistema, uma mulher está casada com o esposo e com os irmãos dele, as crianças que ela tiver poderão ser filhos de qualquer um deles. Assim, apenas se sabe que determinada criança é filha da sua mãe, porque a deu à luz, mas não se sabe quem é o pai. Em resultado, as crianças sabem distinguir as suas próprias mães, mas não os seus

²⁶ MORGAN, 1877: 9-13, 20-27.

²⁷ A designação de «povos malaios» usada por Morgan corresponde à etnia austronésia, presentes atualmente na Malásia, na Indonésia, no Brunei, em Singapura e no Sul da Tailândia.

²⁸ *Poliginia* designa o casamento de um homem com mais do que uma mulher. *Poliandria* designa o casamento de uma mulher com mais do que um homem. São ambas formas de poligamia.

pais. E isso não é relevante, na medida em que todas as crianças são filhas dos seus pais, dos seus tios, e dos primos deles, e todos eles as tratam igualmente como filhas. Ao final, não existe distinção entre o parentesco por consanguinidade (pais, filhos, avós, netos, tios, sobrinhos, primos, etc.), e o parentesco por afinidade (sogros, genros, noras, padrastrós, cunhados, etc.).

Morgan apresenta vários argumentos para validar este sistema como tendo sido o primordial para a humanidade. E um dos exemplos que aponta é a referência que Platão faz a este sistema em *Timeu*, onde recomenda a sua prática entre a classe dos *guardiões* (a classe superior, que defende e governa a *polis*). Recordando a *Timeu* as recomendações feitas n' *A República*, Sócrates acrescenta:

– E no que respeita à procriação? Será que o carácter inusitado dessas considerações faz com que seja recordado facilmente, porque estabelecemos que todos os casamentos e os filhos seriam comuns. Desde modo se conseguia que ninguém reconhecesse como seus filhos o engendrado por si; antes, que todos considerariam todos como sendo da mesma família, tendo por irmãos e irmãs aqueles que fossem de idade aproximada, por pais ou avós dos pais os mais velhos e por filhos gerados pelos filhos os mais novos?²⁹

Seria natural que Sócrates se inspirasse num modelo antigo de família, para fazer esta sugestão; não sendo apenas pura especulação filosófica.³⁰

A família punaluana é baseada no sistema dos povos do Havai, e Morgan considera-o universal, ou seja, que em toda a humanidade correspondeu ao segundo tipo de família, antes da passagem para a família sindiásmica. Esta hipótese que foi rejeitada posteriormente. A descrição do sistema é igualmente errónea, na medida em que se baseia em descrições pouco precisas, que eram as únicas disponíveis na época de Morgan.³¹

Estes dois tipos de família pertencem à fase do estado selvagem.

2.3 *Do estado de barbárie: a família sindiásmica e a gens iroquesa*

Ainda no estado selvagem, a família consanguínea terá evoluído para a formação da *gens* (clã), com a instituição da linhagem, o que Morgan designa por *família sindiásmica*.³² Na organização social baseada nas *gentes*, o governo relaciona-se com as pessoas através da relação delas com a *gens* ou a tribo, que é sempre uma relação pessoal. Esta é a forma de organização social mais antiga da humanidade; surgiu no estado selvagem, e prevaleceu durante as três subfases do barbarismo, até ao começo da civilização (antiga), quando foi suplantada pela organização política – baseada na relação do governo com as pessoas através da relação delas com o território, que é uma relação puramente territorial.

O nascimento da *gens* (ou clã) terá surgido com a proibição do casamento entre irmãos. Se a sociedade consanguínea dependia do matrimónio em grupo (com poliginia e poliandria em simultâneo), com o aumento da população, a sobrevivência do grupo dependeria cada vez menos deste sistema porque, quanto maior o número de potenciais cônjuges, menor a necessidade de contrair matrimónio com parentes do primeiro grau. Perante as consequências nefastas da consanguinidade, é natural que os grupos humanos tenham começado a aplicar restrições. A consequência imediata da proibição do casamento com parentes consanguíneos do primeiro grau terá sido a formação da *gens*, pois é necessária uma subdivisão do grupo para que possa haver matrimónios com alguém de fora do seu próprio subgrupo. Assim, presume-se que a *gens* arcaica teria por base a proibição do matrimónio dentro da própria *gens*. De um grupo inicial, onde todos eram parentes consanguíneos entre si, subdividiram-se em *gens*, pelo menos duas, entre as quais se trocavam cônjuges. Uma pessoa, para casar, tinha de sair da sua *gens*, e juntar-se a outra *gens*, passando a pertencer-lhe. Mas apenas um dos sexos seria obrigado a fazer este movimento, sendo que a linhagem da *gens* à qual pertencem as crianças tinha de ser claramente definida: se prevalecia a

²⁹ PLATÃO, 2011: 74. *Timeu*, 18c-d.

³⁰ MORGAN, 1877: 27, 402-418.

³¹ MORGAN, 1877: 424-446.

³² *Gens* é um conceito romano que designa a identidade familiar de uma família; é sinónimo de clã. O seu plural é *gentes*. Eram a unidade básica da sociedade: várias *gens* formavam uma *fratria*, e várias *fratrias* constituíam uma *tribo*. Morgan usa o termo romano *gens* de modo alargado, para descrever o mesmo tipo de estrutura social noutros povos, pois considera que é um conceito historicamente correto, e mais preciso que o termo *clã*.

linhagem materna, ou a linhagem paterna. E isso determina não só os matrimônios, como também a herança da propriedade.

Dado que, no casamento consanguíneo, as mulheres casam com os esposos e com os irmãos deles, e que os homens casam com as suas esposas e com as irmãs delas, e que a definição de irmão e irmã abrange potencialmente todos os parentes da mesma geração, determinar a paternidade das crianças era difícil, e nunca assegurado. Pelo contrário, determinar a maternidade é evidente e seguro, pois não há dúvida quanto à pessoa que dá à luz a criança. Assim, impôs-se naturalmente a matrilinearidade: as crianças pertenciam à *gens* materna; uma pessoa do sexo masculino que quisesse casar tinha de mudar-se para a *gens* da esposa, deixando a sua; uma pessoa do sexo feminino que casasse permanecia na sua *gens*; em caso de divórcio, as crianças continuavam com a *gens* materna, à qual pertenciam, e os homens regressavam à sua *gens* materna. Na mesma habitação residiam as mulheres e os seus cônjuges, mas não os filhos e os netos já casados, pois esses residiam junto com a *gens* das suas esposas. Deste modo, estava assegurado o cumprimento da restrição de não casar com alguém da mesma *gens*, reduzindo gradualmente a consanguinidade.

E esta terá sido a organização social da maior parte dos povos, entre o final do estado selvagem e o fim do estado da barbárie, até ao alvor da civilização. Morgan estabeleceu uma comparação entre povos índios americanos,³³ os gregos antigos e os romanos antigos, concluindo que a *gens* era uma etapa de evolução social comum a todos. Da sociedade grega conhece-se apenas a partir da civilização, com o começo da escrita, quando as nações já se encontravam constituídas. Assim, é uma incógnita como terá sido o desenvolvimento da organização social dos povos gregos antes do nascimento da *polis*. Mas quando comparada com a sociedade nativa norte-americana, na sua máxima organização que são as confederações, a sociedade grega apresenta as mesmas características, enquanto nação. Embora esta analogia vá além da verdade (na medida em que as confederações não são governos centrais, como eram as *poleis* gregas), uma vez feita a correspondência entre ambas, foi possível colocar uma hipótese de como terá ocorrido a evolução

³³ A expressão «índios americanos» designa os povos nativos (ou indígenas, ou aborígenes) americanos (dos Estados Unidos). São os povos que viviam no atual território dos Estados Unidos antes da chegada dos primeiros europeus.

da sociedade grega, na sua fase pré-histórica. Além disso, no tempo de Morgan, as várias tribos norte-americanas tinham graus de progresso diferentes (segundo o princípio de que a evolução parte da simplicidade para a complexidade), que permitiam reconstituir um eventual progresso linear no tempo. Partindo deste princípio, de que as várias etapas de evolução da sociedade nativa norte-americana, representariam etapas de evolução dos povos europeus anteriores à civilização, Morgan tomou como exemplo a *gens* iroquesa para ilustrar essa fase de evolução social, durante as três subfases da barbárie.

Morgan definiu que, para estes três povos – nativos norte-americanos, gregos e romanos –, a evolução da organização social teve quatro etapas: primeira – a *gens* – um conjunto de pessoas consanguíneas com o mesmo nome de família; segunda – a fratria (ou a *curia*, no caso romano) – uma associação de *gentes* relacionadas entre si, para determinados objetivos comuns (como o desempenho de funções religiosas, no caso dos gregos e dos romanos); terceira – a tribo – uma associação de *gentes*, normalmente organizadas em fratrias (ou *curiae*), na qual todos os seus membros falam o mesmo dialeto; quarta – a confederação de tribos (nativos norte-americanos), ou a nação (gregos e romanos) – uma associação de tribos unidas pelo mesmo território, na qual cada tribo tem um representante que fala o seu dialeto.

A *gens* iroquesa estava unida em torno de uma antepassada comum, da qual supostamente todos os parentes eram descendentes. Os direitos, privilégios e obrigações dos seus membros eram os seguintes:

- I. O direito de eleger os seus *sachems* (chefes supremos) e os seus chefes;
- II. O direito de destituir os seus *sachems* e os seus chefes;
- III. A obrigação de não casar dentro da própria *gens*;
- IV. Direitos mútuos de herança da propriedade dos membros falecidos;
- V. Obrigações recíprocas de ajuda, de defesa e de reparação por injúrias;
- VI. O direito de conceder nomes aos seus membros;
- VII. O direito de adotar estranhos para a sua *gens*;
- VIII. Ritos religiosos comuns;
- IX. Local de sepultura comum;
- X. Um conselho da *gens*.

As tribos norte-americanas tinham dois tipos de líder: os *sachems*, e os chefes. O *sachem* era o chefe em tempo de paz (não podia partir para

a guerra na qualidade de *sachem*), estava à cabeça da *gens*; era um cargo hereditário, na medida em que era eleito um novo *sachem* de entre os membros da *gens*, sempre que o lugar ficava vago. O chefe era o líder em tempo de guerra, e a sua relação era essencialmente com a tribo; era um cargo não hereditário, sendo a sua eleição baseada no prestígio individual (por bravura pessoal, sabedoria nos assuntos, eloquência no conselho), e por isso mesmo, cessava aquando da sua morte. Um conselho geral apenas era convocado para a nomeação de novos *sachems*, e não de chefes; a nomeação de novos chefes ficava a aguardar pelo conselho geral seguinte. Os chefes tinham um estatuto pessoal superior ao do *sachems*, mas não eram hierarquicamente superiores; tanto os *sachems* como os chefes eram membros do conselho da tribo.

O direito de eleger os seus *sachems* e os seus chefes abrangia todas as pessoas em idade adulta (homens e mulheres), que eram convocadas em conselho, para expressarem a sua preferência entre dois candidatos possíveis; aquele que reunisse maior número de declarações afirmativas era eleito. Para a eleição de um *sachem*, era necessário primeiro obter a aprovação dos membros da *gens*, e depois a confirmação das outras *gentes*; se a pessoa escolhida pela *gens* fosse aceite pelas outras *gentes*, o *sachem* estava eleito; mas se as restantes não validassem o candidato escolhido, a *gens* tinha de tornar a reunir em conselho para eleger outra pessoa. O *sachem* eleito tinha ainda de ser investido por um conselho da confederação, para poder exercer o cargo. O princípio da democracia era preservado pela eleição dos governantes pelos membros da *gens*, e a usurpação cuidadosamente evitada pela confirmação necessária das outras *gentes*.

Os *sachems* e os chefes tinham de ser membros da própria *gens*. O que significa que, nas *gentes* onde prevalecia a matrilinearidade, um filho não podia ser sucessor do seu pai – pois o filho pertencia à *gens* da sua mãe. Assim, a sucessão era feita entre parentes do sexo masculino, pertencentes à mesma *gens*: parentes em linha reta (descendentes de um progenitor comum: avós, pais, netos), ou colaterais (descendentes de um tronco ancestral comum: irmãos, primos, tios, sobrinhos). O sucessor do *sachem* falecido era normalmente seu irmão (em linha reta ou colateral), seu sobrinho (filho de uma irmã) ou, mais raramente, seu neto.

O número de chefes era habitualmente proporcional à população, sendo que cada chefe liderava cerca de cinquenta pessoas. À data em que Morgan escreveu, os iroqueses da tribo

Seneca eram cerca de três mil, com oito *sachems* e perto de sessenta chefes.³⁴

Os cargos de *sachem* e de chefe eram formalmente vitalícios, mas na prática a sua duração era determinada pelo bom desempenho, devido ao direito dos membros da *gens* a destituí-los. Um comportamento indigno, gerava perda de confiança, e podia levar à deposição, por decisão do conselho da *gens*. O conselho da tribo também tinha o poder para depor, sem aguardar a decisão da *gens*, ou até mesmo contra a vontade da mesma. Este poder era exercido com alguma regularidade, garantindo a constituição democrática.

Quando falecia um membro da *gens*, a sua propriedade privada estava limitada aos pertences pessoais, dos quais os mais valiosos eram enterrados junto com o seu corpo. A parte da habitação comum que lhe correspondia, e eventualmente um lote de jardim eram redistribuídas pelos membros da *gens*. Esta era a norma do estado selvagem. Na fase inferior da barbárie, a herança foi restringida aos parentes agnáticos (parentes por patrilinearidade, isto é, por linhagem masculina), excluindo os restantes membros da *gens*, uma regra que se terá consolidado na fase média da barbárie. Numa terceira regra de sucessão, a propriedade privada tornou-se herança dos filhos do proprietário, com exclusão dos restantes parentes agnáticos, o que se tornou a norma na fase superior da barbárie. Entre os iroqueses, a regra em vigor era a primeira; no caso de falecimento de um homem, os seus bens eram repartidos entre os seus irmãos, irmãs e tios maternos; no caso de falecimento de uma mulher, os seus bens eram repartidos entre os seus filhos, filhas, e irmãs, excluindo os seus irmãos. Em ambos os casos, a propriedade permanecia na *gens*. Os filhos não eram herdeiros do seu pai, pois pertenciam à *gens* da sua mãe. Do mesmo modo, o esposo não era herdeiro da sua esposa, e vice-versa, fortalecendo a autonomia de cada *gens*.³⁵

Os direitos individuais, e a segurança, eram garantidos por apoio mútuo, dentro da própria *gens*. O laço de parentesco era forte, e enganar um membro da *gens*, era enganar todos os seus membros; e apoiar uma pessoa significava contar com o apoio de todos os seus parentes dentro da *gens*. Quando um indivíduo era obrigado a pagar uma indemnização a outrem, ficando reduzido à pobreza, a sua *gens* contribuía para pagar. E aqueles que se mudavam de uma aldeia para outra, não podiam transferir a um estranho o seu direito a terras

³⁴ MORGAN, 1877: 71-73.

³⁵ MORGAN, 1877: 74-76.

cultivadas, ou a uma seção da habitação comum, mas tinham de os deixar aos seus parentes dentro da *gens*. Morgan refere que nas tribos dos Andes peruanos as comunidades eram obrigadas a reunir esforços para erguer uma casa aos jovens casais em começo de vida. No mesmo sentido, o laço estreito também deu origem à *blood law* (ou *blood revenge*; literalmente «lei do sangue», ou «vingança do sangue»), segundo a qual um tribunal era reunido para julgar homicídios, e a família da pessoa assassinada era obrigada a exigir reparação pela sua morte; essa reparação podia corresponder à expressão oficial de arrependimento e ao pagamento com presentes de valor avultado, ou, se a *gens* da pessoa assassinada fosse implacável, o autor do crime tinha de ser morto. Um ou mais dos parentes próximos da vítima eram nomeados para encontrar e capturar o assassino, e matá-lo, sem direito a reclamação da parte da outra *gens*.³⁶

Entre tribos do estado selvagem e do estado de barbárie, as famílias não tinham nomes. Os nomes individuais de cada um dos membros não indicavam qualquer relação entre eles. O nome de família surgiu com a civilização. Contudo, nas tribos nativas norte-americanas, os nomes individuais indicavam a que *gens* pertenciam perante pessoas de outras *gentes* da mesma tribo. Cada *gens* era detentora de nomes que eram sua propriedade, e que não podiam ser usados por pessoas de outras *gentes*. Quando uma criança nascia, a sua mãe escolhia um nome pertencente à sua *gens*, de entre aqueles que não estivessem em uso no momento, e com a concordância dos seus parentes. A criança só ficava oficialmente batizada no conselho da tribo. Após o falecimento de uma pessoa, o seu nome não podia ser usado por outra, enquanto fosse vivo o seu filho mais velho, sem o consentimento deste. Dois nomes eram concedidos: um para a infância (no nascimento), e outro para a vida adulta (aos dezasseis ou dezoito anos). O primeiro nome era retirado, geralmente por um chefe da *gens*, e o segundo era concedido, sendo publicamente anunciado no conselho da tribo. Também era comum solicitar um nome novo após uma doença grave, por motivo de superstição; ou quando um *sachem* ou um chefe eram eleitos, era-lhes concedido um novo nome. O indivíduo não tinha o poder para mudar o seu nome, que era prerrogativa das mulheres e dos chefes; embora pudesse exercer alguma influência nesse sentido se o desejasse. O nome de uma pessoa falecida podia ser emprestado a um amigo de outra *gens*, mas

³⁶ MORGAN, 1877: 76-78.

após o seu falecimento o nome retornava à *gens* de origem.

A *gens* tinha o direito de adotar estranhos. Os prisioneiros de guerra, ou eram mortos, ou eram adotados – o que acontecia sobretudo no caso das mulheres e das crianças. A escravatura, que se tornou a regra na fase superior da barbárie, era desconhecida entre as tribos das fases anteriores. As pessoas adotadas adquiriam todos os direitos de um membro da *gens*, incluindo a nacionalidade, como se fossem parentes consanguíneos. Era comum os membros adotados tomarem os lugares dos parentes falecidos em combate, de modo a repor o equilíbrio.

Os nativos norte-americanos não tinham rituais religiosos em especial à escala da *gens*, mas celebravam seis festivais anuais que eram comuns às *gentes* da mesma tribo. Eram eles: *New Year Festival* («Festival de Ano Novo», em janeiro); *Maple Festival* («Festival do Ácer», em fevereiro, durante o qual era colhida seiva das as árvores de ácer para fazer xarope); *Corn Planting Festival* («Festival da Plantação do Milho», no fim de maio); *Strawberry Festival* («Festival do Morango», a meio de maio); *Green Corn Festival* («Festival do Milho Verde», na primeira semana de agosto, para comemorar os frutos da primeira colheita); *Harvest Festival* («Festival da Colheita», a meio de outubro, para celebrar o fim do tempo da colheita); e *Thanksgiving* («Ação de Graças», em novembro, para agradecer os frutos das colheitas ano).³⁷

As celebrações religiosas eram da responsabilidade de *Keepers of the Faith* («Guardiões da Fé»), homens e mulheres nomeados por cada

³⁷ Atualmente, os membros da Confederação Iroquesa – corretamente, Haudenosaunee – ainda celebram estes festivais, como parte integrante de um total de 13 cerimónias durante o ano, correspondendo às 13 luas (pois o seu calendário é lunar): *Midwinter* (na segunda semana de janeiro, e dura oito dias); *Maple Ceremony* (na segunda semana de fevereiro, e dura 1 dia); *Thunder Dance* (na primeira semana de abril, para dar as boas-vindas aos trovões); *Sun and Moon Dance* (no começo de maio, de manhã, para dar as boas-vindas ao sol, e na segunda semana de maio, à noite, para dar as boas-vindas à lua); *Seed Ceremony* (a meio de maio, e dura 1 dia); *Planting Ceremony* (no fim de maio); *Strawberry Ceremony* (a meio de maio e dura 1 dia); *String Bean* (primeira semana de agosto, e dura 1 dia); *Corn* (a meio de agosto); *Harvest* (a meio de outubro, e dura 4 dias); *Thunder* (em novembro); e *End of Seasons* (em dezembro). In Haudenosaunee Confederacy [em linha]. *Ceremonies* [consult. 2019-05-28]. Disponível na Internet: <https://www.haudenosauneeconfederacy.com/ceremonies/>.

gens, que marcavam as datas, organizavam os preparativos, e conduziam as cerimónias, em conjunto com os *sachems* e os chefes, que eram *Keepers of the Faith* em virtude do cargo que ocupavam. Os *Keepers of the Faith* eram em número equivalente ao dos chefes, e selecionados pelos *wise-men* («homens sábios») e pelas matriarcas de cada *gens*. Sem cabeça, e sem sacerdócio formal, incluíam um número equivalente de homens e de mulheres; as mulheres estavam particularmente encarregues dos preparativos para a festa, que incluía um banquete. As cerimónias eram sempre de ação de graças e de invocação do Grande Espírito, para agradecer as bênçãos concedidas pela natureza e pela vida.³⁸

Da subdivisão de uma *gens* em duas ou mais *gentes*, era natural que todas quisessem permanecer unidas, para situações de apoio e de socorro mútuo; a associação entre duas ou mais *gentes* era uma fratria – uma irmandade de pessoas de *gentes* distintas, mas pertencentes à mesma tribo. Entre os nativos norte-americanos, houve fratrias em várias tribos, mas não tinham o poder governativo que as fratrias gregas chegaram a alcançar. A fratria é particularmente útil quando a tribo é muito extensa, com diversas *gentes*, e necessita de uma subdivisão. As *gentes* de uma fratria são irmãs entre si – por serem subdivisões de uma *gens* original – e primas das *gentes* de outra fratria. Assim, uma tribo estava subdividida em fratrias, por sua vez subdividida em *gentes*. Mas era possível uma tribo estar apenas subdividida em *gentes*, sem a escala intermédia da fratria. A fratria iroquesa tinha funções sociais e religiosas. As fratrias organizavam entre si competições do jogo da pelota, para o qual cada fratria selecionava os melhores jogadores. Num conselho da tribo, os *sachems* e os chefes de cada fratria sentavam-se em conjunto, dirigindo-se aos das outras fratrias. Em caso de homicídio, a *gens* da vítima solicitava um conselho da fratria para resolver o assunto. Quando uma pessoa importante falecia, a fratria oposta organizava o funeral, para que a fratria do defunto pudesse chorar a sua morte. O conselho da fratria também tinha poder de intervenção na eleição de um *sachem*.

Entre os senecas, houve em tempos duas *Medicine Lodges* – Cabanas de Medicina – uma em cada fratria, que eram irmandades com mistérios religiosos particulares, secretos, apenas transmitidos a quem fosse iniciado. Segundo Arthur Caswell Parker (1881-1955), arqueólogo americano de ascendência seneca e escocesa,

que em 1923 publicou *Seneca Myths and Folk Tales*, esta «Sociedade Secreta de Medicina» – corretamente *Honohchinohgah*, também conhecida por *Little Water Company* – foi instituída para preservar a potência mística ou *orenda* (o «poder mágico»), inerente a um medicamento chamado *niganigaah* (que significa «pequena dose»), e para preservar os métodos de administração. Era uma sociedade antiga, rigorosa nas suas leis, e os seus membros eram muito respeitados – eram conhecidos por *medicine men* («homens de medicina»). O *niganigaah* era um medicamento especial, cuja receita apenas um único *medicine man* conhecia, e tinha o dever de transmitir a um sucessor pouco antes da sua morte. A sua preparação envolvia ingredientes como cérebros de vários mamíferos, peixes, pássaros e outros animais, e pólen e raízes de diversas plantas, árvores e vegetais. Estes ingredientes eram macerados e misturados com sementes de abóbora, raízes de milho, e outras substâncias. O medicamento em si tinha uma cor amarelada, e irradiava uma certa luminosidade no escuro, provavelmente devido à quantidade de fósforo orgânico nela contida. Uma pequena quantidade deste medicamento era confiada a cada membro da irmandade, que a preservava com cuidados especiais, num pequeno saco de pele, envolto em várias camadas de tecido e pele, e dentro de uma caixa de cortiça, madeira ou de lata, para a isolar da humidade, da doença e da sujidade. Parker refere que John Patterson foi o último detentor do segredo deste medicamento, e que morreu sem o transmitir a um sucessor. Em 1923, os homens de medicina guardavam o remanescente com ainda maior zelo, pois a lenda dizia que no dia em que terminasse, os senecas iriam perder a sua identidade.

O *niganigaah* era administrado com uma cerimónia elaborada, pois o paciente tinha de ser preparado com uma dieta específica, da sua habitação tinha de ser removido tudo o que pudesse perturbar a ação do medicamento, e depois de aplicado (a uma ferida, a um osso partido, ou para a cura de uma doença), era proferido um encantamento pelo homem de medicina (*medicine man*), que cantava em alta voz uma oração.

³⁸ MORGAN, 1877: 78-83.

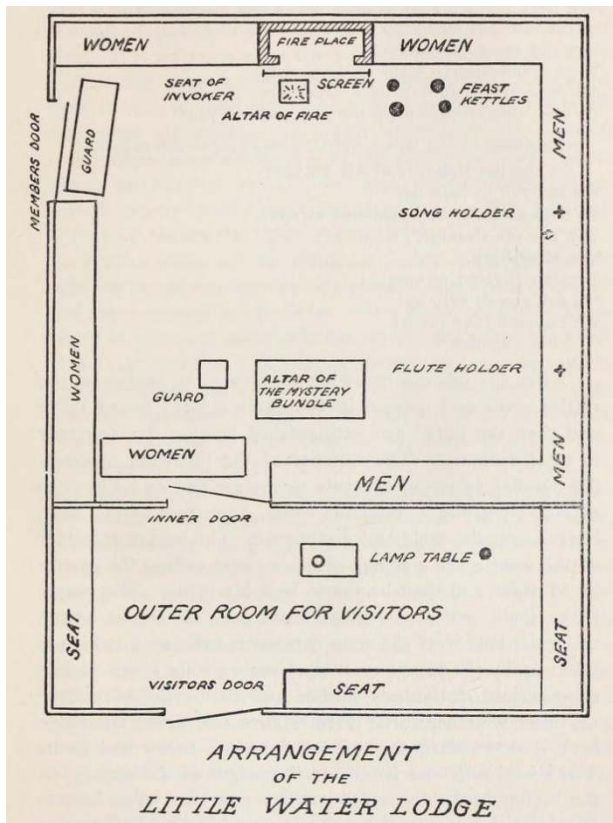


Figura 1. Planta da *Medicine Lodge*, ou *Little Water Lodge*, onde era celebrada a cerimônia da irmandade. In Parker, 1923: 451.

A irmandade *Honohchinohgah* reunia quatro vezes por ano, num lugar e hora apenas conhecidos pelos seus membros, e a entrada estava guardada. Junto à porta de entrada, era colocado um banco pesado para que, caso um intruso tentasse entrar, um grupo de jovens leais fazia mover para fechar a porta, e deixá-lo à mercê dos guardas no exterior. A cerimônia tinha como objetivo a bênção do *niganigaah* na posse de cada membro, o que tinha de ser feito pelo menos uma vez por ano (caso contrário, os espíritos dos animais e das plantas que deram as suas vidas para o fabrico do medicamento ficavam revoltados e lançavam todo o tipo de infortúnios sobre o seu detentor). O próprio Parker participou nesta cerimônia, ainda jovem, na qualidade de noviço, e descreve-a com grande detalhe.³⁹

Retomando o texto de Morgan, as fratrias não tinham chefes próprios, nem tinham funções governamentais, que estavam reservadas para a tribo e para a confederação. Mas tinham poder administrativo, e tornaram-se cada vez mais empenhadas nos assuntos religiosos. As fratrias de uma mesma tribo estavam unidas pelo mesmo dialeto.⁴⁰

³⁹ PARKER, 1923: 444-456.

⁴⁰ MORGAN, 1877: 88-101.

Para que tenham chegado a existir numerosas tribos, e várias confederações, na América do Norte, um longo (e lento) processo de subdivisão da população teve de ocorrer. Os locais naturais que permitiam a subsistência de um grande número de indivíduos, no estado selvagem, quando ainda não era conhecida a horticultura, eram apenas três: no Vale de Columbia,⁴¹ na península entre os Lagos Superior, Huron e Michigan,⁴² e a região dos lagos no Minnesota.⁴³

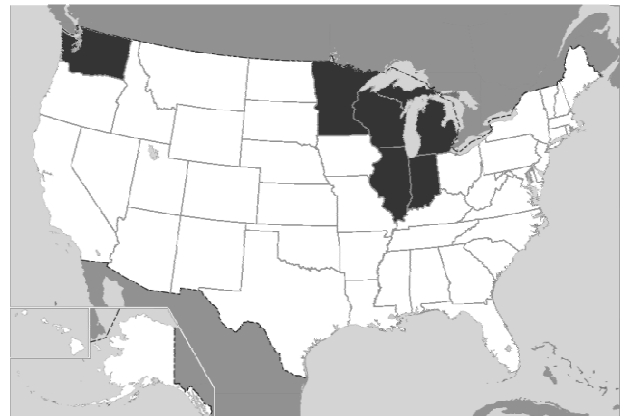


Figura 2. Mapa dos Estados Unidos da América com a indicação das regiões referidas por Morgan.

A dependência de um modo de vida de caçador-coletor limita o número de pessoas capazes de habitar num mesmo local. Para sobreviver apenas com o alimento que a natureza oferece, é necessária uma grande extensão de território para sustentar uma pequena população. Mas quando surgiu o cultivo do milho e a horticultura, as populações ganharam independência, concentraram-se em regiões menores, e aumentaram em demografia. As tribos que dominaram a horticultura começaram a povoar o território. De uma tribo inicial, um subgrupo deixaria a sua *gens*, para fundar uma

⁴¹ Columbia Valley fica no Estado de Washington (no Noroeste dos Estados Unidos, cuja capital é Olympia, e a sua maior cidade é Seattle), e é uma região fértil ao longo do Rio Columbia, onde o peixe é muito abundante, nomeadamente o salmão.

⁴² Os Lagos Superior, Huron e Michigan fazem parte do conjunto dos Grandes Lagos da América do Norte, e são partilhados pelos Estados norte-americanos de Wisconsin, Illinois (cuja capital é Chicago, cidade portuária na margem do Lago Michigan), Indiana, Michigan e com a província canadiana de Ontário.

⁴³ O Estado do Minnesota tem mais de 11,000 lagos; partilha a margem do Lago Superior com o Estado de Wisconsin a oeste, e com a província canadiana de Ontário a norte.

nova comunidade a alguma distância da original. Ano após ano, essa nova comunidade iria tornar-se cada vez mais diferente da original, distinta em interesses, emocionalmente mais desligada da origem e, ao final, divergente no discurso. Seguir-se-ia a independência, não obstante a proximidade territorial, e assim nasceria uma nova tribo. Entre os nativos que habitavam em povoados – os povos Pueblo, da região sudoeste dos Estados Unidos –, o mesmo processo ocorria: quando uma vila se tornava sobrepovoada, uma colônia partia para fundar uma nova vila, mais acima ou mais abaixo ao longo da margem do mesmo rio. Com intervalos regulares, estes povoados surgiam como unidades independentes, mas interligadas por uma confederação comum, para proteção mútua. Ao ocupar uma nova região, a comunidade incipiente enfrentava o desafio de preservar a ocupação, afugentando possíveis invasores vizinhos; naturalmente, tenderia a manter-se fortemente ligada à sua tribo de origem, para poder contar com o seu apoio em situações de perigo, ou para pedir abrigo em situações extremas. As *gentes* assim formadas a partir de uma *gens* inicial, partilhariam a mesma língua, mas desenvolveriam dialetos diferentes. Em zonas muito extensas de território, os dialetos mantiveram-se muito próximos entre si, manifestando a intensidade do laço fraterno entre as *gentes* da mesma tribo. Esta expansão demográfica terá ocorrido de modo natural, sem choque, sem a ocorrência de alguma calamidade.

Vários séculos volvidos, os dialetos tornar-se-iam tão diferentes, que as *gentes* não se entenderiam a falar a mesma língua – e assim estava consolidada a fronteira que demarcava uma nova tribo, distinta da inicial. Entre tribos que falavam dialetos distintos da mesma língua, reinava a paz, e nasceram confederações; a sua união nascia naturalmente da ancestralidade comum, e da dependência mútua para a sobrevivência. Mas entre tribos com línguas distintas, a guerra era incessante. O motivo será, não só a distância já referida em relação à *gens* inicial. Tribos que comunicam na mesma língua, mais facilmente conseguem chegar a um entendimento, e atenuar as diferenças. A exceção a esta regra foram os iroqueses, que perseguiram até à extinção as suas tribos congêneres Erie, a Nação Neutra, os Hurons e os Susquehannocks.⁴⁴

⁴⁴ Esta extinção a que se refere Morgan foram as Guerras do Castor – *Beaver Wars* – ou Guerras Iroquesas, que ocorreram no século XVII, na região dos Grandes Lagos; os iroqueses pretendiam monopolizar o comércio de venda de peles de animais aos europeus.

Ao longo de centenas de anos, os nativos norte-americanos desenvolveram dezenas de famílias de línguas, subdivididas em centenas de dialetos, correspondendo cada um a uma tribo. Uma tribo nativa norte-americana é, por conseguinte, uma estrutura relativamente simples, bastando algumas centenas, e no máximo alguns milhares de pessoas, para formar uma tribo. Em síntese, as funções e os atributos de uma tribo nativa norte-americana são:

- I. A posse de um território e de um nome;
- II. A posse exclusiva de um dialeto;
- III. O direito de investir os *sachems* (chefes supremos) e os chefes eleitos pelas *gentes*;
- IV. O direito de destituir esses *sachems* e chefes;
- V. O exercício de uma crença religiosa e de um culto;
- VI. Um governo supremo formado por um conselho de chefes;
- VII. Em algumas circunstâncias, um chefe supremo da tribo.⁴⁵

O conselho da tribo tinha poder para declarar guerra, e fazer a paz, para enviar e receber embaixadas, e para fazer alianças. As relações entre tribos independentes eram conduzidas por delegações de chefes e de *wise-men*, e um conselho era convocado para a sua receção, e para a negociação. Por conseguinte, a ideia de governo, em tribos, evoluiu em três etapas. A primeira, um governo de *um poder* – o governo de uma tribo por um conselho de chefes, eleitos pelas *gentes*; predominante nas tribos na fase inferior da barbárie. A segunda, um governo de *dois poderes* – um governo coordenado entre um conselho de chefes e um chefe militar general, nas situações em que um dos *sachems* era elevado a chefe supremo, hierarquicamente acima dos restantes, um exercendo funções civis, e o outro, funções militares, o que aconteceu após a formação das confederações; surgiu na fase inferior da barbárie, e consolidou-se na fase média. A terceira, um governo de três poderes – o conselho de chefes, a assembleia de cidadãos, e um chefe militar general; surgiu nas tribos que alcançaram a fase superior da barbárie, como na fase dos heróis homéricos gregos, e nas tribos romanas do período de Rómulo. Com o crescimento demográfico, o número de pessoas unidas sob uma só nação aumentou consideravelmente, e uma assembleia de cidadãos tornou-se necessária, para validar ou rejeitar as decisões do conselho de chefes. Quando surgiu a sociedade política, o conselho de chefes transformou-se no Senado, e a assembleia

⁴⁵ MORGAN, 1877: 102-112.

de cidadãos tornou-se a assembleia popular – a Eclésia – formada pelos cidadãos do sexo masculino, com mais de vinte e um anos, que participavam nas decisões políticas. A organização social das tribos da fase da barbárie, apesar do número relativamente diminuto das populações, das suas limitações, e da pobreza de recursos, contém em si todos os elementos de uma sociedade bem estruturada. A transição para a sociedade política foi resultado da mudança de uma sociedade unida pelas relações entre as *gentes*, para uma sociedade unida pelo território, pela pertença à mesma *polis*.⁴⁶

As confederações das tribos nativas norte-americanas surgiram de modo orgânico e natural. Onde uma tribo se subdividiu, e as comunidades resultantes dessa subdivisão se instalavam nos territórios circunvizinhos, a sua reintegração sob um mesmo governo dava origem a uma confederação, uma organização acima das tribos, que partilhavam *gentes* comuns, e falavam dialetos da mesma língua, ainda inteligíveis entre si. A base da confederação era as *gentes*, e o seu elo de ligação era a língua.

A Confederação Iroquesa – Haudenosaunee – resultou do acordo de paz entre cinco tribos: Seneca, Oneida, Onondaga, Cayuga e Mohawk, celebrado no século XV. Após 1722, passou a integrar a tribo Tuscarora, passando a ser sendo por isso conhecida em inglês por *Six Nations* («Seis Nações»). As características da Confederação Iroquesa são as seguintes:

- I. A confederação era a união de Cinco Tribos, composta por *gentes* comuns, sob um mesmo governo, na base da igualdade; cada tribo mantinha a sua independência em todos os assuntos relacionados com o governo local;
- II. Criou um Conselho Geral de *Sachems*, em número limitado, em igualdade hierárquica e de autoridade entre si, investido com os poderes supremos sobre todos os assuntos respeitantes à Confederação;
- III. Cinquenta cargos de *sachems* foram criados e nomeados, cuja investidura só podia ser realizada pelo Conselho Geral;
- IV. Os *sachems* da Confederação eram também *sachems* das suas respetivas tribos, e com os chefes dessas tribos formavam o conselho de cada, cujo poder era soberano sobre todos os assuntos relativos à tribo;
- V. A unanimidade no Conselho da Confederação era essencial para cada ato público;

- VI. No Conselho Geral, os *sachems* votavam por tribos;
- VII. O Conselho de cada tribo tinha poder para convocar o Conselho Geral, mas o Conselho Geral não tinha poder para convocar-se a si mesmo;
- VIII. O Conselho Geral estava aberto a oradores, que de entre as pessoas se quisessem pronunciar, mas apenas o Conselho tomava decisões;
- IX. A Confederação não tinha um magistrado executivo, ou cabeça oficial;
- X. Na sequência da necessidade de nomear um comandante militar geral, o cargo foi criado subdividido em dois, com dois chefes militares supremos com a mesma função, e igual poder; assim, um poderia neutralizar o outro, mantendo um equilíbrio de forças, para evitar usurpação.

O conhecimento da evolução da sociedade iroquesa até à Confederação, serve de exemplo para estabelecer como terá sido, possivelmente, a sociedade grega anterior à fase superior da barbárie (período Homérico), da qual nada é conhecido. Segundo Morgan, os reinos do período Homérico não eram monarquias, pois a assembleia popular e o conselho de chefes tinham poder de decisão, e o chefe militar geral podia ser deposto, pelo que eram democracias militares. E o despotismo e os tiranos gregos foram resultado de usurpação e, como tal, considerados ilegítimos pelas pessoas, por serem estranhos à sociedade gentílica. Assim, um reino e uma monarquia não seriam uma evolução da sociedade baseada nas *gentes*, pois são incompatíveis. As monarquias apenas surgiram num período tardio da civilização.⁴⁷

2.4 Da civilização: a família monogâmica e a gens grega

Os mais antigos registos sobre a sociedade grega conhecidos são a *Ilíada* e a *Odisseia*, atribuídas a Homero, escritas provavelmente em cerca de 750 a.C., embora sejam o fruto de vários séculos de transmissão da história por tradição oral. Estas duas obras marcam, não só o fim da Idade das Trevas Grega (e o início do Período Arcaico), mas sobretudo o começo da civilização. Isto significa que só se conhece a sociedade grega quando ela já se encontrava num estado de maturação e de complexidade relativamente avançados. Sobre as origens das

⁴⁶ MORGAN, 1877: 118-121.

⁴⁷ MORGAN, 1877: 122-129.

tribos gregas pouco se sabe em concreto. Por este motivo, Morgan recorreu à analogia entre as tribos iroquesas e as tribos gregas, colocando a hipótese de que terão possuído, em geral, as mesmas características. As tribos gregas da civilização, na sua caminhada em direção à democracia, terão sido a etapa seguinte na evolução natural, que as tribos nativas norte-americanas nunca alcançaram.

No Período Clássico, é certo que a sociedade grega estava baseada na patrilinearidade, ou seja, a *gens* grega estava unida por um antepassado comum, do sexo masculino, do qual todos os membros descendiam. E nas obras de Homero, o mesmo parece ter sido a regra no Período Arcaico, e até mesmo antes, com algumas exceções. Pode-se deduzir, então, que a mudança da matrilinearidade para a patrilinearidade terá ocorrido numa fase muito remota da história da Grécia, da qual não há documentos escritos.

A mudança da descendência da linha materna para a linha paterna, não é em si mesma sinônima de civilização. Ocorreu também entre algumas tribos norte-americanas, sem que isso tivesse alterado significativamente a estrutura da sua sociedade ou o seu modo de vida. A descendência por matrilinearidade, tal como já analisado em detalhe, significa que o casamento dentro da *gens* era proibido; o homem mudava-se para a *gens* da sua esposa com o casamento, e era à *gens* da sua esposa que os seus filhos pertenciam, tal como ele próprio regressava à *gens* da sua mãe em caso de divórcio; por este motivo, os filhos não eram herdeiros do seu pai, e a propriedade do pai passava para os parentes agnáticos (do sexo masculino) da sua própria *gens* (a *gens* da sua mãe), ou seja, tios, irmãos, sobrinhos, etc. Neste sentido, caso os progenitores do sexo masculino quisessem deixar a sua propriedade (e, eventualmente, o seu cargo) diretamente aos seus filhos do sexo masculino, esta regra teria de ser alterada. E, para isso, bastava alterar a descendência para a linha paterna. Não representa uma mudança drástica do modo de vida, e bastava que duas ou mais *gentes* chegassem a acordo entre si, aplicando esta norma a partir de um determinado momento. Na prática, significa que num casamento, passava a ser a mulher a deixar a sua *gens*, para mudar-se e passar a pertencer à *gens* do seu esposo. As crianças seriam assim pertença da *gens* dele, e ela podia regressar à sua *gens* (a *gens* da sua mãe) em caso de divórcio. Assim, as crianças seriam membros da *gens* do seu pai; os seus filhos viriam a ser seus herdeiros, e as suas filhas viriam a tornar-se membros da *gens* dos seus maridos, ou suas herdeiras caso não existissem herdeiros do sexo masculino. Numa

primeira geração, não seria necessário alterar a descendência dos casamentos já realizados, mas a regra seria aplicada aos casamentos seguintes, a partir de um determinado momento. Deste modo, sem quebrar os laços já existentes, era possível ter completado a transição ao fim de algumas gerações.

Uma vez que esta mudança é profunda, podendo pôr em perigo a estrutura das *gentes*, só um motivo forte poderia exercer a pressão necessária para a efetivar. E esse motivo foi a acumulação de propriedade privada. Com a domesticação dos animais, a criação de gado passou a ser feita em rebanhos, garantindo uma fonte mais segura e permanente de sustento, mas também transformou os animais em propriedade individual. E com a introdução e a prática sistemática da agricultura, as comunidades tornaram-se sedentárias; anteriormente eram nómadas por dependerem do alimento que a natureza dava espontaneamente, sendo economias baseadas na caça-recoleção, o que significava que tinham de mudar a sua residência sazonalmente, ou ciclicamente, por esgotarem os recursos naturais da zona habitada após algum tempo. Com a sedentarização, e com a prática da agricultura, os lotes cultivados foram reclamados como sendo propriedade individual. Junto aos lotes individuais cultivados, as casas também se tornaram individuais, e portanto, propriedade privada. Os terrenos de cultivo que anteriormente eram comunitários, sendo cada lote temporariamente individual e, não podendo ser alienado, era novamente redistribuído dentro da *gens* aquando da morte do seu usufrutuário, e os compartimentos da casa comunitária, que também eram propriedade individual transitória durante a vida do indivíduo, e reintegrados na *gens* após a sua morte, deram lugar à propriedade privada. Deste modo, aqueles que conseguiam concentrar mais terrenos de cultivo, e maior número de cabeças de gado, ganharam interesse em transmitir essa distinção económica e social à sua descendência. Se a matrilinearidade se mantivesse, a propriedade privada acumulada durante a vida seria sistematicamente redistribuída dentro da *gens*, nivelando sistematicamente os seus membros pela igualdade. Uma das premissas essenciais da matrilinearidade antiga, era precisamente a preservação da igualdade, rejeitando e até combatendo se necessário, qualquer manifestação de desigualdade social. Com a concentração de propriedade privada, e a sua transmissão para as gerações seguintes, não só se obtinha uma posição social pretensamente superior, como se garantia que essa desigualdade social seria mais ou menos permanente, ou até mesmo instituída.

Assim era a lei grega no tempo de Sólon (c.630-c.560 a.C.), segundo a qual a propriedade passava para os filhos em partes iguais, com a obrigação de manter as filhas e de proporcionar-lhes um dote para o casamento; ou, na falta de filhos, a herança era distribuída pelas filhas em partes iguais. Caso não houvesse filhos, a herança passava para os parentes agnáticos (da linhagem paterna), e na ausência destes, para os membros da *gens*. A lei romana das Doze Tábuas (450 a.C.) é essencialmente a mesma.

Com a mudança para a patrilinearidade, é provável que tenham sido abandonados os nomes de animais para designar as *gentes*, e que tenham sido adotados nomes individuais. Com o passar do tempo, cada *gens* terá adotado o nome de um antepassado heroico. Ao longo de séculos, talvez milhares de anos, a memória desse antepassado epónimo cairia no esquecimento, sendo substituído por outro antepassado heroico mais recente, a intervalos longos e regulares, de modo a manter viva e identidade da *gens*. Com o decorrer do tempo, essa figura lendária fundadora da *gens* tornou-se divinizada, dando origem a um mito de fundação, segundo o qual o antepassado heroico era filho de uma mulher mortal e de um deus, tornando-o semidivino. De acordo com a mitologia, uma das *gens* atenienses de sumo-sacerdotes (hierofantes) responsáveis pelos Mistérios de Elêusis – os Eumólpidas – eram descendentes do herói mítico Eumolpo, um rei da Trácia, que foi para a Ática e se tornou rei de Elêusis⁴⁸; era filho de Posídon (deus dos mares) e de Quíone (filha de Bóreas, deus do vento do Norte, e de Oritia, filha do rei de Atenas, Erecteu). Segundo a versão de Pausânias, numa guerra entre Atenas e Elêusis, morreram ambos os reis, Eumolpo e Erecteu, e ambas as cidades chegaram a acordo em como Elêusis seria súbdita de Atenas em todos os domínios, menos na celebração dos Sagrados Mistérios, nos quais Elêusis continuaria a ser soberana. O sacerdote responsável por continuar a tradição dos Mistérios foi Cérix, filho mais novo de Eumolpo. A outra *gens* à qual pertenciam os sumo-sacerdotes dos Mistérios eram os Céricos, descendentes de Cérix, filho de Eumolpo.⁴⁹

A passagem da matrilinearidade para a patrilinearidade, de modo a poder transmitir por herança a propriedade privada do pai para os seus filhos, teve como consequência imediata o fortalecimento do poder paternal. Para garantir que os filhos eram, de facto, biologicamente do

esposo da sua mãe, foi imposto às mulheres um estado de isolamento, de coabitação exclusiva, de modo a impedir qualquer tipo de relacionamento com outro homem. Em simultâneo, nenhuma regra foi estabelecida para regular ou delimitar a atividade sexual dos homens. O casamento foi, então, direcionado para o propósito principal de gerar herdeiros de modo legítimo. A coabitação exclusiva imposta às mulheres, sob a forma de castidade forçada, sem reciprocidade da parte dos homens, marca o nascimento da monogamia. Este estado de isolamento foi acompanhado da privação de direitos fundamentais, e de uma extrema degradação da condição das mulheres, o que é notório nos poemas homéricos, revelando que esta condição tão difícil para as mulheres data, pelo menos, do Período Homérico (Idade das Trevas Grega). Na *Iliada*, Agamémnon e Aquiles dividem entre si os espólios de guerra, incluindo duas jovens que são tornadas escravas e suas concubinas. Agamémnon ficou com Criseida, filha de Crises, sacerdote do templo de Apolo, e Aquiles ficou com Briseis, troiana da cidade de Lirnesso, filha de Briseu e viúva do rei Mines (foi o próprio Aquiles que matou o marido e os irmãos de Briseis). Cristes ofereceu um resgate para que a sua filha fosse libertada, mas Agamémnon recusou. Então, Cristes pediu a Apolo para que castigasse os aqueus com uma peste, o que foi concedido pelo deus. Perante o castigo divino, Agamémnon foi obrigado a devolver Criseida ao seu pai, mas frustrado tomou para si Briseis, a concubina de Aquiles. Aquiles, junto com o seu exército de Mirmidões, retirou-se, então, da Guerra de Troia. Para chegar a acordo com Aquiles, Agamémnon aceita devolver-lhe Briseis (e garante nunca a ter tomado como concubina), oferece-lhe vários bens, entre eles sete mulheres da ilha de Lesbos (de grande beleza, escravas raptadas e parte do seu espólio pessoal), vinte mulheres troianas à sua escolha, e uma das suas filhas, também à escolha de Aquiles. Morgan refere que, embora estas personagens fossem escravas e propriedade privada (transacionável), a atitude para com elas revela uma atitude cultural de desprezo pelas mulheres. A falta de respeito dos homens gregos pelos direitos e deveres dos seus inimigos, na qualidade de pais e de maridos, revela a da sua própria sociedade. Esta forma estudada de egotismo masculino, com o esforço dirigido para a crescente depreciação das mulheres, é desconhecido entre as tribos no estado «selvagem». Em consequência, ao longo de séculos, as mulheres gregas interiorizaram um sentimento profundo de inferioridade, do qual só recuperaram ligeiramente no final do Período Helénico.

⁴⁸ Elêusis é uma cidade da Ática Ocidental, a 18 quilómetros do centro de Atenas.

⁴⁹ MORGAN, 1877: 343-346.

co. A civilização grega antiga possui este contraste chocante entre o seu elevado progresso mental, e a forma bárbara de tratar o sexo feminino, mesmo no seu auge cultural.

Logo à partida, com a patrilinearidade, a mulher passou a pertencer à *gens* do seu esposo, sendo retirada do seu ambiente familiar, o que por si só provocaria isolamento. Antes da mudança de linhagem, os membros da sua *gens* seriam predominantes no espaço doméstico, fortalecendo o laço maternal e a autoridade natural da mulher, tornando-a o centro da família. Depois da mudança, a mulher passou a estar isolada no ambiente doméstico do seu esposo, o que certamente terá enfraquecido o laço materno, rebaixando a sua posição social. Embora não fossem tratadas com violência, nem com falta de cortesia, as mulheres gregas tinham uma educação superficial, não tinham qualquer tipo de liberdade sexual, e eram-lhes induzida uma baixa autoestima, de modo a levá-las a interiorizar um forte sentimento de inferioridade. A mulher grega não era a companheira do seu esposo; estava na posição de sua filha. Era inferior ao seu esposo em dignidade, direitos pessoais, e em posição social. Uma vez que o propósito do casamento era a geração de filhos legítimos, a sua base não era o sentimento, mas apenas a necessidade e o dever, tal como já o era na fase anterior, da barbárie. A força motriz do casamento era a transmissão da propriedade privada à descendência. Para que a descendência fosse legítima, o ambiente doméstico tornou-se um ambiente de reclusão e de isolamento para as mulheres. Embora estes trâmites fossem aplicados com cuidado redobrado na classe mais abastada, eram a prática em toda a sociedade.⁵⁰

A família monogâmica surgiu, portanto, como consequência da mudança introduzida na sociedade pelo poder crescente da propriedade privada. A herança da propriedade privada para a descendência, em lugar da *gens*, motivou a mudança para a descendência agnática (a patrilinearidade), e o poder paterno foi excessivamente reforçado, criando uma desigualdade extrema entre homens e mulheres. A paternidade das crianças passou a ser uma exigência, e em resultado, as mulheres (sobretudo da classe aristocrática) foram sujeitas à coabitação exclusiva, à monogamia, sem imposição da monogamia aos homens. Era esta a condição da família na Grécia homérica, apenas parcialmente monogâmica, há cerca de três mil anos atrás:

The monogamian family owes its origin to property, as the syndyasmian, which contained its germ, owed its origin to the gens. When the Grecian tribes first came under historical notice, the monogamian family existed; but it did not become completely established until positive legislation had determined its status and its rights. The growth of the idea of property in the human mind, through its creation and enjoyment, and especially through the settlement of legal rights with respect to its inheritance, are intimately connected with the establishment of this form of the family. Property became sufficiently powerful in its influence to touch the organic structure of society. Certainty with respect to the paternity of children would now have a significance unknown in previous conditions. [...]

Among the Homeric Greeks, the condition of woman in the family relation was one of isolation and marital domination, with imperfect rights and excessive inequality.⁵¹

A prática do poder paternal em vigor durante a Idade das Trevas Grega foi consolidada pela legislação escrita – as leis de Sólon (c. 594 a.C.). Esta lei estabeleceu que os filhos eram os herdeiros do seu pai, em igualdade entre si (sem o favorecimento de um primogénito), mas com o dever de sustentarem as suas irmãs, e de lhes concederem uma parte aquando do seu casamento. Quando não havia filhos, as filhas herdavam a propriedade do seu pai, em partes iguais. A transmissão de uma herança para uma mulher levantava um problema: a propriedade da mulher passava para o seu esposo com o casamento, o que significava a transferência da propriedade da sua *gens* para a *gens* do seu esposo. Para salvaguardar a propriedade dentro da *gens*, a lei de Sólon estabeleceu que a herdeira deveria casar com o seu parente agnático mais próximo – seu tio ou primo paternos. Apesar de aparentemente quebrar a proibição antiga de não casar dentro da própria *gens*, na realidade o tabu da consaguinidade aplicava-se ancestralmente ao casamento dentro da *gens* materna, o que não é o caso com esta lei. No caso de o proprietário falecido não ter filhos nem filhas, a herança passava para os seus parentes agnáticos (da família paterna) mais próximos, e na inexistência destes, para os membros da *gens*.

Apesar de a lei de Sólon ter preservado a manutenção da propriedade dentro da *gens*, introduziu também o testamento, concedendo ao proprietário a liberdade de decidir a quem deixar os seus bens (apenas se o testador não

⁵⁰ MORGAN, 1877: 468-478.

⁵¹ MORGAN, 1877: 389.

tivesse filhos), reconhecendo plenamente a propriedade privada enquanto propriedade individual.⁵²

Com o aumento da propriedade privada, a sua concentração nas mãos de um número reduzido de *gentes* foi apenas uma questão de tempo. Por outro lado, o aumento de produção agrícola e o domínio da pastorícia, favoreceram um aumento demográfico. Com uma população cada vez mais numerosa, e a posse dos terrenos cultiváveis em cada vez menor número de *gentes*, a complexidade social e a tensão entre as classes entretanto formadas, levou ao limite a capacidade da organização da nação grega sob o governo das tribos. Tornou-se necessário encontrar uma nova forma de governo, e a formulação de leis capazes de regular uma sociedade complexa. A transição de uma sociedade gentílica para uma sociedade democrática decorreu ao longo de séculos, com pontos de viragem marcantes, a cada nova legislação publicada: a Constituição de Draco (c.624 a.C.), a Constituição de Sólon (c. 594 a.C.), e a Constituição de Clístenes (c. 509 a.C.).

No começo do período histórico, os Jónicos da região da Ática (cuja *polis* principal era Atenas) estavam divididos em quatro tribos – os Geleontes, os Egícoras, os Árgades e os Hopletes – que falavam o mesmo dialeto, e ocupavam um território comum.⁵³ Cada uma destas tribos estava subdividida em três fratrias, e cada fratria em trinta *gentes*; num total de doze fratrias, e trezentas e sessenta *gentes* nas quatro tribos. Os dóricos da região do Peloponeso estavam subdivididos em três tribos – Hylleis, Dymanes e Pamphyloi, subdivididas em nações, distribuídas principalmente pelas *poleis* de Esparta, Corinto, Argos, Epidauro, Sicião, Trezena e Mégara. As tribos dóricas estavam subdivididas em *obes*, semelhantes a fratrias.

Cada *gens* da Ática – em grego designada por *geno* (no plural, *genos*) –, estava unida por:

- I. Cerimónias religiosas comuns, e o privilégio exclusivo de sacerdócio em honra de um mesmo deus, considerado o antecessor primitivo – o antepassado fundador da *gens* –, dotado de um nome especial;

⁵² MORGAN, 1877: 548-550.

⁵³ As quatro etnias gregas da Antiguidade, que deram origem ao povo grego, eram formadas por povos indo-europeus: Aqueus, Dóricos (ou Dórios), Eólicos (ou Eólios) e Jónicos (ou Jónios) – que falavam quatro dialetos diferentes do grego antigo. Quando se deslocaram para o território grego, na Idade das Trevas grega, os habitantes autóctones eram os Pelasgos, cujo dialeto se diluiu com o nascimento do grego moderno.

- II. Local de sepultamento comum;
- III. Direitos mútuos de herança da propriedade dos membros falecidos;
- IV. Obrigação mútua de ajuda, de defesa e de reparação de injúrias;
- V. Direito de casamento dentro da *gens* no caso especial das herdeiras órfãs (para manter a propriedade dentro da *gens*);
- VI. Em alguns casos, posse de propriedade comum, e um arconte (chefe da *gens*, e representante na assembleia) e um tesoureiro próprios;
- VII. A limitação da descendência à linha paterna;
- VIII. A obrigação de não casar dentro da *gens*, salvo determinadas exceções;
- IX. O direito de adotar estrangeiros;
- X. O direito de eleger e de destituir os seus chefes (arcontes).

Deste modo torna-se evidente a semelhança entre a *gens* grega e a *gens* iroquesa, com a exceção da descendência pela linha paterna, e da permissão para casar dentro da própria *gens* no caso das herdeiras órfãs.

A instituição da família monogâmica não alterou a *gens*, na medida em que o sistema se manteve idêntico, apenas alterando a transmissão da propriedade, que foi o motivo da sua origem. E a mudança na família não provocou uma alteração na *gens* porque, se a *gens* é inteiramente integrada na fratria, e a fratria inteiramente integrada na tribo, a família não é inteiramente integrada na *gens*, pois o pai e a mãe pertencem a *gens* diferentes. A *gens* continuou a ser predominante, e o elemento agregador das famílias – o nome de cada membro era formado pelo seu nome individual, e pelo apelido da sua *gens* (e não da sua família). A propriedade podia mudar de família (pela morte do pai e pelo casamento da filha herdeira), mas deveria permanecer na *gens* (pelo casamento da filha herdeira com o parente mais próximo na sua linha paterna). Outra questão levantada pela monogamia, dada a sua ênfase na coabitação exclusiva imposta às esposas para garantir a paternidade das crianças, é se os membros de uma *gens* eram parentes de sangue. A exigência de ter filhos do seu próprio sangue era uma preocupação do pai da família, com o intuito de transmitir por herança o seu património. Mas não era essa a lógica da *gens*, pois o antepassado comum do qual supostamente todos os seus membros eram descendentes vivera num passado tão remoto que se tornara semideus ou figura mitológica. E a adoção de novos membros introduziria uma rutura com a transmissão genética. Mas na realidade cada *gens* era resul-

tado da subdivisão de uma *gens* mais antiga, e as várias *gentes* de uma tribo sabiam que eram subdivisões dessa *gens* inicial, pelo que efetivamente algum ancestral seria comum, mesmo que a sua memória se tivesse perdido. No mesmo sentido, os membros das *gentes* pertencentes à mesma fratria casavam entre si, e isso garantia que o laço que as unia era efetivamente de parentesco consanguíneo – integrando, inclusivamente, os membros adotados. A relação de parentesco dos membros das gerações recentes seria fácil de recordar, na medida em que cada *gens* teria cerca de trinta famílias o que, sem contar com as esposas dos pais de família, daria um total de cento e vinte pessoas.

A *gens* grega, tal como a iroquesa, era a unidade do sistema social orgânico, e o centro da vida e da atividade social. Os ritos religiosos comuns da *gens* inicial ter-se-ão alargado às *gentes* resultantes da sua subdivisão, sob a forma do culto religioso da fratria, e com a subdivisão contínua das *gentes*, e a sua reorganização em tribos, esses rituais deram origem aos festivais comuns a todas as tribos. Os casamentos entre membros de *gentes* diferentes, mas dentro da mesma fratria, fariam alargar naturalmente a celebração das cerimónias religiosas à escala da fratria. A mulher que casava, deixava de participar nos ritos religiosos da *gens* do seu pai, e passava a integrar os ritos religiosos da *gens* do pai do seu esposo; dado que todos tinham um antepassado comum, ou assim acreditavam ter, a fratria seria consolidada pelas cerimónias religiosas comuns, incluindo a celebração dos casamentos. Assim, os membros da fratria, que tinham laços de parentesco cada vez mais distantes, pelo aumento da população, e a consequente subdivisão das *gentes*, renovavam e mantinham os laços de irmandade que davam sentido à designação de fratria.

Por conseguinte, a função principal da fratria era a realização dos festivais religiosos. Mas cada fratria tinha também expressão em acontecimentos sociais relevantes, como os funerais de figuras proeminentes, jogos públicos, conselhos, e em ágoras, nos quais os chefes estariam agrupados por fratrias, e não por *gentes*. No mesmo sentido, cada fratria estava unida pelo dever mútuo de reparação em caso de homicídio. A organização militar também teria por base as fratrias e as tribos, mais fáceis de coordenar do que um grande número de *gentes*. As fratrias gregas só não tinham funções governamentais, desempenhando um papel de hierarquia intermédia entre as *gentes* e a tribo, permitindo a sua articulação. Mas, tal como cada *gens* tinha um chefe – o arconte – que presidia aos atos oficiais e às cerimónias religiosas,

assim também cada fratria tinha um chefe próprio – o fratriarca, que presidia às assembleias da fratria, e aos festivais religiosos comuns.

Um conjunto de fratrias, que falavam o mesmo dialeto, e se identificavam como uma irmandade por serem descendentes de um antepassado comum, formava uma tribo. E cada tribo tinha um conselho, cerimónias religiosas, e um chefe – o filo-basileus, que desempenhava funções jurídicas e religiosas (e possivelmente também militares).

A quarta e última etapa de organização era a nação – a união de várias tribos –, uma sociedade (*societas*) gentílica. O governo da nação ateniense do Período Homérico tinha três departamentos, ou poderes, coordenados entre si: a *boulē*, ou conselho de chefes; a ágora, ou assembleia popular (que na Atenas clássica viria a ser a *ecclesia*, que reunia no Areopagus); e o *basileus*, ou chefe militar geral. Os chefes que reuniam na *boulē* seriam os arcontes das *gentes*, mas o número dos que reuniam no conselho era inferior ao número de *gentes*, portanto algum tipo de seleção seria feito. Este conselho garantia a liberdade dos cidadãos gregos, pelo seu autogoverno, o que era a base da democracia. A ágora é mais recente que o conselho de chefes, mas remonta também ao Período Homérico. Se nas tribos iroquesas a população tinha o direito de se pronunciar perante o conselho de chefes, manifestando a sua opinião através de alguns oradores escolhidos, a função da assembleia popular grega ia mais além, pois tinha o poder de aprovar ou vetar as decisões tomadas pelo conselho de chefes. Contudo, a assembleia popular não podia propor medidas por sua iniciativa, nem podia interferir na administração dos assuntos; mas o direito de aprovar ou vetar as medidas tomadas pelo conselho de chefes era poder suficiente para garantir o exercício da democracia, pois obrigava os cidadãos a tomar conhecimento das medidas que os chefes estavam a tentar implementar, e a refletir sobre elas, desenvolvendo a capacidade individual para intervir na vida política. Numa sociedade gentílica, o cargo de *basileus* era equivalente ao do chefe iroquês, por conseguinte, eleito pelos membros da *gens*, com base no mérito, podendo por eles ser deposto. A hereditariedade do cargo era dentro da *gens*, o que no caso das tribos com descendência pela linha materna, significava a sua transmissão para o parente agnático mais próximo, o mais das vezes um irmão do chefe falecido, ou um sobrinho (filho de uma irmã). Na descendência pela linha paterna, na *gens* grega, o cargo de *basileus* passava para o filho (ou um dos filhos) do *basileus* falecido, mas apenas se obtivesse os votos

favoráveis necessários para ser eleito. Sem a eleição e a confirmação dos membros da *gens* (ou da fratria, ou da tribo, consoante a escala na hierarquia), o *basileus* não podia assumir o cargo; e a possibilidade de ser destituído preservava o funcionamento salutar da democracia, prevenindo contra a usurpação do poder. Uma vez que o *basileus* era também o chefe militar (como o *sachem* iroquês), este sistema pode-se descrever como sendo uma democracia militar, que os gregos designavam por *basileia*. Mas o *basileus* não tinha poderes civis; era general, juiz e sumo-sacerdote. A sociedade gentílica é incompatível com a existência de um rei, ou de um reino, pois são as gentes que detêm o poder de eleger e de depor os seus chefes.⁵⁴

Com a crescente concentração da propriedade privada nas mãos de um número reduzido de gentes, sobretudo dos terrenos cultiváveis, surgiu uma aristocracia latifundiária, que gradualmente controlou o comércio e a exportação de bens, aumentando exponencialmente a distância entre ricos e pobres. Com a dificuldade em sobreviver, os proprietários da classe mais baixa começaram a hipotecar os seus terrenos, e na impossibilidade de pagarem a dívida, perderam os terrenos para os credores, e tornaram-se servos deles, sendo obrigados a trabalhar a terra e dar um sexto do que fosse produzido; se a dívida tivesse um valor superior ao do terreno em causa, o próprio dever e a sua família tornavam-se escravos do credor. Assim, surgiu uma terceira classe social, formada por servos e escravos. A consequência imediata foi o enfraquecimento da sociedade gentílica, e a perda gradual de poder efetivo das assembleias populares. Sobre a forma de governo na Grécia, anterior à Constituição de Sólon (c.594 a.C.), não existe testemunho escrito, mas a tradição atribui a Teseu, o fundador mítico de Atenas, a união das várias tribos da Ática, e a sua divisão em classes. Plutarco (46 – ca. 119 d.C.)⁵⁵ descreve em *Vidas Paralelas*:

24.1. Após a morte de Egeu, concebeu um magnífico e admirável projecto: congregou os habitantes da Ática numa só cidade e declarou um único estado, correspondente a um só povo. Até então a população vivia dispersa pelo território e era difícil reuni-la em função do bem comum a todos os seus elementos. Acontecia mesmo entrarem em dissensões e guerras entre

⁵⁴ MORGAN, 1877: 215-253.

⁵⁵ *Plutarch* in *Encyclopædia Britannica* [em linha]. *Encyclopædia Britannica*, inc. [consult. 2019-06-014]. Disponível na Internet: <https://www.britannica.com/biography/Plutarch>.

eles. 2. Assim, Teseu foi ter com eles pessoalmente e foi persuadindo comunidade a comunidade, família a família, a fim de a todos conquistar para este seu projecto. Os homens comuns e os pobres depressa acolheram o seu apelo. Aos poderosos propunha-lhes um sistema de governo sem rei e uma democracia que viesse a recorrer à sua própria pessoa apenas como chefe militar e guardião das leis, e que em tudo o resto proporcionasse a todos igualdade de direitos. Uns deixaram-se persuadir; outros, com receio do seu poder, que já era grande, e da sua audácia, entenderam ser preferível anuir a ter de ceder pela força.

3. Teseu mandou então deitar abaixo os prítaneus e as salas de conselho locais, aboliu as magistraturas de cada comunidade e ergueu um prítaneu e uma sala de conselho comum a todos no lugar onde hoje se ergue a cidade. Deu a este Estado o nome de Atenas e instituiu as Panateneias como festa da comunidade. [...]

25.1. Com o propósito de expandir ainda mais a cidade, mandava chamar toda a gente com a promessa de igualdade de direitos. Dizem que a proclamação dos arautos – “acorrei todos aqui, ó gentes” – teve origem em Teseu, quando este se esforçava por fundir todos os povos numa comunidade.

2. Ele não permitiu, no entanto, que a democracia se convertesse em desordem e confusão graças a uma multidão desordenada que invadisse a cidade. Pelo contrário – começou por dividir os cidadãos em Eupátridas, Geómoros e Demiurgos. Aos Eupátridas atribuiu a função de conhecer os assuntos relativos aos deuses, de proporcionar magistrados, de ensinar as leis, de interpretar o profano e o sagrado. Estabeleceu uma espécie de igualdade com as outras duas classes de cidadãos. Os Eupátridas pareciam preponderar em dignidade, os Geómoros em utilidade, e os Demiurgos em número.

3. Que Teseu foi o primeiro a inclinar-se para o poder da multidão, conforme Aristóteles afirma, e que renunciou à monarquia, parece testemunhar Homero, no “Catálogo das Naus”, quando designou somente os Atenienses por povo.⁵⁶

Sendo que Teseu era uma figura mitológica, esta descrição não é tida como sendo exata, mas descreve de algum modo a memória coletiva da unificação das tribos da Ática, designada por sinecismo. Os Eupátridas (*Eupatridae*) – os *bem-nascidos*, ou *filhos de pais nobres* – eram a aristocracia que detinha uma quantidade des-

⁵⁶ PLUTARCO, 2008: 21-22. *Vidas Paralelas*, 24.1-3, 25.1-3.

proporcional de propriedade, e ocupavam os cargos de sacerdotes e de magistrados. Os Geómoros (*Geomori*), eram os agricultores ou pequenos fazendeiros, e os Demiurgos (*Demiourgoi*) eram a classe dos artesãos. Esta separação entre a classe dos aristocratas e as outras duas classes, é uma diferenciação claramente baseada na propriedade privada, e representa um movimento contra o poder das *gentes*. Contudo, na prática, não há sinal de que esta divisão em classes se tenha traduzido numa mudança de poder, pois as três classes eram distintas dentro de cada *gens*, onde os membros com mais propriedade privada e riqueza eram Eupátridas, os Geómoros eram os agricultores, e os Demiurgos eram os artesãos, mas todos membros da mesma *gens*. A divisão em classes, nesta fase, representava uma distinção baseada no grau de riqueza, que era real, mas não alterou a unidade fundamental da estrutura, que era a *gens*.

Por volta de 1066 a.C., o cargo de *basileus* foi substituído pelo cargo de arconte (*archon*), que inicialmente era vitalício. O último *basileus* terá sido Codrus, e o seu filho Medon o primeiro arconte. Não obstante, o cargo de *basileus* continuou a existir, embora sendo secundário. Foi extinto em Atenas no começo do Período Arcaico, por altura da primeira Olimpíada (em 776 a.C.), e em quase toda a Grécia até ao começo do Período Clássico (em c. 510 a.C.), com algumas exceções, como o caso de Esparta. Em Atenas, por volta de 752 a.C., o cargo de arconte deixou de ser vitalício, e foi limitado a dez anos. Em 683 a.C., foram nomeados nove arcontes, todos cargos que tinham de ser eleitos anualmente, e dos quais três tinham funções especiais: o arconte epónimo (*archon eponymus*), cujo nome era atribuído para designar o ano seguinte; o arconte *basileus* (*archon basileus*), que governava os assuntos respeitantes à religião e ao homicídio (um crime com conotação religiosa); e o polemarcha (*polemarchos*), que era o chefe militar, e juiz em assuntos entre cidadãos e não-cidadãos. Os restantes seis eram designados por tesmótetas (*thesmothetae*) e eram guardiões da lei, zelando pela sua aplicação. Com a Constituição de Sólon (c. 594 a.C.), foi criado o Conselho do Areópago, composto por nove ex-arcontes, com o poder de julgar crimes e aplicar a moral. A *boulē* ateniense passou a designar-se Conselho dos Quatrocentos. E a sua medida mais célebre foi a *seisachtheia*, o perdão das dívidas que sujeitaram uma parte da população à servidão e à escravatura. Até às leis de Sólon, a maior parte dos terrenos aráveis tornaram-se propriedade privada das gentes aristocráticas, e os pequenos proprietários agrí-

colas foram sendo obrigados a hipotecar os seus próprios lotes; quando não conseguiam pagar a hipoteca, o lote era-lhes retirado, mas também a sua própria liberdade (e a da sua família), tornando-se servos (*hektemoroi*), obrigados a cultivar a terra que outrora lhes pertencera (*epimortos ge*), entregando uma sexta parte da produção daí resultante (*morte*) ao latifundiário. Com a constituição de Sólon, as dívidas foram perdoadas retroativamente, os servos foram libertados e recuperaram os seus lotes de terra; a hipoteca da própria liberdade foi proibida; e foi implementado um limite para a dimensão das propriedades, independentemente do meio legal pelo qual fosse obtido o latifúndio (isto é, pelo casamento).⁵⁷

Mas mais importante, foi a instituição das naucrárias, subdivisões territoriais – doze em cada tribo, quarenta e oito no total – de acordo com as quais cada naucrária tinha de contribuir com um navio de guerra, devidamente equipado e tripulado, e dois cavaleiros para a marinha e o exército comuns. Doze naucrárias formavam uma trítia. Esta subdivisão territorial foi o germe do que viria a ser o *dēmos*, a subdivisão territorial da *polis* clássica mais ou menos equivalente a distritos, o que representou a primeira ameaça significativa à sociedade gentílica.

Sólon aplicou também a estrutura militar à própria sociedade, dividindo-a em quatro classes, de acordo com o lugar ocupado no exército, e com base na riqueza pessoal (isto é, não de acordo com a pertença a uma determinada *gens*). A classe dominante era formada pelos pentacosimedinos (*pentakosiomedimnos*), à qual pertenciam os cidadãos cujas propriedades produziam anualmente mais de 500 medidas de bens secos ou líquidos; ocupavam o lugar de generais (*strategoí*) no exército; e eram elegíveis para os mais altos cargos: arcontes, tesoureiros, membros do Conselho do Aerópago, da *boulē*, e da ágora (a partir de então designada por *ecclesia*). A segunda classe na hierarquia – os hippeus – era constituída pelos cidadãos cujas propriedades produziam mais de 300 medidas de bens secos ou líquidos, sendo capazes de manter um cavalo de guerra; ocupavam os lugares da cavalaria no exército; eram elegíveis para os cargos de nível médio nos conselhos, de acordo com o seu estatuto. A terceira classe – os zeugitas – era formada pelos cidadãos cujas propriedades geravam um rendimento superior a 200 medidas de bens secos ou líquidos, sendo capazes de adquirir a sua própria armadura e equipamento militar; no exército, ocupavam os lugares na infantaria, na quali-

⁵⁷ LEÃO & RHODES, 2016: fr. 67.

dade de hoplitas (nome derivado do escudo de grandes dimensões por eles usado – o *hóplon*); eram elegíveis para os pequenos cargos nos diversos conselhos. A quarta classe eram os tetes (*thētes*), cidadãos livres, assalariados cujo rendimento anual era inferior a 200 medidas de bens secos ou líquidos; no exército, eram remadores nas galés (navios movidos a remos), um serviço pelo qual eram contratos e devidamente remunerados; podiam participar na *ágora*, mas não eram elegíveis para cargos políticos.⁵⁸

Deste modo, a elegibilidade para os cargos políticos passou a ser determinada pela riqueza, e não pelo nascimento – timocracia (forma de governo baseado na *timē*, ou «honra») –, o que na prática significa que os cargos políticos se tornaram acessíveis aos cidadãos ricos que não pertenciam a uma *gens* da aristocracia. Do mesmo modo, os cidadãos livres que não pertenciam a uma *gens* foram integrados na sociedade grega, podendo exercer participação política. Esta abertura foi o início da decadência da *gens* enquanto instituição basilar da sociedade. Mas não foi o seu final, pois na realidade as *gentes* aristocráticas continuaram a ocupar os altos cargos políticos como até então. E o Conselho dos Quatrocentos era formado por membros de cada tribo, representando as suas *gentes*. Este sistema de governo também ficou aquém de ser uma democracia plena, por três motivos: não estava assente no território, os cargos políticos não estavam acessíveis a todos os cidadãos, e não foram estabelecidos meios de governo local. As *gentes*, as *fratrias* e as tribos viram apenas os seus poderes reduzidos, gradualmente sendo suplantadas por uma forma de governo cada vez mais complexa.⁵⁹

O passo decisivo na consolidação da democracia foi dado pela Constituição de Clístenes (c. 509 a.C.). Este legislador foi ao cerne da questão e dividiu a *Ática* em 139 *dēmos*, nas quais os cidadãos tinham de recensear-se e de registar a sua propriedade, para obterem a cidadania grega.⁶⁰ Isto significa que a pertença à

⁵⁸ LEÃO & RHODES, 2016: fr. 74/1a, fr. 74/1b.

⁵⁹ MORGAN, 1877 : 257-266.

⁶⁰ O termo *dēmos* (também por vezes designado *demoi*, ou *demes*) é o plural de *dēmo* (ou *deme*) que significa «povo»; no mesmo sentido, *democracia* resulta da conjugação das palavras *dēmo* e *krátos* («poder», ou «governo»), para descrever o «governo do povo». Os *dēmos* são municipalidades; em Portugal, em Espanha e em diversos países da América latina, correspondem aos municípios; são equivalentes às comunas na Europa central, de origem medieval, tais como: *communes* na França, *comuni* na Itália, *gemeinden* na Alemanha e na Áustria. A subdivisão da *Ática* em *dēmos* é o equivalente a

sociedade grega se tornou territorial, não dependendo mais do nascimento numa *gens*. Do mesmo modo, todos os cidadãos gregos livres que não pertenciam a uma *gens* foram integrados na sociedade. E terá sido precisamente pela crescente mobilidade de pessoas que se tornou necessário encontrar uma solução para a sua integração na sociedade. A migração em busca de uma vida melhor, o desenvolvimento do comércio, o espírito de aventura, e a atração que Atenas exercia para indivíduos com talento e capacidades, entre outros motivos, levaram a um número crescente de residentes na *Ática* que não pertenciam a uma *gens* autóctone. As famílias mais abastadas seriam naturalmente integradas nas *gentes* locais por matrimónio ou por adoção, mas não seria o caso para a maioria, que eram da classe mais baixa. A estas ficava vedada a participação nas celebrações religiosas, o que era sinónimo de exclusão social; o perigo de revolta era inerente. Ao longo de milhares de anos os laços de parentesco determinaram a integração social, e esses laços eram indissociáveis do território: a *gens* tinha propriedade em comum entre os seus membros; as *gentes* da mesma *fratria* tinham território em comum entre si; e as *fratrias* da mesma tribo ocupavam regiões contíguas. Mas com a passagem da propriedade privada para a posse de indivíduos, o território de cada *gens* tornou-se alienável, transacionável, e a consequência natural foi a crescente mobilidade. Por estes dois motivos, a integração social por meio do nascimento numa *gens* autóctone (ou por matrimónio, ou adoção) deixou de ser capaz de acompanhar o progresso da civilização. O critério de inserção na sociedade pelos laços de vizinhança, assentes na residência num determinado lugar, é um modo eficaz de criar um sistema estável, mas suficientemente flexível para se adaptar à crescente complexidade da civilização. Há que referir que os estrangeiros residentes (os *metecos*) e os escravos (que na sua maioria eram estrangeiros) estavam excluídos da cidadania, o que reforça a noção de que a divisão territorial em *dēmos* tomou o lugar das *gentes* na sua função de elemento agregador da sociedade; pois em última análise, a cidadania era concedida apenas a gregos, mesmo que oriundos de tribos distantes, pois a partilha da mesma língua de algum modo apontava a existência de um antepassado comum a todos, mesmo que num passado muito distante.

subdivisão do território português em municípios (tradicionalmente conhecidos por concelhos); os seus órgãos executivos são as Câmaras Municipais.

A cada ano, os membros de cada *dēmo* (os *dēmotai*) votavam para a eleição do seu governante – o *dēmarchos*, de um tesoureiro e de trinta juizes. Cada *dēmo* tinha o seu próprio templo, e um culto religioso próprio, bem como um sacerdote igualmente eleito pelos *dēmotai*. Os cidadãos eram iguais entre si em direitos e privilégios (com a exceção da elegibilidade para os mais altos cargos). A municipalidade tornou-se assim a unidade base da democracia política, que foi o resultado da evolução da democracia que sempre existira, garantida pela sociedade gentílica, com a articulação das *gentes*, *fratrias* e *tribos*. Nas palavras de Morgan, o Estado livre ateniense, assente na unidade governativa que é a municipalidade, foi uma maravilha de sabedoria e conhecimento:

Such was the new unit of organization in Athenian political society, at once a model for a free state, and a marvel of wisdom and knowledge. The Athenians commenced with a democratic organization at the point where every people must commence who desire to create a free state, and place the control of the government in the hands of its citizens.⁶¹

O segundo elemento da organização territorial ateniense foi a estruturação em *trítias*, cada uma composta por 3 a 4 *dēmos*. As 30 *trítias* estavam divididas em três regiões: 10 *trítias* pertenciam à zona urbana da *polis* de Atenas – *ásty*; 10 *trítias* estavam inseridas na zona costeira do litoral – *paralia*; e as outras 10 *trítias* eram parte da zona rural intermédia – *mesogea*.

O terceiro elemento do corpo político foi a divisão em 10 tribos, cada uma formada por 3 *trítias*. Cada tribo elegia 50 membros que os representavam na *boulē*, que doravante passou a ser o Conselho dos Quinhentos. Para facilitar a ordem de trabalhos, foi criada a *prítania* – um mandato com a duração de um mês (o décimo de um ano, cerca de 36 dias no calendário grego antigo). Para cada *prítania* era nomeado um *prítane*, de entre os conselheiros da *boulē*, que residia 24 horas por dia na sede – o *prítaneu* –, um edifício nas imediações da *ágora* e do *buleterio*. Deste modo, cada uma das 10 tribos era representada uma vez por ano, durante um mês.

Estava assim formado o Estado ateniense, com base na agregação de territórios, e não mais na agregação de pessoas. Esta forma de governo estava assente no território, que é necessariamente permanente, e na propriedade privada, que é localizada; e a sua relação com os cidadãos passou a ser estabelecida através do

território: para ser cidadão era necessário recensear-se na *dēmo* de residência, era na sua *dēmo* que votava e pagava os impostos, e que era convocado para o serviço militar. Os deveres dos cidadãos deixaram de ser ditados pelas suas relações com a *gens* ou a *fratria*. É este sistema de governo em vigor nas nações modernas civilizadas.

Foi com a legislação de Clístenes que as *gentes*, as *fratrias* e as *tribos* perderam a sua influência, para darem lugar aos *dēmos*, a tribo local e o Estado, que se tornaram as fontes de poder político. Não foram dissolvidas, tendo perdurado vários séculos, sob a forma de *pedigree* ou linhagem, e como motores da vida religiosa. Em casos envolvendo direitos ou propriedade pessoais, descendência ou direitos a sepultura, a *gens* e a *fratria* continuaram a ser organizações vivas. Mas ao final, as classes criadas por Teseu e Solon desapareceram com as leis de Clístenes.

A criação dos *dēmos* foi obra do génio de Clístenes, e marcou a fundação do Estado democrático, na sua expressão plena. A democracia, que era herança milenar das *gentes*, encontrou assim a sua expressão política. Assim, cai por terra a ideia de que as tribos gregas primitivas seriam essencialmente monárquicas, com a identificação da figura do *basileus* com a de um rei. Para que a democracia tivesse sido abandonada para dar lugar a monarquias, e depois novamente retomasse a democracia, seria necessário que tivessem ocorrido mudanças radicais profundas, o que não aconteceu. Por conseguinte, pode-se concluir que as tribos gregas sempre foram essencialmente democráticas. A usurpação do poder – as tiranias – ocorreram, mas foram sucedidas por controvérsia e medidas legislativas para restaurar o equilíbrio, e para prevenir a repetição no futuro. Mas os cidadãos gregos nunca perderam as suas liberdades, nem as ideias de liberdade e de autogoverno, que eram herança das eras anteriores. Com a legislação de Clístenes, e a fundação dos *dēmos*, Atenas alcançou a notoriedade, e o apogeu civilizacional, e a sociedade gentílica foi deixada para trás como uma parte do barbarismo. Mas a história das *gentes* permanecerá como a mais longa e incrível experiência da humanidade:

Athens rose rapidly into influence and distinction under the new political system. That remarkable development of genius and intelligence, which raised the Athenians to the highest eminence among the historical nations of mankind, occurred under the inspiration of democratic institutions.

⁶¹ MORGAN, 1877: 271.

With the institution of political society under Cleisthenes, the gentile organization was laid aside as a portion of the rags of barbarism. Their ancestors had lived for untold centuries in gentilism, with which they had achieved all the elements of civilization, including a written language, as well as entered upon a civilized career. The history of the gentile organization will remain as a perpetual monument of the anterior ages, identified as it has been with the most remarkable and extended experience of mankind. It must ever be ranked as one of the most remarkable institutions of the human family.

[...]

The discussion tends to render still more apparent one of the main propositions advanced – that the idea of government in all the tribes of mankind has been a growth through successive stages of development.⁶²

Deste modo, Morgan conclui a sua explanação sobre a evolução da *gens* grega salientando que, de facto, tudo aponta no sentido de que as tribos da humanidade evoluíram, através de um crescimento por etapas sucessivas de desenvolvimento, para a ideia de governo democrático.⁶³

2.5 Da gens romana

Sobre as *gentes* romanas, do período anterior à fundação de Roma, não sobreviveram relatos escritos, devido à destruição dos arquivos romanos em ca. 390 a.C., aquando da invasão de Roma pelos gauleses. A historiografia romana mais antiga que chegou à atualidade é da autoria de Marco Terêncio Varrão (116-27 a.C.), sendo que a sua estimativa para a data da fundação de Roma era ca. 753 a.C., o que significa que a sua narrativa é vários séculos posterior.⁶⁴ Assim, a memória da fundação de Roma é indissociável do mito, que atribui a Rómulo esse acontecimento notável (Rómulo assassinou o seu irmão Remo, e assumiu sozinho a liderança). Rómulo foi o primeiro *rex* dos romanos; sucederam-lhe mais seis reis (que eram chefes eleitos, e não monarcas no sentido moderno do termo), até à instauração da República, em 509 a.C. Segundo Morgan, foi neste período que se deu a evolução da sociedade gentílica para a sociedade política.

⁶² MORGAN, 1877: 276.

⁶³ MORGAN, 1877: 267-276.

⁶⁴ *Marcus Terentius Varro* in Encyclopædia Britannica [em linha]. Encyclopædia Britannica, inc. [consult. 2019-07-25]. Disponível na Internet: <https://www.britannica.com/biography/Marcus-Terentius-Varro>.

Nessa altura, no século VIII a.C., na zona central da Península Itálica habitavam diversas tribos itálicas, de origem indo-europeia, oriundas da Europa Central e que migraram para aquela região nos séculos anteriores à fundação de Roma. Eram elas: os latinos, os sabinos, os oscos e os úmbrios. Dominavam a agricultura e a pastorícia, pelo que deviam encontrar-se já na fase média da barbárie, pois quando surgiram na historiografia estavam já na fase superior, quase na civilização. No tempo de Rómulo, formavam já 30 tribos dispersas, ligadas por uma confederação para proteção mútua, e habitavam regiões contíguas, partilhando dialetos da mesma língua. Todas estas tribos, tal como os seus vizinhos a norte – os etruscos – estavam organizadas em gentes, com instituições semelhantes às das tribos gregas; e tinham alcançado a família monogâmica.

Sendo as tribos itálicas essencialmente nómadas, é a Rómulo que é atribuída a sua sedentarização; no monte Palatino fundou uma povoação com cem *gentes* de latinos, organizadas numa tribo. De acordo com a lenda, os latinos, sendo na sua maioria homens, tentaram negociar o casamento com mulheres sabinas, da tribo vizinha dos sabinos, mas sem sucesso; organizaram então um festival, durante o qual raptaram as filhas dos sabinos, e Rómulo implorou-lhes que aceitassem casar com os latinos da sua tribo, prometendo-lhes todos os direitos devidos, e elas aceitaram. Os sabinos ofendidos, liderados por Tito Tácio, declararam guerra aos latinos, mas durante o combate as sabinas colocaram-se entre as duas fações, de um lado os seus pais, do outro os seus maridos, apelando à paz. O resultado foi o acordo entre ambas as tribos, que se uniram, tendo cem *gens* da tribo sabina mudado a sua residência para os montes Quirinal e Capitolino (duas das sete colinas de Roma).

No tempo de Tarquínio Prisco (5^o *rex*; reinado: 616-579 a.C.), uma terceira tribo tinha sido formada, composta por cem *gentes* de tribos vizinhas, incluindo etruscos.⁶⁵ Em pouco mais de um século, Roma reuniu nas suas colinas trezentas *gentes*, de três tribos unidas por um governo comum. Desde Rómulo, e pela mão dos seus sucessores no poder, as 300 *gentes* romanas estavam organizadas do seguinte modo: um Senado (um conselho de chefes, equivalente à *boulē* grega) era formado por tre-

⁶⁵ *Lucius Tarquinius Priscus* in Encyclopædia Britannica [em linha]. Encyclopædia Britannica, inc. [consult. 2019-07-25]. Disponível na Internet: <https://www.britannica.com/biography/Tarquinius-king-of-Rome-616-578-BC>.

zentes senadores, cada um sendo o chefe máximo da sua *gens*; cada dez *gentes* formavam uma cúria (o correspondente à fratria grega), que reunia numa Assembleia das Cúrias (*comitia curiata*; o equivalente à assembleia popular da ágora grega), num total de 30 cúrias (*curiae*); dez cúrias formavam uma tribo; e as três tribos formam o povo romano (*Populus Romanus*), sob o comando de um chefe militar eleito, designado por *rex*. Esta forma de governo, que veio a ser consolidada por Sêrvio Túlio (6º *rex*; reinado: 579-534 a.C.), era essencialmente uma democracia militar, e a figura do *rex* seria equivalente à do *basileus* grego.⁶⁶ Esta organização pressupõe que a sua existência era anterior a Rômulo, e que o fundador apenas a terá oficializado. No mesmo sentido, o legislador não tinha o poder para criar novas *gentes*, nem para as extinguir; mas a regularidade numérica das *gentes* e das cúrias pode ter levado a uma segmentação artificial, causando a redistribuição de algumas famílias. Na prática, o número de indivíduos não era determinado pelo número de *gentes*, pois uma *gens* podia albergar um grande número de famílias, e outra *gens* da mesma cúria podia conter um número reduzido de famílias. Cada senador representava a sua *gens*, independentemente do seu número de membros.

A cúria era, tal como a fratria, uma articulação entre as *gentes* e a tribo, mas a cúria romana era mais complexa do que a fratria grega. No sistema gentílico, a Assembleia das cúrias tinha mais poder do que o Senado. Os membros das dez *gentes* pertencentes à mesma cúria chamavam-se *curiales* entre si. Elegiam um sacerdote – o curião (*curio*) – que era o chefe da fraternidade, e presidia às cerimónias religiosas da cúria, para as quais existia um altar próprio – o sacelo (*sacellum*). O Senado tinha poder para gerir os assuntos públicos, as relações externas, a aplicação de impostos, as forças militares e a administração das finanças públicas. Mas nenhuma medida se tornava efetiva sem a aprovação da Assembleia das cúrias.

Embora não haja relato escrito que comprove, é muito provável que cada tribo itálica estivesse organizada de acordo com esta estrutura de três elementos: um conselho dos anciãos (formado pelos chefes das *gentes*), uma assembleia popular, e um chefe máximo militar (*rex*). Com a união das três tribos, ter-se-á dado a fusão destes três elementos em comum. Pois o

⁶⁶ *Servius Tullius* in Encyclopædia Britannica [em linha]. Encyclopædia Britannica, inc. [consult. 2019-07-25]. Disponível na Internet: <https://www.britannica.com/biography/Servius-Tullius>.

título de senador (*senex*) significa «ancião», no sentido de pai (*pater*) de uma *gens*, sendo o Senado (*senatus*) uma «assembleia de anciãos (*patres*)». Rômulo, enquanto legislador, levou assim a sociedade gentílica romana à sua capacidade máxima – a democracia militar.

Não obstante, a trajetória de evolução em direção à democracia plena entre os romanos sofreu logo dois desvios iniciais: a concentração da população na cidade de Roma levou à centralização do poder, evitando a futura criação de municipalidades com autogoverno (pois o propósito das tribos romanas era militar, o seu objetivo era alcançar a supremacia na Península Itálica); por outro lado, foi criada uma classe aristocrática – os patrícios (descendentes dos *patres*) –, formada pelos senadores e pelos seus descendentes, a quem foi atribuída um estatuto especial, tornando-a totalmente distinta da população em geral, e que viria a ser o motor do imperialismo, o causador da extinção do povo romano.

Na fundação de Roma, Rômulo instalou-se numa antiga fortificação sobre o monte Palatino, e fez-se rodear de *gentes* latinas, o que corresponderia a cerca de 200,000 pessoas, incluindo cerca de 46,000 soldados de infantaria e 1,000 cavaleiros, segundo os historiadores romanos. Depois, Rômulo convidou famílias de tribos vizinhas para juntarem-se à sua, o que parece ter acontecido com grande sucesso; o que revela o descontentamento e a desagregação das *gentes* itálicas e etruscas da época. Com a união à tribo sabina, o número de cidadãos romanos continuou a aumentar. E no tempo de Túlio Hostílio (3º *rex*; reinado: 672-641 a.C.) a população romana duplicou, com a conquista da povoação vizinha de Alba Longa, cujos habitantes foram deslocados para Roma, instalando-se no monte Célio (a quarta das sete colinas de Roma a ser ocupada).⁶⁷ O seu sucessor, Anco Márcio (4º *rex*; reinado: 642-617 a.C.), subjugou as povoações latinas de Politorium e Ficana, e transferiu os seus habitantes para Roma, para o monte Aventino (a quinta colina de Roma a ser habitada).⁶⁸ Em resultado da contínua integração de *gentes* às tribos iniciais, a consanguinidade que definia as linhagens ter-se-á diluído gradualmente, o que diverge da

⁶⁷ *Tullus Hostilius* in Encyclopædia Britannica [em linha]. Encyclopædia Britannica, inc. [consult. 2019-07-25]. Disponível na Internet: <https://www.britannica.com/biography/Tullus-Hostilius>.

⁶⁸ *Ancus Marcius* in Encyclopædia Britannica [em linha]. Encyclopædia Britannica, inc. [consult. 2019-07-25]. Disponível na Internet: <https://www.britannica.com/topic/Ancus-Marcius>.

preocupação grega em preservar a «pureza» da sua população. Mas a divisão entre tribos manteve-se durante séculos, o que é visível na composição do Senado: os senadores das tribos latinas e sabinas eram designados «Pais das Gentes Maiores» (*patres maiorum gentium*), e os senadores da terceira tribo heterogénea eram os «Pais das Gentes Menores» (*patres minorum gentium*).⁶⁹

Se Rómulo foi um líder belicoso, da tribo dos latinos, o seu sucessor – Numa Pompílio – foi um líder da tribo dos sabinos, eleito pela sua sabedoria e pelas suas virtudes. Ganhou fama de ser pitagórico, embora o filósofo grego Pitágoras tenha vivido séculos mais tarde; noutra versão, um outro filósofo também chamado Pitágoras, nascido em Esparta, teria sido o seu mestre. Numa Pompílio (2º *rex*; reinado: 715-673 a.C.) tinha por objetivo acalmar o temperamento agressivo dos latinos, promovendo a agricultura, e para o efeito doou a cada cidadão um lote de terreno arável, porque no seu entendimento a vida de agricultor era o modo mais eficaz de alcançar a paz.⁷⁰ Pois centenas de cidadãos habituados à guerra, sem ocupação, e sem forma de sustento, facilmente se voltariam para a pilhagem e a revolta. Mas a sua medida mais célebre foi a divisão da sociedade por artes e ofícios, com a criação de corporações: músicos, ourives, carpinteiros, tintureiros, sapatéis, correeiros, ferreiros e oleiros. Os restantes ofícios foram unidos numa corporação só. E para cada corporação estabeleceu reuniões sociais e assembleias públicas. O intuito era unir as duas tribos, de latinos e sabinos, que residiam na mesma cidade, mas não se misturavam, limitando-se a coabitar. Então, Numa resolveu subdividir a população, pois na partilha do mesmo ofício os cidadãos acabariam por esquecer as diferenças, e assim se conseguiria uma união na pequena escala, que acabaria por se refletir na sociedade como um todo.

Numa Pompílio é igualmente o fundador dos cultos religiosos romanos, tendo instituído que a administração dos assuntos religiosos era da responsabilidade de diversas ordens de sacerdotes por ele criadas. A ordem sacerdotal mais importante era o Colégio dos Pontífices, cujo chefe era o *Pontifex Maximus*, que tinha o dever de dirigir os ritos sagrados, estando a seu cargo as cerimónias públicas, e também as privadas, ensinando e orientando aqueles que

nelas participavam. O próprio Numa terá sido o primeiro, pois foi quem ensinou todos os procedimentos sagrados aos sacerdotes; para o efeito, escreveu doze livros, que levou consigo para o túmulo, pois para os pitagóricos o conhecimento não deveria ficar registado em letra morta, mas transmitido em vida, para ficar na memória e na prática de discípulos que fossem dignos de aprender. O Colégio dos Feciais (que significa «guardiões da paz») era formado por magistrados, que negociavam a paz com as povoações vizinhas quando necessário, e que convocavam a guerra em último caso, se as conversações não fossem frutíferas. Também fundou o Templo de Vesta, onde um fogo perpétuo era mantido aceso pelas virgens vestais; com planta circular, e o fogo no centro, para ser um centro do universo, segundo os preceitos pitagóricos. Por último, é a Numa atribuída uma alteração do calendário, alterando a ordem dos meses. No tempo de Rómulo, o calendário romano era de dez meses, como o grego, sendo que o primeiro mês do ano era março (*Martius*, em honra do deus Marte); o segundo era abril (*Aprilis*, em honra da deusa Afrodite) de *aperire*, que significa «abrir», no sentido em que a flora e a fauna se encontram em plena Primavera nesse mês; o terceiro mês era maio (*Maius*, em honra da deusa Maia, mãe de Mercúrio); o quarto mês era junho (*Iunius*, em honra da deusa Juno, originalmente *Juventas*, a protetora dos jovens, sobretudo das jovens noivas); julho era *Quinctilis*, o quinto mês (renomeado posteriormente *Julius*, em honra de Júlio César); agosto era *Sextilis* (renomeado posteriormente *Augustus*, em honra de Augusto); setembro era *September* (o sétimo mês); outubro era *October* (o oitavo mês); novembro era *November* (o nono mês); e dezembro era *December* (o décimo e último mês do ano). A este calendário, Rómulo acrescentou dois meses: janeiro (*Ianuarus*) e fevereiro (*Februarius*), que eram os últimos dois meses, no calendário de doze meses. Numa alterou esta ordem: janeiro passou a ser o primeiro mês do ano, por isso foi dedicado ao deus Jano (patrono da vida civil e social). Fevereiro foi assim batizado por ser um mês de purificação, no qual se faziam sacrifícios expiatórios – a *februa* –, se realizava o festival da Lupercália (em si, um ritual de purificação), e se deixavam oferendas aos parentes falecidos, em visita às suas tumbas (durante a Parentália).⁷¹

⁶⁹ MORGAN, 1877: 300-322.

⁷⁰ *Numa Pompilius* in Encyclopædia Britannica [em linha]. Encyclopædia Britannica, inc. [consult. 2019-07-25]. Disponível na Internet: <https://www.britannica.com/biography/Numa-Pompilius>.

⁷¹ PLUTARCH, 1967: 307, 337-339, 345, 348-349, 363-365, 368-373, 379-381. SCULLARD, 1981: 51-212.

No tempo de Sêrvio Túlio (6º *rex*; reinado: 579-534 a.C.), a população romana alcançou uma dimensão considerável, levando ao limite a capacidade da sociedade gentílica para integrar mais *gentes* e famílias estrangeiras. Com efeito, a população de Roma encontrava-se dividida em duas classes: o *populus*, organizado pelo sistema de gentes, cúrias e tribos, com acesso ao poder político; e a plebe, quase tão numerosa quanto o *populus*, e formada igualmente por cidadãos livres, que prestavam serviço militar, mas que não estavam integrados numa *gens*, permanecendo fora do sistema político e das cerimónias religiosas. A plebe, enquanto classe, terá adquirido relevo no tempo de Anco Márcio (4º *rex*; reinado: 642-617 a.C.), e seria facilmente engrossada pelos aventureiros das tribos vizinhas atraídos pelo comércio, escravos entretanto libertados, e pessoas não integradas numa *gens* durante um processo de transição para a cidade. Algumas *gens* de menor dimensão poderão não ter sido incluídas na sociedade gentílica, passando também a pertencer à plebe. Mas uma *gens* dificilmente seria patrícia ou plebeia. Entre o *Populus Romanus*, se uma família era patrícia (da aristocracia), por ser formada por um senador e seus descendentes, as *gentes* a que pertenciam o senador e a sua esposa não eram patrícias, a menos que todos os seus membros fossem descendentes de senadores e de notáveis elevados a patrícios por mérito (como foi o caso dos Fábios, os membros da *gens* Fábia).

Perante a pressão social, Sêrvio Túlio (reinado: 579-534) instituiu um novo sistema, assente no território e na propriedade, em parte semelhante ao do governo grego, sendo que foi posterior à legislação de Sólon (c.594 a.), e anterior à Constituição de Clístenes (c. 509 a.C.). Tomou três medidas fundamentais. A primeira foi a divisão da sociedade em classes, com base na riqueza individual, tal como Sólon fizera, um sistema que substituiu a organização por *gentes*. A segunda, foi a instauração da Assembleia das centúrias (*comitia curiata*), que substituiu a Assembleia das cúrias. A terceira, foi a subdivisão administrativa de Roma (que era uma municipalidade) em quatro freguesias, ou seja, em municipalidades de menor porte, ou subdivisões de recenseamento (mas sem autonomia que permitisse o autogoverno). Estavam delimitadas por marcos e fronteiras definidas, onde os residentes tinham o dever de recensear-se e registrar a sua propriedade (não obstante, o poder permaneceu centralizado, na medida em que Roma continuou a ser uma unidade). Este processo de subdivisão administra-

tiva de Roma em quatro zonas extinguiu definitivamente a divisão inicial, em três tribos.

Sêrvio Túlio dividiu a população em cinco classes, de acordo com o valor da sua propriedade privada, de modo a reunir numa só classe os indivíduos mais abastados de cada *gens*. A cada classe foi atribuído um determinado número de centúrias, cada centúria correspondendo a um voto, sendo que a Assembleia era composta por 193 centúrias no total. À classe dos patrícios foram atribuídas 18 centúrias, e à primeira classe, dos mais ricos, foram atribuídas 80 centúrias; o que significa que juntos tinham 98 centúrias, a maioria dos votos; caso votassem todos no mesmo sentido, a favor ou contra, sobre uma questão pública, ela ficava resolvida. Caso não chegassem a acordo com maioria, então era convocada a segunda classe, que detinha 20 centúrias (mais duas, atribuídas aos artesãos); do mesmo modo, caso se obtivesse uma maioria, a questão ficava concluída, caso contrário, a terceira classe era convocada, à qual foram atribuídas outras 20 centúrias; e assim por diante, com as 20 centúrias da quarta classe (mais duas centúrias atribuídas aos trompetistas), e as 30 centúrias da quinta classe. Uma sexta classe, daqueles que não tinham propriedade, era representada por 1 centúrias. Todas as classes de centúrias estavam divididas em juniores (com idades entre os 17 e os 55 anos, encarregues de serviço militar fora da cidade) e em seniores (com idade superior a 55 anos, e encarregues de defender, enquanto soldados, a cidade). A Assembleia das centúrias herdou os poderes da Assembleia das cúrias, e tinha o poder para eleger todos os oficiais e magistrados nomeados para o Senado; aprovava ou rejeitava as leis propostas pelo Senado, e as leis só eram efetivas após a sua aprovação; podiam rejeitar leis existentes; e declarar a guerra. Mas o Senado podia concluir acordos de paz sem consultar a Assembleia. Deste modo, a sociedade gentílica foi destituída do seu poder, e o governo ficou sob o controlo dos cidadãos mais ricos (com base na propriedade imóvel, ou riqueza equivalente). A publicação de leis que garantiram a proteção igualitária para todos, nas fases seguintes, foi apenas uma atenuante num sistema que formalizou a desigualdade. Nos séculos seguintes, a plebe combateu a desigualdade, por vezes com algum sucesso, como no caso da publicação da Lei Licínia Sêxtia (*Lex Licinia Sextia*) em 367 a.C., com a qual os cargos públicos tornaram-se acessíveis a todos os cidadãos livres (*populus* e plebe), e a plebe foi integrada na sociedade romana, que assim ficou dividida em apenas duas classes: os patrícios (a aristocracia), e os

cidadãos romanos, que eram a população em geral. Este sistema de governo esteve em vigor até ao final da República (27 a.C.).

Segundo Morgan, esta desigualdade de privilégios, e a negação do direito de autogoverno local, são forças que geram a ignorância e a corrupção, que levam à destruição do governo e da população. A humanidade está lentamente a aprender a simples lição de que a população no seu todo é mais benéfica para o bem comum e para a prosperidade pública, do que qualquer classe privilegiada de homens, por mais refinada e instruída que seja:

In the light of the experience of the intervening two thousand years, it may well be observed that the inequality of privileges, and the denial of the right of self-government here commended, created and developed that mass of ignorance and corruption which ultimately destroyed both government and people. The human race is gradually learning the simple lesson, that the people as a whole are wiser for the public good and the public prosperity, than any privileged class of men, however refined and cultivated, have ever been, or, by any possibility, can ever become.⁷²

Ao final, foi a propriedade privada, mais do que o território, que determinou a organização social. A relação do governo com os cidadãos através do território teve como finalidade máxima a coleta de impostos, e a organização da estrutura militar. O centro de poder absoluto que era Roma, atrofiou as partes a ela interligadas, nas imediações rústicas. A passagem para as municipalidades com autogoverno, integrando os cidadãos num corpo político democrático, como aconteceu na Grécia, não teve hipótese de acontecer, pela instauração da desigualdade na fase de transição da sociedade gentílica para o governo político. Pois o foco dos romanos era a conquista e o domínio das tribos e das nações distantes, e para isso a proteção da propriedade privada, e a organização militar eficaz, eram prioritárias.⁷³

Na sociedade gentílica romana, o termo família (*familia*), que no sentido moderno se refere essencialmente a um casal e os seus filhos, era composta pelos servos e escravos (*famel*), encarregues do trabalho agrícola e das tarefas domésticas, e que eram parte integrante da propriedade. Num testamento, *familia* era usado como sinónimo de *patrimonium*, a herança que passava para o herdeiro. O proprietário

do latifúndio, da habitação, dos escravos que lavravam os campos, e dos escravos domésticos, era o *pater familias*. Pelo poder que detinha, a esposa e os seus filhos tornavam-se, assim, seus subordinados. O poder excessivo do pai romano, numa família, era uma exceção romana, mesmo na sua época. Não obstante, a esposa e mãe da família tinha mais influência e autoridade do que a sua congénere grega, na qualidade de *mater familias*. Podia circular livremente na rua, sem estar sujeita a restrições impostas pelo seu marido, e frequentava os teatros e os banquetes dos festivais em pé de igualdade com os homens. No interior da habitação, não estava confinada a um determinado número de compartimentos, nem estava excluída da mesa de refeições (como era o caso das mulheres gregas, que estavam limitadas a habitar o gineceu, e não podiam sentar-se à mesa de refeição no *andron*, a «sala de jantar», juntamente com os homens, sob pena de serem consideradas cortesãs). As mulheres romanas tinham, assim, uma condição favorável ao desenvolvimento de um sentido de dignidade pessoal e de independência. Mas a sua liberdade era mínima, pois estava sob o poder paternal até ao casamento, e depois tornava-se subalterna do seu esposo. Em consequência, o marido romano tratava a sua esposa como se fosse sua filha, e não como sua igual; podia exercer poder de correção sobre ela, e de vida ou de morte em caso de adultério (embora, neste caso extremo, fosse necessária a validação da *gens* da sua esposa). Durante a República, os romanos tinham três tipos legais de casamento, mas em todos a mulher ficava sob o poder do esposo. Só com o começo do Império é que surgiu um quarto tipo, o casamento livre, que deixou de colocar a mulher em condição desfavorável. O divórcio, que era uma figura legal em vigor, foi raro até ao final da República.

Morgan acrescenta uma reflexão sobre a licenciosidade associada aos períodos de apogeu e de declínio das sociedades grega e romana, concluindo que a suposta decadência moral seria apenas um relaxamento das convenções, impostas de modo artificial. Pois a passagem para a monogamia foi motivada pela propriedade privada e pelo egotismo masculino, focado em garantir a herança dessa mesma propriedade aos seus descendentes legítimos. O confinamento forçado das mulheres é uma forma inferior de monogamia, na qual a relação entre os sexos é violenta, e não regida pela moralidade. Se não houve uma intenção moral na monogamia, não se pode considerar que tenha havido uma decadência moral dos costumes. A libertinagem do período de apogeu, terá sido prova-

⁷² MORGAN, 1877: 335.

⁷³ MORGAN, 1877: 323-342.

velmente um ressurgimento do sistema conjugal antigo, nunca totalmente erradicado, num período de paz e de prosperidade.

Morgan considera que a destruição prematura da vida étnica dos gregos e dos romanos se deveu, em grande medida, à sua incapacidade para desenvolver e utilizar as forças mental e moral do intelecto feminino, que eram tão essenciais quanto as suas próprias para o progresso e a preservação da civilização. Após uma longa experiência na barbárie, uma curta carreira na civilização chegou ao fim, por esgotamento do modo de vida por eles criado.⁷⁴

2.6 *Dos princípios de liberdade, igualdade e fraternidade*

Morgan conclui a sua explanação sobre a *gens* romana referindo que os princípios da democracia, a igualdade de direitos e de privilégios, e a liberdade pessoal, são herança da sociedade gentílica. Quando a propriedade privada começou a proliferar, e o seu poder e a sua influência se fizeram sentir na sociedade, surgiu a escravatura, uma instituição que rompe com todos esses princípios, baseada na consideração egoísta e ilusória de que o escravo era um estranho de sangue e um inimigo cativo. Com a propriedade privada, também apareceu gradualmente o princípio da aristocracia, que deu origem às classes privilegiadas. O elemento da propriedade tem controlado em grande medida a sociedade no período relativamente curto da civilização, e trouxe à humanidade o despotismo, o imperialismo, a monarquia, as classes privilegiadas, e só por último a democracia representativa. Também transformou a carreira das nações civilizadas numa carreira de produção de propriedade. Mas quando a inteligência da humanidade ascende à questão dos direitos abstratos da propriedade, nomeadamente sobre as relações da propriedade com o Estado, e dos direitos das pessoas à propriedade, uma modificação da situação atual torna-se expectável. Um cidadão educado nos princípios da democracia, e que tenha admiração pela dignidade e grandiosidade das grandes concepções que reconhecem a liberdade, a igualdade e a fraternidade da humanidade, dará livre expressão à preferência pelo autogoverno e pelas instituições livres:

Equal rights and privileges, personal freedom and the cardinal principles of democracy were also inherited from the gentes. When property had become created in masses, and its influence

and power began to be felt in society, slavery came in; an institution violative of all these principles, but sustained by the selfish and delusive consideration that the person made a slave was a stranger in blood and a captive enemy. With property also came in gradually the principle of aristocracy, striving for the creation of privileged classes. The element of property, which has controlled society to a great extent during the comparatively short period of civilization, has given mankind despotism, imperialism, monarchy, privileged classes, and finally representative democracy. It has also made the career of the civilized nations essentially a property-making career. But when the intelligence of mankind rises to the height of the great question of the abstract rights of property, – including the relations of property to the state, as well as the rights of persons to property, – a modification of the present order of things may be expected.

[...]

An American, educated in the principles of democracy, and profoundly impressed with the dignity and grandeur of those great conceptions which recognize the liberty, equality and fraternity of mankind, may give free expression to a preference for self-government and free institutions.⁷⁵

Em relação à família monogâmica, Morgan considera que a família moderna é, sem dúvida, uma melhoria em relação à dos gregos e dos romanos, pois a mulher ganhou imenso na sua posição social. Desde a sua posição de filha em relação ao seu marido, alcançou um estatuto mais próximo da igualdade em dignidade e em direitos pessoais. Em três mil anos de existência da família monogâmica, houve um progresso gradual, mas contínuo, e está destinada a evoluir até que a igualdade entre os sexos seja alcançada, e que a igualdade na relação conjugal seja plenamente reconhecida:

The modern family is an unquestionable improvement upon that of the Greeks and Romans; because woman has gained immensely in social position. From standing in the relation of a daughter to her husband, as among the Greeks and Romans, she has drawn nearer to an equality in dignity and in acknowledged personal rights. We have a record of the monogamian family, running back nearly three thousand years, during which, it may be claimed, there has been a gradual but continuous improvement in its character. It is destined to progress

⁷⁴ MORGAN, 1877: 469-471, 477-480.

⁷⁵ MORGAN, 1877: 341-342.

still further, until the equality of the sexes is acknowledged, and the equities of the marriage relation are completely recognized.⁷⁶

Morgan chegou também à conclusão de que, se a família já passou por quatro formas distintas, consecutivas, e se encontra numa quinta forma, então é natural que a família monogâmica atual venha a evoluir e a extinguir-se, sobretudo se não for capaz de acompanhar o progresso em direção à igualdade entre os sexos, para dar lugar a uma nova forma de família, superior, na qual a equidade na relação conjugal seja alcançada:

When the fact is accepted that the family has passed through four successive forms, and is now in a fifth, the question at once arises whether this form can be permanent in the future. The only answer that can be given is, that it must advance as society advances, and change as society changes, even as it has done in the past. It is the creature of the social system, and will reflect its culture. As the monogamian family has improved greatly since the commencement of civilization, and very sensibly in modern times, it is at least supposable that it is capable of still farther improvement until the equality of the sexes is attained. Should the monogamian family in the distant future fail to answer the requirements of society, assuming the continuous progress of civilization, it is impossible to predict the nature of its successor.⁷⁷

No final da sua obra, Morgan salienta como a mente humana está fascinada com a propriedade privada que, desde o advento da civilização, se tornou um poder ingovernável. Os interesses da sociedade, e os interesses individuais devem ser harmonizados; pois o destino final da humanidade não é a obtenção de propriedade privada. Pois se o propósito da humanidade for a propriedade privada, então a sociedade irá dissolver-se, e autodestruir-se. Para que o progresso possa continuar, como tem sido desde tempos imemoriais, a próxima etapa social prevê-se que seja a democracia no governo, a irmandade em sociedade, a igualdade de direitos e privilégios, e a educação universal. É esta a tendência, pela experiência, pela inteligência e pelo conhecimento. Será um revivalismo, na sua forma mais elevada, da liberdade, da igualdade e da fraternidade das antigas *gentes*:

⁷⁶ MORGAN, 1877: 390.

⁷⁷ MORGAN, 1877: 491-492.

Since the advent of civilization, the outgrowth of property has been so immense, its forms so diversified, its uses so expanding and its management so intelligent in the interests of its owners, that it has become, on the part of the people, an unmanageable power. The human mind stands bewildered in the presence of its own creation. The time will come, nevertheless, when human intelligence will rise to the mastery over property, and define the relations of the state to the property it protects, as well as the obligations and the limits of the rights of its owners. The interests of society are paramount to individual interests, and the two must be brought into just and harmonious relations. A mere property career is not the final destiny of mankind, if progress is to be the law of the future as it has been of the past. The time which has passed away since civilization began is but a fragment of the past duration of man's existence; and but a fragment of the ages yet to come. The dissolution of society bids fair to become the termination of which property is the end aim; because such a career contains the elements of self-destruction. Democracy in government, brotherhood in society, equality in rights and privileges, and universal education, foreshadow the next higher plane of society to which experience, intelligence and knowledge are steadily tending. It will be a revival, in a higher form, of the liberty, equality and fraternity of the ancient *gentes*.⁷⁸

As três etapas em que Morgan divide a evolução da humanidade correspondem, na atualidade, às seguintes etapas da arqueologia e da antropologia: ao estado selvagem corresponde o Paleolítico; ao estado de barbárie, o Neolítico; aos primeiros dois mil anos da civilização, nos quais surgiram a sociedade de classes e a escravatura, correspondem à Idade do Bronze.

O legado de Morgan foi alvo de crítica no século XX, pelos críticos do evolucionismo darwiniano, ou seja, pelo funcionalismo, sobretudo pelo funcionalismo na antropologia social, de Bronislaw Malinowski, e pelo funcionalismo estrutural de Talcott Parsons e Raddcliffe-Brown. O estruturalismo funcional tende a validar as desigualdades sociais, na medida em que a sua a-historicidade dá uma aparente «naturalidade» às estruturas sociais tal como são, omitindo os conflitos sociais, sobretudo entre etnias, entre classes, e entre sexos. Com a crítica ao funcionalismo e ao estruturalismo, nas décadas de 1970 e 1980, tornou-se evidente que esta corrente de pensamento é uma forma

⁷⁸ MORGAN, 1877: 552.

de neopositivismo reacionário. A teoria de que terá havido um período inicial de comunismo primitivo, no qual a sociedade era igualitária, tem sido rejeitada pelas diversas escolas da antropologia, sobretudo anglo-saxónicas, dominadas por uma ideologia favorável ao capitalismo *laissez-faire*. No mesmo período surgiu o neoevolucionismo, na década de 1930, e foi integrado na antropologia na década de 1960. Em 1959, Leslie White publicou *The Evolution of Culture: the Development of Civilization to the Fall of Rome*, onde é notória a influência de Herbert Spencer e de Lewis H. Morgan. Um dos seus alunos, Marshall Sahlins, deu continuidade a esta corrente, tendo publicado *Evolution and Culture*, em 1960. A noção de comunismo primitivo tem recuperado a atenção da antropologia, com o estudo mais aprofundado das sociedades caçadoras-coletoras ainda existentes, com destaque, entre outros, para o contributo dos antropólogos: James Woodburn (*Hunters and Gatherers: the Material Culture of the Nomadic Hadza*, 1970), Ernestine Friedl (*Women and Men: An Anthropologist's View*, 1975), Richard Borshay Lee (*The !Kung San: Men, Women, and Work in a Foraging Society*, 1979), Chris Knight (*The Evolution of Culture: a Historical and Scientific Overview*, 1999), Christopher Boehm (*Hierarchy in the Forest: The Evolution of Egalitarian Behavior*, 1999), Alan Barnard (*Social Anthropology and Human Origins*, 2011), e Jerome Lewis (*The Anthropology of Sustainability: Beyond Development and Progress*, 2017).

- Platão, 2011. *Timeu-Crítias*. Tradução do grego, introdução e notas de Rodolfo Lopes. Coimbra: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos.
- Plutarch. 1967. *Plutarch's Lives: with an english translation by Bernadotte Perrin*. The Loeb Classical Library. Vol. I: *Theseus and Romulus, Lycurgus and Numa, Solon and Publicola*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press. London: William Heinemann Ltd. archive.org/details/plutarchslives01plut2
- Plutarco. 2008. *Vidas Paralelas: Teseu e Rómulo*. Tradução do grego, introdução e notas de Delfim F. Leão e Maria do Céu Fialho. Coimbra: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos. doi.org/10.14195/978-989-721-065-5
- Scullard, H.H. 1981. *Festivals and Ceremonies of the Roman Republic*. London: Thames and Hudson.
- Smith, Adam. 1896. *Lectures on Justice, Police, Revenue and Arms, Delivered in the University of Glasgow by Adam Smith, reported by a student in 1763*. Edited with an introduction and notes by Edwin Cannan. Oxford: at the Clarendon Press. archive.org/details/lecturesonjustic00smituoft

3 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Leão, Delfim F. & Rhodes, P.J. 2016. *The Laws of Solon: a New Edition with Introduction, Translation and Commentary*. London, New York: I.B. Tauris.
- Montesquieu, Charles de Secondat, baron de. 1749. *De l'esprit des loix, ou du rapport que les loix doivent avoir avec la constitution de chaque gouvernement, les moeurs, le climat, la religion, le commerce, &c.* Nouvelle Edition. Corrigée par l' Auteur. A Geneve: Chez Barrillot & Fils. archive.org/details/delespritdesloix11montgoog
- Montesquieu, Charles de Secondat, baron de. 2000. *O Espírito das Leis*. Tradução de Cristina Murachco. São Paulo: Martins Fontes.
- Morgan, Lewis H. 1877. *Ancient Society, or researches in the lines of human progress from savagery through barbarism to civilization*. New York: Henry Holt and Company. archive.org/details/Morgan1877AncientSociety
- Parker, Arthur Caswell. 1923. *Seneca Myths and Folk Tales*. Buffalo Historical Society Publications, Volume 27. Buffalo, New York: Buffalo Historical Society. archive.org/details/senecamylthsfolkt00park

Capítulo 4

Do Comunismo Primitivo

Da origem da família, da propriedade privada e do estado. A afinidade entre *Ancient Society* de L.H. Morgan e o materialismo histórico. – A monogamia foi o primeiro antagonismo de classes da história, e a primeira opressão de classes ocorreu com a opressão do sexo feminino pelo masculino. O casamento germânico contribuiu para uma melhoria da condição feminina em relação à Antiguidade, e abriu caminho para o amor sexual individual. Desde o início, o casamento monogâmico está vocacionado para a preservação da propriedade privada. – O Estado é um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento, e nasceu da necessidade de conter o antagonismo das classes. Com a divisão do trabalho, surgiu a propriedade privada, a divisão da sociedade em classes, e a escravatura. A civilização europeia tem sido, desde há dois mil e quinhentos anos, dominada pela busca insaciável de riqueza, gerada pelas motivações vis de indivíduos egoístas. – Elogio da sociedade gentílica, e do comunismo primitivo. – Estudo de L.H. Morgan sobre a cabana comunitária (*longhouse*) iroquesa, e o seu comunismo na vida.

1 DA ORIGEM DA FAMÍLIA, DA PROPRIEDADE PRIVADA E DO ESTADO

1.1 *Comunismo primitivo, segundo Karl Marx e Friedrich Engels*

A recepção da obra de Morgan na Europa foi, infelizmente, cuidadosamente sufocada, sobretudo pelos académicos da escola inglesa, porque o trabalho de Morgan faria colapsar as suas teses frágeis e pouco fundamentadas. Ou, pior, por não quererem ser ofuscados por um autor americano. E as conclusões de Morgan estarem em sintonia com as de Karl Marx, também contribuiu para a difícil recepção por parte dos historiadores europeus. É assim que Friedrich Engels (1820-1895) dá início ao prefácio da primeira edição de *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado: Trabalho Relacionado com as Investigações de L.H. Morgan*, publicado em 1884.¹ E acrescenta que, apesar de os estudiosos europeus (sobretudo ingleses) evitarem a todo o custo referir o nome de Morgan, apropriaram-se dos dados e das conclusões das suas investigações, sem mencionarem a autoria. O trabalho de Morgan produziu a revolução necessária no estudo da história da família, uma disciplina ainda no seu começo à época, sem que lhe fosse prestada a devida reverência.

¹ Friedrich Engels in Encyclopædia Britannica [em linha]. Encyclopædia Britannica, inc. [consult. 2019-07-28]. Disponível na Internet: <https://www.britannica.com/biography/Friedrich-Engels>.

Quando Karl Marx faleceu, em 1883, deixou uma cópia de *Ancient Society* com anotações, deixando transparecer o seu entusiasmo, e a satisfação por Morgan ter conseguido completar uma parte substancial do conhecimento necessário para fundamentar a sua própria teoria. Engels publicou no ano seguinte um resumo do livro de Morgan, ao qual juntou as anotações e os comentários de Marx, e acrescentou as suas também, obra a que chamou: *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*.² Segundo Engels:

O grande mérito de Morgan é o de ter descoberto e restabelecido em seus traços essenciais esse fundamento pré-histórico da nossa história escrita e o de ter encontrado, nas uniões gentílicas dos índios norte-americanos, a chave para decifrar importantíssimos enigmas, ainda não resolvidos, da história antiga da Grécia, Roma, e Alemanha. Sua obra não foi trabalho de um dia. Levou cerca de quarenta anos elaborando seus dados, até conseguir dominar inteiramente o assunto. E seu esforço não foi em vão, pois seu livro é um dos poucos de nossos dias que fazem época.³

A classificação de Morgan é compatível com o materialismo histórico dialético, na medida em que está assente nas *condições*, que são fac-

² *Der Ursprung der Familie, des Privateigentums und des Staats. Im Anschluss an Lewis H. Morgan's Forschungen*; ou: «A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado: Trabalho Relacionado com as Investigações de L.H. Morgan».

³ ENGELS, 1984: 3.

tos materiais, e não na sequência temporal (pois o *tempo* é imaterial). Assim, sociedades e tribos diferentes no mesmo continente, ou que partilhem a mesma família linguística, na mesma época, podem estar em condições de avanço material diferentes:

It does not affect the main result that different tribes and nations on the same continent, and even of the same linguistic family, are in different conditions at the same time, since for our purpose the *condition* of each is the material fact, the *time* being imaterial.⁴

Em relação ao nascimento da família monogâmica, entre os gregos, com o rebaixamento da mulher à condição de esposa enclausurada, de escrava alvo de abusos, ou de prostituta, Engels comenta:

Essa foi a origem da monogamia, tal como pudemos observá-la no povo mais culto e desenvolvido da antiguidade. De modo algum foi fruto do amor sexual individual, com o qual nada tinha em comum, já que os casamentos, antes como agora, permaneceram casamentos de conveniência. Foi a primeira forma de família que não se baseava em condições naturais, mas económicas, e concretamente no triunfo da propriedade privada sobre a propriedade comum primitiva, originada espontaneamente. Os gregos proclamavam abertamente que os únicos objetivos da monogamia eram a preponderância do homem na família e a procriação de filhos que só pudessem ser seus para herdar dele. Quanto ao mais, o casamento era para eles uma carga, um dever para com os deuses, o Estado e seus antepassados, dever que estavam obrigados a cumprir. Em Atenas, a lei não apenas impunha o matrimónio como, ainda, obrigava o marido a um mínimo determinado do que se chama de obrigações conjugais.

A monogamia não aparece na história, portanto, absolutamente, como uma reconciliação entre o homem e a mulher e, menos ainda, como a forma mais elevada de matrimónio. Pelo contrário, ela surge sob a forma de escravização de um sexo pelo outro, como proclamação de um conflito entre os sexos, ignorado, até então, na pré-história. Num velho manuscrito inédito, redigido em 1846 por Marx e por mim, encontro a seguinte frase: "A primeira divisão do trabalho é a que se fez entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos". Hoje posso acrescentar: o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento

do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino. A monogamia foi um grande progresso histórico, mas, ao mesmo tempo, iniciou, juntamente com a escravidão e as riquezas privadas, aquele período, que dura até nossos dias, no qual cada progresso é simultaneamente um retrocesso relativo, e o bem-estar e o desenvolvimento de uns se verificam às custas da dor e da repressão de outros. É a forma celular da sociedade civilizada, na qual já podemos estudar a natureza das contradições e dos antagonismos que atingem seu pleno desenvolvimento nessa sociedade.

[...]

Com a diferenciação na propriedade, isto é, já na fase superior da barbárie, aparece, esporadicamente, o trabalho assalariado junto ao trabalho dos escravos; e, ao mesmo tempo, como seu correlativo necessário, a prostituição profissional das mulheres livres aparece junto à entrega forçada das escravas. Desse modo, pois, é dúbia a herança que o matrimónio por grupos legou à civilização – e tudo que a civilização produz é também dúbio, ambíguo, equívoco, contraditório: de um lado a monogamia, de outro, o heterismo, incluída a sua forma extrema, a prostituição. O heterismo é uma instituição social como outra qualquer, e mantém a antiga liberdade sexual... em proveito dos homens. Embora seja, de fato, não apenas tolerado, mas praticado livremente sobretudo pelas classes dominantes, ele é condenado em palavras. E essa reprovação, na realidade, nunca se dirige contra os homens que o praticam e sim, somente, contra as mulheres, que são desprezadas e repudiadas, para que se proclame uma vez mais, como lei fundamental da sociedade, a supremacia absoluta do homem sobre o sexo feminino.

Mas, na própria monogamia, desenvolve-se uma segunda contradição. Junto do marido, que ameniza a existência com o heterismo, acha-se a esposa abandonada. E não pode haver um termo de uma contradição sem que lhe corresponda o outro, como não se pode ter nas mãos uma maçã inteira, depois de se ter comido sua metade. Esta, no entanto, parece ser a opinião dos homens, até que as mulheres lhes puseram outra coisa na cabeça. Com a monogamia, apareceram duas figuras sociais constantes e características, até então desconhecidas: o inevitável amante da mulher casada e o marido corneado. Os homens haviam conseguido vencer as mulheres, mas as vencidas se encarregaram, generosamente, de coroar os vencedores. O adultério, proibido e punido rigorosamente,

⁴ MORGAN, 1877: 13.

mas irreprimível, chegou a ser uma instituição social inevitável, junto à monogamia e ao heterismo. No melhor dos casos, a certeza da paternidade baseava-se agora, como antes, no convencimento moral, e para resolver a contradição insolúvel o Código de Napoleão dispôs em seu artigo 312: "*L'enfant conçu pendant le mariage a pour père le mari*". ("O filho concebido durante o matrimônio tem por pai o marido."). É este o resultado final de três mil anos de monogamia.⁵

Engels acrescenta informação sobre as tribos germânicas, sobre as quais Morgan não dispunha de informação suficiente para poder teorizar. O maior progresso no desenvolvimento da monogamia ocorreu com o contributo do casamento germânico, que consistia numa monogamia ainda não totalmente desprendida do casamento sindiásmico. Apesar da pobreza dos povos germânicos, o seu contributo foi mais progressista do que o dos gregos ou dos romanos, que em termos civilizacionais se encontravam num plano relativamente mais avançado. O casamento germânico tinha três características: primeiro, cada homem contentava-se com uma só mulher, à exceção dos chefes da tribo que podiam ter várias esposas, e as mulheres casadas viviam «cercadas pelo seu pudor», conforme descreve Tácito; em segundo lugar, a passagem da matrilinearidade para a patrilinearidade seria um fenómeno recente no tempo de Tácito, pois o irmão da mãe era ainda considerado um parente mais próximo do que o próprio pai (o que era próprio da herança por linha materna); terceiro, as mulheres germânicas eram tidas na mais elevada consideração, e exerciam uma grande influência, mesmo em assuntos públicos (o que é contrário à supremacia masculina da monogamia). E não eram uma exceção, pois as mulheres espartanas também gozavam dos mesmos direitos e da mesma consideração social, o que revela que entre os gregos de Esparta o casamento sindiásmico foi apenas parcialmente extinto, e parcialmente integrado no casamento monogâmico. Com o fim do Império Romano do Ocidente, o casamento germânico tornou-se o modelo na sociedade europeia; não porque os germânicos fossem dotados de maior virtude do que outros povos, mas por não terem abandonado totalmente a família sindiásmica na passagem para a monogamia:

Assim, desse ponto de vista, igualmente, aparecia com os germanos um elemento inteiramente

novamente novo, que se impôs em âmbito mundial. A nova monogamia que resultou da mistura dos povos, entre as ruínas do mundo romano, revestiu a supremacia masculina de formas mais suaves e deu às mulheres uma posição muito mais considerada e livre, pelo menos aparentemente, do que as que ela já tivera na idade clássica. Graças a isso foi possível, a partir da monogamia – em seu seio, a seu lado, ou contra ela, segundo as circunstâncias – o maior progresso moral que lhe devemos: o amor sexual individual moderno, anteriormente desconhecido no mundo.

Mas devia-se este progresso, seguramente, à circunstância de viverem os germanos ainda sob o regime da família sindiásmica, e de terem levado à monogamia, da forma que puderam, a situação da mulher correspondente à da família sindiásmica; não se devia, de modo algum, à legendária e maravilhosa pureza de costumes ingênita nos germanos, a qual se reduzia ao fato de que, na prática, o matrimônio sindiásmico não revela as mesmas agudas contradições morais da monogamia.⁶

Contudo, o casamento monogâmico continuou a ser de conveniência, e a primeira vez na história que surge o amor sexual individual, possível para (quase) qualquer homem, foi com o amor cavalheiresco da Idade Média, que na sua forma clássica é tudo menos amor entre dois cônjuges, e sim amor adúltero, entre um poeta e uma mulher casada. Enquanto o cavaleiro se deita com a sua amada, um vigia permanece na rua para dar o alerta em horas tardias da madrugada, de que é hora de fugir antes do sol nascer, para não ser visto. Engels acrescenta uma reflexão sobre o casamento monogâmico dos seus dias, que não difere significativamente da atualidade:

O casamento burguês assume duas feições, em nossos dias. Nos países católicos, agora, como antes, os pais são os que proporcionam ao jovem burguês a mulher que lhe convém, do que resulta naturalmente o mais amplo desenvolvimento da contradição que a monogamia encerra: heterismo exuberante por parte do homem e adultério exuberante por parte da mulher. E se a Igreja Católica aboliu o divórcio, é provável que seja porque terá reconhecido que contra o adultério, como contra a morte, não há remédio que valha. Nos países protestantes, ao contrário, a regra geral é conceder ao filho do burguês mais ou menos liberdade para procurar mulher dentro da sua classe; por isso, o amor

⁵ ENGELS, 1984: 70-73.

⁶ ENGELS, 1984: 74-75.

pode ser até certo ponto a base do matrimônio, e assim se supõe sempre que seja, para guardar as aparências, o que está muito de acordo com a hipocrisia protestante. O marido já não pratica o heterismo tão frequentemente e a infidelidade da mulher é mais rara, mas, como em todas as classes de matrimônio, os seres humanos continuam sendo o que eram antes, e como os burgueses dos países protestantes são, em sua maioria, filisteus, essa monogamia protestante vem a dar, mesmo tomando o termo médio dos melhores casos, em um aborrecimento mortal sofrido em comum, e que se chama felicidade doméstica.

[...]

Mas, em ambos os casos, o matrimônio baseia-se na posição social dos contraentes e, portanto, é sempre um matrimônio de conveniência. Também nos dois casos, esse matrimônio de conveniência se converte, com frequência, na mais vil das prostituições, às vezes por parte de ambos os cônjuges, porém, muito mais habitualmente, por parte da mulher; esta só se diferencia da cortesã habitual pelo fato de que não aluga o seu corpo por hora, como uma assalariada, e sim que o vende de uma vez, para sempre, como uma escrava. E a todos os matrimônios de conveniência cai como uma luva a frase de Fourier: “Assim como em gramática duas negações equivalem a uma afirmação, de igual maneira na moral conjugal duas prostituições equivalem a uma virtude”. Nas relações com a mulher, o amor sexual só pode ser, de fato, uma regra entre as classes oprimidas, quer dizer, em nossos dias, o proletariado, estejam ou não estejam autorizadas oficialmente essas relações. Mas, desaparecem também, nesses casos, todos os fundamentos da monogamia clássica. Faltam aqui, por completo, os bens de fortuna, para cuja conservação e transmissão por herança foram instituídos, precisamente, a monogamia e o domínio do homem; e, por isso, aqui também falta todo o motivo para estabelecer a supremacia masculina.

[...]

Além disso, sobretudo desde que a grande indústria arrancou a mulher ao lar para atirá-la ao mercado de trabalho e à fábrica, convertendo-a, frequentemente, em sustentáculo da casa, ficaram desprovidos de qualquer base os restos da supremacia do homem no lar proletário, excetuando-se, talvez, certa brutalidade no trato com as mulheres, muito arraigada desde o estabelecimento da monogamia.

[...]

Por isso, o heterismo e o adultério, eternos companheiros da monogamia, desempenham aqui um papel quase nulo; a mulher reconquis-

tou, na prática, o direito de divórcio e os esposos preferem se separar quando já não se podem entender um com o outro. Resumindo: o matrimônio proletário é monogâmico no sentido etimológico da palavra, mas de modo algum em seu sentido histórico.

[...]

Não é melhor o estado de coisas quanto à igualdade jurídica do homem e da mulher no casamento. A desigualdade legal, que herdamos de condições sociais anterior, não causa e sim efeito da opressão econômica da mulher. No antigo lar comunista, que compreendia numerosos casais com seus filhos, a direção do lar, confiada às mulheres, era uma indústria socialmente tão necessária quanto a busca de víveres, de que ficavam encarregados os homens. As coisas mudaram com a família patriarcal e, ainda mais, com a família individual monogâmica. O governo do lar perdeu seu caráter social. A sociedade já nada mais tinha a ver com ele. O governo do lar se transformou em *serviço privado*; a mulher converteu-se em primeira criada, sem mais tomar parte na produção social. Só a grande indústria de nossos dias lhe abriu de novo – embora apenas para a proletária – o caminho da produção social. Mas isso se fez de maneira tal que, se a mulher cumpre os seus deveres no serviço privado da família, fica excluída do trabalho social e nada pode ganhar; e, se quer tomar parte na indústria social e ganhar sua vida de maneira independente, lhe é impossível cumprir com as obrigações domésticas. Da mesma forma que na fábrica, é isso que acontece à mulher em todos os sectores profissionais, inclusive na medicina e na advocacia. A família individual moderna baseia-se na escravidão doméstica, franca ou dissimulada, da mulher, e a sociedade moderna é uma massa cujas moléculas são as famílias individuais.

[...]

(...) O caráter particular do domínio do homem sobre a mulher na família moderna, assim como a necessidade e o modo de estabelecer uma igualdade social *efetiva* entre ambos, não se manifestarão com toda a nitidez senão quando homem e mulher tiverem, por lei, direitos absolutamente iguais. Então é que se há de ver que a libertação da mulher exige, como primeira condição, a reincorporação de todo o sexo feminino à indústria social, o que, por sua vez, requer a supressão da família individual enquanto unidade econômica da sociedade.⁷

Sobre a origem do Estado, e as características da civilização, Engels faz um resumo do

⁷ ENGELS, 1984: 76-78, 80-81.

trabalho de Morgan, em total harmonia com o materialismo dialético:

(...) Na constituição grega da época heroica vemos, ainda cheia de vigor, a antiga organização gentílica, mas já observamos igualmente o começo da sua decadência: o direito paterno, com herança dos haveres pelos filhos, facilitando a acumulação das riquezas na família e tornando esta um poder contrário à *gens*; a diferenciação de riquezas, repercutindo sobre a constituição social pela formação dos primeiros rudimentos de uma nobreza hereditária e de uma monarquia; a escravidão, a princípio restrita aos prisioneiros de guerra, desenvolvendo-se depois no sentido da escravização de membros da própria tribo e até da própria *gens*; a degeneração da velha guerra entre as tribos na busca sistemática, por terra e por mar, de gado, escravos e bens que podiam ser capturados, captura que chegou a ser uma fonte regular de enriquecimento. Resumindo: a riqueza passa a ser valorizada e respeitada como bem supremo e as antigas instituições da *gens* são pervertidas para justificar-se a aquisição de riquezas pelo roubo e pela violência. Faltava apenas uma coisa: uma instituição que não só assegurasse as novas riquezas individuais contra as tradições comunistas da constituição gentílica, que não só consagrasse a propriedade privada, antes tão pouco estimada, e fizesse dessa consagração santificadora o objetivo mais elevado da comunidade humana, mas também imprimisse o selo geral do reconhecimento da sociedade às novas formas de aquisição da propriedade, que se desenvolviam umas sobre as outras – a acumulação, portanto, cada vez mais acelerada, das riquezas –; uma instituição que, em uma palavra, não só perpetuasse a nascente divisão da sociedade em classe, mas também o direito de a classe possuidora explorar a não-possuidora e o domínio da primeira sobre a segunda.

E essa instituição nasceu. Inventou-se o *Estado*.⁸

[...]

Já estudamos, uma a uma, as três formas principais de como o Estado se erigiu sobre as ruínas da *gens*. Atenas apresenta a forma que podemos considerar mais pura, mais clássica: ali, o Estado nasceu direta e fundamentalmente dos antagonismos de classes que se desenvolviam no seio mesmo da sociedade gentílica. Em Roma, a sociedade gentílica se converteu numa aristocracia fechada, em meio a uma plebe numerosa e mantida à parte, sem direitos mas com deveres; a vitória da plebe destruiu a anti-

ga constituição da *gens*, e sobre os escombros instituiu o Estado, onde não tardaram a se confundir a aristocracia gentílica e a plebe. Entre os germanos, por fim, vencedores do império romano, o Estado surgiu em função direta da conquista de vastos territórios estrangeiros que o regime gentílico era impotente para dominar. Como, porém, a essa conquista não correspondia uma luta séria com a antiga população, nem uma divisão de trabalho mais avançada; como o grau de desenvolvimento económico dos vencidos e vencedores era quase o mesmo – e por conseguinte persistia a antiga base económica da sociedade – a *gens* pôde manter-se ainda por muitos séculos, sob uma forma modificada, territorial, na constituição da *marca* [freguesia ou paróquia], e até rejuvenescer durante certo tempo, sob uma forma atenuada, nas famílias nobres e patrícias dos anos posteriores, e mesmo em famílias camponesas, como em Dithmarschen.

O Estado não é, pois, de modo algum, um poder que se impôs à sociedade de fora para dentro (...). É antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses económicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da “ordem”. Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado.

[...]

Como o Estado nasceu da necessidade de conter o antagonismo das classes, e como, ao mesmo tempo, nasceu em meio ao conflito delas, é, por regra geral, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe política dominante e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida. Assim, o Estado antigo foi, sobretudo, o Estado dos senhores de escravos para manter os escravos subjugados; o Estado feudal foi o órgão de que se valeu a nobreza para manter a sujeição dos servos e camponeses dependentes; e o moderno Estado representativo é o instrumento de que se serve o capital para explorar o trabalho assalariado.

[...]

Além disso, na maior parte dos Estados históricos, os direitos concedidos aos cidadãos são

⁸ ENGELS, 1984: 119-120.

regulados de acordo com as posses dos referidos cidadãos, pelo que se evidencia ser o Estado um organismo para a proteção dos que possuem contra os que não possuem. Foi o que vimos em Atenas e em Roma, onde a classificação da população era estabelecida pelo montante dos bens. O mesmo acontece no Estado feudal da Idade Média, onde o poder político era distribuído conforme a importância da propriedade territorial. E é o que podemos ver no censo eleitoral dos modernos Estados representativos. Entretanto, esse reconhecimento político das diferenças de fortuna não tem nada de essencial; pelo contrário, revela até um grau inferior de desenvolvimento do Estado. A república democrática – a mais elevada das formas de Estado, (...) – não mais reconhece oficialmente as diferenças de fortuna. Nela, a riqueza exerce seu poder de modo indireto, embora mais seguro. De um lado, sob a forma de corrupção direta dos funcionários do Estado (...); de outro lado, sob a forma de aliança entre o governo e a Bolsa.

[...]

Portanto, o Estado não tem existido eternamente. Houve sociedades que se organizaram sem ele, não tiveram a menor noção do Estado ou de seu poder. Ao chegar a certa fase de desenvolvimento económico, que estava necessariamente ligada à divisão da sociedade em classes, essa divisão tornou o Estado uma necessidade. Estamos agora nos aproximando [na atualidade], com rapidez, de uma fase de desenvolvimento da produção em que a existência dessas classes não apenas deixou de ser uma necessidade, mas até se converteu num obstáculo à produção mesma. As classes vão desaparecer, e de maneira tão inevitável como no passado surgiram. Com o desaparecimento das classes, desaparecerá inevitavelmente o Estado. A sociedade, reorganizando de uma forma nova a produção, na base de uma associação livre de produtores iguais, mandará toda a máquina do Estado para o lugar que lhe há de corresponder: o museu de antiguidades, ao lado da roca de fiar e do machado de bronze.

[...]

De tudo o que dissemos, infere-se, pois, que a civilização é o estágio de desenvolvimento da sociedade em que a divisão do trabalho, a troca entre indivíduos dela resultante, e a produção mercantil – que compreende uma e outra – atingem seu pleno desenvolvimento e ocasionam uma revolução em toda a sociedade anterior.

Em todos os estágios anteriores da sociedade, a produção era essencialmente coletiva e o consumo se realizava, também, sob um regime

de distribuição direta dos produtos, no seio de pequenas ou grandes coletividades comunistas. Essa produção coletiva era levada a cabo dentro dos mais estreitos limites, mas ao mesmo tempo os produtores eram senhores de seu processo de produção e de seus produtos. Sabiam o que era feito do produto: consumiam-no, ele não saía de suas mãos. E, enquanto a produção se realizou sobre essa base, não pôde sobrepor-se aos produtores, nem fazer surgir diante deles o espectro de poderes estranhos, como sucede, regular e inevitavelmente na civilização.

Nesse modo de produzir, porém, foi-se introduzindo lentamente a divisão do trabalho. Minou a produção e a apropriação em comum, erigiu em regra dominante a apropriação individual, criando, assim, a troca entre indivíduos (...). Pouco a pouco, a produção mercantil tornou-se a forma dominante.

Com a produção mercantil – produção não mais para o consumo pessoal e sim para a troca – os produtos passam necessariamente de umas para outras mãos. O produtor separa-se de seu produto na troca, e já não sabe o que é feito dele. Logo que o dinheiro, e com ele o comerciante, intervém como intermediário entre os produtores, complica-se o sistema de troca e torna-se ainda mais incerto o destino final dos produtos. Os comerciantes são muitos, e nenhum deles sabe o que o outro está fazendo. As mercadorias agora não passam apenas de mão em mão, mas também de mercado a mercado; os produtores já deixaram de ser os senhores da produção total das condições de sua própria vida, e tampouco os comerciantes chegaram a sê-lo. Os produtos e a produção estão entregues ao acaso.

[...]

Até hoje, o produto ainda domina o produtor; até hoje, toda a produção social ainda é regulada, não segundo um plano elaborado coletivamente, mas por leis cegas que atuam com a força dos elementos, em última instância nas tempestades dos períodos de crise comercial.

Vimos como, numa fase bastante primitiva do desenvolvimento da produção, a força do trabalho do homem se tornou apta para produzir consideravelmente mais do que era preciso para a manutenção do produtor, e como essa fase de desenvolvimento é, no essencial, a mesma em que nasceram a divisão do trabalho e a troca entre indivíduos. Não se demorou muito a descobrir a grande “verdade” de que também o homem podia servir de mercadoria, de que a força de trabalho do homem podia chegar a ser objeto de troca e consumo, desde que o homem se transformasse em escravo. Mal os

homens tinham descoberto a troca e começaram logo a ser trocados, eles próprios. O ativo se transformava em passivo, independentemente da vontade humana.

Com a escravidão, que atingiu o seu mais alto grau de desenvolvimento sob a civilização, veio a primeira grande cisão da sociedade em uma classe que explorava e outra que era explorada. Esta cisão manteve-se através de todo o período civilizado. A escravidão é a primeira forma de exploração, a forma típica da antiguidade; sucedem-na a servidão na Idade Média e o trabalho assalariado nos tempos modernos: são as três formas de avassalamento que caracterizam as três grandes épocas da civilização. A civilização faz-se sempre acompanhar da escravidão – a princípio franca, depois mais ou menos disfarçada.

O estágio da produção de mercadorias com que começa a civilização caracteriza-se, do ponto-de-vista económico, pela introdução: 1) da moeda metálica (e, com ela, o capital em dinheiro), dos juros e da usura; 2) dos comerciantes como classe intermediária entre os produtores; 3) da propriedade privada da terra e da hipoteca; 4) do trabalho como forma predominante na produção. A forma de família que corresponde à civilização e vence definitivamente com ela é a monogamia, a supremacia do homem sobre a mulher, e a família individual como unidade económica da sociedade. A força de coesão da sociedade civilizada é o Estado, que, em todos os períodos típicos, é exclusivamente o Estado da classe dominante e, de qualquer modo, essencialmente uma máquina destinada a reprimir a classe oprimida e explorada. Também são características da civilização: por um lado, a fixação da oposição entre a cidade e o campo como base de toda a divisão do trabalho social, e por outro lado, a introdução dos testamentos, por meio dos quais o proprietário pode dispor de seus bens ainda depois de morto.

[...]

Baseada nesse regime, a civilização realizou coisas de que a antiga sociedade gentílica jamais seria capaz. Mas as realizou pondo em movimento os impulsos e as paixões mais vis do homem e em detrimento das suas melhores disposições. A ambição mais vulgar tem sido a força motriz da civilização, desde seus primeiros dias até ao presente; seu objetivo determinante é a riqueza, e outra vez a riqueza, e sempre a riqueza – mas não a da sociedade, e sim de tal ou qual mesquinho indivíduo. Se, na busca desse objetivo, a ciência tem-se desenvolvido cada vez mais e têm-se verificado períodos de extraordinário esplendor nas artes, é porque

sem isso teriam sido impossíveis, na sua plenitude, as atuais realizações na acumulação de riquezas.

Desde que a civilização se baseia na exploração de uma classe por outra, todo o seu desenvolvimento se opera numa constante contradição.

[...]

Quanto mais progride a civilização, mais se vê obrigada a encobrir os males que traz necessariamente consigo, ocultando-os com o manto da caridade, enfeitando-os ou simplesmente negando-os. Em uma palavra: elabora-se uma hipocrisia convencional, desconhecida pelas primitivas formas de sociedade e pelos primeiros estágios da civilização, que culmina com a declaração de que a classe opressora explora a classe oprimida exclusiva e unicamente para o próprio benefício desta. E, se a classe oprimida não o reconhece, e até se rebela, isso, além do mais, revela a sua mais negra ingratidão para com os seus benfeitores, os exploradores.⁹

Na *gens* iroquesa, Engels fundamenta a noção de comunismo primitivo, salientando como é possível uma sociedade igualitária:

Admirável essa constituição da *gens*, com toda a sua ingénuo simplicidade! Sem soldados, policiais, nobreza, reis, governadores, prefeitos ou juizes, sem cárceres ou processos, tudo caminha com regularidade. Todas as querelas, todos os conflitos são dirimidos pela coletividade a que concernem, pela *gens* ou pela tribo, ou ainda pelas *gens* entre si. Só como último recurso – raras vezes empregado – aparece a vingança, da qual a nossa pena de morte é apenas uma forma civilizada, com as vantagens e os inconvenientes da civilização. Apesar de haver muito mais questões em comum do que no presente – a economia doméstica é feita em comum por uma série de famílias e de modo comunista; a terra é propriedade da tribo e os lares só dispõem, e temporariamente, de pequenas hortas – ainda assim, não é necessária nem sequer uma parte mínima da nossa vasta e complicada máquina administrativa. São os próprios interessados que resolvem as questões; e, na maioria dos casos, costumes seculares já tudo regulam. Não pode haver pobres nem necessitados: a família comunista e a *gens* têm consciência das suas obrigações para com os anciãos, os enfermos e os inválidos de guerra. Todos são iguais e livres, inclusive as mulheres. Ainda não há lugar para escravos e, como

⁹ ENGELS, 1984: 190-200.

regra geral, não se subjugam tribos estrangeiras.

[...]

Tal era o aspecto dos homens e da sociedade humana, antes que se operasse a divisão em classes sociais. E, se compararmos a situação deles com a da imensa maioria dos homens civilizados de hoje, veremos que é enorme a diferença de condição entre o antigo e livre membro da gens e o proletário ou o camponês de nossos dias.

[...]

Não esqueçamos, todavia, que essa organização estava fadada a perecer. A tribo era a fronteira do homem, para os estranhos e para si mesmo: a tribo, a gens e suas instituições eram sagradas e invioláveis, constituíam um poder superior dado pela natureza, ao qual todo indivíduo ficava submetido sem reservas em seus sentimentos, ideias e atos. Por mais imponentes que nos pareçam, os homens de então mal se distinguiram uns dos outros; estavam, como diz Marx, presos ao cordão umbilical da comunidade primitiva. O poderio dessas comunidades não poderia deixar de ser destruído e foi destruído. Desfez-se, contudo, por influências que desde o início nos aparecem como uma degradação, uma queda da singela grandeza moral da velha sociedade gentílica. Os interesses mais vis – a baixa cobiça, a brutal avidez de prazeres, a sórdida avareza, o roubo egoísta da propriedade comum – inauguram a nova sociedade civilizada, a sociedade de classe; os meios mais ultrajantes minam e perdem a velha sociedade sem classes das gens: o furto, a violência, a perfídia e a traição. E a nova sociedade, através desses dois mil e quinhentos anos de sua existência, não tem sido senão o desenvolvimento de uma pequena minoria às expensas de uma grande maioria explorada e oprimida; e continua a sê-lo, hoje mais do que nunca.¹⁰

A desintegração da sociedade gentílica está, portanto, associada ao desaparecimento da vida comunitária e, também, à passagem do direito materno (matrilinhagem) para o direito paterno (patrilinhagem). A noção de que as comunidades primitivas seriam, muito provavelmente, regidas pelo direito materno, tornou-se célebre pela mão de Johann Jakob Bachofen (1815-1887),¹¹ que em 1861 publicou *Das Mutter-*

recht.¹² Em Bachofen se baseou Morgan e também Engels, sendo que os três autores concordam que as comunidades anteriores à civilização, o mais das vezes, seriam regidas pelo direito materno. O que significa, na prática, que as mulheres tinham igualdade de direitos e de privilégios em relação aos homens, pois eram valorizadas, e o seu contributo para a comunidade era significativo. Interpretações posteriores chegaram a avançar com a teoria de que a isto corresponderia um matriarcado, com um governo das mulheres, dando-lhes supremacia em relação aos homens; desse modo, a civilização corresponderia à transição do matriarcado para o patriarcado. Mas não é esse a tese de Bachofen, Morgan e Engels, pois o direito materno determina que a propriedade privada é comunitária – cada lote de terreno para cultivo e o espaço na cabana comum são temporários, retornando à propriedade comum da *gens* após o falecimento de cada membro. Assim, nenhum indivíduo chegava a acumular riqueza, não existindo fundamento para a desigualdade social. A noção de matriarcado, neste caso, não se aplica, na medida em que as mulheres não tinham prestígio acima dos homens, nem maior poder de decisão. A aparente primazia das mulheres era uma consequência natural de toda a economia estar centrada na vida comunitária, por serem as cabanas em si abrigos comuns, e a escala não ir além da economia doméstica. Simplesmente, enquanto predominava o direito materno, a sociedade manteve-se igualitária. Com a passagem para o direito paterno, e com a propriedade privada, surgiu a família individual, e os homens tornaram-se proprietários individuais das habitações. Nessa mudança, os membros da *gens* tornaram-se subordinados ao patriarca, e a família era, na prática, um agregado de escravos e parentes não possuidores de propriedade ou de riqueza. A esposa, legalmente inferior, foi rebaixada a empregada principal, num conjunto de empregados e de escravos ao serviço do proprietário; e a sua função era dar à luz um herdeiro do sexo masculino:

O desmoronamento do direito materno, *a grande derrota histórica do sexo feminino em todo o mundo*. O homem apoderou-se também da direção da casa; a mulher viu-se degradada, convertida em servidora, em escrava da luxúria do homem, em simples instrumento de repro-

¹⁰ ENGELS, 1984 : 106-109.

¹¹ Johann Jakob Bachofen in Encyclopædia Britannica [em linha]. Encyclopædia Britannica, inc. [consult. 2019-08-07]. Disponível na Internet: <https://www.britannica.com/biography/Johann-Jakob-Bachofen>.

¹² *Das Mutterrecht: eine Untersuchung über die Gynaiokratie der alten Welt nach ihrer religiösen und rechtlichen Natur*. Ou: «O Direito Materno: Uma Investigação Sobre a Ginecocracia no Mundo Antigo Segundo a Sua Natureza Religiosa e Jurídica».

dução. Essa baixa condição da mulher, manifestada sobretudo entre os gregos dos tempos heróicos e, ainda mais, entre os dos tempos clássicos, tem sido gradualmente retocada, dissimulada e, em certos lugares, até revestida de formas de maior suavidade, mas de maneira alguma suprimida.

O primeiro efeito do poder exclusivo dos homens, desde o momento em que se instaurou, observamo-lo na forma intermediária da família patriarcal, que surgiu naquela ocasião.

[...]

Os traços essenciais são a incorporação dos escravos e o domínio paterno; por isso a família romana é o tipo perfeito dessa forma de família. Em sua origem, a palavra *família* não significa o ideal – mistura de sentimentalismo e dissensões domésticas – do filisteu de nossa época; – a princípio, entre os romanos, não se aplicava sequer ao par de cônjuges e aos seus filhos, mas somente aos escravos. *Famulus* quer dizer escravo doméstico e *família* é o conjunto dos escravos pertencentes a um mesmo homem.

[...]

A expressão foi inventada pelos romanos para designar um novo organismo social, cujo chefe mantinha sob seu poder a mulher, os filhos e certo número de escravos, com o pátrio poder romano e o direito de vida e morte sobre todos eles.¹³

Sendo que a sociedade gentílica era, portanto, igualitária, a expressão arquitetônica que lhe corresponde é a cabana primitiva, abrigo comunitário que alberga uma fraternidade.

2 DA CABANA COMUNITÁRIA

2.1 *A habitação entre os iroqueses: Lewis Henry Morgan*

Sobre a habitação e a vida doméstica das tribos nativas norte-americanas, Lewis Henry Morgan publicou, em 1881, *Houses and house-life of the American aborigines*.¹⁴ O seu interesse em aprofundar o tema revelava-se já em *Ancient Society*, onde adianta que, no estado selvagem, as tribos habitavam em casas comunitárias e praticavam comunismo na vida doméstica. Cada cabana albergava várias famílias, podendo chegar a abrigar cento e sessenta pessoas:

¹³ ENGELS, 1984: 61.

¹⁴ *Houses and house-life of the American aborigines*; ou: «Casas e vida doméstica dos aborígenes americanos».

The house life of savages and barbarians has not been studied with the attention the subject deserves. Among the Indian tribes of North America the family was syndyasmian; but they lived generally in joint-tenement houses and practiced communism within the household. As we descend the scale in the direction of the punaluan and consanguine families, the household group becomes larger, with more persons crowded together in the same apartment. The coast tribes in Venezuela, among whom the family seems to have been punaluan, are represented by the discoverers as living in bell-shaped houses, each containing a hundred and sixty persons. Husbands and wives lived together in a group in the same house, and generally in the same apartment. The inference is reasonable that this mode of house life was very general in savagery.¹⁵

No tempo de Morgan, as tribos nativas estavam a perder gradualmente o modo de vida ancestral, por influência e pressão dos europeus, mas era possível ainda encontrar práticas e costumes herdados de tempos remotos. Com base em relatos de europeus, desde a sua chegada ao continente americano, Morgan conseguiu reconstituir os traços fundamentais comuns às diversas tribos. Não obstante os diferentes níveis de desenvolvimento material em que se encontrava cada tribo ou confederação, a habitação comunitária e a prática do comunismo era uma constante, à data dos primeiros contactos com europeus.

A primeira prática fundamental apontada por Morgan é a lei da hospitalidade. Quando um homem entrava numa cabana, quer fosse membro da tribo ou um estranho, era recebido pelas mulheres com oferta de comida. A não oferta de comida a quem entrava na cabana seria considerada uma desonra para os próprios anfitriões. Se tivesse fome, o convidado comia, se não tivesse fome, devia por cortesia provar a comida e agradecer. Isto repetia-se em cada casa onde entrasse, a qualquer hora do dia. Em última análise, esta lei da hospitalidade resultava numa equalização da subsistência, pois impedia que existisse fome e indigência numa parte da aldeia ou acampamento, enquanto houvesse abundância noutra seção da mesma aldeia ou acampamento.

Em cerca de 1837, George Catlin publicou uma obra sobre os costumes dos nativos norte-americanos, na qual descreve a vida comunitária da tribo Mandan. A aldeia principal era composta por cinquenta casas e cento e cin-

¹⁵ MORGAN, 1877: 399.

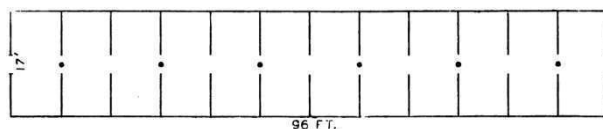
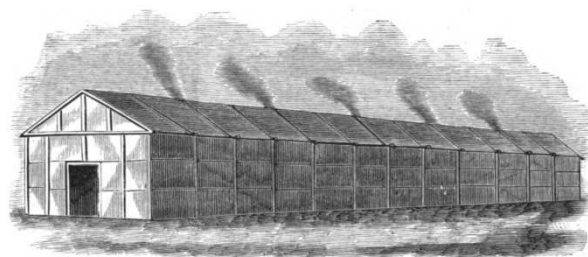
quenta pessoas, circunscrita por uma paliçada. Estava bem localizada para caçar, e também cultivavam milho, abóboras e tabaco nas suas hortas; colhiam frutos silvestres e uma espécie de nabo na pradaria. As refeições não tinham horário específico, mas os mandans tomavam cerca de duas refeições a cada vinte e quatro horas. O caldeirão onde era preparada a comida estava permanentemente sobre o fogo, e todo aquele que tivesse fome, quer fosse do agregado familiar ou de outra parte da aldeia, tinha direito a servir-se, sentando-se a comer. Catlin acrescenta que esta era uma prática recorrente entre os nativos norte-americanos. Cada homem, mulher ou criança podia entrar livremente em qualquer uma das cabanas da aldeia, até mesmo na do chefe da nação, e comer quando tivesse fome, caso o infortúnio ou a necessidade os tivesse atingido. Mesmo os mais preguiçosos que não quisessem caçar, podiam alimentar-se em qualquer uma das cabanas, embora fossem depois censurados socialmente por serem cobardes e mendigos. A descrição de Catlin confirma, assim, que a lei da hospitalidade era a prática comum entre os nativos norte-americanos, e que este sistema garantia a partilha dos alimentos armazenados por cada cabana, evitando a fome e a pobreza entre os membros de uma aldeia. A recusa em partilhar alimento, sobretudo com os mais necessitados ou os familiares, era considerado um crime desonroso para o resto da tribo.

A prática do comunismo era mantida pela participação coletiva na recolha de alimentos, pois seria insustentável se dependesse unicamente do contributo das famílias. Ou seja, embora cada família tivesse o seu próprio armazenamento, a recolha dos alimentos e a sua distribuição eram comunitárias. O cultivo das hortas, a caça de animais, a pesca, e a recolha de frutos selvagens, eram realizados em grupo, pelas diversas famílias que compunham cada cabana. O armazenamento seria comum em cada cabana, e é provável que existisse um armazenamento comum à aldeia. Deste modo, a partilha da comida entre os membros da aldeia seria igualmente comunitário, revelando a nobreza do caráter generoso dos nativos norte-americanos.

A segunda prática descrita por Morgan é decorrente da primeira – o comunismo na vida. A construção de cabanas comunitárias, e o armazenamento comum dos alimentos, foi a forma encontrada para fazer face às condições difíceis de sobrevivência, quando uma família sozinha não tinha essa capacidade. Este modo de vida comunista teve a sua expressão plena na construção da habitação – a cabana comuni-

tária, conhecida por *longhouse* (ou *long house*), literalmente «casa longa», ou «casa comprida». E a cabana definia a identidade da comunidade, o que é evidente no caso dos iroqueses, que se autointitulam *Haudenosaunee* – que significa *People of the long house*, ou «Povo da Casa Longa».

A *longhouse* iroquesa consistia numa estrutura em madeira, formada por postes, coberta por longas tiras de casca, com 9, 15, 24 ou 30 metros de comprimento, com um corredor central a todo o comprimento, uma porta em cada extremidade, e com subdivisões internas formando compartimentos a intervalos de cerca de 2 metros. Cada compartimento assim formado pelas divisórias estava aberto para o corredor central, onde se acendiam lareiras de chão, para preparar alimentos e proporcionar aquecimento, e cada quatro compartimentos tinham um fogo em comum. Estas casas albergavam 5, 10, e até 20 famílias, e usualmente cada família habitava num compartimento próprio (Figs. 1a e 1b).



Figuras 1a e 1b. Representação e planta de uma cabana comunitária (*longhouse*, ou *ho-de'-no-sote*) da tribo Seneca iroquesa. In Morgan, 1881: 119-120.

O conjunto das famílias assim reunidas sob o mesmo teto pertencia à mesma *gens*, de acordo com a matrilinearidade. As provisões de alimentos obtidas por qualquer membro da cabana, na caça, na pesca, ou no cultivo da horta, eram acrescentadas ao armazenamento comunitário. A economia doméstica era gerida por uma matriarca. A cada dia, depois de preparada a refeição nos vários caldeirões da cabana, a matriarca era chamada para fazer a divisão dos alimentos, destinando uma parte a cada família, de acordo com a necessidade de cada uma. Este modo de vida entre os iroqueses foi prática corrente até cerca do ano de 1700, e nalguns casos, até mesmo de 1800. No tempo de Morgan, a técnica construtiva ainda não estava esquecida, embora os iroqueses já não habitassem em comunidade (com a influência dos missioná-

rios, adotaram o costume de construir uma habitação individual para cada família, agrupadas entre si).

Neste contexto, as mulheres da *gens* eram predominantes na economia, pois geriam os recursos, e tinham o poder de expulsar os homens que não contribuíam com alimentos para a comunidade. Na medida em que os homens se mudavam para a *gens* da esposa após o casamento, mesmo que tivessem filhos, ou alguma riqueza, eram obrigados a pegar nos seus bens e a voltar para a sua *gens* (a *gens* da sua mãe). Mesmo os chefes podiam ser destituídos do seu cargo pelas mulheres da sua *gens*, caso elas assim decidissem. Deste modo era assegurado o contributo de todos para o armazenamento comunitário de alimentos, garantindo a sobrevivência.

Sobre cada compartimento, pertença de uma família, havia um espaço de armazenamento, que neste caso era da própria família, onde guardavam as colheitas das suas hortas individuais. Mas quando uma família ficava sem determinado alimento, como por exemplo o milho, as outras famílias forneciam milho do seu próprio armazenamento, enquanto houvesse milho suficiente para todos. Deste modo, mesmo as provisões individuais das famílias acabavam por ser comunitárias. No mesmo sentido, o resultado de cada caçada, e de cada pescaria, era pertença das famílias que participavam, mas o excedente era redistribuído pelas restantes famílias da cabana, e depois de devidamente curado, era reservado para o Inverno. Cada cabana tinha assim provisões individuais, e um armazenamento comum. E, embora a aldeia não tivesse um armazenamento próprio, o princípio da hospitalidade obrigava à partilha entre cabanas, prevenindo até certo ponto as consequências da indigência.

Morgan acrescenta exemplos de outras tribos pelo continente americano, que tinham o mesmo modo de comunismo na vida, consolidando a noção de que era ancestral e muito difundido. O que contrasta com o modo de vida individualizado da sociedade civilizada.¹⁶

3 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Engels, Friedrich. 1984. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado: Trabalho Relacionado com as Investigações de L.H. Morgan*. Coleção Perspectivas do Homem, Vol. 99. 9ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Morgan, Lewis H. 1877. *Ancient Society, or researches in the lines of human progress from savagery through*

barbarism to civilization. New York: Henry Holt and Company. archive.org/details/Morgan1877AncientSociety

Morgan, Lewis H. 1881. *Houses and House-life of the American aborigines*. Contributions to North American Ethnology, Vol. IV. Washington: Government Printing Office. archive.org/details/housesandhouse102morggoog

¹⁶ MORGAN, 1881: 63-78.

PARTE II

Da Evolução da Habitação na Europa

Introdução

A origem da habitação, na Europa, remonta aos primeiros abrigos ao ar livre, construídos por homínidos, no Paleolítico Superior. As mais antigas construções estão associadas à chegada do *Homo sapiens sapiens* (homem anatomicamente moderno) a território europeu, marcando um avanço tecnológico e cultural significativo em relação aos seus antecessores. Foi neste período, designado por Aurignaciano (40,000-36,000 a.C.), que surgiram igualmente as mais antigas estatuetas, e pinturas rupestres, de que há conhecimento na Europa.

A Pré-História, por definição, é o período que antecede a História, do qual não há qualquer relato escrito, conhecido ou compreensível – o que depende da descoberta de documentos, e da decodificação de sistemas de escrita, sejam eles logográficos (como as escritas hieroglífica e cuneiforme), silábicos (como a escrita japonesa), ou alfabéticos (escrita segmental). Na Europa, os exemplares mais antigos de literatura de que há conhecimento são a *Iliada* e a *Odisseia*, poemas épicos da autoria de Homero, escritos no alfabeto grego moderno. Não se sabe em que data terão sido escritas estas obras, (tal como não se conhece a biografia de Homero, nem existem provas concretas se existiu tal indivíduo, ou se foi ele o autor). Mas estão atribuídas ao começo do Período Arcaico grego, algures entre 750 e 675 a.C. Por dedução, presume-se que o alfabeto grego terá surgido um pouco antes, por volta de 800 a.C., a mesma época em que foram construídos os primeiros templos gregos, de escala monumental. E em 776 a.C., ocorreram os primeiros Jogos Olímpicos, que marcam o início dos calendários gregos antigos, pois segundo os próprios historiadores antigos, foi este o ano de início da primeira *olimpíada* (período de quatro anos, entre cada celebração dos Jogos Olímpicos, usado como forma de contagem do tempo).

Na mesma época, na Europa Central, começava a Idade do Ferro, com a Cultura de Halls-tatt (ca.800-480 a.C.), que se prolongaria à Cultura de La Tène (ca.480-59 a.C.), até à chegada de Júlio César e ao começo das Guerras Gálicas (58-52 a.C.). Até à expansão do Império

Romano, os povos europeus deram preferência à tradição oral, e não deixaram relatos escritos (de que haja conhecimento, ou que tenha sobrevivido até à atualidade). No decorrer do processo de romanização, o contacto com o alfabeto latino deu origem ao alfabeto rúnico, usado pelos povos germânicos a partir do século II e durante a Idade Média, mas a tradição oral permaneceu dominante. Os primeiros documentos escritos por povos não-romanos surgiram apenas após a cristianização, a partir do século V, redigidos em latim já em plena Idade Média.¹ Os únicos relatos sobre os povos europeus não-romanos até à Idade Média são de autores gregos e romanos. A mais antiga narrativa sobre o seu modo de vida e a sua cultura, foi escrita por Júlio César, como parte integrante do seu relatório de campanha *De Bello Gallico* (58-49 d.C.), sobre as Guerras Gálicas. Contudo, o carácter propagandístico desta obra lança a dúvida sobre a sua imparcialidade. O estudo etnográfico coube a Públio Tácito, nas suas obras publicadas em ca.98 a.C., *Agricola* (uma biografia do seu sogro, Governador da Britânia, onde relata a vida dos bretões, nos capítulos 10 a 13), e *Germania* (trabalho etnográfico sobre os povos dessa província, porém, baseado noutros autores e, eventualmente, em entrevistas feitas a soldados e comerciantes que efetivamente conheciam a região).

Sobre os costumes e a cultura dos povos europeus na Idade Média, a documentação é certamente mais prolífica em comparação com a época que a antecede. Sobretudo a partir de 750 d.C., tornam-se comuns os registos administrativos (na sua maioria contratos de compra e venda de imóveis, por administradores de mosteiros), e relatórios realizados pontualmente, por proprietários particulares, por determinados motivos, ou com uma finalidade específica. Estes documentos eram, essencialmente, inventários de propriedades, contendo um levantamento das quintas pertencentes aos mosteiros, de modo a legislar as rendas e os serviços que eram cobrados às famílias a quem estavam arrendadas. É com base nestes relatórios que os historiadores de hoje conseguem fazer

¹ HERLIHY, 1985: 29.

uma reconstituição da estrutura social e familiar na Idade Média.

Em relação à habitação medieval, apenas edifícios construídos em pedra sobreviveram, na sua maioria castelos, residência dos senhores feudais, uma tipologia que se tornou cada vez mais comum a partir de 950 d.C. As habitações da maioria da população, por serem erguidas com materiais perecíveis (madeira, barro, colmo, etc.), não sobreviveram. Existem alguns exemplares em pedra, a partir do século XII. Por conseguinte, a reconstituição da habitação medieval é baseada nos vestígios arqueológicos, e na comparação com as suas congêneres em pedra, relativamente mais recentes.

É, portanto, evidente que o estudo da habitação durante a Pré-História até ao final da Idade Média, se encontra muito mais sob a alçada da antropologia, do que da história. O conhecimento da habitação neste período assenta na escavação arqueológica, e na posterior análise feita pela arqueologia. Do mesmo modo, a reconstituição do seu contexto social e cultural é realizada através da comparação com povos e tribos que, ainda hoje, preservam, até certo ponto, a cultura e o modo de vida dos seus antepassados remotos. O levantamento é feito pelo trabalho de campo, por observação direta, da etnografia; a análise dos dados – a teorização – é formulada pela etnologia; e a meta-análise, que permite a comparação transdisciplinar, é levada a cabo pela antropologia,² ou pela antropologia cultural.³

Isto significa que as ideologias políticas que influenciaram a antropologia, nos últimos dois séculos, determinaram a interpretação feita dos dados recolhidos pelo trabalho de campo dos especialistas.⁴ O interesse pelas origens dos povos europeus foi ganhando relevância à medida que as nações europeias se foram dis-

² Segundo a sequência da antropologia francesa (Marcel Mauss, Claude Lévi-Strauss), para a qual as três etapas são, em sequência: etnografia, etnologia e antropologia. Atualmente, as fronteiras entre as diversas disciplinas são menos formais, e a etnografia tanto serve de base à antropologia quanto à sociologia, e é igualmente um dos ramos das ciências sociais, a par com a etnologia, a antropologia, a sociologia e a história.

³ No sistema anglo-saxónico (Franz Boas), ou *four-field-approach* (o modelo tradicional norte-americano, em voga a partir da década de 1930), a antropologia divide-se em quatro ramos: antropologia cultural, antropologia biológica, arqueologia e linguística. Neste sistema, a antropologia e a etnologia correspondem à disciplina designada por antropologia cultural (escola norte-americana), ou antropologia social (escola britânica).

⁴ NICHOLAS & HOLLOWELL, 2009: 59-62.

tanciando das monarquias absolutistas (nas quais a nação estava identificada com o monarca e a aristocracia), passando para a identificação da nação com os cidadãos que exercem os seus direitos, num regime de liberdade. Essa transição começou com a Revolução Francesa, e foi precisamente na viragem para o século XIX que nasceram as disciplinas científicas que compõem a antropologia. A legitimação dos governos novecentistas impulsionou, num crescendo, a investigação sobre o passado de cada nação. O nacionalismo liberal e progressista, da primeira metade do século XIX, influenciado pelo Romantismo, voltou-se para a cultura medieval e para a cultura popular (folclore), enquanto o nacionalismo conservador e reacionário da segunda metade do século institucionalizou essa mesma investigação, colocando-a ao serviço do racismo científico, na tentativa de comprovar a superioridade da «raça branca», o que justificaria a xenofobia, o colonialismo e o imperialismo.⁵ A historiografia da habitação tradicional foi afetada pelas correntes ideológicas, que identificaram a arquitetura vernacular (enquanto parte integrante da cultura de cada povo), com a língua e, supostamente, com a «raça». Esta complexidade sobrecarregou a arquitetura vernacular, já por si conotada com as classes mais desfavorecidas da sociedade, e com a ruralidade.

Segundo a teoria da evolução das espécies, o Homem moderno descende dos primatas, o que na visão novecentista foi associado a níveis diferentes de evolução dos seres humanos, sendo os caucasianos europeus o topo dessa cadeia. Este argumento induziu a interpretação dos linguistas, dos arqueólogos, dos etnólogos e dos historiadores, na medida em que justificava a supremacia imperialista sobre os povos colonizados pelos europeus. A estratificação global, política e social, seria, portanto, «natural».⁶

A teoria evolucionista de Charles Darwin teve um grande impacto na ideologia racial, tendo dado origem ao darwinismo social, e motivou a eugenia (o controlo social da «pureza da raça»). Inadvertidamente, contra a opinião do próprio Darwin, foi igualmente usada para justificar o racismo (a distinção social entre raças, podendo demarcar-se as «superiores» das «inferiores»), o imperialismo (a identificação da «raça superior» com a nação colonizadora e os colonizados com a «raça inferior»), o fascismo (baseado no etnocentrismo, discriminando grupos étnicos minoritários ou estrangeiros) e o nazismo (que incorporou a eugenia, o

⁵ KOHL & FAWCETT, 1995: 4-17.

⁶ GAMBLE, 1994: 5.

racismo científico, o nacionalismo e o antissemitismo).⁷

Segundo a ideologia racial novecentista, os grupos humanos de há milhares de anos ter-se-iam reproduzido com acasalamento apenas entre indivíduos aparentados por uma ascendência comum (endogamia). Assim, cada raça seria distinta das demais, apresentando características físicas próprias. Do mesmo modo, os indivíduos da mesma raça partilhariam a mesma língua, cultura, religião, costumes e identidade, formando uma nação. Caso exista na atualidade um grande número de indivíduos de uma determinada «raça humana» é porque tiveram sucesso reprodutivo; se habitam numa região diferente dos seus antepassados, então é porque ocorreu uma migração em massa.⁸

Contudo, a ideia de que existem raças humanas, finitas e biologicamente definidas e que se reproduzem a si mesmas sem nunca se terem cruzado com outras, é uma ficção do século XIX. A teoria foi desenvolvida do mesmo modo que o estudo das espécies de animais. A lógica é a seguinte: coloque-se o exemplo de uma população de raposas dos dias de hoje, que é descendente de uma congénere de há mil anos atrás; caso existam mais raposas hoje do que então, é um sucesso reprodutivo, um aumento populacional; se as raposas de hoje habitam lugares que as suas antepassadas medievais não habitavam, então ocorreu um movimento migratório. A representação da história dos povos nos últimos duzentos anos seguiu aproximadamente este modelo. As raças humanas foram, assim, tratadas como se fossem espécies, reproduzindo-se e ocasionalmente migrando em massa. A preocupação em agrupar os seres humanos por raças demonstrou não possuir qualquer base científica, tendo sido fruto da mera percepção dos intelectuais europeus, antes um fenómeno social de definição e de autodefinição. Este imaginário humano está associado a noções muito antigas de linhagem, que estão na origem dos clãs e das famílias da aristocracia, que têm subjacente a ideia de que um grupo é definido e sustentado pela sua capacidade de reproduzir-se biologicamente. Porém, quando os antropólogos começaram a estudar os clãs ainda existentes, verificaram que essas ligações ancestrais eram em grande medida fictícias. Num sistema de clãs, os homens, as mulheres e as crianças que dele fazem parte consideram-se ligados por uma origem biológica comum; na sua imaginação, acreditam que formam uma unidade por serem descendentes de um funda-

dor mitológico ou fascinante, muito remoto, que lhes confere legitimidade. Na realidade, os sistemas de clãs necessitaram reinventar-se a cada geração, ajustando-se à pressão política e moral; se é necessária a união com outro clã, a genealogia é reajustada; se ocorre uma cisão política, então é inventada uma genealogia diferente; se é desejável excluir um certo grupo social, encontra-se a justificação numa linhagem estrangeira; se é conveniente integrar um grupo social estrangeiro, imagina-se uma familiaridade ancestral remota. Numa tradição oral, os vestígios destas sucessivas reconstruções perdem-se no tempo. Se a genealogia é biologicamente verdadeira ou não, é irrelevante, pois do ponto de vista social, o mais importante é a crença na sua autenticidade, e isso é suficiente.⁹

Quando o sistema de clãs era uma entidade viva e ativa, até ao século XVIII, a sua teoria era inclusiva; o poder de um clã media-se pela sua dimensão, pelo número de indivíduos preparados para combater e, por conseguinte, a sua genealogia era suficientemente alargada para poder incluir qualquer voluntário. Com a idealização romântica do século XIX, o clã inverteu a sua lógica, tornando-se exclusivista: o recrutamento só pode ser feito dentro da própria linhagem, através da reprodução biológica, privilegiando a linhagem paterna. Pode-se resumir esta inversão de mentalidade do seguinte modo: no século XVII, um indivíduo que pertencia a um clã, era biologicamente produzido por ele, por linhagem paterna; no século XX, se um indivíduo é biologicamente produzido pelo clã, por linhagem paterna, então é seu membro.¹⁰

A ideia de evolução biológica foi também associada ao desenvolvimento tecnológico, partindo do princípio de que existia uma progressão linear no tempo, um conceito introduzido por Adam Smith, através de uma série de palestras dadas na Universidade de Glasgow, publicadas em 1763 com o título *Lectures on Justice, Police, Revenue and Arms*. De acordo com Smith, o desenvolvimento económico ocorreu em quatro etapas: primeira, a idade dos caçadores; segunda, a idade dos pastores; terceira, a idade dos agricultores; quarta, a idade do comércio. Num contexto colonialista, em pleno imperialismo britânico, estes conceitos foram aplicados aos povos de outras nações e continentes, periféricos à civilização europeia, reforçando a discriminação e o racismo. O resultado foi a identificação dos povos não europeus com os homens pré-históricos, económica e tecnologicamente pouco desenvolvidos, e, por sua vez,

⁷ CHAPMAN, 1992: 79-83.

⁸ CHAPMAN, 1992: 79-83.

⁹ CHAPMAN, 1992: 76-77.

¹⁰ CHAPMAN, 1992: 78.

biologicamente próximos dos homínidos. Em síntese, os povos periféricos à cultura europeia seriam, de acordo com esta perspectiva, «inferiores» aos europeus. E esta distinção entre «civilizados» e «incivilizados» está profundamente arraigada, remontando à época clássica (pois já assim os gregos e os romanos se referiam aos outros povos), tendo sobrevivido pela cultura medieval, até à contemporaneidade. O relato de povos que viviam à margem do mundo conhecido «civilizado», sempre lhes atribuiu uma imagem pejorativa, mesclada com a descrição de criaturas estranhas, ou fantásticas e imaginadas, que habitariam nesses lugares distantes. Deste modo, torna-se nítido como a construção da ideia do Homem pré-histórico, feita pelos primeiros cientistas europeus, não possui comprovação arqueológica ou científica suficiente, e é uma expressão das ideologias que, à época, procuravam justificação racional para a ocupação e exploração dos territórios colonizados, com recurso a violência extrema.¹¹

A construção do imaginário acerca do Homem pré-histórico, nos séculos XIX e XX, foi, o mais das vezes, usada para fins muito distantes do mero interesse científico. Mas a evolução biológica, o desenvolvimento económico e o progresso tecnológico, são apenas alguns dos parâmetros usados para justificar a violência entre os povos. O Neolítico, foi igualmente utilizado como veículo para a propaganda política e ideológica, neste caso, para alimentar o nacionalismo e a eugenia. Na realidade, a passagem do Paleolítico Superior para o Neolítico foi marcada pela introdução da agricultura, e do sedentarismo. Mas foi igualmente um período de grandes migrações, e de difusão de novas culturas oriundas do Médio Oriente e da Ásia Central, a qual está associada à dispersão das línguas indo-europeias, atualmente faladas pelos europeus modernos. Se os linguistas dos séculos XVIII, XIX e XX, se preocuparam em aprofundar o conhecimento acerca das origens dos povos europeus, para melhor os compreender, já os políticos e os ideólogos usaram o resultado das investigações para alimentar o ódio contra nações e etnias «estrangeiras».

A teoria indo-europeia foi desenvolvida a partir do século XVIII, segundo a qual a maioria das línguas europeias teria uma antepassada comum, designada por protoindo-europeu, que terá sido falada no período do Neolítico, e que será oriunda da estepe Euroasiática (que se estende do leste da Europa, passando pela Ásia central e do sul, China, e o Médio Oriente, correspondendo à Rota da Seda). Esta teoria foi

associada à ideia de que uma nação deve ser caracterizada por uma língua comum, falada por todos os que a ela pertencem. No sentido inverso, depreendeu-se que cada língua é uma nação. Assim, a genealogia das línguas tornou-se uma genealogia dos povos, das raças, das nações e das culturas. Esta identificação quase mítica entre raça, nação e linguagem, fomentou o nacionalismo dos últimos duzentos anos, e contribuiu para desencadear as duas Grandes Guerras no século XX.¹²

Por outro lado, o avanço notável das ciências no século XIX, acima de tudo, permitiu alargar a compreensão do Homem e da sua história, da sua evolução. Da ciência novecentista não ficaram apenas preconceitos falsos, pois os preconceitos verdadeiros abriram caminhos novos e fecundos. Tal como foi aprofundado na Parte I, no campo da antropologia, L.H. Morgan estudou as sociedades nativas norte-americanas e estabeleceu um paralelismo com as sociedades antigas na Europa, grega e romana. Embora sendo evidente a validade da sua tese, que ainda hoje se encontra incorporada na arqueologia e na história, o seu contributo permanece não reconhecido verdadeiramente. Nesta Parte II, a investigação reúne a informação existente nos campos da história e da arqueologia, de modo a comprovar a tese de Morgan com dados objetivos e atualizados. Ao final, é possível perceber que se confirma, a sociedade antiga estava alicerçada nas *gentes*, e cada *gens* vivia em comunidade numa cabana de grandes dimensões, uma *longhouse* semelhante à dos iroqueses, no período da história europeia que corresponde ao Neolítico. E as desigualdades sociais, manifestadas no nascimento das elites e, conseqüentemente, das classes sociais, são relativamente recentes, do final da Idade do Bronze. A propriedade privada surge entre estes dois momentos, provocando duas mudanças significativas. A primeira foi o desaparecimento gradual das habitações coletivas (as cabanas comunitárias) em várias regiões da Europa, para dar lugar à construção de aglomerados de cabanas unifamiliares, o que ocorreu no Neolítico, ou seja, com a chegada da agricultura e o começo da vida sedentária, com a concentração de bens e animais, e a posse da terra. Nas regiões onde a metalurgia do cobre desencadeou maior riqueza, como nos Balcãs e na Península Ibérica, no Neolítico Tardio, surgiram as primeiras fortificações, aglomerados de casas no topo de colinas e cercados de muros. Este pequeno passo revela a demarcação clara da propriedade privada e o começo do perigo de pilhagem e

¹¹ GAMBLE, 1994: 6-7.

¹² CHAPMAN, 1992: 16-17.

saque, que obrigou a tomar medidas defensivas. Com a metalurgia do bronze, e a intensa atividade comercial no Mediterrâneo, a Grécia tomou a dianteira no desenvolvimento tecnológico e económico, e do mesmo modo ocorreu a transição para as fortificações no topo de colinas, sobretudo em zonas mais prósperas. Ao final da Idade do Bronze, por toda a Europa a prosperidade crescente, desencadeada pelo progresso tecnológico e consequente expansão das atividades comerciais, levaram ao nascimento das elites, à formação das classes sociais, e à consolidação das desigualdades sociais. Não obstante, a partir da Idade do Ferro passou a existir dois ritmos diferentes na Europa. As tribos gregas e romanas, a partir de 800 a.C., progrediram rapidamente no sentido do aumento de complexidade, até ao ponto em que as tribos romanas se tornaram ambiciosas demais, invadindo, pilhando, conquistando e colonizando a maior parte do território europeu. Nas regiões romanizadas, as populações locais permaneceram fiéis às suas tradições e culturas, mas as suas estruturas sociais desfizeram-se, pelo menos temporariamente, sob o domínio romano. Os colonizadores romanos habitavam no território ocupado em *villae*, à parte das populações locais, enquanto estas permaneceram na sua vida quotidiana habitando em pequenos aglomerados de cabanas, pequenas aldeias com vida comunitária, como os seus antepassados nos milénios anteriores. Contudo, o domínio dos colonizadores substituiu a figura do chefe, pelo que a sociedade gentílica desfez os seus laços durante a romanização. Nos países germânicos, nunca submetidos ao domínio romano, a sociedade antiga gentílica continuou intacta, preservando-se o modo de vida comunitário, o que se manifestou na construção de cabanas comunitárias (*longhouses*) até ao final do Império Romano. Do mesmo modo, com o fim do Império Romano (formalmente em 476 d.C.), as tribos bárbaras do leste da Europa invadiram todo o território, trazendo consigo a estrutura social antiga, que se fundiu com a estrutura social romana, para gerar uma sociedade bárbara com características de ambas. Tal como foi estudado na Parte I, sobretudo por Engels, nas sociedades celtas e germânicas, a família era parte integrante da *gens*, que era a estrutura plena, divergindo da família romana, destinada a ser herdada pelo primogénito, de modo a evitar a dispersão da propriedade privada. Deste modo, com a queda do Império Romano do Ocidente, as tribos celtas romanizadas retomaram em parte as suas estruturas ancestrais, e as tribos germânicas permaneceram na sua tradição. A continuidade em relação

à sociedade antiga gentílica igualitária foi assim possível, em algumas tribos mais do que noutras, mas no final da Idade Média é ainda possível reconhecer a sua presença nos seus traços fundamentais, cujo sinal mais evidente é a habitação: a cabana. Várias cabanas formando um conjunto, mas nenhuma de uso individual ou privado, cada uma servindo uma função comunitária, em torno da principal que é o *hall*, edifício onde o chefe e a sua família pernoitam, mas que é espaço de receção a convidados e lugar de reunião de todos durante o dia. Foi apenas com o feudalismo, no final da Idade Média, que a sociedade gentílica desapareceu, com um fenómeno semelhante ao que havia ocorrido mil e quinhentos anos antes com a ocupação romana. Os senhores feudais, tal como os patrícios romanos, apoderaram-se das zonas de cultivo com recurso à violência e à pilhagem, e demarcaram-se dos demais. Mais uma vez, o sinal evidente desta mudança é a habitação: se até ao feudalismo, os chefes das tribos viviam junto da sua *gens*, a classe dominante feudal demarcou-se claramente habitando em castelos, com altas muralhas em torno, deixando de fora a restante população, que de ora em diante deixava de ser a sua *gens*, passando a ser vassalos, embora fossem todos membros das mesmas *gentes* ancestralmente. Surgiram as linhagens, o «sangue azul», e o *direito divino a governar*, por herança, e a população deixou de ter voz ativa na escolha dos seus chefes. A cabana tornou-se a habitação dos súbditos, dos pobres, dos que trabalham a terra. O *hall* comunitário tornou-se propriedade privada do senhor feudal, construído dentro das muralhas do castelo, e ninguém poderia entrar sem ser convidado. Com o Renascimento, os castelos deram lugar a palácios e mansões monumentais, e a cabana de madeira tradicional, onde vivia a população, evoluiu naturalmente para a arquitetura vernacular. Foi nesta transição que se separaram as duas arquiteturas domésticas – a vernacular e a de elite – tal como se separaram as classes sociais, e se estabeleceram as desigualdades sociais que permanecem até aos dias de hoje.

Por conseguinte, a separação entre as arquiteturas domésticas – primitiva, vernacular e de elite – é relativamente recente, e uma construção artificial. Na presente investigação, na Parte II, por uma questão de limite é estudada apenas a habitação europeia até ao início do feudalismo, incluindo o longo período de milhares de anos em que a divisão teórica entre as várias arquiteturas domésticas nem sequer é aplicável. Pelo mesmo motivo, por limitação, após o fim do Império Romano a investigação

deixa de abordar toda a Europa e concentra-se na Grã-Bretanha, por dois motivos: era necessário reduzir o estudo a uma só região, e os historiadores e arqueólogos britânicos são os mais empenhados desde há duzentos anos, em sistematizar e aprofundar a sua arquitetura doméstica. Por outras palavras, a opção deve-se à riqueza da historiografia desenvolvida pelos historiadores britânicos.

Na Parte II que se segue, a estrutura formal é a da história, que atualmente incorpora o conhecimento da arqueologia. A clareza da sequência dos vários tipos de habitação poderá parecer evidente, mas foi resultado de um exercício demorado, pois a habitação em si não constitui um sector de interesse autónomo, sendo para o historiador e para o arqueólogo uma parte integrante de um todo, que é uma determinada época e o seu modo de vida. Porém, a esta estrutura básica, é acrescentado o conhecimento da genética moderna; o resultado que se pretende é inverter os preconceitos falsos herdados do passado, que induziam no sentido do racismo, da xenofobia e do nacionalismo. A genética atual demonstra, sem esforço, que todos os europeus partilham o mesmo *pool* genético, ou seja, de certo modo pertencem todos às mesmas *gentes*. A história genética dos europeus também permite tornar claro que não existem etnias no sentido biológico, ou seja, a identificação entre território, língua, cultura e genética é uma ficção, sendo que apenas se pode afirmar que a identificação da língua com a cultura é uma construção social. Ao contrário do que acreditavam os europeus há cem anos, não existem várias «raças humanas», nem «raças puras», pois as migrações na Europa foram regulares, o fluxo de populações foi constante e a permanência num determinado território pode moldar a memória ancestral e a cultura local, mas não interfere com a genética individual. Os contributos genéticos de cada etapa da Pré-História europeia revelam o quanto os europeus são próximos, e como não existem nacionalidades para a biologia. Também ajudam a compreender como as diferenças na aparência individual são relativamente recentes, e uma mera adaptação ao meio ambiente. E tornam evidente como as migrações trouxeram para a Europa sucessivamente novo progresso tecnológico, que desencadeou maior riqueza e concentração de propriedade privada. Ao final, as desigualdades sociais não possuem nada de natural, nem de biológico.

Mas não é apenas fundamental conhecer o evolucionismo pelo seu carácter fundador na ciência que já foi produzida, como é igualmente importante para sedimentar a noção de que a

arquitetura também evolui. Pois a ideia de que a arquitetura evolui permitiu aos primeiros modernistas, na viragem de 1900, compreender que a etapa seguinte de evolução da arquitetura, sobretudo da habitação, teria de ser obrigatoriamente uma continuidade (ou um salto qualitativo) em relação à arquitetura vernacular, e não em relação à arquitetura clássica ou de elite. A história da evolução natural da arquitetura é a história da arquitetura vernacular, no mesmo sentido em que a evolução natural da sociedade tem origem na sociedade gentilícia, cuja herança é a sociedade democrática. A arquitetura da elite é uma sequência artificial de estilos, que se sucedem no tempo, mas que não nascem da necessidade, nem da adaptação do ser humano ao seu meio ambiente; do mesmo modo que a aristocracia, a monarquia, e a escravidão, são artificios impostos ao povo, e um desvio da evolução natural da sociedade.

Foi esta linha de raciocínio que levou ao corte com o ensino das Belas-Artes, na medida em que a história da arquitetura se tornou obsoleta para os arquitetos modernistas – pois é a história da arquitetura da classe dominante, é a história dos estilos, da produção artificial de códigos que não correspondem à vida da população na sua maioria. A prova de que este raciocínio dos modernistas era verdadeiro, foi o sucesso por eles obtido, pois a habitação dos nossos dias segue as pisadas das suas obras, quer pela continuidade, quer pela contestação. Da arquitetura burguesa historicista, e da arquitetura vernacular em si mesma, não restaram seguidores. E isso é *evolução*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Chapman, Malcolm. 1992. *The Celts: The Construction of a Myth*. New York: St. Martin's Press.
- Cunliffe, Barry (Ed.). 1994. *The Oxford Illustrated Prehistory of Europe*. Oxford, New York: Oxford University Press.
- Gamble, Clive. 1994. «The Peopling of Europe 700,000-40,000 Years before the Present». In Cunliffe, Barry (Ed.) (1994), 5-41.
- Herlihy, David. 1985. *Medieval Households*. Studies in Cultural History. Cambridge, Massachusetts, USA; London, England: Harvard University Press.
- Kohl, Philip L. & Fawcett, Clare (EE.). 1995a. *Nationalism, Politics and the Practice of Archaeology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Kohl, Philip L. & Fawcett, Clare. 1995b. «Archaeology in the Service of the State: Theoretical Considerations». In Kohl, Philip L. & Fawcett, Clare (EE.) (1995a), 3-18.
- Nicholas, George & Hollowell, Julie. 2009. «Ethical Challenges to a Post-colonial Archaeology: The Legacy of Scientific Colonialism». In Hamilakis, Yannis & Duke, Philip (EE.) (2009), 59-82.

Capítulo 5

Da Habitação do Paleolítico à Idade do Bronze

Das Origens ao Paleolítico. As origens dos europeus modernos. Os abrigos temporários paleolíticos. – O Mesolítico. A reocupação pós-glacial do Mesolítico. A herança genética do Mesolítico. As cabanas mesolíticas. – O Neolítico Antigo e Médio. A dispersão da agricultura:8000-5000 a.C. A marca genética do Neolítico. A habitação neolítica: as primeiras casas. As casas de adobe e taipa do sudeste europeu. As casas de madeira do centro-norte europeu. – O Neolítico Tardio e a Idade do Cobre. A consolidação regional: 5000-2000 a.C. As casas do Neolítico tardio. As casas da cultura megalítica. As casas da Idade do Cobre. – A Idade do Bronze. Bronze Antigo: a língua protoindo-europeia, 3000-1600 a.C. Bronze Médio e Recente: o nascimento das elites, 1600-800 a.C. O contributo genético da Idade do Bronze. A habitação na Idade do Bronze. *Longhouse* (planta retangular). *Roundhouse* (planta circular). Povoações e fortificações. Povoações gregas do Neolítico à Idade do Bronze.

1 DAS ORIGENS AO PALEOLÍTICO

1.1 *As origens dos europeus modernos*

O povoamento da Europa por humanos anatomicamente modernos (*Homo sapiens sapiens*) ocorreu no período entre 42,000 e 40,000 a.C., por grupos oriundos de África. Seguiu-se a gradual extinção do seu antecessor, o Homem de Neandertal (*Homo neanderthalensis*). O estudo do genoma dos europeus revela que as mais antigas linhagens de ADN mitocondrial (ADNmt) pertencem aos haplogrupos U5 e U8, que surgiram há cerca de 50,000 anos atrás na Europa. A datação das origens do haplogrupo U5 permite restringir a colonização do continente europeu ao período 50,000-35,000 a.C., e constatar que a densidade populacional humana foi relativamente baixa nos 30,000 anos seguintes.¹ De modo sucinto, a subdivisão do ADNmt de todos os homens modernos terá ocorrido há 120-197,000 anos atrás, a separação entre africanos e não-africanos, há 62-95,000 anos (haplogrupo L3, do qual todos os não-africanos são descendentes), o haplogrupo U remonta a 44-61,000 anos atrás, e o haplogrupo U5, que está na origem dos europeus modernos, terá surgido há 23-37,000 anos.²

A colonização da Europa pelos humanos modernos está associada aos vestígios arqueológicos da cultura Aurignaciana (40,000-36,000 a.C.), considerada a primeira cultura moderna da Europa. Esta revolução marcou a transição

do Paleolítico Médio para o Paleolítico Superior (Fig. 1).³

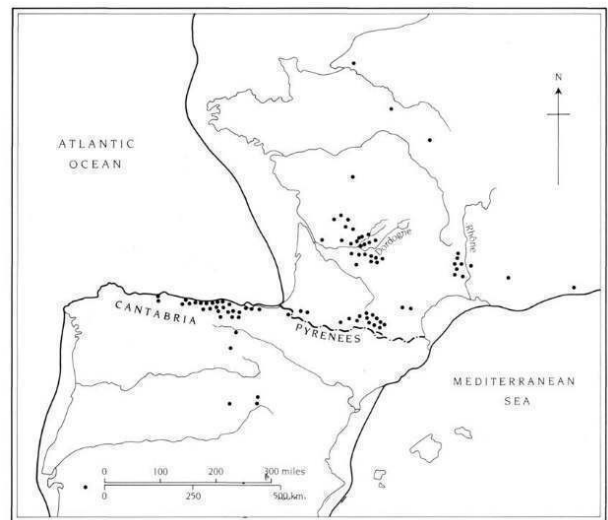


Figura 1. Distribuição das principais ocorrências de arte rupestre, em cavernas ou em abrigos na rocha, do Paleolítico Superior (cultura Chatelperroniana, 45,000-40,000 a.C.). A linha de costa reflete o nível do mar durante a Era do Gelo, mais baixo do que o atual, durante o qual era possível a travessia pedonal para a Grã-Bretanha. In Mellars, 1994: 74.

Esta ligação entre os dois fenómenos – a chegada dos homens anatomicamente modernos à Europa e a cultura Aurignaciana – foi deduzida pelos arqueólogos, e validada pela datação de fósseis por radiocarbono.⁴ Em contraste com os escassos aglomerados anteriores do Homem de Neandertal, os deste período são de maiores dimensões, tanto em cavernas e

¹ SOARES et al., 2010: 174-183.

² FU et al., 2013: 553-559.

³ CAVALLI-SFORZA, 1994: 256.

⁴ MELLARS, 2006: 167-182.

abrigos na rocha, como em acampamentos ao ar-livre, dos quais existem vestígios nas planícies da Europa central e do Leste (Fig. 2).

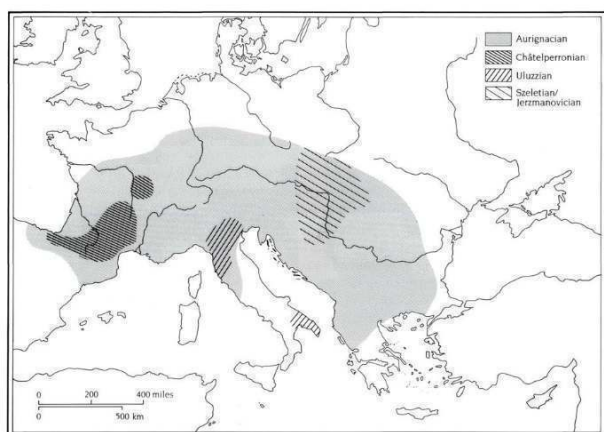


Figura 2. Distribuição geográfica das principais culturas e indústrias na Europa, no começo do Paleolítico Superior (c.30,000-40,000 AP). A cultura Aurignaciana estendeu-se por um território mais extenso, na Europa central e de Leste, enquanto as culturas Chatelperroniana, Uluzziana e Szeletiana (indicadas a tracejado), eram mais localizadas, provavelmente representando uma continuidade de anteriores indústrias do Paleolítico Médio/Neandertal. In Mellars, 1994: 56.

No período entre 26,000 e 18,000 a.C., ocorreu o Último Máximo Glacial, durante o qual as temperaturas atingiram os valores mais baixos. Devido ao congelamento de uma grande quantidade de água, o nível do mar era nesta altura muito inferior ao atual, o que na prática significa que as Ilhas Britânicas estavam unidas ao continente Europeu.⁵ O norte da Europa ficou coberto por uma imensa camada de gelo (incluindo as Ilhas Britânicas, com a exceção do sul da Inglaterra), e as populações que residiam nessa região até ao período da cultura Gravetiana, foram-se deslocando para sul, deixando o norte quase despovoado.⁶ Os diversos grupos que se deslocaram para sul, concentraram-se num número reduzido de aglomerados (ou refúgios do Último Máximo Glacial).⁷ A população europeia permaneceu nestes refúgios durante os milhares de anos seguintes, situados em zonas que não ficaram cobertas de gelo, como foi o caso das penínsulas do sul: Ibérica (Portugal e Espanha), Itálica (Itália continental) e Balcânica (Albânia, Bósnia e Herzegovina, Bulgária, Croácia, Grécia, Kosovo, Macedónia,

⁵ SIMMONS, 2004: 7-9.

⁶ VERPOORTE, 2009: 77-85.

⁷ Tradução do original em inglês: *LGM refugia (Last Glacial Maximum refugia)*. Estes refúgios abrigaram não só os humanos, mas igualmente a fauna e a flora.

Montenegro, Roménia, Sérvia, Eslovénia e Turquia Europeia).⁸

1.2 Os abrigos temporários paleolíticos

O Paleolítico Superior foi coincidente com o Último Período Glacial (110,000-10,000 a.C.), o que obrigou os humanos a viverem em condições extremamente adversas. Desta fase existem diversos sítios arqueológicos, com vestígios dos abrigos construídos pelos humanos. Em alguns destes assentamentos foram encontradas marcas no solo, buracos de postes de madeira, formando um desenho circular ou oval, indicando uma estrutura de corta-vento ou uma cabana (Fig. 3).



Figura 3. Reconstituição de um abrigo provisório (de Verão) de caçadores de renas do Paleolítico, segundo o original encontrado em Poggenwisch, Ahrensburg, Hamburgo (Alemanha), de 12,700-12,500 a.C., no *Archäologische Freilichtmuseum Oerlinghausen* (Museu Arqueológico ao Ar-livre Oerlinghausen).

Algumas são semienterradas no subsolo, organizadas em torno de uma lareira central. Em regiões onde a madeira não estava disponível, foram usados grandes ossos de mamute (Fig. 4).

⁸ PINHASI, 2012: 496-505.

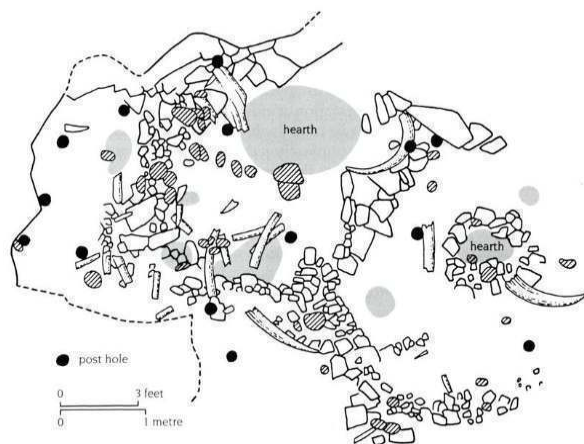


Figura 4. Implantação de uma cabana com estrutura circular, do início do Paleolítico Superior, da cultura Châtelperroniana, na Grotte du Renne, em Arcy-sur-Cure (França central), 33,000-34,000 AP. In Mellars, 1994: 63.

Em assentamentos mais recentes, da cultura Gravetiana (29,000-22,000 a.C.), tais como os de Dolní Věstonice e de Pavlov (na República Checa), e de La Vigne Brun (na França), a concentração de cabanas de diversos tipos, em uso, no mesmo lugar, indica que eram compostos por vários agregados familiares, o que representa um grau de complexidade sem precedentes conhecidos. A densidade populacional terá aumentado. Os vestígios de enterros cerimoniais elaborados de alguns indivíduos, encontrados em Dolní Věstonice, sugere que terá ocorrido uma divisão da autoridade e uma consequente estratificação social.⁹

2 O MESOLÍTICO

2.1 A reocupação pós-glacial do Mesolítico

No fim do Último Período Glacial, a partir de 15,000 a.C., ocorreu um aquecimento global e uma consequente melhoria climática. O aumento das temperaturas fez recuar o manto de gelo que cobria o Norte da Europa, e o derretimento dos glaciares fez subir o nível do mar, modificando as linhas de costa. As populações de caçadores-recolectores, concentradas nas zonas de refúgio dispersaram-se, recolonizando a Europa. As zonas de estepe da Europa central e do norte ficaram cobertas por uma densa floresta, reduzindo drasticamente a fauna que as povoavam, e provocando a extinção das espécies dos animais de grande porte, como o rinoceronte-lanudo, o mamute e o alce-gigante. A paisagem do norte da Europa, que até então

era dominada por espécies de árvores tolerantes ao frio, tais como a bétula, o álamo-tremedor, o salgueiro e o zimbro, modificou-se. Com o aumento da temperatura, o pinheiro e a aveleira, que já abundavam em regiões do sul, expandiram-se para norte, seguidos por espécies de clima temperado, como o carvalho, a tília e o ulmeiro. No sul da França e na Península Ibérica, a floresta já era predominante durante a Era do Gelo, e composta pelo pinheiro e pelo zimbro; com o degelo, o pinheiro alastrou para as zonas de maior altitude, enquanto nas terras baixas o carvalho se tornou predominante.¹⁰ Por volta de 7000 a.C., a distribuição dos tipos de vegetação era já semelhante à atual (embora a composição das espécies tenha continuado a sofrer alterações).¹¹

O período que abrange a recolonização pós-glacial, até à introdução da agricultura na Europa no Neolítico, por volta de 10,000 a.C., é designado por Mesolítico. A população mesolítica do período pós-glacial era formada por caçadores-recolectores, em continuidade com os seus antepassados paleolíticos. Por conseguinte, as suas atividades de subsistência dependiam inteiramente da recolha do que a natureza oferecia. As florestas pós-glaciais do noroeste europeu tornaram-se propícias à abundância de novas espécies de fauna, tais como o veado-vermelho, a corça, o gado selvagem e o javali selvagem, muito apreciados pelos caçadores-recolectores. A população europeia no seu todo, neste período, estima-se que não tenha ultrapassado os 100,000 habitantes. Para as Ilhas Britânicas, calcula-se que o número tenha oscilado entre os 2750 e os 5500.¹²

2.2 A herança genética do Mesolítico

A análise do genoma europeu valida a tese de que os grupos humanos se terão concentrado em refúgios durante o Último Máximo Glacial, tendo-se dispersado no período seguinte para repovoar o norte da Europa, mas apontam para um processo muito complexo de diversas expansões durante o período pós-glacial, dentro da Europa no sentido sudoeste-nordeste, mas também do Médio Oriente para a Europa, na direção de sudeste para noroeste. A reduzida densidade populacional permitiu que os grupos do Mesolítico tivessem um *efeito fundador*, ou seja, formassem a base do *pool* genético da região onde se estabeleceram por serem os pri-

⁹ MELLARS, 1994: 42, 62-65, 75-78.

¹⁰ MITHEN, 1994: 79-86.

¹¹ ROBERTS, 2004: 127.

¹² TOLAN-SMITH, 2004: 144-150.

meiros a colonizá-la. Contudo, a questão não é linear, pois as regiões recolonizadas possivelmente nunca terão sido totalmente despovoadas, e os resultados obtidos da população moderna podem ser distorcidos por sucessivas migrações, mais recentes do que é estimado. Desta complexidade, é possível apenas apontar para uma proximidade entre haplogrupos e áreas geográficas, que permitem dar suporte às hipóteses baseadas nos vestígios arqueológico.

Em geral, a população paleolítica, até à recolonização pós-glacial, é identificada com uma frequência muito elevada do ADNmt haplogrupo U, estando o subgrupo U5, associado à população da cultura Gravetiana.¹³ O haplogrupo U5 é de origem europeia muito remota (23-37,000 anos A.P.), e tinha uma frequência de 65% entre os caçadores-recolectores do Mesolítico (tem ainda hoje uma frequência de 7% entre os europeus modernos). Este haplogrupo subdividiu-se por volta de 27,000 a.C., durante o Último Máximo Glacial, nos haplogrupos U5a e U5b, um fenómeno que terá ocorrido nos refúgios das Penínsulas do sul (Balcãs, linha de costa do Mediterrâneo e Pirenéus), de onde se dispersaram para a restante Europa durante a recolonização pós-glacial.¹⁴

O haplogrupo ADNmt HV, cuja origem é atribuída ao Médio Oriente, subdividiu-se em H e em V. O haplogrupo H surgiu no Médio Oriente há 23,200-28,400, e dispersou-se posteriormente para a Europa, há 19,200-21,400 anos. Este haplogrupo, terá entrado na Europa antes (ou durante) o Último Máximo Glacial, sofrendo uma redução na diversidade devido à contração populacional, e expandido no período pós-glacial.¹⁵ O haplogrupo V terá surgido no sudoeste europeu, há cerca de 13,000 anos, tendo elevada frequência entre os habitantes do País Basco e da Catalunha, bem como entre os Berberes do norte de África, e atinge os 40% entre os lapões (ou povo Sami, residente na Lapónia); é virtualmente ausente entre os habitantes do sudeste europeu e do Médio Oriente.¹⁶ Ambos os haplogrupos se dispersaram durante a recolonização pós-glacial, sendo a dispersão do haplogrupo H coincidente com a expansão da cultura Gravetiana. Por sua vez, a dispersão do haplogrupo V é coincidente com a expansão da cultura Magdaleniana (15-10,000 a.C.), ao qual remontam as grutas decoradas de Lascaux e Altamira, situadas no refúgio Franco-Cantábrico. Este movimento de dispersão terá

ocorrido no sentido de sudoeste para nordeste (a partir do Península Ibérica em direção à Península Escandinava), o que é indicado pela filogenia e pela distribuição geográfica dos sub-haplogrupos H1 e H3, cuja dispersão remonta há 12,000-14,000 anos A.P.¹⁷ A teoria da dispersão a partir do refúgio Franco-Cantábrico está assente, em grande medida, na hipótese de que a população do País Basco possui um *pool* genético moderno diretamente descendente dos seus antepassados paleolíticos, cujo sinal mais evidente é a sua língua pré-indo-europeia (a *Euskara*).¹⁸ Contudo, alguns estudos mais recentes têm contestado esta teoria, apresentando resultados que não evidenciam uma distinção entre a população basca e os restantes europeus, gerando controvérsia.¹⁹

Qualquer que tenha sido a direção dos movimentos de dispersão, a recolonização pós-glacial foi o maior contributo para o *pool* genético²⁰ europeu moderno. O ADNmt haplogrupo H é o mais característico do continente europeu, com uma frequência de 40% a 60%, na Europa ocidental e do norte. Os haplogrupos V, H1, H3, H5 e U5b1, oriundos do sudoeste da Europa (refúgio Franco-Cantábrico), ter-se-ão dispersado para as regiões do oeste, centro e norte, em dois eixos principais: um eixo Atlântico em direção à Noruega, e um eixo da Europa central em direção à Península Escandinava (Finlândia, Noruega, Suécia e Norte da Dinamarca).²¹

2.3 As cabanas mesolíticas

Dos abrigos construídos durante o Mesolítico permaneceram apenas vestígios, geralmente buracos de postes no solo, e a marca da presença humana é confirmada pelos utensílios e pelos depósitos de detritos domésticos, nomeadamente dos animais consumidos. Com base nos sítios arqueológicos, e por comparação com exemplos atuais de populações que constroem de modo semelhante, tem sido possível erguer reconstituições, ao longo das últimas décadas, sob a orientação de especialistas de diversas áreas, em museus ao ar-livre de vários países da Europa (Figs. 5a – 5b). Em zonas costeiras, como no litoral português, as comunidades mesolíticas deixaram grande quantidade de

¹³ FU et al., 2013: 553-559.

¹⁴ MALYARCHUK et al., 2010: e10285.

¹⁵ RICHARDS et al., 2000: 1251-1276.

¹⁶ TORRONI et al., 1998: 1137-1152.

¹⁷ PEREIRA et al., 2005: 19-24.

¹⁸ CAVALLI-SFORZA, 1994: 276.

¹⁹ GARCÍA et al., 2011: 37-45.

²⁰ *Pool* genético, ou fundo genético, é a totalidade dos genes presentes numa determinada população, num determinado momento.

²¹ SOARES et al., 2010: 174-183.

conchas de moluscos. O maior sítio arqueológico da Europa fica em Concheiros de Muge, Salvaterra de Magos (Santarém, Portugal).²²



Figuras 5a – 5b. Reconstituição de um abrigo mesolítico no Steinzeitpark Dithmarschen (Parque da Idade da Pedra de Dithmarschen), no Archäologisch-Ökologisches Zentrum Albersdorf (Centro Arqueológico-Ecológico de Albersdorf), em Schleswig-Holstein (Alemanha), durante a construção e depois de concluído.

No Concheiro da Moita do Sebastião (c.7080-7350 AP), foram encontrados sessenta e um buracos de poste, formando um semicírculo voltado para sul, do que parece ter sido um abrigo corta-vento. A cobertura seria eventualmente composta por juncos e caules, e possivelmente barro, e são perceptíveis zonas para cozinhar, de armazenamento e para dormir, abrigando uma família de oito a dez pessoas. Esta estrutura é semelhante à que foi encontrada em Mount Sandel, na Irlanda (c.8960-8440 AP). Os abrigos mesolíticos mais bem preservados são da cultura de Lepenski Vir (c.7750-6250 AP), na Sérvia, onde grupos de caçadores-recolectores se tornaram sedentários (Fig. 6).



Figura 6. Proposta de reconstrução de uma cabana em Lepenski Vir, no vale do Danúbio (Sérvia), uma das mais bem preservadas do Mesolítico. In Mithen, 1994: 104.

Situadas no vale do Danúbio, as estruturas têm uma planta trapezoidal, com o lado maior voltado para o rio, e com dimensões entre os cinco e trinta metros quadrados. Os pavimentos são de gesso calcário duro, delimitados por buracos de poste, onde estariam enterrados toros de madeira que suportavam a cobertura. No interior, ao centro do pavimento, uma cova retangular delineada por pedras de calcário, marca o sítio onde a lareira era acesa.²³

3 O NEOLÍTICO ANTIGO E MÉDIO

3.1 *A dispersão da agricultura: 8000-5000 a.C.*

Por volta de 9500 a.C., terminou o Plistoceno (vulgarmente conhecido por Idade do Gelo), dando início ao Período Holocénico, a fase interglaciária que ainda hoje decorre. As temperaturas na Europa aumentaram com relativa rapidez, e cerca de 7000 a.C. alcançaram valores semelhantes aos do século XX, chegando mesmo a ultrapassá-los nos milénios seguintes. As linhas de costa atingiram a configuração atual em c.5000 a.C.²⁴ Esta fase de aquecimento ocorreu em períodos diferentes, consoante a região: nas Ilhas Britânicas em 6000-4500 a.C., e na Europa Setentrional em 4000-2500 a.C. Por volta de 7400 a.C., as Ilhas Britânicas tornaram-se insulares (separadas da Europa continental por mar). O recuo da camada de gelo que cobria grande parte da Península Escandinava permitiu o povoamento da região norte, por grupos mesolíticos de caçadores-recolectores (um dos quais chegou aos dias de hoje – os Sami, ou lapões, residentes na Lapónia, que

²² ZILHÃO, 2004: 164-166.

²³ MITHEN, 1994: 79-86, 102-105.

²⁴ ROBERTS, 2004: 126.

abrange o norte da Finlândia, da Suécia, da Noruega e da Rússia).²⁵

No final do Mesolítico, c. 10,500 a.C., desenvolveu-se a agricultura e a pastorícia, na região norte do Levante (Síria, Turquia e a Cordilheira de Zagros, no Iraque), conhecida por Crescente Fértil. Na região das primeiras vilas agrícolas (Jericó, Abu Hureyra e Jarmo), grupos de caçadores-recolectores domesticaram as plantas locais (como o trigo e a cevada), e os animais, (como as ovelhas e as cabras), o que levou à sedentarização. Por volta de 7500 a.C., a agricultura expandiu para a Anatólia (atual Turquia), e daí foi introduzida na Europa, através de pequenos grupos de agricultores que migraram para a Grécia. As semelhanças entre a cultura de ambas as regiões revelam que correspondiam a uma mesma civilização neolítica, sendo a colonização da Grécia um polo periférico, partilhando a mesma indústria, cerâmica e modo de construir habitações. Provavelmente, a maioria, senão mesmo todos, os habitantes neolíticos da Grécia eram emigrantes oriundos da Anatólia. As plantas por eles cultivadas, e os animais que possuíam, não tinham antecedentes naquela região, mas eram comuns na Anatólia, demonstrando que foram importados. A Grécia foi esparsamente povoada durante o Mesolítico, possivelmente apenas pontualmente habitada por grupos de caçadores-recolectores, o que indicia que a chegada dos agricultores do Médio Oriente terá sido um processo pacífico. Não existe certeza quanto ao motivo deste movimento de expansão da agricultura para a Europa (que em biologia corresponde à teoria das «ondas de avanço»), mas terá provavelmente sido desencadeado pelo aumento demográfico provocado pela sedentarização, o acúmulo de riqueza e a conseqüente desigualdade social, que terá pressionado grupos periféricos a procurarem uma melhor qualidade de vida numa região mais longínqua. Assim sucessivamente, a população expandiu-se em sentido radial, desde o Médio Oriente, para a região do Mar Egeu e, posteriormente, para os Balcãs e ao longo da costa do Mediterrâneo.²⁶

A expansão da agricultura por toda a Europa foi um processo que demorou três mil anos, de cerca de 7000 a 4000 a.C. Após a chegada dos primeiros agricultores do Médio Oriente à Grécia, a cultura e a tecnologia neolíticas (a agricultura, a pastorícia e a cerâmica) foram adotadas pelos grupos de caçadores-recolectores mesolíticos autóctones das proximidades, e gradualmente foram sendo transmitidas para as

populações da Península Balcânica, dando origem às culturas de Starčevo–Kőrös–Criş (c. 6200-4500 a.C.; incluindo três aglomerados: Starčevo na Sérvia; Kőrös na Hungria; e Criş na Roménia).

A difusão prosseguiu também para Oeste, ao longo da costa do Mediterrâneo. Por volta de 7000 a.C., grupos de agricultores estabeleceram-se no sul da Itália e na Sicília, por via marítima. A expansão em direção ao sul da França, da Espanha e de Portugal terá sido igualmente por via marítima, mas não existem sítios arqueológicos suficientes que o comprovem, possivelmente por terem sido submersos pela subida do nível do mar. Os emigrantes oriundos do Médio Oriente transportaram consigo as plantas e os animais domesticados, mas a adaptação cultural das populações autóctones foi lenta e gradual, e sobretudo seletiva, na medida em que as comunidades de caçadores-recolectores, que habitavam e sepultavam os seus mortos em cavernas, continuaram a fazê-lo do mesmo modo, embora adotando a cerâmica, e algumas plantas e animais domesticados. O processo parece ter sido abrandado devido a um modo de vida pré-existente bem enraizado. Contudo, os achados arqueológicos até à data nestas regiões são demasiado escassos e pontuais para permitir fundamentar uma teoria.²⁷ O processo de neolitização ao longo da costa do Mediterrâneo só começou a tornar-se evidente na zona central por volta de 5900 a.C., coincidindo com a cultura da Cerâmica Impressa, e a oeste, até à Península Ibérica, em c.5500 a.C., com a cultura da Cerâmica Cardial, sendo a primeira o resultado da migração da Península Itálica, e a segunda, da adaptação das populações locais a essa nova economia.

Nos séculos seguintes, a neolitização continuou a ser heterogênea, nalgumas localidades coexistindo assentamentos de caçadores-recolectores mesolíticos com aldeias de agricultores, noutras excluindo-se mutuamente.²⁸ O processo de neolitização avançou pelo interior da Península Ibérica, através da circulação de bens e mercadorias, e alcançou o norte da Espanha (vale do rio Ebro) e a Beira Interior (Portugal), em 5300-5200 a.C., a Cantábria (em c.4900-4400 a.C.), a Galiza e o norte de Portugal, (Trás-os-Montes e Alto Douro, c.4750 a.C.). No período de 5000-4500 a.C., a agricultura era prática corrente no norte da Península Ibérica, tanto na zona de maior densidade populacional (vale do rio Ebro e Cantábria), como nas aldeias de pequena dimensão dispersas pelo

²⁵ SIMMONS, 2004: 7-9.

²⁶ RUNNELS, 2004: 218-225.

²⁷ WHITTLE, 1994: 149-154.

²⁸ GUILAINE & MANEN, 2007: 21-51.

norte de Portugal e da Galiza. Neste contexto, por volta de 4300 a.C., surgiu a arquitetura Megalítica, que se tornou abundante em 4000-3900 a.C., não por importação de outra região, mas como resultado de uma nova cultura que emergiu do processo de neolitização.²⁹

A prática da agricultura chegou à Europa central muito depois de ter sido introduzida no Mediterrâneo, mas a sua dispersão foi, em comparação, muito mais rápida. Do núcleo neolítico balcânico de Starčevo–Kőrös–Criş surgiu a cultura da Cerâmica Linear³⁰, por volta de 5700 a.C., que do norte da Hungria se expandiu ao longo do Danúbio para a República Checa, a Eslováquia, o centro e o sul da Polónia, a Áustria e o sul da Alemanha.³¹

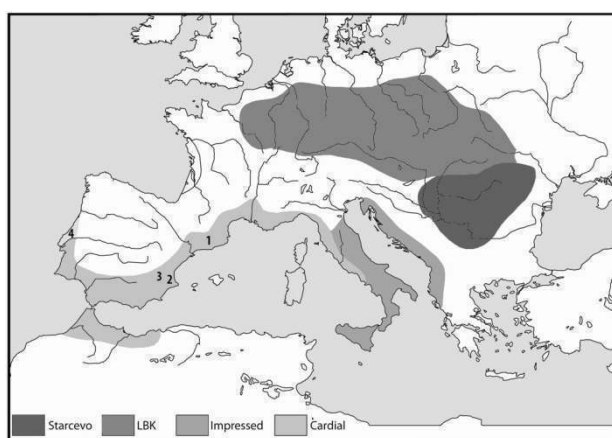


Figura 7. Distribuição das culturas do Neolítico (6,000-5,500 a.C.): Starčevo–Kőrös–Criş (Starčevo), Cerâmica Linear (LBK), Cerâmica Impressa (Impressed), e Cardial. Adaptado de OLALDE et al., 2015: 3132-3142.

Durante um período de sete a oito séculos, a cultura LBK difundiu práticas anteriormente desconhecidas na Europa central, como a agricultura, a pastorícia, a cerâmica e a construção de casas com carácter permanente. A população migrante parece ter sido autossuficiente, tendo coabitado com os autóctones de modo geralmente pacífico, mas progressivamente tornando-se mais violento à medida que se expandia para oeste, possivelmente pelo confronto com grupos autóctones que dominavam previamente as propriedades mais férteis, no leito de rios. Na sua fase tardia, a cultura LBK expandiu ao longo do vale do Reno, até ao norte da Alemanha e da França, e ao sul da Bélgica e da

Holanda, atingindo a região de Paris por volta de 4900 a.C.³²

Em síntese (Fig. 7), a agricultura foi introduzida na Europa através da Grécia, de onde irradiou em duas direções: para oeste, ao longo da costa do Mediterrâneo, numa primeira etapa para a Itália e a Sicília (cultura da Cerâmica Impressa), e daí para o sul de França, Espanha e Portugal para os Balcãs (cultura da Cerâmica Cardial); e para norte, em direção aos Balcãs (Starčevo–Kőrös–Criş), de onde posteriormente se expandiu para o centro da Europa (cultura da Cerâmica Linear).

A questão que se coloca, e para a qual os arqueólogos procuram a resposta há um século, é em que medida a dispersão da agricultura na Europa se deu através da migração de grupos oriundos da Anatólia (modelo de difusão démica) ou através da transmissão de conhecimento (modelo de difusão cultural). O modelo de difusão démica está assente na teoria de que a sedentarização crescente, no Médio Oriente, originou um aumento populacional, o que por sua vez gerou maior produção de alimentos e o crescimento demográfico, tendo por último induzido a expansão territorial, impulsionando vagas migratórias para a Europa.³³ O modelo de difusão cultural propõe que os primeiros agricultores trouxeram consigo animais e plantas domesticados, e que a sua tecnologia foi adotada pelos grupos autóctones que assim se tornaram sedentários, difundindo a agricultura em larga escala através da comunicação com outras comunidades mesolíticas.³⁴

3.2 A marca genética do Neolítico

O estudo do genoma europeu tem dado um contributo para o conhecimento sobre a difusão da agricultura na Europa. A marca genética dos primeiros agricultores, pioneiros oriundos do Médio Oriente, está presente no *pool* genético europeu moderno, pelo que o modelo de difusão démica (dispersão da agricultura através do movimento de populações) está validado até certo ponto. A marca genética dos primeiros agricultores oriundos da Anatólia está associada à elevada frequência do ADNmt haplogrupo N1a, comum no Médio Oriente, mas ausente nas populações mesolíticas. A dispersão da agricultura foi igualmente associada ao ADN-Y sub-haplogrupo G2a, nomeadamente ao longo

²⁹ ARIAS, 2007: 53-71.

³⁰ Do original em alemão: *Linienbandkeramische Kultur*. Em inglês: *Linear Pottery Culture*, abreviada para LBK.

³¹ WHITTLE, 1994: 154-157.

³² KEELEY & GOLITKO, 2004: 259-266.

³³ AMMERMAN & CAVALLI-SFORZA, 1984: 63-84.

³⁴ WHITTLE, 1996: 4-9.

da costa do Mediterrâneo, estando ainda presente em baixa frequência por toda a Europa, e com elevada frequência nas populações modernas do Cáucaso, centro e sul da Itália e da Sardenha.³⁵

A análise de ADN antigo de indivíduos oriundos de um cemitério da cultura LBK (5500-4900 a.C.), na Alemanha, revelou uma elevada frequência do ADNmt haplogrupo N1a, associado com os grupos neolíticos que migraram do Médio Oriente, mas que atualmente apresenta uma frequência muito baixa (0.2%). A afinidade das populações da cultura LBK com as populações do Médio Oriente é elevada, enquanto a sua afinidade com as populações de caçadores-recolectores mesolíticas vizinhas, ou com os europeus atuais, é mínima, o que indica uma descontinuidade genética. Estes resultados demonstram que os primeiros agricultores da Europa central possuíam afinidade com a população da Anatólia, embora fossem em número reduzido, pois a frequência do haplogrupo N1a foi diluída para os valores mínimos atuais. A probabilidade indica que os caçadores-recolectores mesolíticos terão adotado o seu conhecimento e a sua tecnologia, tornando-se agricultores sedentários, mas sendo em muito maior número, diluíram a frequência do haplogrupo N1a para os valores mínimos atuais. No mesmo sentido, a proximidade genética entre as populações da cultura LBK e as da Anatólia indica a formação de um primeiro assentamento nos Balcãs (correspondente à cultura de Tarçevo-Körös-Criş, na Sérvia, Hungria e Roménia atuais), que gradualmente se dispersou em direção à Europa central nos milénios seguintes.³⁶

No mesmo sentido, outro estudo revelou que a dispersão genética indica uma primeira descontinuidade da Anatólia para os Balcãs (apontando para uma primeira vaga migratória nesse sentido), e uma segunda descontinuidade dos Balcãs em direção à Europa central (o que corresponde ao raio de expansão da cultura LBK na sua fase tardia). Em contraste com a elevada frequência do haplogrupo N1a dos indivíduos da cultura LBK, os seus vizinhos caçadores-recolectores mesolíticos apresentam uma composição do ADNmt quase exclusivamente pelo haplogrupo U (80% de frequência), nomeadamente pelos haplogrupos U4 e U5, que são virtualmente inexistentes na composição genética dos indivíduos da cultura LBK. Esta elevada frequência do haplogrupo U é consistente com as populações europeias do Paleolítico Superior e do Mesolítico, indicando que as populações

vizinhas à cultura LBK eram descendentes do refúgio do Último Máximo Glacial da Península Balcânica.³⁷

Na Península Ibérica, o haplogrupo N1a está virtualmente ausente da população neolítica, revelando que não há afinidade com a população do Médio Oriente, o que significa que a introdução da agricultura na Espanha e em Portugal terá sido maioritariamente um fenómeno de difusão cultural. A população ibérica neolítica apresenta afinidade com a atual, ou seja, elevada continuidade genética. Em suma, do ponto de vista da análise genética, a dispersão da agricultura na Europa não terá sido uniforme, nem um fenómeno migratório único, mas antes um processo complexo, gradual e composto por diversas vagas migratórias. Na Grécia, nos Balcãs e no Mediterrâneo central, terá predominado o modelo de difusão démica, pela migração de grupos oriundos do Médio Oriente que aí se instalaram. Na Europa central e na Península Ibérica, a transição para a agricultura e o sedentarismo terá seguido, predominantemente, o modelo de difusão cultural.³⁸

3.3 *A habitação neolítica: as primeiras casas*

A adoção da agricultura pelos grupos nómadas de caçadores-recolectores mesolíticos, representou a transição dos abrigos em cavernas, na rocha e os acampamentos, para as primeiras habitações solidamente construídas, o sinal mais evidente da sedentarização. Os agrupamentos de casas deram origem às primeiras aldeias e vilas, como Nea Nikomedeia, com 50 a 100 casas, e uma população estimada em cerca de 250 habitantes. Embora algumas casas tenham sobrevivido parcialmente, da maioria das habitações pré-históricas restam apenas as fundações, sejam os contornos das paredes de barro ou de pedra, os furos de postes e de estacas, ou os vestígios dos detritos domésticos revelando sinais de ocupação humana. Não obstante, diversos museus ao ar-livre dispõem hoje de reconstituições, edifícios construídos no final do século XX, que fazem uma aproximação ao que se pensa hoje que terão sido os originais de há milhares de anos.

A configuração em planta das casas europeias neolíticas varia desde as circulares (que eram frequentes nos abrigos temporários mesolíticos e, posteriormente, em algumas comunidades do Mediterrâneo e do Atlântico); as qua-

³⁵ SZÉCSÉNYI-NAGY, 2015: 20150339.

³⁶ OLALDE et al., 2015: 3132-3142.

³⁷ HAAK et al., 2010: e1000536.

³⁸ SAMPIETRO et al., 2007: 2161-2167.

drangulares e retangulares (usuais no sudeste europeu); e as retangulares oblongas (*longhouses*, casas comunitárias, as habitações correntes na Europa central, setentrional, ocidental e do nordeste).³⁹ Contudo, estas são tendências gerais, que não são uma regra, pois existem exemplos de casas circulares nos Balcãs e de casas retangulares no Mediterrâneo; na Escandinávia existem casas circulares e retangulares; nas Ilhas Britânicas as primeiras casas eram circulares, as posteriores eram retangulares, e numa fase tardia, as casas retangulares eram usadas pela elite no sul da Inglaterra, para se demarcar das casas circulares de uso corrente.⁴⁰

3.4 As casas de adobe e taipa do sudeste europeu

As primeiras casas, na Grécia e nos Balcãs, tinham planta quadrangular ou retangular, com um comprimento entre 6 a 8 metros, até um máximo de 12 metros (Fig. 8). A maioria tinha uma só divisão, com uma lareira de chão ao centro, embora algumas estivessem subdivididas internamente em dois aposentos. Ao centro, tinham uma lareira de chão.⁴¹

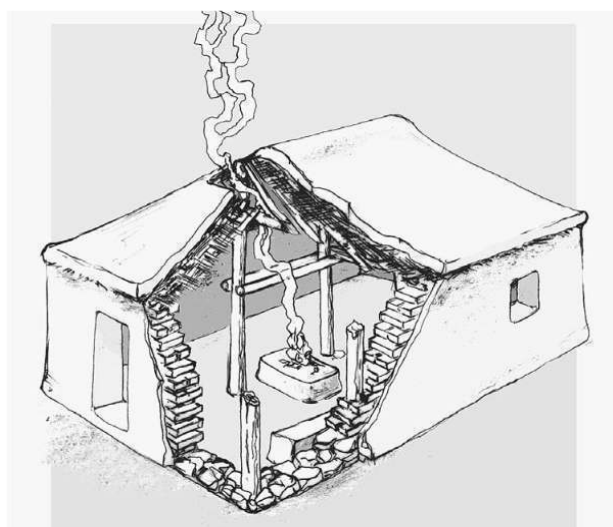


Figura 8. Casa típica do Neolítico, construída com fundações de pedra, paredes de tijolo de barro, e telhado de madeira coberto por argila. In Runnells, 2004: 222.

³⁹ *Long-house or long house – A long communal dwelling, especially of the Iroquois, typically built of poles and bark (...)*. In *The American Heritage: Dictionary of the English Language*, 3rd Edition. Não possui tradução para português. É equivalente a: *Maloca – Habitação índia onde se alojam várias famílias*. In *Dicionário infopédia da Língua Portuguesa*, Porto Editora.

⁴⁰ MCINTOSH, 2006: 132.

⁴¹ No original em inglês: *hearth*.

Cada casa tinha um forno, umas no interior, em outras estava adossado a uma parede exterior, lateral ou tardoz. Numa fase tardia, por volta do quinto milénio a.C., as casas eram idênticas mas maiores. Algumas foram construídas com fundações de pedra, e outras com paredes de amplas tábuas de madeira, por vezes subdivididas em dois ou três aposentos, e há exemplos de casas que tinham caves, e de casas com pisos superiores, acessíveis por uma escada de mão. O sistema construtivo era de dois tipos: de taipa de mão, com paredes suportadas por uma estrutura vertical de postes de madeira e vime, cobertas de argamassa feita de palha e argila (Fig. 9); ou de adobe, sem estrutura de madeira (Fig. 10).⁴²

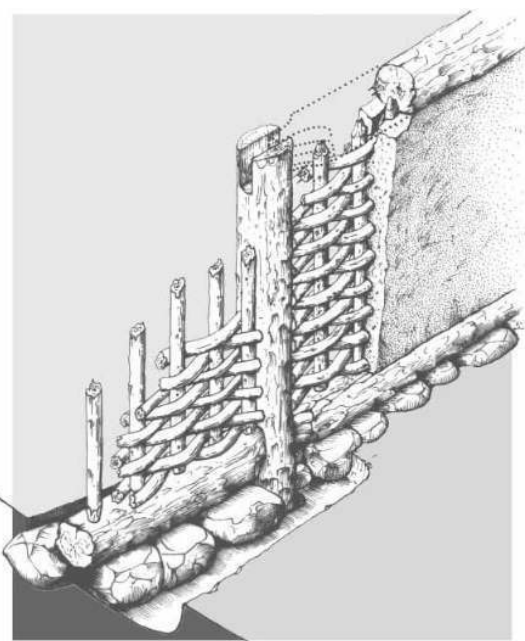


Figura 9. Reconstrução de uma parede de taipa (com pilares e vigas de madeira, estrutura das paredes com entrelaçado de vime, e preenchimento de argila). In Perlès, 2003: 189.

Desde a Grécia aos Balcãs e mais tarde até ao sul da Península Ibérica, as casas eram construídas com recurso ao barro e à argila, geralmente misturadas com palha, estrume, pelo de animais e palha (ou outra fibra vegetal) que proporcionasse dureza e elasticidade. A mistura era transformada em tijolos de adobe ou aplicada como taipa de mão. A argila era também utilizada para construir as lareiras (de chão), vasilhas de armazenamento, prateleiras, bancos e os fornos. O barro era igualmente utilizado como argamassa, nas juntas entre os tijolos de adobe. Os pavimentos das casas eram de terra batida ou apenas cobertos com argila. O barro era o

⁴² PERLÈS, 2003: 186-199.

principal constituinte da argamassa, em algumas regiões, sendo formado por 60% de terra, 30% argila e 10% de cascalho; noutras, apenas argila e cascalho. Era utilizada para cobrir as paredes, criando uma superfície dura, resistente, e à prova de intempéries. Podia ainda ser aplicada uma camada de cal, tornando-a mais duradoura e dando-lhe um aspeto atraente. O solo argiloso era obtido nas imediações das casas, e o fosso resultante era utilizado posteriormente para depositar os detritos domésticos ou como sepulturas. Algumas das casas tinham as paredes interiores pintadas. O pavimento podia ser de terra batida, coberto com argila ou com tábuas de madeira. A cobertura era de colmo, de duas águas, apoiadas nas vigas da estrutura de madeira, à semelhança das casas no resto da Europa. A cumeeira do telhado era suportada por uma viga longitudinal, assente numa fileira de pilares centrais. Parte das casas na região do Egeu, e mais tarde na costa do Mediterrâneo, tinham cobertura plana, com vigamento horizontal de madeira coberto por vime e taipa ou adobe.⁴³

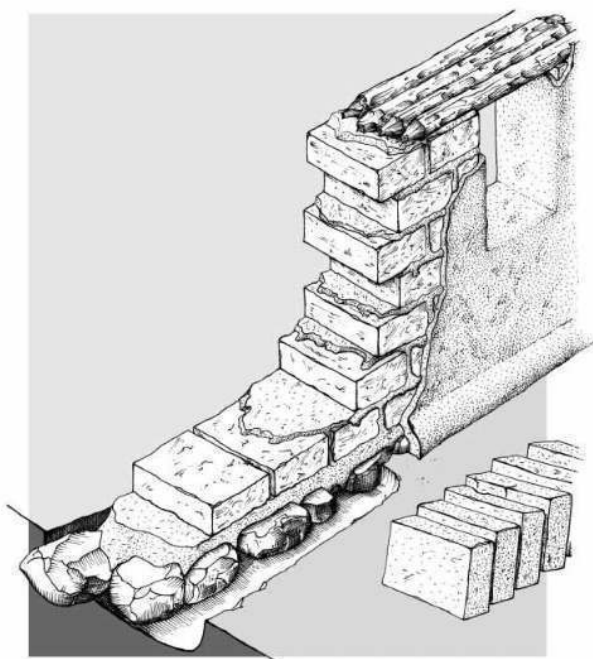


Figura 10. Reconstrução de uma parede de adobe (tijolos de barro amassado e argamassa nas juntas). In Perlès, 2003: 190.

O modo de ocupação não é conhecido com exatidão, mas as evidências sugerem que em cada casa habitaria um agregado familiar, cuja vivência estava centrada na lareira. As casas isoladas eram raras; na sua maioria estavam agrupadas, como em Nea Nikomedeia (Macedónia), onde seis casas estão em torno de um

edifício central, de maior dimensão, que eventualmente seria um santuário. Um dos maiores assentamentos reúne mais de sessenta casas, em Karanovo I (Bulgária). Os mortos eram sepultados na proximidade da casa, aparentemente um gesto que lhe conferia importância. Algumas aldeias da Grécia, da Bulgária e da Sérvia apresentam sinais de terem sido habitadas em diversas fases distintas, com períodos de abandono intercalares ao longo de séculos, dando origem a um *tell* (colinas formadas pela sobreposição dos materiais depositados pela ocupação humana, sobretudo na construção de casas).⁴⁴

3.5 As casas de madeira do centro-norte europeu

As primeiras *longhouses* surgiram com a cultura da Cerâmica Linear (LBK), desde os Cárpatos (nos Balcãs), à Suíça, Holanda, norte da França, Polónia e parte da Escandinávia. Foram construídas como prática corrente a partir do Neolítico, e continuaram a estar em uso nos países germânicos após o fim do Império Romano. Eram estruturas maciças de madeira, com planta retangular alongada, de piso térreo (Fig. 11).



Figura 11. Reconstrução de uma *longhouse* (*maison longue*) do Neolítico (5600-2100 a.C.), no Parc Archéologique Asnapio, em Villeneuve-d'Ascq (França). Com 37,2 metros de comprimento, 10,5 de largura, e 7 de altura, podia albergar cerca de cinquenta pessoas.

As paredes eram preenchidas com vime, por vezes parcial ou totalmente com tábuas, e cobertas de argila, escavada de fossos nas imediações. As coberturas eram acentuadamente inclinadas, para escoar a chuva e a neve, e tinham empenas (parte superior da parede exterior que fecha o vão formado pelas duas águas da cobertura) e beirais (parte do telhado que avança além das paredes exteriores, de modo a

⁴³ MCINTOSH, 2006: 128-135.

⁴⁴ WHITTLE, 1994: 139-140.

fazer de goteira, protegendo da humidade). Tinham em geral 10 a 30 metros de comprimento, e 5 a 7 metros de largura (Figs. 11 e 12). No interior, três fileiras de postes de madeira, de diâmetro considerável, suportavam o telhado e dividiam a casa em alas, por sua vez subdividida em compartimentos, por divisórias internas. Uns serviram para dormir, outros para armazenar comida e utensílios, ou para realizar atividades. Por vezes, uma das extremidades da casa servia para albergar o gado, e a oposta teria um sótão para guardar os cereais, que assim permaneceriam secos (Fig. 13). A lareira de chão estava ao centro da casa (podendo ser mais de uma), e ao seu redor certamente realizava-se a preparação de alimentos, embora seja uma reconstituição especulativa, na medida em que os vestígios das atividades realizadas no interior são escassos.⁴⁵



Figura 12. Reconstituição de uma *longhouse* (*maison longue*) do Neolítico (c.4000 a.C.), no Archéodrome de Beaune, Bourgogne (França), do tipo danubiano.

O uso da madeira na construção das *longhouses* é o resultado natural da abundância de florestas nas regiões ocupadas pela cultura LBK. Pelo mesmo motivo, esta tipologia foi adotada maioritariamente pelos povos da Europa central e do norte, durante os milénios seguintes. Este tipo de casa exigia um grande esforço da parte de pequenos grupos, no abate e transporte das árvores, e na sua construção. As de maior dimensão podiam albergar dezenas de pessoas, e eram casas comunitárias. Onde uma *longhouse* era construída, em geral não existiam mais do que uma ou duas nas imediações, à exceção de pequenas construções para albergar oficinas, pois acolhiam uma família alargada (várias gerações e parentes em diversos graus, por laços de sangue ou de matrimónio)

que formava uma unidade económica, na prática, uma tribo.

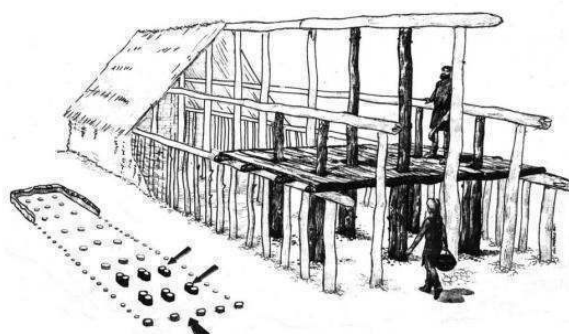


Figura 13. Reconstituição de uma *longhouse* da cultura LBK, Segundo desenho de Gilles Tosello. A partir das fundações, que são o único vestígio arqueológico sobrevivente, é possível reconstituir a estrutura na totalidade, através da espessura e da disposição dos pilares.

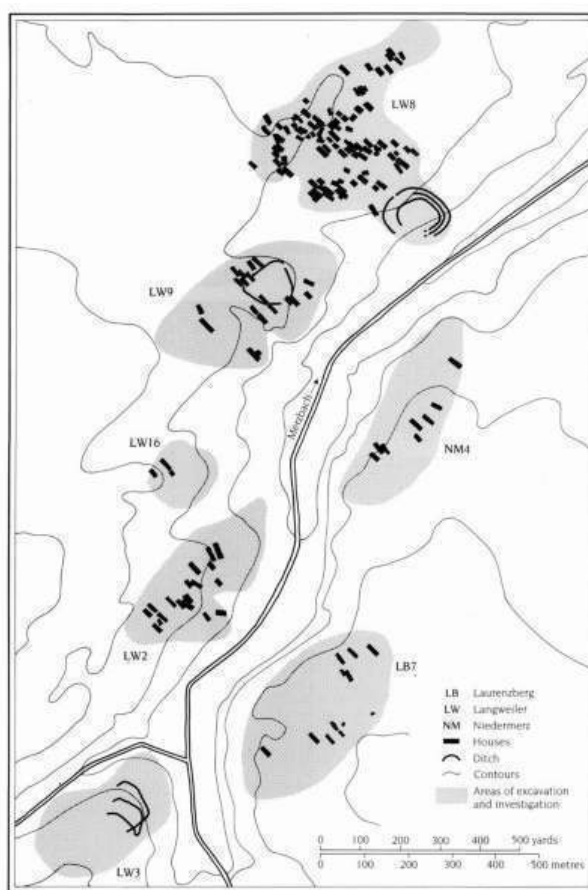


Figura 14. Distribuição das *longhouses* da cultura LBK, no sítio arqueológico de Langweiler, no vale de Merzbach, em Aldenhovener (Alemanha). As várias casas assinaladas não correspondem a assentamentos contemporâneos, mas antes à totalidade fundações que foram encontradas, de catorze períodos de reocupação sucessivos, entre 5300 e 5000 a.C. A maior concentração foi em LW8, onde o número de habitações em cada época não ultrapassava as 7-9 unidades; nos restantes núcleos, a média era 1-2 casas. In Whittle, 1994: 160.

⁴⁵ MCINTOSH, 2006: 136.

Contudo, no tipo de assentamento mais usual, as casas possuíam uma dimensão variável, entre 12,5 a 25 metros de comprimento, e estavam dispostas a uma certa distância umas das outras, formando uma aldeia. A casa de maior dimensão seria uma sala de convívio, ou um santuário, e as restantes, em torno, seriam habitações unifamiliares. O tempo de duração de cada casa seria de duas ou três gerações, após o qual eram reparadas ou substituídas por uma construção nova nas imediações. Nesta altura, ainda não se usavam cercas ou vedações. Nas margens dos rios, as casas dispunham-se em banda, com espaços intercalares de 50 a 100 metros (Fig. 14).⁴⁶

A estrutura era formada por pilares de diâmetro considerável, cravados no solo em furos até certa profundidade, com fundações de pedra na base. Em terrenos pantanosos, onde o solo não era firme, acrescentava-se um fundo de soleira ou um travejamento, assente no solo ou semienterrado, para consolidar a estrutura. Em reconstruções atuais, verificou-se que uma estrutura assim construída era suficientemente robusta para manter os pilares na vertical, podendo estar apenas pousada sobre o solo, sem necessidade de fazer fundações (e, nesse caso, não teria deixado vestígios arqueológicos). Entre os pilares a estrutura das paredes era construída com vime, geralmente de aveleira, amieiro ou salgueiro, sendo as hastes colocadas na vertical e enterradas no solo, e as varas flexíveis na horizontal, formando um entrelaçado. Esta estrutura entrelaçada era utilizada também para fazer as divisórias interiores, mas nas paredes exteriores era revestida com uma camada espessa de argila, pelo interior e pelo exterior. A cobertura era formada por um telhado de colmo, de duas águas, com uma inclinação entre os 45 e os 55 graus. Era usada palha, urze ou juncos, em feixes (atados pelo meio), colocados sobre o vigamento da cobertura, bem apertado para ficar condensado.⁴⁷

4 O NEOLÍTICO TARDIO E A IDADE DO COBRE

4.1 *A consolidação regional: 5000-2000 a.C.*

Após a dispersão da agricultura pela Europa de leste, central e ocidental, seguiu-se a sua expansão para as Ilhas Britânicas e a Península Escandinava, onde o Neolítico teve início por volta de 5000 a.C., embora seja considerado em

termos genéricos Neolítico tardio por ser uma etapa integrante de um processo mais abrangente de difusão de um modo de vida sedentário. No sudeste europeu e na Península Ibérica, onde a neolitização era já um processo em andamento, surgiu a tecnologia necessária para trabalhar o metal, sendo esta fase conhecida por Idade do Cobre, ou Calcolítico.

Este período foi marcado por uma segunda revolução económica, com a descoberta de novas formas de aproveitamento dos produtos gerados pelos animais domesticados durante o seu tempo de vida, tais como o leite (para beber, ou fabricar manteiga e queijo), a lã (para a tecelagem) e o seu poder de tração (para lavar os campos). Os animais domesticados já eram valorizados pelo alimento e pela pele que proporcionavam quando do seu abate, mas a partir de então tornaram-se uma propriedade que era sinónimo de riqueza e de abundância, contribuindo para os primeiros sinais de acentuada desigualdade social. A invenção da roda foi associada ao poder de tração dos animais, que passaram a ser utilizados para puxar carroças, transportando mercadorias e pessoas com maior facilidade. Do mesmo modo, o arado foi adaptado para ser puxado por bois, lavrando a terra com maior rapidez e menos esforço, aumentando exponencialmente a produção agrícola. Os campos de cultivo tornaram-se mais amplos, aumentando a desmatação. Terrenos mais duros podiam agora ser cultivados, quando anteriormente os agricultores estavam limitados às áreas mais férteis de solo facilmente arável. Consequentemente, cada agregado familiar viu assim multiplicada a sua capacidade de trabalho e de produção, tornando-se capaz de gerar mais alimentos e riqueza.

A economia foi também impulsionada pela experiência acumulada ao longo de séculos pelos agricultores, que desenvolveram meios para lidar com a incerteza e com os imprevistos, diminuindo os riscos. Esta estabilidade económica permitiu que a atenção das populações se voltasse menos para a preocupação com a sobrevivência imediata, e se voltasse para aspetos mais simbólicos. Se em épocas anteriores, as culturas europeias eram em número reduzido, e abrangiam um vasto território (em grande medida uniformizando-o), no Neolítico tardio proliferaram as diferenças regionais, em consequência da estabilização e da consolidação das comunidades sedentárias de agricultores. A relação com o lugar e com o território fortaleceu-se, o que é manifesto no investimento feito na construção de túmulos, sobretudo na cultura megalítica. No mesmo sentido, tornou-se cada vez mais importante a filiação e a con-

⁴⁶ WHITTLE, 1994: 156-157.

⁴⁷ MCINTOSH, 2006: 129-131.

sequente ligação a um determinado agregado familiar, na medida em que o território se tornou propriedade privada, que podia ser herdada pela descendência.

Foi durante esta fase que as últimas comunidades mesolíticas de caçadores-recolectores se tornaram sociedades agrícolas, à exceção das regiões mais remotas a norte, e do caso singular da zona entre a costa da Suécia e a ilha da Gotlândia, no mar Báltico, onde a adoção da agricultura sofreu um retrocesso, sendo temporariamente abandonada para regressar à economia assente na exploração dos recursos marinhos. No sudeste europeu e na Península Ibérica, surgiu o uso do cobre e do ouro, sobretudo aplicados em adornos pessoais, símbolos de estatuto e de poder, um prenúncio do nascimento das classes sociais, um fenómeno que viria a consolidar-se na fase seguinte, na Idade do Bronze.

As rotas comerciais também se desenvolveram, e estabeleceram-se entre territórios mais distantes, o que foi tornado possível pela domesticação do cavalo em c.4500 a.C., na Estepe Pôntica (região que se estende desde o norte do mar Negro ao Cazaquistão ocidental, ligando a Europa e a Ásia). Contudo, a equitação permitiu a violência, pois facilitou a pilhagem de aldeias por salteadores de aldeias distantes, sobretudo ávidos de roubar gado, o que é visível nos sinais de violência encontrados nos restos mortais das sepulturas da época. O acúmulo de campos de cultivo e de animais domésticos também contribuiu para a cobiça desses bens, desencadeando o conflito entre vizinhos ou parentes, pela definição dos limites de propriedade. A competição e a ganância lançaram os indivíduos na luta por vantagens económicas e sociais, gradualmente contribuindo para a desigualdade social hereditária.⁴⁸

4.2 *As casas do Neolítico tardio*

O aspeto mais marcante deste período é a diversidade no tipo de assentamentos, surgindo um crescente número de variantes regionais, ou seja, surgiram os primeiros sinais de cultura (e de arquitetura) vernacular. Não obstante, as comunidades não ultrapassavam a dimensão da aldeia ou da vila, sendo que na Europa as primeiras cidades surgiram vários milénios depois, no final da Idade do Ferro. Nestas aldeias não existiria ainda nenhuma figura de autoridade, um chefe da tribo, na medida em que a sua reduzida dimensão não o exigiria, exceto em

situações pontuais, nas quais algum líder informal se destacaria. As evidências arqueológicas não apontam para qualquer hierarquia social evidente.

A característica mais relevante do Neolítico tardio é, sem dúvida, a «sacralização do lugar», através da construção de sepulturas e cemitérios marcando a paisagem, ou pela deposição de oferendas em zonas pantanosas. Dezenas de milhares de túmulos foram construídos, erguendo blocos maciços de pedra, incluindo dólmenes (ou antas) e *tumuli* (ou mamoaes). O megalitismo surgiu sobretudo ao longo do eixo atlântico, incluindo Portugal, Espanha, Irlanda, Escócia e País de Gales, e estendeu-se até à França, Holanda, norte da Alemanha e sul da Suécia.

Na Europa central, o início do Neolítico tardio está associado às culturas de Lengyel e de Rössen, c.4800-4700 a.C., e a sua fase final é marcada pela introdução da metalurgia do bronze, em c.2200 a.C. Na Hungria, o mesmo período é identificado com a Idade do Cobre, em c.4700-4600 a.C. Nesta região, a ordenha de leite (de vaca, de cabra e de ovelha) foi introduzida em c.5000 a.C.; em 4000 a.C. surgiu o cavalo domesticado e, em 3500 a.C., a arte equestre e as carroças; em 4000-3500 a.C. foi introduzido o arado. Em 3500-3000 a.C., estavam igualmente presentes a metalurgia do cobre e a produção de lã.

Os assentamentos da cultura Lengyel (Hungria, Eslováquia e República Checa) variavam em dimensão, e surgiram principalmente em locais de maior altitude, em contraste com a preferência pelo leito dos rios em vales, do começo do Neolítico. Da mesma cultura, no norte-centro da Polónia, as aldeias eram formadas por um agrupamento residencial de maior dimensão, rodeado por agrupamentos satélite menores. Outros assentamentos de maior dimensão ocupavam 20 a 30 hectares, como na Morávia e na Áustria. As casas das culturas Lengyel e Rössen eram *longhouses*, algumas retangulares (em continuidade com a primeira fase do Neolítico), outras com planta trapezoidal (Fig. 15). As casas Lengyel trapezoidais variavam entre os 15 e os 40 metros de comprimento, e os 6 a 10 metros de largura. No período de 3500-3000 a.C., as aldeias de maior dimensão desaparecem em grande parte, não se conhecendo exatamente o motivo. Com estes assentamentos de menor dimensão, surgiu nesta altura o costume de erguer uma cerca em torno da aldeia, bem como de construir fossos e paliçadas, embora nem sempre estivessem associados necessariamente à proteção ou à guerra, podendo desempenhar uma função ritual ou

⁴⁸ BOGUCKI, 2004b: 313-314.

simbólica. O mesmo é indicado pelos rituais fúnebres da mesma altura, estando os homens sepultados com machados e pontas de setas, sugerindo conflitos bélicos.⁴⁹

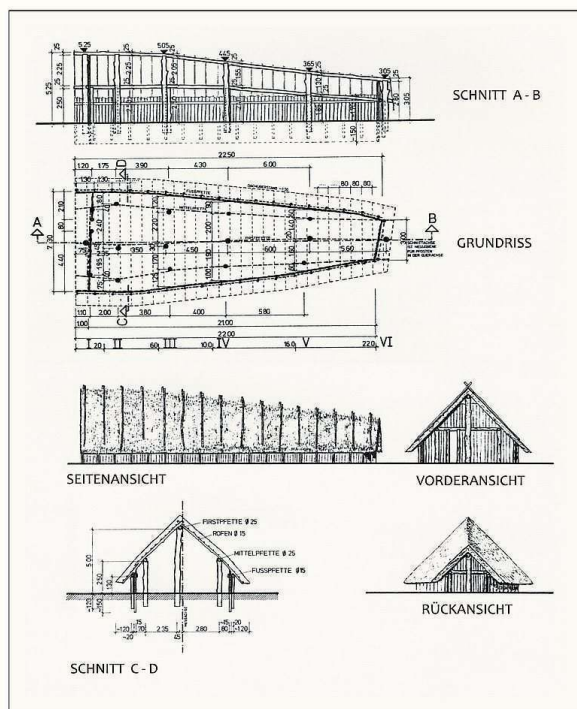


Figura 15. Projeto de reconstrução de uma *longhouse* da cultura Rössen (c.4350 a.C.), para o *Archäologische Freilichtmuseum Oerlinghausen* (Museu Arqueológico ao Ar-livre Oerlinghausen), Alemanha.

No norte da Alemanha e no sul da Península Escandinava, a agricultura foi adotada no período de 4100-3400 a.C., estando associada à cultura *Trichterrandbecher* (Funnel Beaker). A transição foi muito gradual, sendo resultado da adaptação das comunidades mesolíticas autóctones. Por conseguinte, a continuidade foi acentuada, adotando a agricultura e a pastorícia, mas mantendo o estilo de vida de caçadores-recolectores, com características de ambas as sociedades (Fig. 16).⁵⁰

Na região dos Alpes, surgiu um tipo de assentamento lacustre, aldeias soerguidas nas imediações de lagos, sujeitas a inundações regulares, formadas por conjuntos de 6 a 10 habitações de madeira, assentes em palafitas (Fig. 17). Encontram-se agrupamentos deste género, do Neolítico e da Idade do Bronze, nas regiões próximas do lago de Constança (Suíça, sul da Alemanha), mas também em outros grandes lagos e zonas pantanosas na Bavaria, norte da Itália, nordeste da França, Áustria oci-

dental, Eslovénia, Croácia, Albânia e Grécia.



Figura 16. Reconstituição de cabanas neolíticas no *Steinzeitdorf Kussow* (Aldeia da Idade da Pedra de Kussow), em Damshagen (Mecklemburgo-Pomerânia Ocidental, Alemanha). O museu ao ar-livre está na proximidade de um centro megalítico, recriando um assentamento da época.

A construção de palafitas não se verificava apenas em zonas sujeitas à subida do nível da água, mas também em regiões pantanosas, para ultrapassar as dificuldades subjacentes a solos instáveis. A maioria foi construída nos grandes lagos dos Alpes suíços, entre 4300 e 2450 a.C. A sua dimensão varia entre os 6 a 12 metros de comprimento, e os 3 a 6 metros de largura. As estacas de madeira eram enterradas no solo a grande profundidade, e o pavimento era renovado a cada quatro ou cinco anos, devido ao solo ser macio. Sobre esta estrutura era construída separadamente a casa, igualmente de madeira, que era reconstruída a cada dez anos. As paredes eram feitas de entrelaçado de vime e preenchimento de argila, tal como as suas congêneres de terra firme.



Figura 17. Reconstituição de uma aldeia lacustre *Riedschachen* do Neolítico tardio (c.4200-3700 a.C.), no *Pfahlbauten Unteruhldingen* (Museu de Palafitas de Unteruhldingen), no lago de Constança (Baden-Württemberg, Alemanha). Esta aldeia foi reconstituída de acordo com os originais, da cultura Schussenrieder, encontrados nas proximidades do lago Federsee, em Bad Schussenried (Baden-Württemberg, Alemanha).

⁴⁹ MILISAUSKAS, 2004: 371-378.

⁵⁰ ZVELEBIL, 2004: 431-432.

Algumas casas estavam divididas em dois aposentos, um maior, com lareira, e outro de menor dimensão. Cada aldeia teria um tempo de duração entre os dez e os trinta anos, como acontecia no resto da Europa. A densidade populacional aumentou gradualmente e, no final do Neolítico, algumas aldeias tinham uma centena de casas, cada uma abrigando um agregado familiar de cerca de seis a oito pessoas. A uniformidade da dimensão das casas e a ausência de edifícios de caráter distinto, indica que não existia qualquer tipo de hierarquização social entre os habitantes das palafitas.⁵¹

4.3 As casas da cultura megalítica

O megalitismo surgiu ao longo da costa atlântica da Europa ocidental, na sequência da transição para a sociedade agrícola, pelos grupos mesolíticos de caçadores-recolectores.



Figuras 18a-18b. Assentamento neolítico em Skara Brae (3180-2500 a.C.), nas Ilhas Orkney, no norte da Escócia. Composto por dez casas, construídas em pedra, numa região onde a madeira é uma raridade.

Apenas um número reduzido de imigrantes oriundos do Médio Oriente terá trazido consigo a agricultura e a pastorícia, tendo a sua difusão sido sobretudo cultural. Esta transição ocorreu

⁵¹ SCHIBLER & JACOMET & CHOYKE, 2004: 385-391.

em c.5500 a.C. em Portugal e Espanha, c.5000 a.C. no sudoeste da França, c.4700 a.C. no noroeste da França, e c.4000 a.C. no sul da Península Escandinava, e nas Ilhas Britânicas. Estas populações cultivavam cereais e mantinham rebanhos de ovelhas, gado e porcos, mas a uma escala reduzida, sustentando-se igualmente com plantas e animais selvagens, indicando uma continuidade com o estilo de vida mesolítico. No mesmo sentido, as comunidades continuaram a ser de pequena dimensão, e com um carácter efêmero.



Figura 19. Reconstrução de uma cabana dos primeiros agricultores irlandeses (c.4000 a.C.), no *Irish National Heritage Park*, Wexford (Irlanda).

Exemplos pontuais de casas de maior dimensão nas Ilhas Britânicas, com estrutura retangular, não apresentam sinais de uso para habitação. Neste caso, as casas circulares de pedra das Ilhas Orkney, no norte da Escócia, são uma exceção, onde o recurso à pedra foi motivado pela escassez de madeira na região. O mais célebre assentamento é o de Skara Brae, onde dez habitações circulares, todas de dimensão semelhante, foram erguidas junto ao mar (Figs. 18a-18b). Algumas habitações permanentes são conhecidas na Irlanda, confirmando a existência de comunidades sedentárias de agricultores na região (Fig. 19).⁵²

Por conseguinte, as populações de agricultores da cultura megalítica não se distinguiram dos seus antepassados pelo modo de habitar, que permaneceu igualmente efêmero, embora regionalmente diversificado. O que marcou a mudança para o Neolítico tardio foi a construção de monumentos, sobretudo dolmens e mamóas, mas também menires e cromeleques. Os dolmens eram túmulos, construídos com grandes pedras verticais, formando uma câmara

⁵² THORPE, 2004: 398-399.

interna circular, retangular ou trapezoidal, coberta por uma laje de pedra horizontal. Por vezes, eram cobertos por um monte artificial de terra, para ficarem protegidos e adquirirem monumentalidade, sendo designados por *tumuli* (ou mamoas). Os menires são blocos verticais de pedra, erguidos isoladamente, e um conjunto de diversos menires alinhados forma um cromeleque, não estando associados a sepulturas.⁵³

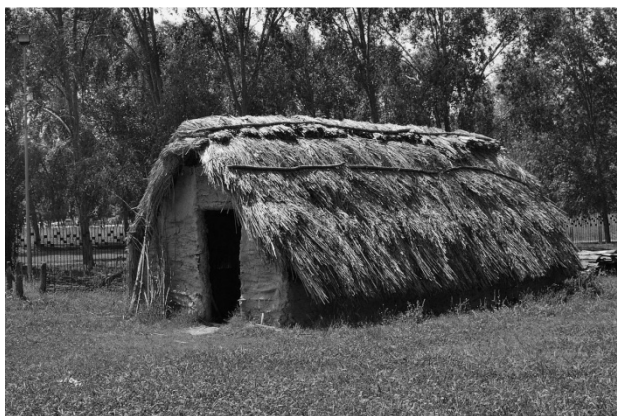


Figura 20. Reconstituição de uma cabana neolítica ibérica (5300-5100 a.C.), no *Parc Neolític de la Draga*, Banyoles, Catalunha (Espanha), segundo um cuidadoso estudo dos originais encontrados no local.



Figura 21. Reconstituição de uma *longhouse* construída por agricultores holandeses, construtores de megálitos (c.3000 a.C.), no *Hunebedcentrum* em Borger (provincia de Drenthe, Holanda). A cabana está situada no exterior do museu, que é dedicado aos construtores dos 54 dólmenes existentes na região.

Não se sabe ao certo o que motivou a sua construção, mas a presença destes monumentos na paisagem está eventualmente associada à demarcação do território, reclamando a posse de terrenos de cultivo. A mobilidade das sociedades que os ergueram, com as suas habitações efêmeras, contrasta com o investimento feito nas construções de túmulos, sugerindo que a sua função era fortalecer os laços de parentesco

e a pertença ao lugar. Em épocas anteriores, os cemitérios encontravam-se junto das habitações, pelo que a construção de túmulos distantes das mesmas é interpretado pelos arqueólogos como a passagem para um modo de sepultamento coletivo, eventualmente partilhado por vários assentamentos nas imediações, tendo como referência antepassados comuns. A marca do monumento indicaria que o lugar pertencia aos agregados familiares formados pelos descendentes, servindo de referência estável.⁵⁴



Figura 22. Reconstituição da aldeia neolítica de Stonehenge (c.2500 a.C.), em Wiltshire (Inglaterra), segundo originais encontrados em Durrington Walls, a cerca de 3 km de Stonehenge, da mesma época em que foi erguido o círculo megalítico. As casas foram feitas com uma estrutura de varas de aveleira entrelaçadas, sobre a qual foi aplicada argamassa (de cal e feno batidos) para formar as paredes, e uma cobertura de feno, atado em feixes.



Figura 23. Aplicação do adobe entre o entrelaçado de ramos de aveleira, pela equipa que reconstituiu as casas neolíticas de Stonehenge. O adobe foi aplicado em simultâneo pelo exterior e pelo interior, de modo a ficar compacto e a formar uma parede consistente.

⁵³ SHERRATT, 1994: 177-181.

⁵⁴ LILLIOS, 2004: 456-460.

A cultura megalítica estendeu-se sobre um vasto território, com semelhanças notáveis entre monumentos de regiões distantes, mas as habitações das populações que os ergueram seguiram um processo regional de evolução, adotando características próprias, resultado da relação entre a localização geográfica, o clima, a cultura e a sociedade de cada lugar (Figs. 20 a 23).

4.4 *As casas da Idade do Cobre*

A metalurgia do cobre surgiu na Mesopotâmia, no Médio Oriente e no sudeste europeu, quase em simultâneo, e de forma relativamente independente. A abundância deste metal na região dos Balcãs permitiu que as populações locais desenvolvessem o costume de o utilizar. Numa fase inicial, o cobre era trabalhado nas próprias habitações, sendo o agregado familiar a produzir os seus próprios objetos, tal como acontecia com a produção de cerâmica. Com o tempo, estes bens começaram a ser procurados por populações mais distantes, e a exportação deu origem a uma indústria mais organizada, gradualmente restringindo-se a um grupo de especialistas, trabalhando em oficinas próprias. Sendo um metal macio, não exige elevadas temperaturas para ser moldado, o mesmo acontecendo com o ouro, que também começou a ser utilizado na mesma região. Possivelmente devido à abundância de ambos os metais, não eram particularmente valiosos. O cobre era utilizado sobretudo para fabricar pequenos objetos como anzóis, contas e adornos pessoais, e posteriormente para fabricar os machados colocados nas sepulturas, que seriam apenas simbólicos, pois a brandura do metal não permitiria a sua utilização prática, o que é validado pelos sinais de falta de uso dos mesmos.

A exportação de objetos de cobre e de ouro proporcionou um certo florescimento económico, perceptível na proliferação de novos assentamentos, e no crescimento das vilas existentes. A tipologia e a morfologia das casas apresentam uma continuidade com a fase anterior, mas a sua localização passou para lugares de maior altitude, no topo de colinas e montes, e passaram a ser cercadas por muros, paliçadas e fossos. A dispersão no território indica um maior número de unidades sociais, mas de menor dimensão, reunidas em torno de um pátio ou um edifício comunitário (Fig. 24). Tanto pelas aldeias, como pelos túmulos, a sociedade da Idade do Cobre apresenta uma complexidade

social crescente, com uma hierarquização cada vez mais acentuada.⁵⁵

A Idade do Cobre na Europa abrange os Balcãs e a Península Ibérica, devido à presença de fontes deste minério nestas duas regiões, enquanto na Europa central e setentrional decorria o Neolítico tardio. Em Portugal e na Espanha, foi neste período que as sociedades se tornaram definitivamente sedentárias, e que surgiram pela primeira vez a distinção e a desigualdade social.

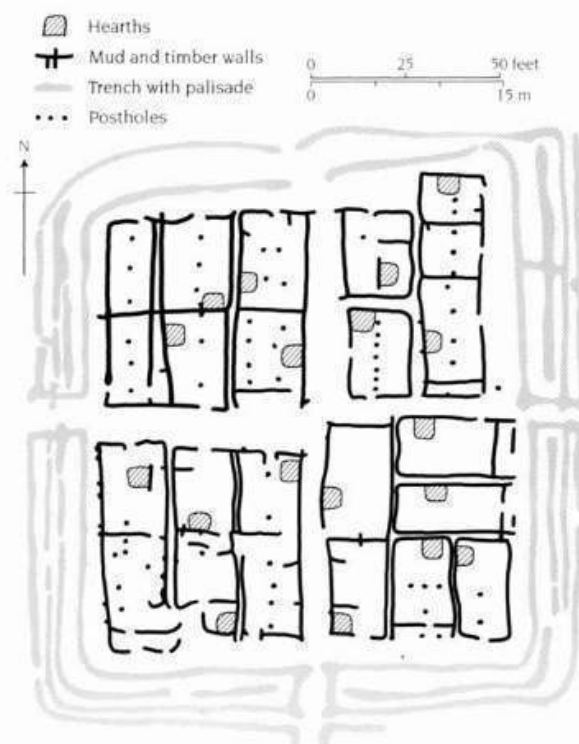


Figura 24. Plano do assentamento urbano de Polyanitsa, nordeste da Bulgária, na primeira fase de construção (c.4500 a.C.). O traçado regular, com quatro entradas opostas alinhadas com os pontos cardeais, é típica dos assentamentos do Neolítico e da Idade do Cobre nos Balcãs. In Sherratt, 1994: 173.

As aldeias foram construídas no topo de colinas e montes, delimitadas por diversos muros, e estavam associadas a túmulos megalíticos nas suas imediações. As casas eram de planta circular, com paredes de pedra, tal como os muros. Contudo, não há indícios de conflitos bélicos nesta fase, pelo que a localização e os muros seriam defensivos, mas sobretudo para afirmar o domínio sobre o território envolvente e o estatuto social. São conhecidas perto de uma centena de aldeias fortificadas com a mesma tipologia, na Andaluzia e na Espanha ocidental, e no centro e norte de Portugal, até ao rio Douro. As aldeias mais conhecidas são

⁵⁵ PARKINSON, 2004: 334-338.

na Estremadura (Penínsulas de Setúbal e Lisboa) e em Almeria, no sudeste de Espanha, dos quais são exemplo o Castro do Zambujal (Fig. 25) e Los Millares. O primeiro, situado a 3 km de Torres Vedras (Portugal), estava delimitado por um muro com 4 metros de espessura e uma única entrada, outros dois muros exteriores com bastiões circulares, e uma vala entre o muro interior e o intermédio. Em Los Millares (Almeria, Espanha), o assentamento foi construído num promontório rochoso, igualmente com três muros, pontuado por bastiões.



Figura 25. Vista aérea do Castro do Zambujal (Torres Vedras, Portugal), no sentido este-oeste, com os vestígios do muro exterior em primeiro plano, e o aglomerado habitacional ao fundo, à esquerda, ocupado entre 2500 e 1700 a.C.

Estas fortificações foram habitadas até à cultura Campaniforme, que por volta de 2800 a.C. era predominante na Península Ibérica, sul da França e norte da Itália, posteriormente tendo-se expandido para a Europa central e setentrional em c.2400 a.C.⁵⁶

5 A IDADE DO BRONZE

5.1 *Bronze Antigo: a língua protoindo-europeia, 3000-1600 a.C.*

A primeira região da Europa a alcançar a Idade do Bronze foi a Grécia e a atual Turquia, em c.3000 a.C., muito antes dos primeiros sinais evidentes no norte dos Balcãs e na Bacia dos Cárpatos, em c.2500 a.C., e na Europa central, em c.2300 a.C.⁵⁷

Fruto da intensa da atividade comercial no Mediterrâneo, e da consequente concentração de poder e riqueza, surgiram as primeiras civilizações do Mar Egeu, na região da Grécia,

durante o Bronze Médio. Na civilização Minoica, oriunda da ilha de Creta e difundida para a Grécia continental, os aglomerados urbanos adquiriram uma dimensão considerável, alcançando o estatuto de cidades, e as elites construíram sumptuosos palácios. Posteriormente, no Bronze Recente, as cidadelas da Grécia floresceram e deram origem à Civilização Micénica (ou Heládica), fortemente influenciada pela Minoica, e que se expandiu da Grécia continental para a ilha de Creta. Ambas alcançaram um desenvolvimento notável, incluindo o domínio da escrita e uma complexa estrutura administrativa, enquanto a restante Europa permanecia num ritmo de progresso mais lento.⁵⁸

Este período foi também marcado pela domesticação do cavalo (5000-4500 a.C.), e pelo domínio da equitação (3500-3000 a.C.), na região da Estepe Pôntica (a norte do mar Negro, da Ucrânia até ao Cazaquistão), a única região da Europa com uma elevação concentração de animais desta espécie (e onde eram caçados há séculos, como parte integrante da dieta). Os primeiros carros de guerra, vagões pesados com quatro ou duas rodas, surgiram no Oriente Próximo em 2800-2000 a.C., e até cerca de 1000 a.C., eram o meio de transporte utilizado pela realeza, símbolo de *status* e poder, pois a equitação era considerada indigna de monarcas. A arte de andar a cavalo era uma prática de pastores, que aumentaram exponencialmente o número de animais que podiam ser pastoreados, o que impulsionou a economia assente na pastorícia, entre os povos da Estepe Pôntica.⁵⁹

Em geral, a invenção da carroça, geralmente puxada por bois, permitiu às populações europeias maior mobilidade, facilitando o transporte de mercadorias e bens, o que até então só podia ser feito com recurso a barcos, limitando o povoamento às proximidades dos rios. Podendo deslocar os haveres e mantimentos, a partir de 3500 a.C., os assentamentos dispersaram-se pela paisagem e as construções tornaram-se mais efémeras. As carroças também permitiram às famílias a multiplicação da sua força de trabalho, proporcionando-lhes mais autonomia, o que terá estado relacionado com a menor dimensão dos aglomerados populacionais, em comparação com épocas anteriores.⁶⁰

Neste contexto, surgiu a cultura Yamnaya (c.3300-2300 a.C.), cuja dispersão em direção à Europa central está associada à difusão das línguas pré-indo-europeias. No período de 3000-2700 a.C., grupos da cultura Yamnaya migra-

⁵⁶ MCINTOSH, 2006: 149-150.

⁵⁷ SZEVEŘÉNYI, 2004: 20.

⁵⁸ COLLIS, 2003: 28.

⁵⁹ ANTHONY, 2004: 366-367.

⁶⁰ ANTHONY, 2007: 72-73, 300.

ram regularmente em direção à Bulgária e à Hungria, no baixo Danúbio.⁶¹ Esta deslocação é considerada por alguns linguistas como sendo coincidente com a difusão das línguas indo-europeias (designada Hipótese Kurgan, avançada por Marija Gimbutas, em 1956).⁶² Em teoria, as principais línguas europeias terão tido origem numa língua protoindo-europeia comum (uma língua «mãe»), da qual não existem registos escritos, sendo apenas uma hipótese, o que dificulta a sua definição temporal. A partir da reconstituição feita pelos linguistas, existiria um vocábulo na língua protoindo-europeia para «roda»; dado que se sabe que a roda existia em 3500 a.C., presume-se que essa língua seria falada após essa data. Também se sabe que algumas das línguas indo-europeias, suas «filhas», já eram faladas em 2500 a.C. (entre elas o grego, falado e escrito na civilização Micénica), sendo por essa altura uma língua morta.⁶³ Assim, a divisão da língua protoindo-europeia, supostamente falada pelas populações da Estepe Pôntica (incluindo os Yamnaya), nas línguas pré-indo-europeias (pré-italicas, pré-celtas e pré-germânicas), terá ocorrido entre 3300 e 2500 a.C.⁶⁴

No final do Neolítico (ou do Calcolítico, consoante a região), surgiram duas manifestações culturais que se expandiram por toda a Europa, uniformizando o estilo na cerâmica e outros costumes, e esbatendo a diversidade regional que caracterizou o período anterior. A primeira, a cultura da Cerâmica Cordada (c.2900-2100 a.C.), ter-se-á expandido no sentido Este-Oeste, abrangendo a Europa central e de leste, entre o rio Reno (limite ocidental) o rio Volga (limite oriental), o rio Danúbio (limite a sul), e o sul da Escandinávia (limite a norte).⁶⁵ Dos sítios arqueológicos conhecidos, os mais antigos encontram-se na atual Polónia, de c.2880 a.C., presumindo-se que seja aproximadamente essa a origem geográfica desta cultura. Em c.2725 a.C., já havia alcançado os Alpes (a sua máxima extensão a sudoeste) e, em c.2500 a.C., alcançou o nordeste. As regiões a sul foram as primeiras a abandonar esta expressão cultural, enquanto na Rússia perdurou até c.2000 a.C. A segunda, a cultura do Vaso Campaniforme (c.2800-1800 a.C.), terá tido origem em Portugal, Espanha, sul de França e norte de

Itália, onde se encontram os vestígios arqueológicos mais antigos, e ter-se-á difundido no sentido Oeste-Este.⁶⁶ Na sua área de influência máxima alcançou todo o território europeu, incluindo a Grã-Bretanha (onde se fundiu com a cultura megalítica de Stonehenge), a Bretanha (no norte da França, onde foram encontradas pontas de seta «tipo Palmela»), a Alemanha (ao longo da bacia do rio Reno, até à Suíça), o sul da Dinamarca, e do norte da Alemanha (Baixo Elba) ao norte da Polónia, até à bacia do rio Volga que desagua no mar Báltico (Fig. 26).⁶⁷

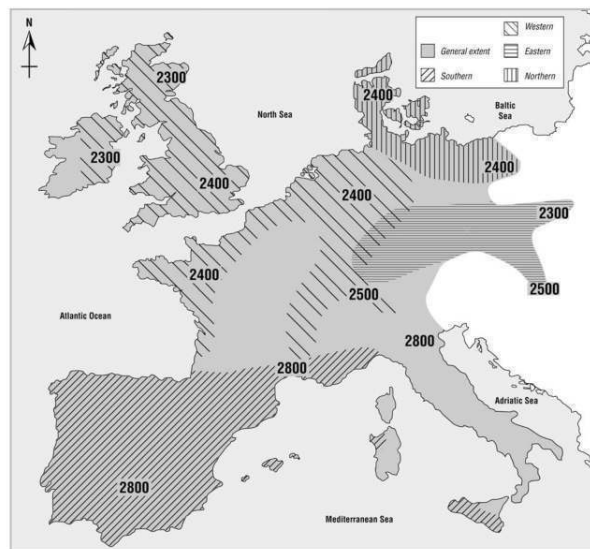


Figura 26. Mapa com as áreas de influência da cultura do Vaso Campaniforme, segundo a datação por radiocarbono (carbono-14), com origem na Península Ibérica, sul da França e norte de Itália, e expansão para norte e leste. In Czebreszuk, 2004b: 477.

Os rituais fúnebres da cultura da Cerâmica Cordada caracterizam-se pela individualização das sepulturas, em contraste com a prática de sepulturas coletivas do período anterior. Estas campas individuais tanto podiam ser campas rasas como *tumuli*.⁶⁸ A individualização significa uma mudança profunda de mentalidade, na medida em que representa a transição das primeiras comunidades agrícolas, com uma identidade grupal, para a construção da noção de indivíduo. Do mesmo modo, verifica-se uma

⁶¹ ANTHONY, 2004: 95-96.

⁶² ANTHONY, 2007: 305-306.

⁶³ ANTHONY, 2007: 58, 75.

⁶⁴ ANTHONY, 2007: 344.

⁶⁵ Em inglês: *Corded Ware culture*; do original em alemão: *Schnurkeramische Kultur*, designação introduzida pelo arqueólogo Friedrich Klopffleisch, em 1883.

⁶⁶ Em inglês: *Bell Beaker culture*.

⁶⁷ Em inglês: *Palmela point*. Em Espanhol: *Puntas de Palmela*, também encontradas numa sepultura da cultura do Vaso Campaniforme em San Román de Hornija (Val-ladolid, Espanha).

⁶⁸ *Tumuli* (no singular, *tumulus*), são montes artificiais de terra, colocados sobre sepulturas de indivíduos de elevado *status*, sendo claramente reconhecidos na paisagem. Seriam sobretudo um sinal exterior de prestígio para os descendentes, com eventual conotação religiosa.

diferenciação de género, sendo que as sepulturas são na sua maioria de indivíduos do sexo masculino, acompanhados de armas, o que revela a valorização da figura do guerreiro pelas sociedades da Cerâmica Cordada. A expansão deste fenómeno não está associada a movimentos migratórios, sendo resultado da adoção destes costumes pelas populações locais, que os integraram na sua identidade regional, formada ao longo de séculos.⁶⁹

Os rituais fúnebres da cultura do Vaso Campaniforme variavam consoante a região. Onde era predominante a cultura megalítica, tanto eram utilizadas tumbas megalíticas coletivas, como sepulturas individuais; onde se cruzou com a cultura da Cerâmica Cordada, ambas sepultavam indivíduos, fazendo a distinção entre géneros, embora com particulares distíntas.⁷⁰

Ambas as culturas são caracterizadas pela presença recorrente de utensílios em cerâmica, associados ao consumo de bebidas alcoólicas, nomeadamente cerveja e hidromel. Também estão ambas ligadas à predisposição para a guerra, sobretudo por serem possuidores de cavalos em regiões onde ainda não eram comuns, o que terá causado grande impacto. Somando à individualização das sepulturas de guerreiros, expressão de competição bélica, a imagem de ambas as culturas está associada ao crescente costume de festejar entre guerreiros, com banquetes e consumo de álcool.⁷¹

Se o movimento migratório das populações Yamnaya está associado à difusão das línguas pré-indo-europeias, por sua vez a expansão da cultura da Cerâmica Cordada (no sentido Este-Norte) está ligada à subdivisão nas línguas do norte da Europa: Germânica, Báltica e Eslava, como resultado do contacto entre as duas culturas, cuja fronteira comum estava localizada na Ucrânia. Do mesmo modo, o contacto entre a cultura Yamnaya e a cultura do Vaso Campaniforme terá dado origem à expansão das línguas pré-indo-europeias no sentido Este-Oeste, em direção à Hungria, a Áustria e a Baviera, gerando a língua pré-celta. A língua pré-italica terá surgido posteriormente, na sequência da pré-celta, através da cultura de Urnfield.⁷²

5.2 Bronze Médio e Recente: o nascimento das elites, 1600-800 a.C.

Na fase final, a cultura do Vaso Campaniforme deu lugar a diversas variantes regionais, entre elas a cultura de Únětice (na atual República Checa, c.2300-1600 a.C., Bronze Antigo). Esta, por sua vez foi sucedida pela cultura de Tumulus (c.1600-1200 a.C., Bronze Médio), cujo nome foi atribuído pelo seu sinal mais evidente: o costume de sepultar os indivíduos ilustres enterrando-os, e cobrindo a sepultura com um monte de terra marcante na paisagem. Na sequência, surgiu a cultura Urnfield, (ou cultura dos Campos de Urnas, c.1300-750 a.C., Bronze Recente), assim designada pelo seu costume de cremação dos mortos, depositando as cinzas em urnas, e sepultando-as em campos. Ao longo desta evolução, ocorreu uma profunda alteração nos rituais fúnebres, no vasto território da Europa central (desde a Hungria à França, da Suíça ao mar do Norte), onde floresceu a cultura Urnfield. A prática da cremação tornou-se cada vez mais habitual, nalgumas regiões a par com a continuação da prática de inumação, com ou sem *tumulus*.⁷³

Esta trajetória ilustra uma mudança, tendo sido demonstrado pelos achados arqueológicos que, durante a Idade do Bronze, os povos europeus desenvolveram rituais fúnebres elaborados, e que as sepulturas de indivíduos ilustres foram alvo do emprego de muita mão-de-obra. Comparativamente, no final do terceiro milénio, pouco antes de 2000 a.C., era prática sepultar um corpo juntamente com um vaso elaboradamente decorado, ou alguns ornamentos em metal, sob um *tumulus* (um montículo de terra) circular; do começo do segundo milénio a.C., de c.1900 a.C., é conhecida uma sepultura em Leubingen (na Turíngia, Alemanha), que consiste numa estrutura de madeira, coberta de um imponente *tumulus*, com diversas armas de metal junto ao corpo, e até possivelmente sacrifício humano; no período de 1300 a 1100 a.C., os notáveis eram por vezes sepultados juntamente com a sua carruagem e, num dos casos, também com uma coleção de vasos de bronze. No cerne deste enriquecimento está a descoberta do bronze, que embora não tendo motivado diretamente uma mudança drástica na sociedade, está indelevelmente associada ao nascimento das elites e à consequente estratificação social. Enquanto o cobre é um metal macio, apenas aplicável em ornamentos e ferramentas de uso moderado, o bronze é formado por uma liga de cobre e de estanho, o que lhe confere a

⁶⁹ CZEBRESZUK, 2004a: 468-474.

⁷⁰ CZEBRESZUK, 2004b: 480-484.

⁷¹ CZEBRESZUK, 2004a: 473; 2004b: 483.

⁷² ANTHONY, 2007: 367-368.

⁷³ SZEVEŘÉNYI, 2004: 22.

mesma ductilidade, com maior dureza. Na prática, isso significa que se tornou possível fabricar armas e armaduras – espadas, machados, escudos, caneleiras, capacetes. A inovação em armas de bronze surgiu num influente centro metalúrgico na região da Planície Húngara, no período entre 1300 e 1100 a.C., e difundiu-se na restante Europa. Foram encontradas espadas deste tipo desde a Grã-Bretanha e a Escandinávia, até ao Chipre, tendo sido as precursoras das primeiras espadas de ferro, surgidas posteriormente, e que a certa altura se tornaram de uso corrente em toda a Europa, desde a Irlanda até à Síria.⁷⁴

Uma vez que o bronze é composto por cobre e estanho, e que as minas de cobre e de estanho raramente se encontram na mesma região, o resultado natural foi a agilização e a consolidação das rotas comerciais previamente existentes. Enquanto o cobre é encontrado abundantemente nas regiões montanhosas, nomeadamente da Península Balcânica, o estanho está limitado à Bretanha (no Norte da França), à Cornualha (no sudoeste da Inglaterra), às montanhas Ore na Saxónia (Alemanha) e à Península Ibérica. Com efeito, a maior concentração conhecida pelos arqueólogos, de artefactos fabricados em bronze neste período, encontra-se na Hungria e na Roménia (o que indica a importação de estanho para os Balcãs), e na Dinamarca (onde não existem minas, quer de cobre, quer de estanho, o que denota a importação de artefactos de bronze do centro metalúrgico do sudeste europeu). As trocas comerciais deixaram de ter um carácter ocasional, dando lugar a rotas comerciais estabelecidas, com um tráfego mais intenso. Embarcações de grande porte passaram a cruzar regularmente os mares do Norte, Mediterrâneo, Negro e Báltico, enquanto outras, de menor dimensão, faziam travessias mais curtas, como o Canal da Mancha.⁷⁵

A necessidade de obter metais, apenas disponíveis em determinadas zonas, impulsionou as trocas comerciais entre regiões distantes, como a exportação de âmbar do Báltico (Estónia, Letónia e Lituânia atuais) para a região do Mar Egeu (Grécia e costa oeste da Turquia), e a exportação de bronze, da Europa central para a Escandinávia. Consequentemente, o florescimento das trocas comerciais terá contribuído para o enriquecimento das populações, o que é depreendido pela proliferação de sepulturas e de cemitérios, em número e riqueza, como não encontrado até então. Neste período, tornaram-se manifestas as discrepâncias de riqueza, de

poder e de estatuto social, evidenciando, pela primeira vez na Europa, uma clara estratificação social, em larga escala. Por conseguinte, foi no final do terceiro milénio a.C. (c.2000 a.C.), que surgiram as elites, diferenciando-se alguns indivíduos em relação à maioria, de ora em diante considerados *plebeus*. Sendo a organização social depreendida somente pelos túmulos, sepulturas e escassos vestígios de povoações, os arqueólogos apontam duas principais teorias sobre a organização social: por um lado, alguns defendem que a população seria liderada por um chefe, cujo título seria hereditário, e sob cujo controlo estaria toda a produção dos agricultores, pastores e artesãos (à semelhança de outras sociedades pré-estatais); outros sugerem que a hierarquização da sociedade do Bronze não era tão rígida, apresentando, diferenças consideráveis no grau de autoridade e de estatuto, consoante o contexto. Contudo, é unânime que a sociedade europeia adquiriu maior grau de complexidade.⁷⁶

A produção de bronze teve, por conseguinte, influência na estratificação social, na medida em que proporcionou a acumulação de maior riqueza por alguns indivíduos através do comércio, destacando-os dos demais pela riqueza. A escassez de artesãos especializados na produção de bronze, e a necessidade de importação de matéria-prima de regiões remotas, tornou os objetos manufaturados em bronze em artigos de luxo, logo, sinais exteriores de riqueza para quem os possuía, validando simbolicamente o *status*. As características do metal, que permitiram o fabrico de espadas e armaduras, abriram caminho para a defesa desse mesmo *status* com recurso à violência. Contudo, não é possível determinar que tenha sido a manufatura do bronze a impulsionar a transformação social. Não é de excluir a possibilidade do processo contrário, tendo sido as elites a usar os recursos ao seu dispor para se demarcarem e enriquecerem, e assim consolidarem a estratificação social por elas mesmas fundada.⁷⁷

5.3 O contributo genético da Idade do Bronze

Os recentes estudos sobre o genoma humano têm vindo a dar suporte à Hipótese Kurgan, de difusão das línguas indo-europeias. Foram identificados, até ao momento, dois grandes marcos no *pool* genético europeu. O primeiro terá ocorrido há cerca de 7000 anos atrás,

⁷⁴ COLLIS, 2003: 26-28.

⁷⁵ BOGUCKI, 2004c: 4.

⁷⁶ BOGUCKI, 2004c: 5.

⁷⁷ PEARCE, 2004: 9-10.

quando uma vaga de agricultores, oriundos da Anatólia, migrou para a Europa, alterando significativamente o ADN dos europeus. A estatura dos habitantes do Norte e Centro da Europa terá sido influenciada por estes agricultores da Turquia, que eram relativamente altos. O segundo, há cerca de 5000 atrás, em resultado de uma segunda vaga de migração, de populações da cultura Yamnaya, oriundas da Estepe Pôntica. A modificação nos genomas europeus por eles causada é igualmente significativa. Eram pastores, domesticaram o cavalo e fabricavam carruagens com rodas, tendo introduzido estas práticas na restante Europa. Por conseguinte, os europeus contemporâneos são geneticamente oriundos de três populações: os caçadores-recolectores (do Paleolítico), os agricultores da Turquia (do Neolítico), e os Yamnaya da Estepe Pôntica (da Idade do Bronze).⁷⁸

Até c.3000 a.C., os genomas dos habitantes da Europa central e do norte eram semelhantes aos dos caçadores-recolectores e dos agricultores do Médio Oriente. Por volta de 2000 a.C., os seus genomas tornaram-se semelhantes aos dos Yamnaya, que surgiram na Estepe Pôntica cerca de 900 anos antes.⁷⁹

O estudo genético destes dois movimentos migratórios veio dar consistência à linguística, embora não se possa depreender que línguas eram faladas por estes povos simplesmente pelos seus genomas. O mesmo é aplicável aos vestígios arqueológicos. Contudo, é sabido que as línguas faladas atualmente na Europa e no norte da Índia possuem uma raiz comum, sendo designadas por indo-europeias. A questão que permanece na obscuridade é se a sua difusão ocorreu durante a vaga migratória dos agricultores da Anatólia, ou mais recentemente durante a expansão do povo Yamnaya. O estudo dos genomas, por Allentoft et al.⁸⁰ e Haak et al., vai ao encontro da tese de que os Yamnaya eram descendentes das populações do norte da Eurásia, e que o seu fluxo migratório é coincidente com o movimento de dispersão das línguas indo-europeias.⁸¹

Em Haak et al., ficou demonstrado que as populações da cultura da Cerâmica Cordada possuem 79% de ancestralidade Yamnaya e 17% do Neolítico antigo. A percentagem da população europeia moderna que possui ancestralidade Yamnaya é de 40-54% na Europa central e do norte, e de 20-32% na Europa do sul (à

exceção dos autóctones da Sardenha e da Sicília, com valor inferior). No mesmo estudo é apontado que a dispersão do ADN-Y haplogrupos R1a e R1b, os mais comuns entre os europeus modernos, terá ocorrido por volta de 3000 a.C., no sentido Este-Oeste. O haplogrupo R1a está hipoteticamente associado às línguas protoindo-europeias, com maior frequência nos europeus modernos da Polónia (57,5%), da Ucrânia (40-65%) e da Rússia (45-65%). No Neolítico tardio, o haplogrupo R1b é praticamente inexistente, em claro contraste com uma frequência de 60% em indivíduos europeus (fora da Rússia) do Bronze Recente, e com 100% de frequência em indivíduos da Rússia em todas as épocas, indicando uma forte influência genética oriunda da Estepe Pôntica, no sentido Este-Oeste, com maior incidência no norte da Europa do que no sul, que terá ocorrido em c.3000 a.C., o que é coincidente com os Yamnaya e os seus fluxos migratórios em direção à Europa central.⁸²

5.4 A habitação na Idade do Bronze

O período abrangido pela designação de Idade do Bronze, na realidade não corresponde a uma transição significativa na realidade quotidiana das populações. A continuidade com o Neolítico é evidente no modo de construir e de habitar. A descoberta de sítios arqueológicos deste período foi tendencialmente dominado pela escavação de túmulos e monumentos funerários, dado que foram sujeitos a condições de preservação mais favoráveis do que as efêmeras habitações. Os sítios arqueológicos conhecidos, de habitações, são escassos mas suficientes para compreender que as populações continuaram a construir como os seus antepassados, num modo adaptado aos materiais disponíveis na sua região, e de acordo com o clima.⁸³

Na Península Balcânica, prosseguiu a ocupação do território em *tells* (sobreposição de vários níveis de construção) que formam um monte artificial na paisagem. Nas margens de grandes lagos, as habitações em palafitas continuaram a ser de uso corrente. As habitações de planta circular, do tipo dos *castros*, persistiram na Grã-Bretanha, Península Ibérica e sul da Itália. A habitação de madeira, de planta retangular, continuou a ser a mais usual na Europa central e do norte.⁸⁴

⁷⁸ FU et al., 2016: 200-205.

⁷⁹ CALLAWAY, 2015: 140-141.

⁸⁰ ALLENTOFT et al., 2015: 167-172.

⁸¹ NOVEMBRE, 2015: 164-65.

⁸² HAAK et al., 2015: 207-211.

⁸³ BOGUCKI, 2004c: 3-4.

⁸⁴ HARDING, 2000: 23-24.

5.5 Longhouse (planta retangular)

O modelo de habitação mais comum na Europa continuou a ser a *longhouse*, de planta aproximadamente retangular (ou ligeiramente trapezoidal, ou ainda com extremidades arredondadas), com estrutura em madeira e adobe, e telhado inclinado de duas (ou mais) águas em colmo.⁸⁵ Os exemplos conhecidos, mais bem preservados, de *longhouses* da Idade do Bronze encontram-se na Holanda, no sul da Escandinávia (Fig. 27), nas zonas lacustres dos Alpes, na Suíça (Fig. 28), e nas regiões da Europa central onde se manifestou a cultura de Urnfield (entre a Hungria ocidental e a França oriental, desde os Alpes ao mar do Norte, Fig. 29).⁸⁶



Figura 27. Reconstituição de uma *longhouse* da Idade do Bronze (1800-500 a.C.), no Parque de Landa (aldeia arqueológica), em Forsand, Condado de Rogaland (Noruega). De acordo com diversas casas originais, encontradas na região.

A reconstituição das habitações da Idade do Bronze é dificultada sobremaneira pela escassez de elementos materiais sobreviventes, dado que o número de exemplos conhecidos é menor do que os do Neolítico. Torna-se, portanto, necessário ter a capacidade de depreender todo um modo de vida, tendo por base apenas as fundações de uma construção. Pouco se sabe acerca das subdivisões internas, das características e das funcionalidades.⁸⁷

Os vestígios encontrados, na maior parte das vezes, não permitem reconstituir o uso de cada espaço, sendo apenas perceptível a localização das lareiras de chão que permitem avançar com a hipótese de que tal zona seria usada para a preparação de alimentos, enquanto outra lareira,

sem os mesmos indícios, poderá indicar um espaço de convívio social. Ao nível da estrutura, a reconstituição é feita com base nos furos dos postes, marcados no solo, sendo que a sua disposição permite deduzir que configuração teria o travejamento horizontal, pela distância entre cada poste, e pela subdivisão da estrutura em duas ou três alas. Os sítios arqueológicos mais completos permitem, pontualmente, construir uma reconstituição, e através dos mesmos extrapolar para casos semelhantes, por analogia.



Figura 28. Reconstituição de uma aldeia lacustre do Bronze Recente (975-850 a.C.), no *Pfahlbauten Unteruhldingen* (Museu de Palafitas de Unteruhldingen), no lago de Constança (Baden-Württemberg, Alemanha). Segundo originais encontrados em Unteruhldingen, na ilha de Manau).

Tal como há vinha acontecendo no Neolítico, numa *longhouse* o interior estaria subdividido, criando compartimentos. Uns serviriam para dormir, outros para armazenar ferramentas e alimentos. Nalguns casos, uma das extremidades serviria para albergar o gado. Noutros, a extremidade oposta teria um piso superior, o que é indicado pela existência do reforço da estrutura com maior número de pilares nessa zona, eventualmente utilizado para armazenar mantimentos, que assim permaneceriam enxutos (Fig. 30). O vestígio funcional habitualmente encontrado são as lareiras, uma ou duas por habitação. Em torno, também se encontra, por vezes, resíduos domésticos, apontando para o uso desse espaço na preparação de alimentos.⁸⁸

Quanto à dimensão, era variável, embora mantendo a configuração oblonga. Da cultura Únětice (República Checa), foram encontradas diversas habitações, sendo que a maior mede 32 por 6,5 metros. O mais significativo é que, em geral, a dimensão é muito inferior ao Neolítico (cerca de menos 20 metros de comprimento). Na Europa central, no lago de Zug (na região

⁸⁵ SZEVERÉNYI, 2004: 21.

⁸⁶ HARDING, 2000: 38.

⁸⁷ HARDING, 2000: 24.

⁸⁸ MCINTOSH, 2006: 136.

dos Alpes, Suíça), existem vestígios de casas com 13 por 8 metros, e de 18 por 8 metros, igualmente de planta retangular e estrutura em postes de madeira, embora com algumas variantes.



Figura 29. Reconstituição de uma *longhouse* da Idade do Bronze (c.900 a.C.), em Hartwarderwarp, Brémen (Baixa Saxónia, Alemanha), a 150 metros do sítio arqueológico onde foi encontrada a original.

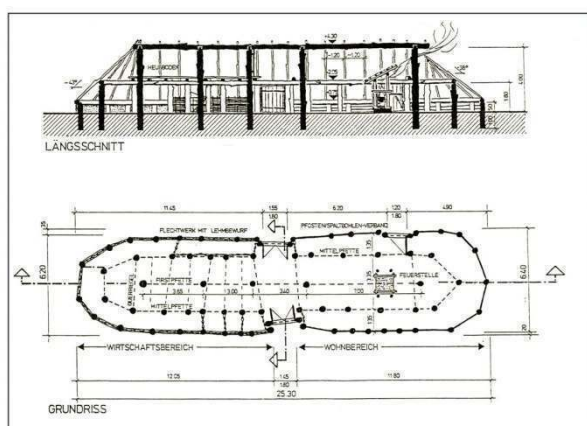


Figura 30. Projeto de reconstituição de uma casa da Idade do Bronze (c.1550-1200 a.C.), segundo original encontrado em Telgte, Münsterland (Renânia do Norte-Vestefália, Alemanha). Para o *Archäologische Freilichtmuseum Oerlinghausen* (Museu Arqueológico ao Ar livre Oerlinghausen), Alemanha.

Na colina de Padnal (Savognin, Cantão dos Grisões, Suíça), as habitações são de planta quadrangular, com lados entre os 4 ou 5 metros na fase inicial, e na fase seguinte são retangulares, com comprimento até 9 metros (Fig. 31). A estrutura de todas elas é formada por postes de madeira, análogas às suas congêneres da Europa central e do norte. As fundações eram, na maioria, de pedra. Contudo, as paredes exteriores eram forradas com pranchas ou toros horizontais, uma técnica que produz como resultado final uma *cabana* de toros de madeira (*log cabin*, ou *blockbau*).⁸⁹

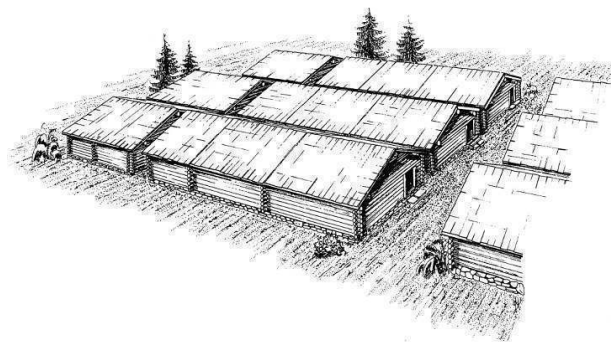


Figura 31. Reconstrução de habitações da Idade do Bronze, na colina de Padnal (Savognin, Suíça), segundo Rageth (1986). In Harding, 2000: 39.

Apesar da crescente complexidade da sociedade, com o nascimento das elites e da consequente estratificação social, essas mudanças não tiveram eco na habitação. O acréscimo de riqueza, poder e *status* de alguns indivíduos é manifestado no conjunto de bens depositados nas sepulturas, mas não é visível em qualquer tipo de construção excepcional ou de maior dimensão. Assim, os arqueólogos depreendem que a representação simbólica se resumia aos adornos pessoais. A armadura de bronze foi introduzida na Europa central por volta de 1200 a.C., oriunda das civilizações do mar Egeu, e em c.1000 a.C. assumiu a forma que iria manter até c.1000 d.C., ou seja, durante dois mil anos, até à Baixa Idade Média, traduzindo uma cultura de guerra, na qual a figura do chefe é associada à do guerreiro. Contudo, as armaduras e utensílios de guerra em bronze não eram, na maioria dos casos, funcionais, por serem demasiado rígidos (impedindo os movimentos), e demasiado frágeis para poderem servir de proteção, o que confirma o seu uso preponderantemente simbólico.⁹⁰

5.6 Roundhouse (planta circular)

Na Grã-Bretanha, o tipo de habitação predominante na Idade do Bronze era a *roundhouse*, de planta circular, com 6 a 12 metros de diâmetro (Figs. 32 e 33).

Ao centro, um conjunto de postes distribuídos regularmente, formando um anel, suportavam a cobertura, em geral, feita de colmo. Em continuidade com o Neolítico, as paredes eram muitas vezes preenchidas com adobe, mas a pedra era utilizada onde se encontrava disponível. A localização da porta de entrada era determinada pela orientação dos ventos predominantes; por regra, voltada para Este ou

⁸⁹ HARDING, 2000: 39-46.

⁹⁰ KEELEY & QUICK, 2004: 116.

Sudeste, e protegida por um alpendre.⁹¹ Existem outras variantes, como habitações com plantas irregularmente circulares ou ovais. As dimensões também possuem exceções, por vezes com diâmetro muito superior a 12 metros.



Figura 32. Reconstrução da casa 2222 em Trethellan Farm, Cornualha. In Brück, 2004: 59.



Figura 33. Reconstituição de uma habitação da Idade do Bronze (c.2300 a.C.), em Flag Fen Archaeology Park (Peterborough, Inglaterra).

No final da Idade do Bronze, a tipologia mantém-se, mas cercada por uma fortificação ou em *crannógs* (ilhas artificiais, construídas em lagos ou rios, consistindo numa plataforma soerguida sobre águas pouco profundas).⁹²

No sul da Itália e na Sicília, esta também era a tipologia mais usual, de planta circular ou

ovalada, com fundações de pedra e paredes de vime e adobe, embora com muitas variantes locais. As duas tradições, na Grã-Bretanha e na Itália, desenvolveram-se isoladamente, e como casos singulares, na medida em que esta tipologia é extremamente rara em território europeu, estando frequentemente associada à construção em pedra.⁹³

5.7 Povoações e fortificações

As povoações da Idade do Bronze são em geral de reduzida dimensão. Com uma economia agrícola, cada uma consistia numa quinta, cultivando o território das imediações, onde igualmente se pastoreava o gado. Dispersas no território, albergavam uma família alargada, e estavam interligadas com as suas congéneres vizinhas, formando uma macroestrutura social e económica.

Sendo uma exceção a esta regra, nos Balcãs os aglomerados continuaram a ser construídos em *tells*, com casas retangulares separadas por caminhos estreitos de poucos metros, formando uma malha aproximadamente urbana, revelando a contínua influência das civilizações do mar Egeu e da Anatólia. Em Tiszaug-Kéményteto, na Hungria, as habitações têm 7-9 metros de comprimento, por 3,5-5 metros de largura; em Feudvar, na Sérvia, as habitações têm 5-6 metros de largura, por 10-12 metros de comprimento; com um, dois ou três aposentos, e cada uma dotada de uma lareira de chão. Neste caso, a ocupação do território é mais concentrada, e localizada por regra ao longo das rotas comerciais, em colinas e com sistemas defensivos, como fossos e vedações, uma inovação que acompanhou o florescimento da economia do bronze na região.⁹⁴

Na Grã-Bretanha, as povoações eram formadas por um pequeno conjunto de casas de planta circular (*roundhouses*), cada uma abrigando uma família ou uma família alargada, e uma (ou mais) para oficinas, guardar o gado e armazenar mantimentos. Em volta, uma vedação marcava o limite. Não são conhecidas aldeias ou vilas deste período.⁹⁵

Na Escandinávia, as povoações consistiam numa quinta, geralmente com uma única *longhouse*, de dimensão variável entre os 50 e os 400 metros quadrados, com uma construção menor nas imediações, provavelmente para armazenamento de feno. Cada edifício era

⁹¹ BRÜCK, 2004: 58.

⁹² HARDING, 2000: 30-36.

⁹³ HARDING, 2000: 36-38.

⁹⁴ HARDING, 2000: 42-44, 60.

⁹⁵ BRÜCK, 2004: 58.

abandonado quando um novo era construído, por norma nas proximidades, o que acontecia a cada duas ou três gerações. As povoações estavam dispersas no território, ocupando alguns quilómetros quadrados, e formavam parte de uma macroestrutura social e económica. As macroestruturas eram territorialmente demarcadas umas das outras, por pântanos, lagos, rios e riachos, considerados espaços liminares habitados por espíritos e deuses.⁹⁶

Na Europa central, as povoações tinham maior número de habitantes, por vezes reunindo diversas habitações e formando aldeias. Em Unterhaching, no distrito de Munique (sul da Alemanha), foram encontradas cerca de 80 habitações numa área de 15 hectares. Na fase final da Idade do Bronze, a partir de 1100 a.C., estas aldeias tornaram-se fortificadas. No mesmo sentido, a sua localização anterior, em campo aberto na proximidade de rios, deu lugar à ocupação de colinas e planaltos, em posição defensiva.⁹⁷

A maior mudança na Idade do Bronze foi a proliferação de fortificações, acompanhando o florescimento dos centros metalúrgicos, localizadas ao longo das rotas comerciais, onde se concentravam oficinas, especialistas e reservas de bronze, cuidadosamente armazenadas em lugar oculto, em poços ou intencionalmente enterradas (*hoards*, «tesouros escondidos»). Se bem que esta tipologia já existia na Europa central do Neolítico, estava limitada à cultura LBK. Estas fortificações eram construídas em torno dos assentamentos, localizados em lugares desprovidos de defesas naturais, e consistiam em paliçadas revestidas de adobe (à prova de fogo), que apoiavam um ou dois fossos. A entrada era encoberta ou camuflada. Também os castros da Península Ibérica da Idade do Cobre constituíam aldeias fortificadas. Contudo, no Bronze Recente, esta tipologia aumentou em número, difundindo-se por toda a Europa, de ora em diante situando-se em lugares com defesas naturais, geralmente numa colina (*hill-top*), e abriram um precedente, anunciando uma prática que se iria tornar corrente no período seguinte. A sua dispersão no território corresponde à passagem das rotas de comércio, nas proximidades dos rios, com intervalos de 10 a 20 quilómetros entre si.⁹⁸ Por vezes, as fortificações em colinas (*hilltops*) serviam para defender aldeias no seu interior, mas noutros casos foram forçosamente construídas por um número de indivíduos muito superior ao que

nelas habitava, indicando que serviam de apoio a diversas aldeias nas imediações. Albergavam oficinas, depósitos de metal e mercadorias, animais e celeiros, sendo um refúgio para os habitantes em caso de perigo. Nestes casos, os poucos habitantes que nelas residiam são muitas vezes interpretados como correspondendo a uma elite, eventualmente o chefe e a sua família.⁹⁹

5.8 Povoações gregas do Neolítico à Idade do Bronze

Dois dos mais célebres sítios arqueológicos do Neolítico tardio na Grécia são Dimini e Sesklo. A povoação neolítica de Dimini está situada numa colina voltada para a baía de Pagasitikos, a noroeste da moderna vila de Dimini, a cinco quilómetros da cidade de Vólos (na unidade regional da Magnésia, região da Tessália, Grécia).

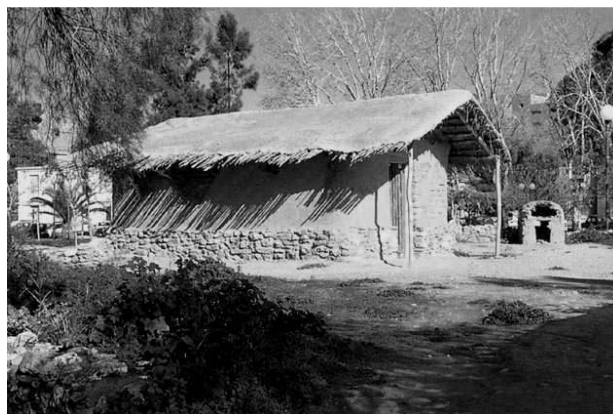


Figura 34. Reconstituição de uma casa neolítica, no sítio arqueológico de Dimini (Magnésia, Tessália, Grécia).

A povoação surgiu no Neolítico tardio (cerca de 4000 a.C.), quando a colina se encontrava a apenas um quilómetro da linha de costa (atualmente está a três quilómetros), o que dava acesso às rotas marítimas de comércio do mar Egeu central. As planícies em volta eram férteis, e propícias à agricultura e à pecuária. A comunidade era formada por 200 a 300 pessoas, que habitavam 30 a 40 habitações (Fig. 34). A povoação está delimitada por seis muros concêntricos de pedra, construídos em pares, eventualmente funcionando como estruturas de contenção do solo para evitar deslizamento de terras, e para demarcação do território.

⁹⁶ VANDKILDE, 2004: 77.

⁹⁷ BOGUCKI, 2004a: 88-89.

⁹⁸ SZEVEVERÉNYI, 2004: 22.

⁹⁹ MCINTOSH, 2006: 154.

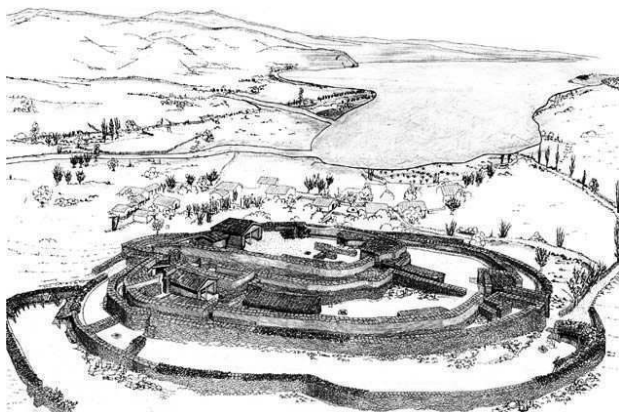


Figura 35. Reconstituição da povoação neolítica, no sítio arqueológico de Dimini (Magnésia, Tessália, Grécia).

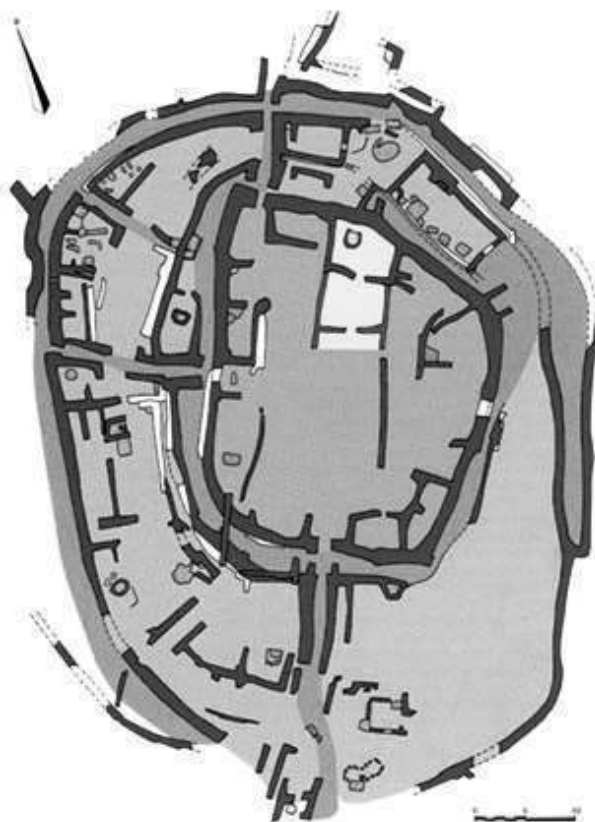


Figura 36. Planta da povoação neolítica, no sítio arqueológico de Dimini (Magnésia, Tessália, Grécia).

As habitações estavam construídas entre estes muros, e o muro central, o mais pequeno, incluía um pátio aberto (Figs. 35 e 36).

No Bronze antigo e médio, a população mudou-se para a planície, a Sul e a Este. No Bronze recente (cerca de 1450 a.C.), o aglomerado retomou a vitalidade, mas com um caráter diferente: uma rua ampla com habitações e oficinas alinhadas, e um palácio foi construído no topo da colina, para uma elite. O palácio, único na região, é formado por dois mégaros, rodeados por pequenos edifícios, interligados por um pátio de intervalo. O edifício foi destruído por

um incêndio em cerca de 1200 a.C., altura em que a povoação foi abandonada.¹⁰⁰

A povoação neolítica de Sesklo está localizada no sopé do monte Kastraki, nas imediações da moderna vila de Sesklo, a cerca de quatro quilómetros de Dimini, e a oito quilómetros da cidade de Vólos (na unidade regional da Magnésia, região da Tessália, Grécia). O primeiro assentamento estabeleceu-se no Neolítico antigo (cerca de 7000 a.C.), até ao Bronze médio (cerca de 2000 a.C.). No seu auge, a povoação tinha 500 a 800 habitações, com ruas estreitas e pequenos largos intercalares.



Figura 37. O mégaro no sítio arqueológico de Sesklo (Magnésia, Tessália, Grécia).

As habitações tinham fundações de pedra, as paredes eram de tijolo de adobe e cobertura de duas águas com estrutura em madeira, e chaminés. A povoação desapareceu com um incêndio em cerca de 4000 a.C., mas foi revitalizada cerca de 500 anos mais tarde, período no qual foi construído um mégaro no ponto mais alto, no centro do novo aglomerado, rodeado por um sistema de muros de contenção em pedra (Figs. 37 e 38).

Nas imediações do mégaro, foram encontradas as fundações de uma habitação, que se presume ter sido a residência de um oleiro, uma habitação típica do Neolítico médio (Fig. 39).¹⁰¹

¹⁰⁰ Informação fornecida pelo Ministério da Cultura e do Desporto da Grécia. *Dimini* in odysseus.culture.gr [em linha]. Odysseus [consult. 2019-06-04]. Disponível na Internet: http://odysseus.culture.gr/h/3/eh351.jsp?obj_id=2501.

¹⁰¹ Informação fornecida pelo Ministério da Cultura e do Desporto da Grécia. *Sesklo* in odysseus.culture.gr [em linha]. Odysseus [consult. 2019-06-04]. Disponível na Internet: http://odysseus.culture.gr/h/3/eh3530.jsp?obj_id=2500.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Sobre a Pré-História e as Idades dos Metais na Europa

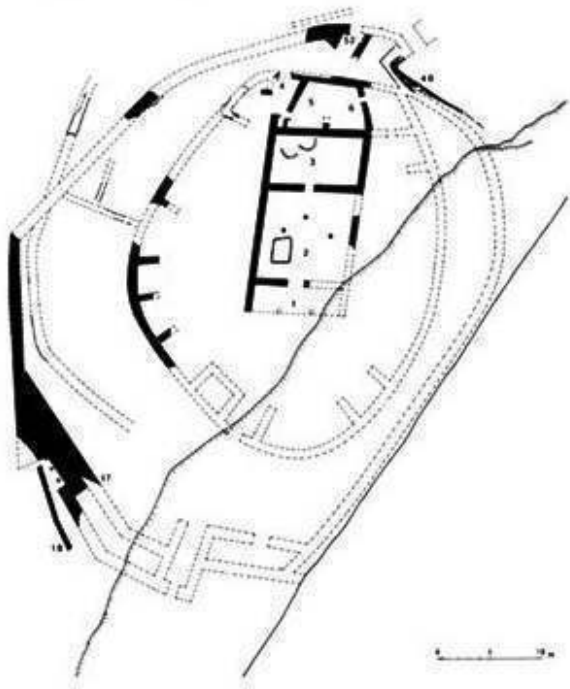


Figura 38. Planta do mégaro no sítio arqueológico de Sesklo (Magnésia, Tessália, Grécia).

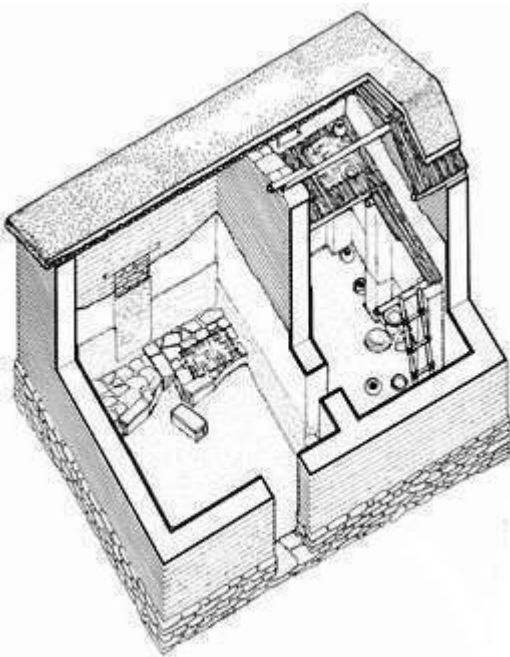


Figura 39. Reconstituição tridimensional da «casa do oleiro», no sítio arqueológico de Sesklo (Magnésia, Tessália, Grécia).

- Anthony, David W. 2004. «Domestication of the Horse». In Bogucki, Peter & Crabtree, Pam J. (EE.) (2004a), 363-368.
- Anthony, David W. 2007. *The Horse, the Wheel and Language: How Bronze-Age Riders from the Eurasian Steppes Shaped the Modern World*. Princeton & Oxford: Princeton University Press.
- Arias, Pablo. 2007. «Neighbours but diverse: social change in north-west Iberia during the transition from the Mesolithic to the Neolithic (5500-4000 cal BC)». In Whittle, Alastair & Cummings, Vicki (EE.) (2007), 53-71.
- Bogucki, Peter & Crabtree, Pam J. (EE.). 2004a. *Ancient Europe 8000 B.C.-A.D. 1000: Encyclopedia of the Barbarian world. Volume 1: The Mesolithic to Copper Age (c.8000-2000 B.C.)*. New York: Charles Scribner's Sons.
- Bogucki, Peter & Crabtree, Pam J. (EE.). 2004b. *Ancient Europe 8000 B.C.-A.D. 1000: Encyclopedia of the Barbarian world. Volume 2: Bronze Age to Early Middle Ages (c.3000 B.C.-A.D. 1000)*. New York: Charles Scribner's Sons.
- Bogucki, Peter. 2004a. «Late Bronze Age Urnfields of Central Europe». In Bogucki, Peter & Crabtree, Pam J. (EE.) (2004b), 86-91.
- Bogucki, Peter. 2004b. «Consequences of Agriculture, 5000-2000 B.C.: Introduction». In Bogucki, Peter & Crabtree, Pam J. (EE.) (2004a), 313-316.
- Bogucki, Peter. 2004c. «Masters of Metal, 3000-1000 B.C.: Introduction». In Bogucki, Peter & Crabtree, Pam J. (EE.) (2004b), 3-5.
- Brück, Joanna. 2004. «Bronze Age Britain and Ireland». In Bogucki, Peter & Crabtree, Pam J. (EE.) (2004b), 54-61.
- Collis, John. 2003. *The European Iron Age*. London; New York: Routledge [Printed edition, 1984]. Taylor & Francis e-Library [e-book].
- Cunliffe, Barry (Ed.). 1994. *The Oxford Illustrated Pre-history of Europe*. Oxford, New York: Oxford University Press.
- Czebreszuk, Janusz. 2004a. «Corded Ware from East to West». In Bogucki, Peter & Crabtree, Pam J. (EE.) (2004a), 467-475.
- Czebreszuk, Janusz. 2004b. «Bell Beakers from West to East». In Bogucki, Peter & Crabtree, Pam J. (EE.) (2004a), 476-485.
- Guilaine, Jean & Manen, Claire. 2007. «From Mesolithic to Neolithic in the western Mediterranean». In Whittle, Alastair & Cummings, Vicki (EE.) (2007), 21-51.
- Harding, A.F. 2000. *European Societies in the Bronze Age*. Cambridge World Archaeology. Cambridge: Cambridge University Press.
- Keeley, Lawrence H. & Golitko, Mark. 2004. «First Farmers of Central Europe». In Bogucki, Peter & Crabtree, Pam J. (EE.) (2004a), 259-266.
- Keeley, Lawrence H. & Quick, Russell, S. 2004. «Discovering Barbarian Europe: Warfare and Conquest». In Bogucki, Peter & Crabtree, Pam J. (EE.) (2004a), 110-118.
- Lillios, Katina T. 2004. «Late Neolithic/ Copper Age Iberia». In Bogucki, Peter & Crabtree, Pam J. (EE.) (2004a), 456-464.

- McIntosh, Jane. 2006. *Handbook to Life in Prehistoric Europe*. New York: Facts on File.
- Mellars, Paul. 1994. «The Upper Paleolithic Revolution». In Cunliffe, Barry (Ed.) (1994), 42-78.
- Mellars, Paul. 2006. «Archeology and the dispersal of modern humans in Europe: Deconstructing the “Aurignacian”». *Evolutionary Anthropology*, 15: 167-182. doi:10.1002/evan.20103
- Milisauskas, Sarunas. 2004. «Late Neolithic/ Copper Age Central Europe». In Bogucki, Peter & Crabtree, Pam J. (EE.) (2004a), 371-378.
- Mithen, Steven J. 1994. «The Mesolithic Age». In Cunliffe, Barry (Ed.) (1994), 79-135.
- Parkinson, William A. 2004. «Late Neolithic/ Copper Age Southeastern Europe». In Bogucki, Peter & Crabtree, Pam J. (EE.) (2004a), 334-341.
- Pearce, Mark. 2004. «The Significance of Bronze». In Bogucki, Peter & Crabtree, Pam J. (EE.) (2004a), 6-11.
- Perlès, Catherine. 2003. *The Early Neolithic in Greece: The First Farming Communities in Europe*. Cambridge World Archaeology. Cambridge (UK); New York (USA); Port Melbourne, Victoria (Australia): Cambridge University Press.
- Roberts, Neil. 2004. «Postglacial Environmental Transformation». In Bogucki, Peter & Crabtree, Pam J. (EE.) (2004a), 126-131.
- Runnels, Curtis. 2004. «First Farmers of Europe». In Bogucki, Peter & Crabtree, Pam J. (EE.) (2004a), 218-225.
- Sherratt, Andrew. 1994. «The Transformation of Early Agrarian Europe: The Later Neolithic and Copper Ages 4500 -2500 BC». In Cunliffe, Barry (Ed.) (1994), 167-201.
- Simmons, I.G. 2004. «Humans and Environments». In Bogucki, Peter & Crabtree, Pam J. (EE.) (2004a), 7-13.
- Schibler, Jörg & Jacomet, Stefanie & Choyke, Alice. 2004. «Neolithic Lake Dwellings in the Alpine Region». In Bogucki, Peter & Crabtree, Pam J. (EE.) (2004a), 385-392.
- Szeverényi, Vajk. 2004. «The Early and Middle Bronze Ages in Central Europe». In Bogucki, Peter & Crabtree, Pam J. (EE.) (2004b), 20-30.
- Thorpe, I.G.N. 2004. «The Megalithic World». In Bogucki, Peter & Crabtree, Pam J. (EE.) (2004a), 398-405.
- Tolan-Smith, Christopher. 2004. «The Mesolithic of Northwest Europe». In Bogucki, Peter & Crabtree, Pam J. (EE.) (2004a), 144-150.
- Vandkilde, Helle. 2004. «Bronze Age Scandinavia». In Bogucki, Peter & Crabtree, Pam J. (EE.) (2004b), 72-80.
- Whittle, Alasdair. 1994. «The First Farmers». In Cunliffe, Barry (Ed.) (1994), 136-166.
- Whittle, Alasdair. 1996. *Europe in the Neolithic: The Creation of New Worlds*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Whittle, Alastair & Cummings, Vicki (EE.). 2007. *Going Over: The Mesolithic-Neolithic Transition in North-West Europe*. Proceedings of the British Academy, 144. Oxford: Published for the British Academy by Oxford University Press.
- Zilhão, João. 2004. «Muge Shell Middens». In Bogucki, Peter & Crabtree, Pam J. (EE.) (2004a), 164-166.
- Zvelebil, Marek. 2004. «Pitted Ware and Related Cultures of Neolithic Northern Europe». In Bogucki, Peter & Crabtree, Pam J. (EE.) (2004a), 431-435.
- Sobre a genética dos europeus*
- Allentoft, Morten E. et al. 2015. «Population genomics of Bronze Age Eurasia». *Nature*, 522: 167-172. doi:10.1038/nature14507
- Ammerman, Albert J. & Cavalli-Sforza, L.L. 1984. *The Neolithic transition and the genetics of population in Europe*. Princeton, New Jersey (USA): Princeton University Press.
- Callaway, Ewen. 2015. «DNA data explosion lights up the Bronze Age». *Nature*, 522: 140-141. doi:10.1038/522140a
- Cavalli-Sforza, L. Luca & Menozzi, Paolo & Piazza, Alberto. 1994. *The history and geography of human genes*. Princeton, New Jersey (USA): Princeton University Press.
- Fu, Qiaomei et al. 2013. «A Revised Timescale for Human Evolution Based on Mitochondrial Genomes». *Current Biology*, vol. 23 (7): 553-559. doi.org/10.1016/j.cub.2013.02.044
- Fu, Qiaomei et al. 2016. «The Genetic History of Ice Age Europe». *Nature*, 534: 200-205. doi:10.1038/nature17993
- García, O. et al. 2011. «Using mitochondrial DNA to test the hypothesis of a European post-glacial human recolonization from the Franco-Cantabrian refuge». *Heredity* 106: 37-45. doi:10.1038/hdy.2010.47
- Haak, Wolfgang et al. 2010. «Ancient DNA from European early Neolithic farmers reveals their Near Eastern affinities». *PLoS Biology* 8 (11): e1000536. doi: 10.1371/journal.pbio.1000536
- Haak, Wolfgang et al. 2015. «Massive migration from the steppe was a source for Indo-European languages in Europe». *Nature*, 522: 207-211. doi:10.1038/nature14317
- Malyarchuk Boris et al. 2010. «The Peopling of Europe from the Mitochondrial Haplogroup U5 Perspective». *PLoS ONE* 5 (4): e10285. doi:10.1371/journal.pone.0010285
- Novembre, John. 2015. «Ancient DNA steps into the language debate». *Nature*, 522: 164-165. doi:10.1038/522164a
- Olalde, Iñigo et al. 2015. «A Common Genetic Origin for Early Farmers from Mediterranean Cardial and Central European LBK Cultures». *Molecular Biology and Evolution*, 32 (12): 3132-3142. doi.org/10.1093/molbev/msv181
- Pereira, Luisa et al. 2005. «High-resolution mtDNA evidence for the late-glacial resettlement of Europe from an Iberian refugium». *Genome Research*, 15 (1): 19-24. doi.org/10.1101/gr.3182305
- Pinhasi, Ron et al. 2012. «The Genetic History of Europeans». *Trends in Genetics*, vol. 28 (10): 496-505. doi.org/10.1016/j.tig.2012.06.006
- Richards, Martin et al. 2000. «Tracing European Founder Lineages in the Near Eastern mtDNA Pool». *American Journal of Human Genetics*, 67 (5): 1251-1276. doi.org/10.1016/S0002-9297(07)62954-1
- Sampietro, M.L. et al. 2007. «Palaeogenetic evidence supports a dual model of Neolithic spreading into Europe». *Proceedings of the Royal Society B*, vol. 274 (1622): 2161-2167. doi:10.1098/rspb.2007.0465
- Soares, Pedro et al. 2010. «The Archaeogenetics of Europe». *Current Biology*, vol. 20 (4): 174-183. doi.org/10.1016/j.cub.2009.11.054
- Szcsényi-Nagy, Anna et al. 2015. «Tracing the genetic origin of Europe’s first farmers reveals insights into their social organization». *Proceedings of the Royal*

- Society B*, vol. 282 (1805): 20150339. doi.org/10.1098/rspb.2015.0339
- Torroni, Antonio et al. 1998. «mtDNA Analysis Reveals a Major Late Paleolithic Population Expansion from Southwestern to Northeastern Europe». *American Journal of Human Genetics*, 62: 1137-1152. doi: 10.1086/301822
- Verpoorte, Alexander. 2009. «Limiting factors on early modern human dispersals: The human biogeography of late Pleniglacial Europe». *Quaternary International*, 201: 77-85. doi.org/10.1016/j.quaint.2008.05.021

Capítulo 6

Da Habitação na Grécia Antiga e na Idade do Ferro

A Grécia Antiga. Período Homérico (Idade das Trevas Grega), 1200-800 a.C. As povoações e a habitação na Idade das Trevas Grega. – Período Arcaico, 800-500 a.C. O nascimento da *polis*. A estrutura política e social da *polis*. O nascimento do templo grego, 800-700 a.C. A passagem do mégaro para o templo dórico. Da *gens* grega e da habitação: o *oikos*. – A colonização grega da Itália (*Magna Graecia*), 750-550 a.C. – A Idade do Ferro. Períodos Hallstatt (800-480 a.C.) e La Tène (480-59 a.C.). A consolidação das elites, da estratificação social, e das sociedades complexas. A sociedade celta: *oppida*, as primeiras povoações proto-urbanas. Da *gens* celta e da habitação: o clã.

1 A GRÉCIA ANTIGA

1.1 Período Homérico (Idade das Trevas Grega), 1200-800 a.C.

No período entre 1600 e 1200 a.C., em plena Idade do Bronze, as civilizações da região Este do Mediterrâneo alcançaram um apogeu económico e cultural. A civilização micénica, no Mar Egeu, abrangendo a Grécia continental e ilhas, tornou-se um centro económico de importação e exportação de mercadorias, com rotas comerciais de longo alcance, estabelecidas, incluindo, até à Península Ibérica e às Ilhas Britânicas. Os diversos aglomerados civilizacionais europeus do Norte e do Centro beneficiaram deste florescimento, contribuindo para o aparecimento das elites em locais situados ao longo das rotas comerciais. Na mesma época, a civilização Hitita, na Anatólia (aproximadamente na atual Turquia asiática) também alcançou o apogeu, marcado pelo domínio da produção de ferro, uma tecnologia à época ainda desconhecida na Europa.¹

A partir de 1200 a.C., por razões que não são conhecidas, estas duas civilizações chegaram ao seu término. A civilização micénica extinguiu-se, num processo marcado pelo declínio drástico da população naquela região. Os seus palácios foram abandonados, e as cidadelas foram destruídas e ficaram desertas, dando início a um período conhecido por Idade das Trevas Grega (ou Período Homérico), que duraria até cerca de 800 a.C. Existem diversas teses sobre as eventuais causas deste desfecho, tais como possíveis migrações em massa de povos bárbaros do Norte, epidemias, ou um colapso

interno que tenha levado à revolta dos camponeses e a uma conseqüente guerra civil. Também é atribuída responsabilidade a grupos de invasores que regularmente efetuavam pilhagens nas civilizações mediterrânicas, conhecidos por «Povos do Mar», possivelmente oriundos de diversas regiões. Certo é que os vestígios arqueológicos demonstram que as trocas comerciais no Egeu nesta época são muito reduzidos, em comparação com o período anterior. Os movimentos migratórios em massa foram constantes, e a Grécia parece ter ficado isolada da Europa central e da Itália.²

Com a dissolução da sociedade micénica, os centros de poder deram lugar a uma organização regional, povoações de dimensões modestas possivelmente governadas por «chefes» locais de origem aristocrática. O abandono das cidades e a migração em massa deixaram a Grécia com um índice demográfico muito baixo. Os grandes palácios e a arquitetura em pedra desapareceram, tal como a escrita (alfabeto grego micénico). Não obstante, algumas povoações permaneceram ininterruptamente habitadas, como Atenas e Corinto, onde a população terá rondado os milhares de habitantes. Outras terão sido reocupadas em poucas gerações após a sua destruição. Também novas cidades foram fundadas, por populações que atravessaram o mar Egeu em direção à Anatólia (atual Turquia), como Mileto, Éfeso e Focea, entre outras, em resultado do movimento migratório, que acelerou a partir de 1050 a.C.³

A maioria dos aglomerados, periféricos aos grandes centros, não iria além das centenas. A população que permaneceu prosseguiu a sua vida quotidiana, dedicando-se à agricultura e à pastorícia, como vinham fazendo desde há

¹ CUNLIFFE, 1999: 39-40.

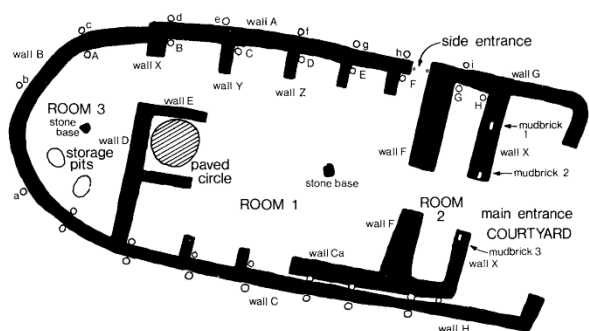
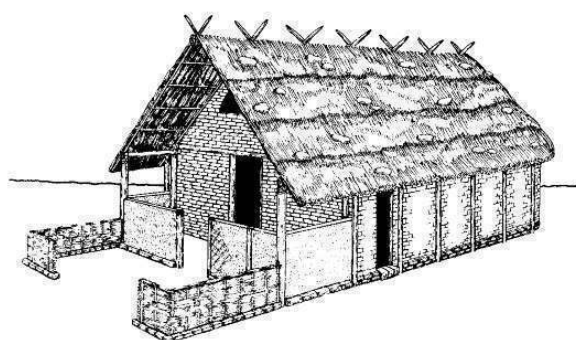
² POPHAM, 1994: 277-281; BINTLIFF, 2004:312.

³ BINTLIFF, 2004: 314-315.

séculos. A olaria, a metalurgia e a carpintaria continuaram a existir, embora com uma quebra na produção e na qualidade. E a religião manteve-se viva também. Para as famílias dedicadas à produção agrícola, houve continuidade, mesmo numa condição de maior pobreza. Continuaram a surgir inovações tecnológicas, que permitiram uma melhoria gradual da qualidade da cerâmica. E quando o fornecimento de cobre e estanho estagnou, pela interrupção das rotas comerciais, os metalurgistas gregos aprenderam a trabalhar o ferro, um minério disponível na sua própria região.⁴

1.1.1 *As povoações e a habitação na Idade das Trevas Grega*

A vida social e económica neste período estava centrada nas comunidades locais. Os gregos não habitavam em fazendas isoladas no campo, mas em povoações, e os agricultores saíam todos os dias das suas casas para se dirigirem aos seus lotes de terreno, regressando à aldeia ao anoitecer. As comunidades estavam unidas por estreitos laços de parentesco, e estruturadas por clãs.⁵



Figuras 1a-1b. Reconstituição de habitação de um «chefe» da povoação, em Nicória (Messénia, Grécia), do século IX a.C. In Pomeroy, 2004: 40-41.

Em Nicória (Messénia, Península do Peloponeso), foi encontrada na década de 1970 uma habitação da Idade das Trevas Grega, que terá sido (presume-se) a residência de um «chefe». A cidade de Nicória foi abandonada em c.1200 a.C., e reocupada em c.1075 a.C., embora com a modesta dimensão de uma aldeia, com cerca de duzentos habitantes (cerca de 40 a 50 famílias), no seu período auge. A habitação data do século X a.C., com uma ampliação no século seguinte (Figs. 1a-1b).

Com 16 metros de comprimento por 7 metros de largura, possuía dimensão e qualidade de construção superiores, em comparação com as habitações da área envolvente. Tudo aponta que o edifício seria também usado como local de culto religioso e de reunião dos anciãos da aldeia. Apesar das diferenças, a forma e os materiais de construção são idênticos aos das habitações vulgares, com paredes de tijolo de barro, pavimento de terra compactada, e cobertura de colmo.⁶

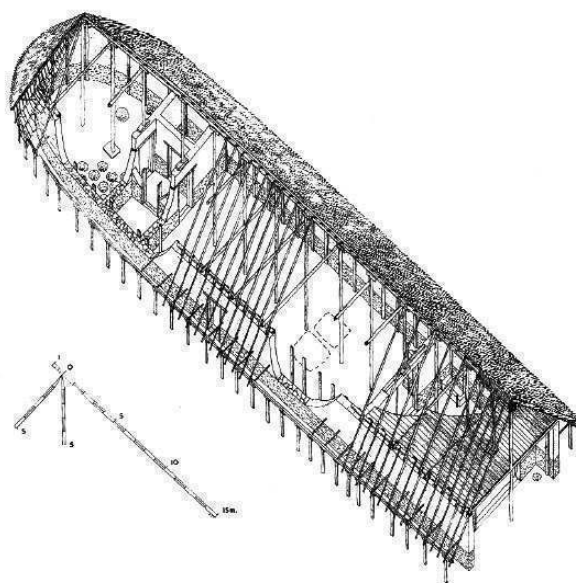


Figura 2. Reconstrução axonométrica de habitação de um «chefe» da povoação em Lefkandi (Eubeia, Grécia), de c.950 a.C. In Pomeroy, 2004: 40.

Apesar da rutura económica, as rotas comerciais com o Médio Oriente não desapareceram por completo, e um exemplo dessa continuidade é a ilha de Eubeia, de onde partiu a primeira vaga de colonização grega do Mediterrâneo ocidental. A cidade costeira de Lefkandi, localizada entre as duas principais cidades da ilha, Cálcis e Erétria, era próspera, e a sua população possuía um nível de riqueza superior ao de Nicória. Em 1981 foi encontrada uma habitação

⁴ POMEROY, 2004: 36-37.

⁵ POMEROY, 2004: 45.

⁶ POMEROY, 2004: 38-39.

de c.950 a.C., o exemplar de maior dimensão da Idade das Trevas Grega de que há conhecimento (Fig. 2). Tem uma planta longitudinal, de 45 metros de comprimento por 9 metros de largura, e a sua área é o dobro das restantes habitações do mesmo período. Foram encontradas duas sepulturas no seu interior, de um casal da aristocracia, com adornos oriundos do Oriente Próximo, indicando relações comerciais com essa região. A casa aparenta ter sido demolida após o funeral, e em seguida totalmente coberta de terra e pedras.⁷

1.2 Período Arcaico, 800-500 a.C.

1.2.1 O nascimento da polis

A palavra «polis» é traduzida convencionalmente para «cidade-estado», contudo isto é hoje considerado uma distorção, provocada pela historiografia do século XX, que identificou a «ascensão da polis» com a «ascensão do Estado», partindo do princípio de que ambas seriam um e o mesmo processo. Esta perspetiva baseou-se nas fontes literárias, nomeadamente na *Constituição de Atenas*, redigida por Aristóteles (384-322 a.C.). Este documento foi descoberto em 1890, no Egipto, e adquirido no mesmo ano pelo British Museum, tendo sido traduzido e publicado em 1891. Este papiro há muito perdido proporcionou um conhecimento mais detalhado da estrutura da sociedade grega no Período Clássico. Devido à escassez de fontes literárias, os historiadores assumiram, então, que todas as *poleis* gregas seriam idênticas ao modelo ateniense. Esta abordagem não foi questionada até à década de 1970, pois os historiadores mantiveram-se, até então, desligados dos progressos na arqueologia, por considerarem que a polis era uma abstração, que não tinha (ou não necessitava de) provas concretas. Por sua vez, os arqueólogos deram seguimento ao seu trabalho, relativamente alheios à teorização abstrata dos historiadores. Nas últimas décadas do século XX, ocorreu uma mudança de atitude de ambas as partes, quando os historiadores começaram a interessar-se por dados concretos que dessem suporte material ao nascimento da polis, sobretudo por ter sido um fenómeno ocorrido durante a Idade das Trevas Grega, um período do qual não sobreviveram relatos escritos. O trabalho exaustivo dos arqueólogos era já extenso, e o seu contributo foi significativo para a resolução de duas questões: a origem da polis, e a manifestação física

da polis, através da sua divisão territorial. Contudo, a arqueologia, tanto quanto a história, estão tradicionalmente focadas na vida urbana da polis, desligando-a da sua estrutura económica, assente na agricultura. No cruzamento das duas disciplinas, tornou-se evidente que o modelo da polis ateniense não era representativo das outras poleis gregas e que, longe de ter ocorrido um processo uniforme, cada polis terá sido fruto das condições prévias específicas de cada região. Por conseguinte, tornou-se evidente o quanto *não se sabe* verdadeiramente sobre o nascimento da polis grega.⁸

O nascimento da polis foi associado à formação do Estado, partindo do princípio de que, nalgum dado momento da história da Grécia, as várias tribos primitivas se uniram, num processo de centralização do poder político, designado por *sinecismo*. Para os historiadores de grande parte do século XX, a centralização do poder político tinha como expressão territorial a formação das primeiras cidades, identificando o processo de urbanização com uma crescente hierarquização da sociedade, numa progressiva distinção entre as famílias da elite, que governavam, e a restante população, dando origem à dicotomia entre a cidade e o campo. Para que este fenómeno tenha ocorrido, presume-se que as poleis tiveram origem em povoações pré-existentes, da dimensão de vilas, para onde terão afluído habitantes das aldeias circundantes, e onde se terá centrado o governo do território. A elevação do status desses aglomerados terá tido uma expressão física, sob a forma de concentração de numerosos edifícios de habitação, da construção de edifícios administrativos, santuários, e a existência de espaços de uso coletivo, tais como acrópoles e ágoras. Todas estas hipóteses dividem os historiadores, entre qual será o sinal evidente da manifestação de uma mudança política, e se uma dada povoação poderá ser, ou não, considerada uma polis. Porém, não existe nenhum tipo de construção que seja omnipresente, nem uma sequência cronológica evidente para cada tipo de edifício. As acrópoles eram, na maioria dos casos, muito anteriores ao nascimento da polis, construídas no decorrer do século VIII a.C. A ágora, sendo um espaço ao ar livre, aberto, de uso comum, é difícil de ser datada com precisão, não servindo de evidência arqueológica segura. Os edifícios administrativos surgiram tardiamente, e em muitos casos não foram construídos de todo. As fortificações também não são garantia de que uma determinada povoação seria uma polis. As mais antigas que são conhecidas remontam ao

⁷ POMEROY, 2004: 39-41.

⁸ SNODGRASS, 2005: 1-6.

século IX a.C., mas encontram-se apenas ao longo da linha de costa das ilhas, uma vez que as restantes povoações suas contemporâneas, localizadas no interior das ilhas e na Grécia continental, não são fortificadas. Uma fortificação não é, portanto, um sinal visível de uma *polis*, mas uma resposta de defesa, em condições específicas locais. O único fator comum entre as fortificações do território grego é o seu abandono por volta de 700 a.C., o que revela uma mudança profunda, possivelmente causada pela centralização política. Se as populações dessas zonas periféricas se tiverem unido a *poleis*, então a sua segurança deixaria de estar dependente do fechamento, do qual a fortificação é a expressão material, e passaria a ser garantida pela comunidade à qual aderiram (por disporem de exército comum). Não obstante, a tese que tem maior consenso entre os arqueólogos foi consolidada por François de Polignac, no seu livro *La naissance de la cité grecque*, de 1984, segundo o qual, o sinal mais evidente do nascimento da *polis* é a proliferação de santuários interestaduais, de escala monumental, construídos fora dos limites das povoações. Pela sua dimensão, exigiram um esforço comunitário considerável, que não era possível de alcançar por uma só povoação. No mesmo sentido, a construção de edifícios erguidos unicamente para albergar o culto religioso coletivo, foi uma novidade, pois até então os edifícios onde se realizavam o culto religioso (*mégaros*) eram igualmente espaços para banquetes e reuniões, e este fenómeno revela uma mudança social significativa. Do santuário monumental situado na periferia, partia todos os anos uma procissão em direção ao santuário de menor dimensão no centro da povoação, durante as festividades religiosas. Esta celebração contribuía para a consolidação da povoação, designada por *astu*, e da sua relação com o território envolvente. O santuário interestadual marcava, assim, os limites dos subúrbios da *astu*, para lá dos quais estava a zona rural, designada por *agros*. E este sistema de relações é, precisamente, o cerne da *polis*.⁹

Esta abordagem vai, igualmente, ao encontro da visão de Aristóteles, de que a *polis* é um sistema de relações entre os cidadãos que a constituem, e não necessariamente um território ou um conjunto de gabinetes políticos. Os vestígios arqueológicos não permitem afirmar que tenha ocorrido qualquer tipo de aumento demográfico significativo, contribuindo para a hipótese de que a centralização não terá provocado a migração de população, nem terá aglutinado

um maior número de cidadãos numa *astu* de *status* mais elevado. O aumento da complexidade da sociedade, inerente ao nascimento da *polis*, foi durante muitas décadas considerado pelos historiadores como tendo sido um processo relativamente rápido, que marcou a distinção clara entre uma sociedade antiga composta por tribos, e uma sociedade moderna composta por cidadãos. Mas esta teoria tem cada vez menos suporte, pois as evidências arqueológicas não permitem estabelecer nenhuma mudança drástica e profunda da sociedade grega, que tenha tido manifestação material.

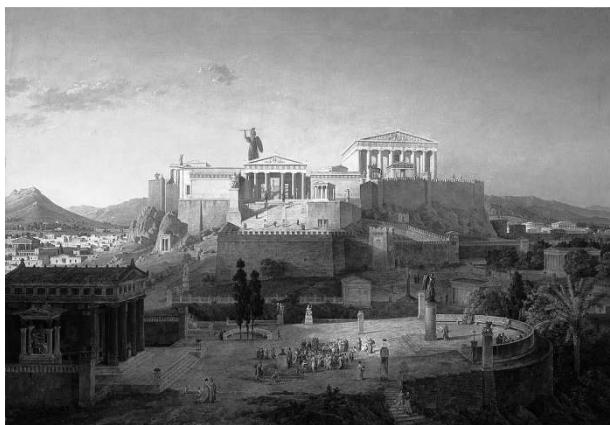


Figura 3. Pintura de Leo von Klenze, reconstituindo como seriam em todo o seu esplendor a acrópole e o areópago de Atenas; «A Acrópole de Atenas», de 1846, atualmente na Nova Pinacoteca (Neue Pinakothek), em Munique (Alemanha).

A ideia de que as *poleis* surgiram construídas de raiz, com um planeamento cuidadoso, com uma estratificação social complexa como nunca antes tinha ocorrido na Grécia, também tende a colapsar, perante as descobertas de sítios arqueológicos, cada vez mais numerosos. Os historiadores das décadas de 1960 e 1970 consolidaram a ideia de descontinuidade entre a Idade das Trevas Grega e o Período Arcaico, mas os factos revelam precisamente o contrário. A Grécia não chegou ao extremo de desertificação após a queda de Micenas, e muitas das povoações permaneceram, embora com menor número de habitantes, e com períodos de desocupação intercalados, mas esse mesmo fenómeno sempre ocorrera nos milhares de anos anteriores. Essa continuidade, entre tempos tão remotos e o Período Arcaico é particularmente evidente nos santuários, lugares de culto que foram sendo reconstruídos e vieram a ser os mais proeminentes do Período Clássico. Do mesmo modo, a hierarquização social, que se acreditava ter desaparecido com a queda de Micenas, permaneceu sempre complexa até ao século VIII a.C. Assim, pode-se concluir que o

⁹ SNODGRASS, 2005: 7-19.

nascimento da *polis* terá sido, acima de tudo, uma mudança na visão que os gregos tinham do mundo, não tanto uma alteração territorial ou demográfica. Uma *astu* mediana seria pouco diferente de uma vila em meio rural, e a relação entre o campo (*agros*) e a cidade (*astu*) pouco mudou entre 1100 e 500 a.C.¹⁰

1.2.2 A estrutura política e social da *polis*

A *polis*, enquanto organização política, foi o resultado de um processo de centralização do poder, através da unificação de tribos, designado por *synoikismós*, sendo que *synoikismós* significa «unificação de *oikoi*»; por sua vez, *oikoi* é o plural de *oikos*, que designava simultaneamente «casa», «família» e a «propriedade da família». Isto representa uma alteração na hierarquia do governo, pois a complexidade aumenta. Nos séculos que antecederam as *poleis*, as povoações de maior dimensão terão tido mais de 500 habitantes, ou mesmo mais de 1,000 habitantes. Uma população dessa dimensão necessariamente tinha um líder, um chefe, detentor do título de *basileus*. Crê-se que a figura do *basileus* remonta à Idade do Bronze, desde o Período Micénico, onde um termo semelhante designava o chefe ou governante de uma cidade ou vila. Apesar da sua tradução direta significar «rei», o cargo não correspondia a esse grau de poder, pois os *basileis* eram figuras de autoridade e de elevado estatuto, mas com poder limitado para coagir os outros a obedecer. O título de *basileus* era hereditário, passando de pai para filho, mas era apenas assegurado pela competência. O *basileus* tinha forçosamente de ser um bom guerreiro, e de ter um discurso persuasivo, para manter o seu estatuto, que era determinado pelo número de homens que o seguiam para a guerra. Os *basileis* aparecem como personagens na *Odisseia* e na *Iliada* de Homero (as obras gregas escritas mais antigas), sendo que Aquiles era filho do *basileus* dos Mirmidões, o que comprova as origens remotas deste cargo.¹¹

O *basileus* podia ser chefe de uma vila, de uma *astu*, ou de um *dēmos* (subdivisão administrativa do território, correspondente à subdivisão de uma tribo). Cada *dēmos* incluía várias povoações, e cada uma era governada por um *basileus*, que ocupava um lugar inferior ao do *basileus* do *dēmos*, na hierarquia de poder. O governo estava nas mãos, não só do *basileus*, mas também de um conselho de anciãos, cha-

mado *boulē*, formado pelos cidadãos mais ilustres, que se reuniam no *megaron* (ou mégaro), um edifício erguido especificamente para este propósito, composto apenas por uma grande sala. A *boulē* reunia para debater a política do *dēmos*, em torno de um banquete, e as decisões tomadas eram comunicadas a uma assembleia num espaço aberto – a ágora, ou «lugar de reunião» –, composta pelos homens com idade para combater, e os mais velhos. O *basileus* do *dēmos*, no topo da hierarquia, era um líder político e militar, e também desempenhava um papel fundamental na vida religiosa da comunidade, pois oferecia os sacrifícios públicos aos deuses, em nome do seu povo.¹²

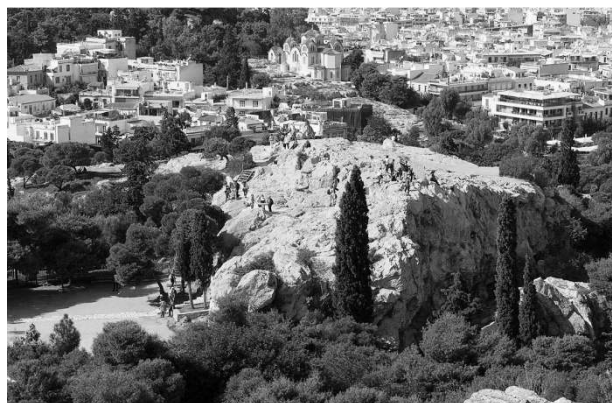


Figura 4. O areópago (ou «colina de Ares») em Atenas, visto a partir da acrópole, lugar onde reunia o conselho com o mesmo nome; segundo a mitologia, Ares teria ali sido julgado.

Ao longo de várias gerações, progressivamente, as famílias dos *basileis* foram-se apropriando das extensões de terra mais férteis, por aquisição, herança e com recurso à violência. Com o cultivo de cereais, enriqueceram e continuaram a adquirir cada vez mais solo arável, até formarem latifúndios de dimensão descomunal. Na Grécia de 700 a.C., uma percentagem desproporcional de terreno estava concentrada nas mãos de uma pequena aristocracia emergente, que constituiria cerca de 20 por cento da população. Gradualmente, a maior parte da população foi sendo privada das áreas mais férteis, e obrigada a trabalhar, com maior esforço, terrenos menos férteis, em lotes pequenos e com acesso a um número relativamente reduzido de animais.¹³ O poder económico das famílias da aristocracia assentava na terra que possuíam por herança, e em culturas de rendimento, como o vinho e o azeite, que eram vendidos e exportados. Do mesmo modo, tam-

¹⁰ MORRIS, 2005: 25-38.

¹¹ MORRIS, 2005: 43-44. POMEROY, 2004: 44-45.

¹² POMEROY, 2004: 44-49.

¹³ POMEROY, 2004: 53.

bém sabiam lucrar com a exploração da situação difícil dos agricultores mais pobres, que constituiriam cerca de um terço do *dēmos*. Alguns hipotecavam os seus *kleroi* (lotes de terra) aos mais ricos, pagando depois a dívida gradualmente, com uma porção das suas colheitas. Outros tornaram-se parceiros-produtores, cultivando terras que não eram suas, mas pertencentes aos parceiros-proprietários, formando uma parceria rural, na qual eram divididos os riscos, mas também o produto das colheitas e da venda de animais. Os agricultores mais pobres, que formavam a classe dos *thētes*, trabalhavam nas propriedades da aristocracia como mão-de-obra contratada, apenas para a própria subsistência. A maioria dos cidadãos, cerca de 40 a 50 por cento da população do *dēmos*, a que Aristóteles se refere como a «classe média», estava numa situação intermédia entre os muito ricos e os muito pobres, que não dependia da aristocracia e, embora não sendo abastada, era economicamente autossuficiente. Por sua vez, na classe da aristocracia, as famílias mais abastadas ou com linhagem de maior nobreza, destacavam-se das restantes, como uma elite dentro da elite. Embora houvesse mobilidade entre a alta nobreza e a baixa nobreza, podendo uma família ascender ou perder estatuto, a aristocracia mantinha-se à parte dos restantes grupos sociais, fazendo questão de preservar o seu poder económico e social, através do casamento apenas entre si. Esta demarcação social era mantida pela imagem de superioridade que a própria aristocracia alimentava, designando-se a si mesmos como *hoi agathoi* (os bons), ou *hoi oligoi* (os poucos), com base na sua riqueza e ancestralidade, enquanto designavam os restantes, fora da nobreza, como *hoi kakoi* (os maus), ou *hoi polloi* (os muitos, a maioria). No século VI a.C., começou a ocorrer um fluxo regular de escravos para as *poleis*, eventualmente devido a reformas políticas para abolir a servidão por dívida dos agricultores mais pobres.¹⁴

A aristocracia recém-nascida, formada pelas famílias de *basileis*, procurou criar as condições para manter o seu poder, através de um sistema de controlo, ou seja, formando um governo. Este processo terá ocorrido por duas vias: através da *promoção*, tanto das instituições de nível inferior na hierarquia que assumiram responsabilidades com mais poder, como também dos líderes locais que foram promovidos a uma oligarquia governante, e dos templos locais a santuários de Estado ou interestaduais; e através da *linearização*, na qual as instituições de nível inferior na hierarquia foram absorvidas pelas

instituições superiores, centralizando gradualmente o poder.¹⁵ Foi este processo de sinecismo que deu origem à ascensão do Estado grego, com início no final do século IX a.C., e alcançado a maturidade entre 750 e 700 a.C. A progressiva unificação política, e consequente aumento da complexidade, terá ocorrido com o consentimento dos *basileis*, de modo pacífico e voluntário, na medida em que foi um processo orquestrado pela sua própria classe. O ponto essencial foi a abolição do lugar do *basileus* soberano, ou a limitação drástica do seu poder. As várias funções de liderança, por ele desempenhadas, foram então repartidas entre vários funcionários, da elite. Por último, a importância e o poder do *boulē*, o «Conselho de Anciãos» formado apenas por aristocratas, aumentou, enquanto o da assembleia de cidadãos diminuiu.¹⁶ Contudo, a ascensão do Estado grego foi um processo limitado, na medida em que a centralização do poder e o aumento da complexidade do sistema de controlo eram contrários à natureza da própria *polis*, cuja essência era ser um conjunto de cidadãos livres, e não de súbditos sob o comando de uma elite. As decisões tomadas pelas autoridades máximas não tinham um meio para serem implementadas, pois eram raras as *poleis* que tinham uma força externa aos cidadãos para cumprir as funções policiais. Na maioria, a autoridade para punir os crimes de homicídio ou roubo era delegada nos cidadãos, a quem era permitido matar os infratores. Do mesmo modo, a cobrança de impostos era considerada uma *tiranía*, e por conseguinte, uma prática apenas esporádica, em tempo de guerra, e por decisão voluntária dos próprios cidadãos. O Estado também não intervinha no comércio. Na tensão e no equilíbrio entre a aristocracia e o *dēmos*, residia a estrutura do Estado grego.¹⁷

1.2.3 O nascimento do templo grego, 800-700 a.C.

Com a queda da sociedade micénica, o espaço central religioso – o mégaro – teve continuidade nas casas dos *basileis*, e a mesma distribuição espacial veio a dar origem ao templo de pedra de escala monumental. O mégaro consistia num amplo salão, de planta retangular, ao qual se tinha acesso através de uma antecâmara, e de um átrio (Fig. 5, a). Ao centro do salão, acendia-se uma lareira de chão. Neste espaço realizavam-se as cerimónias religiosas, as fes-

¹⁴ POMEROY, 2004: 68-69.

¹⁵ MORRIS, 2005: 45.

¹⁶ POMEROY, 2004: 62-63.

¹⁷ MORRIS, 2005: 45-50.

tas, os conselhos, e a recepção de visitantes. Os primeiros templos mantiveram a mesma planta, com um salão que era a única divisão, e com uma configuração semelhante à das casas quotidianas. O tipo mais antigo de templo grego corresponde exatamente a esta estrutura – *templum in antis* – uma sala retangular (*naos*), com um prolongamento das paredes laterais a formar uma antecâmara ou pórtico (*pronaos*). As extremidades das paredes laterais desempenhavam a função estrutural de suporte, como pilares (*antae*). Não tendo colunas, era um templo *astylos* (Fig. 5, b), ou se entre as *antae* se erguiam duas colunas, era *distylos* (ou *distylos in antis*, «duas colunas entre *antae*»), do qual é exemplo o Tesouro de Atenas, em Delfos (Fig. 6). Deste tipo inicial derivou o duplo *in antis* (com prolongamento das paredes laterais em ambas as fachadas principal e posterior, com duas colunas entre *antae* (Fig. 5, d). Outra variante resultou da substituição da função de suporte das *antae* por colunas, recuando as paredes laterais, num total de quatro colunas (tetrastilo) antes do *naos* – o templo prostilo (*prostylon*, «antecedido por colunas»). Se a colunata a preceder o *naos* se repetia também na fachada posterior, então o templo era anfiprostilo (*amphistylon*, «colunas em ambos os lados»), de que é exemplo o Templo de Atena Nike (Fig. 7). Tal como os mégaros pré-históricos, os primeiros templos gregos terão sido construídos em madeira e tijolos de adobe, mas por volta de 650 a.C., foram dando lugar ao mármore e às pedras calcárias, por influência da arquitetura egípcia, que permitia o manuseamento de grandes blocos de pedra. A dimensão foi aumentando, até alcançar a escala monumental por volta de 500 a 400 a.C., altura em que o templo grego adquiriu a configuração que iria manter nos quinhentos anos seguintes.¹⁸

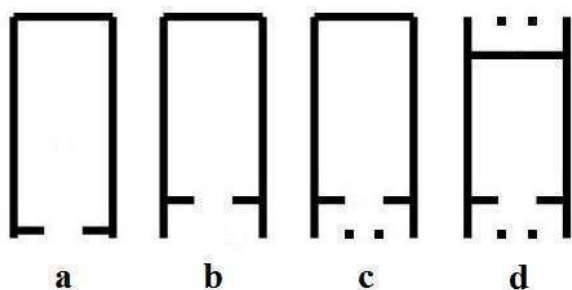


Figura 5. Evolução do mégaro para o templo grego: a. *megaron*; b. *astylos*; c. *distylos in antis*; d. *duplo in antis*.

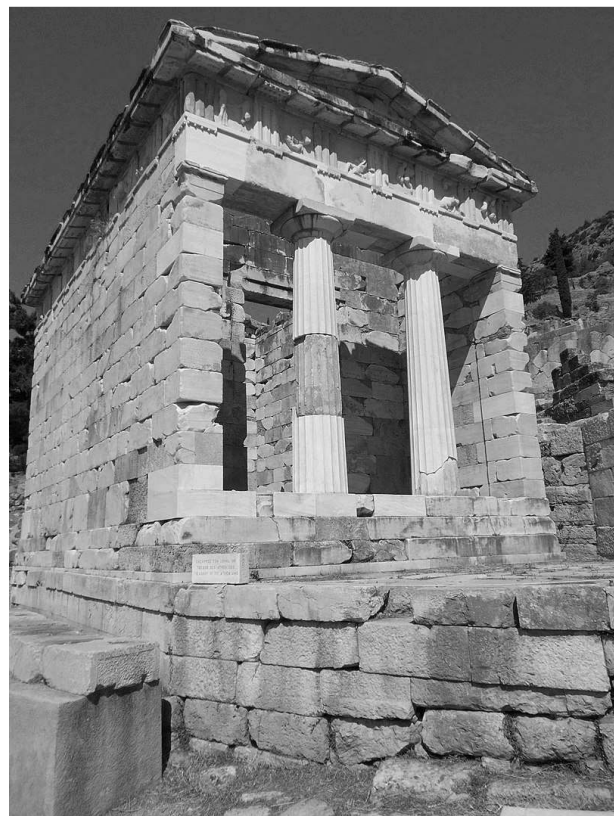


Figura 6. Tesouro de Atenas, em Delfos (Grécia), erguido em ca. 500-485 a.C. pelos cidadãos atenienses para albergar as oferendas da sua cidade junto do templo de Apolo.



Figura 7. Templo de Atena Nike, no flanco meridional do Propileus (portão de entrada) da Acrópole, em Atenas (Grécia), construído em ca. 427-424 a.C.

No processo de evolução, os templos gregos foram adquirindo maior dimensão, mas também maior complexidade e número de variantes. O espaço simétrico ao *pronaos*, formado pela duplicação da fachada principal na fachada posterior, como é o caso do duplo distilo *in antis* e do anfiprostilo, designa-se por opistódomo (*opisthodomos*, «compartimento posterior»). Este espaço podia ser aberto, mas se fosse fechado, formando uma sala anexa ao *naos*, funcionava como ádito, funcionando como sala de tesouro para a colocação de oferendas voti-

¹⁸ JANSON, 1992: 118-128.

vas e de acesso unicamente a sacerdotes. Além do opistódomo, um templo podia ter também ádito, formando uma série de quatro compartimentos. No mesmo sentido, em alguns casos a fila de colunas passou a envolver o *naos* em todo o perímetro (peristilo), dando origem ao períptero (*peripteros*), (Fig. 8, e). Quando as colunas laterais, ou mesmo todas as colunas menos as da fachada principal, estão embebidas nas paredes, com função não estrutural (pilstras), o templo é considerado pseudoperíptero (*pseudoperipteros*), (Fig. 8, f). Se a colunata (*ptera*) em torno do *naos* é dupla (duas filas de colunas em todo o perímetro do templo), então o edifício é díptero (*dipteros*), (Fig. 8, g). Apesar de existirem outras variantes, o templo grego é formado essencialmente por estes elementos, tendo-se mantido fiel a si mesmo durante séculos, sem alterações significativas.

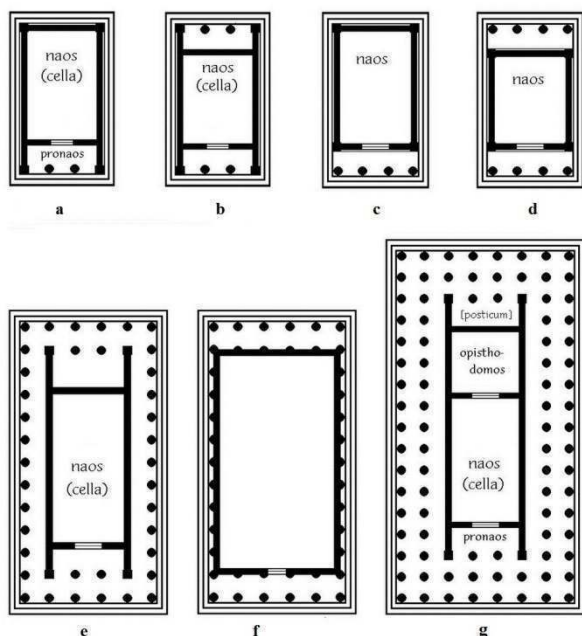


Figura 8. Vários tipos de templo grego: a. *distylos in antis*; b. duplo *distylos in antis*; c. prostilo; d. anfiprostilo; e. períptero; f. pseudoperíptero; g. díptero.

A partir do século V a.C., surgiram construções em torno da ágora, que não só era o lugar de reunião da assembleia, mas também de mercado, de negócios e de convívio social, sendo o centro da *polis*. As bancas de mercado tornaram-se abrigadas por uma estrutura coberta – o *stoa* –, aberta para a ágora através de uma colunata. Edifícios administrativos, santuários, fontes públicas e monumentos foram sendo acrescentados nos séculos seguintes, e assim cada *polis* foi adquirindo o seu carácter urbano.¹⁹

¹⁹ POMEROY, 2004: 25, 56-58, 68, 78.

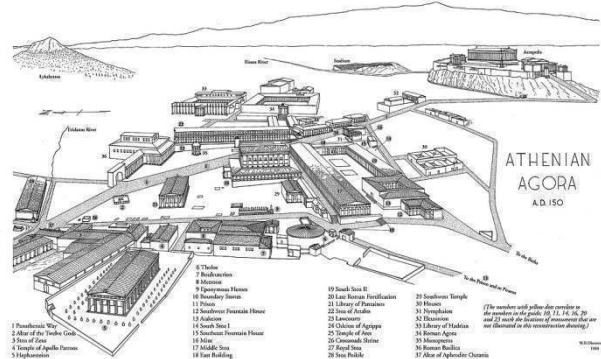


Figura 9. Reconstituição da ágora de Atenas, no seu auge em 150 d.C. Ao longe, a acrópole, em primeiro plano os edifícios que foram sendo construídos em torno do espaço aberto de assembleia.

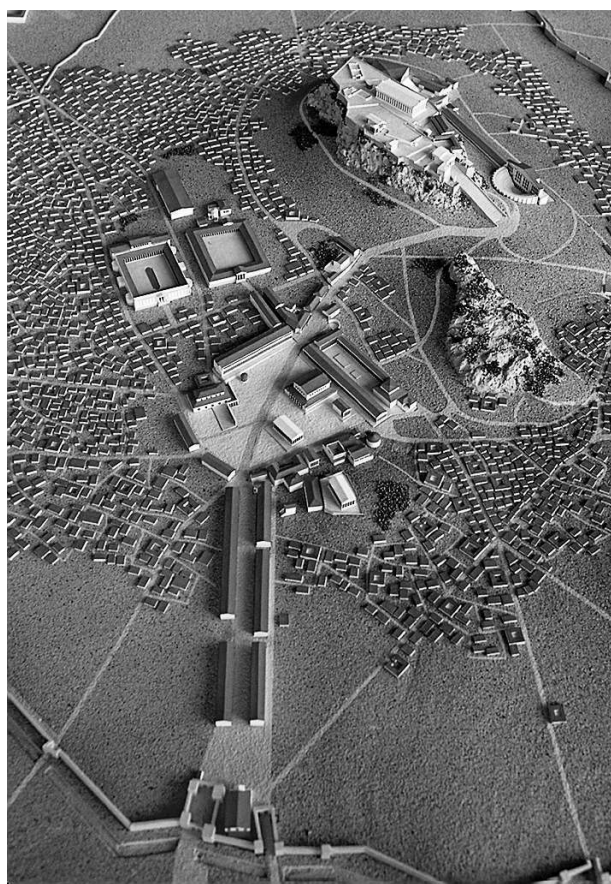


Figura 10. Modelo da ágora e da zona noroeste de Atenas no século II d.C., onde é visível a Via Panatenaica, a estrada principal que vinha de Elêusis, atravessando o portão Dípilon, em direção à acrópole. Uma procissão religiosa percorria este caminho durante as *Pequenas Panateneias* (anuais) e as *Grandes Panateneias* (a cada quatro anos, com realização dos Jogos Panatenaicos), no primeiro mês do ano grego (hecatombeu, ou *Hekatombaión*), em honra de Atena. O cortejo religioso tinha como propósito entregar à deusa Atena, no seu templo na acrópole, uma centena de bois (hecatombe), oferecidos por todas as tribos da Ática.



Figura 11. O *stoa* de Átalo, delimitando a ágora de Atenas a Este; o edifício atual foi reconstruído na década de 1950.

Com a consolidação das *poleis*, os templos tornaram-se um símbolo de cada *polis*, e uma afirmação da civilização helénica. Uma vez que ocorreu uma continuidade na forma e na distribuição espacial, a questão mais importante não é qual a origem da arquitetura do templo grego, resposta que a arqueologia consegue fornecer, mas como e quando se terá especializado a arquitetura, distinguindo a função religiosa das demais, nomeadamente a separação entre o espaço de culto religioso e o de realização de banquetes.

No mesmo sentido, os templos deixaram de situar-se no centro das habitações, e passaram a ser erguidos num lugar proeminente, demarcando as habitações. E também deixaram de ser habitação simultânea do «chefe», para se tornarem morada exclusiva dos deuses. Mesmo as oferendas e as celebrações eram realizadas no exterior, deixando o interior do templo acessível apenas a sacerdotes ou sacerdotisas. Alguns templos foram erguidos na zona limítrofe do aglomerado urbano, e outros mesmo a 5 ou a 12 quilómetros de distância. Embora acessíveis, estes templos estavam distantes da vida quotidiana dos cidadãos. Mas em todos os templos, uma imensa quantidade de oferendas eram depositadas, revelando uma intensa atividade. Esta demarcação entre o espaço religioso e o espaço profano, indica uma mudança de mentalidade. O território no qual se erguia o templo era sagrado (*temenos*), e um lugar onde a dimensão sagrada se inseria na realidade mundana, estabelecendo uma ligação. E essa mudança é o nascimento da *polis*, da qual o templo grego é o símbolo.²⁰

²⁰ POLIGNAC, 1995: 19-25.

1.2.4 Da gens grega e da habitação: o *oikos*

O agregado familiar grego – o *oikos* – englobava a casa, aqueles que a habitavam ou nela trabalhavam, e a propriedade no seu conjunto, incluindo terrenos, bens e pessoas, que eram transmitidos como herança ao primogénito em cada geração. A sociedade grega era fortemente patriarcal, e desde o Período Homérico que as mulheres não possuíam autonomia, ou identidade própria legal, sendo consideradas propriedade dos homens, literal e simbolicamente. Tanto as mulheres livres como as mulheres escravas eram julgadas e avaliadas segundo a sua beleza, e algumas habilidades menores. Eram usadas como prémio em competições, eram parte do espólio de um saque, e a sua submissão servia o propósito de aumentar o prestígio masculino. Na guerra, após a conquista ou a pilhagem de cidades, os homens eram mortos, mas as mulheres e as crianças por norma eram feitas prisioneiras, e tornadas escravas. Em resultado, os monarcas do tempo de Homero tinham em sua posse um largo número de concubinas escravas. No outro extremo, às mulheres livres era imposto um controlo muito rigoroso, não permitindo qualquer liberdade sexual, na medida em que a virgindade das jovens solteiras era uma posse significativa. Este padrão duplo imposto às mulheres gregas significava que não tinham o controlo da sua vida sexual, pois as escravas concubinas eram vítimas de abuso sem direito a decisão alguma, e as mulheres livres estavam sujeitas a uma monogamia sufocante, igualmente sem poder de decisão sobre com quem casavam ou com quem queriam ter relações.²¹

Esta condição agravou-se na passagem do Período Homérico para os Períodos Arcaico e Clássico, reduzindo gradualmente o papel social das mulheres à função de dar à luz herdeiros. Não tinham cidadania nem direitos políticos, pertencendo unicamente ao *oikos* (enquanto os homens pertenciam à *polis* e ao *oikos* em simultâneo, podendo participar da vida política). Eram limitadas na dimensão dos negócios que podiam conduzir, e nas heranças que podiam receber. Os negócios eram dirigidos pelos maridos ou pelos pais, e raramente as mulheres recebiam uma herança, pois a lei estabelecia a herança por linhagem masculina (agnática). Na prática, as mulheres livres não tinham mais direitos do que as mulheres escravas. Contudo, a perda de direitos na passagem para uma sociedade patriarcal não foi uniforme,

²¹ POMEROY, 1995: 25-26.

pois as mulheres de Esparta preservaram muitos dos seus direitos. É possível que outras *poleis* fossem menos repressivas, mas os relatos escritos conhecidos são em grande parte do Período Clássico em Atenas, onde as mulheres foram alvo de uma repressão extrema.²² As mulheres de Esparta podiam receber heranças, e tinham uma formação superior às suas congêneres em território grego. Do mesmo modo, o vestuário era adequado à vida quotidiana, sinal evidente da diferença na liberdade e nos direitos entre as mulheres em Esparta e em Atenas no Período Clássico: as mulheres espartanas usavam um peplo dórico com abertura lateral, deixando as pernas visíveis e com movimento livre, enquanto as atenienses usavam um quíton jónico, volumoso e até aos pés, restringindo os movimentos. Segundo Heródoto, o peplos dórico era usado pelas mulheres gregas em geral. Em Atenas, foram obrigadas a usar o quíton jónico, que era costurado a todo o comprimento sem recurso a pregadeiras, supostamente como castigo por terem usado as pregadeiras (alfinetes que seguravam o tecido nos ombros) para atacarem um homem (Figs. 12 e 13).²³

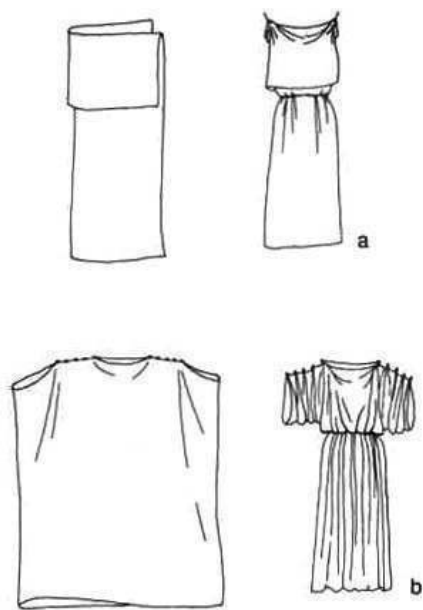


Figura 12. O vestuário das mulheres gregas: o peplo dórico (a) e o quíton jónico (b). In Adkins & Adkins, 2005: 450.

Com a Constituição de Sólon (c.630-c.560 a.C.) foi institucionalizada a distinção entre senhoras e prostitutas, na medida em que foi banida a venda da própria pessoa ou de crianças para escravatura, mas legalizada a venda de jovens mulheres que tivessem perdido a virgindade antes do casamento, pelo seu tutor legal.

Também instituiu prostíbulos propriedade do Estado, com trabalhadores escravos, o que tornou Atenas mais atrativa para estrangeiros interessados em enriquecer, como artesãos, mercadores e prostitutas. Contudo, a lei de Sólon não torna evidente qual seria o estatuto da mulher livre ateniense, pois a repressão e a ausência de direitos não exclui que as mulheres fossem respeitadas dentro do *oikos*, gozando assim de um certo *status*. Contudo, sem dúvida, mesmo tendo um *status* elevado em comparação com as prostitutas, a vida das mulheres livres era vivida dentro de casa, em confinamento forçado pela censura social, num ambiente pouco salubre, e sem acesso a uma verdadeira formação académica.²⁴

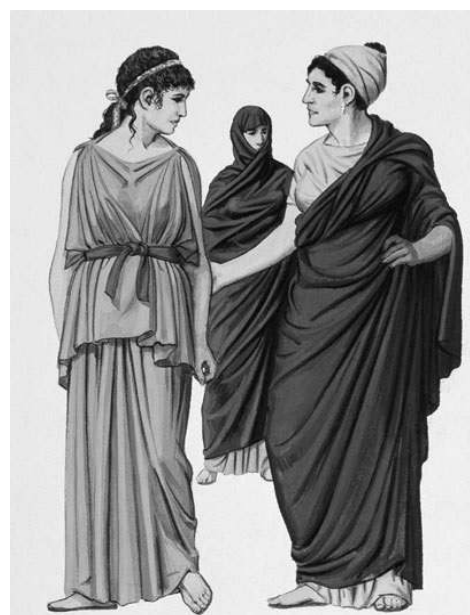


Figura 13. Mulheres gregas envergando quíton e *himation* (manto). In Garland, 2009: 136.

Para garantir a continuidade do *oikos*, e a independência dos *oikoi* que eram a base do Estado, a prioridade era garantir a cada geração um herdeiro do sexo masculino. Neste sentido, numa *oikos* onde não existisse um filho herdeiro, a filha podia herdar o património, sendo designada por *epikleros*, mas ela própria era considerada parte da herança, ou seja, não herdava o património em nome próprio, apenas o detinha para o transmitir ao homem com quem viesse a casar, e ao seu filho primogénito. O parente mais próximo da família paterna da *epikleros* que não fosse casado ficava obrigado a casar com ela, para garantir a permanência do património dentro do mesmo *oikos*, numa linha de sucessão masculina, com prioridade para os

²² ADKINS & ADKINS, 2005: 442.

²³ POMEROY, 1995: 36.

²⁴ POMEROY, 1995: 57-60.

irmãos do pai (tios paternos), e depois aos filhos destes (sobrinhos paternos). As *epikleroi* mais abastadas geravam concorrência, e houve casos de parentes que se divorciaram das suas esposas para poderem casar com uma *epikleros*, por ser mais vantajoso (nestas situações, primeiro tendo garantido segundo casamento para as esposas de quem se divorciaram). Herdeiras em situação económica desfavorável podiam herdar as dívidas do seu pai, e o Estado obrigava o parente agnático mais próximo a casar com ela ou a conceder-lhe um dote suficiente para garantir um casamento. Em consequência deste sistema legal tão restritivo, a mulher ateniense almejava a dois objetivos na vida: casar e ter filhos. Vivia perpetuamente sob o domínio de um tutor masculino; primeiro, do seu pai (ou do parente agnático mais próximo), depois do casamento ficava sob o domínio do seu marido, e depois de viúva, dos seus filhos se fossem maiores, ou do tutor deles. Se uma viúva não tivesse filhos, regressava à casa do seu tutor inicial, ou dos descendentes dele. Assim, pais responsáveis só educavam filhas se tivessem a capacidade económica para financiar, no futuro, um dote para o casamento delas, que estivesse de acordo com a sua condição social. Do mesmo modo, um dote generoso poderia garantir um casamento acima da sua classe, permitindo a ascensão social. Nos casos em que um pai não tivesse sentido de responsabilidade, ou tivesse sofrido um revés, os parentes mais ricos podiam financiar o dote, e por vezes Atenas financiou o dote para filhas de homens que serviram o Estado. O dote era mantido intacto durante toda a vida da mulher, e servia para garantir o seu sustento, correspondente a 18% ao ano. O dote passava do pai para o noivo, e em caso de divórcio tinha de ser restituído na íntegra ao tutor da ex-mulher, ou efetuado o pagamento de 18% de juros, para garantir o sustento dela. Assim, com o dote intacto, uma mulher ateniense divorciada estava perfeitamente apta para casar segunda vez, e se fosse viúva e herdeira de um marido rico, tendo aumentado o seu património, seria sem dúvida uma candidata apelativa para segundas núpcias.²⁵

Idealmente, uma mulher deveria casar por volta dos catorze anos com um homem com cerca de trinta. O motivo seria, eventualmente, a desproporção entre o número de mulheres e de homens, pois as mulheres eram em menor número. Também se devia à urgência em casar as raparigas o mais cedo possível para garantir a sua virgindade, e à obrigação que os homens

tinham de servir como soldados ao Estado durante dez anos. Casando por volta dos trinta anos, um homem ateniense poderia falecer com cerca de quarenta e cinco anos, deixando dois ou três filhos, e uma viúva jovem que poderia voltar a casar. Era prática corrente o marido, ainda em vida, arranjar um casamento adequado para a sua futura viúva, de modo a garantir o seu futuro e o dos filhos que tinham em comum. O divórcio era fácil de obter, tanto por mútuo acordo, como por solicitação de um dos cônjuges. Se fosse o marido a iniciar a ação, basta enviar a esposa de volta para a casa do tutor dela; se fosse a esposa a iniciar o processo de divórcio, tinha de ser representada legalmente pelo seu pai ou por um cidadão do sexo masculino, que levava o caso à presença do *archon*. Ao final, como o propósito máximo do casamento era a produção de herdeiros, as crianças eram pertença da família paterna, e em caso de divórcio ou de viuvez, elas permaneciam com a família do pai, no seu *oikos*, e a mulher ficava livre para voltar a casar e conceber filhos do seu futuro marido.²⁶

Uma das consequências da formação das *poleis* foi a substituição da vida rural pela vida cidadina, o que para as mulheres representou o confinamento absoluto, pois as suas atividades tornaram-se restritas ao interior das casas. O seu trabalho tornou-se, assim, menos visível e menos valorizado. A vida urbana acentuou a diferenciação entre as atividades das mulheres e dos homens, tal como entre as atividades das diferentes classes sociais. Os homens que eram cidadãos atenienses podiam enveredar por carreiras públicas na política, no exército, no desporto, no comércio ou na vida intelectual, enquanto as atividades menos dignificantes eram deixadas para os estrangeiros residentes (*metecos*), e as mais degradantes, ou mais desgastantes, para os escravos. As mulheres da classe alta estavam excluídas da vida pública masculina, e dedicavam-se a governar a casa, gerindo um certo número de escravas, com as quais podiam dividir tarefas se assim desejassem, como fiar e tecer, atividades que faziam parte da sua formação. Como o trabalho das mulheres, mesmo as da elite, era equivalente ao dos escravos por ser doméstico, não tinha valor aos olhos da sociedade. Por esse motivo, as senhoras da elite podiam ter tendência a querer demarcar-se do trabalho doméstico. As mulheres de todas as classes sociais viviam dentro de casa, ou nas suas imediações, cuidando das crianças e de doentes, fabricando o vestuário e cuidando da preparação das refeições. Como as

²⁵ POMEROY, 1995: 60-64.

²⁶ POMEROY, 1995: 64-65.

saídas para ir buscar água à fonte eram uma oportunidade para a bisbilhotice e para namorar, as senhoras atenienses não realizavam essas tarefas, que eram deixadas para as suas escravas. No mesmo sentido, fazer compras no mercado era considerado uma tarefa masculina, para evitar que as senhoras fossem vistas por outros homens na via pública, ou interagissem com os comerciantes, ao que se associou o estigma de que as transações financeiras eram operações demasiado complexas para serem realizadas por mulheres. Os únicos passeios socialmente aceitáveis para as mulheres eram os festivais religiosos e os funerais, sempre acompanhadas de escravas. As mulheres mais velhas ou viúvas gozavam de maior liberdade. As mais pobres, que eram aquelas que não tinham escravas próprias para fazerem o trabalho doméstico, trabalhavam fora de casa, tal como os seus maridos, realizando tarefas associadas ao trabalho doméstico, na qualidade de lavadeiras, ou na indústria têxtil para a produção de vestuário; também vendiam o produto do seu trabalho em casa, que fiavam ou teciam, ou podiam ser contratadas como amas de crianças ou como parteiras.²⁷

A separação social entre homens e mulheres traduziu-se diretamente na divisão espacial entre o espaço público onde os homens realizavam as suas atividades, e o espaço doméstico privado, onde viviam as mulheres em reclusão. (Exceção para as habitações dos mais pobres, onde não havia divisão entre sexos, sendo impossível subdividir o espaço em aposentos separados). E mesmo dentro de cada habitação, os espaços estavam separados entre sexos. Os aposentos reservados às mulheres – o gineceu (*gynaikeion*) – eram os mais distantes da via pública, ou no caso de existirem dois pisos, o gineceu ficava no piso superior, tornando assim as mulheres invisíveis, sobretudo durante a visita de outros homens ao dono da casa.

As habitações assim compartimentadas foram resultado de um processo evolutivo, desde as construções em madeira e adobe, semelhantes em contexto rural e em contexto urbano, passando para uma acomodação dentro de muralhas. Na transição para a Idade do Ferro, a partir de 700 a.C., as habitações típicas da Idade do Bronze, com planta retangular e abside, ou de planta oval, foram dando lugar a edifícios de planta retangular (Fig. 14, a-b), com uma ou duas divisões apenas, em sequência (com acesso ao segundo compartimento através do primeiro, com acesso à via pública) Durante o

Período Arcaico, as habitações com planta retangular e abside continuaram a ser construídas, embora apenas para desempenhar funções religiosas, servindo como templos. As habitações evoluíram no sentido da diversificação, variando entre as habitações simples retangulares com um dois compartimentos, e as habitações com diversos compartimentos, justapostos de forma radial (Fig. 15, a-e).

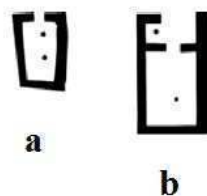


Figura 14. Plantas de habitações gregas do início da Idade do Ferro, século VIII a.C., em Emporio, ilha de Quios (Grécia). In Lang, 2005: 16.

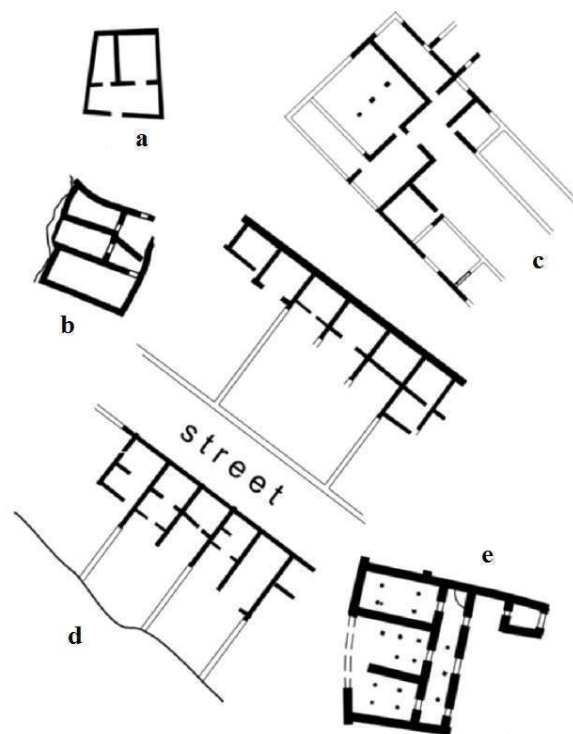


Figura 15. Plantas de habitações gregas do Período Arcaico, de diversas localidades: a. Égina (ilhas Sarónicas); b. Dreros (Creta); c. Kopanaki (Messénia); d. Vroulia (ilha de Rodas); e. Onythe (Creta). In Lang, 2005: 16.

Na Idade do Ferro era predominante a sequência linear, atravessando um primeiro, de uso comunitário, para chegar ao segundo, eventualmente mais reservado. No Período Arcaico o padrão tornou-se radial, com disposição em torno do primeiro compartimento, e com acesso separado. Numa etapa seguinte, o comparti-

²⁷ POMEROY, 1995: 71-73; ADKINS & ADKINS, 2005: 442.

mento central que dava acesso aos outros compartimentos em volta, tornou-se um pátio aberto interior. Assim, existiam nesta altura três tipos de compartimento: a divisão com uma porta de entrada; a divisão com duas portas, que podia ser percorrida para dar acesso a outro compartimento; e a divisão com três ou mais portas, unicamente de circulação. A estrutura sequencial, linear, de compartimentos, a mais antiga, da Idade do Ferro, caiu em desuso na habitação, mas manteve-se na estrutura dos templos.

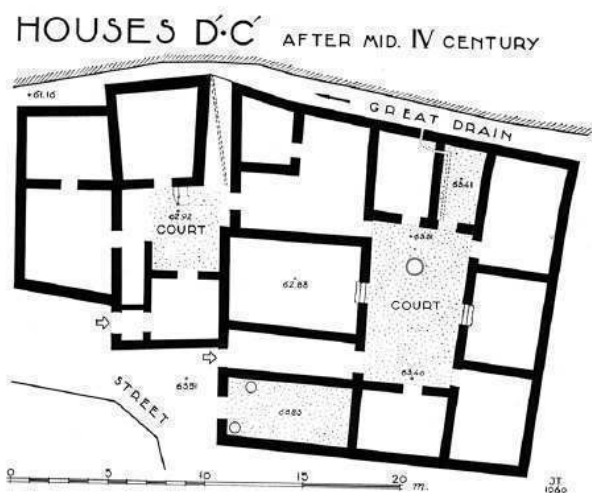


Figura 16. Planta das casas D e C em Atenas, no século IV a.C., localizada na rua dos marmoristas (trabalhadores de mármore). In Tsakirgis, 2005: 73.

A ampliação da dimensão das habitações no Período Arcaico revela uma melhoria das condições económicas e materiais, pois a sua construção exigia vigas de madeira de maior dimensão, o que por sua vez requeria alicerces construídos em pedra sólida. No mesmo sentido, o armazenamento de alimentos tornou-se mais elaborado; nas habitações da Idade do Ferro os *pithoi* (vasos de grande dimensão), colocados sobre bancos de madeira, eram dispostos no compartimento comunitário; a partir do Período Arcaico, surgem as adegas (ou caves) especificamente para armazenamento. O sistema construtivo também sofreu alterações significativas: a técnica de alvenaria de pedra foi melhorada, permitindo a construção de um segundo piso, sobre o térreo, e a alvenaria de adobe foi reforçada com travejamento transversal. Paredes mais robustas e uma estrutura de madeira substancial eram suficientes para suportar a estrutura do telhado, tendo assim desaparecido o uso de postes ao longo da habitação. Outra inovação foi a introdução de coberturas em telha de barro, em vez do tradicional colmo. Nesta transição, a estrutura da cabana ancestral desapareceu por completo, dando lugar à arquitetura doméstica caracteris-

ticamente urbana das *poleis*. A mudança na estrutura da habitação acompanhou a mudança social. A produção de artesanato, que desde tempos remotos era parte integrante da economia doméstica, uma atividade comunitária de cada *gens* para consumo próprio, tornou-se especializada, e a demanda de produtos nas *poleis* gerou o aumento de produção, consequentemente gerando a criação de lojas e oficinas, em geral o compartimento térreo sobre o qual habitava o artesão e a sua família (Fig.16).

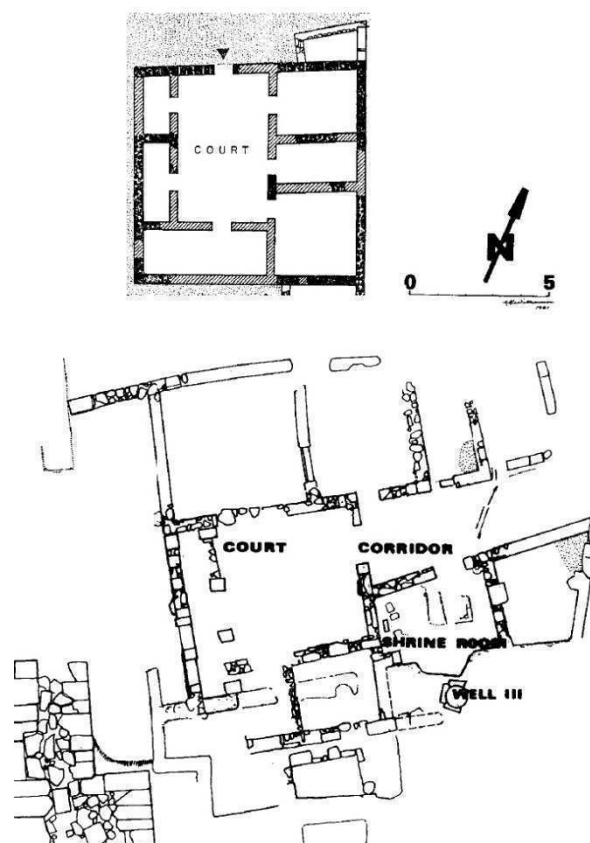


Figura 17. Planta de uma habitação em Atenas, na encosta nordeste do Areópago, do Período Clássico (em cima), e de uma habitação em Corinto, conhecida por «Fábrica de Terracota», do Período Clássico (em baixo). In Fiedler, 2005: 103.

Até então, o acesso à habitação permitia entrar diretamente na divisão comunitária, interligando visualmente os habitantes aos seus vizinhos e criando proximidade; de ora em diante, o encontro entre pessoas, habitantes e transeuntes, foi dificultado pelo átrio ou corredor de entrada, cuja função principal era de circulação, afastando a atividade doméstica e os habitantes para longe dos olhares externos, criando uma barreira social significativa. O espaço privado que fluía com o espaço público, interligando famílias, tornou-se demarcado, e passou a obrigar ao convite para entrar. Assim,

aumentou a privacidade, mas também o isolamento dos habitantes em relação ao exterior.²⁸

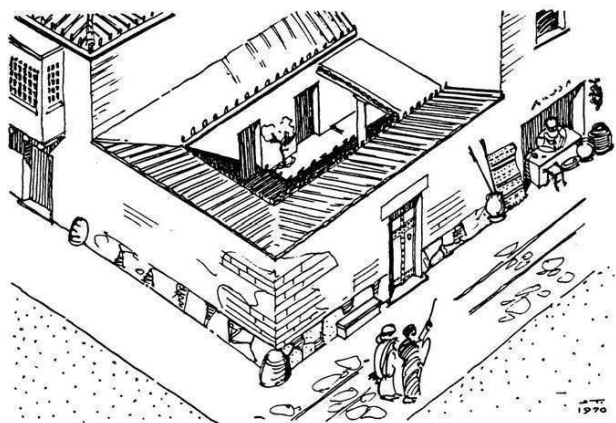


Figura 18. Reconstrução de uma casa em Atenas (desenho por American School of Classical Studies at Athens). In Garland, 2009: 129.

Não obstante a dimensão superior das habitações arcaicas e clássicas, em comparação com as suas antecessoras da Idade do Ferro, com maior número de compartimentos e divisões mais amplas, a centralidade gerada pelo ponto central de circulação que era o pátio, permitia a comunicação visual constante entre todos os habitantes da mesma casa. Para passar de uma divisão para outra, ou para realizar tarefas domésticas entre a zona de preparação de alimentos e a de armazenamento, cada pessoa seria capaz de observar esses movimentos a partir da divisão onde estivesse. Este controlo visual, que permitia ao dono e à dona da casa vigiarem os filhos e os escravos, e aos cônjuges entre si, certamente terá reforçado o controlo moral imposto pela sociedade. Apesar da unidade visual entre membros do *oikos*, o maior número de compartimentos indica a subdivisão do trabalho, claramente marcada pela hierarquia social, cada pessoa desempenhando uma tarefa que lhe era destinada. A divisão entre classes sociais distinguia os escravos dos seus senhores, que eram cidadãos. A divisão entre sexos determinava a área da casa que cada um habitava com mais frequência: em geral, as mulheres viviam no piso superior, e os homens no piso térreo, na proximidade das zonas de serviço doméstico. No dia-a-dia, era provável que todos circulassem com alguma liberdade pela casa, mas na presença de convidados do sexo masculino as mulheres retiravam-se para os seus aposentos, podendo observar sem serem vistas. A preocupação máxima era a proibição do contacto entre a dona da casa e outros homens que não fossem seus familiares, de

modo a garantir o mais possível que os filhos seriam efetivamente filhos biológicos do seu marido, o dono da casa.²⁹

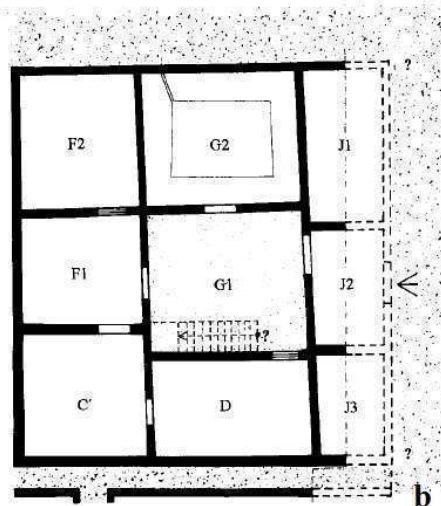
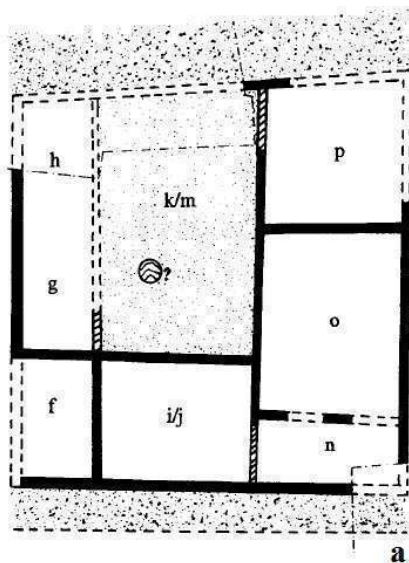


Figura 19. Plantas de habitações gregas em Lêucade (ilha de Lêucade, Grécia), do final do Período Arcaico/ início do Clássico (a), e do Período Helenístico (b). In Fiedler, 2005: 102.

Na transição do Período Arcaico para o Clássico, as habitações foram gradualmente adquirindo uma planta mais regular, o que é notório nas *poleis* mais antigas, como Atenas e Corinto (Figs. 17, 18 e 19).³⁰ Até ao século IV a.C., Atenas era formada por ruas estreitas e sinuosas, escuras, com habitações de fraca qualidade construtiva, na sua maioria localizadas a nordeste da Acrópole.³¹

Nas novas *poleis* fundadas de raiz, o planeamento prévio racional permitiu a criação de uma malha urbana ortogonal, e a construção de

²⁸ LANG, 2005: 26-29.

²⁹ NEVETT, 2010: 54-55.

³⁰ FIEDLER, 2005: 100-101.

³¹ GARLAND, 2009: 127-128.

habitações igualmente regulares, com fabrico em série. Dois modelos foram recorrentes no período clássico, a habitação do tipo *pastas*, usual em Olinto (Figs. 20, 21 e 22), e a de tipo *prostas*, em Priene.

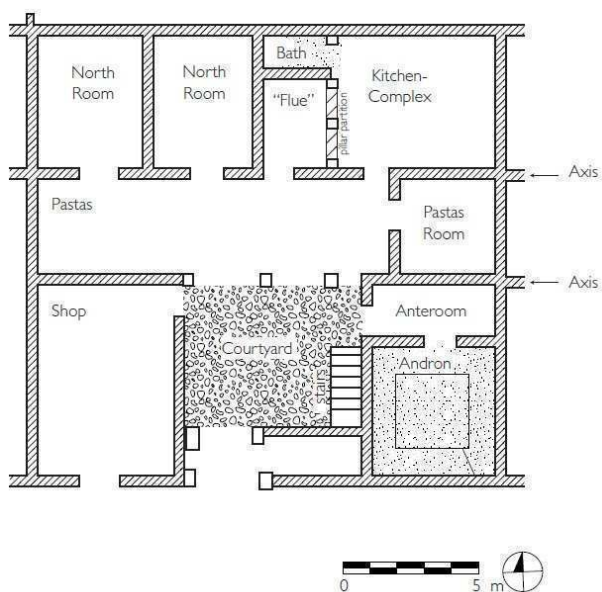


Figura 20. Planta de uma casa do tipo *pastas*, do Período Clássico, em Olinto (Grécia). In Cahill, 2002: 76.

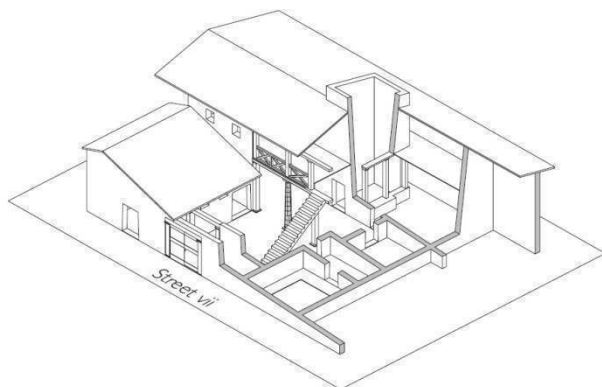


Figura 21. Reconstrução da casa A vii 4, em Olinto (Grécia). In Cahill, 2002: 105.

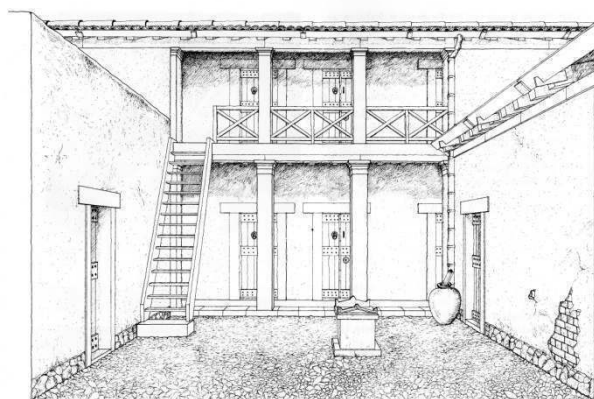


Figura 22. Reconstrução de uma casa em Olinto: vista para a fachada sul do pátio interior (desenho de W. Jo Brunner). In Hoepfner & Schwander, 1986: 58.

Em suma, no espaço doméstico grego não existe, para os arqueólogos, uma clara definição de qual seriam os compartimentos especificamente masculinos ou femininos, dos donos ou dos escravos, mas por senso comum e por comparação com culturas atuais com estrutura social equivalente, é geralmente aceite que o piso superior seria sobretudo habitado pelas mulheres da família, e que os escravos trabalhavam na zona de serviço (de preparação de alimentos, entenda-se, cozinha e despensas). Como aos homens estavam reservadas as atividades externas, na política e nos negócios, tanto mulheres da família como escravas habitariam durante o dia também no piso térreo, onde ficavam as salas com os teares, onde era fabricada a roupa (ou parte dela). Na presença de convidados do sexo masculino, então as mulheres retirar-se-iam para os seus aposentos. Tal era o caso na ocorrência de *symposia* (festas para beber), na qual só podiam participar homens; as mulheres da família não podiam participar, por ser desonroso para elas, mas podiam estar presentes dançarinas contratadas e *hetairai* – literalmente «mulheres companheiras», que eram contratadas para fazer companhia, por serem cultas e pelo seu charme, não necessariamente por prestarem serviços sexuais, embora fossem efetivamente prostitutas da elite, dado que para as mulheres livres não havia outra possibilidade de carreira profissional que não fosse a prostituição. Na habitação, um simpósio (*symposion*) decorria numa sala específica, de planta quadrada, com sofás reclináveis em volta, encostados à parede – uma sala designada por *andron* (Fig. 23).³²

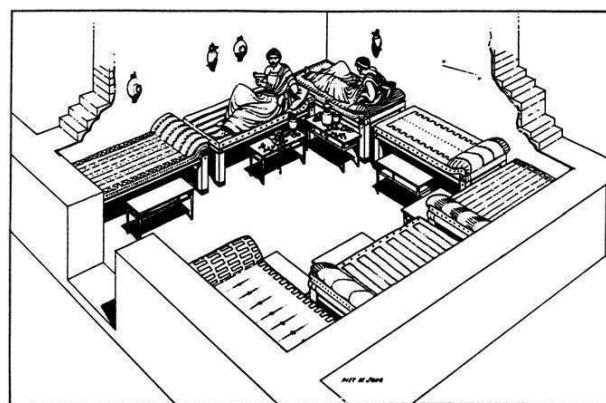


Figura 23. Reconstrução de um *andron*, preparado para um *symposium* (desenho por American School of Classical Studies at Athens). In Garland, 2009: 149.

³² ADKINS & ADKINS, 2005: 44; GARLAND, 2009: 146.

Antes do simpósio, a reunião começava com um banquete, que encerrava com a partilha do vinho entre os convidados em honra de alguma divindade, e era seguido do simpósio propriamente dito, no qual se conversava, bebia e se festejava, podendo elevar-se a sérios debates políticos ou filosóficos, ou derivar em orgias, como surge representado em alguma cerâmica pintada. Era sobretudo um privilégio da classe média ou alta relacionada com a política, um fenómeno urbano, e cuja aparição se deu já no período clássico. Naturalmente, como já referido, para os mais pobres e os que não eram cidadãos, os compartimentos e os ritos sociais acima referidos não existiam, por serem as suas habitações demasiado modestas.

De tudo o que foi exposto, conclui-se que foi na transição para a vida urbana que a cabana ancestral se perdeu, sendo substituída pelas habitações de alvenaria (em geral, com dois pisos), com um pátio interior central, e cobertura de telha, a imagem de habitação habitualmente associada ao Mediterrâneo. Com o tempo, mesmo as habitações em zonas rurais se foram adaptando, até deixar cair no esquecimento a cabana milenar. Na mesma transição, a habitação perdeu o seu caráter central comunitário, tornando-se um espaço de encarceramento das mulheres. O trabalho doméstico perdeu o seu valor, tornando-se tarefa para escravos, sendo que a escravatura foi entretanto instituída. Assim, na passagem da cabana para a habitação urbana encontram-se em jogo as diversas desigualdades sociais que se tornaram instituídas e permanentes. Esta sociedade violenta e injusta, mesmo que democrática para os cidadãos livres, tornou-se exemplo para a restante Europa nos séculos seguintes, num processo que se designa por urbanização do Mediterrâneo, que ocorreu em resultado da proliferação de novas *poleis* nessa região, fundadas por comerciantes gregos, em movimentos migratórios regulares. A expansão comercial grega levou à dispersão da sua cultura, tendo influenciado sobretudo os povos autóctones da Itália, e sido adotada por aqueles que vieram a tornar-se *romanos*.

1.2.5 A colonização grega da Itália (*Magna Graecia*), 750-550 a.C.

A partir do século VIII a.C., ocorreu um movimento migratório significativo e regular, de navegadores e comerciantes gregos em direção ao sul da Itália, numa primeira fase, e ao sul da França e da Espanha, numa fase posterior. Nos lugares de destino, os comerciantes gregos fundaram *poleis*, governadas pelas suas

poleis de origem – doravante designadas por metrópoles. Eram pontos comerciais, bem recebidos pelos poderes locais autóctones, que viam grande benefício em terem no seu território uma *polis* grega para escoarem os seus produtos, e obterem produtos de outras zonas do Mediterrâneo. Embora este movimento migratório seja designado modernamente por «colonização grega», é alvo de debate desde há dois séculos, albergando sérias implicações. Em causa está a própria noção de «colónia», um conceito cujo significado difere consoante a época. A tarefa de conhecer com rigor o que os gregos do século VIII a.C. entendiam por «colónia», é impossibilitada pela inexistência de relatos escritos desse período, dado que os relatos históricos mais antigos de que há conhecimento foram escritos cerca de trezentos anos depois, pelos historiadores Tucídides (c. 460-400) e Heródoto (c. 484-425), este último conhecido por «Pai da História». Assim, o Período Arcaico (c.700-500 a.C.), durante o qual ocorreu a colonização grega, pertence à Pré-História (dado que a «História» começa com a escrita). Embora os mais antigos textos gregos da Antiguidade remontem vagamente a c. 800 a.C., não são fontes históricas, nem têm a pretensão de o ser, dado que se tratam de poemas épicos, sendo eles a *Iliada* e a *Odisseia*, atribuídas a Homero. Ambas as obras relatam parcialmente a Guerra de Troia, que terá eventualmente ocorrido no século XIII a.C., e cujo relato sobreviveu pela continuidade da tradição oral. Tucídides e Heródoto debruçaram-se sobre o assunto, mas foram limitados a relatos pontuais e dispersos sobre acontecimentos ocorridos três séculos antes, e mesmos os relatos dos autores antigos não são de inteira confiança, como tem vindo a ser demonstrado nas últimas décadas por descobertas arqueológicas. A designação usada pelos gregos para os novos assentamentos fundados por colonos era «*apoikia*», que foi traduzida pelos autores romanos por «colonia», uma tradução que foi seguida a partir do Renascimento, influenciando diretamente a visão moderna. Contudo, na mesma época, os autores gregos não traduziam «colonia» por «*apoikia*». Assim, a adaptação do termo «colónia» pelos autores latinos para designar as localidades fundadas durante o movimento migratório grego, provocou uma analogia com as colónias romanas, por sua vez incentivadas pelo Senado, e precipitando a conclusão de que seriam igualmente fruto de motivos políticos, económicos ou militares. Por último, as interpretações contemporâneas, dos séculos XIX e XX, foram claramente influenciadas pelo colonialismo dessa época recente,

do qual dependia a economia de diversos países europeus. Neste sentido, os historiadores deste período apontaram a expansão comercial como sendo o principal motor da colonização grega. Do mesmo modo, colocaram ênfase na distância mantida entre os colonos gregos e os habitantes locais, acentuando a convicção com que, supostamente, os gregos teriam defendido a sua superioridade. Só que esta interpretação reflete claramente a relação mantida entre os exploradores europeus e os seus súbditos nativos das regiões colonizadas, e não tanto a realidade entre gregos e os seus vizinhos autóctones, o que tem vindo a ser cada vez mais demonstrado.³³

A explicação mais acertada baseia-se na noção de que, com o crescimento demográfico, agravou-se a pressão sobre o solo. Não necessariamente por escassez de terreno arável, mas sobretudo pela crescente apropriação dos lotes mais produtivos pelas famílias da aristocracia, parte da população foi forçada a emigrar. Consequentemente, a intensificação do comércio provocou um florescimento económico nas cidades e povoações de origem, conhecido por «Renascimento Grego», com a reintrodução da escrita. O alfabeto grego micénico, extinto durante séculos após a queda de Micenas, deu lugar ao alfabeto grego, ainda hoje utilizado. A cultura e a religião desenvolveram-se e consolidaram-se. Em 776 a.C., realizaram-se os primeiros Jogos Olímpicos, o que marca o início do Período Arcaico.³⁴

A colonização grega não terá sido resultado de uma política centralizada, ou determinada por iniciativa de um governo central, pois cada *polis* de origem possuía autonomia administrativa, segundo um modelo que viria mais tarde (por volta de 500 a.C.), a dar origem a cidades-Estado. Do mesmo modo, cada colónia era politicamente independente da sua cidade «mãe» (metrópole), com quem mantinha uma relação estreita, mas cordial.³⁵

Por volta de 800 a.C., navegadores gregos dirigiram-se para o sul da Itália e para o Mediterrâneo ocidental, para fundar colónias. Um século mais tarde, os colonizadores gregos voltaram-se para o norte do mar Egeu e para a costa do mar Negro.³⁶



Figura 24. Principais cidades-Estado da Grécia Antiga (e Knossos, na ilha de Creta, o palácio principal da civilização minoica, entretanto desaparecida).

O processo de colonização grega no seu todo ocorreu entre cerca de 750 e 550 a.C. A presença de colonos gregos na Sicília e no sul da Itália foi de tal modo consistente, que a região passou a ser designada por *Magna Graecia* (ou *Megale Hellas*, «Grande Grécia»). Os primeiros colonizadores da Itália eram oriundos de Cálcis e de Erétria, as principais cidades-Estado da ilha de Eubeia (Figs. 24 e 25). Atravessaram o estreito de Messina (que separa o Sul da Península Itálica da ilha da Sicília) em direção ao mar Tirreno, para explorar as ilhas da Córsega e da Sardenha. Em c.775 a.C., fundaram a colónia de Pithecussai (atual ilha de Ísquia), no golfo de Nápoles. A sua localização extremamente favorável fez dela um sucesso, permitindo as trocas comerciais com as populações da Península itálica, e ao acesso às minas de ferro da vizinha ilha de Elba. Em consequência, seguiu-se a fundação de Kyme em c.757 a.C. (Cumus, em Pozzuoli e Bacoli, área metropolitana de Nápoles), por colonos de Cálcis. Por sua vez, desta colónia nasceu Parthênopé (Nápoles), na década seguinte, e duzentos anos mais tarde, os habitantes de Cumus fundaram Dikaiarcheia (área metropolitana de Nápoles), em 531 a.C., na mesma época em que Parthênopé foi refundada, com o nome de Neapolis (nova *polis*), a raiz da atual cidade de Nápoles. Cumus foi a primeira colónia grega na Península Itálica, e o seu desenvolvimento difundiu a cultura grega entre os povos autóctones, nomeadamente os etruscos, que adotaram o alfabeto calcídico, conhecido por «alfabeto de Cumus», que veio a dar origem ao alfabeto latino usado pelos

³³ POMEROY, 2004: 5-6; DESCOEUDRES, 2008: 290-294; DOMMELEN, 2005: 144-147.

³⁴ POMEROY, 2004: 53-54, 87.

³⁵ COLLIS, 2003: 62.

³⁶ POMEROY, 2004: 53-54.

romanos. O alfabeto calcídico, ou grego de Cálcis, era o alfabeto ocidental, que coexistia com o alfabeto jônico, oriental. Em 403 a.C., Atenas adotou o alfabeto jônico, fazendo cair em desuso as demais variantes antigas. Cumas foi também um polo de desenvolvimento regional, tendo contribuído significativamente para o crescimento de Roma, pouco mais de 200 km a Norte, à época uma pequena povoação etrusca, ainda sem quaisquer traços urbanos. De Cumas, com colonos oriundos de Cálcis, na ilha de Eubeia, seguiram-se, entre 734 e 712 a.C., a fundação de quatro colônias na ilha da Sicília: Zancle (atual cidade de Messina), Naxos (sítio arqueológico em Giardini-Naxos, área metropolitana de Messina), Leontinoi (Lentini), e Katane (Catania); e uma na Península Itálica: Rhegion (Reggio di Calabria), a segunda colônia grega mais antiga da península, a seguir a Cumas. Por sua vez, Zancle, que não dispunha de solo arável em quantidade suficiente, fundou Mylae (atual cidade de Milazzo), numa região previamente inabitada. Zancle fundou também Himera (sítio arqueológico em Termini Imerese, próximo de Palermo), em c.648 a.C.³⁷



Figura 25. As colônias gregas da Magna Graecia (sul da Itália), 750-500 a.C.

Outras cidades-Estado gregas participaram também na colonização. Em 733 a.C., navegadores oriundos da cidade-Estado de Corinto fundaram Syrakousai (atual Siracusa, capital da Sicília). Por sua vez, esta colônia fundou Akrai

(sítio arqueológico nas imediações de Palazzolo Acreide), em 663; Kasmene (provavelmente em Buscemi e Giarratana), em 643; Kamarina (sítio arqueológico em Ragusa), em 598; e Helorus (sítio arqueológico em Noto). De Megara, na época uma dependência de Corinto, saíram os fundadores de Megara Hyblaea (728 a.C.), na ilha da Sicília. Por sua vez, Megara Hyblaea fundou Selinus (sítio arqueológico em Castelvetro), em 628. De Selinus saíram os fundadores de Heraclea Minoa (sítio arqueológico em Cattolica Eraclea, Agrigento), em c.510 a.C.

Os fundadores de Gela (ainda hoje, cidade de Gela, Sicília), de 688, eram provenientes das ilhas de Rodes e de Creta. Esta colônia fundou Akragas (hoje cidade de Agrigento), em 580. A colônia de Sybaris (atual Sibari), no sul da Península Itálica, foi fundada em 720 a.C., por aqueus (de Acaia, região norte do Peloponeso), e por cidadãos de Troezen (sudoeste do Peloponeso). Os colonos aqueus fundaram também Kroton (Crotone), em 709 a.C.. Sybaris foi alvo de ataque de Kroton, que acabou por provocar a sua ruína, e os seus habitantes partiram para a Grécia, em busca de auxílio. No regresso, setenta anos depois, em 444 a.C., fundaram a cidade de Thurii (atualmente, o Parque Arqueológico de Sibari), tendo sido esta a única colônia fundada por Atenas no Mediterrâneo ocidental. Foi também uma das últimas colônias gregas na Itália. Sybaris fundou Laos (Santa Maria del Cedro, Marcellina), Poseidonia (sítio arqueológico de Paestum, em Capaccio Paestum, Salerno), e Pyxous (Policastro Bussentino, Santa Marina, Salerno). A colônia de Taras (atual Taranto), foi fundada por gregos da cidade-Estado de Esparta (sudeste do Peloponeso), em 706 a.C., a única colônia fundada por espartanos. Locri Epizefiri (atual Locri), foi fundada por habitantes da região da Lócrida, em 679, e por sua vez deu origem a Hipponion (Vibo Valentia), e Medma (Rosano).³⁸

A partir de 600 a.C., começou uma segunda fase de colonização grega, quando surgiram navegadores da Foceia, na Jónia (costa do Egeu da atual Turquia), equipados com galés. Atravessaram o estreito de Messina e avançaram ao longo da linha de costa, pelo sul de França, pela costa espanhola, até ao estreito de Gibraltar (Fig. 26). Os foceanos fundaram as colônias de Messália (atual Marselha, França), e de Ampúrias (na região de Alto Ampurdán, Catalunha, Espanha). Em simultâneo, outras tantas colônias foram fundadas pelos fenícios, um povo de origem semita, oriundo do atual Líbano e Norte de Israel. A sua expansão comercial foi impul-

³⁷ GRAHAM, 2006: 94-109; CUNLIFFE, 1994b: 336-337; CUNLIFFE, 1999: 45; POMEROY, 2004: 66.

³⁸ GRAHAM, 2006: 105-113, 160-162.

sionada pelo Império Assírio, em direção a Oeste, mas delimitada a Norte e no mar Tirreno pelos gregos, tendo portanto estabelecido as suas rotas ao longo da costa africana do Mediterrâneo, até ao reino de Tartesso, no sul de Espanha, grande exportador de cobre e de prata.³⁹



Figura 26. As colônias gregas do Mediterrâneo ocidental, 750-500 a.C. Adaptado de Pomeroy, 2004: 67.

Enquanto a *Magna Graecia* se desenvolvia, outros povos mais a norte, nomeadamente os latinos e os etruscos, floresciam e expandiam, e beneficiaram da influência cultural e económica das *poleis* gregas das imediações. Dos romanos viria uma atitude diferente, neste caso de conquista pela força e pela diplomacia, com a anexação de territórios. Mas enquanto Roma permaneceu dentro dos limites do seu território, os outros povos da Europa Central e Ocidental continuavam o seu progresso, num ritmo muito mais lento, e relativamente alheios ao notável nascimento da *polis*. As suas vidas eram uma continuação da Idade do Bronze, onde as elites já se tinham formado, mas o impacto das civilizações clássicas depressa iria dar os seus frutos.

2 A IDADE DO FERRO

2.1 *Períodos Hallstatt (800-480 a.C.) e La Tène (480-59 a.C.)*

A Idade do Ferro, na Europa, designa o período em que se deu início à metalurgia do ferro, o que originou uma revolução tecnológica, económica e social. E essa transformação ocorreu em períodos diferentes, em regiões distintas, embora as datas convencionais sejam entre o século VIII a.C. e o século I a.C., sendo que este período terminou em cada lugar com a conquista por Roma. No Este do Mediterrâneo a metalurgia do ferro era prática corrente em 1200 a.C., na Grécia por volta de 1000 a.C., na

Europa Central em cerca de 800 a.C., e na Escandinávia em 500 a.C. Onde a romanização não ocorreu, como por exemplo na Irlanda, a Idade do Ferro prolongou-se até à cristianização, no século V d.C. No Nordeste da Europa, este período estende-se até cerca de 400 d.C., ao alvor da Idade Média.⁴⁰

Na Europa Central, do Norte e Ocidental, de 1200 a 700 a.C., as indústrias da Idade do Bronze desenvolveram-se e concentraram-se por regiões: a norte, nas terras baixas do norte da Alemanha e na Escandinávia; a ocidente, desde a Grã-Bretanha até ao sul de Espanha; a sul, na Itália; no centro, os aglomerados da Cultura de Urnfield (desde o oeste da Hungria ao este da França). Cada um destes sistemas desenvolveu elementos decorativos e utensílios de uso quotidiano próprios, característicos, que raramente eram deslocados para longe do seu local de manufatura, à exceção dos artigos de luxo, que eram exportados regularmente para regiões distantes. Os aglomerados populacionais deste período não iriam além da dimensão da aldeia, não existindo vestígio de qualquer grande concentração urbana, o que é indicado pelo número de sepulturas encontradas nos cemitérios.⁴¹

Na Europa Central, a Idade do Ferro está dividida em duas fases, de acordo com duas culturas que aí floresceram: Hallstatt, entre cerca de 800 a.C. e 480 a.C., e La Tène, entre cerca de 480 a.C. e 59 a.C. (ano em que Júlio César conquistou a Gália). Aos povos destas culturas os romanos chamavam *celtas*, e por esse nome ficaram conhecidos. A designação de *celta*, contudo, merece uma atenção mais detalhada, pois surge na história apenas com a literatura romana, e estingue-se com o começo da Idade Média, embora os povos em si já residissem na Europa anteriormente, e continuaram, formando a população europeia que foi subjugada pelos romanos, mas que culturalmente se manteve relativamente alheia à colonização.

Ao refletir sobre a origem das culturas europeias, surge a dificuldade de reconstituir como seria uma determinada sociedade, tendo por base apenas vestígios arqueológicos, na sua maioria cemitérios e sepulturas. A população residente em território europeu desde o Neolítico até à ocupação romana, não deixou relatos escritos. Assim, as fontes mais antigas são os autores clássicos, que os viam como uma ameaça, tratando-os como estranhos. A designação usada pelos gregos e pelos romanos, que

³⁹ CUNLIFFE, 1994b: 336-339; POMEROY, 2004: 66.

⁴⁰ CRABTREE, 2004b: 137-139.

⁴¹ COLLIS, 2003: 32-37.

os apelidavam de «celtas», alimentou a crença de que os diversos povos formavam uma só raça, e perpetuou uma imagem negativa deles. No final do século XVIII, com o progresso da arqueologia, a influência dos autores clássicos levou os académicos a adotarem a tese de que as nações europeias tinham por origem um povo, com duas ramificações: os celtas e os germânicos. Os celtas seriam oriundos da Europa do sul, tendo-se dispersado quando os germânicos, da zona do Mar Negro, os pressionaram para oeste e para norte, até à Península Ibérica, ao norte da França, à Irlanda, a Gales e à Escócia.⁴² Mas na segunda metade do século XIX, a opinião dos especialistas mudou, devido aos achados arqueológicos das culturas de Hallstatt e de La Tène. A primeira, localizada na Áustria, foi descoberta em 1846 e remonta ao período entre os séculos VIII e VI a.C., no início da Idade do Ferro, e teria derivado da Cultura de Urnfield (Cultura dos Campos de Urnas). Vestígios arqueológicos semelhantes foram encontrados até à região dos Alpes e do norte da Itália, datados do século VI, fazendo supor que a mesma cultura se teria expandido para Ocidente. Em 1857, foi descoberto o sítio arqueológico da Cultura de La Tène, na Suíça, datado entre os séculos V e I a.C., na Idade do Ferro tardia. Baseando-se nestes achados, os académicos presumiram que estas culturas seriam a origem dos povos celtas, e dessa região central teriam migrado para a Península Ibérica e para a Grã-Bretanha. E foi esta a teoria prevalecente durante o século XX, ainda hoje em vigor.⁴³

Para os linguistas, as línguas celtas correspondem a um dos ramos das línguas indo-europeias, a par com as línguas germânicas e itálicas. Contudo, não existem relatos escritos do primeiro milénio a.C., sendo esta classificação resultado da análise de textos redigidos num período mais tardio, quando os povos bárbaros aprenderam a escrever, em latim ou em grego, por influência da cultura clássica. A língua celta ainda é atualmente falada, na Irlanda, na Escócia, em Gales. O gaélico irlandês, considerado a língua indígena da Irlanda, já era falado no primeiro milénio d.C., embora nunca em zonas urbanas, pois as primeiras cidades na Irlanda foram fundadas por comerciantes nórdicos no século IX, mais tarde apropriadas pelos normandos franceses e, no século XII, por comerciantes ingleses. O gaélico escocês, pensa-se que terá sido levado para o sudoeste da Escócia por migrantes do norte da Irlanda, nos

séculos V e VI. Quando a aristocracia inglesa se tornou anglo-saxã e normanda, o inglês e o francês tornaram-se as línguas da elite escocesa, e o gaélico continuou a ser falado à margem, no Norte e no Oeste da Escócia. O galês é considerado a língua indígena de Gales, tendo continuado a ser falado pela população, mesmo quando a elite adotou o latim, durante o domínio romano. Atualmente, perto de 20% da população daquela região ainda fala galês. O bretão é ainda falado na Bretanha, no Norte da França, e era a língua dos habitantes da Gália no tempo de Júlio César. Assim se compreende como a cultura celta está associada, sobretudo, à França e à Grã-Bretanha.⁴⁴

A aparente uniformidade dos povos celtas foi construída pelos relatos dos autores clássicos, que desconheciam o território da Europa Central e Ocidental, e que se basearam na distinção entre a sua civilização e a dos povos estrangeiros nórdicos. Quando os povos bárbaros avançaram sobre o território romano, precipitando o colapso do Império, a unidade territorial deu lugar a um período durante o qual as fronteiras se diluíram, e o mapa da Europa redesenhou-se. Posteriormente, cada povo afirmou a sua identidade, distinguindo-se. Contudo, nada garante que essa multiplicidade não existisse anteriormente. O que distingue os celtas do período anterior à romanização, e os germânicos da Alta Idade Média, é que os primeiros não deixaram registos escritos, e os segundos aprenderam grego e latim, tendo redigido pergaminhos. Assim sendo, pode-se afirmar que a ideia de que os celtas eram um só povo, que vivia além das fronteiras romanas, é a versão romana dos factos, pois a designação «celta» foi-lhes atribuída, e não autoproclamada. Caso os povos da periferia do Império tivessem dominado a escrita, então a sua versão seria conhecida e, eventualmente, a noção de que os «celtas» formavam uma só nação não teria passado para as gerações vindouras. Com efeito, o fim da Antiguidade, foi também o fim dos povos «celtas». No período clássico, os celtas eram mencionados, mas com a queda do Império Romano, a referência a um povo com essa designação desaparece, indicando que era apenas resultado da distinção entre romanos e celtas. Os povos germânicos que ocuparam o território, não se viam como distintos dos povos celtas autóctones, e a eles se uniram sem dificuldade.⁴⁵

⁴² WRIGHT, 1852: 1-2.

⁴³ CHAPMAN, 1992: 6-7.

⁴⁴ CHAPMAN, 1992: 7-13.

⁴⁵ CHAPMAN, 1992: 53.

2.1 A sociedade celta: ópidos, as primeiras povoações proto-urbanas

A partir de 900 a.C., o comércio no Mediterrâneo foi impulsionado pela Civilização Fenícia, originando um renascimento do comércio na Grécia e na Itália, causando um impacto positivo na economia da Europa central e setentrional.⁴⁶ As culturas de Hallstatt e La Tène, conhecidas essencialmente pelos cemitérios e pelos vestígios de povoações – *hilltops*, e *oppida* (ópidos). No cruzamento de dados, torna-se evidente que ocorreu um florescimento económico, devido à elevada quantidade de artigos de luxo importados do Mediterrâneo Oriental. Contudo, esses artigos eram pertença de um grupo muito reduzido de indivíduos, que formava a elite guerreira local. Os ritos funerários da elite tornaram-se distintos dos demais, e os seus adornos também os demarcavam. A adoção de costumes estrangeiros pela elite, tornou-se um hábito e uma forma de separação mais ostensiva do que em épocas anteriores.

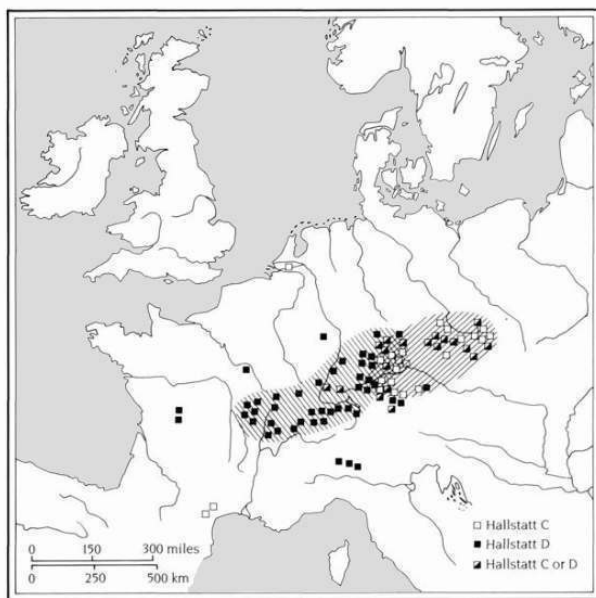


Figura 27. Mapa com a localização da Cultura de Hallstatt, na Europa Central da Idade do Ferro. Adaptado de Cunliffe, 1994: 344.

Do mesmo modo, os *hilltops* tornaram-se fortificados, revelando maior preocupação defensiva, sobretudo dos produtos comercializados que eram ali armazenados. E tornaram-se o lugar de residência das elites, onde os guerreiros seriam igualmente a força militar de proteção dos bens comercializados. Com o crescimento económico das civilizações clássicas, a Europa Central enriqueceu também, através da exportação de ouro, peles de animais, even-

tualmente alguns tipos de alimentos produzidos localmente, e sobretudo pela exportação de escravos. Em troca, a cerâmica e o vinho da Itália e da Grécia, bem como ornamentos do Mediterrâneo Oriental, começaram a ser importados pelas elites, que controlavam totalmente as trocas comerciais.

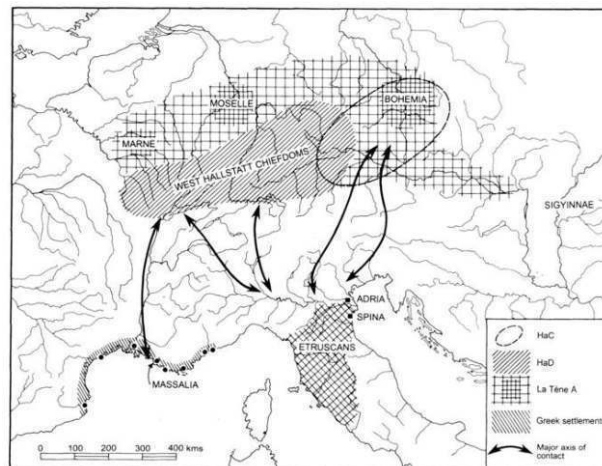


Figura 28. Mapa dos centros de poder de Hallstatt C (região a norte dos Alpes) e La Tène (Marna, Mosela e Boémia), entre os séculos VII e V a.C., e a sua articulação com a colônia grega de Massalia (atual Marselha) e a Etrúria (Itália central). In Cunliffe, 1999: 64.

As fortificações surgiram nas margens dos principais rios – Sena, Saône, Reno e Danúbio – por onde eram transportadas as mercadorias, em embarcações. Foi nas imediações que surgiram Hallstatt e La Tène (Fig. 27), em relação direta com a Etrúria e a cidade grega de Massália, atual Marselha (Fig. 28).

Um exemplo das fortificações desse período fica em Heuneburg, no sul da Alemanha. No topo de uma colina, está cercada por uma muralha de tijolos de adobe, com fundações em pedra sem juntas, e pontuada por baluartes retangulares (Figs. 29 a 32). A técnica era então desconhecida na Europa Central, mas recorrente na Grécia, o que revela a preocupação da elite local em adaptar-se aos costumes do Mediterrâneo.⁴⁷

A proliferação de fortificações pela Europa, é um indicador de que a guerra e a violência se instalaram neste período. Já na fase final da Idade do Ferro, a agricultura conheceu um progresso notável, devido à introdução do uso do ferro nos instrumentos de cultivo, o que terá gerado um aumento demográfico. A enorme capacidade de armazenamento de cereais nas fortificações de algumas regiões, sugere um excedente considerável de alimentos, embora

⁴⁶ COLLIS, 2003: 38.

⁴⁷ CUNLIFFE, 1994b: 344-351.

não se saiba qual seria o sistema de redistribuição. A tensão entre elites locais, pelo controlo das rotas comerciais dos artigos de luxo, sem dúvida gerou conflitos e pilhagens. Não obstante, o comércio de artigos de luxo não provocou alterações nas economias locais, que se mantiveram autossuficientes, e assentes na agricultura.⁴⁸

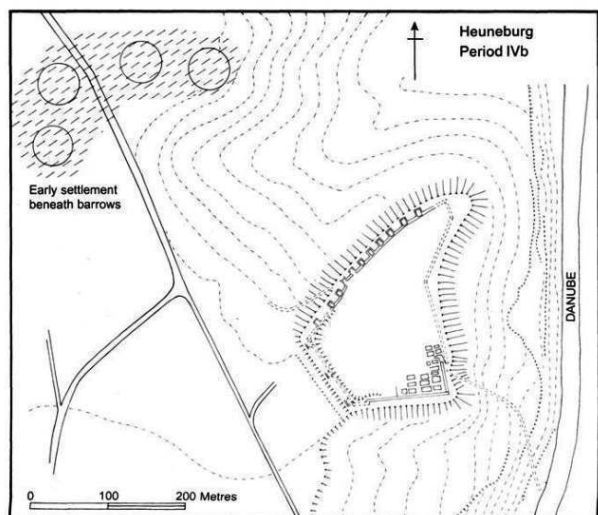


Figura 29. Planta de implantação da povoação de Heuneburg (em Baden-Württemberg, sul da Alemanha), c.650-450 a.C. In Cunliffe, 1999: 54.



Figura 30. Vista aérea do sítio arqueológico da povoação de Heuneburg, na margem do rio Danúbio.

Contudo, as condições assim reunidas levaram ao aumento da população, e com o controlo das elites, grupos de indivíduos que não encontravam meio de subsistência foram forçados a migrar. Em cada aldeia, o chefe nomeava alguém para comandar o grupo que deveria partir e, sob a orientação dos oráculos, era-lhes dada a direção para onde se deveriam dirigir. Em geral, deslocaram-se para a Itália e para a Grécia, onde se tornaram conhecidos pelas

pilhagens, numa primeira fase, e posteriormente foram sendo contratados como mercenários.⁴⁹

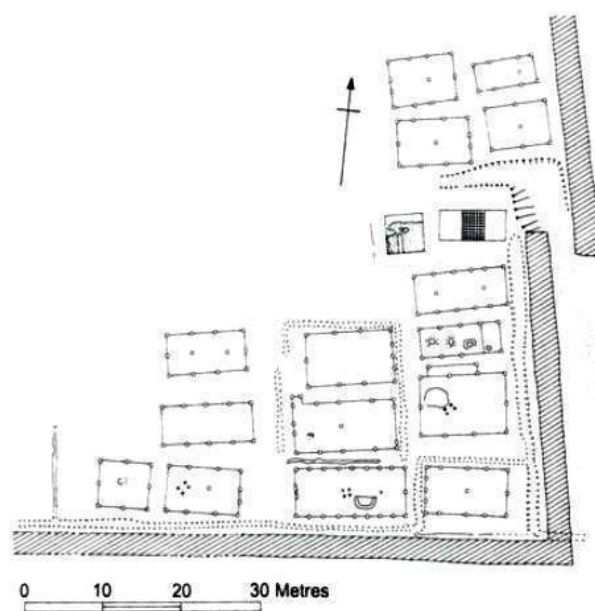


Figura 31. Planta do aglomerado habitacional da povoação de Heuneburg, c.550-500 a.C. In Cunliffe, 1999: 55.



Figura 32. Diorama e maquete de reconstituição da povoação da Idade do Ferro, no Museu de Heuneburg.

Internamente, na sociedade celta a posição do chefe militar era garantida apenas pela popularidade, e isso tornava necessário incursões regulares para demonstrar bravura. Por outras palavras, numa determinada população local onde os meios de subsistência não eram suficientes para todos, e cada jovem aspirante a líder necessitava afirmar a sua capacidade militar, as incursões de pilhagem a populações vizinhas seriam regulares. Cada raide realizado permitia trazer de volta consigo alimento e riqueza, que eram posteriormente distribuídos pelos autores e pelas suas famílias, celebrizan-

⁴⁸ CUNLIFFE, 1994b: 352-353.

⁴⁹ CUNLIFFE, 1994b: 358-361.

do o chefe que tinha liderado a operação. A distribuição dos bens era o objetivo do chefe, pois através desse mecanismo se tornava apreciado e garantia o seu lugar por mais algum tempo. Este sistema gerava uma expectativa crescente, conduzindo a raides em terras cada vez mais distantes, o que implicava uma organização de meses e uma estadia longa em lugares longínquos. Assim, encontramos celtas a penetrarem em território romano e grego, ora avançando, ora sendo rechaçados (Figs. 35a e 35b). No seu devido tempo, foram sendo contratados como mercenários, com estadias muito longas longe da sua terra natal.⁵⁰



Figura 33. Reconstituição do Castro de Elviña, dos séculos III-II a.C., em A Coruña, Galiza (Espanha).



Figura 34. Reconstituição do *hillfort* de Burnham Beeches, do final da Idade do Bronze e início da Idade do Ferro, em Buckinghamshire (Inglaterra), por Richard Allen.

O ato de distribuir o resultado do raide era celebrado num banquete, a atividade comunitária central na sociedade celta, o elemento agregador. Numa ocasião formal, os homens reuniam-se em círculo, e no lugar central ficava o

homem mais influente – fosse pela sua bravura militar, nobreza de nascimento ou riqueza. Ao seu lado, sentava-se o anfitrião. Depois, de cada, sentavam-se os restantes na devida proporção do seu estatuto. Cada indivíduo fazia-se acompanhar do seu escudeiro, que ficava atrás dele, e do seu lanceiro, sendo que os lanceiros banqueteavam-se juntos, numa mesa distinta dos seus senhores, mas na mesma sala. Nos banquetes, o homenageado distribuía bens em ouro, causando excitação e entusiasmo, que seriam traduzidos em apoio à sua liderança.

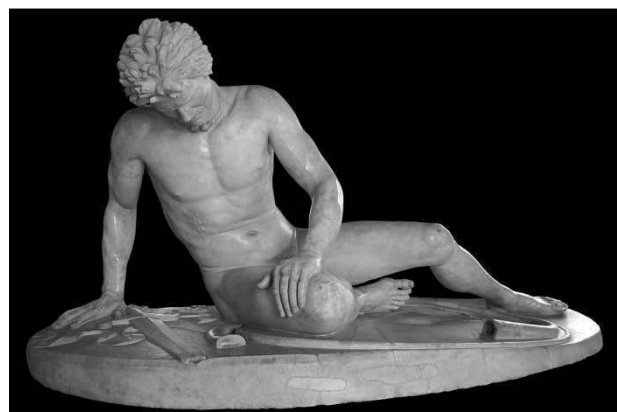


Figura 35a. Escultura romana, cópia de uma original grega de c. 230 a.C., conhecida por «O Gaulês Moribundo», representando um guerreiro celta às portas da morte, eventualmente encomendada para comemorar a vitória de Átalo I de Pérgamo sobre os celtas, quando estes invadiram a Anatólia (atual Turquia). Em exposição nos Museus Capitolinos (Palazzo Nuovo), em Roma (Itália).



Figura 35b. Detalhe de «O Gaulês Moribundo», onde é visível o torque que usa ao pescoço, o único acessório que enverga além da espada e do escudo.

Este tipo de cerimónia – designado por *potlatch* – tem como propósito a redistribuição da riqueza, em bens, comida e bebida, sendo que cada homenageado fica na expectativa de vir a receber igualmente bens nos banquetes

⁵⁰ CUNLIFFE, 1999: 88-89.

seguintes, reequilibrando assim a acumulação da propriedade privada. Por conseguinte, neste tipo de sociedade, não é a acumulação de bens que consolida o estatuto, pelo contrário, é a capacidade de distribuir bens que produz esse efeito; quanto maior a capacidade de *dar*, maior a força da liderança, e maior a probabilidade de vir a receber. Do mesmo modo, a esta cerimónia podia ser acrescentado algum ritual de destruição de riqueza, objetos em metal precioso que eram elaborados especificamente para serem destruídos, ou enterrados, ou lançados a um rio, ritualmente em honra de alguma divindade; quanto maior a riqueza destruída por uma família, maior seria o seu prestígio. Neste contexto, a hospitalidade era uma marca distintiva dos celtas, e cada visitante era primeiro recebido com um banquete, e só depois se dava início a uma eventual negociação.⁵¹

2.2 Da gens celta e da habitação: o sept

Da organização da sociedade celta pouco se sabe por conhecimento direto, uma vez que os próprios celtas não deixaram relatos escritos da Idade do Ferro. Para elaborar uma reconstituição da *gens* celta, os especialistas de hoje baseiam-se na fonte mais abundante de informação sobre o mundo da cultura da Idade do Ferro tardia na transição para a Idade Média, que são as fontes hagiográficas irlandesas (biografias dos santos cristãos), os primeiros textos a serem redigidos, em latim. A Irlanda e a Escócia preservaram a sua identidade celta durante mais tempo, enquanto a Inglaterra se encontrava sob domínio romano, tendo garantido a continuação com o passado, num processo de romanização muito mais lento. É, pois, essa a fonte mais antiga de informação sobre a organização da sociedade celta, a par com as fontes de informação romanas e gregas.⁵²

A sociedade celta estava dividida em tribos – *tuath* –, por sua vez subdivididas em *septs* – clãs, geralmente descritos nas biografias como *gens*, grupos de indivíduos ligados entre si por laços de parentesco, unidos por um antepassado comum. O *sept* corresponde sensivelmente, nas línguas germânicas ou indo-europeias ao *sib*, *sippe* ou *geschlecht*. Os membros de um *sept* eram designados «filhos» ou «netos» (*nepotes*) do seu do fundador, ou *natio*, na medida em que eram todos nascidos da mesma origem. A memória coletiva desses fundadores podia remontar até quinze gerações ou mais. A divisão por linhagem permitia a organização dos

clãs num mesmo território, articulando a relação entre eles e estruturando as tribos e as nações. A sua renovação era constante, dado que um indivíduo que reunisse riqueza, poder e descendência, podia fundar um novo *sept*. Cada *sept* era formada por várias dezenas de agregados familiares, havendo registo de pelo menos 32 agregados (correspondendo a cerca de 160 pessoas), aos 256 (ou 1250 pessoas), cada um liderado pelo chefe e pela sua esposa (ou esposas).⁵³

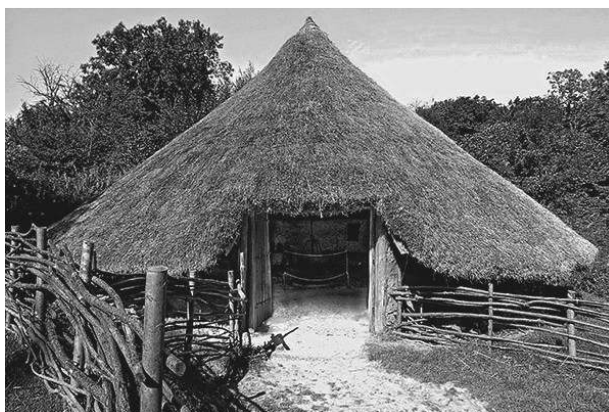


Figura 36a. Reconstrução de uma *rondhouse* da Idade do Ferro do período de ca. 50 d.C., durante a ocupação romana, no Chiltern Open Air Museum, em Chiltern Hills, Buckinghamshire, Inglaterra.



Figura 36b. Cobrindo o telhado da *rondhouse* da Idade do Ferro, no Chiltern Open Air Museum.

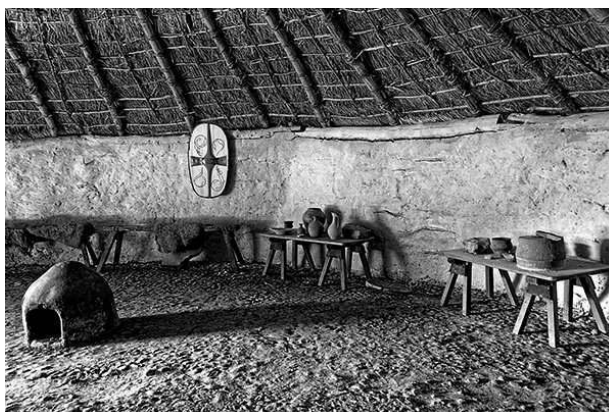


Figura 36c. Interior da *rondhouse* da Idade do Ferro, no Chiltern Open Air Museum.

⁵¹ CUNLIFFE, 1999: 105-107.

⁵² HERLIHY, 1985: 29-31.

⁵³ HERLIHY, 1985: 33-34.



Figura 37a. Reconstrução de parte de um assentamento do final da Idade do Bronze e início da Idade do Ferro, de ca. 747-722 a.C., realizada nas imediações do sítio arqueológico onde foi encontrado o original (com 106 casas dispostas em 13 filas, intercaladas por ruas circulares), no Museu Arqueológico de Biskupinie (Muzeum Archeologiczne w Biskupinie), em Poznań (Polónia).



Figura 37b. Detalhe do assentamento do final da Idade do Bronze e início da Idade do Ferro, de ca. 747-722 a.C., no Museu Arqueológico de Biskupinie (Muzeum Archeologiczne w Biskupinie), em Poznań (Polónia).



Figura 37c. Vista do portão defensivo e da muralha fortificada, no assentamento do final da Idade do Bronze e início da Idade do Ferro, de ca. 747-722 a.C., no Museu Arqueológico de Biskupinie (Muzeum Archeologiczne w Biskupinie), em Poznań (Polónia).

Tal como as tribos germânicas, os *septs* celtas reconheciam tanto a patrilinearidade quanto a matrilinearidade, sendo ambas igualmente consideradas. Não obstante os fundadores dos *septs*

serem homens, a linhagem celta, tal como a germânica, não era agnática. Nas biografias dos santos irlandeses, é frequente encontrar referência a indivíduos que desconhecem quem é o seu pai biológico, sem vergonha associada a esse facto, sendo dada a preferência às relações na linhagem materna no momento de deixar património em herança (o filho da irmã é sempre garantidamente da mesma *gens*).⁵⁴

Os *septs* celtas praticavam a exogamia, o casamento fora da sua comunidade, tanto para mulheres, como para homens. O território de cada *sept* estava claramente definido, e organizado em torno de um centro. Os membros de um *sept* reuniam-se ocasionalmente em conselho, para debater e tomar decisões em conjunto, tais como a necessidade de expulsar lobos dos seus territórios, ou a construção de uma estrada. O *sept* defendia os seus membros de ataques externos e regulava contendas internas, mantendo a paz. Os campos e os rebanhos dentro do seu território eram exclusivamente propriedade privada, e a discrepância de riqueza entre membros da comunidade era evidente. Possivelmente, seria reservado ao *sept* algum direito sobre a propriedade, sendo necessário pedir permissão para a poder alienar, por exemplo. Poderia talvez, também, reclamar para si, e atribuir, os terrenos baldios, ou propriedade privada deixada por indivíduos sem herdeiros.⁵⁵

Os casamentos eram habitualmente monógamos, mas a poligamia era tolerada, podendo um chefe muito abastado ter duas esposas, se assim desejasse. Na prática, a monogamia não implicava fidelidade, sendo prática corrente manter relações de intimidade com concubinas ou com escravas. Era hábito ser o homem a pagar um dote à família da noiva, e não o contrário, sob a forma de ouro, prata, ou gado, cavalos, roupas, ou propriedades. O conceito original era de que o noivo comprava a sua noiva, ao pai dela ou ao seu tutor. O património que a esposa levava consigo para o casamento, era seu, administrado por si, e continuava a ser seu mesmo em caso de divórcio. Aquando do casamento, os jovens amigos do casal ofereciam em presente os itens necessários para constituir uma casa, sendo esses bens, por lei, dois terços pertença do noivo, e um terço pertença da noiva. Cada noivo, após o casamento mantinha a sua propriedade, os seus rebanhos, os seus utensílios domésticos. No caso das mulheres de famílias abastadas e livres (em contraste com as mulheres escravas), se levassem para o casamento igual património ao do

⁵⁴ HERLIHY, 1985: 41, 47.

⁵⁵ HERLIHY, 1985: 32-34.

seu esposo, então eram consideradas, ao nível da propriedade, como igual a ele perante a lei. Em caso de divórcio, ambos ficariam com a sua metade, na devida proporção, em relação à riqueza acumulada desde o casamento.⁵⁶



Figura 38. Reconstituição de uma habitação gaulesa, no Parc Archéologique Asnapio, em Villeneuve-d'Ascq (França)».

A esposa era a senhora da casa, a *domus domina*. Supostamente, os direitos das mulheres terão sido garantidos só com a Lei de Adamnan – *Cáin Adamnáin* – proclamada em 697 no Sínodo de Birr, que reuniu os chefes e clérigos notáveis da Irlanda, do reino Dal Riada e do reino dos Pictos. Na Lei de Adamnan é descrito que em tempos muito remotos haviam sido escravizadas e obrigadas a combater pelos homens, que permaneciam seguros na retaguarda. Numa narrativa algo bizarra, alegadamente ao tempo de São Adamnan, abade de Iona, as mulheres não tinham direito a partilhar a comida ou a companhia do chefe da casa, e habitavam em cabanas fora da cerca. Então, São Adamnan terá feito um esforço incansável para reunir o referido sínodo, a partir do qual – prossegue o texto –, as mulheres terão sido libertadas e adquirido direitos, pois *uma mãe é um tesouro venerável, uma mãe é um bom tesouro, a mãe de santos e bispos*.⁵⁷ A senhora da casa passou então a ser uma figura legalmente reconhecida: *Adamnan sofreu muitas provações para o vosso bem, Oh mulheres, para que desde o tempo de Adamnan, metade da casa seja vossa, e há lugar para a vossa cadeira na outra metade da casa; de modo que o vosso contrato e a vossa salvaguarda são livres; e a primeira lei feita no Céu e na terra para as mulheres é a Lei de Adamnan*.⁵⁸

⁵⁶ JOYCE, 1906: 283-286.

⁵⁷ «For a mother is a venerable treasure, a mother is a goodly treasure, the mother of saints and bishops [...]» In MEYER, 1905: 5.

⁵⁸ «Adamnan suffered much hardship for your sake, O women, so that ever since Adamnan's time one half of

Sendo uma narrativa bizarra, não é tida em consideração como sendo uma descrição histórica, mas permite constatar que já no século VII a matrilinearidade possuía o mesmo peso social que a patrilinearidade, garantindo a igualdade entre mulheres e homens. Esta valorização da mulher e dos seus direitos era uma característica da sociedade celta, sobretudo admirável quando comparada com a sociedade grega e a sociedade romana.⁵⁹



Figura 39. Reconstituição de uma *longhouse* da cultura Wielbark (Idade do Ferro, c. séc. II-III d.C.), em Masłomęczu, Hrubieszów (Polónia), de acordo com os vestígios da original, encontrada na região.

A esposa podia pedir o divórcio, tanto como o seu marido, e caso deixasse a casa, levava consigo os seus bens. Contudo, o casamento não estava associado à fidelidade, pelo menos não no sentido cristão. Na classe abastada, os casos extraconjugais eram amplamente tolerados para o homem, sobretudo por terem a capacidade financeira para comprar e sustentar uma escrava para ser sua concubina. Os casos extraconjugais das esposas são também amplamente relatados na hagiografia irlandesa, sendo relativamente comum a incerteza quanto à paternidade de uma criança, e o abandono de crianças fruto desses relacionamentos ilícitos. Na classe mais baixa, os homens podiam não conseguir ter o rendimento necessário para casar, muitas vezes empregando-se ao serviço dos mais ricos, para servirem como pastores, guardadores de porcos e de vacas, ou agricultores. Outros faziam parte de bandos que habitavam nas florestas, assaltando os viajantes e roubando gado.⁶⁰

your house is yours, and there is a place for your chair in the other half, so that your contract and your safeguard are free; and the first law made in Heaven and on earth for women is Adamnan's Law.» In MEYER, 1905: 5.

⁵⁹ HERLIHY, 1985: 34-35.

⁶⁰ HERLIHY, 1985: 34-38.

Além da esposa e da concubina, outras mulheres faziam parte do agregado familiar, desempenhando funções fundamentais. Cuidavam da alimentação das ovelhas e dos porcos, ordenhavam as vacas, auxiliavam nas colheitas; cozinhavam, faziam pão, manteiga e queijo, fermentavam a cerveja; serviam à mesa as refeições; cuidavam dos enfermos e das crianças; fabricavam a roupa que toda a família vestia, desde a fiação, à tecelagem e ao tingimento.⁶¹



Figura 40. Reconstituição de um *ringfort* irlandês (séculos VI e VII), *Irish National Heritage Park*, Wexford (Irlanda). Os agricultores irlandeses construíam uma paliçada ao redor das suas casas, o que é designado por *ringfort*.

Os direitos das mulheres surgem igualmente garantidos na Lei de Brehon, que remontará ao final da Idade do Ferro, e se consolidou por volta do século IX (tendo sido passada para pergaminho, por clérigos, no século VII, e mantido em vigor até ao início do século XVII).⁶² Este texto revela sensibilidade em aos direitos das mulheres, sendo que a Lei de Brehon era particularmente progressista para a época, em comparação com a legislação e os costumes dos povos germânicos do Continente. A lei irlandesa proporcionava um elevado grau de liberdade às mulheres, bem como autoridade sobre o agregado familiar, consideráveis para a época.⁶³

O *sept* manteve-se como estrutura da sociedade da Idade do Ferro e da sociedade medieval, tendo sido suplantado apenas no século VIII, quando o agregado familiar se tor-

⁶¹ HERLIHY, 1985: 39.

⁶² Na prática, era um conjunto de leis, reunido em diversos volumes. No sistema legal irlandês, um brehon era um juiz. A estes juizes era confiada a interpretação das leis e a sua aplicação, sendo portanto indivíduos proeminentes e detentores de poder.

⁶³ JOYCE, 1906: 70-72.

nou a unidade de medida social, na sequência de o trabalho escravo rural ter sido substituído pela agricultura camponesa.⁶⁴

Finalmente, ao analisar a sociedade celta, é possível compreender como as tribos autóctones da Europa herdaram a organização milenar por *gentes*, o que foi acompanhado do mesmo tipo de habitação durante esse período. Enquanto as sociedades grega e romana avançavam no sentido da civilização e da urbanidade, os restantes povos europeus permaneciam num contínuo com o passado ancestral comum. Do mesmo modo, paradoxalmente, durante o mesmo processo, as mulheres gregas e romanas perderam direitos e estatuto, e a escravidão tornou-se a base da sociedade; em contraste, entre os celtas os direitos das mulheres foram mais bem preservados, e a desigualdade social ainda não alcançava a violência extrema. No mesmo sentido, durante a romanização a população local manteve os seus hábitos e a sua arquitetura tradicional, e após a queda do Império Romano esse modo de vida perdurou por mais mil anos, numa lenta evolução. Não obstante, a colonização pelos romanos introduziu um padrão de desigualdade social, através da criação de latifúndios e da servidão, que se veio a repetir com o feudalismo, como será analisado no capítulo seguinte.

3 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Adkins, Lesley & Adkins, Roy A. 2005. *Handbook to Life in Ancient Greece*. Library of World History. New York: Facts on File.
- Ault, Bradley A. & Nevett, Lisa C. (EE.). 2005. *Ancient Greek Houses and Households: Chronological, Regional and Social Diversity*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- Bintliff, John. 2004. «Dark Age Greece». In Bogucki, Peter & Crabtree, Pam J. (EE.) (2004b), 312-318.
- Bogucki, Peter & Crabtree, Pam J. (EE.). 2004b. *Ancient Europe 8000 B.C.–A.D. 1000: Encyclopedia of the Barbarian world. Volume 2: Bronze Age to Early Middle Ages (c.3000 B.C.–A.D. 1000)*. New York: Charles Scribner's Sons.
- Cahill, Nicholas. 2002. *Household and City Organization at Olynthus*. New Haven and London: Yale University Press.
- Chapman, Malcolm. 1992. *The Celts: The Construction of a Myth*. New York: St. Martin's Press.
- Crabtree, Pam J. 2004. «The European Iron Age, c.800 B.C.–A.D. 400: Introduction». In Bogucki, Peter & Crabtree, Pam J. (EE.) (2004b), 137-139.
- Collis, John. 2003. *The European Iron Age*. London; New York: Routledge [Printed edition, 1984]. Taylor & Francis e-Library [e-book].

⁶⁴ HERLIHY, 1985: 5.

- Cunliffe, Barry (Ed.). 1994a. *The Oxford Illustrated Pre-history of Europe*. Oxford, New York: Oxford University Press.
- Cunliffe, Barry. 1994b. «Iron Age Societies in Western Europe and Beyond, 800-140 BC». In Cunliffe, Barry (Ed.) (1994a), 336-372.
- Cunliffe, Barry. 1999. *The Ancient Celts*. New Edition [First published by the Oxford University Press, 1997]. London: Penguin Books.
- Descœudres, Jean-Paul. 2008. «Central Greece in the Eve of the Colonisation Movement». In Tsetschladze, Gocha R. (Ed.) (2008), 289-382.
- Dommelen, Peter van. 2005. «Urban Foundations? Colonial Settlement and Urbanization in the Western Mediterranean». In Osborne, Robin & Cunliffe, Barry (EE.) (2005), 143-167.
- Fiedler, Manuel. 2005. «Houses at Leukas in Acarnania: A Case Study in Ancient Household Organization». In Ault, Bradley A. & Nevett, Lisa C. (EE.) (2005), 99-118.
- Garland, Robert. 2009. *Daily Life of the Ancient Greeks*. 2nd Ed. Daily Life Through History. Westport, Connecticut; London: Greenwood Press.
- Graham, A.J. 2006. «The Colonial Expansion of Greece». In Boardman, John & Hammond, N.G.L. (EE.) (2006), 83-162.
- Herlihy, David. 1985. *Medieval Households*. Studies in Cultural History. Cambridge, Massachusetts, USA; London, England: Harvard University Press.
- Hoepfner, Wolfram & Schwandner, Ernst-Ludwig. 1986. *Haus und Stadt im Klassischen Griechenland*. Wohnen in der klassischen Polis, Band 1. München: Deutscher Kunstverlag.
- Janson, H. W. 1992. *História da Arte*. 5^a Edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Joyce, Patrick Weston. 1906. *A Smaller Social History of Ancient Ireland: treating of the government, military system, and law; religion, learning, and art; trades, industries, and commerce; manners, customs, and domestic life, of the ancient Irish people*. London, New York and Bombay: Longmans, Green and Co.
- Lang, Franziska. 2005. «Structural Change in Archaic Greek Housing». In Ault, Bradley A. & Nevett, Lisa C. (EE.) (2005), 12-35.
- Meyer, Kuno. 1905. *Cáin Adamnáin: an old-Irish treatise on the law of Adamnan*. Oxford: Clarendon Press. <https://archive.org/details/cinadamninol00meyeruoft>
- Morris, Ian. 2005. «The early polis as city and state». In Rich, John & Wallace-Hadrill, Andrew (EE.) (2005), 25-59.
- Nevett, Lisa C. 2010. *Domestic Space in Classical Antiquity*. Key Themes in Ancient History. Cambridge: Cambridge University Press.
- Osborne, Robin & Cunliffe, Barry (EE.). 2005. *Mediterranean Urbanization, 800-600 BC*. Oxford; New York: Oxford University Press, for the British Academy.
- Polignac, François de. 1995. *Cults, Territory, and the Origins of the Greek City-State*. Translated by Janet Lloyd. Chicago and London: The University of Chicago Press.
- Pomeroy, Sarah B. 1995. *Goddesses, Whores, Wives, and Slaves: Women in Classical Antiquity*. New York: Schocken Books.
- Pomeroy, Sarah B. & Burstein, Stanley M. & Donlan, Walter & Roberts, Jennifer Tolbert. 2004. *A Brief History of Ancient Greece: Politics, Society, and Culture*. New York; Oxford: Oxford University Press.
- Popham, Mervyn. 1994. «The Collapse of Aegean Civilization at the End of the Late Bronze Age». In Cunliffe, Barry (Ed.) (1994), 277-303.
- Rich, John & Wallace-Hadrill, Andrew (EE.) 2005. *City and Country in the Ancient World*. Leicester-Nottingham Studies in Ancient Society. Vol. 2. London, New York: Routledge [Printed edition, 1992]. Taylor & Francis e-Library [e-book].
- Snodgrass, A.M. 2005. «Archaeology and the study of the Greek city». In Rich, John & Wallace-Hadrill, Andrew (EE.) (2005), 1-24.
- Tsakirgis, Barbara. 2005. «Living and Working Around the Athenian Agora: A Preliminary Case Study of Three Houses». In Ault, Bradley A. & Nevett, Lisa C. (EE.) (2005), 67-82.
- Tsetschladze, Gocha R. (Ed.). 2008. *Greek Colonisation: An Account of Greek Colonies and Other Settlements Overseas*. Volume 2. Mnemosyne, Supplementa 193. Leiden, Boston: Brill.
- Wright, Thomas. 1902. *The Celt, the Roman, and the Saxon: a history of the early inhabitants of Britain, down to the conversion of the Anglo-Saxons to Christianity*. London: Paul, Trench, Trubner. archive.org/details/celtromansaxonhi00wrig

Capítulo 7

Da Habitação na Grã-Bretanha da Idade Média

Da província romana da Britânia. A romanização das tribos dos bretões foi limitada, pois a ocupação do território foi um processo essencialmente político e administrativo. A Irlanda e a Escócia nunca foram colonizadas pelos romanos. Chefes bretões locais aceitaram aliar-se a Roma, subjugando os seus vizinhos. As elites bretãs adotaram os costumes romanos para se demarcarem socialmente. – Da gens romana: a *familia*. – A arquitetura romano-britânica não teve continuidade após o fim da colonização. Com as migrações de anglos e de saxões, a habitação saxã tornou-se predominante. O *hall* saxão foi a génese da habitação medieval. Após a conquista normanda, a aristocracia adquiriu o costume de habitar em castelos (torres de defesa, ou *keep*), marcando o início do feudalismo. Na mesma altura, o clero habitava em mosteiros e abadias, e assim se tornou oficial a desigualdade social, e a divisão da sociedade em três classes sociais, claramente demarcadas através da habitação. O *hall* saxão de uso corrente deu origem à arquitetura vernacular, e o castelo veio a dar lugar às mansões e aos palácios, ou seja, à arquitetura de elite. Foi no final da Idade Média que ocorreu esta divisão, quando os chefes anglo-saxões, que habitavam entre os membros da sua *gens*, foram substituídos pela aristocracia normanda, que habitava isolada nos seus castelos, longe da população local.

com o qual poderiam contar em caso de rebelião.

1 DA PROVÍNCIA ROMANA DA BRITÂNIA

1.1 *A Romanização da Europa, 59 a.C.-350 d.C.*

Entre os séculos III e I a.C., a República Romana expandiu o seu domínio, gradualmente avançando sobre o Mediterrâneo e a Europa. As legiões romanas foram, assim, subjugando os povos autóctones de cada região, que ali habitavam desde as suas origens, na Pré-História (Figs. 1 e 2). No período entre 59 a.C. e 350 d.C., um vasto território sob o Império Romano foi romanizado, introduzindo uma forma de governo centralizada. Contudo, as diferenças culturais na vida quotidiana dos camponeses pouco se fizeram sentir, não obstante a servidão pesada que foi imposta. A arquitetura vernacular seguiu o seu curso, paralelamente às *villae* romanas dos colonizadores se erguiam na paisagem.

A romanização foi um processo desigual, na medida em que certas tribos autóctones resistiram dando luta, e outras acederam voluntariamente a tornarem-se cidadãos romanos. Por este motivo, será descrita apenas a situação da província romana da Britânia, que não pode ser generalizada. Mas neste caso torna-se evidente o recurso à violência quando necessário, e a capacidade diplomática e negocial de certos chefes locais, interessados em assegurar o seu poder, sob a proteção de um aliado poderoso,

1.2 *A Grã-Bretanha romana*

A ocupação romana da Inglaterra ocorreu no século I a.C., pela mão de Júlio César, que à época combatia na Gália. Devido à ligação entre gauleses e bretões, muitos dos seus inimigos fugiram para a Grã-Bretanha, formando novos reinos. Por outro lado, os bretões enviavam regularmente reforços militares para auxiliar a Gália, pelo que Júlio César decidiu fazer uma incursão à ilha. Numa primeira vez, fez uma viagem de reconhecimento, pois os romanos desconheciam a navegação no Canal da Mancha; no ano seguinte, já preparado, desembarcou com as suas tropas e combateu as tribos célticas que se uniram para expelir o invasor, sob o comando de Cassivelauno, rei dos Catuvelaunos. Os bretões foram derrotados e algumas tribos acederam a pagar tributo e oferecer reféns em troca da paz e de uma aliança com Roma. Esta primeira anexação da Bretanha ao Império foi apenas política, não uma ocupação, dado que Júlio César partiu pouco depois para retomar os conflitos na Gália. As relações diplomáticas, entre o Império e os bretões, restringiram-se às tribos das regiões sul e sudeste da ilha: Catuvelaunos, Trinobantes e Atrébatas. Esta ligação com Roma causou disputas internas de poder, entre os reis das diversas tribos bretãs, pelo controlo do comércio com o Império. Alguns monarcas tentaram obter o apoio

romano contra os seus adversários, enviando embaixadores (ou deslocando-se) a Roma. No regresso, trouxeram uma tecnologia militar mais avançada, e maior familiaridade com os costumes romanos, tendo provocado uma progressiva romanização da aristocracia ¹.

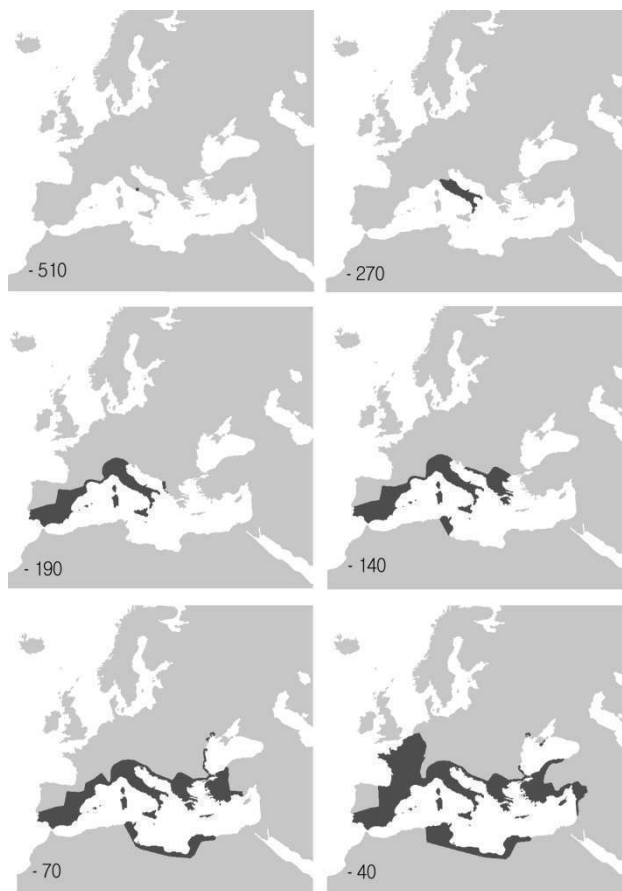


Figura 1. Mapas ilustrativos da expansão durante a República Romana (509-27 a.C.).

No século I, as relações diplomáticas com os monarcas bretões entraram em declínio e o imperador Cláudio, recém-chegado ao poder e desejoso de alcançar notabilidade, avançou com um plano de invasão e conquista. Desde o tempo de César, o Império consolidou-se, e novos recursos permitiram um empreendimento de tal envergadura. Numa primeira fase, o domínio romano ficou limitado à região centro-sul e sudeste da Grã-Bretanha, doravante Província Britânia. Em Roma, Cláudio erigiu um arco do triunfo, celebrando a derrota de onze chefes bretões, sem prejuízo para o Império.²

Nas décadas seguintes, a consolidação do domínio romano foi sangrenta, suprimindo rebeliões e extinguindo núcleos de resistência, como o druidismo. Os druidas eram a elite religiosa e intelectual dos bretões, que já desempe-

nhava este papel na Gália. Os romanos decidiram proibi-lo, assassinando os druidas, concentrados sobretudo na região de Gales, um processo violento que parece ter resultado no seu desaparecimento. Este movimento de repressão foi parte integrante da conquista de Gales e da região sudoeste da ilha, onde as tribos célticas ofereceram maior resistência.³ O Norte da ilha era considerado demasiado pobre e montanhoso para justificar a ocupação. Por outro lado, os povos dessa região (os Pictos e os Escotos do Reino Dal Riada) eram particularmente militarizados e rechaçaram as várias incursões romanas, que fizeram avanços, mesmo nos séculos II e III, mas que sofreram rapidamente retrocessos, sempre recuando para a Muralha de Adriano (que hoje corresponde aproximadamente à fronteira da Inglaterra com a Escócia).⁴ A Irlanda, por sua vez, nunca esteve sob domínio romano, tendo apenas estabelecido relações comerciais com o Império.

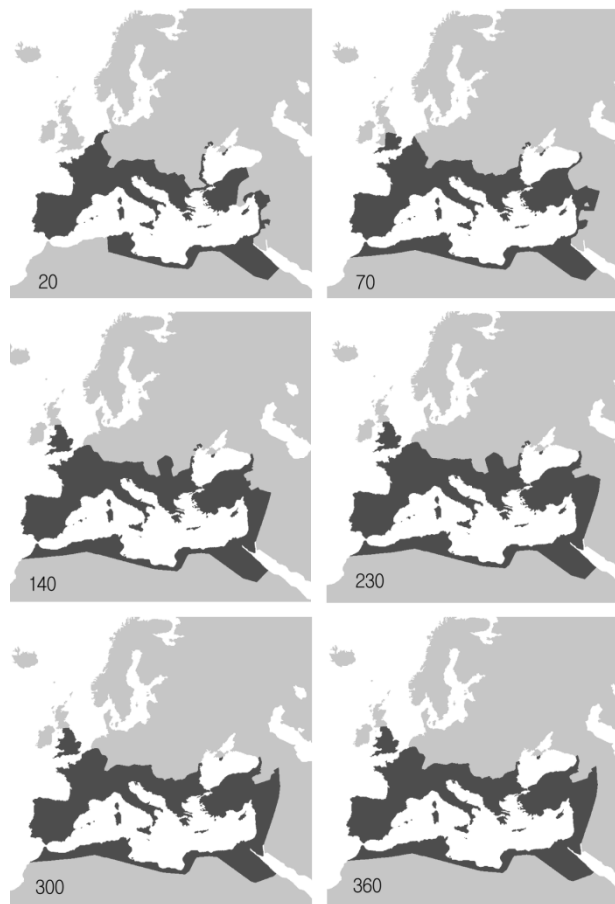


Figura 2. Mapas ilustrativos da expansão durante o Império Romano (27 a.C. - 395 d.C.).

O processo de romanização foi semelhante a qualquer outra província. Levou à construção de uma rede de estradas que unia o território,

¹ BURNS, 2010: 7-9.

² TODD, 2004: 44-49.

³ BURNS, 2010: 10-14.

⁴ HANSON, 2004: 136-138.

convergindo para Londres. Foram fundadas cidades e a aristocracia bretã usufruía das comodidades dos países mediterrânicos, como banhos públicos e jogos. Muitas das cidades inglesas tiveram como origem fortificações romanas – o castro (*castrum*) –, o que é visível nos nomes das localidades com o prefixo – *chester*, construídas em núcleos tribais pré-existentes. O exército tornou-se gradualmente cada vez mais composto por bretões, a quem era concedida a cidadania romana no final da carreira, quando se aposentavam. Difundiu-se a *villa* como modelo residencial da aristocracia, essencialmente rural.⁵

No século III, a Província estava estabilizada, e as ameaças eram as invasões marítimas dos povos da Irlanda e dos Pictos, do Norte, e a tentativa de invasão dos Saxões, um povo germânico oriundo do Norte da Alemanha. A resposta romana consistiu em reforçar a frota, e aumentar o número de bases navais para defender a costa. No século IV, estes três povos uniram-se estrategicamente e os ataques intensificaram-se, tendo mesmo conseguido avançar por terra, na região mais importante, a sudeste da ilha. Foram repelidos por tropas romanas vindas do continente, mas o colapso interno do próprio Império anunciava que o domínio seria apenas temporário. Nos séculos III e IV, o declínio económico do Império afetou duramente a região pobre que era a Província Britânia. O poder passou gradualmente das cidades para os grandes latifundiários, com o crescimento da economia de *villa*, assente no cultivo da propriedade por agricultores arrendatários.⁶

1.3 *Da gens romana: a familia*

A *família* romana⁷ designava todos os indivíduos que estavam sob a autoridade do homem mais velho da casa, o *pater familias*, seja por lei (a esposa, as crianças adotadas e os escravos), seja por natureza (os filhos). Mas para os autores clássicos, podia corresponder também, em simultâneo, ao património – à própria casa e o seu conteúdo, e à propriedade.⁸ Esta distinção entre aquele que governa e aqueles que são governados era clara. Significava que o *pater*

familias não fazia parte da família, pois esse termo designava os que lhe são subordinados, e ele não estava subordinado à sua própria autoridade. Por conseguinte, a designação de família era aplicável apenas a uma minoria, a da classe livre e abastada. Não era um conceito transversal a toda a sociedade, nem constituía uma unidade identitária moral. Na Antiguidade Clássica tardia, e nos primórdios da Idade Média, o termo família designava sobretudo o património, incluindo os escravos, ou até mesmo só estes últimos. Contudo, neste período de transição, possivelmente por influência do conceito grego, a família foi adquirindo a conotação com a linhagem e a consanguinidade. Tanto para os gregos, como para os romanos, a família (ou seu equivalente) não tinha implícita a coresidência. O conceito de casa, tanto para os gregos (*oikos*), como para os romanos (*domus*), correspondia à casa em si mesma e a todos aqueles que nela habitavam, incluindo o pai, os familiares e os escravos. Esta unidade da casa e dos residentes formava uma comunidade religiosa, a quem competia o dever de manter o culto dos deuses protetores do lar e da família, os *Lares*⁹ e os *Penātes*¹⁰. Os próprios *Lares* e *Penātes* podiam, inclusive, designar o lar paterno ou a família, na medida em que a casa e os seus habitantes constituíam um *lāre*¹¹. Não obstante, o lar também não implicava a noção de coresidência nem de unidade identitária moral, pois as famílias da aristocracia romana, às quais se podia aplicar o termo, correspondiam por vezes a dezenas, ou até centenas de indivíduos, sobretudo em grandes latifúndios, não sendo equiparáveis às habitações dos mais pobres, nem à coabitação dos escravos em casernas. O governo da casa era, portanto, muito díspar entre classes sociais, na Antiguidade Clássica, consoante os cidadãos fossem ricos ou pobres, livres ou escravos.¹²

⁹ *Lares* in Dicionário infopédia da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2017. [consult. 2017-01-31]. Disponível na Internet: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/lares>.

¹⁰ *Penates* in Dicionário infopédia da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2017. [consult. 2017-01-31]. Disponível na Internet: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/penates>.

¹¹ *Lar* in Dicionário infopédia da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2017. [consult. 2017-01-31]. Disponível na Internet: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/lar>.

¹² HERLIHY, 1985: 3.

⁵ BURNS, 2010: 15-16

⁶ BURNS, 2010: 17-19.

⁷ *Família* in Dicionário infopédia da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2017. [consult. 2017-01-31]. Disponível na Internet: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/familia>.

⁸ HERLIHY, 1985: 2.

Para os romanos, o casamento era monógamo e a sua finalidade era a procriação. Numa primeira fase do Império, apenas os patrícios, que formavam a aristocracia dominante, podiam casar-se legalmente. No sentido literal, «patrício» designava aquele que conhecia o seu pai e que era seu herdeiro. Posteriormente, esse direito foi alargado aos plebeus, mas com diversas restrições, tais como a impossibilidade de casamento entre cidadãos e estrangeiros, entre classe sociais (senadores, cavaleiros, homens livres) e entre estatutos legais (homens livres, libertos e escravos). Estas restrições foram sendo gradualmente levantadas, mas em parte continuaram até ao século VI. A lei romana reconhecia o noivado, ou promessa de futuro casamento, sendo que o ato era oficializado quando as duas famílias trocavam arras (ou penhor, um sinal dado para segurança de um contrato), bens dotais. O acordo era selado com um beijo e com a oferta de um anel, que na fase final do Império adquiriu significado legal. Contudo, o noivado e o dote não possuíam a mesma relevância que entre os povos germânicos, e que vieram a ter na legislação medieval. A idade mínima legal para poder casar era de 12 anos para a noiva, e de 14 anos para o noivo. Ambos tinham de consentir a união, de acordo com o princípio: *nuptias consensu non concubitus facit* («o consentimento, e não a relação sexual, fazem o casamento»), uma máxima que veio a influenciar profundamente as regras de casamento da Igreja medieval.¹³

Legalmente, o casamento romano podia ser de dois tipos: *in manu* (ou *cum manu*, «dar a mão») ou *conventio in manu* (ou *sine manu*, «sem dar a mão»). No casamento *in manu*, o pai da noiva dava a mão da sua filha, ou seja, transferia para o noivo o seu *patria potestas* sobre ela. Esta forma de transferência do poder sobre as mulheres fez do agregado familiar romano um despotismo patriarcal. A esposa não possuía figura legal, permanecendo «no lugar de filha». O poder paterno (*patria potestas*) assim transferido para o esposo, concedia-lhe o poder de vida ou de morte sobre a sua esposa, incluindo o direito de divorciar-se dela, embora ela não pudesse divorciar-se dele. Todos os bens que ela levasse consigo para o casamento (o dote), tornavam-se propriedade do esposo, não sendo devolvidos nem mesmo em caso de divórcio ou por morte dele. Por outro lado, aquando da morte do esposo, pela sua condição legal de «no lugar de filha», podia habilitar-se como herdeira dele, junto com os seus filhos. Por volta do século II, este tipo de casamento

caiu em desuso, dando lugar à prática corrente de casamento *sine manu*. A família da noiva, naturalmente, era relutante em entregar bens e património, que beneficiava apenas o noivo, não podendo nunca ser reavido, sem garantia de que viesse a ser herdado pelos descendentes, pois o *pater familias* podia administrar o dote arbitrariamente. O casamento *sine manu* significava que a esposa também tinha o direito de pedir o divórcio. E, tanto em caso de divórcio, como em caso de viuvez, o dote deveria ser-lhe restituído. Esta condição permitia à noiva e à sua família controlar o dote. Ambas as famílias contribuíam para a constituição do novo agregado familiar, num maior equilíbrio de poderes. A restituição do dote após a morte do esposo, também propiciava à noiva o capital necessário para poder casar em segundas núpcias, formando um novo agregado familiar, o que era do agrado do governo.¹⁴

Esta mudança profunda nos costumes foi influenciada pelas escolas gregas de filosofia, como os Estoicos, que defendiam a igualdade entre os sexos. Esta nova cosmovisão era incompatível com o despotismo patriarcal arcaico. Com a vulgarização do casamento *sine manu*, a mulher adquiriu direitos legais. Continuava formalmente sob o domínio do seu pai, mas quando ele falecia ela tornava-se legalmente autónoma. A lei recomendava que as mulheres estivessem sob o domínio de tutores, que supervisionassem as suas ações, mas na prática a sua autoridade era muito limitada.

Não obstante, o fator decisivo para esta mudança foi a questão económica. Nos primeiros séculos do Império, o dote era pago pela família da noiva à família do noivo, uma quantia relativamente simbólica, mas conforme os gostos e o estilo de vida se foram tornando mais luxuosos, o dote foi inflacionando, devido à existência de um grande número de homens solteiros, relutantes em casar. A maioria dos jovens romanos, aptos para casar, optavam por adiá-lo alguns anos, ou até mesmo a não casar. Aristóteles recomendava que um homem não deveria casar antes dos 37 anos, idade em que as paixões já teriam acalmado, para assim gerar filhos de temperamento mais ameno, e permitindo envelhecer junto com a sua esposa.¹⁵ Quando se casavam, escolhiam noivas muito mais jovens. No século IV, a média de idade para o primeiro casamento era de cerca de 30 anos para o homem e 18 anos para a mulher, com uma diferença de cerca de 11 anos. O dote pago pela família da noiva era, por conseguinte,

¹³ HERLIHY, 1985: 7-8.

¹⁴ HERLIHY, 1985: 8-10.

¹⁵ HERLIHY, 1985: 17.

o meio utilizado para cativar um jovem pretendente. Esta situação conduzia os homens a adiarem o casamento, aguardando por uma oferta melhor, enquanto as famílias das noivas as pressionavam a casar à primeira oportunidade que surgisse. O resultado foi a inflação do valor do dote, até tornar-se um fardo pesado para o pai da noiva.¹⁶

No século III, a doação de bens entre famílias começou a mudar de direção, no sentido de o dote ser pago pela família do noivo e, já na fase cristã, nos séculos IV e V, o costume estava consolidado nesse sentido. A inversão deveu-se, numa primeira fase, ao reduzido número de jovens mulheres solteiras da aristocracia. O fenómeno foi resultado do hábito de infanticídio de raparigas recém-nascidas, uma prática regular entre os romanos. Os filhos do sexo masculino eram mantidos, exceto se nascessem com algum defeito, situação na qual eram abandonados na margem de um rio, um costume designado por «exposição» (pois o recém-nascido era exposto aos elementos). O primeiro recém-nascido do sexo feminino seria mantido, mas os restantes eram «expostos», sobretudo por representarem uma despesa pesada com o dote que viria a ser necessário para casarem. Após algumas gerações, o resultado foi uma desproporção acentuada entre o número de homens e de mulheres na aristocracia. Outro fator que contribuiu para a inversão no sentido do pagamento do dote foi a valorização cristã do celibato, que na fase final do Império levou muitas jovens respeitáveis a optar por não casar. Do mesmo modo, as famílias cristãs desvalorizavam o casamento, sendo considerado o voto de castidade uma virtude maior que a procriação¹⁷. Um terceiro fator terá sido a emancipação das mulheres, que na fase tardia do Império assumiram carreiras profissionais, sobretudo nas cidades. Eventualmente em consequência dos baixos índices de natalidade nesse período, tornou-se prática corrente serem mulheres a desempenhar profissões anteriormente reservadas aos homens, o que lhes proporcionou autonomia financeira, e lhes permitia não casar, se assim entendessem.¹⁸

Devido à escassez de noivas da aristocracia, os jovens aristocratas viram-se cada vez mais obrigados a pagar um dote para conseguirem casar-se. A situação, por conseguinte, inverteu-se. O dote foi-se tornando uma despesa da família do noivo, e as jovens solteiras foram adiando o casamento, com o propósito de obter

uma proposta melhor. Naturalmente, os homens solteiros foram aceitando casar cada vez mais cedo, com receio de perder uma boa oportunidade. A consequência foi a redução da diferença de idades entre os noivos para 7 anos, no século VI.¹⁹

Após o Cristianismo se ter tornado a religião oficial do Império (oficialmente, em 380 d.C.), a mudança não se fez sentir na instituição do casamento. A ética sexual foi, desde cedo, uma preocupação da Igreja, mas a sua esfera de ação manteve-se apenas dentro do campo da moralidade. Viria a ser apenas no século XII que a Igreja Católica determinou e sistematizou as leis e as regras do casamento. A lei romana continuou a vigorar, sem alterações significativas até ao final do Império. Os princípios formulados pelos doutores da Igreja neste período foram surtindo influência, mas só vieram a ter repercussões legais séculos mais tarde. A conceção cristã de casamento foi moldada sobretudo por Agostinho de Hipona (354 - 430).²⁰ Baseando-se em São Paulo, desenvolveu a ideia de que a união entre o marido e a esposa é análoga à união de Cristo com a Igreja, logo, é um sacramento, um laço sagrado, por conseguinte, inquebrável. O divórcio estava fora de questão, o casamento era, nesta visão, indissolúvel. Também instituiu a fidelidade, devendo ambos os sexos ser fiéis um ao outro, embora o supremo bem fosse a castidade. A prole era igualmente valorizada, devendo as relações sexuais ser destinadas à procriação. Estes três conceitos – sacramento, fidelidade e procriação –, viriam a ser estruturantes da noção medieval de casamento. Também foi pela mão de Agostinho de Hipona que se consolidou a família como elemento estruturante moral da sociedade, pois, segundo ele, quando um homem e uma mulher se unem em matrimónio, unem-se igualmente duas linhagens, o que consolida os laços sociais. No mesmo sentido, laços de união e laços de sangue deveriam excluir-se mutuamente, evitando a consanguinidade, o que veio a ser o fundamento da legislação medieval sobre o incesto.²¹

Os rituais cristãos do casamento desenvolveram-se muito lentamente, tendo surgido apenas no final do século IV. No Ocidente, o costume centrou-se na bênção dada pelo sacerdote aos noivos. Em algumas comunidades, nomea-

¹⁶ HERLIHY, 1985: 19.

¹⁷ HERLIHY, 1985: 21.

¹⁸ HERLIHY, 1985: 21.

¹⁹ HERLIHY, 1985: 20.

²⁰ *Saint Augustine* in Encyclopædia Britannica [em linha]. Encyclopædia Britannica, inc. [consult. 2017-01-31]. Disponível na Internet: <https://www.britannica.com/biography/Saint-Augustine>.

²¹ HERLIHY, 1985: 11.

damente na Gália, a bênção era dada quando se encontravam no leito conjugal, *in thalamo*. Mas o mais comum parece ter sido o costume italiano, de receber a bênção do sacerdote à porta da igreja, *in facie ecclesie*. Legalmente, esta bênção não era vinculativa, sendo o casamento validado apenas pelo consentimento.²²

Durante a ocupação romana, as famílias da elite local aliadas de Roma adotaram os costumes romanos, embora integrando-os na sua tradição ancestral de família alargada. E após o fim do domínio romano, esta cultura foi abandonada, não tendo ocorrido continuidade. Mas este modelo de agregado familiar ficou estabelecido no Direito romano, que foi sendo recuperado nos séculos seguintes, integrando-se gradualmente com o tipo de agregado familiar dos celtas e dos germânicos, até originar um modelo próprio da Idade Média.

1.4 Da habitação romano-britânica

Durante a ocupação romana, as elites locais estabeleceram voluntariamente uma aliança com Roma, dando continuidade à aristocracia local. Contudo, pela integração na sociedade romana na qualidade de cidadãos, os antigos chefes bretões e as suas famílias transformaram-se em administradores, com aspiração a uma vida urbana e repleta das comodidades dos seus congéneres no restante império. Com o comércio intenso em rede pelo império, aumentou a mobilidade social, pondo em causa o *status quo*. Se até então a afirmação do prestígio era operada através da guerra e do sistema de raide, no período da Britânia romana passou a ser uma questão de posse de riqueza e, sobretudo, de terra. O enriquecimento levou à concentração de latifúndios, e conseqüentemente à construção de *villae* em zonas rurais. Cidades foram fundadas, com habitação semelhante à das cidades do Mediterrâneo e da Grécia. Para a restante população, as técnicas de construção romanas adaptaram-se a modelos celtas ancestrais, numa mescla que não pode ser considerada uma continuidade com o passado, nem uma imposição do processo de romanização, mas uma síntese de ambos. Nos vestígios da arquitetura romano-britânica, os arqueólogos encontram diferenças claras entre ricos e pobres, rural e urbano, militar e civil, mas não entre romano e nativo. Na prática, a arquitetura romana em terras britânicas tornou-se uma representação do poder da elite, que reafirmou o seu poder

adotando a cultura estrangeira do colonizador, para se demarcar da restante população.²³

Pela primeira vez em milhares de anos, os chefes tornaram-se administradores e latifundiários e construíram habitações para si e para as suas famílias, longe das suas *gentes*. A arquitetura doméstica sofreu assim a primeira bifurcação entre arquitetura de elite e arquitetura vernacular, à semelhança do que havia acontecido nas sociedades grega e romana. Este padrão, implementado na Europa pelos romanos, introduziu uma mentalidade própria, de demarcação entre classe sociais através de habitações diferenciadas, distantes no território, algo desconhecido para os antigos chefes celtas, que viviam em proximidade com os restantes aldeões, com os quais partilhava estreitos laços de parentesco.

A arquitetura romano-britânica desenvolveu-se sobretudo a partir da imitação das primeiras *villae* construídas pelos colonizadores, onde viviam os militares romanos com as suas famílias (Fig. 3). Estas *villae* militares eram uma variante algo irregular das originais na Península Itálica, que sofreu modificações e adaptações a norte dos Alpes. No entanto, não deixaram de ser casas-pátio, cujo elemento central era o *atrium*, um pátio aberto em torno do qual estavam distribuídos os compartimentos.

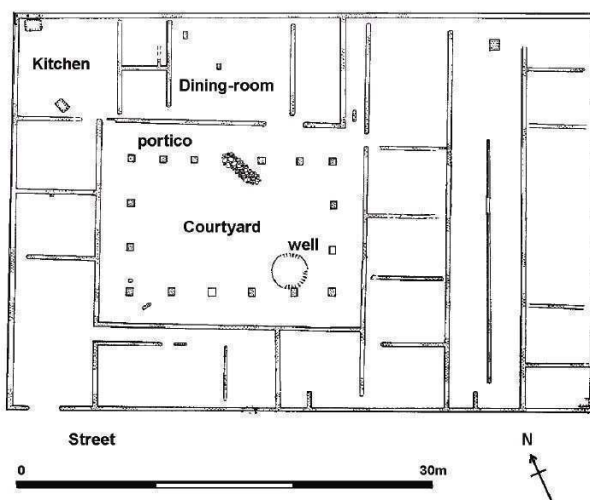


Figura 3. Planta de uma casa-pátio pertencente a um tribuno (oficial militar sénior), no forte de Inchtuthil (Escócia). In Perring, 2002: 63.

Em contraste, as habitações urbanas não possuíam um carácter de ostentação, pois os habitantes das cidades eram sobretudo comerciantes e funcionários públicos. Ao contrário de Roma, onde a vida cidadina era preponderante à vida rural, na província da Britânia a cultura

²² HERLIHY, 1985: 14.

²³ PERRING, 2002: 213-215.

girava em torno das *villae*, não tendo os seus proprietários interesse em adquirir habitações na cidade, nem em residir ali permanentemente. Pelo facto de que na cidade as habitações ardiam com regularidade, eram consideradas um investimento arriscado. Por este motivo, as *villae* desenvolveram-se com certo grau de complexidade, funcionando como pequenas cidades, incluindo equipamentos que seriam próprios dos centros urbanos.²⁴

As habitações urbanas eram basicamente retangulares e alongadas, provavelmente numa adaptação das habitações tradicionais com uma zona de oficina ou de loja defronte. Estas habitações em banda tinham frequentemente um compartimento com entrada diretamente da via pública, que seria local de trabalho, com a zona habitacional privada localizada na parte posterior (Fig. 4).²⁵

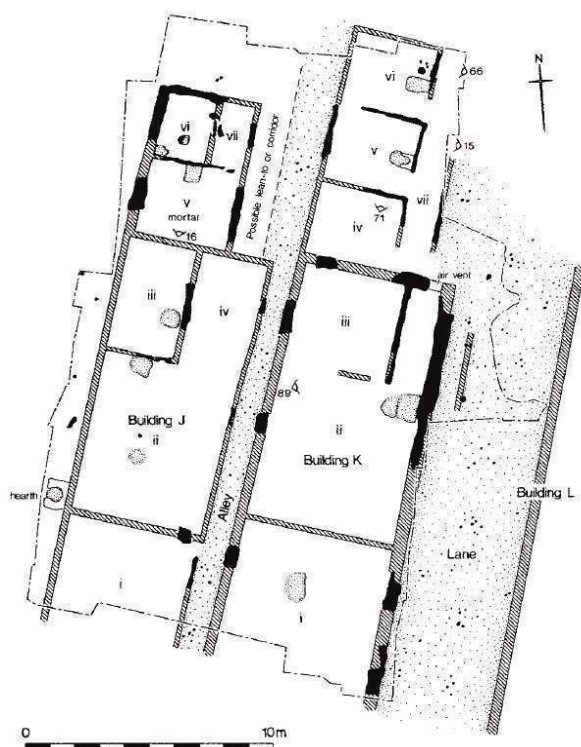


Figura 4. Planta de habitações em banda em Newgate Street, Londres, do século II. In Perring, 2002: 58.

Os aldeões e os camponeses das zonas rurais, a maior parte da população, continuaram a habitar nas cabanas ancestrais bretãs, de planta circular, por vezes evoluindo para a planta retangular. Nas proximidades das cidades, estas habitações adquiriram características construtivas romanas, como o recurso mais difundido de fundações de pedra.²⁶

²⁴ PERRING, 2002: 218-219.

²⁵ PERRING, 2002: 55-60.

²⁶ PERRING, 2002: 51.

Por volta do ano de 410, a província romana da Britânia terminou, com o fim do domínio da administração central de Roma. Durante as décadas seguintes, as *villae* permaneceram habitadas, e algumas cidades resistiram mais um ou dois séculos, mas a presença romana acabou por cair no esquecimento, com um abandono completo da cultura urbana.²⁷ A arquitetura romana também não teve continuidade, e a habitação em solo britânico regressou a padrões ancestrais. Uma nova mudança iria seguir-se, com as migrações regulares de jutos, anglos e saxões do continente europeu.

2 A HABITAÇÃO ANGLO-SAXÃ

2.1 Contexto histórico

No século V, na sequência da queda do Império Romano, a Inglaterra regressou à sua estrutura ancestral, ficando dividida em reinos. No mesmo período, ocorreram migrações do continente europeu, das tribos dos anglos e dos saxões, que se instalaram na Inglaterra. Durante o período sub-romano, os saxões tentavam migrar para solo britânico, representando um problema para os governadores romanos locais, a par com as incursões dos piratas dinamarqueses. Com o fim da administração romana, os anglos (oriundos da Ânglia, atualmente em Schleswig-Holstein, Alemanha), e os saxões (oriundos da Saxónia Antiga, atualmente na Baixa Saxónia, Alemanha), passaram a migrar para a região em fluxos regulares. Inicialmente, os movimentos migratórios seriam de pequena escala, com grupos de algumas famílias, que eram recebidos com hospitalidade pelos bretões, podendo instalar-se e cultivar os seus lotes de terra. Com o tempo, o fluxo migratório ter-se-á intensificado, originando resistência pelos autóctones, e provocando conflito e violência. Uma vez tendo-se instalado as primeiras *gentes* de cada tribo, formando reinos, ficou aberto o caminho para que os seus conterrâneos germânicos do continente pudessem juntar-se a eles. Nos séculos VII e VIII, houve um florescimento cultural, fruto da chegada do cristianismo e da vida monástica, durante o qual foi retomada em parte a cultura clássica, com o ensino do Direito romano, e com a fundação de escolas e de bibliotecas. A legislação foi sistematizada e redigida em manuscritos (que até então era transmitida oralmente). Contudo, este período chegou ao fim no século IX, quando os piratas dinamarqueses e noruegueses – conhecidos por viquingues – tornaram as suas incursões siste-

²⁷ PERRING, 2002: 223.

máticas, pilhando e destruindo os mosteiros e as bibliotecas à sua passagem, e a sociedade anglo-saxã sofreu um retrocesso considerável. Pela violência instalada, os pequenos reinos foram obrigados a unir-se aos mais poderosos, de modo a reunir as forças armadas necessárias para a defesa, até formar um só reino de Inglaterra. Do mesmo modo, os indivíduos viram-se obrigados a abdicar de direitos e liberdade para obterem a proteção de que necessitavam. Cada aldeão e pequeno agricultor entregou os seus lotes de terra a um conde poderoso, em troca de proteção militar contra saqueadores. Deste modo, os indivíduos ficaram sujeitos a pagar uma renda e a prestarem serviços, num estado de servidão, quase feudal. Em alternativa, podiam entregar as suas terras a mosteiros e abadias, igualmente obtendo apoio em caso de guerra, ou deslocarem-se para a cidade para o mesmo efeito, sob a proteção dos burgueses que, bem organizados, tinham tanto poder e influência como aristocratas ou membros do clero. No final do século IX, com o reinado de Alfredo, *o Grande*, foi assinado um acordo de paz entre os anglo-saxões e os dinamarqueses, criando algumas décadas de prosperidade durante as quais a cultura clássica foi retomada, e foram reerguidos os mosteiros, as escolas e as bibliotecas. Mas no século seguinte, as incursões viquingues foram retomadas, num crescendo, provocando alarme social constante e uma instabilidade permanente. O reino de Inglaterra não tinha capacidade para rechaçar os invasores nórdicos, e essa fragilidade foi aproveitada pelos nobres locais, gerando uma luta interna pelo poder. Na tentativa de fazer frente aos viquingues, Etelredo, *o Despreparado* fez uma aliança com o Duque da Normandia (no Norte da França), casando com a sua filha, Ema. Contudo, Etelredo foi derrotado por Canuto, *o Grande*, da Dinamarca, e obrigado a partilhar com ele a coroa de Inglaterra. Quando Etelredo faleceu, em 1016, Canuto tornou-se rei da Inglaterra e da Dinamarca, tendo-se casado com Ema para consolidar o título. Durante este período, Ema enviou os seus filhos para serem educados na Normandia, nomeadamente Eduardo, *o Confessor*, que em 1042 se tornou rei de Inglaterra após uma sequência conturbada de acontecimentos e assassinatos. Não deixou nenhum herdeiro, tendo sido o último monarca saxão. Quando faleceu, em 1066, o seu primo Guilherme, *o Conquistador*, Duque da Normandia, reivindicou a sucessão ao trono, e tornou-se o primeiro monarca normando de

Inglaterra, após ter vencido a célebre Batalha de Hastings.²⁸

2.2 Os elementos fundamentais: *hall* e *hearth*

A herança romana não deixou traços na arquitetura residencial britânica, e a evolução da habitação ocorreu numa transição da cabana ancestral celta (que aliás permaneceu em uso nas vizinhas Irlanda e Escócia), para a cabana ancestral anglo-saxã, oriunda da Europa continental – designada por *pit-house* ou *grubenhäus* – uma cabana de planta retangular, semienterrada no solo cerca de meio metro, até um metro.²⁹



Figura 5. Reconstrução de uma aldeia anglo-saxã, no museu ao ar-livre de West Stow (Suffolk, Inglaterra), de 1970-90, nas imediações do sítio arqueológico, de acordo com os vestígios dos edifícios originais, escavados em 1950-70.



Figura 6. *Hall* (edifício principal) na aldeia de West Stow (Suffolk, Inglaterra).

A habitação saxã mediana, tal como a sua congénere nórdica e germânica, era constituída por um único compartimento, com um comprimento de 30 a 40 pés (9 a 12 metros), uma largura de cerca de metade e um pé-direito des-

²⁸ THRUPP, 1862: 4-18.

²⁹ KERR, 1865: 2.

proporcionalmente baixo. A este modelo correspondia o *hall* de uso corrente.³⁰

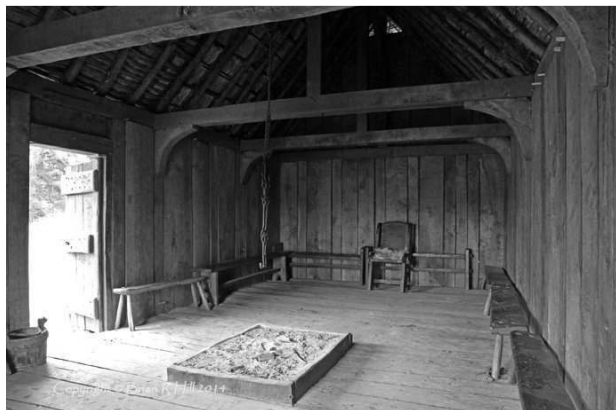


Figura 7. Interior do *hall* na aldeia de West Stow (Suffolk, Inglaterra).

Comparativamente, o modelo residencial romano tem por gênese o *atrium* (ou pátio), em torno do qual se distribuem os diversos *cubiculi* (ou quartos), adaptando-se consoante as circunstâncias. A gênese do modelo nórdico é diametralmente oposta, na medida em que a sua prioridade é o abrigo contra o clima inóspito – o elemento central não é o espaço aberto, mas sim o espaço *coberto*; não o pátio, mas o quarto; não o *atrium*, mas o *hall*.³¹



Figura 8. Reconstrução de um *hall* anglo-saxão, no Weald & Downland Living Museum (West Sussex, Inglaterra), baseada em vestígios arqueológicos de ca. 950 d.C., encontrados em Steyning (West Sussex).

O *hall* saxão era o espaço único de residência: zona de refeições, tanto para o senhor (*lord*) e a senhora (*lady*), como para o servo, e para o convidado em visita (Fig. 8). Era igualmente cozinha e *scullery* (zona de lavagem de alimentos e de loiça). Berçário ocasionalmente, tanto para os filhos do senhor (*lord*) como para os filhos do servo. Também nele habitavam os cães-pastores (que guardavam os rebanhos) e

para os cães-lobo (cães de guarda e de caça). De um lado, armazenavam-se os alimentos cultivados e, do outro, os alimentos produzidos. Finalmente, era também a zona de dormir (*sleeping-room*), distribuídos pelo chão, segundo a hierarquia social. As paredes das melhores habitações eram de carpintaria, rebocadas com argila. A cobertura era constituída por uma camada densa de colmo (*thatch*), ou por vezes mais asseadamente com telhas de madeira (*wooden shingles*).³² O chão do interior era de terra. Ao centro da habitação, diretamente no chão, acendia-se o fogo (*hearth*), cujo fumo era evacuado a muito custo por aberturas na empena ou no telhado.³³

Durante os séculos seguintes, para a maior parte da população, camponesa e em contexto rural, a habitação continuou a ser um compartimento único, onde todas as tarefas eram realizadas durante o dia, e onde todos dormiam durante a noite. Por vezes, era acrescentada uma divisória para formar um segundo compartimento, com um forno para cozinhar de dia, e albergar os animais de noite (Figs. 9a e 9b).



Figura 9a. Reconstrução de uma *cottage* medieval, no Weald & Downland Living Museum (West Sussex, Inglaterra), baseada em vestígios arqueológicos da aldeia medieval de Hangleton, do séc. XIII.



Figura 9b. Interior da reconstrução de uma *cottage* medieval, no Weald & Downland Living Museum (West Sussex, Inglaterra), baseada em vestígios arqueológicos da aldeia medieval de Hangleton, do séc. XIII.

³⁰ KERR, 1865: 3-4.

³¹ KERR, 1865: 4. No original: « (...) not the Court, but the Room; not the *Atrium*, but the *Hall*».

³² TURNER, 1851: Introduction, ix.

³³ KERR, 1865: 4.

2.3 Evolução do *hall* medieval: *parlour* e *solar* (ou *chamber*)

Acima da classe dos camponeses, que cultivavam as terras de membros da nobreza, estavam os fazendeiros livres, que eram proprietários das terras que cultivavam, embora estando abaixo da aristocracia. A habitação do fazendeiro livre (*yeoman*) derivou do *hall* saxão, ao qual foram acrescentados compartimentos laterais (Fig. 10).



Figura 10. *Bayleaf farmstead*, reconstrução de uma *wealden hall house* (casa medieval do tipo «wealden», típica da região de Kent), originalmente de Chiddingstone e atualmente no Weald & Downland Living Museum (West Sussex, Inglaterra), de ca. 1405-30.

Permanecendo o *hall* no centro, dele se tinha acesso a um compartimento no piso térreo, designado por *parlour* (do francês «parler», que significa «conversar»), uma sala privada destinada a receber convidados, sobretudo para assuntos políticos ou de negócios. O espaço do *parlour* também era usado para outras finalidades, como armazenamento, dormir, ou trabalhar (sobretudo com teares, para fabricar a roupa usada pelos membros do agregado familiar). Sobre esse compartimento, ficava o *solar* (assim chamado por ser uma divisão solarenga), também designado por *chamber* (do francês «chambre», aposento ou quarto), à qual se tinha acesso por uma escada interior desde o *parlour* (Fig. 12). Estes dois compartimentos podiam resultar da divisão do *hall* em duas partes, por uma divisória ou uma cortina, ou poderiam ser uma construção adjacente numa das extremidades do *hall*, com acesso independente, pelo exterior. Neste último caso, a *chamber* não tinha acesso direto do *hall*, e funcionava como câmara de audiência – um espaço que viria a ser designado *withdrawing room* («sala para retirar-se») a partir do século XVI –, onde o Senhor (*lord*) tratava dos seus negócios e recebia convidados.³⁴ À noite, servia de quarto de dormir para o Senhor (*lord*) e a Senhora (*lady*), e para os convidados ou outros que pretendes-

sem distinguir, uma demarcação social relativamente modesta em relação aos subalternos, que dormiam comunitariamente no *hall* (Fig. 11).³⁵



Figura 11. *Bayleaf farmstead* – *hall* (salão).

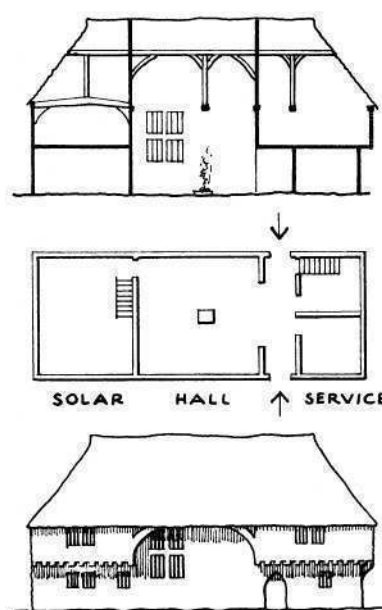


Figura 12. *Bayleaf farmstead* – alçado principal, planta e seção.



Figura 13. *Bayleaf farmstead* – *solar* (também designado por *chamber*).

³⁴ KERR, 1865: 5.

³⁵ TURNER, 1851: Introduction, ix.

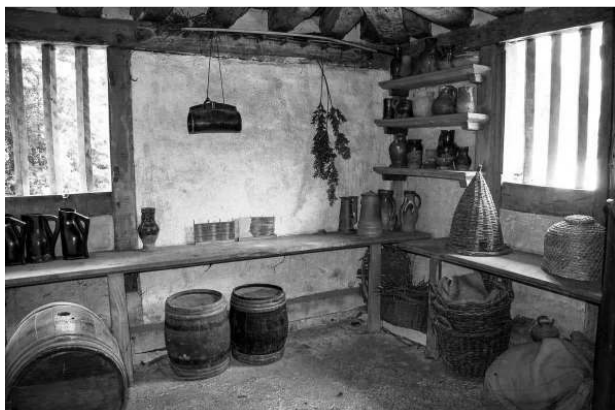


Figura 14. *Bayleaf farmstead – buttery.*

O *solar* – o aposento no piso superior – podia ser usado para diversas funções, nomeadamente para as mulheres da família do fazendeiro trabalharem durante o dia (bordando e costurando), ou receberem outras mulheres da mesma condição social, de modo mais privado. Este compartimento é considerado particularmente feminino, e veio a dar origem à noção de *withdrawing room* do século XIX, a sala para onde se retiravam as senhoras depois de jantar, enquanto os homens permaneciam na sala de jantar a discutir assuntos de política ou de negócios, na época considerados inadequados para o sexo feminino. No mesmo aposento, ficava a cama do fazendeiro e da sua esposa, sendo que a noção de «quarto de dormir», ou *bedroom*, ainda não existia – o espaço para dormir era efetivamente a própria cama, que estava equipada com cortinas, que uma vez sendo corridas ao deitar, garantiam alguma privacidade e a proteção contra correntes de ar.

Do lado oposto do *hall* ficava um corredor, pelo qual se entrava, ligando à porta de entrada do edifício, e a uma porta no extremo oposto. Esse corredor, com portas em ambas as extremidades, garantia uma corrente de ar que tinha a função de dispersar o fumo do interior do *hall*, sem baixar a temperatura do mesmo. A lareira de chão (*hearth*) ficava no centro do *hall*, e era acesa todo o ano, pois mesmo no verão era necessário evitar a humidade. O corredor tinha ainda a função de separar o *hall* da zona de serviço, composta por dois compartimentos – a *buttery* e a *pantry* – cuja designação se pode traduzir por o lugar onde se guardavam o vinho e o pão (Fig. 14). O termo *buttery*, que é equivalente a *cellar* (adega), vem de *bottle* (garrafa), por sua vez do francês *bouteille* – a *buttery* distingue-se da adega por não ser uma cave no subsolo. A *pantry* é uma despensa, pois deriva de *pain*, a palavra francesa para pão; embora fosse um espaço de armazenamento dos alimentos em geral (como ainda hoje é de uso

corrente nos países de língua anglo-saxónica). Desta designação resulta que nas casas nobres medievais, o empregado encarregue de supervisionar a *buttery* e a *pantry* era chamado *butler* (mordomo). A profissão do mordomo ficou, assim, sempre associada à organização da adega, da qual só o mordomo tinha a chave, bem como à arte de decantar o vinho e servi-lo. Após um processo de evolução, a *buttery* e a *pantry* fundiram-se num só espaço – a *butler's pantry* – que no século XIX correspondia a uma zona de serviço antes da sala de jantar, a ela adjacente e ligada à cozinha, onde se colocavam as travessas antes de serem servidas, sendo igualmente o espaço onde se guardavam serviços de loiça e similares, usados nas refeições.

A inexistência de uma cozinha no interior do edifício deve-se a dois fatores: parte dos alimentos podiam ser cozinhados na lareira de chão (*hearth*), ou ao ar livre, e a cozinha propriamente dita era sempre um edifício anexo, à parte, por razões de segurança, dado que os incêndios eram frequentes. Por cima da zona de serviço ficava outro *solar*, com acesso por uma escada interior.

Desta tipologia derivou a casa tradicional inglesa – a *cottage house* (casa de campo). A historiografia considera que este modelo de habitação é o mais antigo que se conhece de arquitetura vernacular, criando uma separação científica entre a habitação primitiva e a vernacular. Na prática, a presente investigação torna claro como ocorreu uma continuidade entre ambas, e é concluída nesta fase pois, a partir deste modelo de habitação, já existe uma extensa pesquisa, à qual se pode interligar, formando uma continuação com a história da arquitetura vernacular.

Quanto à habitação do monarca, no topo da sociedade, esta possuía, antes da conquista normanda, uma tipologia análoga à do *hall* do fazendeiro, embora de alvenaria de pedra, à qual era adicionada um dormitório (*dormitory*) e uma capela (*chapel*), e diversas construções anexas para albergar a cozinha, forno, despensas, celeiros, estábulos e abrigo para os cães, aliviando o *hall* de todas estas funções. Neste caso, *dormitory* era o aposento do rei (*king's chamber*), onde dormiam também os cortesãos e conselheiros de confiança, convidados a partilhar o mesmo aposento que o monarca.³⁶ A *chamber* (neste sentido, uma câmara) correspondia ao aposento para audiências e reuniões secundárias, bem como quarto de dormir para os nobres e oficiais. Tal como nas residências correntes, ambos os aposentos eram adjacentes

³⁶ TURNER, 1851: Introduction, x.

ao *hall*. A cozinha ter-se-á separado do restante edifício devido ao risco de incêndio. A despensa (*store-house, cellar*) seria, eventualmente, sob o aposento (*chamber*), como veio a ser de uso corrente séculos mais tarde. Neste período, ainda não eram erguidos castelos, na medida em que essas fortificações maciças foram introduzidas na Inglaterra pelos normandos, na Baixa Idade Média. Entre os anglo-saxões, as únicas fortificações eram construídas em madeira, e a torre de vigia não possuía qualquer função residencial.³⁷

3 A HABITAÇÃO NORMANDA

3.1 O castelo, ou torre de defesa (*keep*)

Em Janeiro de 1066, com a morte de Eduardo, o *Confessor*, que não deixou herdeiros, deu-se início a uma guerra pela sucessão entre o seu cunhado – Haroldo Godwinson – e o seu primo – Guilherme II da Normandia. Os nobres anglo-saxões nomearam rei Haroldo II mas, em setembro Guilherme atravessou o Cana da Mancha com o seu exército, invadiu a Inglaterra e, no mês seguinte, derrotou o seu adversário, na Batalha de Hastings. Nos anos seguintes, até 1072, Guilherme, o *Conquistador*, enfrentou rebeliões e teve dificuldade em consolidar-se. Os domínios dos nobres anglo-saxões mortos em combate, e dos que ofereceram resistência, foram confiscados e entregues diretamente aos nobres normandos próximos de Guilherme, sob a forma de feudos. Neste contexto de instabilidade militar, o monarca ordenou a construção de castelos em alvenaria de pedra por todo o território, uma prática construtiva que até então pouco usual no país, mas que era prática corrente na Europa continental. A esmagadora maioria das primeiras fortificações terão sido inicialmente de madeira (como já acontecia até então entre os anglo-saxões), com algumas exceções, mas com a estabilização política, foram sendo substituídas por alvenaria de pedra.³⁸

O castelo normando foi, portanto, introduzido na Inglaterra, seguindo a prática corrente na França da mesma época. Esta tipologia era usual na Europa continental desde o século X, variando em número consoante a necessidade, e servindo de residência esporadicamente. Contudo, os castelos ingleses após a conquista normanda irão tornar-se residência permanente da nobreza, um costume que só posteriormente veio a ser regra na restante Europa. Por conse-

guinte, o castelo inglês, enquanto residência oficial permanente do nobre, é um modelo anglo-normando.³⁹



Figura 15. Torre defensiva (*keep*) do castelo de Peveril (ou de Castleton), no norte da Inglaterra. Construído no período entre 1066 e 1086 (ano do primeiro registo existente).

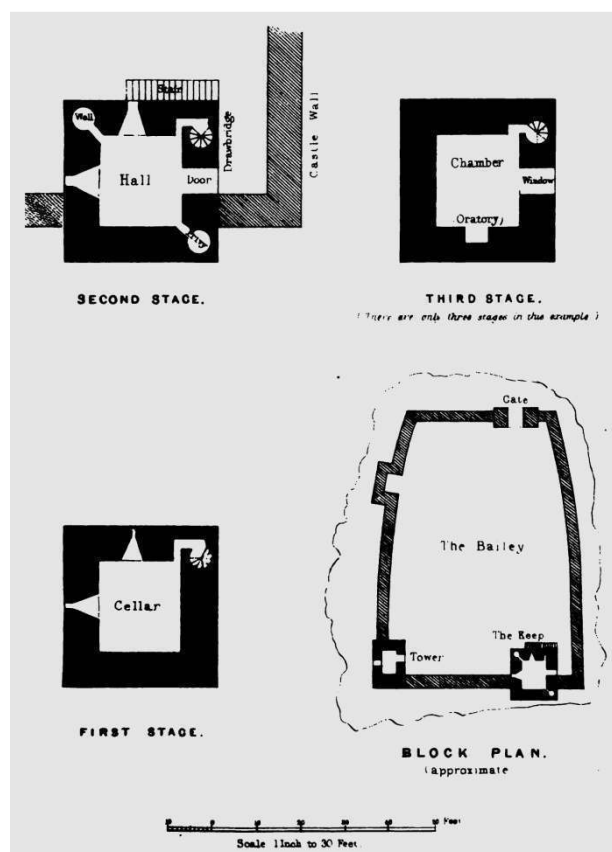


Figura 16. Torre defensiva (*keep*) do castelo de Peveril. Planta de implantação e plantas do primeiro piso (*cellar*), do segundo piso (*hall*) e do terceiro piso (*chamber*).

³⁷ KERR, 1865: 6.

³⁸ KERR, 1865: 8.

³⁹ KERR, 1865: 7.



Figura 9. Torre defensiva (*keep*) do castelo de Rochester (Kent, Inglaterra). Demarcação atual corresponde à construção original de 1087-1089, e o edifício atual é uma alteração realizada em 1127-1141.

A construção em grande número de castelos, como nunca antes acontecera em Inglaterra, é uma expressão direta do esforço considerável que a nova classe dominante teve de suportar, para se manter no poder. Por outro lado, é o resultado da estratégia de Guilherme, o *Conquistador*, para preservar a sua soberania. Enquanto na Europa central, durante o século XI, os monarcas não conseguiram impor aos nobres, seus súbditos, a prestação de vassalagem, permitindo a descentralização do poder, na Inglaterra, Guilherme e os seus sucessores, souberam preservar o seu poder efetivo sobre todo o território, em continuidade com os reis anglo-saxões.⁴⁰ A concessão de feudos tornou-se burocratizada, na medida em que a entrega de terras a um dado nobre tinha como contrapartida a prestação de vassalagem e uma pesada carga financeira, sendo o cumprimento destas obrigações a condição necessária para a preservação do título nobiliárquico.⁴¹ Este sistema revelou ser extremamente eficaz, uma vez que gerou a fonte de receita necessária para manter a capacidade militar e política, que permitiu aos monarcas exigir aos aristocratas o cumprimento das obrigações feudais. Mesmo os nobres mais poderosos viviam sob a ameaça de lhes ser retirado o feudo, caso não pagassem a quantia estipulada ou não prestassem o serviço exigido.

⁴⁰ TURNER, 2003: 185.

⁴¹ CAMPBELL, 2003: 3.

Este processo de burocratização da administração adquiriu contornos nítidos, sobretudo a partir do reinado de Henrique I (1100-35).⁴²

Deste modo foi instituído o feudalismo na Inglaterra, claramente acompanhado de uma demarcação na habitação. Embora pareça evidente aos olhos atuais que o senhor feudal habitasse no seu castelo, essa divisão extrema entre os alojamentos da classe dominante e os da restante população não é anterior ao final da Idade Média, tendo sido o resultado da perda da organização da sociedade por tribos e por *gentes*, durante um processo de centralização do poder até unir o território num só reino, sob o comando de um único monarca. A instabilidade provocada pelas incursões estrangeiras dos viquingues foram aproveitadas pelos aristocratas para concentrarem nas suas mãos a posse de toda a terra, tornando a maior parte dos camponeses seus servos, praticamente seus escravos. Esta transição é análoga à que ocorreu entre as tribos gregas, e o fenómeno foi equivalente: a concentração do poder levou, em poucos séculos, à tirania, que na Europa moderna correspondeu às monarquias absolutistas. Esta caminhada foi acompanhada por uma ostentação da parte da classe dominante, que se expressou sobretudo na habitação – o castelo medieval, de forte carácter defensivo e funcional, deu lugar à mansão e ao palácio no Renascimento, num tempo de paz que permitiu o florescimento do trabalho do arquiteto, que introduziu na habitação europeia a noção de *estilo*, dando origem à tradição da arquitetura de elite. Deste modo, no final da Idade Média que encontram-se já amplamente demarcadas as classes sociais através da habitação, com a diferenciação clara, não só no evidente contraste na dimensão e na qualidade, como também na expressão *artística*.

Não obstante, o percurso da investigação não estaria completo sem uma posterior reflexão teórica, sem a qual não se encontra completa a tarefa inicialmente proposta, de conseguir elevar a arquitetura primitiva ao mesmo nível da arquitetura de elite, de modo a que ambas possam figurar numa mesma obra de história da habitação. Pois, se a arquitetura de elite tem valor por ser obra-de-arte, a arquitetura primitiva encontra a sua validação no facto de ser a original e a que mais séculos durou, formando uma memória ancestral coletiva poderosa. E porque, acima de tudo, a cabana primitiva nunca se desviou do seu *arquétipo*, que é a essência da arquitetura.

⁴² TURNER, 2003: 186.

4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Campbell, Bruce M. S. 2003. «England: Land and People». In Rigby, S. (Ed.) (2003), 3-25.
- Kerr, Robert. 1865. *The gentleman's house; or, How to plan English residences, from the parsonage to the palace; with tables of accommodation and cost, and a series of selected plans*. London: John Murray. archive.org/details/gentlemanshouseo00kerr
- Perring, Dominic. 2002. *The Roman House in Britain*. London and New York: Routledge.
- Rigby, S. (Ed.). 2003. *A Companion to Britain in the Later Middle Ages*. Blackwell companions to British history. Malden, USA; Oxford, UK; Melbourne, Australia; Berlin, Germany: Blackwell Publishing.
- Thrupp, John. 1862. *The Anglo-Saxon Home: A History of the Domestic Institutions and Customs of England*. London: Longman, Green, Longman & Roberts. archive.org/details/anglosaxonhomehi00thruuoft
- Turner, Ralph V. 2003. «England: Kingship and the Political Community, c. 1100-1272». In Rigby, S. (Ed.) (2003), 183-207.
- Turner, T. Hudson. 1851. *Some Account of Domestic Architecture in England: From the conquest to the end of the thirteenth century*. Oxford; London: John Henry Parker. archive.org/details/someaccountdome01turngoog

PARTE III

Do Arcadismo

Introdução

Na segunda parte foram percorridos milhares de anos de história da Europa, focando essencialmente o que é pertinente para o conhecimento da evolução da habitação. Ficaram intencionalmente excluídos os exemplos relativos a ritos funerários e a sepultamentos, por se encontrarem muito distantes da vida quotidiana doméstica, embora sejam uma fonte rica para a arqueologia, e muitas vezes o que permite a reconstituição de como seria uma sociedade já desaparecida, e da sua dinâmica, a partir dos objetos sepultados junto com os indivíduos e do modo como foram sepultados. A noção de que até à Idade do Bronze não existia elites na Europa, nem desigualdade social, é baseada no sepultamento igualitário dos indivíduos pertencentes ao mesmo grupo, sem distinção de alguém, ou de alguma família em particular. Contudo, desde o Neolítico, na Europa ocidental e do norte, foram sepultados indivíduos de modo privilegiado, formando *tumuli* – colinas artificiais de terra, cobrindo câmara funerárias (em Portugal, o correspondente, embora ligeiramente diferentes, são as mamoaas, os dólmenes e as antas).¹ Muitos destes túmulos foram destruídos pela agricultura, sobretudo pela dificuldade em distinguir as colinas artificiais das naturais. Esta distinção no sepultamento era um indicador do resultado da introdução da agricultura, ou seja, a demarcação social de alguns em relação a outros, indicando uma alteração que ainda não se podia designar por desigualdade, mas que apontava já nesse sentido.² Não obstante, estes *tumuli* tinham um significado simbólico para as comunidades que os erguiam que estava para além do estatuto social. A distinção feita a certos indivíduos é entendida como um sinal de reverência quase religiosa pelos antepassados fundadores da comunidade – em análise científica, os arqueólogos identificam estes indivíduos como sendo mais antigos, ou contemporâneos, à fundação da comunidade mais próxima geograficamente. Deste modo, presume-se que cada grupo humano pré-histórico

que se separava do seu grupo de origem, para se instalar numa região relativamente próxima, fundando uma nova comunidade, sepultava o seu chefe, ou ancião, para marcar o território como pertença simbólica sua, e consolidar a identidade de grupo – pois nestes locais sagrados eram realizados rituais religiosos com regularidade. A formação de uma colina artificial, que tanto esforço exigia, tinha como propósito deixar uma marca bem visível no território. Estes sepultamentos simbólicos, que eram um ato fundador, de respeito pelo ancestral comum a todos os que pertenciam à mesma *gens*, são distintos dos túmulos do final da Idade do Bronze e da Idade do Ferro, onde os indivíduos eram sepultados juntamente com uma grande quantidade de objetos e bens, e eles próprios envergando armaduras, adornos e armas de metal que não eram usados pela restante população, claramente demarcando-os dos demais indivíduos da sua comunidade, da qual eram uma elite militar que governava, os chefes e as suas esposas. O conhecimento deduzido pelos arqueólogos acerca destas sociedades encontra-se, na segunda parte da investigação, subentendido, e um maior aprofundamento fica remetido para a leitura das obras referenciadas.

Em compensação, à arqueologia e à história foi unida a genética, não só porque lança luz consolidando o conhecimento, mas porque o percurso traçado pela circulação dos seres humanos, transportando o seu património genético, corresponde ao percurso de dispersão de tipos de construção de habitação. Assim, onde surgiram os primeiros europeus geneticamente modernos, *Homo sapiens sapiens*, cerca de 40,000 a.C., nasceram as primeiras culturas e a arte, e foram construídos os primeiros abrigos, que seriam temporários e um complemento da residência habitual, numa caverna. Os indivíduos do grupo que se juntavam para caçar, distanciavam-se geograficamente por algum tempo da sua *gens*, e erguiam abrigos para poucas pessoas, pois estavam apenas de passagem. Em lugares com clima ameno, como na Península Ibérica, e em proximidade com rios ou o mar, cada abrigo seria construído para o período do verão, e aproveitando o calor podiam apanhar e consumir peixe e moluscos em quantidade generosa, ou aquela que lhes fosse permitida

¹ SHERRATT, 1994: 177-181.

² LILLIOS, 2004: 460.

pelo engenho para inventar utensílios e técnicas de captura. Em geral, porque o ambiente nas cavernas é húmido e escuro, os abrigos construídos seriam uma forma de habitar mais saudável durante o tempo quente. No Inverno, com o tempo mais rigoroso e frio, abandonariam as suas frágeis construções para se protegerem na caverna.

Entretanto, na região do Médio Oriente, nasce a civilização, e os problemas decorrentes, do qual o mais grave é sem dúvida a pobreza causada pelo excesso de população e pela distribuição desigual da riqueza e da propriedade privada. As primeiras cidades terão gerado a necessidade contínua de emigrar em busca de terra ainda não privatizada, e em sucessivas migrações grupos humanos oriundos da Anatólia (atual Turquia) foram introduzindo na Europa inovações tecnológicas e novos modos de vida. A agricultura foi assim transmitida aos europeus, dispersando-se pela Europa num processo longo e gradual, entre 7000 e 4000 a.C., induzindo à sua chegada a transição para a vida sedentária. A acompanhar esta nova tecnologia surgiram as primeiras cabanas, construções de carácter mais ou menos permanente. Nos primeiros milénios, a agricultura não terá sido intensiva, mas reservada apenas ao cultivo de hortas para subsistência; do mesmo modo, as cabanas eram abandonadas em intervalos regulares de algumas décadas, sendo destruídas voluntariamente, e reconstruídas aproximadamente no mesmo local na geração seguinte, o que indica uma rotatividade causada pela exaustão dos recursos naturais e do solo. A organização por *gentes*, numa população que se foi multiplicando com o tempo, deu origem a cabanas comunitárias de grande escala, durante o Neolítico, o que é um sinal visível de que nesse momento histórico as comunidades europeias sedentarizadas formavam fratrias e tribos, análogas às suas congéneres nativas norte-americanas.

Com o tempo, as comunidades foram-se acomodando até à completa sedentarização, e consolidando, com a agricultura intensiva, começando a adquirir características locais. As novas técnicas de cultivo, e novos utensílios de metal, afastaram a necessidade de abandonar o território de residência, e as habitações tornaram-se permanentes. Cultivando sempre a mesma terra, com uma morada definitiva, os celeiros a acumularem um excedente de alimento, e com a domesticação dos animais, nasceu a propriedade privada. Consequentemente, alguns acumularam riqueza, enquanto outros, por negligência ou por infelicidade, foram ficando à margem, e começaram a pobreza, as pilhagens e os confrontos armados – quer pelo

desespero da fome, quer por ganância –, em suma, instalou-se a violência na sociedade. Manifestaram-se os primeiros sinais de morte por ataque violento durante uma luta, apareceram as armas, já não para caçar, mas para atacar ou defender-se de outros seres humanos. E as povoações deslocaram-se para topos de colinas, com melhor ângulo de visão para prevenir ataques, fazendo-se cercar de muros de protecção, que assinalavam claramente a propriedade privada e a exclusão de quem não fosse convidado a entrar.

Com o florescimento do comércio no Mediterrâneo, por volta do século VIII a.C., nasceram as sociedades clássicas, grega e romana, e as regiões periféricas beneficiaram com a intensidade das trocas comerciais, originando as primeiras elites, pois as famílias dos chefes bárbaros controlavam o transporte e a negociação das mercadorias no seu território. Embora o estatuto de chefe não fosse garantido, por ser um cargo eletivo e dependente da popularidade, certamente a constante partilha dos bens com os súbditos e os banquetes regulares foram conduzindo à subserviência e à dependência da maioria em relação à elite militar. Esta evolução foi interrompida com a expansão do Império Romano, que em cerca de 50 a.C. já anexara grande parte do território europeu, impondo um modelo de colonização violento e sem escrúpulos, que viria a ser a génese do feudalismo, na prática uma espécie de colonização entre pares – uma classe social subjugando outra, dentro da mesma sociedade –, em tudo equivalente à colonização romana, na medida em que também gregos e romanos se consideravam superiores aos celtas e aos germanos, mas com eles partilhavam a mesma genética e a mesma origem cultural, sendo todos descendentes das mesmas *gentes* ancestrais, apenas alguns milhares de anos anteriores, o que é comprovado pelo tronco comum da língua protoindo-europeia, origem das línguas indo-europeias.

A cada etapa, a propriedade privada e a acumulação de riqueza fizeram-se acompanhar de estratégias políticas para garantir que os mais ricos, sempre com receio de perderem pela força o que haviam roubado aos outros pela força também, eram igualmente os que governavam e ditavam as leis. A ganância e a ambição, os verdadeiros motores da civilização, geraram a desigualdade entre os seres humanos e instalaram a guerra perpétua entre os que roubaram a terra e querem ter sempre mais, e os que trabalham a terra sem nunca conseguirem comprar, vivendo numa dívida eterna artificialmente construída. Pois para os que possuem muito nada parece ser-lhes suficiente, sedentos

de dinheiro e de poder, e os que são explorados perdem as forças e a dignidade a cada violência que lhes é dirigida.

A síntese feita na segunda parte é, por conseguinte, uma súmula que permite o conhecimento das linhas gerais da história da arquitetura doméstica na Europa. No mesmo sentido, confirma a veracidade da tese de L. H. Morgan, e permite identificar os momentos essenciais, como a cabana comunitária neolítica em tudo equivalente à *longhouse* iroquesa, revelando que nesse período os europeus viveram do mesmo modo que os seus pares norte-americanos; a organização em *gentes*, *fratrias* e tribos, da qual surgiram a nação grega e a nação romana; e a divergência na evolução, sendo que a Grécia se tornou uma democracia, estabelecendo uma relação com os cidadãos através do território, enquanto Roma centralizou o poder no Senado, abrindo caminho para a formação de um império autoritário e colonizador.

Contudo, a história da habitação não é só uma história da construção de abrigos domésticos, pois nela está espelhada a história das sociedades, pois na habitação toda a sociedade está *em jogo*. Deste modo, através do tipo de construção mais recorrente na Europa durante milhares de anos – que foi a cabana – é possível estruturar uma reflexão séria sobre a origem da desigualdade entre os homens. Ao tempo anterior à cabana, quando os seres humanos ainda não construíam abrigos, em pouco se distinguiram dos animais, e sendo como os animais, não teriam ainda expressão os laços afetivos necessário para poder formar *famílias*. Mas com a descoberta do fogo, os indivíduos começaram a reunir-se ao seu redor, juntando-se, e com o convívio, surgiu a necessidade de comunicar, fazendo desenvolver a fala, e com a fala desenvolveu-se o pensamento abstrato, pois a cada coisa tinha de corresponder uma palavra, e essa palavra a um conceito. Em grupo, os laços foram-se formando, e nasceram as famílias, ou mais corretamente, a pertença a uma *gens*. Cansados de sofrer o impacto das intempéries, do frio e do calor extremos, do ambiente húmido e escuro das cavernas, reunidos em grupo os seres humanos começaram a construir cabanas para se abrigarem. Uma das mais antigas descrições desta narrativa, sobre as origens do Homem e da cabana primitiva, chegou aos dias de hoje pela autoria de Vitruvius (século I a.C.)³ que, guiando-se por autores mais antigos, des-

creve assim, no seu Livro II, capítulo 1, sobre a origem da arquitetura doméstica:

1. Os homens antigos nasciam como os animais selvagens, em florestas, cavernas e bosques, e viviam do alimento selvagem. Com o passar do tempo, as árvores densamente concentradas num determinado lugar, sacudidas por tempestades e ventos, e friccionando os seus ramos uns nos outros, pegaram fogo, e assim os habitantes do lugar puseram-se em fuga, aterrorizados pela chama furiosa. Depois de diminuir a intensidade, eles aproximaram-se, e observando que se sentiam confortáveis junto do fogo acolhedor, acrescentaram toros de madeira e, enquanto o mantiveram aceso, atraíram outras pessoas para ele, mostrando por sinais quanto conforto lhes proporcionava. Nessa reunião de homens, num tempo em que a expressão do som era puramente individual, dos seus hábitos diários foram fixando palavras articuladas, conforme elas surgiam; então, pela indicação pelo nome das coisas em uso comum, o resultado foi que deste modo começaram a falar, e assim originaram a conversação entre si.⁴



Figura 1. Ilustração das primeiras comunidades humanas em torno do fogo, segundo a descrição de Vitruvius, na tradução de Cesar Cesariano de *De Architectura*, a primeira tradução de Vitruvius (para italiano), de 1521.

2. Portanto foi a descoberta do fogo que originalmente deu origem à reunião de homens, à assembleia deliberativa, e às relações sociais. E assim, conforme continuaram a reunir-se em

³ *Vitruvius (Marcus Vitruvius Pollio)* in Encyclopædia Britannica [em linha]. Encyclopædia Britannica, inc. [consult. 2020-06-08]. Disponível na Internet: <https://www.britannica.com/biography/Vitruvius>.

⁴ VITRUVIUS, 1914: 38. Tradução livre da autora.

grande número num determinado lugar, e constatando-se naturalmente mais dotados que os outros animais por não serem obrigados a caminhar com as faces voltadas para o chão, mas na posição vertical e olhando para o esplendor do firmamento estrelado, e também sendo capazes de fazer com facilidade o que quisessem com as suas mãos e os seus dedos, começaram nessa primeira assembleia a construir abrigos. Alguns fizeram-nos com ramos verdes, outros escavaram cavernas em colinas, e alguns, imitando os ninhos das andorinhas e o modo como elas constroem, fizeram refúgios de lama e galhos. De seguida, pela observação dos abrigos de outros e adicionando novos detalhes aos seus próprios começos, eles construíram melhor e melhores tipos de cabanas com o passar do tempo.⁵



Figura 2. Ilustração da construção das primeiras cabanas, segundo a descrição de Vitruvius, na tradução de Jean Martin, com ilustrações de Jean Goujon, de 1547.

3. E uma vez que eram de uma natureza imitativa e ensinável, diariamente iam apontando uns aos outros os resultados da sua construção, vangloriando-se das suas novidades; e assim, com os seus dons naturais aguçados pela emulação, os seus padrões melhoraram de dia para dia. Primeiro ergueram estacas bifurcadas ligadas por ramos e cobriram estas paredes com lama. Outros fizeram paredes com pedaços de lama seca, cobrindo-os com juncos e folhas para proteger da chuva e do calor. Verificando que tais coberturas não conseguiam suportar a chuva durante as tempestades do inverno, construíram-nas com cumeeiras adubadas com

⁵ VITRUVIUS, 1914: 38-39. Tradução livre da autora.

lama, as abas laterais inclinadas e projetadas de modo a descarregar a água da chuva.

4. Que as casas surgiram tal como eu escrevi acima, podemos observar por nós mesmos nos edifícios que ainda hoje são construídos com materiais semelhantes pelas tribos estrangeiras: por exemplo, na Gália, Espanha, Portugal e Aquitânia, cobertas com telhas de carvalho ou colmo. Entre os habitantes de Cólquida em Ponto, onde existe florestas com abundância, eles derrubam árvores inteiras ao chão para a direita e para a esquerda, deixando entre elas um espaço adequado ao comprimento das árvores, e depois colocam acima delas outro par de árvores, repousando nas extremidades das primeiras e formando um ângulo reto com elas. Estas quatro árvores delimitam o espaço da habitação. Depois sobre estas eles colocam varas de madeira, uma a seguir à outra nos quatro lados, cruzando-se nos ângulos, e assim, prosseguindo com as suas paredes de árvores dispostas perpendicularmente acima das inferiores, constroem torres altas. Os interstícios, que são deixados por conta da espessura do material de construção, são preenchidos com lascas de madeira e lama. Quanto aos telhados, cortando as pontas das vigas cruzadas e fazendo-as convergir gradualmente até convergirem, erguem-nas até ao topo a partir dos quatro lados formando uma pirâmide. Cobrem-na de folhas e lama, e assim constroem os telhados das suas torres numa forma rude do estilo «tartaruga».⁶

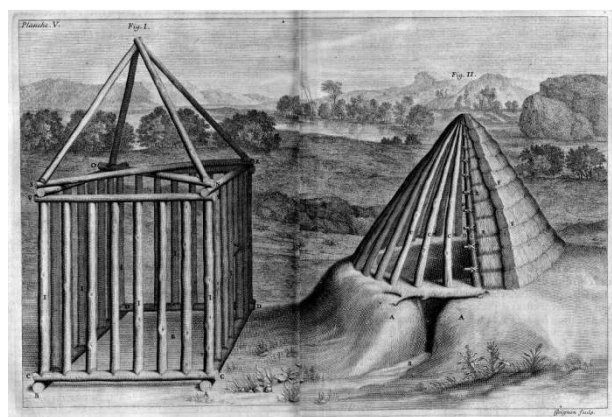


Figura 3. Ilustração das habitações construídas pelos habitantes da Cólquida (à esquerda) e da Frígia (à direita), segundo a descrição de Vitruvius, na tradução de Claude Perrault dos *Dix Livres d'Architecture*, de 1673.

5. Por outro lado, os habitantes da Frígia, que vivem num país descoberto, não têm florestas e conseqüentemente têm falta de madeira. Por isso eles escolhem um outeiro natural, abrem

⁶ VITRUVIUS, 1914: 39. Tradução livre da autora.

uma trincheira no meio, escavam passagens, e estendem o espaço interior o mais possível quanto o sítio permita. Sobre ele constroem um telhado piramidal de toros de madeira atados juntos, e cobrem-nos com juncos e arbustos, amontoando elevados montes de terra acima das suas habitações. Este modo de construir casas torna os seus invernos muito quentes e os seus verões muito frescos. Alguns constroem casebres com telhados de juncos dos pântanos. Entre outras nações, também, em alguns lugares há cabanas do mesmo método, ou similar. Da mesma forma em Marselha vemos telhados sem telhas, feitos de terra misturada com palha. Em Atenas no Areópago existe até hoje uma relíquia da antiguidade com telhado de lama. A cabana de Rómulo no Capitólio é uma recordação significativa dos costumes antigos, tal como os telhados de colmo dos templos na Cidadela.⁷

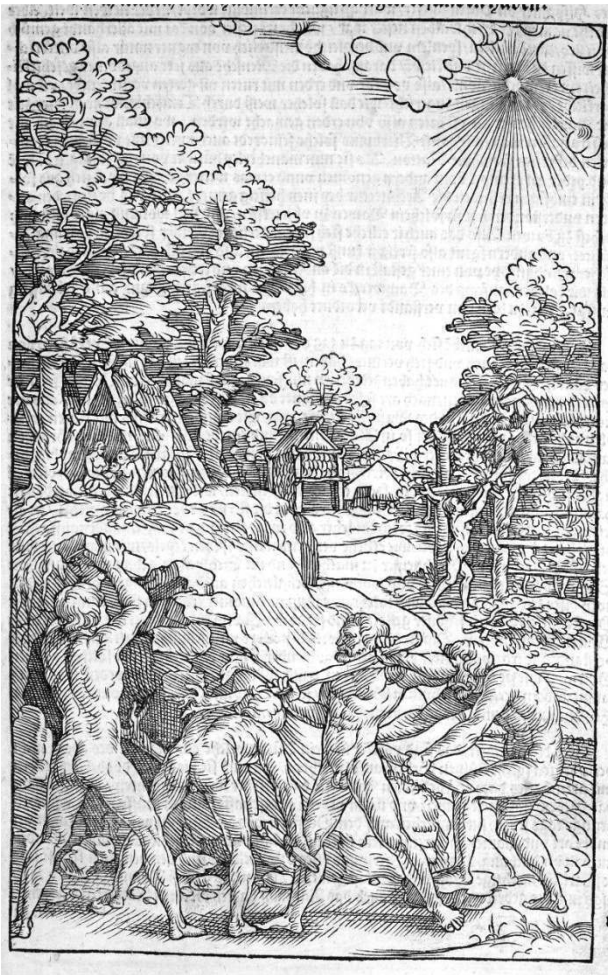


Figura 4. Ilustração da construção das primeiras cabanas, segundo a descrição de Vitruvius, em *Vitruvius Teutsch*, de 1548.

6. Destes espécimes podemos retirar as nossas deduções no que diz respeito aos engenhos

⁷ VITRUVIUS, 1914: 39-40. Tradução livre da autora.

usados nas construções da antiguidade, e concluir que eram similares.

Além disso, conforme o Homem fez progresso tornando-se a cada dia mais especializado na construção, e conforme o seu engenho foi aumentando com a sua destreza de modo que a partir do hábito chegou a alcançar uma perícia considerável, a sua inteligência foi alargada pela sua indústria até que alguns mais competentes adotaram o ofício de carpinteiros. Destes primeiros começos, e pelo facto de a natureza não só ter dotado a raça humana com sentidos como os dos restantes animais, mas também ter equipado as suas mentes com os poderes do pensamento e do entendimento, assim colocando todos os outros animais sob a sua influência, foram avançando gradualmente da construção de edifícios para as outras artes e ciências, e assim passaram de um modo de vida rude e bárbaro para a civilização e o refinamento.

7. Então, ganhando coragem e olhando em frente do ponto de vista de ideias superiores nascidas da multiplicação das artes, eles deixaram as cabanas e começaram a construir casas com fundações, com paredes de tijolo ou de pedra, e telhados de madeira ou telha; em seguida, a observação e a aplicação levaram-nos das concepções flutuantes e indefinidas para as regras definidas da simetria. Percebendo que a natureza havia sido generosa no fornecimento de madeira e abundante em provisões de materiais de construção, trataram-nos como uma ama cuidadosa, e assim desenvolvendo os refinamentos da vida, embelezaram-nos com luxos.⁸

Assim descreve Vitruvius a origem da habitação, colocando o fogo como elemento agregador das primeiras comunidades.

A noção de que a escravidão dos homens não é uma coisa natural, nem de origem, estava bem presente na Antiguidade, sob a forma de narrativa mitológica. Ao tempo em que os europeus pré-históricos ainda não praticavam a agricultura de modo intensivo, mas já habitavam em cabanas, vivendo pacificamente da pastorícia – geneticamente, os antepassados mais remotos dos europeus, e fundadores das gentes que formam hoje a Europa –, os gregos antigos chamavam a Idade de Ouro. Quando a convivência se tornou constante no ambiente doméstico, sob o matriarcado, os homens eram de qualidade moral inferior aos seus antecessores, e por isso foi a Idade de Prata. Na era seguinte, os homens tornaram-se belicosos e

⁸ VITRUVIUS, 1914: 40-41. Tradução livre da autora.

destruíram-se em guerra e violência, na Idade de Bronze. E a cada etapa, Zeus criava uma nova *raça*, sendo que as seguintes foram a Idade Heroica, dos homens que combateram em Troia, e a Idade de Ferro, na qual viviam Hesíodo e Ovídio, os autores deste relato. Na Idade de Ferro, historicamente a Antiguidade, foi o tempo em que a injustiça, a desigualdade, a corrupção e a ganância se tornaram senhoras da humanidade, condenando-a ao sofrimento perpétuo, que ainda hoje é a realidade. Deste modo poético, Hesíodo e Ovídio relataram simbolicamente a história dos povos europeus, que na sua origem eram livres e pacíficos, e se tornaram escravos pela ganância e pela ambição.

Também na mitologia grega estava presente a ideia de que a descoberta do fogo foi a impulsionadora do progresso tecnológico, e de que o domínio das artes de fabricar e manusear o fogo foram o elemento agregador da humanidade, ambas associadas simbolicamente à capacidade para construir cabanas. Com a identificação simbólica entre o fogo e o engenho humano – o génio, a sua capacidade inventiva – os gregos antigos formaram o mito de Prometeu para ilustrar quão dúbia é essa dádiva. Sendo em tudo desfavorecidos em relação aos outros animais, os seres humanos distinguem-se por serem dotados de consciência, por possuírem Razão, por serem dotados de Espírito, o que os aproxima dos deuses, elevando-os acima dos animais. Porém, partilham da mesma existência física biológica que os animais, formando parte integrante da natureza, e por isso não chegam a poder comparar-se com os deuses. Pois os deuses são imortais – e os seres humanos são mortais, ficando acorrentados ao sofrimento permanente de terem consciência de que irão morrer, e não o poderem evitar. A esta realidade corresponde a narrativa mitológica segundo a qual Prometeu roubou o fogo aos deuses (da casa de Hefesto), e as artes de manusear o fogo (da casa de Atena), oferecendo-as à humanidade; mas no banquete que iria selar a paz entre deuses e mortais, Prometeu enganou Zeus em favor da humanidade, e o pai do Olimpo decidiu aplicar um castigo; mandou criar Pandora, ofereceu-a a Epimeteu, irmão de Prometeu, e com ela levou uma caixa, da qual foi removida a tampa deixando sair todos os males que atormentam a humanidade. Esta imagem simbólica traduz com vivacidade as consequências nefastas da consciência e do engenho inventivo humano, pois tanto geraram as invenções que geraram o progresso, como permitiram a invenção ardilosa de meios para acumular fortunas descomunais, concentrar o poder político, e escravizar a maioria, sob o jugo pesado de uma

minoría ociosa que não hesita em explorar. A invenção da agricultura proporcionou abundância e estabilidade, mas desencadeou a ganância, a transformação de toda a terra em propriedade privada, e um sem-fim de pilhagens e manobras políticas que conduziram à formação de latifúndios, propriedade de uma minoria, que a partir da Antiguidade escravizou aqueles que trabalham a terra. E com os latifúndios, instalaram-se as tiranias e a escravidão; as desigualdades sociais – também elas fruto do engenho humano –, a fome e a pobreza de uns, a doença e a velhice causadas pelas agruras e pelos desgostos; e para os mais ricos, a agitação constante em busca de cada vez mais riqueza, a avareza, a falta de piedade, e a degeneração por enfiamento de comidas sumptuosas, que adoecem o corpo e pervertem a mente. Tanto as maiores invenções, como as piores desgraças, que afetam a humanidade são consequência da capacidade inventiva humana. Desde a Antiguidade, na Europa, ininterruptamente, o progresso traz riqueza e gera maravilhas que fasci-nam os sentidos, mas produz pobreza, doença, decadência moral e aumenta o fosso que separa os ricos dos pobres. Os recursos naturais do planeta estão a ser esgotados, espécies animais são extintas e outras tantas perderam o seu ecossistema, e a esmagadora maioria dos seres humanos vive na pobreza, ou no seu limiar. Cada vez mais, os antropólogos questionam a noção de *progresso*, pois cada *progresso* foi um avanço apenas para uma minoria, com vantagens para alguns, um retrocesso para a maioria, e um desastre para o meio ambiente.

E como estes males são de longa data, e pouco remédio têm tido, já Rousseau refletia sobre eles em meados do século XVIII, quando formulou que a única maneira de restringir a ganância e a ambição desmedidas da minoria que tem o poder em mãos, é a abdicação voluntária do Estado natural para abraçar o Estado democrático, estabelecendo um contrato social. Assim, num Estado onde todos sem exceção abdicam da sua liberdade natural, para evitar que a liberdade de alguns se sobreponha à liberdade da maioria, todos adquirem uma liberdade maior, na qual os direitos de cada são garantidos e protegidos. A abdicação voluntária da lei natural significa que a sociedade deixa de ser regulada segundo mecanismos primários de sobrevivência, numa luta de forças; a expressão desta abdicação livre é o abandono dos excessos, das falsas necessidades geradas pela sociedade, em suma, uma renúncia voluntária de tudo o que é artificial e supérfluo, em favor daquilo que são verdadeiras necessidades – e como as tribos nativas norte-americanas

demonstraram até recentemente, basta ter abrigo numa cabana comunitária, uma horta para cultivar, alguma roupa e um cachimbo para estar completo. Tudo o que foi acrescentado trouxe consigo desgraça e sofrimento; e se todos abdicarem voluntariamente de tudo o que é supérfluo e desnecessário, então a sociedade retomará o seu equilíbrio justo. A esta renúncia livre corresponde o desejo de regressar ao tempo em que a humanidade foi feliz, cujo símbolo é a *cabana primitiva*; habitar na cabana primitiva é regressar ao tempo em que não existia desigualdade, nem violência, nem guerra, nem fome, e o coração dos homens não estava tomado pela ganância e pela vaidade, mas apenas por sentimentos simples e nobres, dedicando-se ao amor e à música. A este tempo idílico Virgílio chamou Arcádia, seguindo as pisadas de Teócrito; em Arcádia, Pã era senhor e dedicava os dias a conviver com ninfas e sátiros, coabitando com os homens, que eram simples pastores, e a quem ensinou a tocar a sua flauta. O mais célebre desses pastores foi Dáfnis, que morreu por amor, e a sua tumba lembra, a quem a encontrar, que mesmo em Arcádia a morte estava presente. É em reflexão perante a própria morte inevitável, com a consciência de que vai morrer, que cada indivíduo se torna capaz de abdicar da busca incessante pela riqueza, da ambição desmedida por poder, da necessidade egoísta de querer sentir-se superior aos outros, e da inveja que tudo destrói com o olhar. Pois, se no início, todas as *gentes* europeias, tal como as tribos norte-americanas, formavam sociedades gentílicas igualitárias, então a desigualdade social nada tem de natural, e muito menos de divino. Se é uma construção artificial humana – ou melhor, resultado arbitrário de deixar a natureza governar onde o Homem ainda não é capaz de o fazer segundo a Razão –, então é dever dos homens corrigir os erros, reparar os danos, assumir a responsabilidade pelos seus atos.

À iniciativa de conduzir a humanidade pelo caminho da Razão, rumo ao moralmente-bom, juntaram-se os arquitetos e os teóricos, e pela mão de Laugier o *Discurso* e o *Contrato* de Rousseau encontraram imagem, por analogia, com a cabana primitiva, símbolo do tempo em que a humanidade foi feliz, colaborando em fraternidade para erguer o seu abrigo comunitário, partilhando o alimento. E como a partir da cabana de madeira se ergueram os templos gregos, assim se tornou o templo grego um símbolo da sociedade democrática igualitária, alicerçada na sua antecessora, a sociedade gentílica. A *nobre simplicidade* do templo grego tornou-se exemplo para a voluntária abdicação de tudo

quanto é arbitrário, supérfluo e brutalidade na sociedade europeia de oitocentos. Com o impulso da filosofia de Kant e de Schiller, entre outros, os arquitetos do helenismo projetaram e ergueram obras arquitetónicas que aspiravam a rodear os cidadãos de grandeza e da beleza ideal – pois o belo é símbolo do moralmente-bom –, para educar esteticamente a humanidade, conduzindo no sentido da elevação da necessidade dos sentidos à necessidade da Razão, uma ascensão que só a experiência estética permite realizar com delicadeza. Deste programa, que tem por objetivo a elevação e a formação dos cidadãos, veio a nascer a obra de Schinkel, e a teoria do seu discípulo Bötticher, que abriram caminho para o classicismo romântico em direção ao Modernismo alemão, sobretudo ao racionalismo de Mies van der Rohe.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bogucki, Peter & Crabtree, Pam J. (EE.). 2004a. *Ancient Europe 8000 B.C.–A.D. 1000: Encyclopedia of the Barbarian world. Volume 1: The Mesolithic to Copper Age (c.8000-2000 B.C.)*. New York: Charles Scribner's Sons.
- Lillios, Katina T. 2004. «Late Neolithic/ Copper Age Iberia». In Bogucki, Peter & Crabtree, Pam J. (EE.) (2004a), 456-464.
- Sherratt, Andrew. 2004. «The Transformation of Early Agrarian Europe: The Later Neolithic and Copper Ages 4500 -2500 BC». In Bogucki, Peter & Crabtree, Pam J. (EE.) (2004a), 167-201.
- Vitruvius. 1521. *Di Lucio Vitruuio Pollione De architectura libri dece : traducti de latino in vulgare, affigurati, cõmentati, & con mirando ordine insigniti...* Tradução de Cesar Cesariano. Cõme: G. da Ponte. archive.org/details/gri_33125008262210/page/n81/mode/2up
- Vitruvius. 1547. *Architecture, ou Art de bien bastir, de Marc Vitruue Polion autheur romain antique*. Tradução de Jean Martin, ilustrações de Jean Goujon. Paris: J. Gazeau. architecture.cesr.univ-tours.fr/Traite/Imag es/LES1785Index.asp
- Vitruvius. 1548. *Vitruuius Teutsch. Nemlichen des aller namhaffügisten vn[d] hocherfarnesten, Römischen Architecti, vnd Kunstreichen Werck oder Bawmeisters, Marci Vitruuij Pollionis, Zehen Bücher von der Architectur vnd künstlichem Bawen*. Nürnberg: Petreius. echo.mpiwg-berlin.mpg.de/ECHODocuView?url=/mpiwg/online/permanent/library/R95FF2ZH/pageimg&start=161&mode=imagepat h&pn=169
- Vitruvius. 1673. *Les Dix Livres d'Architecture de Vitruve, Corrigez et Traduits nouvellement en Français, avec des Notes et des Figures*. Tradução de Claude Perrault. Paris: J.-B. Coignard. archive.org/details/gri_33125008503100/page/n55/mode/2up
- Vitruvius. 1914. *The Ten Books on Architecture*. Translated by Morris Hicky Morgan. Cambridge: Harvard University Press; London: Oxford University Press. archive.org/details/vitruviustenbook00vitruoft/page/n59/mode/2up

Capítulo 8

Da Origem da Desigualdade Entre os Homens

As Idades do Homem foram cinco, segundo *Os Trabalhos e os Dias* de Hesíodo, ou quatro de acordo com as *Metamorfoses de Ovídio*: Idade de Ouro, Idade de Prata, Idade de Bronze, Idade Heroica e a Idade de Ferro. Na Idade de Ouro, os homens eram simples pastores iguais entre si, viviam em harmonia com a natureza, eram felizes e dedicavam-se ao amor e à música. Em cada idade seguinte, os homens foram perdendo qualidades morais e a violência foi aumentando. – O fim da Idade de Ouro, época em que a humanidade foi mais feliz, chegou ao fim quando o jarro de Pandora foi aberto, libertando os males que afligem os seres humanos. Este foi o castigo de Zeus à humanidade, por Prometeu ter roubado o fogo a Hefesto, e a arte de usar o fogo a Atena, e os ter entregado aos homens (segundo *Protágoras* de Platão, *Biblioteca* de Pseudo-Apolodoro e *Teogonia* de Hesíodo). O fogo, que é a consciência da própria morte e a iluminação do espírito, são tanto o que salva o ser humano, como a fonte de todos os seus sofrimentos. O progresso tecnológico, com a descoberta da agricultura e da metalurgia do ferro, foram um impulso para a evolução, mas também a origem da desigualdade entre os homens, com a instituição da propriedade privada. – Rousseau, no seu *Discurso*, disserta sobre as etapas da história da humanidade, para concluir que, no estado natural, não havia desigualdade entre os homens, e que ela começou com a propriedade privada, fruto da ganância e da avareza. No tempo em que os homens viviam em cabanas, como ainda viviam os nativos no tempo de Rousseau, a humanidade era feliz e saudável, e nunca deveria ter abandonado essa *juventude do mundo*.

1 DAS IDADES DO HOMEM E O MITO DE PROMETEU

1.1 *Das Idades do Homem: Hesíodo e Ovídio*

Perante a vida injusta a que está sujeita a maior parte da população, trabalhando de sol-a-sol apenas para conseguir o pão de que necessita para viver, os gregos antigos recorreram a imagens simbólicas para expressar qual seria a origem desse sofrimento. Em *Os Trabalhos e os Dias*, obra escrita por volta de 700 a.C., Hesíodo descreve como o passado da humanidade estava dividido em cinco eras, ou idades, do Homem.¹ A primeira Idade do Homem foi a Idade de Ouro, na qual Cronos era rei dos céus, e os seres humanos viviam como os deuses, com os corações livres de sofrimento e sem necessidade de trabalhar para sobreviver. Para estes homens, dotados da capacidade para falar, a velhice não era um fardo, pois as suas mãos e os seus pés mantinham-se firmes e jovens, e alegravam-se com banquetes, até a morte os levar suavemente, como se fossem apenas mer-

gulhados no sono. Tinham todas as coisas boas, pois a terra fértil dava alimento em abundância, e de forma moderada, e eles próprios, homens bem-dispostos e de bons modos, partilhavam voluntariamente os frutos do seu trabalho, e os seus rebanhos de ovelhas, que eram em grande número. Pelo desígnio de Zeus, os espíritos destes antepassados permanecem sobre a terra, como guardiões dos humanos, vigiando os julgamentos e os atos de crueldade, e cobertos pelo manto da invisibilidade, percorrem todos os lugares da terra, concedendo prosperidade.² São designados por *Daemones Epictonicos*, intermediários entre os mortais e os imortais, sobre a terra.

A segunda era foi a Idade de Prata, quando Zeus, filho de Cronos, se tornou rei dos céus, e uma segunda raça foi criada pelos deuses, em qualidade muito inferior à de ouro, tanto no corpo como na mente. Estes homens de prata viviam uma infância de cem anos, sob o domínio das suas mães, na sua própria casa, que nem tolos. Alcançando a puberdade, viviam poucos anos mais, em consequência da sua tolice, pois não eram capazes de conter a sua agressividade, agredindo-se mutuamente. Do mesmo modo, também não tinham respeito pelos deuses, não os honrando com os sacrifícios nos altares. Foram destruídos pela sua irreverência e falta

¹ *Hesiod* in Encyclopædia Britannica [em linha]. Encyclopædia Britannica, inc. [consult. 2020-06-08]. Disponível na Internet: <https://www.britannica.com/biography/Hesiod>.

² HESIOD, 2006: 94-97, linhas 106-126.

de piedade, e quando a terra os cobriu tornaram-se espíritos protetores dos mortais humanos, no submundo.³ São os *Daemones Hipocotonicos*, intermediários entre os humanos e os deuses, sob a terra.

Na terceira era, a Idade de Bronze, Zeus criou uma raça de bronze, feita a partir de madeira de freixo, em tudo diferente da raça de prata. Eram homens fortes e terríveis, dedicados apenas à guerra e a atos de violência. Não comiam pão, e as suas armaduras eram de bronze, tal como as suas casas e os seus utensílios também eram de bronze. Quando a terra os cobriu, desceram à *mansão húmida do frio Hades*, e foram esquecidos. Na quarta era, a Idade Heroica, uma nova raça foi criada por Zeus, que combateu em Tebas e em Troia. Alguns morreram e desceram ao Hades, como comuns mortais, mas outros receberam morada na Ilha dos Bem-Aventurados (Campos Elísio), onde vivem longe dos seres humanos, quase como deuses.⁴

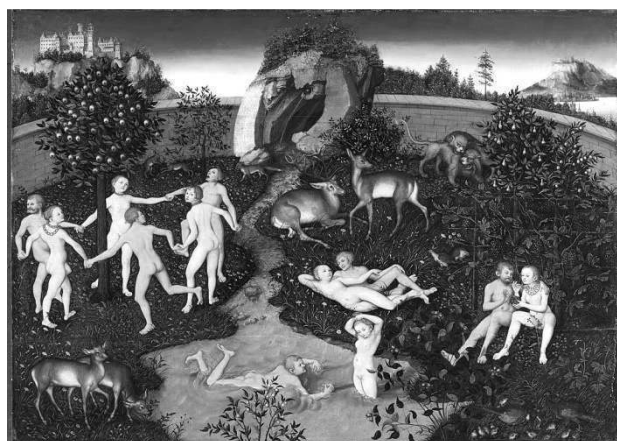


Figura 1. Pintura de Lucas Cranach, o Velho, de ca. 1530, «A Idade de Ouro», atualmente na Galeria Nacional da Noruega, em Oslo.

Na quinta era, que é a Idade de Ferro, a época em que viveu Hesíodo, uma nova raça, de ferro, vivia uma vida difícil, entre a labuta e a miséria durante o dia, e desgastada pelo sofrimento e pela dor durante a noite. Para os homens de ferro, até as alegrias vêm misturadas com sofrimento. O autor anuncia que no futuro, Zeus irá destruir também esta raça, e que muitas desgraças se avizinham: haverá desentendimento entre pais e filhos, entre anfitriões e convidados, entre camaradas e entre irmãos. Ninguém mais se irá entender entre si, e os

filhos desonrarão os pais, agredindo-os com palavras maldosas, não reconhecendo o valor da educação que lhes foi dada. Farão justiça com as próprias mãos, e cada homem destruirá a cidade do outro. Não haverá respeito pelo homem de bem, nem pelo justo, nem por aquele que mantém a sua palavra; haverá respeito apenas por aqueles que fazem o mal, e que são escandalosos. E a inveja, a calúnia, a soberba e a repugnância irão acompanhar todos os infelizes seres humanos. Até que a Reverência e a Indignação irão abandonar os humanos, e juntar-se aos deuses no Olimpo, deixando penas desagradáveis aos seres humanos, que não terão mais proteção contra a maldade. Assim profetizava Hesíodo, em relação ao futuro.⁵

Nas *Metamorfoses* de Ovídio (43 a.C. – 17 d.C.),⁶ publicadas por volta do ano 8 d.C., as idades do Homem são quatro, repetindo o esquema de Hesíodo, com a exceção da Idade Heroica. Segundo Ovídio, na Idade de Ouro, a Primavera era a única estação, e ventos suaves sopravam gentilmente. A terra dava abundantemente alimento, sem ter sido lavrada pela enxada ou pelo arado. Os homens não cultivavam, porque lhes bastava colher morangos nas encostas das montanhas, amoras silvestres e bolotas pendendo de carvalhos. Não havia lei porque ninguém se desviava da conduta correta, nem havia medo de castigo, nem palavras de ameaça para serem lidas em tábuas de bronze. Os homens não conheciam outras margens além das suas. Não havia armaduras nem espadas, e todos viviam em segurança. Na Idade de Prata, Júpiter encurtou a Primavera, e criou o Verão, o Outono e o Inverno, completando as quatro estações do ano. Os homens procuraram abrigo em casas, quando até então haviam habitado em cavernas, bosques densos e em abrigos feitos de ramos de árvores cobertos de peles. A terra começou a ser lavrada, sementes lançadas nos sulcos, e os bois começaram a gemer debaixo do peso da canga. Depois veio a Idade de Bronze, com homens voltados para a guerra, e por último a Idade de Ferro, quando a modéstia, a verdade e a fé abandonaram a terra, e em lugar delas vieram as artimanhas, as conspirações e os embustes, a violência e o amaldiçoado amor pelo enriquecimento. Os homens lança-

⁵ HESIOD, 2006: 100-105, linhas 174-201.

⁶ *Ovid* in Encyclopædia Britannica [em linha]. Encyclopædia Britannica, inc. [consult. 2020-06-08]. Disponível na Internet: <https://www.britannica.com/biography/Ovid-Roman-poet>.

³ HESIOD, 2006: 96-99, linhas 127-142.

⁴ HESIOD, 2006: 98-101, linhas 143-173.

ram-se ao mar, e os pinheiros que outrora se mantinham intocados no topo das montanhas, foram derrubados para fazer navios. E a terra que sempre havia sido propriedade comum, como a luz solar e o ar, foi dividida em lotes. Não só os homens exploravam o que o solo dava, como começaram a escavar as suas entranhas para extrair matérias preciosas desde há muito escondidas pelo criador, incentivando ao crime. Começaram as pilhagens, os convidados deixaram de estar a salvo do seu anfitrião, entre irmãos era raro encontrar afeto; o marido desejava a morte da sua esposa, e ela a morte do seu marido; madrastas assassinas preparavam venenos, e os filhos indagavam a idade dos pais antes do tempo. A piedade foi vencida, e Astreia (personificação da Justiça), a última imortal, abandonou a terra para não presenciar a desolação do derramamento de sangue, o sofrimento que esperava os homens nas idades seguintes.⁷

O que estes dois autores referem, sobretudo Hesíodo (que é a fonte mais antiga, e que Ovídio é um autor latino vários séculos posterior), é que houve uma decadência no passado dos seres humanos, desde um estado paradisíaco até ao estado atual, de violência e injustiça. A cada era, os seres humanos foram perdendo qualidades físicas e mentais, o que é contrário à noção de progresso. Mas esta é a memória dos autores mais antigos, e a ela se deve prestar atenção. Pois durante séculos foi possível interpretar estes textos como sendo apenas simbólicos, mas à luz da informação recolhida nos últimos capítulos, percebe-se que a descrição feita é bastante exata. No Paleolítico, os seres humanos habitaram em cavernas e tendas, e eram caçadores-recolectores, viviam do que a natureza dava, sem necessidade de cultivar ou de abater árvores, o que corresponde à descrição do modo como viviam os seres humanos na Idade de Ouro. Na transição entre o Mesolítico e o Neolítico, ocorreu um aquecimento global, o que facilmente poderia ser retido na memória como um estado de Primavera eterna, um clima ameno todo o ano. No Neolítico, os povos europeus viviam em cabanas comunitárias, o que indica que a propriedade do solo seria comum, tal como entre os iroqueses, o que revela uma sociedade igualitária e equilibrada, na qual cada um teria a sua horta para a sobrevivência (o que corresponde ao nascimento da

agricultura, que é o ato de semear intencionalmente) e a pastorícia, o que também corresponde às descrições sobre a Idade de Ouro. É de salientar que Hesíodo refere que o fruto do trabalho, bem como as numerosas ovelhas dos rebanhos, eram partilhados entre todos, o que corresponde à sociedade iroquesa, e ao tipo de habitação comunitária. A sociedade gentílica, organizada segundo a matrilinearidade, por sua vez corresponde à descrição sobre os jovens da Idade de Prata que «viviam cem anos na casa das mães», e quando atingiam a puberdade viviam poucos anos por serem propensos à ofensa. Na descrição de Ovídio, foi nesta fase que começou a agricultura (no sentido do cultivo intensivo, com auxílio de bois e do arado) e a propriedade privada, o que é confirmado pela antropologia. A Idade do Bronze, na classificação da arqueologia, corresponde à Idade de Bronze das descrições antigas, pois foi nesta fase que surgiram a guerra e a violência, e os guerreiros tornaram-se chefes, vivendo da pilhagem e da opressão. Nasceram assim as primeiras elites, e a desigualdade social foi consolidada. Para os gregos antigos, efetivamente houve uma Idade Heroica, designada por Período Homérico (ou Idade das Trevas Grega), o que é comprovado pelas obras de Homero, mesmo que as provas arqueológicas sejam ainda escassas, não permitindo vislumbrar detalhes mais exatos. Ovídio, que era romano, naturalmente teria uma memória diferente, recordando apenas quatro idades, passando da Idade de Bronzes para a Idade de Ferro, o que foi a realidade na Península Itálica. E a Idade do Ferro, que na Grécia começou no Período Arcaico, é precisamente a época em que viveu Hesíodo.

Por outro ângulo de visão, é notório que os historiadores e os arqueólogos europeus dos últimos duzentos anos eram conhecedores destes autores clássicos, e que usaram esta nomenclatura para dividir em períodos a história da Europa. Mas é certo que se confirma que os relatos, embora muito genéricos, são verdadeiros, e são validados pelos achados arqueológicos. E se alguma dúvida existisse de que os historiadores e os antropólogos estariam induzidos em algum erro na sua interpretação, a genética atual confirma, pela dispersão do ADN, as teorias da arqueologia e da linguística.

⁷ OVID, 1971: 8-13, Livro I, 89-150.

1.1 O Mito de Prometeu: Platão, Pseudo-Apolodoro e Hesíodo

Uma vez feita a síntese em relação à evolução dos seres humanos, e tendo-se verificado que, de algum modo, na memória coletiva, de geração em geração, o passado não ficou esquecido, então tem sentido prosseguir com o estudo dos autores clássicos para compreender qual a explicação para a origem da desigualdade entre os seres humanos, que é o que está em jogo na transição da habitação comunitária para a habitação unifamiliar.

Em *Protágoras*, Platão descreve como foi criado o Homem. Houve um tempo em que existiam deuses, mas não existiam criaturas mortais; então, quando chegou o tempo marcado pelo destino, os deuses criaram os seres mortais, moldando-os dentro da terra, com uma mistura de terra e fogo. Depois, encarregaram Prometeu e Epimeteu de distribuírem faculdades a cada criatura, mas Epimeteu pediu para ser ele a desempenhar essa tarefa sozinho. Assim, Epimeteu deu a cada criatura as faculdades necessárias para sobreviver; por exemplo, aos seres mais pequenos, deu asas para fugirem ou um refúgio debaixo da terra, para garantir que nenhuma espécie se extinguiria. Mas Epimeteu não era tão capaz como pensava, e distribuiu todas as faculdades pelos animais, ficando sem nenhuma para conceder aos seres humanos. Então, foi pedir ajuda a Prometeu, que logo reparou que os seres humanos estavam nus, despojados, sem lugar para dormir, nem armas para se defenderem. E como estava prestes a chegar o dia em que as criaturas iriam sair da terra em direção à luz, tinha de conceder alguma capacidade ao Homem para ele poder sobreviver. Então, decidiu roubar a Hefesto o fogo, e a Atena roubou as artes para trabalhar o fogo (sem as quais o fogo não é útil), e deu ambos aos seres humanos. E assim o Homem adquiriu a sabedoria para a vida quotidiana, mas não recebeu a sabedoria para a vida civil, pois essa continuava a estar na posse de Zeus. Pois a cidadela onde vive Zeus está bem guardada, mas na casa onde vivem Hefesto e Atena foi possível entrar, sob disfarce. Por ter recebido uma parte das artes destinadas apenas aos deuses, o Homem tornou-se mais próximo dos deuses do que os restantes animais, e por isso é a única criatura que ergue altares; também por isso, é capaz de falar, de articular um discurso e palavras, e de inventar casas, roupas, sandálias,

camas e as comidas que são da terra. Por não terem sabedoria para a arte cívica, ao início os homens viviam dispersos, sujeitos aos ataques dos outros animais mais fortes do que eles. Com o tempo aprenderam a unir-se em cidades, para se protegerem, mas por falta da arte cívica, rapidamente cometeram dano uns aos outros, tornaram a dispersar-se e pereceram. Vendo que os seres humanos estavam em perigo de destruição completa, Zeus enviou-lhes Hermes, para ensinar o respeito e o que é correto (o direito), com o propósito de regulamentar o funcionamento das cidades, e criar laços de fraternidade que os mantivessem unidos. E assim, Hermes distribuiu a cada homem uma arte, para que a pudesse exercer para o bem dos restantes, (como o médico recebe a arte médica para poder curar os outros cidadãos).⁸



Figura 2. Pintura representando Prometeu (à direita, preso e sujeito à tortura diária de uma águia todos os dias comer o seu fígado, que regenera durante a noite), e do seu irmão Atlas (à esquerda, barbudo, dobra os joelhos sob o peso do céu, pois foi condenado por Zeus a manter a terra e o céu separados), ambos titãs punidos por Zeus; pintura em cerâmica grega, *kýlix* (ou *cílix*, usado para beber vinho) fabricado na Etrúria em ca. 560-550 a.C., e atribuído ao pintor de Arkesilas. Atualmente na Coleção de Vasos dos Museus Vaticanos (Museu Gregoriano Etrusco, salas XVII e XVIII), na Cidade do Vaticano (Roma, Itália).

Na *Biblioteca*, uma compilação de textos sobre mitos e lendas tradicionais da Grécia (realizada entre os séculos I e II d.C.), e atribuída a Pseudo-Apolodoro, é igualmente des-

⁸ PLATO, 1952:129-135, 320d-322d.

crito como o Homem foi criado por Prometeu, a partir de água e terra. Depois, Prometeu roubou a Hefesto o fogo, escondendo-o num caule de funcho, e deu-o aos seres humanos. Mas quando Zeus descobriu o roubo, exigiu a Hefesto que amarrasse Prometeu ao monte Cáucaso, onde todos os dias uma águia vinha comer-lhe o fígado, que tornava a crescer durante a noite. E assim permaneceu Prometeu preso durante anos, até que Hércules o libertou.⁹

Na *Teogonia* (ou «genealogia dos deuses»), Hesíodo descreve o mesmo acontecimento, com mais detalhe. Narra o autor que Prometeu (cujo nome significa «aquele que vê antes, ou antevisão»), era filho do titã Jápeto (filho de Úrano) e da oceânide Clímene (filha de Oceano), e irmão de Menoécio, Atlas e Epimeteu (cujo nome significa «o de reflexão tardia», ou «aquele que reflete depois»). A pena a que foi condenado Prometeu terminou quando Hércules, numa das suas aventuras, matou a águia que todos os dias lhe comia o fígado, e por Hércules ser filho de Zeus, esta ousadia foi-lhe perdoada, e Prometeu ficou livre. Mas Hesíodo acrescenta que este castigo foi-lhe imposto por ter tentado enganar Zeus durante um banquete em Mecone, quando os deuses e os mortais estavam prestes a selar um acordo. Para esse banquete, Prometeu foi designado para dividir em partes um boi de grande tamanho, o que ele fez. Porém, tentou enganar a mente de Zeus, escondendo as melhores partes (a carne e as entranhas ricas em gordura) dentro do estômago do animal (ficando com má aparência, para Zeus rejeitar), e envolveu habilmente os ossos em gordura (com aspeto suculento, para Zeus escolher essa parte). Mas Zeus percebeu que estava a ser enganado por Prometeu, e pegou na gordura e nos ossos esmagando-os com as mãos. Foi então que Zeus, irado, decidiu castigar a humanidade, protegida de Prometeu, retirando-lhe o fogo. Mas Prometeu roubou o fogo, e devolveu-o ao seres humanos, e por isso foi condenado ao castigo acima já descrito. Nesta versão, Hesíodo vai mais além, e acrescenta que, quando Zeus viu novamente o fogo a brilhar entre os seres humanos, ficou furioso, e decidiu enviar um castigo à humanidade. Então, criou Pandora, e solicitou aos deuses que a dotassem de todas as qualidades, e deu-a em

casamento a Epimeteu, o que veio a ser uma desgraça para a humanidade.¹⁰



Figura 3. Pintura de Piero di Cosimo, de ca. 1500, «Vulcano e Éolo, Mestres da Humanidade», uma de cinco que formam a série *Histórias da Humanidade Primitiva* (*Storie dell'umanità primitiva*), atualmente na National Gallery of Canada, em Ottawa (Canadá).

Em *Os Trabalhos e os Dias*, Hesíodo aprofunda a história de Pandora, esclarecendo melhor qual o castigo que Zeus infligiu à humanidade, pela irreverência de Prometeu no banquete em Mecone. Zeus decretou que, em troca do fogo, a humanidade iria receber um mal, mas este mal provocaria prazer no seu espírito, para que o aceitasse voluntariamente. Pediu a Hefesto que formasse uma donzela, a partir da terra misturada com água, e lhe desse voz humana, e a aparência de uma deusa. Pediu também a Atena que lhe ensinasse os seus ofícios, para que ela soubesse tecer roupas como ninguém, e a Hermes que lhe concedesse uma mente igual à de um cão, e um caráter desonesto. E todos os deuses do Olimpo lhe concederam dons, sendo o seu nome Pandora («a que tem todos os dons»). Foi esta a primeira mulher mortal, da qual todas as mulheres descendem. Zeus enviou-a de presente a Epimeteu, que não se lembrou do conselho do seu irmão, Prometeu, de nunca aceitar presentes do Olimpo, pois algo de terrível poderia acontecer aos mortais. Só depois da desgraça ocorrida, é que Epimeteu veio a perceber esta recomendação. Pois até então, as tribos dos homens tinham vivido livres dos males, da labuta dolorosa, e das

⁹ APOLLONORUS, 1921: 50-53, Livro I, VII, 1.

¹⁰ HESIOD, 2006: 42-51, linhas 507-612.

doenças. Mas Zeus, ardiloso, sabia que Pandora não iria resistir à tentação de abrir o jarro (ou a «caixa») que lhe foi dada, deixando assim escapar todos os males que assolam a humanidade, incluindo a doença, a velhice e a morte; quando Pandora voltou a colocar a tampa, só a Esperança (ou «expectativa») ficou guardada.¹¹

De acordo com a *Biblioteca*, de Pseudo-Apolodoro, Pandora e Epimeteu tiveram uma filha, chamada Pirra, que veio a casar com Deucalião, filho de Prometeu. Quando Zeus decidiu destruir os homens da Idade de Bronze, provocando um dilúvio, Prometeu aconselhou Deucalião a construir uma arca, onde ele e a sua esposa ficariam a salvo. Zeus enviou chuvas torrenciais, e a Grécia ficou submersa, durante nove dias e nove noites, matando todos os homens menos Deucalião. Quando parou de chover, Deucalião e a sua esposa Pirra desembarcaram, e ofereceram sacrifício a Zeus, que lhes perguntou o que queriam. Deucalião pediu mais seres humanos, e Zeus concedeu. Deucalião atirou pedras sobre a sua cabeça, e cada pedra se transformou num homem; Pirra fez o mesmo, e cada pedra se transformou numa mulher.¹²

Esta narrativa ilustra a explicação grega para a origem dos males que atormentam a humanidade, e a sua origem deve-se ao preço a pagar pelo fogo e pelo acesso às artes divinas que permitem o seu manuseio, às quais só os deuses deveriam ter acesso, e que por intervenção de Prometeu foram partilhadas com os seres humanos. A metáfora alerta para a contrapartida que existe no progresso tecnológico, que torna o ser humano mais capaz de sobreviver enquanto espécie. Contudo, a cada avanço, o ser humano arrisca-se a aumentar o seu próprio sofrimento, se não tiver a arte cívica, concedida por Hermes. Perante a informação reunida nos capítulos anteriores, é compreensível que os autores da Antiguidade tivessem a percepção de que, embora a civilização estivesse em desenvolvimento, esse progresso foi feito à custa do sacrifício da maioria dos cidadãos, para benefício de apenas alguns. Deste modo, a tese de Morgan encontra aqui a sua plena aplicação, na medida em que é constante a memória de uma época na qual os seres humanos viviam em igualdade, em harmonia com a natureza, e com respeito pelos deuses. Já foi acima referido como as sucessivas idades encaixam nas etapas de desenvolvimento da sociedade iroquesa,

descritas por Morgan, e na sua teoria sobre o desenvolvimento da sociedade grega, desde as *gentes* até à nação. Agora, com mais detalhe, é possível perceber que já na Antiguidade o início da decadência foi atribuído ao início da propriedade privada, e conseqüentemente pilhagens, violência e usurpação do poder. Também já foi constatado nos capítulos anteriores como a democracia grega não foi uma conquista inovadora, mas uma retomada do espírito da sociedade gentílica, na sua essência democrática. A isto se refere Platão, quando afirma que os primeiros gregos viviam dispersos (o que corresponde ao Neolítico), depois reuniram-se em povoações, mas entraram em conflito e dispersaram-se novamente (o que corresponde à Idade das Trevas Grega). Foi então enviado Hermes, por Zeus, para ajudar os seres humanos a formarem a *polis*, processo que ocorreu no Período Arcaico. Por mais simbólica que seja a linguagem dos autores clássicos, a mitologia corresponde em linhas gerais aos acontecimentos concretos, e à verdade dos factos.

2 DO DISCURSO SOBRE A DESIGUALDADE ENTRE OS HOMENS

2.1 *Jean-Jacques Rousseau: introdução*

A indignação dos autores gregos contra a violência da sua época tem fundamento, tal como já foi analisado. E a mesma indignação era igualmente válida no século XVIII, perante os governos absolutistas. Embora a tradição do arcadismo (a memória do paraíso perdido, ou Arcádia) seja contínua desde a Antiguidade até ao Iluminismo, e até aos nossos dias, com Rousseau que ganhou novo fôlego. Em 1753, a Academia de Dijon lançou um concurso, (como vinha fazendo regularmente desde há mais de uma década), com a questão: «Qual é a origem da desigualdade entre os homens, e se ela é autorizada pela lei natural».¹³ Jean-Jacques Rousseau (1712-1778),¹⁴ que já havia sido vencedor anteriormente, concorreu com o seu *Discours sur l'origine et les fondements de l'inéga-*

¹³ No original: *Quelle est la source de l'inégalité parmi les hommes, et si elle est autorisée par la loi naturelle.*

¹⁴ *Jean-Jacques Rousseau* in Encyclopédie Larousse [em linha]. Encyclopédie Larousse [consult. 2019-08-28]. Disponível na Internet: https://www.larousse.fr/encyclopedie/personnage/Jean-Jacques_Rousseau/141649.

¹¹ HESIOD, 2006: 90-95, linhas 47-105.

¹² APOLLODORUS, 1921: 52-55, Livro I, VII, 2.

lité parmi les hommes.¹⁵ No seu discurso, começa por abordar como é difícil conhecer o ser humano no seu estado natural, quando ele se encontra já tão alterado pela civilização, tanto física como mentalmente. O ser humano deixou de agir de acordo com os princípios invariáveis, e perdeu a celestial e majestosa simplicidade, impressas nele pelo seu Autor, vivendo com o contraste entre a paixão que acredita raciocinar, e o pensamento que delira. É assim tarefa que exige muita filosofia conseguir distinguir o que é original do que é artificial na natureza do ser humano atual. Sem se deixar demorar, Rousseau começa por afirmar que entre as espécies humanas existem dois tipos de desigualdade: a desigualdade natural ou física, que foi estabelecida pela natureza, e consiste nas diferenças de idade, saúde, da força física, e as qualidades da mente ou da alma; a outra desigualdade, que é moral ou política, depende do tipo de convenção, e é estabelecida, ou pelo menos autorizada, pelo consentimento do Homem. Esta última é consequência dos privilégios que alguns possuem – ser mais rico, mais honrado, ou mais poderoso –, em prejuízo de outros. Então, é inútil perguntar qual é a origem da desigualdade natural, pois a resposta está implícita. A pergunta mais acertada é investigar se existirá alguma relação entre as duas desigualdades, para compreender se aqueles que estão no poder são necessariamente melhores do que aqueles que obedecem, ou se os mais ricos são excepcionalmente dotados de alguma capacidade física ou mental, ou de sabedoria ou de virtude, em proporção à riqueza que possuem. Deste modo, encontrar o momento em que nasceu a desigualdade entre os homens é determinar em que momento, no progresso das coisas, a violência foi substituída pelo direito, e a natureza foi submetida à lei. Assim se poderá chegar à compreensão de como foi possível, por via tortuosa, aquele que é forte aceitar submeter-se ao comando daquele que é fraco, e o povo aceder a trocar a sua felicidade real por uma tranquilidade que não existe.¹⁶

2.2 *Sobre a igualdade entre os homens no estado natural*

Rousseau prossegue a sua dissertação anunciando que vai contar a história do Homem, não segundo os livros que foram escritos por menti-

¹⁵ *Discours sur l'origine et les fondements de l'inégalité parmi les hommes*; ou: «Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens».

¹⁶ ROUSSEAU, 1923: 168-175.

rosos, mas de acordo com a natureza que nunca mente. Invoca o tempo que, segundo ele, é muito remoto, e no qual cada indivíduo no fundo desejaria que tivesse parado o progresso da espécie, um sentimento que é um enaltecimento dos primeiros antepassados da humanidade, uma crítica dos contemporâneos, e o terror dos infelizes que virão nas gerações futuras. Depois, faz uma descrição de como teria sido o ser humano primitivo, no seu estado selvagem, quando pouco se distinguiu dos restantes animais, e necessitava ainda aprender a falar e a manusear o fogo. Neste estado, ainda não existiria desigualdade entre os homens, pois não estavam reunidas as condições para isso:

Despojando esse ser [o ser humano] assim constituído de todos os dons sobrenaturais que pôde receber e de todas as faculdades artificiais que só pôde adquirir mediante longos progressos, considerando-o, em suma, tal como deve ter saído das mãos da natureza, vejo um animal menos forte do que alguns, menos ágil do que outros, mas, afinal de contas, organizado mais vantajosamente do que todos. Vejo-o saciando-se sob um carvalho, matando a sede no primeiro riacho, encontrando seu leito ao pé da mesma árvore que lhe forneceu a refeição e assim satisfeitas suas necessidades.

A terra, abandonada à sua fertilidade natural e recoberta de florestas imensas jamais mutiladas pelo machado, oferece a cada passo reservas de provisões e refúgios aos animais de qualquer espécie. Os homens, dispersos entre eles, observam, imitam-lhes o engenho e elevam-se assim ao instinto dos animais, com a vantagem de que, enquanto cada espécie tem apenas seu próprio instinto, o homem, não tendo talvez nenhum que lhe pertença, apropria-se de todos, alimenta-se igualmente com a maioria dos diversos alimentos que os outros animais dividem entre si e, por conseguinte, encontra sua subsistência com mais facilidade do que pode conseguir qualquer um deles.

Acostumados desde a infância às intempéries do clima e ao rigor das estações, exercitados na fadiga e forçados a defender, nus e sem armas, sua vida e sua presa dos outros animais ferozes, ou a escapar-lhes correndo, os homens formam um temperamento robusto e quase inalterável. As crianças, trazendo ao mundo a excelente constituição dos pais, e fortalecendo-a pelos mesmos exercícios que a produziram, adquirem assim todo o vigor de que é capaz a espécie humana. A natureza trata-as precisamente como a lei de Esparta tratava os filhos

dos cidadãos; torna fortes e robustas as que são bem constituídas e faz perecer todas as outras, sendo nisso diferente de nossas sociedades, nas quais o Estado, tornando os filhos onerosos para os pais, mata-os indistintamente antes do nascimento.¹⁷

Tal como Platão, em *Protágoras*, Rousseau descreve como o ser humano, no seu estado natural primitivo seria desprovido de um dom em particular que lhe garantisse a sobrevivência da espécie, por lapso de Epimeteu, e como o ser humano superou essa dificuldade através do desenvolvimento das suas faculdades artificiais, fruto das artes divinas roubadas por Prometeu a Atena, para ajudar a humanidade. E como Hesíodo, em *Os Trabalhos e os Dias*, e Ovídio, nas suas *Metamorfoses*, acrescenta como o Homem no seu estado primitivo era forte, robusto, e saudável, por não se ter desviado da harmonia com a natureza e as suas leis, vivendo uma Idade de Ouro. Se bem que a infância, a velhice e a morte são comuns entre o ser humano e os restantes animais, só o ser humano *civilizado* que vive em sociedade é que padece de todo o tipo de doenças, por responsabilidade sua, resultado de ter abandonado a vida simples em harmonia com a natureza, e de ter perdido a sobriedade na satisfação dos seus apetites naturais:

A extrema desigualdade na maneira de viver, o excesso de ociosidade em uns, o excesso de trabalho em outros, a facilidade de exacerbar e de satisfazer nossos apetites e nossa sensualidade, os alimentos muito requintados dos ricos, que os nutrem com sucos constipativos e os deixam prostrados de indigestões, a má alimentação dos pobres, da qual carecem até no mais das vezes e cuja falta os leva a sobrecarregar avidamente o estômago quando possível, as vigílias, os excessos de toda espécie, os arrebatamentos imoderados de todas as paixões, as fadigas e o esgotamento do espírito, os desgostos e os inúmeros pesares que se experimentam em todos os estados e pelos quais as almas são perpetuamente corroídas: eis a prova de que a maioria de nossos males é obra nossa e de que os teríamos evitado quase todos conservando a maneira de viver simples, uniforme e solitária que nos era prescrita pela natureza. Se ela nos destinou a sermos sãos, quase ousou assegurar que o estado de reflexão é um estado contrário

à natureza e que o homem que medita é um animal depravado. Quando pensamos na boa constituição dos selvagens, pelo menos daqueles que não perdemos com nossos licores fortes, quando sabemos que quase não conheciam outras doenças além das feridas e da velhice, somos levados a crer que traçaríamos facilmente a história das doenças humanas seguindo a das sociedades civis.

[...]

Com tão poucas fontes de males, o homem no estado de natureza não tem, pois, muita necessidade de remédios e, menos ainda, de médicos (...).¹⁸

Na década de 1930, o Dr. Weston A. Price, médico dentista do Canadá, dedicou-se a investigar grupos humanos nativos ou autóctones, que viviam ainda de acordo com as tradições dos seus antepassados, para compreender quais seriam as causas dos problemas de que padeciam amplamente os caucasianos «modernos», na América e na Europa. Pois era evidente o contraste com os indivíduos dos grupos mais isolados, não adaptados à sociedade industrializada, que tinham uma dentição impecável, gengivas fortes e saudáveis, mantinham os seus dentes toda a vida, e pouco propensos a desenvolver cáries. Também era de conhecimento geral que os indivíduos dessas etnias ou grupos sociais que se tinham adaptado à vida moderna ocidental, apresentavam rapidamente, em apenas uma geração, os mesmos problemas: perda de dentes, cáries e deformação da arcada dentária (mandíbula e maxilar). Price percebeu que a saúde da dentição estava diretamente relacionada com a alimentação, ou seja, a falta de nutrientes seria a causa direta da decadência dos dentes e das gengivas, e da constituição física em geral. O fator determinante era, por conseguinte, estudar a relação entre a nutrição e a robustez física, evidente entre os povos autóctones, para então melhor compreender e a decadência física entre os povos modernos. No seu estudo, *Nutrition and Physical Degeneration*, publicado em 1939, Price apresentou as conclusões da sua investigação, incluindo relatos detalhados do modo de vida de cada grupo, e milhares de fotografias de indivíduos para ilustrar a boa forma física dos autóctones, e as condições médicas degenerativas resultantes da transição para a sociedade industrializada. Para elaborar este relato etnográfico, Price visitou

¹⁷ ROUSSEAU, 1999a: 164-165.

¹⁸ ROUSSEAU, 1999a: 168-169.

catorze países diferentes, e estudou os helvéticos da Suíça, gaélicos das ilhas Hébridais na Escócia, esquimós do Alasca, nativos norte-americanos das regiões norte, ocidental e central do Canadá, da região ocidental dos Estados Unidos e da Flórida, melanésios e polinésios de oito arquipélagos do sul do Oceano Pacífico, tribos de África oriental e do sul, aborígenes da Austrália, malaios de ilhas a norte da Austrália, maoris da Nova Zelândia, e descendentes das antigas civilizações na região do Peru, ao longo da costa, nas zonas montanhosas e da bacia do rio Amazonas. A opção de abandonar o laboratório e partir em viagem deveu-se à impossibilidade de recriar artificialmente ambientes ancestrais, sendo necessário observá-los diretamente. A sua análise é comparativa, entre os indivíduos autóctones que mantinham a alimentação ancestral, e os indivíduos das mesmas etnias que tinham adotado a alimentação moderna. Uma das suas conclusões mais espantosas é a de que a decadência física não tinha origem hereditária, mas era devida à alimentação; pois indivíduos da mesma etnia, com alimentações diferentes, apresentavam níveis de decadência muito diferentes. Outra das conclusões a que chegou é que os nativos, ou povos indígenas ou autóctones, possuíam uma sabedoria ancestral, que lhes proporcionava um conhecimento profundo da natureza e dos meios e mecanismos necessários para obter os melhores resultados, através da alimentação, alcançando a robustez física, boa imunidade, desenvolvimento físico e mental saudável, em suma, viviam saudáveis e livres de doenças, robustos até longa idade. A degeneração dos ossos e dos dentes era uma característica dos caucasianos modernos, norte-americanos e europeus, em resultado da sua péssima nutrição, e não por hereditariedade; pois os nativos de boa constituição genética rapidamente desenvolviam a mesma decadência física que os caucasianos modernos, ao adotarem a mesma alimentação e o mesmo estilo de vida. No mesmo sentido, Price constatou que as mesmas sociedades «primitivas» que mantinham um elevado nível de nutrição, também não tinham entre si indivíduos com degeneração ou decadência mental, ou comportamental, isto é, delinquentes. Na sua opinião, a boa nutrição permitia o desenvolvimento saudável do cérebro, garantindo aos indivíduos o pleno uso da sua capacidade mental; e o inverso seria válido, na medida em que a má nutrição não permite o

pleno desenvolvimento do cérebro, e isso tem consequências negativas ao nível da capacidade de compreensão e de adaptação à sociedade. Em poucas palavras, crianças pobres ficam mal nutridas, e não conseguem alcançar todo o seu potencial, e os seus filhos, um dia, irão sofrer da mesma má nutrição e tenderão a repetir os mesmos comportamentos desviantes que os pais, não por causas genéticas ou hereditárias, mas unicamente por causas ambientais. E Price considera que, se é a sociedade que está a gerar continuamente seres humanos que padecem de degradação física ou mental, então é a sociedade que é responsável por prevenir que tal continue a acontecer.¹⁹

A decadência da condição física dos seres humanos modernos civilizados é um facto. A medicina alcançou metas incríveis no controlo do número de mortos por epidemias, ou doenças letais, mas não consegue de modo algum evitar o aumento significativo das mortes por doenças degenerativas, ou doenças crónicas. Esta afirmação de Price, em 1939, é válida atualmente, em qualquer país industrializado. Em Portugal, em 2014, segundo um inquérito do Instituto Nacional de Estatística, mais de 5,3 milhões de residentes (com 15 ou mais anos) referiram ter pelo menos uma doença crónica: 32,9% padeciam de dores lombares; 25,3% de hipertensão arterial; e 24,1% de dores cervicais. Ao todo, 9,2% (819 mil pessoas, com 15 ou mais anos) registaram um episódio de internamento hospitalar nos 12 meses anteriores à entrevista. Cerca de 36,4% (4,5 milhões) da população (com 18 ou mais anos) tinha excesso de peso, e 16,4% era obesa, em 2014.²⁰

Do mesmo modo que Galton, no seu estudo sobre a *Hereditariedade do Génio*, aponta como fator de decadência, física e mental, a adaptação à vida em sociedade, que ambos consideram equivalente à adaptação dos animais à vida doméstica; na domesticação, como na vida civilizada, animais e seres humanos supostamente perdem faculdades, tornando-se menos aptos a lutar pela sobrevivência:

Evitemos, portanto, confundir o homem selvagem com os homens que temos diante dos olhos. A natureza trata todos os animais aban-

¹⁹ PRICE, 1939: 9-14.

²⁰ *Inquérito Nacional de Saúde (23 de Junho de 2016)*, in Instituto Nacional de Estatística [em linha]. INE [consult. 2020-02-13]. Disponível na Internet: <https://www.ine.pt>.

donados a seus cuidados com uma predileção que parece mostrar quão ciosa é desse direito. O cavalo, o gato, o touro e até o asno têm em sua maioria uma estatura mais alta, todos uma constituição mais robusta, mais vigor, força e coragem quando nas florestas do que em nossas casas; perdem metade dessas vantagens ao se tornarem domésticos, e dir-se-ia que todos os nossos cuidados para tratar bem e alimentar esses animais só resultam em abastardá-los. Dá-se o mesmo com o próprio homem: ao tornar-se sociável e escravo, torna-se fraco, temeroso, rastejante, e sua maneira de viver, indolente e efeminada, acaba por debilitar-lhe ao mesmo tempo a força e a coragem.

[...]

Assim, não constituem tão grande infelicidade para esses primeiros homens nem, sobretudo, tão grande obstáculo à sua conservação, a nudez, a falta de habitação e a privação de todas essas inutilidades que acreditamos tão necessárias.²¹

Após concluir a reflexão sobre o ser humano no seu estado natural, apenas do ponto de vista do corpo, o filósofo prossegue com a sua investigação sobre o ser humano no seu estado natural, sob o ponto de vista moral. E conclui que no estado natural, o ser humano não poderia cometer excessos, pois os animais em geral seguem a sobriedade imposta pela natureza, que impõe a saciedade das necessidades físicas com o propósito da sobrevivência. Os excessos dos depravados são resultado da razão toldada pelas paixões, que são excitadas pelas necessidades, em grande número na sociedade atual, mas nulas no estado primitivo; pois só se pode desejar apaixonadamente o que se conhece, ou o que se pode conceber na mente:

As paixões, por sua vez, originam-se de nossas necessidades, e seu progresso em nossos conhecimentos, pois só se pode desejar ou temer as coisas conforme as idéias que se pode ter delas, ou pelo mero impulso da natureza; e o homem selvagem, privado de qualquer tipo de luzes, só experimenta as paixões dessa última espécie; seus desejos não ultrapassam suas necessidades físicas. Os únicos bens que conhece no universo são a alimentação, uma fêmea e o descanso; os únicos males que teme são a dor e a fome; digo a dor, e não a morte, pois nunca o animal saberá o que é morrer, e o conhecimento da morte e de seus terrores é uma das

primeiras aquisições que o homem fez ao distanciar-se da condição animal.²²

O filósofo não encontra, até este momento da sua dissertação, desigualdade alguma entre os homens, no seu estado natural. Mas se ela é uma realidade omnipresente na sociedade atual, então em algum momento ela teve de surgir. Para encontrar esse ponto de viragem, continua a indagar, refletindo sobre o começo da fala, da capacidade para articular palavras e um discurso. Pois o diálogo nasce apenas da necessidade de comunicar com outros, e isso implica a congregação, ou reunião num grupo. Mas se o ser humano era, no início, semelhante aos outros animais, então muitos milhares de anos terão decorrido antes que essa necessidade surgisse. E a articulação da fala estimula a atividade mental, pois com o tempo permite conceber ideias e inventar objetos. A atribuição do nascimento da fala, ao nascimento da família, é contudo, na opinião de Rousseau, um erro, pois é transportar para os humanos primitivos uma concepção de família da sociedade atual, com a família reunida intimamente habitando numa mesma casa, quando:

Nesse estado primitivo, não tendo nem casa, nem cabanas, nem propriedade de nenhuma espécie, cada qual se abrigava a esmo e em geral por uma única noite; os machos e as fêmeas uniam-se fortuitamente conforme o acaso, a ocasião e o desejo, sem que a palavra fosse um intérprete muito necessário das coisas que tinham para se dizer, e separavam-se com a mesma facilidade.²³

A seguir, o filósofo faz uma apologia da liberdade do homem no seu estado primitivo, que vive feliz por ainda não se ter desligado das leis naturais, e sem consciência da própria morte, estando em paz e sem o perigo de ser subjugado pelas paixões. É a vida ainda antes da Idade de Ouro, quando ainda os seres humanos não falavam, e mal se distinguiam dos outros animais, precisamente por não terem consciência da própria mortalidade:

Com efeito, é impossível imaginar por que, nesse estado primitivo, um homem teria mais necessidade de outro homem do que um macaco ou um lobo de seu semelhante, ou, pressu-

²¹ ROUSSEAU, 1999a: 170-171.

²² ROUSSEAU, 1999a: 175.

²³ ROUSSEAU, 1999a: 180.

posta essa necessidade, que motivo poderia levar o outro a supri-la, ou mesmo, neste último caso, como poderiam eles combinar as condições entre si. Sei que nos repetem sem cessar que nada teria sido tão miserável como o homem nesse estado; e, se for verdade, como creio tê-lo provado, que só depois de muitos séculos ele poderia ter o desejo e a oportunidade de sair desse estado, seria o caso de inculpar a natureza, e não aquele que ela teria assim constituído. Mas, se bem entendo o termo *miserável*, trata-se de uma palavra sem o menor sentido, ou que significa apenas uma privação dolorosa e o sofrimento do corpo ou da alma. Ora, gostaria muito que me explicassem, qual pode ser o gênero de miséria de um ser livre cujo coração está em paz e o corpo com saúde. Pergunto qual delas, a vida civil ou natural, é mais sujeita a tornar-se insuportável àqueles que a usufruem. À nossa volta, quase que só vemos pessoas que se queixam de sua existência, várias até que dela se privam quando lhes é possível, e o conjunto das leis divinas e humanas mal basta para deter tal desordem. Pergunto se um dia ouviu-se dizer que um selvagem em liberdade tenha somente pensado em queixar-se da vida e em provocar a própria morte. Que se julgue, pois, com menos orgulho de que lado está a verdadeira miséria.²⁴

Ao contrário do que é usual afirmar acerca de Rousseau, que o seu homem primitivo é um «bom selvagem», na realidade o filósofo nunca fez tal afirmação. O «selvagem» de Rousseau é feliz e sóbrio, não por ser «bom», mas por ser inconsciente. A ausência de comportamento depravado, ou da cegueira provocada pelas paixões, não é resultado de uma lei moral forte, mas da ausência de necessidades, que só existem na sociedade civilizada; e aproveita para fazer uma crítica ao progresso, segundo o qual quanto mais a sociedade avança, mais se pensa e fala sobre a moral, e menos virtudes se tem. Ao contrário do ser humano primitivo, que nada sabia de ética, nem de vícios, nem de virtudes, e não se desviava do equilíbrio natural, não provocando dano aos outros, nem a si mesmo. Esta imagem do Homem primitivo é oposta à de Hobbes, para quem o ser humano primitivo é atreito a ceder aos impulsos e a cometer excessos, e por isso deve ser refreado. Rousseau, para reforçar a sua tese, contra a de Hobbes, usa como exemplo os indivíduos das

tribos «primitivas» da sua época, nos países colonizados pelos Europeus, nos quais não havia registo de que tivessem tais defeitos ou quaisquer vícios:

Parece, a princípio, que os homens nesse estado, não tendo entre si nenhuma espécie de relação moral, nem deveres conhecidos, não poderiam ser bons nem maus, e não tinham vícios nem virtudes, a menos que, tomando essas palavras num sentido físico, chamemos vícios do indivíduo às qualidades que podem prejudicar-lhe a própria conservação, e virtudes àquelas que podem contribuir para ela; nesse caso, deveríamos chamar de mais virtuoso aquele que resistisse menos aos simples impulsos da natureza. Porém, sem nos afastarmos do sentido comum, é oportuno suspender o juízo que poderíamos fazer de tal situação e desconfiarmos de nossos juízos antecipados até que, com a balança na mão, tenhamos examinado se há mais virtudes do que vícios entre os homens civilizados, ou se suas virtudes são mais proveitosas do que são funestos seus vícios, ou se o progresso de seus conhecimentos é uma compensação suficiente dos males que se fazem mutuamente, à medida que se vão instruindo sobre o bem que deveriam fazer uns aos outros, ou se não estariam, afinal de contas, numa situação mais feliz, de não ter nem mal por temer nem bem por esperar de ninguém, do que a de estarem submetidos a um dependência universal e a de se obrigarem a receber tudo daqueles que não se obrigam a nada lhes dar.

Não vamos, sobretudo, concluir com Hobbes que, por não ter a menor idéia da bondade, o homem seja naturalmente mau; que seja vicioso por não conhecer a virtude; que sempre recuse aos seus semelhantes favores que não crê dever-lhes; nem que, em virtude do direito, que se atribui com razão, às coisas de que necessita, imagine loucamente ser o único proprietário de todo o universo. Hobbes viu muito bem o defeito de todas as definições modernas do direito natural, mas as consequências que tira da sua mostram que a toma num sentido que não é menos falso. Raciocinando sobre os princípios que estabeleceu, esse autor deveria dizer que, sendo o estado da natureza aquele em que o cuidado com a nossa conservação é menos prejudicial à conservação alheia, esse estado era, conseqüentemente, o mais apropriado para a paz e o mais conveniente ao gênero humano. Ele diz justamente o contrário, por ter introduzido impropriamente no cuidado com a conservação do homem selvagem a necessidade de

²⁴ ROUSSEAU, 1999a: 187.

satisfazer uma imensa quantidade de paixões que são obra da sociedade e tornaram necessárias as leis.²⁵

Porém, o filósofo não faz uma apologia do regresso ao passado; a Idade de Ouro foi um tempo feliz, mas o Paraíso está perdido. A felicidade do Homem primitivo também tinha um preço, que era a falta de consciência, ou das *luzes* da razão. Ao tomar consciência da sua própria morte, o ser humano deixou de ser como os outros animais, e agora só lhe resta aprender a fazer bom uso da razão. Como na linguagem simbólica usada por Platão, uma vez que Prometeu roubou aos deuses o fogo e as artes divinas necessárias para o saber usar, e os ofereceu ao ser humano para ele poder sobreviver enquanto espécie, então tem de aprender a lidar o melhor possível com a fúria de Zeus, que o castigou enviando Pandora e o seu jarro (mais conhecido por «caixa de Pandora»). O que Rousseau defende, acima de tudo, é que há um dom que a natureza dá que se perdeu entre os mais *civilizados*, que é a Piedade – a compaixão pelo sofrimento do outro, a capacidade para ser empático com o seu semelhante – que é comum aos outros animais, e sem ela nada impede que o ser humano leve a sua própria espécie à extinção, pela violência, pela ganância cega, pela falta de limites à sua capacidade de explorar os demais. A razão sozinha não é capaz de reger o ser humano; é o sentimento de piedade que lhe dá apoio, tornando-o capaz de alcançar a arte cívica, aquela que Platão refere que Prometeu não conseguiu roubar da casa de Zeus por estar demasiado bem guardada. E a sociedade civilizada, com a sua excessiva complexidade, e as suas necessidades que conduzem ao vício, faz com que os indivíduos percam a propensão *natural* para serem piedosos:

Há, aliás, outro princípio que Hobbes não percebeu e que, tendo sido dado ao homem para amenizar, em certas circunstâncias, a ferocidade de seu amor-próprio ou o desejo de se conservar antes do nascimento desse amor, tempera o ardor que ele tem por seu bem-estar com uma repugnância inata em ver sofrer seu semelhante. Não creio ter de temer nenhuma contradição ao conceder ao homem a única virtude natural que o detrator mais exaltado das virtudes humanas seria forçado a reconhecer. Falo da piedade, disposição conveniente a seres

tão fracos e sujeitos a tantos males quanto o somos; virtude tanto mais universal e tanto mais útil ao homem por preceder nele o uso de qualquer reflexão, e tão natural que os próprios bichos às vezes dão sinais perceptíveis dela. Sem falar da ternura das mães por seus filhotes, e dos perigos que enfrentam para protegê-los, observa-se todos os dias a repugnância que sentem os cavalos em calcar aos pés um corpo vivo; um animal não passa sem inquietação ao lado de um animal morto de sua espécie; há até alguns que lhes dão uma espécie de sepultura, e os tristes mugidos do gado ao entrar num matadouro anunciam a impressão que recebe do horrível espetáculo que o impressiona.

[...]

Tal é o sentimento puro da natureza, anterior a qualquer reflexão; tal é a força da piedade natural, que os costumes mais depravados ainda têm dificuldade de destruir, pois que vemos todos os dias, em nossos espetáculos, enternecer-se e chorar pelas desventuras de um desafortunado, aquele mesmo que, se estivesse no lugar do tirano, agravaria mais os tormentos de seu inimigo.

[...]

Mandeville percebeu bem que, com toda a sua moral, os homens nunca teriam passado de monstros se a natureza não lhes houvesse concedido a piedade para o apoio da razão; não viu, porém, que somente dessa qualidade decorrem todas as virtudes sociais que quer contestar nos homens. Com efeito, o que são a generosidade, a clemência, a humanidade, senão a piedade aplicada aos fracos, aos culpados, ou à espécie humana em geral? Mesmo a benevolência e a amizade são, em suma, produções de uma piedade constante, fixada num objeto particular, pois desejar que alguém não sofra será diferente de desejar que seja feliz?²⁶

O filósofo argumenta, assim, que é a razão e o filosofar que isolam o indivíduo no seu egoísmo, pois a piedade é anterior ao pensar. Aquele que pensa, e reflete, também calcula, arditosamente, como cuidar apenas de si e dos seus interesses, sem se deixar perturbar pelo sofrimento alheio. Só se os problemas forem coletivos, afetando-o de algum modo, é que ele sai do seu egoísmo, para fingir que se preocupa com os demais. Mas para conseguir ignorar o apelo dos que sofrem, o indivíduo racional tem de reprimir dentro de si a voz da natureza, que o compele a ajudar. O que derruba a argumen-

²⁵ ROUSSEAU, 1999a: 187-188.

²⁶ ROUSSEAU, 1999a: 189-191.

tação dos filósofos, de que é razão e a moral imposta pela lei que garantem o progresso da humanidade; pois o Homem selvagem nada sabe de ética e acode quem está em perigo, mas o Homem que estudou as leis e se guia pela razão é capaz de o abandonar à sua sorte, apenas para não se colocar em perigo também:

É a razão que engendra o amor-próprio e é a reflexão que o fortalece; é ela que faz o homem ensimesmar-se; é ela que o separa de tudo quanto o incomoda e o aflige. É a filosofia que o isola; é por sua causa que ele diz em segredo, ao ver um homem que sofre: “Perece, se quiseses, que eu estou em segurança.” Somente os perigos que abarcam a sociedade inteira perturbam o sono tranquilo do filósofo e o arrancam do leito. Pode-se impunemente degolar seu semelhante embaixo da sua janela, basta-lhe pôr as mãos sobre os ouvidos e argumentar um pouco consigo mesmo para impedir a natureza, que nele se revolta, de identificar-se com aquele que assassinam. O homem selvagem não tem esse admirável talento e, por falta de sabedoria e de razão, vemo-lo sempre entregar-se estouvadamente ao primeiro sentimento de humanidade. Nas rebeliões, nas brigas das ruas, o populacho se reúne, o homem prudente se afasta; é a canalha, são as mulheres dos mercados que separam os combatentes e impedem as pessoas de bem de degolarem-se reciprocamente.

Portanto, é certo que a piedade é um sentimento natural que, moderando em cada indivíduo a atividade do amor de si mesmo, concorre para a conservação mútua de toda a espécie. É ela que nos leva a socorrer, sem refletir, aqueles que vemos sofrer; é ela que, no estado de natureza, substitui leis, costumes e virtude, com a vantagem de ninguém ficar tentado a desobedecer-lhe a doce voz; é ela que tolherá qualquer selvagem robusto de tirar de uma criança fraca, ou de um velho enfermo, sua subsistência adquirida a duras penas, se ele mesmo espera poder encontrar a sua em outro lugar; é ela que, em vez desta máxima sublime da justiça ponderada: *Faze ao próximo o que queres que te façam*, inspira a todos os homens esta outra máxima de bondade natural, bem menos perfeita, porém talvez mais útil do que a precedente: *Alcança teu bem com o menor mal possível para o próximo*. É, em suma, nesse sentimento natural, mais do que nos argumentos sutis, que se deve procurar a causa da repugnância que todo homem experimentaria ao fazer o mal, mesmo independentemente das máximas da educação.

Conquanto possa pertencer a Sócrates e aos espíritos de sua têmpera adquirir a virtude pela razão, há muito tempo o gênero humano já não existiria, se sua conservação só dependesse dos raciocínios daqueles que o compõem.

Com paixões tão pouco ativas e um freio tão salutar, os homens, antes selvagens do que maus e mais preocupados em proteger-se do mal que podiam receber do que tentados a fazê-lo a outrem, não estavam sujeitos a rixas muito perigosas; como não tinham entre si nenhum tipo de relações e não conheciam, consequentemente, nem a vaidade, nem a consideração, nem a estima, nem o desprezo; como não tinham a menor noção do teu e do meu, nem nenhuma verdadeira idéia da justiça e olhavam as violências que podiam sofrer como um mal fácil de reparar, e não como uma injúria que se deve punir, e nem sequer pensavam em vingança a não ser maquinalmente e no momento, do mesmo modo que o cão morde a pedra que lhe atiram – suas disputas raramente teriam consequências sangrentas, se não tivessem motivo mais palpável do que o alimento.²⁷

No final da primeira parte da sua reflexão, Rousseau conclui que no estado natural não existe desigualdade entre os homens, por não estarem reunidas as condições necessárias. A liberdade absoluta do indivíduo nessa condição não permite que haja submissão de um em relação a outro, nem opressão, pois cada um atende às suas próprias necessidades sem precisar do outro. O progresso tecnológico foi lento, e a fala surgiu depois de decorridos milhares de anos, pois vivendo nas cavernas, sem domínio do fogo, e alimentando-se do que a natureza oferece espontaneamente, nenhuma necessidade haveria de nomear chefes ou comandantes, líderes ou superiores.

Este tema tem sido abordado por antropólogos nas últimas décadas, e gradualmente vão sendo estudadas as tribos mais antigas do planeta, que ainda preservam um modo de vida de há milhares de anos. Constata-se que a hierarquia nestas populações é mínima, o chefe mal se pode considerar como tal, e o grau de simplicidade do modo de vida preserva sem grande esforço a igualdade entre os membros da tribo. No mesmo sentido, a economia do Paleolítico perde cada vez mais a sua conotação negativa, que tradicionalmente descreve a condição dos primeiros seres humanos como sendo muito

²⁷ ROUSSEAU, 1999a: 192-193.

difícil e extenuante. Mas na realidade, esse sentimento de insatisfação permanente é uma característica da sociedade atual, não do tempo da Pré-História. O nível de satisfação mede-se na relação entre as necessidades e os meios para as satisfazer; muitas necessidades, criadas artificialmente, conduzem ao esgotamento dos meios e dos recursos, que é o que está a acontecer atualmente. Mas poucas necessidades, e os meios mais que suficientes para as satisfazer – como é o caso do Homem pré-histórico, que colhia os alimentos e dormia em cavernas, sem precisar de cultivar, de criar animais ou de construir abrigos – é a forma mais adequada de se adaptar aos recursos existentes no planeta. Por outras palavras, a criação permanente de necessidades artificiais, que induzem os indivíduos modernos a desejarem cada vez mais, mas com os mesmos recursos que se esgotam a cada passo, provocam um sofrimento permanente, por frustração. Os antepassados remotos, porque nada desejavam além do necessário para a preservação do seu bem-estar físico, também poucas frustrações teriam. Neste sentido, constata-se que as pessoas mais pobres em países pobres vivem com algum conforto, enquanto as pessoas mais pobres dos países mais ricos vivem efetivamente na pobreza. Não significa que a vida humana pré-histórica tenha sido confortável, mas que o grau de desconforto que lhe é atribuído é, em geral, exacerbado e distorcido. A «economia de subsistência» da Pré-História sofreu nos últimos duzentos anos com o preconceito de que, antes da agricultura, os seres humanos não conseguiam obter excedente na produção, e por isso viveriam em constante ameaça de fome, ou até de morte; também significa que não existiria um excedente de tempo, ou seja, ausência de tempo de lazer, pois todo o tempo seria necessário para recolher alimentos, e garantir a sobrevivência física. Mas hoje constata-se que este cenário não corresponde à realidade, pois as tribos de caçadores-coletores possuem uma destreza excepcional para recolher o que necessitam, aproveitando-o ao máximo, sem desperdício, e ocupando apenas algumas horas por dia com esse exercício. Paradoxalmente, as sociedades industrializadas baseiam a sua economia na privação de bens, na medida em que limitam a oferta para adequar à procura, de modo a regular os custos e obter lucro; disponibilizam abundância, variedade e excedente de bens, mas nenhum é acessível, na medida em que é preciso dar dinheiro em troca, e para

isso é preciso trabalhar. Os caçadores-recolectores têm acesso direto aos recursos disponíveis. Ao final, na prática, a dificuldade de acesso aos alimentos é maior nas sociedades «civilizadas», e menor nas tribos nómadas. Com apenas um arco e flechas, o caçador-recolector garante a sua saúde, possuindo os meios adequados para alcançar os seus fins; e a sua dieta é ricamente variada. A interpretação dos europeus perante o modo de vida aborígene levou à conclusão errada de que, se os nómadas comiam certos alimentos que os europeus não conseguiriam comer, então seria por estarem a passar fome, e sujeitos a ter de o fazer. Mas não é essa a realidade; alguns dos alimentos referidos eram, o mais das vezes, até favoritos dos aborígenes, e ricos em sabor e textura, iguarias muito apreciadas. Os caçadores-recolectores sempre foram, e são, profundos conhecedores do que a natureza disponibiliza, e da altura do ano em que esses recursos estão disponíveis; por isso, nas suas cabanas, sempre houve abundância de alimento. E quando o alimento se torna escasso, e a fome é iminente, têm a sabedoria de deslocar-se para outro lugar, onde haja recursos suficientes. A visão negativa da vida pré-histórica foi, também, acentuada pelos arqueólogos, que colocaram a ênfase na revolução agrícola, como sendo unilateralmente positiva, ou seja, aprender a cultivar e obter um excedente só poderia ter vantagens, e a qualidade de vida no Neolítico seria sem dúvida superior à da fase anterior. Também se partiu do princípio de que, com o recurso a animais domesticados para cultivar, o esforço dos seres humanos teria sido reduzido, e isso seria sinónimo de mais tempo livre para o lazer, o que não é de todo verdade; o trabalho árduo, que é o esforço e o uso da energia dos seres humanos, dos trabalhadores, foi sempre o mesmo, provavelmente até à Revolução Industrial.²⁸

Estudos recentes sobre uma das últimas populações ainda existentes de caçadores-recolectores – os !Kung (dispersos pelo lado ocidental do deserto do Kalahari, norte da Namíbia e sul de Angola, e Botswana) – revelam que estas populações vivem com um nível de conforto material considerável. Só quando entram em contacto com europeus é que se sentem diminuídos por não possuírem roupas, mas no seu dia-a-dia, não sentem a falta de objetos além dos seus artefactos, ou seja, vivem relati-

²⁸ SAHLINS, 2017: 1-9.

vamente livres da *pressão material*. Tendo ao seu dispor todo o alimento de que necessitam, não criaram o hábito de armazenar, nem de guardar excedente ou duplicado. Assim, como não acumulam, não existe qualquer associação entre a quantidade acumulada e o *status*. Além da comida e da água, os bens de que necessitam são poucos, e fáceis de produzir. Os materiais de que necessitam para os fabricar estão ao dispor de todos, com acesso direto, e não exigem grande esforço na sua recolha, nem na sua transformação. Todos possuem os mesmos artefactos, e o conhecimento necessário para os fabricar é comum a todos. E a escassez de bens que são sua propriedade, bem como o baixo padrão de vida, não são por estas populações considerados um infortúnio, mas uma questão de princípio. E a recolha de alimentos é tão eficaz, que têm metade do tempo livre para o lazer. Como o seu modo de vida exige deslocções regulares, a acumulação de riqueza e de bens é para eles um problema, e não uma vantagem; por isso, reúnem apenas aquilo de que necessitam, e que conseguem transportar. A propriedade não é um valor, mas uma dificuldade, pois o mais importante é a liberdade de movimento. Assim, o caçador-recolector, pode-se afirmar, é antieconómico, porque: as suas necessidades são poucas e os seus recursos são abundantes, em relação às necessidades; por isso vive relativamente livre da pressão material; não tem noção de posse, e não desenvolveu um sentido de propriedade; por tudo isto, é indiferente às pressões materiais, e manifesta desinteresse em desenvolver progresso tecnológico. Do ponto de vista económico, não tem sentido defender que as suas necessidades estão «restringidas», que os seus desejos estão «contidos», ou que a sua noção de riqueza é «limitada». Pois isto implicaria que tivesse ocorrido um desenvolvimento económico, e que depois o caçador-recolector teria lutado contra o pior da sua própria natureza, reprimindo e contendo as suas necessidades e os seus desejos, ao submeter-se a um voto de pobreza voluntário. Este raciocínio burguês, moralista, não se aplica, porque os caçadores-recolectores nunca reprimiram os seus impulsos para a riqueza, muito simplesmente nunca os instituíram. E por isso *vivem livres dos dois grandes tiranos que provocam o inferno e a tortura dos europeus: a ambição e a avareza*. Em última análise, os

caçadores-recolectores não são pobres – são livres.²⁹

A mesma conclusão, a que chegam os antropólogos de hoje, foi encontrada por Rousseau. A desigualdade entre os homens não é natural, e a *lei do mais forte* não é suficiente para justificar a opressão a que uns estão sujeitos por outros; surgiu num momento tardio, e é uma construção artificial da sociedade, mantida através da educação:

Concluamos que, errando pelas florestas, sem engenho, sem a palavra, sem domicílio, sem guerra e sem vínculos, sem a menor necessidade de seus semelhantes, assim como sem nenhum desejo de prejudicá-los, talvez até sem jamais reconhecer algum deles individualmente, o homem selvagem, sujeito a poucas paixões e bastando-se a si mesmo, tinha apenas os sentimentos e as luzes próprias desse estado, sentia apenas suas verdadeiras necessidades, só olhava o que acreditava ter interesse de ver e sua inteligência não fazia mais progressos do que sua vaidade. Se porventura fazia alguma descoberta, não podia comunicá-la, pois nem sequer os filhos reconhecia. A arte perecia com o inventor; não havia educação nem progresso, as gerações se multiplicavam inutilmente e, partindo cada uma sempre do mesmo ponto, os séculos escoavam-se em toda a grosseria das primeiras épocas, a espécie já estava velha e o homem continuava a ser sempre criança.

[...]

Com efeito, é fácil ver que, entre as diferenças que distinguem os homens, passam por naturais muitas que são unicamente obra do hábito e dos diversos gêneros de vida que os homens adotam na sociedade. Assim, um temperamento robusto ou delicado, a força e a fraqueza que daí decorrem, provêm amiúde mais da maneira rude ou efeminada pela qual se foi educado do que da constituição primitiva do corpo. Dá-se o mesmo com as forças do espírito; e a educação não só introduz diferença entre os espíritos cultos e aqueles que não o são, mas também aumenta a que existe entre os primeiros em proporção da cultura, pois, quando um gigante e um anão caminham na mesma estrada, cada passo que um e outro derem propiciará uma nova vantagem ao gigante. Ora, se compararmos a prodigiosa diversidade de educações e de gêneros de vida que reina nas diferentes ordens do estado civil com a simplicidade e a uniformidade da vida animal e selvagem, em

²⁹ SAHLINS, 2017: 9-14.

que todos se nutrem com os mesmos alimentos, vivem da mesma maneira e fazem exatamente as mesmas coisas, compreenderemos quanto deve ser menor a diferença de homem para homem no estado de natureza do que no de sociedade e quanto deve ser aumentada a desigualdade natural na espécie humana pela desigualdade de instituição.

[...]

Ouçõ sempre repetir que os mais fortes oprimirão os fracos, mas é preciso que me expliquem o que querem dizer com a palavra opressão. Uns dominarão com violência, os outros gemerão subjogados a todos os caprichos deles. Aí está, precisamente, o que observo entre nós, mas não vejo como se poderia dizer isso dos homens selvagens, a quem seria mesmo muito difícil explicar o que é servidão e dominação. Um homem bem poderá apoderar-se dos frutos que outro colheu, da caça que matou, do antro que lhe servia de refúgio; mas como conseguirá ele fazer-se obedecer, e quais poderão ser as cadeias da dependência entre homens que nada possuem? Se me expulsam de uma árvore, o único inconveniente será ir para outra; se me atormentam num lugar, o que me impedirá de ir para outro? E se surgir um homem com uma força bastante superior à minha e, além do mais, bastante depravado, preguiçoso e feroz para forçar-me a prover a sua subsistência enquanto permanece ocioso? Ele terá de resolver-se a não me perder de vista um só instante, a manter-me amarrado com muitíssimo cuidado durante seu sono, temendo que eu escape ou o mate, ou seja, será obrigado a expor-se voluntariamente a um trabalho muito maior do que aquele que quer evitar e do que aquele que me impõe. Depois de tudo isso, e se sua vigilância esmorecer um momento? Se um ruído imprevisto o fizer virar a cabeça? Dou vinte passos na floresta, meus grilhões são rompidos, e ele não tornará a me ver nunca mais em sua vida.

Sem prolongar inutilmente esses pormenores, cada qual deve ver que, sendo os vínculos da servidão formados somente da dependência mútua dos homens e das necessidades recíprocas que os unem, é impossível subjugar um homem sem coloca-lo antes na situação de não poder dispensar o outro, situação essa que, inexistente no estado de natureza, nele deixa cada qual livre do jugo e torna vã a lei do mais forte.³⁰

2.3 *A origem da desigualdade é a propriedade privada*

Na segunda parte do seu *Discurso*, Rousseau começa diretamente no ponto em que tudo mudou, que foi o nascimento da propriedade privada. Esta passagem ocorreu com a transição da vida nómada, do caçador-recolector (que era vivida em cavernas e abrigos temporários), para a vida sedentária do agricultor, com o aparecimento das primeiras cabanas, e a formação das primeiras famílias. O que permitiu este avanço foram as *luzes*, que iluminando a mente humana permitiram o progresso tecnológico, a invenção de utensílios e artefactos, e da própria habitação. A consciência individual rapidamente se traduziu num sentimento de superioridade em relação aos outros animais, domesticando alguns, e armando ciladas a outros, para os caçar. E o mesmo orgulho era já a base do que viria a ser a competição entre os seres humanos. Por conseguinte, o que desencadeia a desigualdade entre os homens é a propriedade privada:

O primeiro que, tendo cercado um terreno, atreveu-se a dizer: *Isto é meu*, e encontrou pessoas simples o suficiente para acreditar nele, foi o verdadeiro fundador da sociedade civil. Quantos crimes, guerras, assassínios, quantas misérias e horrores não teriam poupado ao gênero humano aquele que, arrancando as estacas ou enchendo o fosso, houvesse gritado aos seus semelhantes: “Evitai ouvir este impostor. Estareis perdidos se esquecerdes que os frutos são de todos e que a terra não é de ninguém!” Porém, ao que tudo indica, então as coisas já haviam chegado ao ponto de não mais poder permanecer como eram, pois essa idéia de propriedade, dependente de muitas idéias anteriores que só puderam nascer sucessivamente, não se formou de uma só vez no espírito humano. Foi necessário fazer-se muitos progressos, adquirir-se muito engenho e luzes, transmiti-los e aumentá-los de século em século, antes de se chegar a esse derradeiro limite do estado de natureza.

[...]

As novas luzes, que resultaram desse desenvolvimento, aumentaram-lhe a superioridade sobre os outros animais ao torná-lo ciente dela. Exercitou-se em preparar-lhes armadilhas, ludibriou-os de mil maneiras e, embora muitos o superassem em força no combate, ou em velocidade na corrida, daqueles que podiam servir-lhe ou prejudicá-lo, tornou-se com o tempo o senhor de alguns e o flagelo dos outros. Foi

³⁰ ROUSSEAU, 1999a: 197-199.

assim que o primeiro olhar que dirigiu a si mesmo produziu-lhe o primeiro movimento de orgulho; foi assim que, mal sabendo ainda distinguir as categorias, e contemplando-se como o primeiro de sua espécie, preparava-se de longe para pretender-se o primeiro como indivíduo.³¹

O filósofo prossegue, nas páginas seguintes, reconstituindo os passos que foram dados, desde o estado natural, até ao nascimento da propriedade privada. O engenho desencadeou o progresso, mas também trouxe cada vez mais prejuízo ao ser humano. No estado natural, os seres humanos viveriam dispersos, sem contacto individual, cada um bastando-se a si mesmo; mas, tal como os outros animais são gregários, também o ser humano começou a unir-se em grupos. Contudo, não seria um sentimento nobre a estabelecer essa união, mas ainda um instinto animal de necessidade de sobrevivência. A união em bando, por exemplo para matar um animal de grande porte, seria transitória, duraria apenas o tempo necessário para concretizar a caçada. Os seres humanos aprenderam, assim, a importância de contar com a assistência dos seus semelhantes, e de honrar um compromisso. Mas como não pensavam no futuro, nem no dia seguinte, não concebiam planos a longo prazo. Com as primeiras invenções, o espírito foi-se aperfeiçoando, e começaram a surgir utensílios e, sobretudo, os primeiros abrigos, nos quais se reuniram as primeiras famílias, instituindo uma primeira forma de propriedade privada; não era, no entanto, ainda motivo suficiente para provocar a desigualdade entre os homens:

Esses primeiros progressos habilitaram afinal o homem a obter outros mais rápidos. Quanto mais se esclarecia o espírito, mais se aperfeiçoava o engenho. Logo, deixando de adormecer embaixo da primeira árvore, ou de recolher-se em cavernas, descobriram alguns tipos de machados de pedras duras e cortantes, que serviram para cortar madeira, escavar a terra e fazer choupanas de ramagens, que depois tiveram a idéia de revestir de argila e lama. Essa foi a época de uma primeira revolução que formou o estabelecimento e a distinção das famílias e que introduziu uma espécie de propriedade, da qual nasceram talvez muitas brigas e combates. No entanto, como os mais fortes foram provavelmente os primeiros a fazer habitações que se sentiam capazes de defender, é de se crer que os fracos julgaram mais rápido e mais seguro

³¹ ROUSSEAU, 1999a: 203-206.

imitá-los do que tentar desalojá-los; e, quanto àqueles que já possuíam cabanas, nenhum deles deve ter procurado apropriar-se daquela do vizinho, não tanto por ela não lhe pertencer, mas por lhe ser inútil e por não poder apoderar-se dela sem expor-se a um combate violento com a família que a ocupava.

Os primeiros desenvolvimentos do coração decorreram de uma situação nova que reunia numa habitação comum os maridos e as mulheres, os pais e os filhos. O hábito de viver junto fez nascer os mais doces sentimentos porventura conhecidos pelos homens, o amor conjugal e o amor paterno. Cada família tornou-se uma pequena sociedade, ainda mais unida por serem o apego recíproco e a liberdade os seus únicos vínculos; foi então que se estabeleceu a primeira diferença na maneira de viver dos dois sexos, que até então tinham apenas uma. As mulheres tornaram-se mais sedentárias e acostumaram-se a tomar conta da cabana e dos filhos, enquanto o homem ia buscar a subsistência comum. Os dois sexos começaram assim, com uma vida um pouco mais indolente, a perder um tanto de sua ferocidade e de seu vigor; porém, se cada qual, em separado, ficou menos apto para combater os animais selvagens, em compensação foi mais fácil reunirem-se para lhes resistirem em comum.³²

Neste ponto, que corresponde ao início do Neolítico, os grupos humanos reúnem-se em famílias, e habitam em cabanas, unidos por sentimentos verdadeiramente humanos. Ainda conseguiam satisfazer as suas necessidades, pois elas continuavam a ser mínimas, e a competição e a injúria ainda não estavam presentes. A este estado de equilíbrio se refere a Idade de Ouro dos autores clássicos, que corresponde à sociedade dos nativos norte-americanos antes da chegada dos europeus. Com o cultivo moderado de uma horta, e alguns animais domésticos, habitando em cabanas, unidos pelos laços da *gens*, os europeus de há alguns milhares de anos viviam em paz, e em igualdade.

O mesmo constatam os antropólogos atuais, em relação às populações humanas que preservam, ainda hoje, um modo de vida semelhante ao da Pré-história na Europa. O preconceito de que houve progresso, e que houve evolução — da simplicidade para a complexidade —, levou à conclusão precipitada de que a complexidade é forçosamente melhor do que a simplicidade, logo as populações de caçadores-recolectores são menos «desenvolvidas» do que as populações ocidentais supostamente mais «desenvol-

³² ROUSSEAU, 1999a: 207-209.

vidas». As que estão entre ambas, presume-se que estão «em desenvolvimento». Mas atualmente, sabe-se que na realidade os caçadores-recolectores têm uma série de vantagens: trabalham muito menos do que os pretensos «civilizados»; a recolha de alimentos, longe de ser uma tarefa extenuante, é apenas intermitente, deixando muito tempo livre para o lazer; e usufruem de uma quantidade de sono durante o dia, *per capita* e por ano, superior a qualquer outra forma de sociedade. Nas tribos aborígenes da Austrália, no século XX, como os caçadores de Arnhem Land, a média de horas por dia a trabalhar para adquirir e preparar comida era de quatro a cinco horas; e mesmo este trabalho não era contínuo, pois só retomavam a recolha de alimentos quando fosse necessário. Em suma, os aborígenes australianos – neste caso, as mulheres – recolhiam e preparavam os alimentos necessários para o próprio dia, mas se fosse suficiente, no dia seguinte não recolhiam mais, e ficavam a descansar. Esta adaptação inteligente aos recursos disponíveis, não só evitava o desgaste desnecessário de quem trabalhava, como também regulava o consumo dos recursos naturais. Em consequência, para estes indivíduos a recolha e preparação de alimentos não era considerada uma tarefa árdua, nem um mal necessário, não sentindo necessidade de a efetuar o mais rapidamente possível, nem o desejo de a adiar o mais possível. E após o almoço, dormiam uma média de uma hora a uma hora e meia, passando grande parte do dia a conversar e a conviver. Com relativamente pouco trabalho, e muito tempo para descansar, conseguiam atingir o consumo diário de nutrientes recomendados pelos padrões atuais.³³

Entre os caçadores-recolectores do povo San, de África meridional (Botswana, Namíbia, Angola, Zâmbia, Zimbabue e África do Sul), os resultados das observações dos antropólogos, no século XX, são as mesmas. Destes caçadores, também conhecidos por bosquímanos, o grupo Dobe da tribo !Kung apresenta a mesma abundância e variedade na alimentação, do mesmo modo com relativamente pouco trabalho. Um só bosquímano, caçando e recolhendo alimentos, conseguia sustentar quatro a cinco pessoas. No todo, cerca de 63,1 % da população eram produtores efetivos de alimento, sendo os restantes demasiado jovens ou demasiado idosos para contribuírem significativamente. Mas estes 65% trabalhavam apenas 36% do tempo, e 35% da população não trabalhava de todo. No total, cada adulto em idade ativa trabalhava uma média de dois dias, ou um

dia e meio, por semana. Ou seja, cada um sustentava-se a si mesmo e aos que eram dependentes, e tinham três dias e meio a cinco dias e meio livres por semana, para outras atividades. A «semana de trabalho» do grupo de bosquímanos Dobe era, portanto, de quinze horas semanais, senão que cada «dia de trabalho» era de seis horas, numa média de duas horas e nove minutos de trabalho por dia. Apesar de ser oficialmente uma média inferior à dos aborígenes australianos de Arnhem Land, estes valores excluem o tempo despendido com a preparação com a preparação de alimentos, portanto, ao final, o número de horas de trabalho será aproximado. Esta seria a economia do Paleolítico na Europa, com uma média de um ou dois dias de trabalho, alternados com um ou dois dias de repouso.



Figura 4. Acampamento bosquímano, do povo San.



Figura 5. Acampamento bosquímano.

Entre os bosquímanos Dobe, as mulheres reuniam num dia a comida necessária para dois ou três dias, e a cada dia ocupavam uma a três horas na sua preparação (incluindo cozinhar, recolher madeira para fazer o fogo, e transportar água). No resto do tempo descansavam no acampamento, bordavam, visitavam outros acampamentos, ou recebiam visitas de outros acampamentos. Este ritmo de trabalho era regu-

³³ SAHLINS, 2017: 14-19.

lar ao longo de todo o ano. Os homens, caçadores, trabalhavam mais intensamente, mas de forma mais descontinuada; poderiam caçar durante uma semana inteira, mas depois repousarem durante duas ou três semanas. Como a caça é imprevisível, e sujeita a certo controle mágico, se um caçador considerasse que estava numa fase de má sorte, poderia deixar de caçar durante um mês, ou mais. No tempo livre, os caçadores dedicavam-se a fazer visitas, entreter os outros, e sobretudo dançar.³⁴

Para compreender melhor a economia das populações de caçadores-recolectores, a sua maior ameaça não é, como foi esclarecido, a sua baixa produtividade, mas a ameaça iminente de rendimento decrescente. Assim, para um europeu é difícil perceber porque é que estes povos não recolhem alimento suficiente para armazenar, de modo a evitar a fome nos períodos de menor abundância. Mas na prática, este sistema está dependente da mobilidade - quando se esgotam os recursos naturais da zona onde estão instalados, pegam nas suas coisas e mudam para outro sítio. Se recolhessem grande quantidade de alimento em pouco tempo, esgotariam os recursos rapidamente, e seriam obrigados a deslocar-se em pouco tempo também e, acima de tudo, não o conseguiriam fazer, pois não teriam como transportar consigo o que tinham armazenado. Neste sentido, quanto menos caçarem e colherem, mais tempo permanecerão no mesmo lugar, até esgotarem os recursos. Os testemunhos descrevem como estes grupos não têm medo de passar fome, pois sabem que há muita abundância na natureza. Por vezes, não têm o que comer por um dois dias, devido ao mau tempo ou a alguma catástrofe, mas permanecem alegres e de bom humor, pois sabem que é um pequeno sacrifício temporário, em troca da permanência mais prolongada no mesmo local. Também não ficam preocupados quando é necessário mudar o acampamento para outra zona, fazendo-o com a mesma boa disposição com que um europeu se prepara para fazer um piquenique. Por todos estes motivos, optam sempre por possuir o mínimo indispensável de equipamento; preferem itens mais pequenos, em vez de grandes; desinteresse em adquirir duas ou mais unidades de qualquer bem. A ecologia torna-se concreta, porque tem de ser transportada aos ombros. O mesmo princípio é aplicado pelos caçadores-recolectores em relação à sua demografia; praticam o infanticídio, o senicídio, e a abstinência sexual durante o período de aleitamento, com o propósito de reduzir o número de dependentes

que reduzem a mobilidade do grupo, por não conseguirem descolar-se por si mesmos. No mesmo sentido, estes grupos são formados por um número reduzido de pessoas, e os vários grupos encontram-se dispersos por um vasto território, de modo a diminuir o período que demoram a consumir os recursos locais. Ao final, a demografia dos caçadores-recolectores não está relacionada com a subprodução, e consequente pobreza, mas sim com o preço a pagar por uma vida com qualidade. As fraquezas da economia dos caçadores-recolectores são, precisamente, a sua força: movimento periódico, e restrições na riqueza e na demografia, permitem que estes grupos mantenham os seus objetivos ao alcance dos seus meios. Assim, um modo relativamente subdesenvolvido, torna-se altamente eficaz. Mesmo comparando com a sociedade agrícola, os especialistas sobre a economia do Neolítico constataam hoje que a agricultura não reduziu o número de horas de trabalho diárias, pelo contrário, alguns caçadores-recolectores atuais recusam tornar-se agricultores por ser muito mais trabalhoso, para obter o mesmo resultado. E o trabalho agrícola tem de ser diário, regular, enquanto a recolha de alimentos é espaçada no tempo, proporcionando dias inteiros de repouso. Ao contrário da ideia predominante, a agricultura não diminui o esforço para os seres humanos, quando muito aumentou o seu volume de trabalho.³⁵

Em comparação com a sociedade atual, à escala global estima-se que atualmente cerca de um terço, ou mesmo metade, da população se deita à noite com fome. Na Pré-História, a proporção foi certamente muito menor. A época que estamos a viver é a época da fome, sem precedentes. Estamos no auge do poder tecnológico, mas e a inanição é uma instituição. Pode-se, então, concluir que, com evolução da cultura, a fome aumenta, o número de horas de trabalho por semana aumenta, e o tempo para o lazer diminui. Exatamente o contrário do preconceito falso de que o progresso tecnológico traz uma crescente melhoria da qualidade de vida. Dentro dos seus objetivos, os caçadores-recolectores satisfazem com facilidade as suas necessidades materiais. O progresso económico trouxe consigo duas contrariedades: enriquecimento, e em simultâneo empobrecimento; e apropriação crescente em relação à natureza, e expropriação crescente em relação ao Homem. O único progresso real é o progresso tecnológico, o que se traduz num aumento do número de serviços e bens para colmatar as necessidades, aumento da energia despendida ao serviço da

³⁴ SAHLINS, 2017: 20-22.

³⁵ SAHLINS, 2017: 31-34.

cultura, aumento na produtividade, e crescente divisão do trabalho. O primeiro grande avanço tecnológico, a agricultura, permitiu a produção com excedente em anos férteis, armazenando o suficiente para os anos de escassez ou infortúnio, mas essa desconexão com a natureza levou ao nascimento da hierarquia social, necessária para regular a distribuição dos bens acumulados. De sucesso em sucesso, a tecnologia foi tornando o ser humano cada vez mais independente da natureza, mas foi-se distanciando cada vez mais da lei biológica que induz a acumular o mínimo possível. A evolução ocorreu nas estruturas e nas tecnologias, mas provocou ao mesmo tempo a distribuição desigual da riqueza, enriquecendo muito alguns, e empobrecendo demasiado a maioria. Os povos mais primitivos do planeta possuem poucos bens, *mas não são pobres*. A pobreza não é sinónima de escassez de bens, nem é o resultado da relação entre os meios e os objetivos; a pobreza é, acima de tudo, uma relação entre pessoas, é um estatuto social. Como tal, é uma invenção da civilização, simultaneamente uma odiosa distinção entre classes sociais, e uma relação tributária, que é o que torna um agricultor mais vulnerável perante as catástrofes naturais, do que um esquimó do Alasca no seu acampamento de Inverno. Por tudo o que foi referido, a noção tradicional de que a evolução da sociedade ocorreu no sentido da melhoria da qualidade de vida, como se o progresso tecnológico fosse sinónimo de abundância crescente para todos, é falsa, e deve ser revista. É esta a tese do antropólogo Marshall Sahlins. A evolução da sociedade europeia, da simplicidade para a complexidade, ao contrário das outras espécies, não aumentou a probabilidade de sobrevivência da espécie. Pelo contrário, a evolução linear, desde o Paleolítico até aos nossos dias, foi sempre em sentido decrescente da qualidade de vida: quanto mais avança a cultura e a tecnologia, maior é a fome e a pobreza; os seres humanos trabalham cada vez mais, têm cada vez menos tempo livre, dormem e repousam cada vez menos, têm cada vez mais medo da fome, estão sujeitos a um número crescente de necessidades artificiais, e com cada vez menos acesso à abundância a que estão expostos, pois a riqueza está cada vez mais mal distribuída. Em contraste com a liberdade do seu antepassado pré-histórico, o indivíduo das sociedades «avançadas» encontra-se hoje mais prisioneiro do que nunca, por estar sujeito a objetivos inalcançáveis, que são as *necessidades infinitas*.³⁶

³⁶ SAHLINS, 2017: 34-39.

Ao final, conclui-se que a percepção que os autores clássicos da Antiguidade tinham, de que a humanidade estava num sentido decrescente, de decadência em relação a um passado feliz, e a um futuro cada vez menos risonho, se confirma verdadeiro. E em sintonia com os autores clássicos, e com os antropólogos atuais, estava também Rousseau.

2.1 *A consolidação da desigualdade*

Com o começo da vida sedentária, os perigos mais sérios decorrentes da propriedade privada ainda estavam distantes, e nesse lapso de tempo, os seres humanos foram felizes. Embora permanecendo num modo de vida simples, em relação ao estado natural a vida sedentária trouxe a formação das primeiras aldeias, o agrupamento de seres humanos, e consequentemente as primeiras necessidades, a comparação que traz a inveja e o orgulho, os laços de vizinhança e as paixões com sentimento de posse que geram o amor e o ciúme. O grau de complexidade aumentou, e embora não representando ainda um perigo para a humanidade, encontravam-se já presentes todos os males que viriam a dominar a civilização. Não deixava de ser a época em que a humanidade foi mais feliz:

Nesse novo estado, tendo uma vida simples e solitária, necessidades muito limitadas e os instrumentos que haviam inventado para satisfazê-las, os homens, desfrutando um grande lazer, empregaram-no para obter vários tipos de comodidades desconhecidas de seus pais; e foi esse o primeiro jugo que impensadamente se impuseram e a primeira fonte de males que prepararam para seus descendentes, pois, além de continuarem assim a enfraquecer o corpo e o espírito, ao se habituarem com essas comodidades, estas perderam quase todo o atrativo e ao mesmo tempo degeneraram em verdadeiras necessidades. Assim, a privação delas tornou-se mais cruel do que doce era a sua posse, e sentiam-se infelizes por perdê-las, sem serem felizes por possuí-las.

[...]

Tudo começa a mudar de face. Os homens, até então errante pelos bosques, depois de adquirirem uma situação mais fixa, aproximam-se lentamente, reúnem-se em diversos grupos e formam por fim, em cada região, uma nação particular, uniforme nos costumes e nos caracteres, não por regulamentos e leis, mas pelo mesmo gênero de vida e de alimentos e pela influência comum do clima. Uma vizinhança permanente não pode deixar de engendrar afixi-

nal alguma ligação entre diversas famílias. Jovens de diferentes sexos moram em cabanas vizinhas, o relacionamento passageiro, exigido pela natureza, traz logo outro não menos doce e mais permanente, pelo convívio mútuo. Acostumam-se a considerar diferentes objetos e a fazer comparações; adquirem insensivelmente idéias de mérito e de beleza que produzem sentimentos de preferência. À força de se verem, já não podem passar sem se ver novamente. Um sentimento terno e doce insinua-se na alma e, à menor oposição, torna-se um furor impetuoso: o ciúme desperta com o amor; a discórdia triunfa, e a mais doce das paixões recebe sacrifícios de sangue humano.

À medida que as idéias e os sentimentos se sucedem, que o espírito e o coração se exercitam, o gênero humano continua a domesticar-se, as ligações se estendem e os laços se apertam. Acostumam-se a reunir-se defronte das cabanas ou à volta de uma grande árvore; o canto e a dança, verdadeiros filhos do amor e do lazer, tornaram-se a diversão, ou melhor, a ocupação dos homens e das mulheres ociosos e agrupados. Cada qual começou a olhar os outros e a querer ser olhado por sua vez, e a estima pública teve um preço. Aquele que cantava ou dançava melhor; o mais belo, o mais forte, o mais hábil ou mais eloquente passou a ser mais considerado, e foi esse o primeiro passo para a desigualdade e para o vício ao mesmo tempo; dessas primeiras preferências nasceram, de um lado a vaidade e o desprezo, do outro a vergonha e o desejo; e a fermentação causada por esses novos germes produziu por fim compostos funestos à felicidade e à inocência.

Assim que os homens começaram a apreciar-se mutuamente e se lhes formou no espírito a idéia de consideração, cada qual pretendeu ter direito a ela e não foi mais possível privar ninguém dela impunemente. Provieram daí os primeiros deveres da civilidade, mesmo entre os selvagens, e a partir daí qualquer agravo voluntário tornou-se um ultraje porque, com o mal que resulta da injúria, o ofendido via o desprezo de sua pessoa, em geral mais insuportável do que o próprio mal. Foi assim que, punindo cada qual o desprezo que lhe haviam demonstrado de uma maneira proporcional à importância que atribuía a si mesmo, as vinganças se tornaram terríveis e os homens, sanguinários e cruéis. Aí está precisamente o grau a que chegara a maioria dos povos selvagens que nos são conhecidos, e por não terem distinguido suficientemente as idéias e observado quão distantes tais povos já estavam do primeiro estado de natureza é que vários estudiosos se precipitaram em concluir que o homem é naturalmente cruel e que é

necessária a polícia para amansá-lo, quando nada é tão manso como ele em seu estado primitivo, quando, colocado pela natureza em igual distância da estupidez dos brutos e das luzes funestas do homem civil e limitado tanto pelo instinto como pela razão a proteger-se do mal que o ameaça, é contido pela piedade natural de fazer ele próprio mal a alguém, sem a isso ser levado por nada, mesmo depois de tê-lo recebido. Pois, segundo o axioma do sábio Locke, *não poderia haver injúria onde não houvesse propriedade.*

[...]

Assim, embora os homens houvessem ficado menos tolerantes e a piedade natural já houvesse sofrido certa alteração, esse período do desenvolvimento das faculdades humanas, mantendo-se no exato meio-termo entre a indolência do estado primitivo e a petulante atividade de nosso amor-próprio, deve ter sido a época mais feliz e duradoura. Quanto mais refletimos sobre isso, mais achamos que esse estado era o menos sujeito às revoluções, o melhor para o homem, e que ele deve ter saído dele por algum funesto acaso que, para a utilidade comum, nunca deveria ter sucedido. O exemplo dos selvagens, que foram quase todos encontrados nesse ponto, parece confirmar que o gênero humano era feito para permanecer sempre nele, que tal estado é a verdadeira juventude do mundo que todos os progressos posteriores foram, aparentemente, outros tantos passos dados rumo à perfeição do indivíduo e, efetivamente, dirigiram-se à decrepitude da espécie.³⁷

Com a propriedade privada, a ambição e a avareza foram ganhando ascendente sobre os homens, que por violência e pilhagens, ou por trabalho e esforço próprios, começaram a acumular mais do que outros, e a planejar os mais elaborados esquemas para manter a riqueza acumulada. Pois a legitimidade dessa riqueza era nula, sem a validação dos demais. Se alguém acumulou riqueza pela força, também pela força lhe poderia ser tirada por outros. E mesmo quem enriquece por fruto do seu trabalho, a sua riqueza só é legítima se os demais assim aceitarem. Então, as mentes ardilosas inventaram os cargos de poder, e a hereditariedade desses cargos, e com esse poder decretaram leis que protegiam a sua propriedade privada. De ora em diante, um grupo reduzido de famílias tornou-se proprietário da terra fértil, tornando os outros seus escravos. Com o poder nas mãos de quem mais riqueza possuía, o

³⁷ ROUSSEAU, 1999a: 209-213.

pobre ficou encurralado numa opressão, perante a qual só poderia reagir com a revolução. Deste modo a desigualdade foi instituída, e instalou-se a guerra perpétua:

Antes que se houvessem inventado os sinais representativos das riquezas, elas quase que só podiam consistir em terras e em rebanhos, os únicos bens reais que os homens podiam possuir. Ora, quando as heranças cresceram em número e em extensão a ponto de cobrirem todo o solo e de tocarem-se umas nas outras, umas só puderam então progredir a expensas das outras, e os supranumerários, que a fraqueza ou a indolência haviam impedido de adquiri-las por sua vez, tornados pobres sem nada terem perdido, porque, mudando tudo ao seu redor, apenas eles não haviam mudado, foram obrigados a receber ou a usurpar sua subsistência da mão dos ricos; e daí começaram a nascer, conforme os diversos temperamentos de uns e de outros, a dominação e a servidão, ou a violência e as rapinas. Os ricos, por sua vez, mal conheceram o prazer de dominar e logo desdenharam todos os outros e, servindo-se de seus antigos escravos para submeter outros novos, só pensaram em subjugar e escravizar seus vizinhos; como esses lobos famintos que, tendo provado uma vez carne humana, rejeitam qualquer outro alimento e só querem devorar homens.

Foi assim que, tendo os mais poderosos ou os mais miseráveis feito de suas forças ou de suas necessidades uma espécie de direito ao bem alheio, equivalente, segundo eles, ao da propriedade, a igualdade rompida foi seguida pelas mais terríveis desordens; foi assim que as usurpações dos ricos, as pilhagens dos pobres, as paixões desenfreadas de todos, ao abafarem a piedade natural e a voz ainda fraca da justiça, tornaram os homens avaros, ambiciosos e maus. Levantava-se entre o direito do mais forte e o direito do primeiro ocupante um conflito perpétuo que só terminava por combates e assassínios. À sociedade nascente seguiu-se um terrível estado de guerra; o gênero humano, aviltado e desolado, já não podendo voltar atrás nem renunciar às infelizes aquisições que fizera e trabalhando apenas para a sua vergonha, pelo abuso das faculdades que o dignificam, colocou a si mesmo às portas de sua ruína.³⁸

Como a guerra perpétua era desvantajosa para os ricos, que queriam o sossego de não estarem sujeitos à revolta dos pobres, inventaram as leis e as alianças políticas, e convence-

ram os demais a aceitarem voluntariamente a escravidão, em troca de uma falsa segurança e da tranquilidade de delegar em alguém a responsabilidade pelo governo:

(...) O rico, premido pela necessidade, acabou por conceber o projeto mais refletido que jamais passou pelo espírito humano: empregar em seu favor as próprias forças daqueles que o atacavam, transformar em defensores seus adversários, inspirar-lhes outras máximas e dar-lhes outras instituições que lhe fossem tão favoráveis quanto lhe era contrário o direito natural.

Com esse intuito, depois de expor aos vizinhos o horror de uma situação que os armava todos uns contra os outros, (...) [disse-lhes] “(...) Em vez de voltarmos nossas forças contra nós mesmos, reunamo-las em um poder supremo que nos governe segundo leis sábias, que proteja e defenda todos os membros da associação, rechace os inimigos comuns e nos mantenha numa concórdia eterna”.

Foi preciso muito menos do que o equivalente a esse discurso para empolgar homens grosseiros, fáceis de seduzir, que aliás tinham muitas questões para resolver entre si para poderem viver sem árbitros e muita avareza e ambição para poderem viver por muito tempo sem senhores. Todos correram ao encontro de seus grilhões, acreditando assegurar a liberdade, pois, com razão suficiente para perceber as vantagens de um estabelecimento político, não tinham experiência suficiente para prever-lhe os perigos; os mais capazes de pressentir os abusos eram precisamente os que contavam aproveitar-se deles, e mesmo os sábios viram que era preciso decidir-se a sacrificar uma parte de sua liberdade para a conservação da outra, como um ferido manda cortar o braço para salvar o resto do corpo.

Tal foi ou deve ter sido a origem da sociedade e das leis, que criaram novos entraves para o fraco e novas forças para o rico, destruíram em definitivo a liberdade natural, fixaram para sempre a lei da propriedade e da desigualdade, de uma hábil usurpação fizeram um direito irrevogável e, para o lucro de alguns ambiciosos, sujeitaram daí para frente todo o gênero humano ao trabalho, à servidão e à miséria.

[...]

Daí provieram as guerras nacionais, as batalhas, os assassínios, as represálias que fazem estremecer a natureza e chocam a razão, e todos esses horríveis preconceitos que consideram uma virtude a honra de derramar o sangue humano. As pessoas mais honestas aprenderam a incluir entre seus deveres o de degolar seus semelhantes; viram-se por fim os homens mas-

³⁸ ROUSSEAU, 1999a: 218-219.

sacrarem-se aos milhares sem saber por quê; e cometiam-se mais assassínios num só dia de combate e mais horrores na tomada de uma única cidade do que se haviam cometido no estado de natureza, durante séculos inteiros, em toda a superfície da Terra. Tais são os primeiros efeitos que se entrevêm na divisão do gênero humano em diferentes sociedades.³⁹

Embora escrevendo cem anos antes de L.H. Morgan, e duzentos anos antes da existência concreta de provas da arqueologia e da história sobre as sociedades antigas da Grécia e de Roma, Rousseau descreveu a realidade tal como é hoje entendida, e que corresponde à passagem da sociedade gentílica igualitária, com governo por eleição, para uma sociedade patriarcal autoritária, sujeita a ser governada por tiranos:

Nesses diversos governos, todas as magistraturas a princípio foram eletivas e, quando a riqueza não prevalecia, a preferência era concedida ao mérito, que confere uma ascendência natural, e à idade, que proporciona experiência nos negócios e o sangue-frio nas deliberações. Os anciãos dos hebreus, os gerontes de Esparta, o senado de Roma e própria etimologia da palavra *Senhor* mostram como outrora a velhice era respeitada. Quanto mais as eleições recaíam sobre os homens de idade avançada, mais se tornavam frequentes, e mais suas dificuldades se faziam sentir; nasceram as intrigas, formaram-se as facções, indispueram-se os partidos, surgiram as guerras civis, finalmente, sacrificou-se o sangue dos cidadãos à pretensa felicidade do Estado, e chegou-se ao ponto de recair na anarquia dos tempos anteriores. A ambição dos principais aproveitou-se dessas circunstâncias para perpetuar seus cargos em suas famílias; o povo, já acostumado com a dependência, com o sossego e com as comodidades da vida, e já sem condições de romper seus grilhões, consentiu em deixar aumentar sua servidão para fortalecer sua tranquilidade, e foi assim que os chefes, tendo se tornado hereditários, acostumaram-se a olhar sua magistratura como um bem de família, a olhar a si mesmos como os proprietários do Estado do qual de início eram apenas os funcionários, a chamar os seus concidadãos de seus escravos, a incluí-los como gado no número das coisas que lhes pertenciam e a chamar a si mesmos de iguais aos deuses e reis dos reis.

Se seguirmos o progresso da desigualdade nessas diferentes revoluções, verificaremos que o estabelecimento da lei e do direito de pro-

priedade foi o seu primeiro termo; a instituição da magistratura, o segundo; e que o terceiro e último foi a mudança do poder legítimo para poder arbitrário. Assim, o estado do rico e do pobre foi autorizado pela primeira época; o do poderoso e do fraco, pela segunda; e, pela terceira, o de senhor e de escravo, que é o derradeiro grau de desigualdade e o termo a que chegam todos os outros, até que novas revoluções dissolvam totalmente o governo ou o aproximem da instituição legítima.⁴⁰

Na Grécia do Período Arcaico, os tiranos foram suplantados, e a sociedade democrática regulou, até certo ponto, a arbitrariedade e a violência. Embora a democracia grega não correspondesse a um regime igualitário – pois a sociedade grega era escravagista – o seu modelo de governo, bem entendido, foi o que melhor conseguiu dar resposta à complexidade da sociedade civilizada. Com o domínio romano, a Europa perdeu a memória da democracia, e distanciou-se cada vez mais da igualdade estabelecida na sociedade gentílica ancestral, ao ponto de a maioria dos cidadãos acreditarem erradamente que nunca existiu igualdade entre os homens. No tempo de Rousseau, como ainda hoje, era predominante na cosmovisão a ideia de que a desigualdade entre os homens é tão antiga que só pode ser natural. Mas esse não é o caso, pois como ficou esclarecido nos capítulos anteriores, o período mais longo da história da humanidade – a Pré-História – foi vivido em igualdade, no estado natural. Na Europa, a passagem para o Neolítico, com o começo da agricultura e o cultivo do trigo, marcou o início da propriedade privada, e a metalurgia, sobretudo do ferro, gerou o nascimento das elites e a instituição das classes sociais. Por conseguinte, a desigualdade entre os homens, na Europa, teve um início claro, relativamente recente, e foi precedido por milhares de anos de igualdade. Em comparação com os europeus, os nativos norte-americanos não adotaram a agricultura, e desconheciam a metalurgia do ferro, e por isso continuaram a viver em igualdade até ao tempo de Rousseau:

Enquanto os homens se contentaram com suas cabanas rústicas, enquanto se limitaram a costurar suas roupas de peles com espinhos de plantas ou espinhas de peixes, a enfeitar-se com penas e conchas, a pintar o corpo com diversas cores, a aperfeiçoar ou embelezar seus arcos e flechas, a talhar com pedras cortantes algumas canoas de pescadores ou alguns instrumentos

³⁹ ROUSSEAU, 1999a: 221-222.

⁴⁰ ROUSSEAU, 1999a: 234-235.

grosseiros de música, em suma, enquanto se aplicaram apenas as obras que um homem podia fazer sozinho e a artes que não precisavam do concurso de várias mãos, viveram tão livres, sadios, bons e felizes quanto o poderiam ser por sua natureza e continuaram a usufruir entre si as doçuras de um relacionamento independente. Mas, a partir do instante em que um homem necessitou do auxílio do outro, desde que percebeu que era útil a um só ter provisões para dois, desapareceu a igualdade, introduziu-se a propriedade, o trabalho tornou-se necessário e as vastas florestas se transformaram em campos risonhos que cumpriam regar com o suor dos homens e nos quais logo se viu a escravidão e a miséria germinarem e medrarem com as searas.

A metalurgia e a agricultura foram as duas artes cuja invenção produziu essa grande revolução. Para o poeta, foram o ouro e a prata, mas, para o filósofo, foram o ferro e o trigo que civilizaram os homens e perderam o gênero humano. Assim, ambos eram desconhecidos dos selvagens da América, que por isso continuaram a ser selvagens; os outros povos parecem mesmo ter permanecido bárbaros enquanto praticaram uma dessas artes sem a outra; e talvez uma das melhores razões por que a Europa foi, senão mais cedo, pelo menos mais constantemente e mais bem policiada do que as outras partes do mundo, seja a de ser, a um só tempo, a mais abundante em ferro e a mais fértil em trigo.⁴¹

Deste modo se torna evidente que o trabalho de investigação de L.H. Morgan confirma a tese de Rousseau, e o conhecimento científico mais recente confirma ambos os autores. Rousseau termina o seu *Discurso* com uma síntese:

Empenhei-me em expor a origem e o progresso da desigualdade, o estabelecimento e o abuso das sociedades políticas, na medida em que essas coisas podem ser deduzidas da natureza do homem pelas simples luzes da razão e independentemente dos dogmas sagrados que conferem à autoridade soberana a sanção do direito divino. Conclui-se desta exposição que a desigualdade, sendo quase nula no estado de natureza, extrai sua força e seu crescimento do desenvolvimento de nossas faculdades e dos progressos do espírito humano e torna-se enfim estável e legítima pelo estabelecimento da propriedade e das leis. Conclui-se ainda que a desigualdade moral, autorizada unicamente pelo direito positivo, não é contrário ao direito natu-

ral todas as vezes em que não coexiste, na mesma proporção, com a desigualdade física; distinção que determina suficientemente o que se deve pensar a esse respeito da espécie de desigualdade que reina entre todos os povos policiados, já que é claramente contra a lei da natureza, seja qual for a maneira por que a definamos, uma criança mandar num velho, um imbecil conduzir um homem sábio e um punhado de gente regurgitar de superfluidades enquanto a multidão esfaimada carece do necessário.⁴²

Assim termina Rousseau o seu *Discurso*, tendo demonstrado como a desigualdade entre os homens começou com a propriedade privada, se institucionalizou com a sociedade política, e se transformou em lei com a escravidão e a dominação. E como essa desigualdade é contrária à lei natural, sendo contrário à lei natural que um pequeno grupo de indivíduos seja proprietário da maior parte da terra e do fruto do seu cultivo, acumulando uma quantidade de riqueza muito superior à de que necessita para suprir as suas necessidades, enquanto a maioria que trabalha a terra mal consegue suprir as suas necessidades mais elementares, sobrevivendo com extrema dificuldade.

Ao final, torna-se claro como a historiografia da Europa foi falaciosa, na medida em que validou a desigualdade e a escravatura, sobretudo por ter sido escrita por autores gregos e romanos, que viviam em plena civilização. A história remota – a Pré-História, que foi o período mais longo da história da humanidade, correspondendo a largos milhares de anos – foi vivida em igualdade, ou com ausência de desigualdade. Quando os primeiros historiadores gregos colocaram por escrito a sua história, já a sociedade gentílica igualitária, com governo por eleição, era uma memória distante. Contudo, foi na democracia grega que sobreviveu a noção de governo por eleição, com voto da maioria. Com o Império Romano, a colonização da Europa extinguiu esse sistema tão salutar, que demoraria até à Revolução Francesa para ser recuperado. Mas para que a consciência coletiva chegasse a exigir a democracia, levando à revolução, decorreram séculos, e a mudança ocorreu na Idade Moderna, a partir do Renascimento, num crescendo que ganhou impulso com o espírito prático e ativo do Iluminismo. Na França da segunda metade do século XVIII, sobretudo com a publicação do *Contrato Social* de Rousseau, foram consolida-

⁴¹ ROUSSEAU, 1999a: 213-214.

⁴² ROUSSEAU, 1999a: 243.

dos os fundamentos da revolução, que abriu caminho para a democracia moderna.

3 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Apollodorus. 1921. *The Library, Volume I: Books 1-3*. With and English translation by James G. Frazer. The Loeb Classical Library, 121. London: William Heinemann; New York: G. P. Putnam's Sons. archive.org/details/library00athegoog/mode/2up
- Hesiod. 1988. *Theogony and Works and Days*. Translated with an Introduction and Notes by M. L. West. The World's Classics. Oxford, New York: Oxford University Press.
- Hesiod. 2006. *Theogony, Works and Days, Testimonia*. Edited and Translated by Glenn W. Most. The Loeb Classical Library, 57. Cambridge, Massachusetts; London, England: Harvard University Press.
- Ovid. 1971. *Metamorphoses, Volume I: Books 1-8*. With an English translation by Frank Justus Miller. Revised by G. P. Goold. The Loeb Classical Library, 42. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press; London: William Heinemann. archive.org/details/metamorphoses01ovid/page/n6/mode/2up
- Plato. 1952. *Laches. Protagoras. Meno. Euthydemus*. With an English translation by W. R. M. Lamb. The Loeb Classical Library, 165. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press; London: William Heinemann. archive.org/details/L167PlatoIVCratylusParmenidesGreaterLesserHippias/page/n5/mode/2up
- Price, Weston A. 1939. *Nutrition and Physical Degeneration: A Comparison of Primitive and Modern Diets and Their Effects*. New York; London: Paul B. Hoeber, Inc; Medical Book Department of Harper & Brothers. archive.org/details/NutritionAndPhysicalDegeneration/mode/2up
- Rousseau, Jean-Jacques. 1999a. *Discurso Sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade Entre os Homens*. Tradução de Maria Ermantina Galvão; cronologia e introdução de Jacques Roger. 2ª Edição. São Paulo: Martins Fontes.
- Sahlins, Marshall. 2017. *Stone Age Economics*. London, New York: Routledge Classics.

Capítulo 9

De Arcádia e da Cabana Primitiva

Na sua *Écloga X*, Virgílio imagina o seu amigo Gallus a sofrer por um amor não correspondido, rodeado de pastores e o próprio deus Pã veio em seu auxílio. Numa paisagem verdejante e plena de bosques, Gallus dedica-se à música e à caça. O poeta conclui que *o amor tudo vence, rendamo-nos também nós ao amor*. – No século XVII, através das pinturas de Guercino e de Poussin, torna-se presente a expressão *Et in Arcadia ego*, lembrando que a morte também existiu em Arcádia. O hedonismo, a busca de gozar os prazeres da vida sem refletir, perde o sentido quando é confrontado com a mortalidade, pois é perante a própria morte que o Homem se torna consciente dos seus limites, e capaz de abandonar voluntariamente a necessidade natural em favor da necessidade moral, deixando de ser escravo das forças e dos impulsos, para ser livre, guiando-se pela razão, e ao final elevando assim a sociedade da lei natural para a lei civil. Nisto consiste a base do que Rousseau designa por *Contrato Social*. – Esta renúncia ao que é arbitrário e artificial na sociedade foi transposto para a arquitetura por Laugier, que aponta para a cabana primitiva como o exemplo de tudo o que é a essência da arquitetura. Dos elementos acrescentados por necessidade, surgem as licenças; dos acrescentados por capricho, surgem os defeitos. Tal como o indivíduo e a sociedade, também a arquitetura atinge a perfeição quando é apenas a sua essência, sem ornamento. – Assim tornou-se a cabana primitiva um símbolo da sociedade gentilícia igualitária e da lei natural, e o templo grego, que é uma evolução da cabana, tornou-se símbolo da sociedade democrática e da lei civil.

1 SOBRE ARCÁDIA

1.1 *Et in Arcadia ego: Virgílio e Panofsky*

Na antiga Grécia, enquanto as tribos se uniram para formar uma nação, houve uma região que permaneceu alheia ao progresso, onde a população continuou a viver como os antepassados remotos, como simples pastores, habitando em cabanas. Nesta região – Arcádia, no Peloponeso –, acreditava-se que vivia o deus Pã, no monte Ménalo (ou *Maenalus*), onde era possível escutá-lo a tocar Sírix (adequadamente conhecida por *flauta de pã*).¹ Enquanto a Grécia mergulhava na tirania e ascendia à civilização, os pastores de Arcádia mantiveram o seu modo de vida baseado na pastorícia. Para os outros gregos, os árcades eram uma das tribos mais antigas autóctones, que ainda falavam o dialeto grego antigo, conhecidos por serem exímios na música (sobretudo a tocar flauta de pã, que segundo a lenda teria sido o próprio deus a ensinar-lhes a tocar), por possuírem uma virtude rude, um forte sentido de piedade, e hospitalidade rústica, mas também por serem ignorantes e pelo seu baixo padrão de vida. A

região em si mesma nada tinha de paradisíaca, sendo pobre, árida, montanhosa e de clima inóspito. Em suma, para os gregos antigos, Arcádia não era representativa da Idade de Ouro. Por este motivo, Teócrito (ca. 300 – a pós 260 a.c.), poeta grego nascido em Siracusa, na Sicília (hoje na Itália, na época *Magna Graecia*), situou os seus *Idílios* pastorais na sua região natal.² Quando Dáfnis, herói dos pastores sicilianos, está no seu leito de morte, Pã desloca-se do seu monte Ménalo, em Arcádia na Grécia, para Siracusa, na Sicília, para receber de volta a Sírix (flauta) que lhe havia oferecido.³

O lugar ideal, de clima ameno e paradisíaco, habitado por pastores, era para Teócrito a sua Siracusa natal, não a região onde habitava Pã. Sendo Dáfnis filho do deus Hermes e de uma ninfa siciliana, foi encontrado por pastores debaixo de um loureiro (em grego, *daphne*). Sendo ele próprio um pastor siciliano, é-lhe atribuída a invenção da poesia pastoral. Pã apaixonou-se por ele e ensinou-lhe a tocar a Sírix. Também uma ninfa se apaixonou por ele, jurando-lhe fidelidade eterna. Mas, com recurso ao vinho, Dáfnis foi seduzido pela filha de um rei, e a ninfa traída cegou-o como casti-

¹ A antiga Arcádia é parte integrante da atual região administrativa com o mesmo nome, na península do Peloponeso, e a sua capital é Trípoli. O seu monte mais elevado é Ménalo, mas a região inclui outros dois montes: Licáion e Párnon.

² *Theocritus* in Encyclopædia Britannica [em linha]. Encyclopædia Britannica, inc. [consult. 2020-07-06]. Disponível na Internet: <https://www.britannica.com/biography/Theocritus>.

³ PANOFKY, 1955b: 297-298.

go. Ele tentou encontrar consolo tocando a sua flauta, mas em breve morreu e foi levado para o céu pelo seu pai Hermes. Porém, na versão do *Idílio I* de Teócrito, Dáfnis ofendeu Eros e Afrodite, e foi castigado, sendo levado a morrer por amor. Quando Dáfnis se encontrava às portas da morte, Pã veio do seu monte em Arcádia até Siracusa, para que lhe pudesse devolver a sua flauta.⁴



Figura 1. Grupo escultórico «Pã e Dáfnis», representando Pã a ensinar Dáfnis a tocar flauta, de ca. 100 a.C. encontrada em Pompeia, atualmente na *Galleria degli Uffizi* (Florença, Itália).

Na sua *Écloga X*, o poeta romano Virgílio (70-19 a.C.)⁵ imagina o seu amigo Gaius Cornelius Gallus a sofrer por um amor em Arcádia. Gallus, que era igualmente poeta, apaixonou-se por Lícoris, que escolheu outro homem, com quem partiu para França. Vendo o sofrimento do seu amigo, Virgílio dedica-lhe a *Écloga X*, fazendo uma analogia com Dáfnis, que igualmente morreu por amor. Para o efeito, Virgílio começa por invocar Aretusa, oriunda de Arcádia, e ninfa de uma fonte em Ortígia, a ilha de Siracusa, dedicada a Artemis. Depois, coloca Gallus em Arcádia, onde descreve a sua envolvente: cabras de nariz achatado vão comendo as folhas dos arbustos; tanto os grandes loureiros como as pequenas urzes choram por Gallus, compadecidos pelo sofrimento dele; os pinhei-

⁴ THEOCRITUS, 1853: 1-9.

⁵ *Virgil* in Encyclopædia Britannica [em linha]. Encyclopædia Britannica, inc. [consult. 2020-07-06]. Disponível na Internet: <https://www.britannica.com/biography/Virgil>.

ros do monte Ménalo e os penedos do monte Licáion choram também; e em volta dele estão também ovelhas, enquanto ele está deitado sozinho debaixo de um rochedo. Aproximaram-se o pastor e guardadores de vacas, também o pastor Menalcas se aproximou, ainda molhado por apanhar bolotas no inverno, e todos lhe perguntaram porque tanto sofria. O deus Apolo exortou-o a esquecer a libidinosa Lícoris, que já ia longe para lá dos Alpes com outro homem. Acercou-se também Silvano, deus dos bosques e dos campos, e finalmente Pã, deus de Arcádia, que lhe pergunta se não há remédio para o sofrimento dele. E Gallus finalmente responde, triste e pesaroso:

Vós, Árcades, que sois doutos no canto, de agora em diante, nos vossos montes, em verso unirão o meu nome ao dela, e Oh! quão docemente na sepultura os meus ossos repousarão, se vós nas vossas flautas lamentosas, algum dia cantardes a nossa história.

Tivera eu sido criado entre vós, para cuidar do rebanho deambulante, ou um vindimeiro das vossas vinhas, e eu estaria agora apaixonado por Filis ou qualquer outra pastora, e Amintas (que importa se é moreno, também negras são as violetas e as amoras) estaria aqui fazendo-me companhia entre os salgueiros. Debaixo de uma videira, à sombra, teria Filis fazendo-me grinaldas de flores, enquanto Amintas versos cantaria. Aqui, Lícoris, tens fontes frescas, suaves prados e bosques, muito estimaria viver aqui ao teu lado o resto dos meus dias.⁶

Então Gallus fica decidido a viver percorrendo os bosques de Ménalo a caçar, e dedicando-se a cantar canções pastorais, para tentar aliviar o seu sofrimento. E conclui com a célebre frase: «O amor tudo vence, rendamo-nos também nós ao amor» (*omnia vincit amor et nos cedamus amor*). Ao final, Virgílio agradece às musas por o terem inspirado a escrever os versos, enquanto fazia cestos à sombra, e convida a recolher pois a tarde chegou ao fim, e o crepúsculo não é bom nem para o poeta, nem para a seara, e enquanto o vermelho no céu a oeste esvanece, ao longe as cabras são conduzidas de regresso a casa.⁷

Com este imaginário, Virgílio transformou a inóspita Arcádia real na Arcádia utópica ideal, ao identificar o *locus amoenus* de Teócrito, na Sicília, com Arcádia na Grécia.

Na *Écloga V*, Dáfnis é homenageado por dois pastores, Menalcas e Mopso, um muito

⁶ VIRGIL, 1883: 93. Tradução livre da autora.

⁷ VIRGIL, 1883: 90-96.

dotado para cantar e o outro para criar versos, que não só prestam homenagem ao seu companheiro, como igualmente aspiram a alcançar a fama imortal. A sombra de olmos e aveleiras, próximos de uma gruta cercada de vinhas silvestres, Mopso começa o seu elogio fúnebre: *Ergamos a Dáfnis um túmulo, e nesse túmulo acrescentemos o seguinte epitáfio: “Eu, Dáfnis, aqui jazo, deleite dos campos, amor dos pastores, o meu nome é conhecido na terra e até aos astros; cujos rebanhos excediam os melhores na planície, e ele não menos ultrapassou a sua estirpe”*.

Assim Virgílio deu origem à tradição da poesia elegíaca (de caráter lamentoso e triste), onde Arcádia é um lugar utópico, recordado com nostalgia. Contudo, no século XVII a mesma imagem poética adquiriu uma nova ênfase, com um tom de crítica ao momento presente, o que se encontra representado na pintura de Giovanni Francesco Guercino, realizada algures entre 1621 e 1623, onde é visível um cipo funerário (coluna truncada que na Antiguidade se colocava sobre uma sepultura), com a seguinte inscrição: *Et in Arcadia ego* (Fig. 2).



Figura 2. Pintura de Guercino, de ca. 1621-23, na qual é mencionada pela primeira vez a expressão «Et in Arcadia ego», visível na inscrição no cipo (pedestal) funerário. Atualmente em exposição na *Galleria Nazionale d'Arte Antica* (Palazzo Barberini), em Roma (Itália).

Em torno do significado desta frase, Erwin Panofsky dedicou um ensaio, no qual argumenta que a expressão não deve ser traduzida por «Eu, também, nasci, ou vivi, em Arcádia», partindo do princípio de que o *et* se refere ao *ego*, remetendo para o passado, em relação a um árcaide defunto, pois de acordo com a gramática latina, o *ego* não se refere a um indivíduo, nem remete para o passado. Pela omissão do verbo, a tradução correta é: «Até em Arcádia eu

estou», o que permite compreender que não é um pastor ou uma pastora árcaide que fala, mas a própria Morte. Assim, a interpretação correta é a de que até em Arcádia a morte existiu, lembrando que todos os seres humanos inevitavelmente irão morrer. Através da análise de três pinturas de Guercino e de Poussin, Panofsky demonstrou que é este o sentido correto da frase.



Figura 3. Pintura de Nicolas Poussin, de ca. 1630, a primeira de duas versões de «Os Pastores de Arcádia», ou «Et in Arcadia ego», em exposição na *Devonshire Collection*, em Chatsworth House, Inglaterra.

Na pintura de Guercino, dois pastores árcades deparam-se com um cipo, sobre o qual repousa um crânio humano, acompanhado de um rato e uma mosca, símbolos habituais para representar a decadência e o tempo que tudo consome. No cipo de pedra, encontra-se a inscrição *Et in Arcadia ego*, e é sem dúvida o crânio que a deve pronunciar. A própria Morte, personificada no crânio, alerta os pastores de que também eles irão morrer. Esta obra de Guercino, ao contrário da poesia de Virgílio, não tem nada de elegíaca, não remetendo para um passado feliz que se recorda com saudade, pois o aviso é o mais importante, o que corresponde à tradição cristã medieval do *memento mori* – «Lembra-te da morte», ou «Lembra-te que és mortal».

A tradição elegíaca de Virgílio só se manifestou amplamente na obra de Poussin, que realizou duas versões de *Et in Arcadia ego*. Em relação a Guercino, Poussin substituiu o cipo por um sarcófago de pedra, com a inscrição «*Et in Arcadia ego*», e acrescentou uma pastora aos dois pastores árcades, para acentuar o caráter amoroso do ambiente em Arcádia (Fig. 3).

Tal como na tela de Guercino, os pastores são surpreendidos por encontrarem inesperadamente as sepulturas. Mas na de Poussin, os pastores mal reparam no crânio que discretamente repousa sobre a palavra «*Arcádia*», parecendo mais concentrados com a inscrição em si. A quarta figura presente é Alfeu, deus do rio com o mesmo nome, pois no original a tela fazia parte de um conjunto com outra tela, *O Rei Midas Lavando o Rosto no Rio Pactolo*, onde é representado Pactolo, o deus do rio. As duas obras em sintonia transmitiam a advertência contra a obsessão pela riqueza, em detrimento dos valores reais da vida (o mito do Rei Midas), e um aviso contra o hedonismo impensado, o excesso de gozo com prazeres que em breve terminarão. Alguns anos mais tarde, Poussin fez uma segunda versão do mesmo tema, onde o sarcófago aparece como elemento central, e o elemento de surpresa já não está presente (Fig. 4).



Figura 4. Pintura de Nicolas Poussin, de ca. 1638-40, a segunda de duas versões de «Os Pastores de Arcádia», ou «*Et in Arcadia ego*», em exposição no Museu do Louvre, Paris (França).

O drama desapareceu, e três pastores árcades contemplam com serenidade o sarcófago; um deles ajoelha-se para ver por ele próprio a inscrição «*Et in Arcadia ego*», e outro conversa com uma jovem, que reflete, concentrada. O terceiro parece melancólico e complacente. O sarcófago tem uma volumetria mais simples, e o crânio humano foi removido. Aqui o ambiente mudou em relação às telas anteriores, pois os pastores não estão em sobressalto pelo aviso

terrível em relação ao futuro, mas estão mergulhados numa meditação madura sobre um passado feliz. Cada pastor parece rever-se no pastor que jaz na tumba, que outrora foi feliz e gozou os prazeres da vida, tal como eles agora gozam, e o confronto com a própria mortalidade está presente apenas através da memória de alguém que já viveu, e foi como eles são. A ideia de mortalidade é assim contemplada, não como resultado do moralismo de um encontro dramático com a morte, mas através de um sentimento poético elegíaco.

O conhecimento que Poussin tinha de Virgílio e de Jacopo Sannazaro (cujo poema *Arcádia* foi publicado por volta de 1504), é manifesto na presença de um sarcófago – como o túmulo de Dáfnis na *Écloga V* de Virgílio, e a forma geométrica simples do sarcófago como no túmulo da pastora árcade Fílis (que rejeitou o amor de Meliseu), em *Arcádia* de Sannazaro:

Entre estes rústicos farei famosa e célebre a tua tumba. E dos montes da Toscana e da Ligúria virão pastores para venerar este canto do mundo, apenas porque em tempos viveste aqui. E irão ler no belo monumento quadrangular a inscrição que as todas as horas me gela o coração, pela qual tanta dor me faz sufocar o peito: «Aquela que sempre se mostrou tão altiva e rígida perante Meliseu, agora mansa e humilde aqui repousa sepultada nesta pedra fria.»⁸

Deste modo, nesta obra o sentido de *Et in Arcadia ego* já não é a sua tradução gramaticalmente correta do latim, mas uma interpretação de Poussin em sintonia com Virgílio, na tradição elegíaca. Pois o epitáfio fala por Fílis, a pastora sepultada no sarcófago, dirigindo-se aos pastores que deambulam e que com ele se deparam, dizendo-lhes: «Também eu vivi em Arcádia, como vós viveis; também eu gozei os prazeres que agora gozais; eu que fui incapaz de ter piedade quando devia ter tido compaixão; e agora estou morta e aqui sepultada». E assim Poussin introduziu na cultura moderna a interpretação de *Et in Arcadia ego* como sinónima de «Também eu vivi em Arcádia», acompanhada do sentimento nostálgico, saudoso de um passado feliz que se perdeu, como é próprio de Virgílio. Se em Arcádia também a morte existiu, isso relembra que a morte ocorre mesmo onde há felicidade. Com Diderot, que em 1758 traduziu o epitáfio no sarcófago da pintura de Poussin por «Je vivais aussi dans la délicieuse Arcadie», ou seja, *Também eu vivi na deliciosa Arcádia*, a expressão adquiriu o seu caráter

⁸ PANOFSKY, 1955b: 314. Tradução livre da autora.

definitivamente referindo-se a um passado feliz, e nesta tradução se basearam as interpretações futuras, de Schiller e de Goethe. Na sua *Viagem a Itália*, Goethe deu um passo seguinte, eliminando completamente a advertência moral resultante do confronto com a mortalidade, ao afirmar «Auch ich in Arkadien», o que no contexto significa *Também eu estive na terra da alegria e da beleza*. Deste modo, Panofsky fez uma revisão das várias interpretações e significados da expressão ao longo de séculos.⁹

À luz da presente investigação, e tal como ficou claro no capítulo anterior, à Idade de Ouro descrita na mitologia corresponde efetivamente um período da história da Europa, no Neolítico, durante o qual os homens eram pastores e viviam em cabanas, formando famílias, num tempo em que *a humanidade foi feliz*, como aponta Rousseau. Nesse tempo, os seres humanos viviam melhor do que os seus antepassados, por possuírem abrigos e alimento sem esforço, por viverem em comunidade e em fraternidade, com nobreza de sentimentos e uma humildade natural, o que corresponde à Arcádia de Virgílio. Pois é sabido que na região grega de Arcádia vivia a tribo dos árcades, muito antiga e que vários séculos depois do começo da civilização ainda viviam da pastorícia, como os seus antepassados remotos. Usando a linguagem científica, os árcades do tempo de Teócrito viviam ainda como no Neolítico. Então, a Arcádia de Virgílio, que é uma imagem da Idade de Ouro, é efetivamente uma memória coletiva dos europeus, do tempo em que as tribos estavam divididas por gentes, cada *gens* vivendo comunitariamente numa mesma cabana, ou várias cabanas unifamiliares formando uma comunidade próxima, baseada na entreatajuda. Fazendo esta ligação, então a interpretação de Virgílio e de Poussin, embora sendo uma distorção gramatical da expressão *Et in Arcadia ego*, corresponde corretamente à realidade, pois todos os europeus há alguns milhares de anos efetivamente viveram em Arcádia, isto é, viveram em liberdade, igualdade e fraternidade. Neste sentido, afirmar «Eu também vivi em Arcádia» equivale a dizer: Eu recordo-me do tempo em que vivemos todos em fraternidade e em igualdade. E ter essa memória consciente significa ter presente que é assim deve viver a humanidade. Então, aquela memória nostálgica, do passado, quando a humanidade foi feliz, transforma-se em simultâneo numa crítica ao presente, pois os europeus atuais *não vivem em Arcádia*, e esse sentimento de revolta perante a injustiça da desigualdade social conduz à luta

pela recuperação de Arcádia, projetando para o futuro a esperança de que torne a ser possível viver em Arcádia. Mas para que seja possível tornar a viver em Arcádia, é necessário abdicar da ganância, da ambição e da avareza, que são os motores da civilização, em favor dos sentimentos mais nobres, pois como afirma Morgan, o destino da humanidade não é fazer dinheiro, ou gerar cada vez mais riqueza, nem acumular propriedade privada. O caminho da ambição desmedida conduz a humanidade para a ruína moral, e mergulha a sociedade na desigualdade e na pobreza para a maioria, enquanto toda a riqueza se concentra cada vez mais nas mãos de uma ínfima percentagem de cidadãos obcecados pelo poder.

Assim, Gallus sofria por ter consciência de que seria feliz se tivesse nascido entre pastores, vivendo a guardar o seu rebanho, e apaixonando por uma pastora que lhe corresponderia o seu amor, com nobreza e honestidade de sentimentos. A vida na cidade, com toda a sua sofisticação, levou-o à infelicidade. Do mesmo modo sofre todo aquele que é árcade, perante a decadência da sociedade, aspirando a uma vida simples, em harmonia com a natureza, livre das falsas necessidades que geram cada vez mais necessidades, num sem-fim de preocupações que arruinam a saúde e envelhecem antes do tempo. A vida cosmopolita de um cidadão moderno (um homem policiado), é uma vida artificial, falsa, cansativa, que dificilmente faria inveja a um membro de uma tribo indígena (um homem *selvagem*), como Rousseau teve a lucidez de descrever:

(...) A alma e as paixões humanas, alterando-se insensivelmente, mudam, por assim dizer, de natureza; por que nossas necessidades e nossos prazeres mudam de objetos com o passar do tempo; por que, esvaindo-se gradualmente o homem natural, a sociedade já não oferece aos olhos do sábio senão uma reunião de homens artificiais e de paixões factícias que são obra de todas essas novas relações e não têm nenhum fundamento real na natureza. O que a reflexão nos ensina a esse respeito, a observação o confirma perfeitamente: o homem selvagem e o homem policiado diferem tanto no fundo do coração e das inclinações que o que faz a felicidade suprema de um reduziria o outro ao desespero. O primeiro aspira só ao repouso e à liberdade, quer apenas viver e ficar ocioso, e mesmo a ataraxia do estóico não se aproxima de sua profunda indiferença por qualquer outro objeto. O cidadão, ao contrário, sempre ativo, cansa-se, agita-se, atormenta-se continuamente para encontrar ocupações ainda mais laborio-

⁹ PANOFSKY, 1955b: 317-319.

sas; trabalha até à morte, até corre ao seu encontro para se colocar em condição de viver, ou renuncia à vida para adquirir a imortalidade. Corteja os grandes que odeia e os ricos que despreza; nada poupa para obter a honra de servi-los; vangloria-se orgulhosamente de sua baixaza e da proteção deles e, orgulhoso da sua escravidão, fala com desdém daqueles que não têm a honra de compartilhá-la. Que espetáculo para um caraíba os penosos e invejados trabalhos de um ministro europeu! Quantas mortes cruéis não preferiria esse selvagem indolente ao horror de uma vida assim, que amiúde nem sequer é amenizada pelo prazer de bem proceder! Mas, para ver o objetivo de tantos cuidados, cumpriria que estas palavras, *poder e reputação*, tivessem um sentido em seu espírito, que soubesse que há uma espécie de homens que dão valor aos olhares do resto do universo, que sabem ser felizes e contentes consigo mesmos mais pelo testemunho alheio do que pelo próprio. Tal é, de fato, a verdadeira causa de todas essas diferenças: o selvagem vive em si mesmo; o homem sociável, sempre fora de si, só sabe viver na opinião dos outros e é, por assim dizer, do juízo deles que lhe vem o sentimento de sua própria existência.¹⁰

Para poder alcançar novamente Arcádia, é preciso abdicar voluntariamente de tudo o que é artificial na sociedade, não sendo necessidade natural, pois as falsas necessidades, que tão longe estão da natureza, impedem que o cidadão moderno seja livre ou sequer feliz, pois vive para cumprir uma sequência interminável de tarefas, sem nunca estar satisfeito com a propriedade privada que acumulou, nem com o seu *status quo*, nem com a sua aparência, pois a sociedade consumista não permite o repouso, nem a plenitude. Então, tal como os pastores árcades que se deparam com o sarcófago durante o seu trajeto no campo, também só consegue despertar do adormecimento quem refletir sobre a própria mortalidade, e for capaz de lidar conscientemente com a angústia que ela gera, a todo o momento. A consciência de que a morte é inevitável permite colocar limites na busca incessante de gozar os prazeres da vida, e da obsessão pela riqueza e pelo poder, que cada vez mais acentuam a desigualdade entre os seres humanos.

Colocando assim a questão, a melancolia dos pastores que observavam o sarcófago resultou da consciência de que, sendo a morte inevitável, melhor será ter noção do valor da fraternidade, tendo piedade e compaixão pelos

outros. O aviso da Morte personificada aos pastores árcades é parte integrante da necessidade de adquirir consciência da mortalidade, mas os pastores que refletem melancólicos não estão assustados, não têm medo da morte, apenas ficam pesarosos porque toda a felicidade é transitória. Ao mesmo tempo, a jovem senhora que medita junto deles, parece estar a elaborar sobre a questão, medindo as consequências da finitude da vida.

Nesta tradição, a que se chama arcadismo, insere-se o pensamento de Rousseau, que tal como a jovem meditando junto ao sarcófago, elaborou um plano para o futuro dos europeus, para que cada vez mais Arcádia não seja apenas uma memória distante do passado, nem um medo da morte no presente, mas uma esperança para o futuro. A esse plano para uma futura sociedade igualitária, que é a base das democracias modernas, Rousseau chamou *Contrato Social*.

2 DO CONTRATO SOCIAL: J.-J. ROUSSEAU

2.1 *As sociedades primitivas*

As ideias centrais da filosofia política de Rousseau no *Discurso* tiveram continuidade com a publicação de *Du contrat social ou Principes du droit politique*, em 1762.¹¹

Nos primeiros capítulos, Rousseau esclarece que a mais antiga sociedade é a da família, na qual se estabelecem vínculos naturais, e é regida pela lei da própria conservação. Quando a sociedade passou a ser política, o chefe tomou o lugar do pai, e o povo o lugar dos filhos. Mas o amor que um pai tem pelos seus filhos não o tem um chefe pelo seu povo, pois é tomado pelo prazer de comandar. E da desigualdade social daí resultante, partiu-se do efeito para a causa, dando origem à ideia errada de que os que comandam são superiores aos que são comandados. Seguindo apenas a natureza, o ser humano torna-se incapaz de controlar as suas paixões, que inclinam ao egoísmo e à acumulação de propriedade privada. Torna-se, então necessário, passar da liberdade natural para a liberdade civil, regida pela razão, na qual os indivíduos abdicam voluntariamente da sua liberdade natural, para conquistarem uma liberdade civil, que os torna cidadãos, e seres mais elevados. E essa sociedade civil é a democracia, que é a garantia da igualdade entre os indivíduos. Nas palavras de Rousseau:

¹¹ *Du contrat social ou Principes du droit politique*; ou: «Do contrato social ou princípios do direito político».

¹⁰ ROUSSEAU, 1999a: 241-242.

O homem nasceu livre e por toda a parte ele está agrilhado. Aquele que se crê senhor dos outros não deixa de ser mais escravo que eles. Como se deu essa mudança? Ignoro-o. O que pode legitimá-la? Creio poder resolver esta questão.

Se eu considerasse apenas a força e o efeito que dela deriva, diria: enquanto um povo é obrigado a obedecer e o faz, age bem; assim que pode sacudir esse jugo e o faz, age melhor ainda; porque, recobrando a liberdade pelo mesmo direito que lha tinha arrebatado, ou ele tem razão em retomá-la ou não tinham em lha tirar. Mas a ordem social é um direito sagrado, que serve de base para todos os demais. Tal direito, entretanto, não advém da natureza; funda-se, pois, em convenções.

[...]

A mais antiga de todas as sociedades, e a única natural, é a da família. Ainda assim, os filhos só permanecem ligados ao pai enquanto necessitam dele para a própria conservação. Assim que essa necessidade cessa, dissolve-se o vínculo natural. Isentos os filhos da obediência que deviam ao pai, isento o pai dos cuidados que devia aos filhos, voltam todos a ser igualmente independentes. Se continuam unidos, já não é de maneira natural, mas voluntária, e a própria família só se mantém por convenção.

Essa liberdade comum decorre da natureza do homem. Sua primeira lei consiste em zelar pela própria conservação, seus primeiros cuidados são aqueles que deve consagrar a si mesmo, e, tão logo alcança a idade da razão, sendo o único juiz dos meios adequados à sua conservação, torna-se por isso seu próprio senhor.

É a família, pois, o primeiro modelo das sociedades políticas, o chefe é a imagem do pai, o povo a dos filhos, e todos, tendo nascido iguais e livres, só alienam sua liberdade em proveito próprio. A diferença toda está em que, na família, o amor do pai pelos filhos compensa dos cuidados que lhes dedica, enquanto no Estado o prazer de comandar supre esse amor que o chefe não tem por seus povos.

Assim como um pastor é de natureza superior à de seu rebanho, também os pastores de homens, que são os seus chefes, possuem natureza superior à de seus povos. Deste modo raciocinava, segundo Filon, o imperador Calígula, concluindo comodamente, dessa analogia, que os reis eram deuses, ou os povos eram animais.

O raciocínio desse Calígula remete ao de Hobbes e ao de Grotius. Também Aristóteles, antes de todos eles, dissera que os homens não são naturalmente iguais, mas nascem uns para a escravidão e outros para o domínio.

Tinha razão Aristóteles, porém tomava o efeito pela causa. Todo homem nascido na escravidão nasce para a escravidão: nada mais certo. Os escravos tudo perdem sob seus grilhões, até o desejo de libertar-se deles; amam a servidão como os companheiros de Ulisses amavam o próprio embrutecimento. Se há, pois, escravos por natureza, é porque houve escravos contra a natureza. A força fez os primeiros escravos, sua covardia os perpetuou.¹²

Se a escravatura nasceu da força, a sua instituição surgiu da obediência, transformada em dever. O direito do mais forte garante o domínio, mas não a legitimidade moral desse direito. Pois a força obriga a obedecer, e obedecer à força é um ato de necessidade, ou de prudência, mas não de vontade. Deste modo, a palavra «direito» perde o seu sentido, pois não significa nada; a força não faz o direito. A obediência à escravidão parece ser, então, uma convenção. Mas isso também não faz sentido, pois o escravo que abdica de tudo, não tem o direito de exigir nada do seu senhor; e o senhor é proprietário de tudo o que é do seu escravo, sem obrigação alguma para com ele. Então, também neste caso, a palavra «direito» não se aplica.

Para justificar a escravidão, Grotius alega que, tal como um indivíduo particular pode alienar a sua liberdade voluntariamente, para se tornar escravo de um senhor, também um povo pode alienar a sua para tornar-se súbdito de um rei. Mas um povo dar-se gratuitamente, não obtendo nada em troca, nem mesmo a sua subsistência ou a tranquilidade civil (pois um monarca não garante nenhuma das duas), é absurdo e uma manifestação de loucura:

Alienar é dar ou vender. Ora, um homem que se faz escravo de outro não se dá, vende-se, pelo menos em troca de sua subsistência; mas um povo, por que se vende? Longe de prover à subsistência de seus súbditos, o rei apenas tira a sua deles, e, segundo Rabelais, um rei não vive com pouco. Os súbditos, por conseguinte, dão as suas próprias pessoas sob a condição de que se tomem também os seus bens? Não vejo o que lhes resta para conservar.

Dir-se-á que o déspota assegura aos súbditos a tranquilidade civil. Seja. Mas que ganham eles com isso, se as guerras que sua ambição lhes acarreta, se sua insaciável avidez, se os vexames de seu ministério os desolam mais que as próprias dissensões? Que ganham eles, se essa mesma tranquilidade é uma de suas misérias? Vive-se tranquilo também nas masmorras,

¹² ROUSSEAU, 1999b: 9-11.

e isto bastará para que nos sintamos bem nelas? Os gregos encerrados no antro do Ciclope viviam tranquilos ali, esperando a vez de serem devorados.

Dizer que um homem se dá gratuitamente é dizer uma coisa absurda e inconcebível; este ato é ilegítimo e nulo, pelo simples fato de que quem o pratica não está em seu juízo perfeito. Dizer o mesmo de todo um povo é supor um povo de loucos: a loucura não estabelece o direito.

Mesmo que cada um pudesse alienar-se a si mesmo, não poderia alienar os filhos; estes nascem homens e livres; sua liberdade lhes pertence e ninguém, senão eles, tem o direito de dispor dela. Antes de chegarem à idade da razão, o pai, em nome deles, pode estipular as condições para a sua conservação e bem-estar; mas não os dar irrevogável e incondicionalmente, pois tal doação é contrária aos fins da natureza e ultrapassa os direitos da paternidade. Seria necessário, portanto, para que um governo arbitrário fosse legítimo, que em cada geração o povo fosse senhor de admiti-lo ou rejeitá-lo: mas então esse governo já não seria arbitrário.

Renunciar à liberdade é renunciar à qualidade de homem, aos direitos da humanidade, e até aos próprios deveres. Não há nenhuma reparação possível para quem renuncia a tudo. Tal renúncia é incompatível com a natureza do homem, e subtrair toda liberdade a sua vontade é subtrair toda moralidade a suas ações.¹³

Também há quem tente explicar o direito de escravidão com a guerra, pois, segundo esses autores, o vencedor tem o direito de matar o vencido:

Mas é evidente que esse pretenso direito de matar os vencidos não resulta, de modo algum, do estado de guerra. Isto apenas porque os homens, vivendo em sua primitiva independência, não têm entre si uma relação assaz constante para constituir nem o estado de paz nem o estado de guerra; não são naturalmente inimigos. É a relação das coisas, e não dos homens, que produz a guerra, e, como o estado de guerra não pode nascer das simples relações pessoais, mas somente das relações reais, a guerra particular, ou de homem para homem, não pode existir nem no estado natural, em que não há propriedade constante, nem no estado social, em que tudo se acha sob a autoridade das leis.

[...]

A guerra não é, pois, uma relação de homem para homem, mas uma relação de Estado para Estado, na qual os particulares só são inimigos acidentalmente, não como homens, nem mesmo como cidadãos, mas como soldados; não como membros da pátria, mas como seus defensores. Enfim, cada Estado só pode ter por inimigos outros Estados, e não homens, porquanto não se pode estabelecer nenhuma verdadeira relação entre coisas de diversa natureza.

[...]

Sendo o objetivo da guerra a destruição do Estado inimigo, tem-se o direito de matar seus defensores enquanto estiverem de armas na mão; mas no momento em que as depõem e se rendem, cessando de ser inimigos ou instrumentos do inimigo, tornam-se outra vez simplesmente homens e já não se tem direito sobre sua vida. Por vezes, pode-se matar o Estado sem matar um só de seus membros; ora, a guerra não dá nenhum direito que não seja necessário ao seu objetivo.

[...]

Sobre o direito de conquista, não tem ele outro fundamento senão a lei do mais forte. Se a guerra não dá ao vencedor o direito de massacrar os povos vencidos, esse direito, que ele não tem, não pode servir de base ao direito de escravizá-los. Só se tem o direito de matar o inimigo quando não se pode escravizá-lo; o direito de escravizá-lo não decorre, pois, do direito de matá-lo: portanto, é um troca iníqua fazê-lo comprar, ao preço de sua liberdade, sua vida, sobre a qual não se tem direito algum. Quando se funda o direito de vida e de morte no direito de escravidão, e o direito de escravidão no direito de vida e de morte, não está claro que se cai num círculo vicioso?

Mesmo admitindo-se como possível esse terrível direito de tudo matar, digo que um escravo feito na guerra ou um povo conquistado não tem nenhuma obrigação para com seu senhor, salvo obedecê-lo enquanto a isso é forçado. Ao tomar um equivalente a sua vida, o senhor não lhe concedeu graça alguma: em vez de matá-lo sem proveito, matou-o utilmente. Longe, pois, de ter adquirido sobre ele qualquer autoridade além da força, o estado de guerra subsiste entre eles como antes, sua própria relação é um efeito desse estado, e o uso do direito da guerra não supõe nenhum tratado de paz. Fizeram uma convenção; seja: mas essa convenção, longe de destruir o estado de guerra, supõe sua continuidade.

Assim, seja qual for o lado por que se considerem as coisas, o direito de escravizar é nulo, não somente porque ilegítimo, mas porque

¹³ ROUSSEAU, 1999b: 13-15.

absurdo e sem significação. As palavras *escravidão* e *direito* são contraditórias; excluem-se mutuamente. Seja de homem para homem, seja de um homem para um povo, este discurso há de ser sempre igualmente insensato. *Faço contigo uma convenção em que fica tudo a teu encargo e tudo em meu proveito, que observarei enquanto me aprover, e que tu observarás enquanto isso me agradar.*¹⁴

2.2 Do contrato social

De tudo isto, Rousseau conclui que o despotismo não tem legitimidade, pois serve apenas para submeter uma multidão ao interesse particular de um rei; e isso é totalmente diferente de reger uma sociedade. Mas como a sociedade já não se encontra no estado de natureza primitivo, torna-se necessário encontrar um meio para aumentar as forças de cada indivíduo, de modo a que consiga ultrapassar os obstáculos prejudiciais à sua conservação. É aqui que surge o contrato social:

Ora, como os homens não podem engendrar novas forças, mas apenas unir e dirigir as existentes, não têm meio de conservar-se senão formando, por agregação, um conjunto de forças que possa sobrepujar a resistência, aplicando-as a um só móvel e fazendo-as agir em comum acordo.

Essa soma de forças só pode nascer do concurso de muitos; mas, sendo a força e a liberdade de cada homem os primeiros instrumentos de sua conservação, como as empregará sem prejudicar e sem negligenciar os cuidados que deve a si mesmo? Essa dificuldade, reconduzindo ao meu assunto, pode enunciar-se nestes termos:

“Encontrar uma forma de associação que defenda e proteja com toda a força comum a pessoa e os bens de cada associado, e pela qual cada um, unindo-se a todos, só obedeça, contudo, a si mesmo e permaneça tão livre quanto antes.” Este é o problema fundamental cuja solução é fornecida pelo contrato social.

[...]

Bem compreendidas, essas cláusulas [do contrato] se reduzem todas a uma só, a saber, a alienação total de cada associado, com todos os seus direitos, a toda a comunidade. Pois, em primeiros lugar, cada qual dando-se por inteiro, a condição é igual para todos, e, sendo a condição igual para todos, ninguém tem interesse em torná-la onerosa para os demais.

Além disso, como a alienação se faz sem reservas, a união é tão perfeita quanto possível, e nenhum associado tem algo a reclamar, pois, se restassem alguns direitos aos particulares, como não haveria nenhum superior comum capaz de decidir entre eles e o público, cada qual sendo em algum ponto seu próprio juiz, logo pretenderia sê-lo em todos; o estado de natureza subsistiria e a associação se tornaria, necessariamente tirânica ou vã.

Enfim, cada um, dando-se a todos, não se dá a ninguém, e, como não existe um associado sobre o qual não se adquira o mesmo direito que se lhe cede sobre si mesmo, ganha-se o equivalente de tudo o que se perde e mais força para conservar o que se tem.

Se, pois, retirarmos do pacto social o que não é de sua essência, veremos que ele se reduz aos seguintes termos: *Cada um de nós põe em comum sua pessoa e todo o seu poder sob a suprema direção da vontade geral; e recebemos, coletivamente, cada membro como parte indivisível do todo.*

Imediatamente, em vez da pessoa particular de cada contratante, esse ato de associação produz um corpo moral e coletivo composto de tantos membros quantos são os votos da assembleia, o qual recebe, por esse mesmo ato, sua unidade, seu eu comum, sua vida e sua vontade. Essa pessoa pública, assim formada pela união de todas as demais, tomava outrora o nome de *Cidade* [a *polis* grega], e hoje o de *República* ou de *corpo político*, o qual é chamado por seus membros de *Estado* quando passivo, *soberano* quando ativo e *Potência* quando comparado aos seus semelhantes. Quanto aos seus associados, eles recebem coletivamente o nome de *povo* e se chamam, em particular, *cidadãos*, enquanto participantes da autoridade soberana, e *súbditos*, enquanto submetidos às leis do Estado.¹⁵

Deste modo, Rousseau estabelece que o *Estado* é o conjunto dos indivíduos, que são súbditos das leis, e formam o corpo político passivo, representado pelo *Governo*. Neste caso, o *soberano* é o conjunto dos cidadãos enquanto legisladores, que formam o corpo político ativo, e são representados pelo *Príncipe* (que é o todo coletivo). A confusão que estes termos pode gerar é esclarecida nos capítulos seguintes da sua obra. A entrega do cidadão individual à pessoa coletiva, para dela extrair mais força para si mesmo, traduz-se na concordância entre a obediência e a liberdade, que é a essência do corpo político:

¹⁴ ROUSSEAU, 1999b: 15-18.

¹⁵ ROUSSEAU, 1999b: 20-23.

Tão logo a multidão se encontre assim reunida num corpo, não se pode ofender um dos membros sem atacar o corpo, nem, muito menos, ofender o corpo sem que os membros disso se ressintam. Assim, o dever e o interesse obrigam mutuamente, e os mesmos homens devem buscar reunir, sob essa dupla relação, todas as vantagens que dela emanam.

Ora, o soberano, sendo formado apenas pelos particulares que o compõem, não tem nem pode ter interesse contrário ao deles; consequentemente, o poder soberano não tem nenhuma necessidade de garantia em face dos súbditos, porque é impossível que o corpo queira prejudicar todos os seus membros (...).

[...]

A passagem do estado de natureza ao estado civil produz no homem uma mudança considerável, substituindo em sua conduta o instinto pela justiça e conferindo às suas ações a moralidade que antes lhes faltava. Só então, assumindo a voz do dever o lugar do impulso físico, e o direito o do apetite, o homem, que até então não levava em conta senão a si mesmo, se viu obrigado a agir com base em outros princípios e a consultar sua razão antes de ouvir seus penhores. Conquanto nesse estado se prive de muitas vantagens concedidas pela natureza, ganha outras de igual importância: suas faculdades se exercem e se desenvolvem, suas idéias se alargam, seus sentimentos se enobrecem, toda a sua alma se eleva a tal ponto que, se os abusos dessa nova condição não o degradassem amiúde a uma condição inferior àquela de que saiu, deveria bendizer sem cessar o ditoso instante que dela o arrancou para sempre, transformando-o de um animal estúpido e limitado num ser inteligente, num homem.

Reduzamos todo esse balanço a termos de fácil comparação. O que o homem perde pelo contrato social é a liberdade natural e um direito ilimitado a tudo quanto deseja e pode alcançar; o que com ele ganha é a liberdade civil e a propriedade de tudo o que possui. Para que não haja engano a respeito dessas compensações, importa distinguir entre a liberdade natural, que tem por limites apenas as forças do indivíduo, e a liberdade civil, que é limitada pela vontade geral, e ainda entre a posse, que não passa do efeito da força ou do direito do primeiro ocupante, e a propriedade, que só pode fundar-se num título positivo.

Sobre o que precede, poder-se-ia acrescentar à aquisição do estado civil a liberdade moral, a única que torna o homem verdadeiramente senhor de si, porquanto o impulso do mero apetite é escravidão, e a obediência à lei que se prescreveu a si mesmo é liberdade.

[...]

Encerrarei este capítulo e este livro por uma observação que deve servir de base a todo o sistema social: em vez de destruir a igualdade natural, o pacto fundamental substitui, ao contrário, por uma igualdade moral e legítima aquilo que a natureza poderia trazer de desigualdade física entre os homens, e, podendo ser desiguais em força ou em talento, todos se tornam iguais por convenção e de direito.¹⁶

O contrato social é, assim, a abdicação individual e coletiva da lei natural, que tende à desigualdade entre os homens na proporção em que estes progredem, passando para a obediência à lei civil, que é moral e legítima, e que garante a proteção dos direitos individuais. Esta noção foi parte integrante e significativa da Revolução Francesa, que ocorreu poucas décadas depois.

3 DA CABANA PRIMITIVA

3.1 *Do Ensaio Sobre a Arquitetura:* *Marc-Antoine Laugier*

Do mesmo modo que a filosofia política de Rousseau foi determinante para a Revolução Francesa, foi igualmente fundamental para a teoria da arquitetura da mesma época. Seguindo a noção de que é necessário abdicar da lei natural para alcançar a lei civil, estabelecendo um contrato social, assim Marc-Antoine Laugier (1713-1769), estabeleceu uma correspondência entre o homem selvagem e a cabana primitiva, para salientar a necessidade de libertar a arquitetura da arbitrariedade, do mesmo modo que a sociedade deveria ser conduzida pela razão, submetida à lei civil. Esta é a base do seu *Essai sur l'architecture*, de 1753.¹⁷ Na segunda edição de 1755, o autor acrescentou uma gravura de Charles-Dominique-Joseph Eisen, representando a cabana primitiva, que se tornou célebre (Fig. 5). Outra equivalente foi publicada na tradução inglesa, por Samuel Wale (Fig. 6).

¹⁶ ROUSSEAU, 1999b: 24-30. Rousseau acrescenta a este último parágrafo a seguinte nota: «Sob os maus governos, essa igualdade é apenas aparente e ilusória: serve somente para manter o pobre em sua miséria e o rico em sua usurpação. Na realidade, as leis são sempre úteis aos que possuem e prejudiciais aos que nada têm. Donde se segue que o estado social só é vantajoso aos homens na medida em que todos eles têm alguma coisa e nenhum tem demais».

¹⁷ *Essai sur l'architecture*; ou: «Ensaio Sobre a Arquitetura».



Figura 5. Frontispício da segunda edição original (1755) de *Essai sur l'architecture*, de Laugier, por Charles-Dominique-Joseph Eisen. Laugier, 1755c: frontispício.

A preocupação de Laugier, ao publicar o que ele considera ser apenas um ensaio que aponta as *luzes*, mas não pretende solucionar todos os problemas, é a libertação da arquitetura de tudo o que é supérfluo e desnecessário. Por outras palavras, de tudo o que se desvia da natureza, e não serve para dar resposta a uma necessidade humana ou construtiva. Tal era o caso das colunas, que na época tinham perdido a sua função de suporte dos edifícios, e desempenhavam uma função apenas decorativa. O ensaio aborda os princípios que regem a arquitetura, refletindo sobre as leis universais que se mantêm constantes na arquitetura, para nelas basear o que se considera *bom gosto*. Esta questão era até certo ponto novidade, na medida em que era aceite, em geral, que o *bom gosto* era ditado pelos costumes e, portanto, transitório e relativo a cada época. Desse modo, era legítimo a cada arquiteto tomar decisões de modo arbitrário, gerando erros que eram posteriormente copiados, nomeadamente no que dizia respeito às proporções. Para Laugier, a essência da arquitetura é a cabana rústica primitiva, e nela estão contidos

todos os elementos necessários fundamentais da arquitetura: a coluna, o entablamento e o frontão. Tal como Rousseau, imagina o homem primitivo em perfeita sintonia com a natureza, atendendo apenas às suas necessidades naturais. Mesmo o pavimento, o telhado e as paredes são um complemento da estrutura, necessários para abrigar dos elementos, proteger da chuva, do vento, do frio e do calor, etc. E é apenas a estrutura elementar da cabana primitiva que dá resposta às necessidades, tudo o mais sendo supérfluo: janelas, portas, arcadas, pedestais e áticos são acrescentos secundários. Nisto consiste o primeiro capítulo do ensaio:

É com a arquitetura como em todas as outras artes; os seus princípios estão fundados na natureza simples, e nos procedimentos daquela se encontram claramente marcadas as suas regras. Consideremos o homem na sua primeira origem sem outra ajuda, sem outro guia, além do instinto natural das suas necessidades. Falta-lhe um lugar de repouso. Na margem de um riacho tranquilo, ele apercebe-se de um relvado; a sua verdura nascente agrada aos seus olhos, a sua suavidade o convida; ele aproxima-se, e vagarosamente estendido sobre este tapete esmaltado, não pensa em mais do que em usufruir em paz dos dons da natureza: nada lhe falta, ele não deseja nada. Mas rapidamente o ardor do Sol que o queima, o obriga a procurar um abrigo. Ele apercebe-se de uma floresta que lhe oferece a frescura das suas sombras; ele apressa-se a esconder-se na sua espessura, e fica contente. Entretanto mil vapores levantados ao acaso encontram-se e unem-se, nuvens espessas cobrem os ares, uma chuva forte precipita-se como uma torrente sobre esta floresta deliciosa. O homem mal coberto ao abrigo das suas folhas, não sabe mais como se defender de uma humidade incômoda que penetra em toda a parte. Uma caverna se apresenta, ele desliza, e encontrando-se seco, aplaude-se por essa descoberta. Mas novos dissabores o levam ainda a desgostar do seu abrigo. Ele vê-se na escuridão, ele respira um ar insalubre, ele então decide compensar, por sua indústria, as inatencções e as negligências da natureza. O homem quer fazer para si um abrigo que o cubra sem o enterrar. Alguns ramos colhidos na floresta são os materiais próprios para o efeito. Ele escolhe quatro dos mais fortes, que ele eleva perpendicularmente, e que ele dispõe num quadrado. Por cima ele coloca outros quatro na transversal; e sobre estes ele eleva outros inclinados, e que se reúnem nas pontas em duas águas. Esta espécie de telhado é coberta de folhas muito apertadas para que nem o sol, nem a chuva a

consigam penetrar; e eis o homem abrigado. É verdade que o frio e o calor o farão sentir-se incomodado na sua habitação aberta por todos os lados; mas então ele irá preencher os espaços entre os pilares, e se encontrará garantido.

Tal é a caminhada da simples natureza: é à imitação dos seus procedimentos que a arte deve o seu nascimento. A pequena cabana rústica que acabo de descrever, é o modelo sobre o qual imaginámos todas as magnificências da Arquitetura. É reaproximando-nos da execução da simplicidade deste primeiro modelo, que evitamos os defeitos essenciais, que fazemos verdadeiras perfeições. As peças de madeira erigidas perpendicularmente deram-nos a ideia das colunas. As peças horizontais que se apoiam nelas, deram-nos a ideia dos entablamentos. Finalmente as peças inclinadas que formam o telhado, deram-nos a ideia dos frontões: eis o que todos os Mestres da Arte reconheceram. Mas que prestemos bem atenção; jamais princípio foi mais fecundo em consequências. É fácil doravante distinguir as partes que entram essencialmente na composição de uma ordem de Arquitetura, daquelas que foram introduzidas apenas por necessidade, ou que foram adicionadas apenas por capricho. É nas partes essenciais que consistem todas as belezas; nas partes introduzidas por necessidade consistem todas as licenças; nas partes introduzidas por capricho consistem todos os defeitos. Isto exige esclarecimentos: tentarei derramar toda a luz possível.

Não percamos de vista a nossa pequena cabana rústica. Eu não vejo nada além de colunas, um chão ou entablamento, um telhado pontiagudo nas duas extremidades formando cada uma aquilo a que chamamos um frontão. Até aqui nada de arco, muito menos de arcada, nada de pedestal, nada de ático, nem mesmo de porta, nada de janela. Concluo portanto, e digo: em toda a ordem de Arquitetura, existe apenas a coluna, o entablamento e o frontão que podem entrar essencialmente na composição. Se cada uma destas três partes se encontrarem colocadas na situação e com a forma que lhes é conveniente, não será necessário adicionar nada para que a obra seja perfeita. Resta-nos em França um monumento muito belo dos Antigos; aquele a que chamam em Nismes a Maison-Quarrée. Conhecedores e não conhecedores, todo o mundo admira a beleza desse edifício. Porquê? Porque tudo nele é segundo os verdadeiros princípios da Arquitetura. Um quadrado longo onde trinta colunas suportam um entablamento e um telhado rematado nas duas extremidades por um frontão; eis tudo o que

ele é. Este conjunto tem uma simplicidade e uma nobreza que prende todos os olhares.¹⁸



Figura 6. Frontispício da edição inglesa (1755) de *Essai sur l'architecture*, de Laugier, por Samuel Wale. Laugier, 1755b: frontispício.

Assim, tal como Rousseau encontra as origens da desigualdade entre os homens na propriedade, e nas necessidades artificialmente geradas pelo progresso, que levaram à falsidade dos indivíduos pretendendo parecer aquilo que não são para obterem a aprovação alheia, também Laugier encontra na arquitetura os erros gerados pelo capricho privado, e as licenças por vezes excessivas a que levam as necessidades não essenciais. Rousseau propõe um contrato social regido pelas luzes da razão, na qual o cidadão se torna parte ativa da *polis*, abdicando da liberdade natural para receber a liberdade civil, e assim se elevar enquanto ser humano. Do mesmo modo, Laugier apela à rejeição de todas as partes da arquitetura que não são essenciais, para a libertar do artifício, para em

¹⁸ LAUGIER, 1755a: 8-11; LAUGIER, 1755b: 9-14. Tradução livre da autora.

troca obter a verdadeira beleza, que nasce das leis universais, das *luzes* da razão. A partir deste ponto, o arquiteto torna-se obrigado a saber justificar cada componente do seu projeto, que deve existir apenas se for essencial. Tudo o mais é falsa necessidade, ou capricho. E é esta busca dos princípios fundamentais da arquitetura que faz de Laugier o «pai fundador» da teoria da arquitetura moderna.

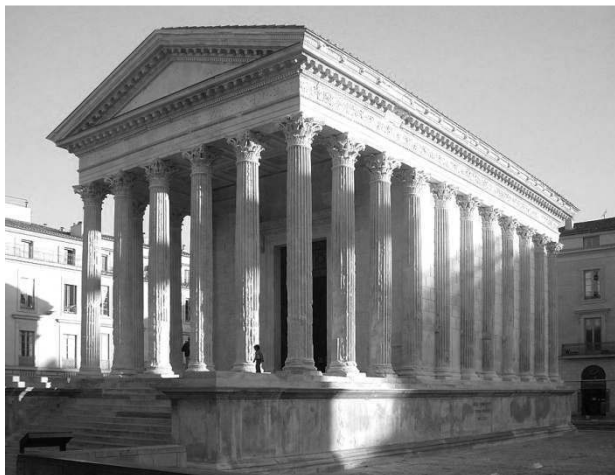


Figura 7. Templo romano chamado *Maison Carrée*, em Nîmes (França), construído entre 19 e 16 a.C., no período do imperador Augusto, e referido por Laugier como um belo exemplo da arquitetura dos Antigos.

Os princípios enunciados por Laugier foram concretizados no Panteão de Paris (*église Sainte-Geneviève*), da autoria do arquiteto Jacques-Germain Soufflot, e construído entre 1757 e 1790 (Fig. 8). No mesmo sentido, influenciou também Jacques-François Blondel, que fundou a sua *École des Arts* em 1743, uma escola privada de arquitetura, na qual foram formados os arquitetos da chamada «geração de visionários»: Étienne-Louis Boullée, Charles de Wailly, Jacques Gondouin, Pierre Patte, Marie-Joseph Peyre, Jean-Baptiste Rondelet e Claude-Nicolas Ledoux (Fig. 9).¹⁹

Na sequência de Rousseau, Laugier, Soufflot, e Blondel, a arquitetura helénica tornou-se a imagem da luta pela democracia, pela igualdade e pela liberdade, de que era símbolo. No templo grego concentrou-se a memória do tempo em que a sociedade gentílica ainda assegurava a fraternidade, em que as *gentes* viviam em cabanas rústicas, e em que a sociedade política acabara de nascer sob a forma de democracia. Deste modo, cada edifício que se assemelhava a um templo grego na Europa da segunda metade do século XVIII, era um apelo à República e à sociedade igualitária.



Figura 8. Panteão de Paris (*église Sainte-Geneviève*), por Jacques-Germain Soufflot (1757-1790).



Figura 9. *Église de la Madeleine*, em Paris (França), da autoria do arquiteto Pierre-Alexandre Vignon, discípulo de Claude-Nicolas Ledoux, e construída entre 1807 e 1828. Originalmente encomendada por Napoleão para ser um templo (*Temple de la Gloire de la Grande Armée*), foi transformada em igreja católica no período de contrarrevolução que se seguiu.

Em suma, recordando que o templo grego é uma evolução da cabana rústica, correspondendo a uma transição da madeira para a pedra, e da escala doméstica para a escala monumental, torna-se evidente que a cabana primitiva é símbolo da lei natural, e o templo grego é símbolo da lei civil.

4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Frampton, Kenneth. 2009. *Historia crítica de la arquitectura moderna*. Traducción de Jorge Sainz. Cuarta edición revisada y ampliada. Barcelona: Gustavo Gili.
- Laugier, Marc-Antoine. 1755a. *Essai sur l'architecture*. Nouvelle édition, revue, corrigée, & augmentée, avec un dictionnaire des termes, et des planches qui en facilitent l'explication. A Paris: Chez Duchesne, Libraire, rue S. Jacques, au-dessous de la Fontaine S. Benoît, au Temple du Goût. <https://archive.org/details/surlarchitecture00laug>

¹⁹ FRAMPTON, 2009: 14.

- Laugier, Marc-Antoine. 1755b. *An Essay on Architecture; in which its true principles are explained, and invariable rules proposed for directing the judgment and forming the taste of the gentleman and the architect, with regard to the different kinds of buildings, the embellishment of cities, and the planning of gardens. Adorned with a frontispiece, designed by Mr. Wale, and curiously engraven.* London: T. Osborne and Shipton. <https://archive.org/details/essayonarchitect00laugrich>
- Laugier, Marc-Antoine. 1755c. *Essai sur l'architecture.* Nouvelle edition, revue, corrigée, & augmentée, avec un dictionnaire des termes, et des planches qui en facilitent l'explication. A Paris: Chez Duchesne, Libraire, rue S. Jacques, au-dessous de la Fontaine S. Benoît, au Temple du Goût. <http://dx.doi.org/10.3931/e-rara-128>
- Panofsky, Erwin. 1955a. *Meaning in the Visual Arts: Papers in and on Art History.* Garden City, New York: Doubleday Anchor Books.
- Panofsky, Erwin. 1955b. «*Et in Arcadia ego: Poussin and the Elegiac Tradition*». In Panofsky, Erwin (1955a), 295-320.
- Rousseau, Jean-Jacques. 1999a. *Discurso Sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade Entre os Homens.* Tradução de Maria Ermantina Galvão; cronologia e introdução de Jacques Roger. 2ª Edição. São Paulo: Martins Fontes.
- Rousseau, Jean-Jacques. 1999b. *O Contrato Social: Princípios do Direito Político.* Tradução de António de Pádua Danesi; revisão de Edison Darci Heldt. 3ª Edição. São Paulo: Martins Fontes.
- Theocritus, Moschus, Bion. 1853. *The Idylls of Theocritus, Bion and Moschus: and the war-songs of Tyrtæus.* Literally translated into English prose by J. Banks, with metrical versions of J. M. Chapman. London: Henry G. Bohn, York Street, Covent Garden.
- Virgil. 1883. *An English Version of the Eclogues of Virgil.* By Samuel Palmer, with illustrations by the author. London: Seeley & Company.

Capítulo 10

Do Helenismo

Com o enaltecimento da beleza ideal da arte grega, Winckelmann deu início ao espírito do helenismo oitocentista. Ao entrelaçar-se com o idealismo platónico, a *nobre simplicidade* e *calma grandeza* da arte grega fez nascer a filosofia da arte. – Na origem, a relação entre a realidade sensível e o inteligível foi delineada por Platão em *Timeu*, e na Antiguidade a noção de Ideia artística foi-se transformando, passando por Cícero, Séneca e Plotino. – Durante a Idade Média até ao Iluminismo a noção de Ideia estética esteve ausente da teoria da arte, mas com Winckelmann ela foi resgatada, tendo-se unido ao Idealismo transcendental de Kant, que reafirmou que *o belo é símbolo do moralmente-bom*. – Partindo da filosofia kantiana, desenvolveu-se o projeto para a educação estética da humanidade, sistematizado por Schiller, que influenciou o pensamento dos arquitetos do revivalismo grego. – A esta tradição na filosofia corresponde o helenismo neoclássico de Boullée, Gilly e Schinkel, que deram origem ao classicismo romântico do século XIX (a tradição da Baukunst e da *Schinkelschüler*) e ao Movimento Moderno do século XX, sendo Ludwig Mies van der Rohe o seu representante mais notável.

1 DA FILOSOFIA DA ARTE

1.1 *Do idealismo: Johann Joachim Winckelmann e Platão*

A receção dos ideais da Revolução Francesa na Alemanha foi imediata, e a par e passo cada nova etapa na filosofia e na arquitetura francesas tiveram repercussão nas suas congéneres alemãs. A figura central foi Johann Joachim Winckelmann (1717-1768),¹ considerado o «pai fundador» da história da arte e da arqueologia moderna. Em 1755 publicou *Gedanken über die Nachahmung der griechischen Werke in der Malerei und Bildhauerkunst*,² e em 1764 a sua obra-prima *Geschichte der Kunst des Alterthums*.³ As suas reflexões tornaram-se a base fundadora do helenismo na Alemanha, que iria durar até ao começo do século XX, tendo influenciado filósofos das gerações seguintes, nomeadamente Kant, Lessing, Schiller, Herder, Goethe, Hölderlin, Heine, Hegel, Nietzsche e Spengler.

Em *Reflexões*, Winckelmann escreveu o parágrafo que se tornou essência do neoclassi-

¹ Johann Winckelmann in Encyclopædia Britannica [em linha]. Encyclopædia Britannica, inc. [consult. 2020-06-08]. Disponível na Internet: <https://www.britannica.com/biography/Johann-Joachim-Winckelmann>.

² *Gedanken über die Nachahmung der griechischen Werke in der Malerei und Bildhauerkunst*; ou «Reflexões Sobre as Obras Gregas na Pintura e na Escultura».

³ *Geschichte der Kunst des Alterthums*; ou: «História da Arte da Antiguidade».

cismo, referindo a célebre estátua *Laocoonte e os seus Filhos* (Fig. 1):

A última e mais eminente característica das obras gregas é uma nobre simplicidade e calma grandeza em Gesto e Expressão. Assim como a profundidade do mar permanece tranquila abaixo de uma superfície que espuma, uma grande alma permanece calma em meio à contenda das paixões nas figuras gregas.

Está na face de Laocoonte esta alma que brilha em todo o esplendor, não limitada contudo à face, em meio aos mais violentos sofrimentos. Dores penetrando cada músculo, cada nervo em esforço; dores que quase sentimos nós próprios, enquanto consideramos – não a face, nem as partes mais expressivas – apenas o ventre contraído pelas dores dilacerantes: estas contudo, digo eu, não se mostram com violência, nem na face nem no gesto.⁴

A apologia da imitação do ideal de belo dos gregos antigos tornou-se chave para o helenismo. Nesta obra viria a basear-se G. E. Lessing (1729-1781) para escrever *Laocoonte, ou Sobre as Fronteiras da Pintura e da Poesia*, de 1766. Da obra de Winckelmann nasceu também a tradição da filosofia da arte, inserida no Idealismo de Platão, entrelaçando o incentivo à imitação da arte grega com a noção de que o Belo, tal como todos os arquétipos, são Ideia de onde nasce a obra sensível. Em *Timeu*, Platão esclarece que a realidade está dividida entre a reali-

⁴ WINCKELMANN, 1765: 30. Tradução livre da autora.

dade inteligível, que só pode ser apreendida pela razão, e a realidade sensível, que é apreendida pela intuição. O que distingue ambas é o devir – *gignomai* –, ou seja, aquilo que é apreendido com o intelecto nunca devém, enquanto aquilo que é apreendido pela intuição devém. Nas palavras de Timeu:

Na minha opinião, temos primeiro que distinguir o seguinte: o que é aquilo que é sempre e não devém, e o que é aquilo que devém, sem nunca ser? Um pode ser apreendido pelo pensamento com o auxílio da razão, pois é imutável. Ao invés, o segundo é objeto da opinião acompanhada da irracionalidade dos sentidos e, porque devém e se corrompe, não pode ser nunca.⁵

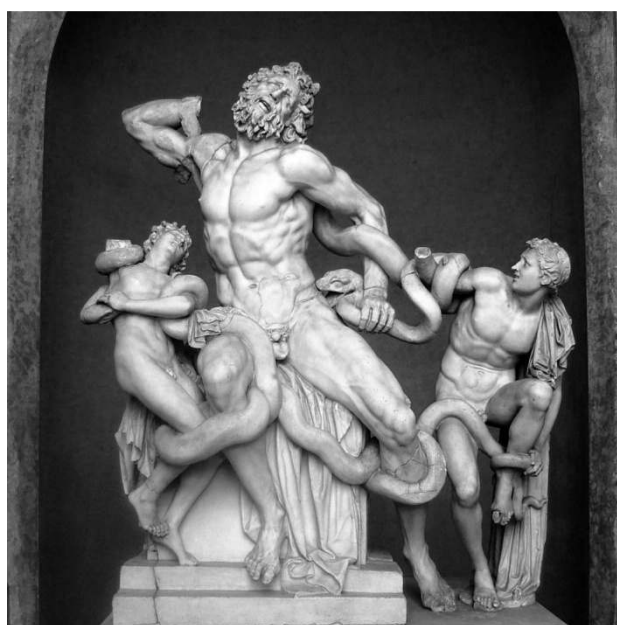


Figura 1. Grupo escultórico conhecido por *Laocoonte e os Seus Filhos*, de ca. 40 a.C., possivelmente cópia de uma original de ca. 140 a.C., redescoberta em 1506. Autoria atribuída por Plínio a três escultores da ilha de Rodes, Agesandro, Atenodoro e Polidoro. Em exposição nos Museus Vaticanos (Roma, Itália).

Tudo quanto existe na realidade material, que pode ser apreendida pelos sentidos – visão, tato, audição, olfato, paladar – é a realidade *sensível*. Mas a realidade sensível é apenas a manifestação, fenómeno, representação, da sua origem, que é uma forma *a priori*, uma Ideia, que é arquétipo – *paradeigma*, a soma de todas as Ideias, que serve de modelo inteligível de racionalidade para a criação. As Ideias não podem ser apreendidas pelos sentidos, apenas pelo intelecto – *nous* – que é a faculdade de inteligir as Ideias, partilhada pelos homens com os deuses (*daimones*) e com a Alma do Mundo

(*Anima Mundi*). Os homens possuem a faculdade de inteligir as Ideias, o que os distingue dos restantes animais e os liga aos deuses, por possuírem uma parte racional e imortal da alma. A realidade daquilo que é Ideia, arquétipo, é portanto a realidade *inteligível*. Se tudo era arquétipo inicialmente, então algo ou alguém – uma causa – tornou as Ideias realidade (*sensível*); segundo Platão, foi o demiurgo – pai e criador do mundo – que deu forma a tudo quanto existe:

Ora tudo aquilo que devém é inevitável que venha por alguma causa, pois é impossível que alguma coisa venha sem o contributo de uma causa. Deste modo, o demiurgo põe os olhos no que é imutável e que utiliza como arquétipo, quando dá a forma e as propriedades ao que cria. É inevitável que tudo aquilo que perfaz deste modo seja belo. Se, pelo contrário, pusesse os olhos no que devém e tomasse como arquétipo algo de veniente, a sua obra não seria bela.⁶

A realidade inteligível, por ser a Idealidade, não está inserida no tempo, porque não tem princípio nem fim, é eterna, e porque não está sujeita ao passar do tempo (como está tudo aquilo que existe na realidade *sensível*), não se corrompe, e é imutável. Quando uma Ideia se torna *sensível*, adquirindo existência material, inevitavelmente passa a estar inserida no tempo, e sujeito à sua passagem – o *devir*. Quando algo adquire existência material, como uma árvore ou uma obra-de-arte, tem início num determinado momento, a partir do qual passa a existir, e ficando sujeito à decadência, é mutável e tende a ter um fim. Assim, diz-se que *deveio* pois veio a existir um dia, passou a existir, deixou de ser apenas Ideia eterna para adquirir existência material. Contudo, a Ideia que lhe deu forma não *deveio*, não deixou de *ser* – não se desvirtuou, não é sequer tocada pelo devir, permanece sempre eterna. Em suma, o que existe no mundo *sensível* é aquilo que devém – *ti to gignomenon* –, aquilo que está sempre em devir; e aquilo que não devém pertence ao inteligível. O que pertence ao inteligível é imutável – *aei kata tauta on, aquilo que é sempre de acordo com o mesmo* –, pois as Ideias estão isentas das oscilações do devir. Inversamente, aquilo que pertence ao mundo *sensível* é apreendido pela irracionalidade dos sentidos – *met'aisthêsêôs alogou doxaston, opinável com o auxílio da percepção sensível privada de razão* –, e por se encontrar em cons-

⁵ PLATÃO, 2011: 93-94. Timeu, 27d, 28a.

⁶ PLATÃO, 2011: 94. Timeu, 28a-b.

tante mutação, só pode ser apreendido pela falibilidade dos sentidos e não por meio da razão, não sendo, portanto, uma fonte de saber estável. Porque aquilo que não devém não está sujeito ao devir, é inalterável – *ôsautós*, nunca se torna «outro» – é sempre de acordo com ele próprio, não deixa de ser o que é; está isento de corrupção por ação do devir, e por isso é imutável; o arquétipo é sempre idêntico a si mesmo, nunca assumindo atributos de outra coisa. E porque aquilo que devém está sujeito ao devir e à mudança, deixa de ser de acordo com ele próprio, deixa de ser o que é, por conseguinte nunca chega a ser verdadeiramente o que é. Por isso Platão afirma que o inteligível é *aquilo que é sempre e não devém*, enquanto o que pertence ao mundo sensível é *aquilo que devém sem nunca ser*.

Se o mundo foi fabricado pelo demiurgo, então o demiurgo terá tomado como modelo aquilo que não devém e é eterno, pois o mundo é a coisa mais bela, e o Belo é Ideia imutável:

Mas ainda quanto ao mundo, temos que apurar o seguinte: aquele que o fabricou produziu-o a partir de qual dos dois arquétipos: daquele que é imutável e inalterável ou do que devém. Ora, se o mundo é belo e o demiurgo é bom, é evidente que pôs os olhos no que é eterno; se fosse ao contrário – o que nem é correcto supor –, teria posto os olhos no que devém. Portanto, é evidente para todos que pôs os olhos no que é eterno, pois o mundo é a mais bela das coisas devenientes e o demiurgo é a mais perfeita das causas. Deste modo, o que deveio foi fabricado pelo demiurgo que pôs os olhos no que é imutável e apreensível pela razão e pelo pensamento.⁷

No mesmo sentido, se cada coisa que existe no mundo sensível é uma cópia do arquétipo, então o que deveio é uma imagem do arquétipo e estabelece com o ser uma relação de verosimilhança e analogia:

Assim sendo, de acordo com estes pressupostos, é absolutamente inevitável que este mundo seja uma imagem de algo. Mas em tudo, o mais importante é começar pelo princípio, de acordo com a natureza. Deste modo, no que diz respeito a uma imagem e ao seu arquétipo, temos que distinguir o seguinte: os discursos explicam aquilo que é seu congénere. Por isso, os discursos claros, estáveis e invariáveis explicam, com a colaboração do intelecto, o que é estável e fixo – e tanto quanto convém aos dis-

curso serem irrefutáveis e insuperáveis, em nada devem afrouxar esta relação. Em relação aos que se reportam ao que é copiado do arquétipo, por se tratar de uma cópia, estabelecem com essa cópia uma relação de verosimilhança e analogia; conforme o ser está para o devir, assim a verdade está para a crença.⁸

Por conseguinte, num discurso, o ser corresponde à verdade e o devir corresponde à crença, pois a verdade é eterna e imutável, enquanto a crença está sujeita à mudança.

Platão, nas palavras de Timeu, acrescenta ainda que o demiurgo era bom e quis que tudo no mundo sensível fosse, o mais possível, semelhante a ele; e assim deu ordem à desordem, fabricando o mundo para ser Bom, e por isso o mundo é Belo:

Digamos, pois, por que motivo aquele que constituiu o devir e o mundo os constituiu. Ele era bom, e no que é bom jamais nasce inveja de qualquer espécie. Porque estava livre de inveja, quis que tudo fosse o mais semelhante a si possível. Quem aceitar de homens sensatos que esta é a origem mais válida do devir e do mundo estará a aceitar o raciocínio mais acertado. Na verdade, o deus quis que todas as coisas fossem boas e que, no que estivesse à medida do seu poder, não existisse nada imperfeito. Deste modo, pegando em tudo quanto havia de visível, que não estava em repouso, mas se movia irregular e desordenadamente, da desordem tudo conduziu a uma ordem por achar que esta é sem dúvida melhor do que aquela. Com efeito, a ele, sendo supremo, foi e é de justiça que outra coisa não faça senão o mais belo.⁹

Não obstante a importância do Belo para o idealismo de Platão, na prática não é favorável aos artistas, nem à produção artística, pois coloca a arte como sendo menor que a natureza, reduzindo-a a uma mera imitadora. Se a verdadeira natureza é a natureza inteligível, e o mundo é imagem do inteligível, então o escultor e o pintor encontram-se, neste sentido, limitados a imitar a Ideia, que se desvirtua inevitavelmente quando adquire existência sensível. Assim, as obras-de-arte criadas pelos homens só podem, no seu melhor, simular com inexatidão e de modo enganador o que é verdadeiramente belo (que são as Ideias), empequenecendo o que é grande, e ao dar forma à matéria que se assemelha ao que é verdadeiro, engrandece o que é

⁷ PLATÃO, 2011: 95-96. Timeu, 28c, 29a.

⁸ PLATÃO, 2011: 96. Timeu, 29b-c.

⁹ PLATÃO, 2011: 97-98. Timeu, 29d-e, 30a-b.

pequeno, apenas enganando a visão e os sentidos, e provocando confusão na alma.¹⁰

Na sequência, Cícero (106-43 a.C.)¹¹ modificou essa noção e resgatou a nobreza do esforço do artista criador, alegando que, apesar de toda a criação humana estar condenada a ficar aquém do modelo arquetípico, da Ideia, a beleza da obra criada é mais do que uma simples imitação falaciosa, enganadora dos sentidos. A obra, no entender de Cícero, nasce do protótipo sublime de beleza que está guardado no espírito do artista, e que o artista pode fixar com a sua visão interior; mesmo não conseguindo transmitir à obra toda a perfeição dessa imagem interior, a beleza da obra é assim superior à cópia de uma realidade agradável aos sentidos, e a própria obra é distinta de um simples reflexo de uma verdade que só se pode conhecer por meio do intelecto. Se para Platão, a arte só pode aspirar a ser, no seu melhor, uma ilusão perfeita, sempre aquém da natureza, para Cícero a arte é superior à natureza. E se a imagem da perfeita beleza reside no espírito do artista, então para o escultor não faz sentido imitar um modelo real para esculpir as figuras dos deuses, pois nenhum homem real está livre de imperfeições, não podendo ser tão perfeito e belo quanto o próprio Zeus, que é apenas inteligível. Para alcançar o mais possível a Ideia, o escultor necessita reunir numa mesma escultura os aspectos mais perfeitos de vários homens de beleza e constituição física excepcionais, para então dar forma à matéria. Deste modo, o artista deixou de ser apenas um humilde imitador da natureza, e tornou-se também seu rival, um rival independente com livre faculdade criadora, que chega a corrigir as falhas da natureza. Com esta transição, a obra-de-arte tornou-se síntese entre a Forma (ideal) e a Matéria (física). Ao criar a obra-de-arte, o artista introduz na matéria a forma (Ideia) que existe na sua alma, e a matéria é elevada, distinguindo-se a obra-de-arte como superior à restante natureza, porque a sua forma, antes de penetrar na matéria, existe na alma humana. Deste modo, Cícero encontrou um equilíbrio entre Platão e Aristóteles.¹²

Esta fórmula de Cícero, contudo, levantou outra questão: se a imagem íntima, interna da alma do artista, é o objeto da arte, então pode ser apenas uma representação que habita no espírito do artista, e a sua perfeição, que é

suposto superar as imperfeições da realidade material, deixa de estar garantida. Esta é a visão de Séneca (4 a.C. – 65 d.C.),¹³ para quem essa imagem íntima não é Ideia, mas representação artística; para o neoplatonismo, a perfeição da imagem íntima é legitimada metafisicamente. Para Aristóteles, a obra-de-arte tem quatro *causas*: a matéria, *da qual surge*; o artista, *por meio do qual surge*; a forma, *na qual surge*; e a finalidade, *por cujo motivo surge* (seja pelo lucro, pela glória, ou a devoção religiosa). Platão acrescenta a estas quatro *causas* uma quinta, que é a Ideia, o modelo exemplar. Para Séneca, não é relevante se a Ideia artística está fora do artista e que este dirija o seu olhar para ela, ou se está dentro do artista, como algo que ele mesmo concebeu e ali colocou. Neste caso, o objeto representado e a representação coincidem inteiramente. No sentido contrário, a imagem íntima interna, que é objeto da arte, só pode ser perfeita se for distinta das demais representações, sendo a sua perfeição justificada metafisicamente; esta é a versão de Plotino (205-270 d.C.),¹⁴ que considera que *Fídias não criou o seu Zeus segundo uma realidade visível, mas tal como o próprio Zeus apareceria se quisesse manifestar-se diante dos nossos olhos*. Deste modo, Plotino introduziu a noção de que o artista tem uma *visão* viva da Ideia, sendo que esta Ideia é distinta das demais representações da consciência humana, por ser metafísica, transcendental e supra-individual. Para Plotino, o espírito artístico torna-se, assim, próximo da essência, levando o artista a partilhar da força criadora do Uno Absoluto. Ao criar a obra-de-arte, o artista introduz a forma ideal na matéria, superando a sua inércia bruta, dando-lhe *vida*, e nisto consiste a sua beleza. Ao contemplar a obra-de-arte, é possível apenas ver a imagem sensível, que é manifestação imperfeita da Ideia, mas a visão interior é dirigida para a perfeição da idealidade; a obra-de-arte abre a visão para o inteligível, e ao mesmo tempo cobrindo-a com um *véu*.¹⁵

Durante a Idade Média, o Renascimento e o Maneirismo a noção platónica da Ideia de bele-

¹³ *Seneca (Lucius Annaeus Seneca)* in Encyclopædia Britannica [em linha]. Encyclopædia Britannica, inc. [consult. 2020-06-08]. Disponível na Internet: <https://www.britannica.com/biography/Lucius-Annaeus-Seneca-Roman-philosopher-and-statesman/Stature-and-influence>.

¹⁴ *Plotinus* in Encyclopædia Britannica [em linha]. Encyclopædia Britannica, inc. [consult. 2020-06-08]. Disponível na Internet: <https://www.britannica.com/biography/Plotinus>.

¹⁵ PANOFKY, 1989: 23-31.

¹⁰ PANOFKY, 1989: 13-15.

¹¹ *Marcus Tullius Cicero* in Encyclopædia Britannica [em linha]. Encyclopædia Britannica, inc. [consult. 2020-06-05]. Disponível na Internet: <https://www.britannica.com/biography/Cicero>.

¹² PANOFKY, 1989: 17-22.

za foi esquecida, tornando-se omissa na teoria da arte. Embora o Neoplatonismo de Marsilio Ficino tenha recuperado na filosofia a noção de Ideia, só no Classicismo foi retomada na teoria da arte, por Giovanni Pietro Bellori, no seu tratado *La Idea del Pittore, dello Scultore e dell Architetto*, de 1644. Na introdução, Bellori disserta sobre como o espírito criador eterno gera as imagens originais e os modelos – ou seja, as Ideias – de todas as criaturas. Enquanto as esferas celestes expressam essas Ideias com pureza e beleza absolutas, os objetos terrenos aparecem como imagens deformadas e impuras dessas Ideias, por causa da irregularidade da matéria. Deste modo, as criaturas humanas são frequentemente inclinadas à fealdade e à deformidade. Por conseguinte, compete ao artista imitar o Artista Supremo, trazendo dentro de si uma imagem pura da Beleza, segundo a qual possa «corrigir» a natureza. É essa imagem pura da Beleza, segundo Bellori, é formada no espírito do artista através da contemplação da realidade sensível, devolvendo depois o modelo à natureza; neste sentido, a Ideia artística provém da natureza e da sua contemplação, e da seleção entre os exemplos mais belos, surge no espírito o modelo que supera a natureza e a beleza natural, sua origem, e é o modelo para a arte. Com esta passagem, Bellori encontrou um meio-termo entre as teorias dos «naturalistas» que defendiam a imitação fiel da natureza, incluindo os seus defeitos na representação, sem extraírem da contemplação da natureza qualquer ideia, e as teorias «maneiristas» que desprezavam o estudo da natureza, reduzindo a produção artística a um exercício simples de execução de uma Ideia, mesmo que de algum modo desconexa da realidade sensível. Neste sentido, a teoria de Bellori foi precursora da doutrina da «Beleza Ideal» de Winckelmann.¹⁶

Em *História da Arte da Antiguidade*, Winckelmann discorre sobre a Ideia de Beleza entre os gregos antigos, e afirma como Bellori que a Ideia de Belo é *a posteriori*, isto é, resultado da contemplação da natureza e da realidade sensível, o que se distancia de Platão, que considera que as Ideias são *a priori*, dadas de antemão pela mente, permitindo o conhecimento da realidade sensível. Sobre a beleza ideal, Winckelmann conclui que:

A beleza mais elevada está em Deus; e a nossa ideia de beleza humana avança no sentido da perfeição em proporção com a capacidade de ser imaginada em conformidade e harmonia com essa Existência mais elevada que, na nossa

conceção de unidade e indivisibilidade, distinguimos da matéria. Esta ideia de beleza é como uma essência extraída da matéria pelo fogo (...).

[...]

Toda a beleza é elevada pela unidade e pela simplicidade, tal como o é tudo o que fazemos e dizemos; pois tudo o que é grandioso em si mesmo é elevado, quando executado e proferido com simplicidade. Não é mais estritamente circunscrito, nem perde nenhuma da sua grandeza, porque a mente consegue pesquisá-lo e medi-lo num golpe de vista, e compreendê-lo e abrangê-lo numa só ideia; mas a mesma prontidão com que pode ser abrangido coloca-o perante nós na sua verdadeira grandeza, e a mente é ampliada, e igualmente elevada, pela compreensão dele. Tudo o que temos de considerar em partes separadas, ou que não podemos pesquisar de imediato, por causa do número de partes que o constituem, perde assim uma parte da sua grandeza, tal como uma estrada é encurtada por diversos objetos apresentando-se ao longo da mesma, ou por várias estalagens onde se pode fazer uma paragem. A harmonia que arrebatava a alma não consiste em arpejos, e notas atadas e arrastadas, mas em tons simples e prolongados. Esta é a razão pela qual um grande palácio parece pequeno, quando é sobrecarregado de ornamento, e uma casa parece grande quando é elegante e simples no seu estilo.

[...]

Da unidade resulta outro atributo da beleza elevada, a ausência de individualidade; ou seja, as suas formas não são descritas por pontos nem por linhas que não sejam aquelas que moldam apenas a beleza, e conseqüentemente produzem uma figura que não é nem específica de nenhum indivíduo em particular, nem expressa nenhum estado de espírito ou afeição das paixões, porque estas misturam consigo linhas estranhas, e desfiguram a unidade. De acordo com esta ideia, a beleza deve ser como a água da melhor qualidade, bebida da própria fonte; quanto menos sabor tiver, mais saudável é considerada, porque estar livre de qualquer tipo de mistura externa. Tal como o estado de felicidade – isto é, a ausência de tristeza, e o prazer da satisfação – é o estado mais fácil na natureza, e a estrada que a ela conduz é a mais direta, e pode ser percorrida sem dificuldade e sem custo, também a ideia de beleza parece ser a mais simples e a mais fácil, não exigindo qualquer conhecimento filosófico do homem,

¹⁶ PANOFSKY, 1989: 96-101.

nenhuma investigação e nenhuma expressão das paixões da sua alma.¹⁷

Com esta dissertação, que ajudou a consolidar a noção de Beleza Ideal, Winckelmann, por sua vez, abriu caminho para a filosofia da arte, que viria a ser estabelecida solidamente por Immanuel Kant, nomeadamente com a publicação da *Crítica da Faculdade do Juízo*. De Winckelmann, o helenismo neoclássico adquiriu a noção de que a arte deveria ser bela, nascida do ideal – por contemplação da natureza se deveriam reter no espírito as partes mais perfeitas, que unidas num todo na imaginação formariam uma imagem – a Ideia. E igualmente importante, Winckelmann introduziu o conceito de que a apreensão da beleza, causando arrebatamento na alma, amplia e eleva a mente. A *nobre simplicidade* e a *calma grandeza* da arte grega tornaram-se, assim, a meta mais elevada para os artistas da época, e os arquitetos não foram exceção. Mas a imitação da forma para a recriação da época – o *pastiche* – não era o pretendido; a época das Luzes tinha o seu próprio programa ideológico, ao qual se uniu oportunamente o estilo helénico. Às etapas seguintes correspondem a afirmação do belo como símbolo do moralmente-bom, e consequentemente o projeto para a educação estética do Homem.

2 DO BELO SOMO SÍMBOLO DO MORALMENTE-BOM

2.1 Da Crítica da Faculdade do Juízo Estético: Immanuel Kant

Na *Crítica da Faculdade do Juízo*,¹⁸ de 1790, Immanuel Kant (1724-1804)¹⁹ aprofundou a relação entre símbolo e o seu arquétipo, com a noção de que a beleza é símbolo da moralidade. Para o efeito esclarece que na filosofia transcendental existe uma distinção entre ideias e conceitos do entendimento, sendo que:

Ideias, na significação mais geral, são representações referidas a um objeto de acordo com um certo princípio (subjeto ou objetivo), na

medida em que elas jamais podem tornar-se um conhecimento desse objeto. Elas são referidas ou a uma intuição segundo um princípio simplesmente subjeto da concordância das faculdades de conhecimento entre si (da imaginação e do entendimento), e então se chamam ideias estéticas, ou a um conceito segundo um princípio objetivo, sem contudo poderem jamais fornecer um conhecimento do objeto, e chamam-se ideias da razão; neste caso, o conceito é um conceito *transcendente*, que se distingue do conceito do entendimento, ao qual sempre pode ser atribuída uma experiência que lhe corresponda adequadamente e que por isso se chama *imanente*.²⁰

Portanto, perante o que existe no mundo sensível e é objetivo, as ideias são representações, pois, no sentido inverso, a cada coisa que existe lhe corresponde uma ideia. Mas as ideias não podem tornar-se conhecimento de um objeto, pois são referidas a uma intuição (e são ideias estéticas), ou a um conceito transcendente (e são ideias da razão), que é um conceito ao qual não pode ser atribuída uma experiência empírica. Ou seja:

Conceitos do entendimento enquanto tais têm que ser sempre demonstráveis (se por demonstrar entender-se, como na anatomia, simplesmente o *exibir*); isto é, o objeto correspondente a eles tem que poder ser sempre dado na intuição (pura ou empírica), pois unicamente através dela eles podem tornar-se conhecimentos. O conceito de *grandeza* pode ser dado na intuição espacial *a priori*, por exemplo, de uma linha reta; o conceito de *causa*, na impenetrabilidade, no choque dos corpos etc. Por conseguinte, ambos podem ser provados por uma intuição empírica, isto é, o pensamento respectivo pode ser mostrado (demonstrado, apresentado) em um exemplo; e este tem que poder ocorrer, do contrário não se está seguro se o pensamento é vazio, isto é carente de qualquer *objeto*.²¹

A ideia não pode tornar-se conhecimento porque, ou é uma intuição à qual não corresponde um conceito, ou porque contém um con-

¹⁷ WINCKELMANN, 1850: 43-45. História da Arte da Antiguidade, Parte I, Capítulo II, §22 e §23. Tradução livre da autora.

¹⁸ *Kritik der Urteilskraft*; ou: «Crítica da Faculdade do Juízo».

¹⁹ *Immanuel Kant* in Encyclopædia Britannica [em linha]. Encyclopædia Britannica, inc. [consult. 2020-06-08]. Disponível na Internet: <https://www.britannica.com/biography/Immanuel-Kant>.

²⁰ KANT, 1995: 186. Crítica da Faculdade do Juízo, Primeira Parte: Crítica da Faculdade de Juízo Estético, Segunda Secção: Dialética da Faculdade de Juízo Estética, §57: Resolução da antinomia do gosto, Observação I.

²¹ KANT, 1995: 187. Crítica da Faculdade do Juízo, Primeira Parte: Crítica da Faculdade de Juízo Estético, Segunda Secção: Dialética da Faculdade de Juízo Estética, §57: Resolução da antinomia do gosto, Observação I.

ceito do supra-sensível ao qual não pode corresponder uma intuição. Nas palavras de Kant:

Uma *ideia estética* não pode tornar-se um conhecimento porque ela é uma intuição (da faculdade da imaginação), para a qual jamais se pode encontrar adequadamente um conceito. Uma *ideia da razão* jamais pode tornar-se conhecimento, porque ela contém um *conceito* (do supra-sensível) ao qual uma intuição jamais pode ser convenientemente dada.

Ora, eu creio que se possa chamar a ideia estética de uma representação *inexponível* da faculdade da imaginação, a ideia da razão, porém, um conceito *indemonstrável* da razão. De ambas pressupõe-se que não sejam geradas como que infundadamente, mas (de acordo com a explicação anterior de uma ideia em geral) conformemente a certos princípios das faculdades de conhecimento, aos quais elas pertencem (aquela aos princípios subjetivos, esta aos objetivos).²²

Na criação artística, o gênio é explicado pela faculdade de ideias estéticas, pois o belo não pode ser captado sob regras ou conceitos, mas tem de ser ajuizado segundo a disposição da faculdade da imaginação:

(...) Podemos explicar o *gênio* também pela faculdade de *ideias estéticas*, com o que é ao mesmo tempo indicada a razão pela qual em produtos do gênio a natureza (do sujeito) e não um fim refletido dá a regra à arte (à produção do belo). Pois, visto que o belo não tem de ser ajuizado segundo conceitos mas segundo a disposição, conformemente a fins, da faculdade da imaginação à concordância com a faculdade dos conceitos em geral: assim, regra e prescrição não podem servir de padrão de medida subjetivo àquela conformidade a fins estética porém incondicionada na arte bela, que legitimamente deve reivindicar ter de aprazer a qualquer um, mas somente o pode aquilo que no sujeito é simples natureza e não pode ser captado sob regras ou conceitos, isto é, o substrato supra-sensível de todas as suas faculdades (o qual nenhum conceito do entendimento alcança), conseqüentemente, aquilo em referência ao qual o fim último dado pelo inteligível à nossa natureza é tornar concordantes todas as nossas faculdades de conhecimento. Somente assim é também possível que um princípio subjetivo e

contudo universalmente válido encontre-se como fundamento dessa conformidade a fins, à qual não se pode prescrever nenhum princípio objetivo.²³

Por outras palavras, a beleza não é determinada por regras – como proporção, harmonia, simetria – nem por conceitos, porque a experiência estética não pode ser reduzida a conceitos, dado que nenhum conceito do entendimento alcança a arte bela. A experiência do Belo só é possível por meio da intuição da faculdade da imaginação, que faz a correspondência com a Ideia. Assim, a obra-de-arte não pode ser *objetivamente* bela, isto é, a sua beleza não está no seu corpo material sensível – que é objeto – nem pode ser demonstrada empiricamente. As características do objeto que é obra-de-arte podem, isso sim, remeter para a Ideia, recorrendo à regra – proporção, harmonia, simetria – que por sua vez gera a intuição da faculdade da imaginação, remetendo para o Belo, que só existe na idealidade, é apenas inteligível, não podendo ser apreendido pelos sentidos.

Quando as intuições são submetidas a conceitos *a priori* e contêm apresentações diretas do conceito, então diz-se que são *esquemas*; quando as intuições são submetidas a conceitos *a priori* e contêm apresentações indiretas do conceito, são designadas por símbolos. Os *esquemas* contêm apresentações diretas do conceito demonstrativamente (a percepção sensorial de uma cadeira remete diretamente para o conceito *a priori* de cadeira, o que permite o seu conhecimento). Os *símbolos* fazem a apresentação indireta do conceito mediante uma analogia, para a qual contribuem as intuições empíricas. No símbolo:

(...) A faculdade do juízo cumpre uma dupla função: primeiro de aplicar o conceito ao objeto de uma intuição sensível e então, segundo, de aplicar a simples regra da reflexão sobre aquela intuição a um objeto totalmente diverso, do qual o primeiro é somente o símbolo. Assim, um estado monárquico é representado por um corpo animado, se ele é governado segundo leis populares internas, mas por uma simples máquina (como porventura um moinho), se ele é governado por uma única vontade absoluta, em ambos os casos, porém, só *simbolicamente*. Pois entre um Estado despótico e um moinho não há na verdade nenhuma semelhança, mas

²² KANT, 1995: 187. Crítica da Faculdade do Juízo, Primeira Parte: Crítica da Faculdade de Juízo Estético, Segunda Secção: Dialética da Faculdade de Juízo Estética, §57: Resolução da antinomia do gosto, Observação I.

²³ KANT, 1995: 189. Crítica da Faculdade do Juízo, Primeira Parte: Crítica da Faculdade de Juízo Estético, Segunda Secção: Dialética da Faculdade de Juízo Estética, §57: Resolução da antinomia do gosto, Observação I.

certamente entre as regras de refletir sobre ambos e sua causalidade.²⁴

Na sequência do seu raciocínio, Kant conclui que o belo é símbolo do moralmente-bom. Esta analogia possui os seguintes elementos: 1) o belo apraz *imediatamente* (mas somente na intuição reflexiva, não como a moralidade no conceito); 2) o belo apraz independentemente de todo interesse; 3) a *liberdade* da faculdade da imaginação é representada no ajuizamento do belo como concordante com a legalidade do entendimento; 4) o princípio subjetivo do ajuizamento do belo é representado como *universal*, isto é, como válido para qualquer um, mas não como cognoscível por algum conceito universal. O gosto permite, portanto, a passagem dos sentidos (e da experiência sensorial) para o interesse moral (sem experiência sensorial). Uma vez que o moralmente-bom existe na idealidade, o seu conhecimento não pode ser direto, mas apenas através do belo, que é o seu símbolo. No sentido inverso, o moralmente-bom é a representação do belo. Kant explicita:

A consideração desta analogia é também habitual ao entendimento comum; e nós frequentemente damos a objetos belos da natureza ou da arte nomes que parecem pôr como fundamento um ajuizamento moral. Chamamos edifícios ou árvores de majestosos ou sumptuosos, ou campos de risonhos e alegres, mesmo cores são chamadas de inocentes, modestas, ternas, porque elas suscitam sensações que contêm algo analógico à consciência de um estado de ânimo produzido por juízos morais. O gosto torna, por assim dizer, possível a passagem do atrativo dos sentidos ao interesse moral habitual sem um salto demasiado violento, na medida em que ele representa a faculdade da imaginação como determinável também em sua liberdade como conforme a fins para o entendimento e ensina a encontrar com complacência livre, mesmo em objetos dos sentidos e sem um atrativo dos sentidos.²⁵

Deste modo, Kant consolidou a filosofia da arte, e recuperou plenamente a noção original de Ideia de Platão – *a priori*. Conjugando

²⁴ KANT, 1995: 196-197. Crítica da Faculdade do Juízo, Primeira Parte: Crítica da Faculdade de Juízo Estético, Segunda Secção: Dialética da Faculdade de Juízo Estética, §59: Da beleza como símbolo da moralidade.

²⁵ KANT, 1995: 198-199. Crítica da Faculdade do Juízo, Primeira Parte: Crítica da Faculdade de Juízo Estético, Segunda Secção: Dialética da Faculdade de Juízo Estética, §59: Da beleza como símbolo da moralidade.

Winckelmann – com a noção de que a apreensão da beleza a mente se amplia e eleva, sem esforço – e Kant – com a noção de que, através da experiência estética, o ser humano se eleva da necessidade natural para a necessidade moral, igualmente sem esforço, nasceu a ideia de educar a humanidade através da estética, promovendo a elevação moral dos indivíduos, de um modo totalmente diverso da religião, com o propósito de os conduzir à liberdade. A este programa Schiller, e os seus contemporâneos, denominaram a *educação estética da Humanidade*.

2.2 Sobre a Educação Estética da Humanidade: Friedrich Schiller

Em continuidade com a filosofia kantiana, Friedrich von Schiller (1759-1805)²⁶ publicou em 1795 uma série de cartas no seu jornal literário *Die Horen*, inicialmente escritas em 1793 em agradecimento a Friedrich Christian von Augustenburg, dando origem a uma compilação conhecida por *Sobre a Educação Estética da Humanidade Numa Série de Cartas*.²⁷ No seguimento da Revolução Francesa, as notícias que chegavam a Weimar²⁸ sobre o terror que se seguiu, causaram desapontamento entre os intelectuais, que assistiam à dificuldade do povo francês em instaurar uma república e uma forma de governo justa e estável. Dececionado, Schiller escreveu as *Cartas* com o propósito de apontar um caminho que deveria ser percorrido antes de ser possível a implementação de uma democracia, pois o povo necessitava de instrução e formação para poder compreender a necessidade de lutar pelos seus direitos e exercer os seus deveres. Neste sentido, a educação da Humanidade deveria ser estética, pois como afirmaram Winckelmann e Kant, pela Beleza se elevam os seres humanos à necessidade moral com o menor esforço, *sem um salto demasiado violento*. A ideia central é a de que a liberdade só pode ser alcançada através da beleza, sendo essa a solução para o problema político. Tal como Rousseau, Schiller entende que o ser humano no Estado natural é prisioneiro das

²⁶ Friedrich Schiller in Encyclopædia Britannica [em linha]. Encyclopædia Britannica, inc. [consult. 2020-06-08]. Disponível na Internet: <https://www.britannica.com/biography/Friedrich-Schiller>.

²⁷ *Über die ästhetische Erziehung des Menschen*; ou: «Sobre a Educação Estética da Humanidade».

²⁸ Weimar era a capital do Ducado de Sachsen-Weimar, um dos Estados do Sacro Império Romano-Germânico, atualmente na região da Turíngia, na Alemanha.

suas necessidades físicas e de forças que atuam segundo a *lei do mais forte*, pois as leis da natureza são violentas. Cabe ao Homem elevar-se à lei da razão, para se tornar livre:

A natureza não trata melhor o homem que suas demais obras: age em seu lugar onde ele ainda não pode agir por si mesmo como inteligência livre. O que o faz homem, porém, é justamente não se bastar com o que dele a natureza fez, mas ser capaz de refazer regressivamente com a razão os passos que ela antecipou nele, de transformar a obra da privação em obra de sua livre escolha e de elevar a necessidade física à necessidade moral.²⁹

Aplicado a todo um povo, esta transição corresponde à passagem do Estado natural (onde o corpo político deriva de forças e não de leis) para o Estado ético (onde a razão submete tudo às leis, para assim conceder a liberdade). Contudo, o ser humano está sujeito tanto às exigências da razão, que pede unidade, como às da natureza, que quer multiplicidade. Daí resulta que um Estado não deve sacrificar o natural para afirmar o caráter ético, o que gera uma cultura precária. Um Estado não deve apenas produzir a unidade através da supressão da multiplicidade – honrando o caráter objetivo e genérico nos indivíduos – mas deve igualmente respeitar o sentimento inextinguível e o que é natural – honrando o caráter subjetivo e específico nos indivíduos. Por outras palavras, a elevação de um povo a uma sociedade governada por leis, assim regida pela razão, tende a anular a multiplicidade e o que é particular e subjetivo, pois as Ideias são universais, objetivas, impessoais; e os indivíduos são também parte integrante da natureza, que se manifesta nas características individuais, na subjetividade e no sentimento. Para ser salutar, uma cultura deve atender a ambas as exigências – tanto da razão como da natureza – num equilíbrio entre a unidade que suprime a multiplicidade para a submeter à razão, e a multiplicidade que concede o sentimento e a diversidade. Quando os sentimentos imperam sobre os princípios, o Homem é selvagem; despreza a arte e reconhece apenas a natureza como sua soberana. Quando os princípios destroem os seus sentimentos, o Homem é bárbaro, escarnecendo e desonrando a natureza. O Homem é cultivado quando faz da natureza uma amiga e honra a sua liberdade, apenas pondo rédeas ao seu arbítrio. Porque a articulação entre a razão e a natureza é difícil, mas

absolutamente vital para os seres humanos, o problema não é político, podendo apenas ser resolvido pela cultura, em particular através da experiência estética.³⁰

Em continuidade com Platão e Kant, Schiller reconhece a noção de que a cada criatura viva corresponde uma Ideia, *a priori*, que é eterna e imutável – à qual chamou *pessoa*, que é o si mesmo, aquilo que permanece e perdura, sem se modificar. E como a *pessoa* só existe se for fenómeno, isto é, se vier a ser na realidade sensível, então o Homem fica sujeito à mudança e à modificação, designando Schiller por *estado* aquilo que no ser humano é mutável e se modifica, que são as determinações. Dado que o *estado* é a manifestação sensível da *pessoa*, assim como tudo o que existe materialmente é imagem das Ideias, então é o devir – o tempo – que determina que a pessoa nunca devém; e como o estado devém, isto é, vem a ser, ficando sujeito à mudança e à alternância, então pode-se considerar que a pessoa é o seu próprio fundamento, e que o estado é causado pelo tempo. Assim, o Homem é simultaneamente pessoa e estado, sendo ambos *eternamente dois no ser finito*, sem que um possa ser fundado no outro:

Por mais que a pessoa perdure, alterna-se o estado, e em toda alternância do estado, perdura a pessoa.

[...]

Por distinguirem-se no homem, enquanto ser finito, a pessoa e o estado, não se pode fundar o estado na pessoa nem a pessoa no estado. Fosse esse último o caso, a pessoa teria de modificar-se. Fosse o primeiro, o estado teria de perdurar; em qualquer um dos casos, portanto, a personalidade ou o estado cessariam.

[...]

A pessoa, pois, tem de ser seu próprio fundamento, já que o permanente não pode provir da modificação; teríamos assim, inicialmente, a ideia do ser absoluto fundado em si mesmo, isto é, a liberdade. O estado tem de possuir um fundamento; tem de ser *causado*, já que não é por meio da pessoa, vale dizer, já que não é absoluto; teríamos assim, em segundo lugar, o *tempo*, a condição de todo o ser ou vir a ser dependente. O tempo é a condição de todo o vir a ser; esta é uma proposição idêntica, pois não diz mais que: a sequência é a condição de que algo se siga.

A pessoa, que se revela no *eu* que perdura eternamente, e só nele, não pode vir a ser, não pode começar no tempo, porque, inversamen-

²⁹ SCHILLER, 2002: 23. Sobre a Educação Estética da Humanidade, Carta III.

³⁰ SCHILLER, 2002: 27-30. Sobre a Educação Estética da Humanidade, Carta IV.

te, é nela que tem início o tempo, pois algo que perdure tem de repousar como fundamento da alternância.

[...]

Não é objeção dizer que o homem vem a ser primeiro, pois ele não é meramente pessoa, mas pessoa que se encontra num estado determinado. Todo estado e toda existência determinada, porém, surgem no tempo, devendo o homem, enquanto fenômeno, ter um começo, embora nele a inteligência pura seja eterna. Sem o tempo, isto é, sem vir a ser, ele nunca seria um ser determinado; sua personalidade existiria enquanto disposição, mas não de fato. Somente pela sequência de suas representações o eu que perdura torna-se fenômeno para si mesmo.

[...]

Na medida somente em que se modifica, ele *existe*; na medida somente em que permanece mutável, *ele* existe. O homem, pois, representado em sua perfeição, seria a unidade duradoura que permanece eternamente a mesma nas marés da modificação.³¹

Por esta dualidade, o Homem traz em si a proclamação absoluta da potencialidade (realidade de todo o possível) e a unidade absoluta do fenômeno (necessidade de todo o real). Pois a pessoa, que existe apenas como possibilidade, exige *realidade* absoluta – obrigando o Homem a tornar mundo tudo o que é mera forma (*a priori*). No sentido contrário, aquilo que no Homem é estado, ou seja, apenas mundo, exige *formalidade* absoluta – obrigando o Homem a dar forma (Ideia) à matéria, aniquilando em si mesmo tudo o que é apenas mundo. A tensão entre estas duas tendências opostas faz com que o Homem exteriorize todo o seu interior e forme todo o exterior. Estas forças opostas que sujeitam o Homem à dupla tarefa de dar realidade ao necessário em si, e submeter a realidade fora dele à lei da necessidade, são designadas por Schiller por *impulsos*. O impulso *sensível* parte da existência do Homem, submetendo-o às exigências do tempo e tornando-o matéria; a *sensação* é o estado do tempo meramente preenchido, e é através dele que se manifesta a existência física. O impulso *formal* parte da existência absoluta do Homem (ou de sua natureza racional), e *está empenhado em pô-lo em liberdade, levar harmonia à multiplicidade dos fenômenos e afirmar a sua pessoa em detrimento de toda a alternância do estado*. O impulso formal suprime o tempo e a modifica-

³¹ SCHILLER, 2002: 59-61. Sobre a Educação Estética da Humanidade, Carta XI.

ção, e exige verdade e justiça.³² O impulso sensível constitui *casos*, e o impulso formal fornece *leis*:

O sentimento pode apenas dizer: isto é verdade para este sujeito e neste momento, um outro momento e outro sujeito podem vir a retirar o que a presente sensação afirma. Quando o pensamento, entretanto, afirma *isto é*, ele decidiu para sempre e eternamente, e a validade da sua afirmação é corroborada pela própria personalidade que resiste a toda alternância. [...] Quando, por outro lado, o sentimento moral diz: *isto deve ser*, sua decisão é para sempre e eterna – quando confessas a verdade, e exerces a justiça porque é justiça, fizeste de um caso singular a lei de todos os casos, trataste como eternidade um momento de tua vida.

Portanto, onde o impulso formal domina e o objeto puro age em nós, ali há suprema ampliação do ser, as limitações desaparecem e o homem se eleva, de unidade quantitativa a que se vira limitado, pelo sentido carente, a uma *unidade de Ideias*, que compreende sob si todo o reino dos fenômenos. Não mais estamos no tempo durante esta operação, mas é o tempo que está em nós com toda a sua série infinita. Já não somos indivíduos, mas espécie; o juízo de todos os espíritos é pronunciado através do nosso, a escolha de todos os corações é representada por nossa ação.³³

Embora sejam tendências contraditórias, não são contraditórios por natureza. É a cultura que tem a tarefa de vigiar e assegurar os limites de cada um dos dois impulsos, pois deve igual justiça aos dois. O impulso material tem de ser contido pela personalidade, e o impulso formal deve sê-lo pela recetividade ou pela natureza.³⁴

Ambos os impulsos atuam juntos no impulso *lúdico*, que suprime o tempo *no tempo*, liga o devir ao absoluto, e liga a modificação à identidade. Pois a espontaneidade e a liberdade são excluídas do sujeito pelo impulso sensível, impondo à mente a necessidade física, pelas leis da natureza; e a dependência e a passividade são excluídas do sujeito pelo impulso formal, que impõe à mente a necessidade moral pelas leis da razão; a necessidade é imposta à mente por ambos. No impulso lúdico, ambos os impulsos atuam juntos, impondo ao espírito as

³² SCHILLER, 2002: 61-65. Sobre a Educação Estética da Humanidade, Cartas XI e XII

³³ SCHILLER, 2002: 65. Sobre a Educação Estética da Humanidade, Carta XII.

³⁴ SCHILLER, 2002: 67-71. Sobre a Educação Estética da Humanidade, Carta XIII.

duas necessidades em simultâneo; levando forma à matéria, e realidade à forma, ele torna ambas contingentes, e assim suprime toda a necessidade, harmonizando as sensações e os afetos com a razão, compatibilizando as leis da razão com o interesse dos sentidos, e deste modo libertando o Homem tanto moral como fisicamente.³⁵

Finalmente, o objeto do impulso sensível é a *vida*; o objeto do impulso formal é a *forma*; logo, o objeto do impulso lúdico é a *forma viva*, o que serve para designar todas as qualidades estéticas dos fenómenos, em suma tudo o que entendemos no sentido mais amplo por *beleza*. Deste modo, Schiller alcança o ponto pretendido:

(...) O belo não deve ser mera vida ou mera forma, mas forma viva, isto é, deve ser beleza à medida que dita ao homem a dupla lei da formalidade e realidade absolutas. Com isso, ela afirma também: o homem deve somente *jogar* com a beleza, e somente *com a beleza* deve jogar.

Pois, para dizer tudo de vez, o homem joga somente quando é homem no sentido pleno da palavra, e *somente é homem pleno quando joga*.³⁶

Uma vez que na beleza, que é forma viva, se alcança o equilíbrio entre realidade e forma, então o belo ideal exerce um efeito suavizante no homem tenso (embora não protegendo de resíduos de selvageria e dureza), e um efeito enérgico no homem distendido (contudo não protegendo de um certo grau de lassidão e esmorecimento).³⁷ Do mesmo modo, pela beleza o homem sensível é conduzido à forma e ao pensamento, e o homem espiritual é reconduzido à matéria e entregue de volta ao mundo sensível.³⁸ A liberdade tem início somente quando o homem está completo, isto é, já desenvolveu os seus dois impulsos – sensível e formal. Enquanto o homem estiver incompleto, por um dos dois impulsos estar excluído, a liberdade está em falta. Mas para que a necessidade física seja substituída pela necessidade lógica ou moral, é preciso que o poder da sensibilidade seja aniquilado antes que a lei seja elevada a

³⁵ SCHILLER, 2002: 73-75. Sobre a Educação Estética da Humanidade, Carta XIV.

³⁶ SCHILLER, 2002: 80. Sobre a Educação Estética da Humanidade, Carta XV.

³⁷ SCHILLER, 2002: 84. Sobre a Educação Estética da Humanidade, Carta XVI.

³⁸ SCHILLER, 2002: 91. Sobre a Educação Estética da Humanidade, Carta XVIII.

poder. *O homem não pode passar diretamente do sentir ao pensar*. A mente passa da sensação ao pensamento no momento em que sensibilidade e razão são *simultaneamente* ativas, deixando de estar constringida física e moralmente, embora seja ativa dos dois modos. Sendo que a mente é determinável (limitada pela realidade), então o estado de determinação sensível é físico (limitado pela sensação), e o estado de determinação racional é lógico e moral (limitado pela razão). Mas quando sensibilidade e razão são ativas em simultâneo, isso só pode ocorrer numa disposição intermediária, que é uma disposição livre, um estado de determinação real e ativa, que é *estético*. Na ausência de determinação a mente está ilimitada porque está sem realidade, e na determinabilidade estética a mente não tem limites porque unifica toda a realidade. Se a primeira é uma *infinitude vazia*, a segunda é *infinitude plena*. Assim, o estado estético faz o Homem voltar ao *zero*, libertando-o de toda a determinação nele, e nesse estado é-lhe devolvida a humanidade. A beleza é pois uma *segunda criadora* do Homem, concedendo-lhe a capacidade para a humanidade.³⁹

Então, Schiller apresenta as suas conclusões acerca da beleza ideal e da obra-de-arte:

Se nos entregamos, entretanto, à fruição da beleza autêntica, somos senhores, a um tempo em grau idêntico, de nossas forças passivas e ativas, e com igual facilidade nos voltaremos para a seriedade e para o jogo, para o repouso e para o movimento, para a brandura e para a resistência, para o pensamento abstrato ou para a intuição.

Esta alta serenidade e liberdade de espírito, combinada à força e à energia, é a disposição em que deve deixar-nos a autêntica obra de arte, e não há pedra de toque mais segura da verdadeira qualidade estética.

[...]

A mente do espectador e do ouvinte tem de permanecer plenamente livre e intacta, tem de sair pura e perfeita do círculo mágico do artista como das mãos do Criador.⁴⁰

Ao final, Schiller disserta sobre os três estágios de desenvolvimento que devem ser percorridos, tanto por cada indivíduo, como pela espécie no seu todo, numa determinada ordem: o estado físico (no qual o Homem apenas sofre o poder da natureza), o estado estético (no qual

³⁹ SCHILLER, 2002: 101-107. Sobre a Educação Estética da Humanidade, Cartas XX e XXI.

⁴⁰ SCHILLER, 2002: 110-112. Sobre a Educação Estética da Humanidade, Carta XXII.

se liberta desse poder) e o estado moral (no qual domina esse poder). Na medida em que é difícil a elevação do estado físico diretamente para o estado moral, é obrigatório passar pelo estado estético para alcançar o moral. Nesse sentido, a educação estética da humanidade tem por objetivo elevar cada indivíduo, povo e a própria espécie humana, à lei moral, retirando das trevas em que se encontra mergulhado todo aquele que vive subjugado pelas leis da natureza, indo ao encontro da proposta de Rousseau de elevar a sociedade da lei natural para a lei civil.⁴¹

2.3 *Do helenismo neoclássico e do racionalismo: Étienne-Louis Boullée*

Da educação estética da humanidade, os arquitetos do helenismo neoclássico extraíram a quintessência do seu pensamento. Em sintonia com Winckelmann, o arquiteto francês Étienne-Louis Boullée (1728-1799)⁴² desenvolveu a sua teoria sobre o que é essencial na arquitetura, e em que consiste a beleza. No seu *Architecture, Essai sur l'art*,⁴³ escrito em 1796-97, Boullée começa na introdução por indagar o que é arquitetura, e discorda de Vitruvius, que afirmava que a arquitetura é a arte de construir. Pois a construção é apenas o efeito, não a causa. Para construir é preciso conceber, e é nessa concepção no espírito que consiste a arquitetura:

Para executar, é necessário primeiro conceber. Os nossos primeiros antepassados construíram as suas cabanas só depois de terem concebido a sua imagem na sua mente. É esta produção do espírito, este processo de criação, que constitui a arquitetura e que pode consequentemente ser definida como a arte de produzir e de levar à perfeição qualquer edifício. Portanto, a arte de construir é uma mera arte auxiliar que, na nossa opinião, pode adequadamente ser considerada a parte científica da arquitetura.

⁴¹ SCHILLER, 2002: 119. Sobre a Educação Estética da Humanidade, Carta XXIV.

⁴² *Étienne-Louis Boullée* in Encyclopédie Larousse [em linha]. Encyclopédie Larousse [consult. 2020-06-26]. Disponível na Internet: https://www.larousse.fr/encyclopedia/personnage/Étienne_Louis_Boullée/109721.

⁴³ *Architecture, Essai sur l'art*; ou: «Arquitetura, Ensaio sobre a arte». Publicado pela primeira vez postumamente em 1953 por Helen Rosenau, segundo o manuscrito original (MS Français 9153) na *Bibliothèque Nationale* em Paris.

Arte, no verdadeiro sentido da palavra, e ciência, acreditamos que têm ambas lugar na arquitetura.

A maioria dos autores que escrevem sobre o assunto limitam-se a discutir o seu aspeto técnico. Isso é natural se pensarmos um pouco. Era necessário estudar métodos de construção seguros antes de tentar construir de modo agradável. E como o aspeto técnico é de importância fundamental e consequentemente o mais essencial, era natural que fosse tratado em primeiro lugar.⁴⁴

Sendo que a arquitetura é formada tanto pela arte como pela técnica, e que a técnica era alvo de grande atenção por parte dos teóricos, o ensaio de Boullée é dedicado à arte, ou àquilo que na arquitetura é arte – ou seja, a Poética. De seguida, o autor revê a querela entre Claude Perrault (1613-1688),⁴⁵ autor da *Colonnade du Louvre* (Paris, 1667-1678), e François Blondel (1618-1686),⁴⁶ autor da *Porte Saint-Denis* (Paris, 1672). Para Perrault, a arquitetura não tinha origem na natureza, e considerava-a uma arte fantástica que era pura invenção; para Blondel, a arquitetura tinha origem na natureza, mas os seus argumentos contra Perrault não tiveram força nem fundamento suficientes para conseguir resolver a questão, e ela permaneceu em aberto. Boullée reavivou a questão, dando razão a Blondel, mas não encontrou apoiantes entre os intelectuais da sua geração, que na sua maioria concordavam com Perrault. Assim, Boullée elabora o seu ensaio para demonstrar precisamente como a verdadeira arquitetura, que é arte, tem a sua origem na natureza, procurando aprofundar quais são os princípios básicos da arquitetura, um assunto que no entender dele era negligenciado. E esclarece com detalhe qual o motivo dessa negligência: para que haja progresso no conhecimento da arquitetura, é necessário que os arquitetos se possam dedicar livremente aos estudos, e isso é incompatível com a prática profissional, que consome o tempo e a disponibilidade; pois seria necessário que um arquiteto pudesse dar-se ao luxo de recusar algumas encomendas regularmente para ter

⁴⁴ ROSENAU, 1976: 83; BOULLÉE, 1985: 41-42. Tradução livre da autora.

⁴⁵ *Claude Perrault* in Encyclopédie Larousse [em linha]. Encyclopédie Larousse [consult. 2020-06-26]. Disponível na Internet: https://www.larousse.fr/encyclopedia/personnage/Claude_Perrault/137685.

⁴⁶ *François Blondel* in Encyclopédie Larousse [em linha]. Encyclopédie Larousse [consult. 2020-06-26]. Disponível na Internet: https://www.larousse.fr/encyclopedia/personnage/François_Blondel/109155.

tempo para estudar, mas isso significaria a ruína económica, levando ao desespero. Nenhum arquiteto pode garantir que anos mais tarde os seus serviços serão novamente solicitados para grandes encomendas, sendo obrigado a aceitar as que lhe são oferecidas no momento presente, dando prioridade ao desenvolvimento do seu talento. E sem tempo para refletir sobre os princípios da arquitetura, é raro o arquiteto que chega a contribuir para o avanço do conhecimento. No mesmo sentido, o progresso de uma arte ocorre com a abundância de experiências, o que na pintura, na escultura e na poesia é fácil de alcançar, pois a sua criação não envolve um investimento financeiro tão avultado como acontece com a arquitetura. O arquiteto é totalmente dependente de uma encomenda para poder criar, e os clientes que podem financiar são poucos. Assim, a própria arquitetura progride mais lentamente, pela escassez de encomendas, e de bons exemplos.⁴⁷

Quanto à afirmação de Perrault, Boullée responde que não existe arte que seja fantástica e pura invenção, pois todas as imagens no espírito são provenientes da natureza; ideias dispersas de modo caótico no espírito seriam aberrações ou sonhos. Mesmo as imagens mais aberrantes são provenientes de objetos naturais, que depois se distorcem ou desfiguram, como é notório em Piranesi. O arquiteto vai mais além e afirma que:

Para ter o direito de avançar com esta alegada possibilidade [de existir uma arte que é pura invenção], seria necessário provar que os homens podem conceber imagens que não têm relação com os objetos naturais. Mas é inquestionável que não há ideias que não sejam derivadas da natureza.

Ouçamos um filósofo moderno que nos diz, “todas as nossas ideias, todas as nossas percepções chegam-nos por meio dos objetos externos. Os objetos externos causam diferentes impressões em nós conforme sejam mais ou menos análogos ao organismo humano”. Devo acrescentar que consideramos “belos” os objetos que têm maior analogia com o organismo humano e que rejeitamos aqueles que, desprovidos de tal analogia, não correspondem à condição humana.⁴⁸

Ao observar e estudar volumes, Boullée chegou à conclusão de que um volume irregular é composto por uma multitude de planos, e que

o número e a complexidade de planos não possui nada de distinto e provoca uma impressão confusa. Pelo contrário, um volume regular é apreendido de relance, num só golpe de vista, porque a sua forma é simples e os seus planos são regulares. Tal como Winckelmann salientou a importância da simplicidade e da clareza para que um objeto seja belo, também Boullée afirma que a regularidade e a simetria são fundamentais para conseguir apreender o objeto de relance, para dele reter a ideia com clareza; pois *regularidade e simetria representam ordem, e ordem é clareza*. Deste modo, um volume regular é determinado pela regularidade – que dá ao objeto uma forma bela –, pela simetria – que dá ordem e proporção –, e pela variedade – que dá planos diversificados causando uma sensação de novidade. A proporção é, pois, a combinação destas propriedades. Uma esfera é, neste sentido, a imagem da perfeição, pois possui simetria perfeita, com a máxima regularidade possível, é a forma mais simples possível, e os efeitos de luz que produz não poderiam ser mais agradáveis e variados. Estas qualidades únicas, que a esfera deve à natureza, causam uma impressão forte nos sentidos do observador. Pela sua perfeição, a esfera é a forma que Boullée atribuiu ao seu projeto para o cenotáfio a Newton (Figs. 2a e 2b), a quem homenageia, dizendo: «Espírito sublime! Génio vasto e profundo! Ser divino! Newton, digna-te a aceitar a homenagem de um débil talento!».⁴⁹

Citando com respeito Montesquieu, Boullée salienta a importância da simetria, pois ela é a imagem da clareza, e a mente humana, que está sempre a procurar compreender, aceita e compreende bem tudo o que é simétrico. A variedade dá resposta a uma necessidade espiritual, pois o espírito é estimulado pelo que é novidade, e é a variedade que faz as coisas parecerem novas. Também em sintonia com Winckelmann, Boullée refere que a grandeza é igualmente importante, pois a alma humana está sempre ávida de ampliar o que é prazeroso, e *abraçaria o universo se pudesse*. Por último, aponta como a imagem que mais agrada ao coração humano é a Graça (ou elegância). Assim, Boullée dá como comprovado que as proporções e a harmonia têm a sua origem na natureza; que o mais pequeno desvio da simetria, a desordem e a confusão são intoleráveis para o espírito, que tem dificuldade em compreendê-los; e que a regularidade é a regra fun-

⁴⁷ ROSENAU, 1976: 84-85.

⁴⁸ ROSENAU, 1976: 86; BOULLÉE, 1985: 54-55. Tradução livre da autora.

⁴⁹ *Cenotáfio* é um monumento sepulcral erigido em memória de um morto sepultado noutra parte.

damental que governa os princípios da arquitetura.⁵⁰

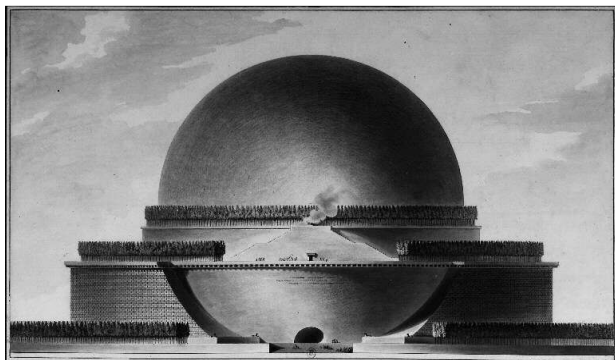


Figura 2a. Projeto de cenotáfio a Newton (1784), da autoria de Étienne-Louis Boullée – fachada principal.

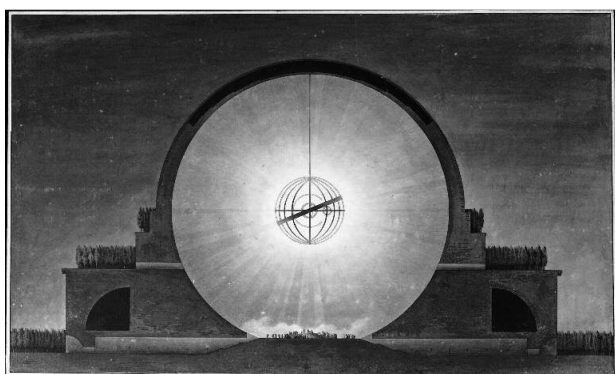


Figura 2b. Projeto de cenotáfio a Newton (1784), da autoria de Étienne-Louis Boullée – secção.

Depois de concluir as suas reflexões sobre os princípios da arquitetura, Boullée prossegue o seu ensaio esclarecendo em que consiste a poética da arquitetura, que é criada a partir da natureza, e se concretiza através do tratamento correto do efeito que os volumes causam nos sentidos de quem observa, sendo fundamental para o arquiteto compreender a impressão provocada pelo conjunto desses volumes, o que Boullée designa por *caráter*. Dotar uma obra arquitetónica de caráter significa usar os meios próprios para conseguir causar a experiência sensorial adequada ao tema do projeto em questão. Neste sentido, um conjunto arquitetónico destinado a celebrações religiosas deve suscitar um sentimento profundo de veneração pelo Ser Supremo, e para que tal aconteça é necessário dotá-lo de um caráter de grandeza e majestosidade – o arquiteto apresenta como exemplo o seu projeto para um monumento destinado à celebração do dia de *Corpus Christi* (igreja metropolitana), de 1781-1782 (Figs. 3a e 3b).⁵¹

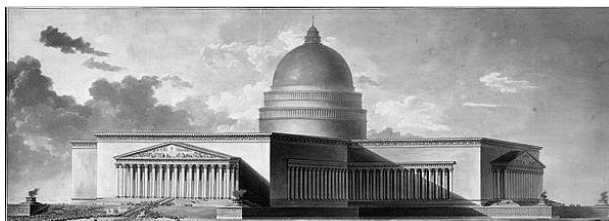


Figura 3a. Projeto de igreja metropolitana (1781-1782), para celebração do dia de *Corpus Christi* (Corpo de Deus) – exterior.



Figura 3b. Projeto de igreja metropolitana (1781-1782), para celebração do dia de *Corpus Christi* (Corpo de Deus) – interior.

A grandeza e a majestosidade provêm da natureza, o que deve ser cuidadosamente observado pelo arquiteto, e interiorizado para que dentro do seu espírito se forme a ideia, da qual nascerá a obra de arte arquitetónica:

O arquiteto deve ser quem aplica a natureza à arte. As obras arquitetónicas não podem ser realizadas sem o mais profundo conhecimento da natureza, já que dos seus efeitos nasce a Poética da Arquitetura. Aí está o que faz com que a arquitetura seja uma arte e também o que leva esta arte à sua sublimação. As obras de arquitetura são criadas quando um projeto tem um caráter específico que gera o efeito exigido.

[...]

Dirijamos o nosso olhar sobre um objeto. O primeiro sentimento que experimentamos é deduzido, evidentemente, da maneira como esse objeto nos afeta. Chamo caráter ao efeito que resulta de este objeto e que causa em nós uma determinada impressão.

Introduzir caráter numa obra é empregar com discernimento todos os meios capazes de modo a que não provoque em nós outras sensações que não as que devem resultar do tema.⁵²

⁵⁰ ROSENAU, 1976: 86-87.

⁵¹ ROSENAU, 1976: 87-89; BOULLÉE, 1985: 62-67.

⁵² ROSENAU, 1976: 88-89; BOULLÉE, 1985: 66-67.

Tradução livre da autora.

Pela importância que Boullée atribui à observação da natureza, e ao que ele designa por *caráter*, dedica uma descrição mais detalhada dos efeitos que a natureza provoca nos sentidos, causando uma dada impressão – pois é esse efeito que o arquiteto se deve esforçar por conseguir reproduzir na sua obra, caso pretenda realizar uma obra-de-arte:

Para melhor compreender o que entendo por caráter ou pelo efeito esperado de diferentes objetos, olhemos para os grandes marcos da natureza e veremos como somos compelidos a expressar-nos de acordo com o efeito que têm sobre os nossos sentidos.

Que delicioso espetáculo encanta a nossa visão! Que suave é o dia! Que agradável! A imagem de uma vida boa espalha-se pela Terra inteira! A natureza adornada pelos encantos da juventude e é a obra do amor! Uma doce harmonia reina nos efeitos que produz um dia sedutor, que pelo seu poder de atração intensifica as cores e os nossos sentidos estão embriagados com a sua frescura, com os seus perfumes delicados, e os seus tons suaves e ricos. Quanto prazer se encontra ao contemplar todos os objetos e que agradáveis são; as suas formas adolescentes têm um *je ne sais quoi* que enfatiza os contornos doces e fluídos que apenas pronunciam as suas formas e parecem emprestar-lhes novos encantos. Oh, até que ponto a bela elegância das suas proporções, razão da sua glória, reúne neles tudo aquilo que tem o dom de agradar!

Mas o Verão aproxima-se e obriga-nos a mudar de expressão. Ébrios de alegria pelo aspeto do céu resplandecente de luz, os arrebatamentos da nossa imaginação não têm limites. Esta alegria é verdadeiramente celeste! Que bem-estar puro sentimos no fundo dos nossos corações! Que deleite causa em nós! Certamente, não é possível expressá-lo.

Nesta estação a obra da natureza está completa; tudo é a imagem da perfeição; todos os objetos adquiriram a expressão das formas, que são grandes, corretas e puras. Os contornos são nítidos e precisos; a sua maturidade dá-lhes proporções nobres e majestosas; as suas cores, vivas e brilhantes, adquiriram todo o seu esplendor. A terra está embelezada com todas as suas riquezas e exhibe-as ao nosso olhar. A profundidade da luz acentua as imagens; os efeitos que resultam são vivos e explosivos. Tudo é radiante! O Deus do dia parece habitar a terra. A natureza está adornada com uma imensidão de objetos e oferece-nos uma visão esplêndida da magnificência.

Mas o outono já tomou o lugar do verão e veio reanimar a nossa alma oferecendo-lhe novos prazeres; é um tempo de alegrias; a primavera já tinha despertado em nós o desejo por ele. A terra, ainda adornada com as oferendas deslumbrantes de Flora, está agora coberta com os tesouros de Pomona. Que variedade de imagens! Que alegres e brilhantes são! Baco e a amável Deusa da Loucura tomaram conta da terra. O Deus da alegria, a alma dos nossos prazeres, dispersa a embriaguez da felicidade nos nossos corações! Parece que a Deusa quis agradecer ao Deus adornando a terra. As cores combinam-se, misturadas e variadas. As formas, convertidas em pitorescas, têm a atração apelativa da novidade; a diversidade dos seus contornos torna-as atrativas e a luz, contrastando com as sombras, produz marcos incontáveis, todos surpreendentes e encantadores.

Mas os dias bons acabam por eclipsar-se com a chegada da temporada escura do inverno. Que tempo triste! A tocha celeste desapareceu! A escuridão rodeia-nos! O inverno terrível vem e arrefece os nossos corações! É trazido pelo tempo! A noite segue-se, estendendo os seus véus escuros sobre a terra e espalha a escuridão por toda a parte. O brilhante cristal do oceano está já embaciado pelo sopro do vento do norte. O que resta da agradável floresta não são mais do que esqueletos e a natureza está de luto. A imagem da vida boa esvaneceu-se para dar lugar à da morte! Tudo perdeu o seu brilho e a cor, as formas deprimiram-se, os seus contornos tornaram-se duros e angulosos, e a terra despojada não oferece aos nossos olhos mais do que a vasta extensão de um sepulcro universal!

Oh, Natureza! É certo que és o livro dos livros, a ciência universal! Não, não podemos fazer nada sem ti! Inicias todos os anos o curso mais instrutivo, e mais interessante! E quão poucas pessoas prestam atenção às tuas lições e sabem beneficiar delas!⁵³

É, portanto, seguindo os ensinamentos da natureza que o arquiteto consegue alcançar o efeito pretendido, que causa nos sentidos a impressão de grandeza:

Imitando a natureza, a arte de causar a impressão de grandeza na arquitetura consiste em dispor os corpos que formam o conjunto em geral, de maneira a que tenham muito jogo entre si, que as suas massas tenham um movimento nobre e majestoso, e que tenham o

⁵³ ROSENAU, 1976: 89; BOULLÉE, 1985: 67-69. Tradução livre da autora.

maior desenvolvimento possível. No conjunto, a ordem das coisas deve estar combinada de maneira a que consigamos apreender num só golpe de vista a multiplicidade dos diversos objetos que a compõem. O jogo da luz neste conjunto de volumes deve produzir os efeitos mais gerais, mais surpreendentes, mais variados e mais multiplicados. Numa totalidade de grandes dimensões, as partes acessórias devem dar ao conjunto a maior riqueza possível; e é essa riqueza alegremente repartida que produz a pompa e a magnificência.⁵⁴

Deste modo, Boullée recomenda que é sensato recriar a poética do outono em edifícios que sejam erguidos em lugares pitorescos, como pavilhões de jardins, feiras, termas ou *spas*, passeios públicos (*promenades*) e avenidas com arvoredo (*boulevards*). Em edifícios funerários é adequada a poética do inverno. O jogo de luz e sombra como base da poética da arquitetura, do modo exposto, é um traço de Boullée que contribuiu para a sua fama de arquiteto visionário, fazendo dele um dos antecessores do Modernismo do século XX. Em relação ao caráter, ele acrescenta uma última observação, que resume a importância de atribuir caráter a uma obra arquitetónica, imitando a natureza:

A natureza nunca se desvia do seu caminho e que tudo tende à meta da perfeição. Por acaso apresenta-nos imagens agradáveis, imagens nobres, imagens alegres ou imagens tristes? Em todas as suas diversas imagens, a natureza conserva o caráter particular de cada um, de maneira a que nada esteja em contradição, seja nos efeitos, seja nas formas, seja nas cores; e sob a totalidade de todos os possíveis pontos de vista tudo esteja em relação, analogia e harmonia perfeitas.⁵⁵

Da tradição formada pelo pensamento de Winckelmann, Lessing, Kant e Schiller nasceu o amor à cultura helénica, ou filo-helenismo, que em história da arte corresponde ao Revivalismo Grego, e que teve a sua maior expressão na Alemanha, na Inglaterra e na Escócia (onde Edimburgo se tornou conhecida por a *Atenas do Norte*). Embora a arquitetura da época seja classificada pela história da arte como sendo neoclássica (pois na expressão plástica formal a

isso corresponde), e na teoria da arquitetura se considere tratar-se de um historicismo (o que é igualmente verdadeiro), o helenismo é a *Alma mater*, a génese e o que dá a identidade. Pois a designação de neoclassicismo abarca toda a influência grega e romana, o que desfigura ideologicamente, na medida em que o templo grego representa a democracia e a sociedade política da *polis* grega, e o templo romano representa a sociedade romana, onde o poder centralizado desde a sua fundação nunca permitiu o fortalecimento do poder local, à escala do município. A classificação de historicismo também simplifica em demasia, pois embora a expressão formal seja efetivamente a da Antiguidade Clássica, o seu conteúdo era perfeitamente atual e moderno. Assim, os franceses apologistas de uma monarquia constitucional identificaram-se com a arquitetura romana, símbolo do senado em articulação com o *rex* ou o imperador, enquanto os alemães defensores da república se identificaram com a arquitetura grega, símbolo da democracia da *polis* ateniense. No mesmo sentido, foi o iluminismo escocês que influenciou a fundação da república dos Estados Unidos da América (1776).

Do neoclassicismo derivaram duas escolas de pensamento: o «classicismo estrutural» de Cordemoy, Laugier e Soufflot – que enfatizava a estrutura (dos edifícios), procurando a verdade na arquitetura ao remover os elementos decorativos supérfluos para deixar transparecer a estrutura que efetivamente suportava o peso do edifício; e o «classicismo romântico» de Ledoux, Boullée e Gilly – que se concentrou no caráter fisionómico da própria forma, buscando a verdade na arquitetura na expressão do caráter do edifício. A primeira deriva de Henri Labrousse, e a segunda de Karl Friedrich Schinkel.⁵⁶

Na Alemanha, o helenismo neoclássico de Winckelmann encontrou terreno fértil no governo de Frederico II da Prússia (1712-1786),⁵⁷ conhecido por *Friedrich der Grosse* (Frederico o Grande), cujo tutor foi Voltaire (1694-1778).⁵⁸ Também conhecido pelo epíteto de *o rei filósofo*, foi homenageado por Imma-

⁵⁶ FRAMPTON, 2009: 18.

⁵⁷ *Frederick II* in Encyclopædia Britannica [em linha]. Encyclopædia Britannica, inc. [consult. 2020-06-28]. Disponível na Internet: <https://www.britannica.com/biography/Frederick-II-king-of-Prussia>.

⁵⁸ *François-Marie Arouet, dit Voltaire* in Encyclopédie Larousse [em linha]. Encyclopédie Larousse [consult. 2020-06-28]. Disponível na Internet: https://www.larousse.fr/encyclopedie/personnage/François_Marie_Arouet_dit_Voltaire/149270.

⁵⁴ ROSENAU, 1976: 89; BOULLÉE, 1985: 69-70. Tradução livre da autora.

⁵⁵ ROSENAU, 1976: 90; BOULLÉE, 1985: 71-72. Tradução livre da autora.

nuel Kant no seu ensaio *Beantwortung der Frage: Was ist Aufklärung?* («Resposta à Pergunta: O que é o Iluminismo?»), de 1784:

O Iluminismo é a saída do homem da sua menoridade de que ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de se servir do seu próprio entendimento sem a orientação de outrem. Tal menoridade é por culpa própria, se a sua causa não residir na carência de entendimento, mas na falta de decisão e de coragem para se servir de si mesmo, sem a orientação de outrem. Sapere aude! Tem a coragem de te servires do teu próprio entendimento! Eis a palavra de ordem do Iluminismo.

É por causa da preguiça e da cobardia que tão grande parte dos homens, mesmo após a natureza os ter há muito emancipado da orientação de outras pessoas (*naturaliter maiores*), todavia permanecem menores durante toda a vida, e também de a outros se tornar tão fácil assumir-se como seus tutores. É tão cómodo ser menor! Se eu tiver um livro que tem entendimento por mim, um diretor espiritual que em vez de mim tem consciência moral, um médico que por mim decide da dieta, e assim por diante, então não preciso de eu próprio me esforçar.

[...]

Se for agora perguntado se vivemos agora numa época *esclarecida*, a resposta é: Não, mas vivemos numa *época do Iluminismo*. Da maneira como as coisas agora estão, falta ainda muito para que os homens tomados em conjunto se encontrem já numa situação, ou nela se possam vir a pôr, de se servirem bem e com segurança do seu próprio entendimento em matéria de religião, sem a orientação de outrem. Mas temos claros indícios de que o campo está a ser aberto para que possam atuar livremente neste sentido, e que diminuem pouco a pouco os obstáculos à ilustração geral ou à saída dos homens da menoridade de que são culpados. Assim considerada, esta época é a época do Iluminismo, ou o século de Frederico.⁵⁹

Frederico II nomeou para arquiteto oficial da sua Corte Étienne-Louis Boullée (um título apenas formal, mas de grande prestígio), feito que estabeleceu a ponte entre a arquitetura da França e da Prússia. Igualmente nomeou David Gilly (1748-1808),⁶⁰ arquiteto prussiano de

ascendência huguenote (família francesa protestante), para conselheiro da Corte em matéria de construção. Em 1793, Gilly fundou uma escola privada de arquitetura em Berlim, e em 1799 foi um dos fundadores da Bauakademie em Berlim, em 1799. Não obstante, David Gilly é conhecido por ser o pai de Friedrich Gilly (1772-1800) e o mestre de Karl Friedrich Schinkel (1781-1841).⁶¹

Fortemente influenciado por Winckelmann, David Gilly transmitiu o filo-helenismo aos seus discípulos, Friedrich Gilly (seu filho e igualmente arquiteto) e a Schinkel (amigo de Friedrich e da sua família). Friedrich Gilly fez uma extensa viagem pela França, e foi fortemente influenciado por Boullée. Era considerado um génio absoluto, e tornou-se professor da Bauakademie em 1798, com apenas vinte e seis anos, mas faleceu dois anos depois de tuberculose, deixando poucos projetos concretizados, mas os seus desenhos sobreviveram e tornaram-se uma influência para a sua geração e seguintes, provando o seu talento e como era também ele um *visionário* (Fig. 4).



Figura 4. Proposta para o monumento a Frederico o Grande (1796), de Friedrich Gilly, no âmbito de um concurso lançado em Berlim. Esta proposta, em exibição durante o concurso, tornou-se uma influência para outros arquitetos, incluindo Leo von Klenze.

O legado de Friedrich Gilly sobreviveu sobretudo através de Schinkel, que se inspirou assumidamente nos seus desenhos para criar os seus próprios projetos, abertamente homenageando-o. Na obra de Schinkel encontra-se o suprassumo do helenismo neoclássico na arquitetura, de que ainda hoje são exemplo a *Konzerthaus Berlin* (Fig. 5) e o *Altes Museum* (Fig. 6).

A sua influência estendeu-se pelo século XIX e veio a ser uma referência para os arquitetos do Movimento Moderno, nomeadamente uma tradição que é designada por *Schinkelschüler* («discípulos de Schinkel»). A obra de Gilly e Schinkel teve continuidade na geração

⁵⁹ KANT, 1996: 17-21. Tradução livre da autora.

⁶⁰ *David Gilly* in Encyclopédie Larousse [em linha]. Encyclopédie Larousse [consult. 2020-06-28]. Disponível na Internet: <https://www.larousse.fr/encyclopedie/personnage/Gilly/121444>.

⁶¹ *Karl Friedrich Schinkel* in Encyclopédie Larousse [em linha]. Encyclopédie Larousse [consult. 2020-06-28]. Disponível na Internet: https://www.larousse.fr/encyclopedie/personnage/Karl_Friedrich_Schinkel/143514.

seguinte, nomeadamente com Leo von Klenze (1784-1864),⁶² igualmente imbuído do espírito do helenismo e do revivalismo grego, fazendo-os perdurar durante a primeira metade do século XIX (Fig. 7).



Figura 5. *Konzerthaus Berlin* (Berlim, Alemanha), de Karl Friedrich Schinkel, construído entre 1818 e 1821.



Figura 6. *Altes Museum* (Berlim, Alemanha), de Karl Friedrich Schinkel, construído entre 1823 e 1830.

Em síntese, Laugier abriu o caminho para a teoria da arquitetura moderna ao lançar a sua base, que é a busca da essência da arquitetura, e dos seus princípios fundamentais. O retorno à cabana primitiva, símbolo da lei natural, é igualmente um apelo ao despojamento voluntário de tudo quanto é supérfluo, arbitrário, ou falsa necessidade, sendo esta máxima válida tanto para a arquitetura, como para a sociedade e para a vida individual. É toda uma visão de mundo que se manifesta nesta atitude. O avanço em direção à *nobre simplicidade* e à *calma grandeza* do templo grego, proclamado por Winckelmann, entrelaça-se com a transição do Estado natural (onde o corpo político deriva de forças e não de leis) para o Estado ético (onde a razão submete tudo às leis, para assim conceder a liberdade), segundo Schiller, equivalente à

⁶² Leo von Klenze in Encyclopédie Larousse [em linha]. Encyclopédie Larousse [consult. 2020-06-28]. Disponível na Internet: https://www.larousse.fr/encyclopedie/personnage/Leo_von_Klenze/127641.

passagem da lei natural para a lei civil, segundo Rousseau. A regularidade como princípio fundamental da arquitetura, em conjunto com a clareza, a simplicidade e a grandeza, na visão de Boullée, são mais uma expressão da preocupação com a essência e a verdade, dando primazia à razão, que tudo deve governar para que a sociedade se torne justa e igualitária. O principal é a elevação dos cidadãos à lei moral, através da experiência estética, na qual a arquitetura tem o dever de desempenhar um papel principal.

Embora Schinkel não tenha deixado por escrito a sua visão, essa tarefa foi completada pelo seu discípulo Karl Bötticher (1806-1889), que em 1852 publicou *Tektonik der Hellenen*.⁶³ No seu entender (e em sintonia com a tradição do helenismo), a arquitetura é formada pelo invólucro estilístico – *stilhülse*, a que corresponde a *kunstform*, a forma artística – que cobre (e por vezes esconde) a essência, e pela sua essência, que é o cerne – *kernel*, a que corresponde a *kernform*, a forma técnica. Para que a arquitetura alcance a perfeição e a excelência, deve haver uma união absoluta e harmoniosa de ambas as formas, artística e técnica. Dado que na época o *estilo* era predominante sobre a técnica, a preocupação então era a necessidade de despojar a arquitetura dos elementos acrescentados pela necessidade e pelo capricho, ficando reduzida à sua essência, sem desprezar o invólucro estilístico. Não obstante, para o *gosto* do século XIX o ornamento era uma necessidade, e os ecletismos e historicismos sucederam-se durante décadas, antes que a visão de Boullée, Schinkel e Bötticher se concretizasse. Nessa fase era permitido experimentar todos os estilos, como se os edifícios experimentassem vestimentas de outras épocas e de outras culturas, à procura de uma identidade. Mas com o progresso na engenharia civil, a estrutura interna dos edifícios foi-se modificando, a alvenaria foi gradualmente substituída por outros sistemas construtivos, e a *roupagem* estilística que vestia os edifícios foi-se tornando incoerente: daí nasceu o crime, que era o *ornamento*, como apontava com lucidez Adolf Loos.⁶⁴ Não é o ornamento em si que constitui um *crime*, o ornamento só é *crime* quando é incoerente com o cerne e com a estrutura, quando não emana em perfeita harmonia com a essência.

Nas décadas de 1880 e 1890, a marcha em direção à libertação da essência da arquitetura acelerou, pois com o progresso tecnológico da engenharia, o invólucro historicista dos edifi-

⁶³ *Tektonik der Hellenen*; ou: «Tectónica dos Gregos».

⁶⁴ LOOS, 2006: 223-235.

cios tornava-se cada vez mais artificial e incoerente. Hegel já havia lançado o desafio, na década de 1830, de que a arte romântica (que à época era sinônimo de *moderna*), deveria ser uma expressão do *zeitgeist*, ou seja, do espírito da época, do seu próprio tempo presente. É neste sentido que Otto Wagner se dedicou ao tema, alertando para a necessidade de focar as energias numa *arquitetura do nosso tempo*.⁶⁵



Figura 7. Templo de Walhalla (panteão nacional alemão), construído entre 1830 e 1842, na margem do rio Danúbio, em Regensburg (Bavária, Alemanha).

Foi com o advento da arquitetura moderna que esta caminhada alcançou o ápice. A arquitetura do Movimento Moderno é o resultado de um esforço de várias gerações na busca da libertação da arquitetura dos seus elementos não essenciais, do mesmo modo que a própria sociedade se esforçava por se libertar da opressão e da desigualdade social. Tanto a tradição do classicismo estrutural de Labrouste, como do classicismo romântico de Schinkel, mesmo que por caminhos diferentes, alcançaram uma meta comum. A expressão mais evidente da arquitetura moderna é, precisamente, o despojamento da decoração, do estilo, e da forma artística, não por abandono da arte nem da estética, mas antes pelo contrário, para deixar a arquitetura revelar o seu cerne, sem o esconder mais debaixo do *vestuário* do estilo. A esta libertação da arquitetura correspondeu a libertação que também ocorreu na sociedade, sobretudo com a industrialização e com a Primeira Guerra Mundial.

Last but not least, o herdeiro mais direto da *Schinkelschüler* é, sem dúvida, Ludwig Mies van der Rohe (1886-1969),⁶⁶ que não só mante-

⁶⁵ OECHSLIN, 2002: 44-60.

⁶⁶ *Ludwig Mies van der Rohe* in Encyclopédie Larousse [em linha]. Encyclopédie Larousse [consult. 2020-06-28]. Disponível na Internet: <https://www.larousse.fr/>

ve vivo o espírito de Winckelmann, de Boullée e de Schinkel, como lhes deu impulso para chegarem aos dias de hoje, o que é manifesto na *nobre simplicidade e calma grandeza* do edifício Seagram (Fig. 8). Do mesmo modo, no imaginário dos arquitetos do século XXI, está presente o arquétipo da cabana primitiva, através do exemplo da residência Farnsworth: uma cabana da Modernidade (Fig. 9).⁶⁷



Figura 8. *Seagram Building* (Nova Iorque, EUA), do arquiteto Ludwig Mies van der Rohe, construído em 1958.



Figura 9. *Farnsworth House* (Plano, Illinois, EUA), do arquiteto Ludwig Mies van der Rohe, construída em 1951.

[encyclopédie/personnage/Ludwig_Mies_van_der_Rohe/133138](https://encyclopédie.larousse.fr/encyclopédie/personnage/Ludwig_Mies_van_der_Rohe/133138).

⁶⁷ NEUMEYER, 2000: 69-113.

3 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Boullée, Étienne-Louis. 1985. *Arquitectura, Ensayo sobre el arte*. Introducción de Carlos Sambricio. Versión castellana de Carlos Manuel Fuentes. Colección Punto y Línea. Barcelona: Gustavo Gili.
- Frampton, Kenneth. 2009. *Historia crítica de la arquitectura moderna*. Traducción de Jorge Sainz. Cuarta edición revisada y ampliada. Barcelona: Gustavo Gili.
- Kant, Immanuel. 1995. *Crítica da Faculdade do Juízo*. Tradução de Valério Rohden e Antônio Marques. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Kant, Immanuel. 1996. *Practical Philosophy*. Edited by Mary J. Gregor. Cambridge: Cambridge University Press.
- Loos, Adolf. 2006. *Ornamento e Crime*. Arte. Lisboa: Edições Cotovia.
- Neumeyer, Fritz. 2000. *Mies van der Rohe: La Palabra Sin Artificio, Reflexiones Sobre Arquitectura 1922-1968*. Traducción de Jordi Siguán. Biblioteca de Arquitectura. 2ª Edição. Madrid: El Croquis Editorial.
- Oechslin, Werner. 2002. *Otto Wagner, Adolf Loos and the Road to Modern Architecture*. Translated by Lynnette Widder. Cambridge: Cambridge University Press.
- Panofsky, Erwin. 1989. *Idea: Contribución a la historia de la teoría del arte*. Tradução de María Teresa Pumarega. Sétima Edição. Madrid: Ensayos Arte Cátedra.
- Platão, 2011. *Timeu-Críticas*. Tradução do grego, introdução e notas de Rodolfo Lopes. Coimbra: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos.
- Rosenau, Helen (Ed.). 1976. *Boullée and Visionary Architecture*. London: Academy Editions; New York: Harmony Books.
- Rykwert, Joseph. 2003. *A casa de Adão no paraíso: a idéia da cabana primitiva na história da arquitetura*. São Paulo: Perspectiva.
- Schiller, Friedrich. 2002. *A Educação Estética do Homem: numa série de cartas*. Tradução de Roberto Schwarz e Márcio Suzuki. São Paulo: Iluminuras.
- Winckelmann, Johann Joachim. 1765. *Reflections on the Painting and Sculpture of the Greeks: with Instructions for the Connoisseur, and An Essay on Grace in Works of Art*. Translated from The German Original of the Abbé Winkelmann, Librarian of the Vatican, by Henry Fusseli, A. M. London: Printed for the Translator, and Sold by A. Millar in the Strand. archive.org/details/reflectionsonpai00winc
- Winckelmann, Johann Joachim. 1850. *The History of Ancient Art: among the Greeks*. Translated from the German of John Winckelmann by G. Henry Lodge. London: John Chapman. archive.org/details/historyofancient00winc

Considerações Finais

A historiografia da arquitetura, já com séculos de continuidade, respeitou, e continua a respeitar, a noção dos *Gregos antigos, criadores do termo* arquitetura, *que, para eles, designava qualquer obra superior à vulgar tectura (construção ou edifício) – tal como arquidiocese é superior a diocese – uma edificação diferente das que tinham carácter prático e comum, pela sua escala, ordem, permanência ou solenidade de funções.*¹ Contudo, no século XX ocorreu uma mudança significativa quando os arquitetos decidiram dedicar-se à arquitetura doméstica para todas as classes sociais, rompendo com a tradição de se dedicarem apenas à arquitetura doméstica para a elite, da classe média ou da alta burguesia. A definição de arquitetura foi ainda alargada com a inclusão da arquitetura vernacular, legitimada pela sua longevidade e identidade própria. Atualmente, qualquer construção realizada por um *atelier* pode ser considerada *arquitetura*, na medida em que cumpre o requisito de possuir um carácter excepcional. Embora os arquitetos mais célebres, modernistas que operaram a rutura com a tradição das Belas-Artes, entendessem que estavam a *construir* e não a fazer *arquitetura*, na prática realizaram obras-de-arte que foram incluídas pelos historiadores como sendo arquitetura.

Em consequência, colocou-se a questão de partida da presente tese: porque não são integradas na historiografia oficial as *arquitecturas* entretanto legitimadas pela prática? Ao longo da presente investigação foi-se tornando claro, e mais compreensível, que o gesto de unificar as arquiteturas – de elite, vernacular, primitiva – numa só obra coerente esbarra com os preconceitos falsos, estruturantes da visão de mundo europeia, que não só impedem a integração, como incentivam a compartimentação e a hierarquização. No caso da arquitetura doméstica, a edificação encomendada pelas classes dominantes (e por alguma classe média alta) figura na história da arquitetura, mas a restante fica excluída, sendo remetida para a categoria de

coisa de uso corrente. No entanto, ambas são *habitação*, demonstrando que é possível colocar todas as formas de habitação no mesmo plano, segundo a sua função.

No caso da história da Europa, a historiografia europeia até à Idade Média resume-se, *grosso modo*, às culturas minoica, micénica, grega, etrusca e romana, ou seja, às culturas do Mediterrâneo e do Mar Egeu, salvo a devida exceção da cultura megalítica, que é restrita no tempo (Neolítico tardio e Idade do Bronze antigo) e no espaço (região do Atlântico e do Mar do Norte). Isto exclui a arquitetura da esmagadora maioria dos povos *bárbaros*, num intervalo temporal de milhares de anos. Até ao florescimento das primeiras concentrações urbanas no Mediterrâneo, todos os povos europeus habitavam em cabanas (quer de madeira, ou na variante com paredes de adobe), e nelas prestavam culto (quando não o faziam ao ar livre), e reuniam em assembleias e banquetes. Com o desenvolvimento das *poleis*, as tribos gregas formaram nações e a arquitetura dividiu-se em duas categorias, sendo que apenas os templos e alguns edifícios públicos eram considerados *arquitectura*, e a habitação foi lançada na sombra, reduzida a mera construção utilitária. Para os romanos, que adotaram a cultura helénica, a transição foi a mesma. Com a mudança para a *polis* ou a urbe, a cabana ficou para trás no tempo, ou deixada para os agricultores em contexto rural. Mas para as restantes tribos, que eram a maioria dos europeus e os antepassados daqueles que não são nem gregos nem italianos, a arquitetura continuou a ser uma só: a cabana, e as aldeias formadas por conjuntos de cabanas, cercadas por vedações rudimentares.

Para a esmagadora maioria dos europeus, desde as origens no mesolítico com os primeiros abrigos temporários, passando pela cabana comunitária neolítica, até ao conjunto de cabanas unifamiliares formando aldeias, a arquitetura foi sempre uma só, a cabana e a sua envolvente. A exceção foram os *tumuli*, elevações no terreno formadas por montes de terra cobrindo intencionalmente um ou mais túmulos, que podem ser confundidos com montes naturais. Foram muito difundidos por toda a Europa, e recorrentes desde o Paleolítico até à Idade Média, sobretudo na Idade do Bronze. Embora

¹ JANSON, 1992: 35.

não sendo considerados arquitetura pela historiografia, Adolf Loos discorda e afirma que os *tumuli* são arquitetura, defendendo a primazia da memória ancestral. Nas suas palavras:

Quando, ao andarmos pelo bosque, encontramos uma elevação no solo, seis pés de comprimento e três pés de largura, toscamente amontoada em forma de pirâmide, ficamos sérios, e algo interior nos diz: alguém está enterrado aqui. Isto é arquitetura.²

A verdade é que em quase todas as épocas e lugares os seres humanos ergueram túmulos e monumentos, com um esforço considerável, enquanto permaneceram habitando em abrigos modestos e precários. Mas no século XXI são os arquitetos que projetam e erguem habitação, para todas as classes sociais (direta ou indiretamente), demonstrando que o gênio se revela e atua em toda a criação humana. Nesse sentido, a cabana de madeira é menos digna do que um templo? Sobretudo, porque o templo grego evoluiu a partir da cabana de madeira, faz sentido afirmar que apenas o primeiro é arquitetura? Se na sua gênese, ambas as arquiteturas eram uma só, a que se deve uma distinção tão clara, uma dicotomia tão acentuada que atribui a dignidade ao templo, e condena a cabana ao desprezo?

A resposta à pergunta de partida pode resumir-se do seguinte modo: a cabana primitiva foi menosprezada pela historiografia da arquitetura pela sua conotação com diversos aspetos inferiorizados pela sociedade, devido aos preconceitos falsos que são parte integrante da visão de mundo europeia:

1. Do ponto de vista do progresso tecnológico, a cabana primitiva é simples, em contraste com construção moderna, que é complexa. Segundo a lógica da teoria da evolução, a evolução ocorre no sentido da simplicidade para a complexidade, sendo que quanto mais antigo, mais simples, e quanto mais recente, mais complexo. Assim, tudo o que é o mais atual possível, na tecnologia, é suposto ser o melhor, pois supera em complexidade o que é anterior. Aplicado à construção, a engenharia pode orgulhar-se de grandes progressos, mas para a habitação e para o bem-estar de quem habita, esse progresso está longe de ser linear, o que é facilmente demonstrado no fascínio pelas casas de campos, tão procuradas como segunda residência;

2. Para os parâmetros da antropologia novecentista, em termos temporais a cabana primitiva é *atrasada*, em comparação com as edificações modernas que são *avançadas*, na medida em

que pertence ao passado remoto. Neste sentido, este raciocínio deriva da noção de progresso tecnológico, seguindo os mesmos princípios do evolucionismo;

3. A cabana está conotada com a vida rural, com o campo, em oposição à habitação urbana, supostamente mais sofisticada e luxuosa. Aqui coincide com a conotação que tem a arquitetura vernacular, com a cabana do pastor ou do agricultor – *cottage* (casa de campo), ou chalé;

4. Sendo uma habitação da ruralidade, a cabana foi-se tornando socialmente a habitação dos mais pobres, na medida em que, desde a Antiguidade, os proprietários dos latifúndios se instalaram em *villae*, castelos, mansões ou palácios, e os trabalhadores agrícolas, livres ou servos, foram preservando o modo de construir dos seus antepassados;

5. Por ser a habitação dos mais pobres, dos agricultores e dos pastores, a cabana é a arquitetura popular, do povo, em contraste com a arquitetura da elite;

6. A cabana primitiva é a antecessora da arquitetura vernacular, estando fora do âmbito da obra-de-arte. O seu caráter é, assim, apenas utilitário, de uso quotidiano, supostamente banal, pois para os ocidentais modernos a vida do dia-a-dia é profana, ao contrário dos povos que não se desligaram da sua mitologia, e que entendem que tudo é sagrado;

7. A cabana está associada aos povos considerados *primitivos*, não civilizados, atraindo para si todos os preconceitos falsos que são atribuídos a esses povos. Os europeus modernos, que se consideram *civilizados*, classificam como inferiores todos os que não adotaram o mesmo estilo de vida, e a mesma estrutura social complexa;

8. Em termos de *status*, a habitação da maior parte da população é espaço doméstico, privado, íntimo, que é considerado como sendo secundário ou até sem valor em comparação com o espaço público, esse sim muito valorizado, que é onde se realizam as atividades económicas e políticas. Este baixo *status* da habitação está associado à desvalorização dos sentimentos e da vida emocional pela sociedade europeia, que estimula a competição, a frieza, o distanciamento emocional e até a psicopatia, como se fossem qualidades (o que se resume na expressão, que era usual até há pouco tempo, de que «um homem não chora»);

9. Porque as mulheres foram, durante milhares de anos, socialmente forçadas a permanecer dentro da habitação, a cuidar de tudo quanto era relativo à vida doméstica, a habitação tornou-se um espaço feminino, por imposição. Com a divisão do trabalho, as tarefas domésticas torna-

² RYKWERT, 2003: 20.

ram-se responsabilidade das mulheres, que não tinham acesso à vida pública, económica e política;

10. A habitação tornou-se espaço propício à violência doméstica, pela tradição milenar de considerar que a casa e aqueles que nela habitavam eram propriedade do pai da família, podendo ele fazer o que bem entendesse com a sua propriedade. As mulheres, as crianças e os empregados que partilhavam da vida doméstica estavam privados de direitos fundamentais, e inferiorizados como se não fossem cidadãos livres.

Por tudo isto, a habitação na Europa tem uma longa história de violência, repressão e conflito entre classes sociais. Na habitação está representada toda a sociedade, e a sua evolução testemunha a guerra permanente que se instalou com o começo da propriedade privada e a instituição das classes sociais, que geraram a desigualdade entre os seres humanos. Focar a história da habitação é, portanto, um confronto doloroso com os erros estruturais da sociedade – a desigualdade entre classes, entre homens e mulheres, entre a cultura popular e a de elite, entre caucasianos e outras etnias, entre a cultura ocidental moderna e outras culturas e épocas passadas. Sendo que, por norma, os historiadores de arquitetura europeia têm sido homens, caucasianos, da classe média, europeus, com formação superior, residentes em cidades, a tendência natural terá sido a desvalorização da arquitetura doméstica, e evitar questionar qualquer um dos preconceitos falsos mencionados.

Mas, uma vez identificados os obstáculos, torna-se possível ultrapassá-los o que permite responder à segunda parte da questão de partida da presente tese – como elevar as arquiteturas que não são obra-de-arte a uma categoria equiparável, de modo a tornar-se possível integrá-las numa mesma obra, que seja um todo coerente. Pois a mesma visão de mundo possui igualmente preconceitos verdadeiros e uma tradição secular de humanismo, que contribuem para o avanço do conhecimento e para o esclarecimento da verdade. A cabana primitiva não é apenas um tipo de construção, é também a representação de uma estrutura social e um arquétipo poderoso. Os antepassados dos europeus modernos viveram em cabanas durante milhares de anos, formando uma sociedade gentílica, alicerçada nas *gentes*, igualitária, e essa memória coletiva ancestral está inevitavelmente presente, mesmo que seja inconscientemente. A própria cabana, enquanto modelo primordial – porque foi a primeira arquitetura – é fenómeno, forma *a priori* que se tornou real, que ganhou existência na realidade sensível, partindo da sua

fonte originária que é o seu arquétipo, na realidade inteligível. E se é um arquétipo é mais que *tipo*, logo, é arquitetura, porque é mais que *tec-tura*. É para essa cabana primitiva, imutável, eterna, e plena de virtude (*arete*), que remete a cabana construída materialmente. A essa imaterial junta-se o mito que lhe dá a narrativa, que é a Arcádia que se perdeu porque foi retirada a tampa da caixa de Pandora, que é o Paraíso perdido porque Adão comeu a maçã e foi expulso. À Idade de Ouro, o tempo em que a humanidade foi feliz, correspondem verdadeiros achados arqueológicos, entrelaçando a vida material com a vida onírica e a memória coletiva. Na América do Norte, até ao século XVIII, as tribos nativas viveram desse modo, mantiveram a sociedade e a igualdade como na Europa existiu até à Idade do Bronze, e é graças ao trabalho de L. H. Morgan que é possível perceber que Arcádia não é apenas devaneio poético, é também memória do passado. Pode-se, então, afirmar que a cabana primitiva também possui diversas conotações positivas:

1. A cabana, sobretudo se for comunitária (*longhouse*), representa a sociedade gentílica igualitária, na qual não existia propriedade privada, e a agricultura não era praticada, prevenindo assim que a ganância tomasse conta dos indivíduos, degenerando-os;
2. Pela inexistência de propriedade privada, com partilha dos bens entre todos, a cabana comunitária é própria do tempo em que os mantimentos eram recolhidos coletivamente, armazenados comunitariamente e redistribuídos de acordo com a necessidade, garantindo que ninguém passava fome, nem havia indigência, numa tribo, a que se convencionou chamar comunismo primitivo;
3. O comunismo primitivo, cujo ponto central é a cabana comunitária, foi real na Europa no Neolítico, e não se extinguiu totalmente até meados da Idade Média, com o começo do feudalismo, o que o torna uma memória relativamente recente;
4. A cabana é também uma adequação perfeita à natureza, e o modo de vida a ela associado é de total harmonia com a natureza, respeitando as suas leis, os seus mistérios sagrados, e os recursos naturais, como o hábito elementar de pedir autorização à floresta para recolher alimentos ou madeira, e de agradecer ao animal que foi morto em caçada, dando a sua vida para que outros possam sobreviver, práticas elementares entre os povos nativos e que se perderam na civilização;
5. A cabana primitiva, tal como Arcádia, era habitada por pastores e agricultores, que na sua simplicidade de vida e de sentimento, eram

pacíficos e livres de ganância ou avareza, sendo portanto a habitação do tempo em que ainda não se tinha instalado a guerra e a violência, nem a brutalidade;

6. Sendo a habitação do tempo de paz, a cabana primitiva foi abrigo das primeiras famílias, quando os casamentos não eram monogâmicos, e as mulheres eram iguais aos homens em direitos e dignidade, não existindo sentimento de posse, nem ciúmes, nem ofensa que exigisse ser reparada com derramamento de sangue, numa simplicidade de sentimento que provoca nos dias de hoje a nostalgia do romântico e do poeta, e o desprezo do cínico e do egoísta;

7. A cabana primitiva está associada mitologicamente à Idade de Ouro, ao tempo em que Saturno era regente, quando o Homem já recebera o fogo oferecido por Prometeu, mas a humanidade ainda não tinha sido castigada por Zeus com a oferenda de Pandora a Epimeteu, e em Arcádia, onde viviam apenas pastores virtuosos e pacíficos, Pã era senhor e percorria os vales na companhia de ninfas e sátiros, e os homens não tinham de sofrer com a doença, a velhice e a morte;

8. Quando a morte aparece em Arcádia, pois a tampa da caixa de Pandora foi retirada, a harmonia e a paz chegaram ao fim, castigo por Prometeu ter roubado o fogo aos deuses para o dar à humanidade, e por ter favorecido a humanidade no banquete, ofendendo Zeus, o que é símbolo da mensagem mais importante: as *luzes* da razão, o génio criador, o engenho e a mente do Homem, em suma, a consciência, são um privilégio que o eleva acima dos animais, mas também é a sua fonte permanente de sofrimento e angústia, pela consciência da própria mortalidade, e a fonte da sua decadência moral, pois a capacidade para inventar também permitiu a descoberta da propriedade privada e de meios para que apenas alguns acumulassem a riqueza e o alimento que deveriam ser partilhados igualitariamente por todos; a capacidade de inventar deve ser cuidadosamente controlada para evitar a destruição da humanidade e dos recursos da natureza; o retorno à simplicidade da cabana é a metáfora da aceitação voluntária de abdicar das necessidades artificiais geradas pela sociedade, e da aceitação consciente do respeito pela natureza;

9. A cabana de madeira deu lugar à *cabana de pedra*, que é o templo grego, uma transição que foi adotada pelos adeptos do revivalismo grego, do helenismo oitocentista, como estandarte da sua luta pela democracia e pela instauração da sociedade civil, um projeto que se concretizou e que é o fundamento da sociedade europeia moderna;

10. A cabana primitiva, enquanto arquétipo, representa eternamente o Ideal, que exige a realidade absoluta, e a sua realização eleva a multiplicidade do mundo à formalidade absoluta, permitindo assim a elevação da necessidade física para a necessidade moral; é, portanto, fonte original inesgotável para os arquitetos, que regenera a arquitetura e preserva o sentido da própria profissão.

Deste modo, a cabana que é habitação milenar ancestral eleva-se ao seu arquétipo, e retorna como ideal. Foi esta a passagem realizada por Laugier – que compreendeu bem o símbolo. O desejo de retornar ao essencial, despojando a sociedade do que é artifício, é a fonte e a diretriz da arquitetura moderna, que se despiu do seu *invólucro* (a forma artística) para assumir o seu *cerne* (a forma técnica). Quando a arquitetura barroca já se perdera na arbitrariedade, na multiplicidade do mundo, o revivalismo grego soube elevar a arquitetura ao seu Ideal, abdicando do que era arbitrário para preservar apenas o que era positivo, essencial. Do mesmo modo, a sociedade democrática, que era apenas um ideal na Revolução Francesa, tornou-se real, as repúblicas e as monarquias constitucionais são a concretização do Contrato Social de Rousseau. Mas com as inúmeras imperfeições e erros estruturais, as democracias europeias modernas continuam sufocadas pela ganância, pela ambição e pela corrupção, induzindo os indivíduos à acumulação compulsiva de propriedade privada, tornando evidente que o projeto da Modernidade está ainda nos seus primeiros passos, e que muito terão de fazer as gerações vindouras. É pois necessário não perder de vista a meta a alcançar, que é Arcádia – não a Arcádia que já existiu e que provoca nostalgia no poeta, nem a Arcádia que existe apenas na Idealidade, imutável e eterna, em potência, mas a Arcádia futura que tem de ser sonhada, imaginada, projetada e concretizada, a cada geração, aperfeiçoando a sua realização por tentativa erro, até serem alcançadas, na realidade sensível material, entre os seres humanos, a liberdade, a igualdade e a fraternidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Janson, H. W. 1992. *História da Arte*. 5ª Edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Rykwert, Joseph. 2003. *A casa de Adão no paraíso: a idéia da cabana primitiva na história da arquitetura*. São Paulo: Perspectiva.

Epígrafe II

Before our white brothers came to civilize us we had no jails. Therefore we had no criminals. You can't have criminals without a jail. We had no locks or keys, and so we had no thieves. If a man was so poor that he had no horse, tipi or blanket, someone gave him these things.

We were too uncivilized to set much value on personal belongings. We wanted to have things only in order to give them away. We had no money, and therefore a man's worth couldn't be measured by it. We had no written law, no attorneys or politicians, therefore we couldn't cheat.

We really were in a bad way before the white man came, and I don't know how we managed to get along without the basic things which, we are told, are absolutely necessary to make a civilized society.¹

Antes de os nossos irmãos brancos chegarem para nos tornar homens civilizados, não tínhamos nenhum tipo de prisão. Por esse motivo, não tínhamos delinquentes.

Sem uma prisão, não pode haver delinquentes. Não tínhamos fechaduras nem chaves e, portanto, entre nós não havia ladrões. Quando alguém era tão pobre que não tinha um cavalo, uma tenda ou um cobertor, alguém lhe oferecia tudo isso de presente.

Éramos demasiado incivilizados para dar grande valor aos bens pessoais. Queríamos ter coisas apenas para as podermos dar. Não conhecíamos nenhum tipo de dinheiro e, conseqüentemente, o valor de um homem não podia ser medido pela sua riqueza. Não tínhamos leis escritas nem advogados, nem políticos, e por isso não éramos capazes de nos trapacear uns aos outros.

Estávamos realmente a ir por mau caminho antes da chegada dos homens brancos, e nem sei como fomos capazes de nos governar sem essas coisas fundamentais que, assim nos é dito, são tão necessárias para fazer uma sociedade civilizada.²

Por John (Fire) Lame Deer (1903-1976), *Medicine man* (curandeiro espiritual), e membro da sociedade secreta heyoka, do povo Sioux Lakota, da tribo Miniconjou

¹ In Lame Deer, John (Fire) & Erdoes, Richard. 1972. *Lame Deer: Seeker of Visions*. New York, London, Toronto, Sydney: Touchstone, pp. 74-75.

² Tradução livre da autora.

Bibliografia

A

- Ackroyd, Peter. 2011. *Foundation*. The History of England, vol. 1. London: Macmillan [Printed edition, 2011]. Macmillan [e-book].
- Ainian, Alexander Mazarakis. 2007. «Architecture and social structure in Early Iron Age in Greece». In Westgate, Ruth & Fisher, Nick & Whitley, James (EE.). 2007. *Building Communities: House, Settlement and Society in the Aegean and Beyond: Proceedings of a Conference held at Cardiff University, 17-21 April 2001*. London: British School at Athens.
- Adkins, Lesley & Adkins, Roy A. 2005. *Handbook to Life in Ancient Greece*. Library of World History. New York: Facts on File.
- Alcock, Joan P. 2011. *A Brief History of Roman Britain*. London: Robinson.
- Allentoft, Morten E. et al. 2015. «Population genomics of Bronze Age Eurasia». *Nature*, 522: 167-172. doi:10.1038/nature14507
- Ammerman, Albert J. & Cavalli-Sforza, L.L. 1984. *The Neolithic transition and the genetics of population in Europe*. Princeton, New Jersey (USA): Princeton University Press.
- Anthony, David W. 2004. «Domestication of the Horse». In Bogucki, Peter & Crabtree, Pam J. (EE.) (2004a), 363-368.
- Anthony, David W. 2007. *The Horse, the Wheel and Language: How Bronze-Age Riders from the Eurasian Steppes Shaped the Modern World*. Princeton & Oxford: Princeton University Press.
- Apollodorus. 1921. *The Library, Volume I: Books 1-3*. With and English translation by James G. Frazer. The Loeb Classical Library, 121. London: William Heinemann; New York: G. P. Putnam's Sons. archive.org/details/library00athegoog/mode/2up
- Arias, Pablo. 2007. «Neighbours but diverse: social change in north-west Iberia during the transition from the Mesolithic to the Neolithic (5500-4000 cal BC)». In Whittle, Alastair & Cummings, Vicki (EE.) (2007), 53-71.
- Ault, Bradley A. & Nevett, Lisa C. (EE.). 2005. *Ancient Greek Houses and Households: Chronological, Regional and Social Diversity*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.

B

- Barlow, Frank & Medlicott, W.N. (Ed.). 1966. *The Feudal Kingdom of England, 1042-1216*. A History of England in Ten Volumes. Second edition, Third impression. London: Longmans.
- Bíblia Sagrada – Edição Pastoral. 2015. Lisboa: Paulus Editora.
- Bintliff, John. 2004. «Dark Age Greece». In Bogucki, Peter & Crabtree, Pam J. (EE.) (2004b), 312-318.

- Boardman, John & Hammond, N.G.L. (EE.). 2006. *The Expansion of the Greek World, Eighth to Sixth Centuries B.C.* The Cambridge Ancient History, Volume III. Part 3. Second Edition. Cambridge (UK): Cambridge University Press.
- Bogucki, Peter & Crabtree, Pam J. (EE.). 2004a. *Ancient Europe 8000 B.C.–A.D. 1000: Encyclopedia of the Barbarian world. Volume 1: The Mesolithic to Copper Age (c.8000-2000 B.C.)*. New York: Charles Scribner's Sons.
- Boehm, Christopher. 2001. *Hierarchy in the forest: the evolution of egalitarian behavior*. Cambridge, Massachusetts; London, England: Harvard University Press.
- Bogucki, Peter & Crabtree, Pam J. (EE.). 2004b. *Ancient Europe 8000 B.C.–A.D. 1000: Encyclopedia of the Barbarian world. Volume 2: Bronze Age to Early Middle Ages (c.3000 B.C.-A.D. 1000)*. New York: Charles Scribner's Sons.
- Bogucki, Peter. 2004a. «Late Bronze Age Urnfields of Central Europe». In Bogucki, Peter & Crabtree, Pam J. (EE.) (2004b), 86-91.
- Bogucki, Peter. 2004b. «Consequences of Agriculture, 5000-2000 B.C.: Introduction». In Bogucki, Peter & Crabtree, Pam J. (EE.) (2004a), 313-316.
- Bogucki, Peter. 2004c. «Masters of Metal, 3000-1000 B.C.: Introduction». In Bogucki, Peter & Crabtree, Pam J. (EE.) (2004b), 3-5.
- Botha, Rudolf & Knight, Chris. 2009. *The Cradle of Language*. Studies in the Evolution of Language. Oxford: Oxford University Press.
- Boullée, Étienne-Louis. 1985. *Arquitectura, Ensayo sobre el arte*. Introducción de Carlos Sambriocio. Versión castellana de Carlos Manuel Fuentes. Colección Punto y Línea. Barcelona: Gustavo Gili.
- Bowler, Peter J. 1989. *Evolution: The History of an Idea*. Revised Edition. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press.
- Britton, John. 1807. *The architectural antiquities of Great Britain, represented and illustrated in a series of views, elevations, plans, sections, and details, of various ancient English edifices : with historical and descriptive accounts of each*. Vols. 1-4. London: Printed for Longman, Hurst, Rees, and Orme; J. Taylor, at the Architectural Library; and the author. archive.org/details/architecturalant01brit_0
- Brown, Gerard B. 1903. *The Life of Saxon England in its Relation to the Arts*. The Arts in Early England, vol. 1. New York: E.P. Dutton; London: John Murray. archive.org/details/artsinearlyengla01brow
- Brown, Gerard B. 1915. *Saxon Art and Industry in the Pagan Period*. The Arts in Early England, vol. 4. London: John Murray. archive.org/details/artsinearlyengla04browuoft
- Brück, Joanna. 2004. «Bronze Age Britain and Ireland». In Bogucki, Peter & Crabtree, Pam J. (EE.) (2004b), 54-61.
- Burns, William E. 2010. *A Brief History of Great Britain*. New York: Facts on File.

C

- Cabido, José Jacob. 1994. *Reflexões Sobre o Interior Doméstico: as Mentalidades e os Espaços*. Tese de Doutoramento. Lisboa: Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa.
- Cahill, Nicholas. 2002. *Household and City Organization at Olynthus*. New Haven and London: Yale University Press.
- Callaway, Ewen. 2015. «DNA data explosion lights up the Bronze Age». *Nature*, 522: 140-141. doi:10.1038/ 522140a
- Campbell, Bruce M. S. 2003. «England: Land and People». In Rigby, S. (Ed.) (2003), 3-25.
- Carroll, Maureen. 2001. *Romans, Celts & Germans: The German Provinces of Rome*. Stroud, Gloucestershire, UK: Tempus Publishing.
- Cavalli-Sforza, L. Luca & Menozzi, Paolo & Piazza, Alberto. 1994. *The history and geography of human genes*. Princeton, New Jersey (USA): Princeton University Press.
- Cavalli-Sforza, Luigi Luca. 2001. *Genes, Peoples and Languages*. London: Penguin Books.
- Chapman, Malcolm. 1992. *The Celts: The Construction of a Myth*. New York: St. Martin's Press.
- Cheyney, Edward Potts. 1901. *An introduction to the industrial and social history of England*. New York: Macmillan.
- Collis, John. 2003. *The European Iron Age*. London; New York: Routledge [Printed edition, 1984]. Taylor & Francis e-Library [e-book].
- Crabtree, Pam J. 2004. «The European Iron Age, c.800 B.C.–A.D. 400: Introduction». In Bogucki, Peter & Crabtree, Pam J. (Ed.) (2004b), 137-139.
- Cunliffe, Barry (Ed.). 1994a. *The Oxford Illustrated Prehistory of Europe*. Oxford, New York: Oxford University Press.
- Cunliffe, Barry. 1994b. «Iron Age Societies in Western Europe and Beyond, 800-140 BC». In Cunliffe, Barry (Ed.) (1994a), 336-372.
- Cunliffe, Barry. 1999. *The Ancient Celts*. New Edition [First published by the Oxford University Press, 1997]. London: Penguin Books.
- Czebreszuk, Janusz. 2004a. «Corded Ware from East to West». In Bogucki, Peter & Crabtree, Pam J. (Ed.) (2004a), 467-475.
- Czebreszuk, Janusz. 2004b. «Bell Beakers from West to East». In Bogucki, Peter & Crabtree, Pam J. (Ed.) (2004a), 476-485.

D

- Darwin, Charles. 1859. *On the Origin of Species by Means of Natural Selection, or the Preservation of Favoured Races in the Struggle for Life*. London: John Murray. archive.org/details/onoriginofspec00darw
- Díaz-Andreu, Margarita. 2007. *A World History of Nineteenth-Century Archaeology: Nationalism, Colonialism and the Past*. Oxford: Oxford University Press.
- Descoedres, Jean-Paul. 2008. «Central Greece in the Eve of the Colonisation Movement». In Tsetschladze, Gocha R. (Ed.) (2008), 289-382.

Dommelen, Peter van. 2005. «Urban Foundations? Colonial Settlement and Urbanization in the Western Mediterranean». In Osborne, Robin & Cunliffe, Barry (Eds.) (2005), 143-167.

E

Engels, Friedrich. 1984. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado: Trabalho Relacionado com as Investigações de L.H. Morgan*. Coleção Perspectivas do Homem, Vol. 99. 9ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

F

Faulkner, P.A. 1958. «Domestic Planning from the Twelfth to the Fourteenth centuries». *The Archaeological Journal*, vol. 115: 150-183. London: Published at the Office of the Archaeological Institute c/o London Museum, Kensington Palace. doi.org/10.1080/00665983.1958.10854132

Faulkner, P.A. 1961. «Haddon Hall and Bolsover Castle». *The Archaeological Journal*, vol. 118: 188-205. London: Published at the Office of the Archaeological Institute c/o London Museum, Kensington Palace. doi.org/10.1080/00665983.1961.10854194

Faulkner, P.A. 1963. «Castle Planning in the Fourteenth Century». *The Archaeological Journal*, vol. 120: 215-235. London: Published at the Office of the Archaeological Institute c/o London Museum, Kensington Palace. doi.org/10.1080/00665983.1963.10854241

Fiedler, Manuel. 2005. «Houses at Leukas in Acarnania: A Case Study in Ancient Household Organization». In Ault, Bradley A. & Nevett, Lisa C. (Eds.) (2005), 99-118.

Flannery, Kent & Marcus, Joyce. 2012. *The Creation of Inequality: How our prehistoric ancestors set the stage for monarchy, slavery, and empire*. Cambridge, Massachusetts; London, England: Harvard University Press.

Frampton, Kenneth. 2009. *Historia crítica de la arquitectura moderna*. Traducción de Jorge Sainz. Cuarta edición revisada y ampliada. Barcelona: Gustavo Gili.

Fu, Qiaomei et al. 2013. «A Revised Timescale for Human Evolution Based on Mitochondrial Genomes». *Current Biology*, vol. 23 (7): 553-559. doi.org/10.1016/j.cub.2013.02.044

Fu, Qiaomei et al. 2016. «The Genetic History of Ice Age Europe». *Nature*, 534: 200-205. doi:10.1038/nature17993

G

Gadamer, Hans-Georg. 1999. *Verdade e Método: Traços Fundamentais de Uma Hermenêutica Filosófica*. 3ª Edição. Petrópolis: Editora Vozes.

Galton, Francis. 1869. *Hereditary Genius: An Inquiry into its Laws and Consequences*. London: Macmillan. archive.org/details/hereditarygenius1869galt

Galton, Francis. 1883. *Inquiries Into Human Faculty and Its Development*. London: Macmillan. archive.org/details/inquiriesintohu00galtgoog

Gamble, Clive. 1994. «The Peopling of Europe 700,000-40,000 Years before the Present». In Cunliffe, Barry (Ed.) (1994), 5-41.

García, O. et al. 2011. «Using mitochondrial DNA to test the hypothesis of a European post-glacial human recolonization from the Franco-Cantabrian refuge». *Heredity* 106: 37-45. doi:10.1038/hdy.2010.47

- Garland, Robert. 2009. *Daily Life of the Ancient Greeks*. 2nd Ed. Daily Life Through History. Westport, Connecticut; London: Greenwood Press.
- Geikie, Archibald. 1897. *The Founders of Geology*. London, New York: Macmillan and Co. archive.org /details/foundersgeology02geikgoog
- Giedion, Sigfried. 1959. *Space, Time and Architecture: the Growth of a new Tradition*. Third Edition, revised and enlarged. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.
- Graeber, David & Sahlins, Marshall. 2017. *On Kings*. Chicago: Hau Books.
- Graham, A.J. 2006. «The Colonial Expansion of Greece». In Boardman, John & Hammond, N.G.L. (EE.) (2006), 83-162.
- Gravett, Christopher & Chandler, David G. (Ed.). 1992. *Hastings 1066: The Fall of Saxon England*. The Osprey Campaign Series, 13. Oxford, UK: Osprey Publishing.
- Gravett, Christopher & Hook, Adam (illus.). 2003. *Norman Stone Castles: The British Isles, 1066-1216*. Fortress, 13. Oxford, UK: Osprey Publishing.
- Gravett, Christopher & Hook, Adam (illus.). 2004. *Norman Stone Castles: Europe 950-1204*. Fortress, 18. Oxford, UK: Osprey Publishing.
- Gravett, Christopher & Hook, Adam (illus.). 2013. *English Castles, 1200-1300*. Oxford, UK: Osprey Publishing.
- Guilaine, Jean & Manen, Claire. 2007. «From Mesolithic to Neolithic in the western Mediterranean». In Whittle, Alastair & Cummings, Vicki (EE.) (2007), 21-51.

H

- Haak, Wolfgang et al. 2010. «Ancient DNA from European early Neolithic farmers reveals their Near Eastern affinities». *PLoS Biology* 8 (11): e1000536. doi: 10.1371/journal.pbio.1000536
- Haak, Wolfgang et al. 2015. «Massive migration from the steppe was a source for Indo-European languages in Europe». *Nature*, 522: 207-211. doi:10.1038/nature 14317
- Habermas, Jürgen. 1990. *O Discurso Filosófico da Modernidade*. Nova Enciclopédia, Nº 1. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Hamilakis, Yannis & Duke, Philip (EE.). 2009. *Archaeology and Capitalism: From Ethics to Politics*. Walnut Creek, California: Left Coast Press.
- Hanawalt, Barbara A. 1998. *'Of Good and Ill Repute': Gender and Social Control in Medieval England*. New York; Oxford: Oxford University Press.
- Hanson, W.S. 2004. «Scotland and the Northern Frontier: Second to Fourth Centuries AD». In Todd, Malcolm (Ed.). *A Companion to Roman Britain*. Blackwell companions to British history. Malden, USA; Oxford, UK; Victoria, Australia: Blackwell Publishing: 136-161.
- Harding, A.F. 2000. *European Societies in the Bronze Age*. Cambridge World Archaeology. Cambridge: Cambridge University Press.
- Harding, D.W. 2004. *The Iron Age in Northern Britain: Celts and Romans, Natives and Invaders*. London; New York: Routledge [Printed edition, 2004]. Taylor & Francis e-Library [e-book].
- Harvey, Barbara (Ed.) & Langford, Paul (Gen. Ed.). 2001. *The Twelfth and Thirteenth Centuries, 1066-c.1280*. Short Oxford History of British Isles. Oxford: Oxford University Press.

- Herlihy, David. 1985. *Medieval Households*. Studies in Cultural History. Cambridge, Massachusetts, USA; London, England: Harvard University Press.
- Hesiod. 1988. *Theogony and Works and Days*. Translated with an Introduction and Notes by M. L. West. The World's Classics. Oxford, New York: Oxford University Press.
- Hesiod. 2006. *Theogony, Works and Days, Testimonia*. Edited and Translated by Glenn W. Most. The Loeb Classical Library, 57. Cambridge, Massachusetts; London, England: Harvard University Press.
- Hobbes, Thomas. 1651. *Leviathan: Or the Matter, Forme and Power of a Common-Wealth, Ecclesiasticall and Civill*. London: Printed for Andrew Crooke. archive.org/details/leviathan00hobba/page/n3
- Hobsbawm, E. J. 2000. *Nations and Nationalism Since 1780: Programme, Myth, Reality*. Second Edition. Cambridge: Cambridge University Press.
- Hodge, Jonathan & Radick, Gregory (EE.). 2003. *The Cambridge Companion to Darwin*. Cambridge, New York, Melbourne: Cambridge University Press.
- Hoepfner, Wolfram & Schwandner, Ernst-Ludwig. 1986. *Haus und Stadt im Klassischen Griechenland*. Wohnen in der klassischen Polis, Band 1. München: Deutscher Kunstverlag.
- Holmes, Urban Tigner 1966. *Daily Living in the Twelfth Century: based on the observations of Alexander Neckam in London and Paris*. Madison, Milwaukee, London: University of Wisconsin Press.
- Horrox, Rosemary & Ormrod, W. Mark (EE.). 2006. *A Social History of England, 1200-1500*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Hutton, James. 1788. «Theory of the Earth: or an Investigation of the Laws observable in the Composition, Dissolution, and Restoration of Land upon the Globe». *Transactions of the Royal Society of Edinburgh*, Vol. I, Part II: Papers of the Physical Class, pp. 209-304. Edinburgh: Printed for J. Dickson. archive.org/details/transactionsofro01roya
- Hutton, James. 1794. *An Investigation of the Principles of Knowledge: And of the Progress of Reason, From Sense to Science and Philosophy*. Vol. II. Edinburgh: Printed for A. Strahan, and T. Cadell, London. search.lib.virginia.edu/catalog/uva-lib:2431718
- Huxley, Thomas H. 1863. *Evidence as to Man's Place in Nature*. New York: D. Appleton and Company. archive.org/details/evidenceastomans00huxl/page/n7

I

- I.H.P. 1847. «On the Building Called the King's House, and other Architectural Remains in the Town of Southampton». *The Archaeological Journal*, vol. 4: 7-13. London: Published at the Office of the Archaeological Institute. doi.org/10.1080/00665983.1847.10850644

J

- Janson, H. W. 1992. *História da Arte*. 5ª Edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Joyce, Patrick Weston. 1906. *A Smaller Social History of Ancient Ireland: treating of the government, military system, and law; religion, learning, and art; trades, industries, and commerce; manners, customs, and domestic life, of the ancient Irish people*. London, New York and Bombay: Longmans, Green and Co.

K

- Kant, Immanuel. 1995. *Crítica da Faculdade do Juízo*. Tradução de Valério Rohden e Antônio Marques. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Kant, Immanuel. 1996. *Practical Philosophy*. Edited by Mary J. Gregor. Cambridge: Cambridge University Press.
- Keeley, Lawrence H. & Golitko, Mark. 2004. «First Farmers of Central Europe». In Bogucki, Peter & Crabtree, Pam J. (EE.) (2004a), 259-266.
- Keeley, Lawrence H. & Quick, Russell, S. 2004. «Discovering Barbarian Europe: Warfare and Conquest». In Bogucki, Peter & Crabtree, Pam J. (EE.) (2004a), 110-118.
- Kerr, Robert. 1865. *The gentleman's house; or, How to plan English residences, from the parsonage to the palace; with tables of accommodation and cost, and a series of selected plans*. London: John Murray. archive.org/details/gentlemanshouse00kerr
- Kevles, Daniel J. 1986. *In the Name of Eugenics: Genetics and the Uses of Human Heredity*. Berkeley; Los Angeles: University of California Press.
- King, John. 2000. *Kingdoms of the Celts: A History and a Guide*. London: Blandford.
- Klibansky, Raymond & Paton, H.J. (EE.). 1936. *Philosophy & history: essays presented to Ernst Cassirer*. Oxford: Clarendon Press.
- Kohl, Philip L. & Fawcett, Clare (EE.). 1995a. *Nationalism, Politics and the Practice of Archaeology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Kohl, Philip L. & Fawcett, Clare. 1995b. «Archaeology in the Service of the State: Theoretical Considerations». In Kohl, Philip L. & Fawcett, Clare (EE.) (1995a), 3-18.

L

- Lang, Franziska. 2005. «Structural Change in Archaic Greek Housing». In Ault, Bradley A. & Nevett, Lisa C. (EE.) (2005), 12-35.
- Laugier, Marc-Antoine. 1755a. *Essai sur l'architecture*. Nouvelle edition, revue, corrigée, & augmentée, avec un dictionnaire des termes, et des planches qui en facilitent l'explication. A Paris: Chez Duchesne, Libraire, rue S. Jacques, au-dessous de la Fontaine S. Benoît, au Temple du Goût. <https://archive.org/details/surlarchitecture00laug>
- Laugier, Marc-Antoine. 1755b. *An Essay on Architecture; in which its true principles are explained, and invariable rules proposed for directing the judgment and forming the taste of the gentleman and the architect, with regard to the different kinds of buildings, the embellishment of cities, and the planning of gardens. Adorned with a frontispiece, designed by Mr. Wale, and curiously engraven*. London: T. Osborne and Shipton. <https://archive.org/details/essayonarchitect00laugrich>
- Laugier, Marc-Antoine. 1755c. *Essai sur l'architecture*. Nouvelle edition, revue, corrigée, & augmentée, avec un dictionnaire des termes, et des planches qui en facilitent l'explication. A Paris: Chez Duchesne, Libraire, rue S. Jacques, au-dessous de la Fontaine S. Benoît, au Temple du Goût. <http://dx.doi.org/10.3931/e-rara-128>
- Leão, Delfim F. & Rhodes, P.J. 2016. *The Laws of Solon: a New Edition with Introduction, Translation and Commentary*. London, New York: I.B. Tauris.

- Lentin, Alana. 2004. *Racism and Anti-Racism in Europe*. London (UK), Ann Arbor (USA): Pluto Press.
- Lillios, Katina T. 2004. «Late Neolithic/ Copper Age Iberia». In Bogucki, Peter & Crabtree, Pam J. (Ed.) (2004a), 456-464.
- Loos, Adolf. 2006. *Ornamento e Crime*. Arte. Lisboa: Edições Cotovia.
- Lyell, Charles. 1837. *Principles of Geology: being an attempt to explain the former changes of the Earth's surface, by reference to causes now in operation*. Vol. I. Fifth Edition. London: John Murray. archive.org/details/Lyell1837jf09J-a
- M**
- Mackenzie, Sir James D. 1896. *The Castles of England: their Story and Structure*. Vols. 1-2. New York: The Mackmillan co. archive.org/details/castlesofengland01mack
- Mallgrave, Harry F. 2005. *Modern Architectural Theory: a Historical Survey, 1673-1968*. New York: Cambridge University Press.
- Mallgrave, Harry F. 2006. *Architectural Theory, volume 1: An Anthology from Vitruvius to 1870*. [S.l.]: Blackwell Publishing.
- Malyarchuk Boris et al. 2010. «The Peopling of Europe from the Mitochondrial Haplogroup U5 Perspective». *PLoS ONE* 5 (4): e10285. doi:10.1371/journal.pone.0010285
- Margaret Wood, M.A. 1935. «Norman Domestic Architecture». *The Archaeological Journal*, vol. 92: 167-242. London: Published at the Office of the Archaeological Institute. doi: [org/10.1080/00665983.1935.10853647](https://doi.org/10.1080/00665983.1935.10853647)
- McIntosh, Jane. 2006. *Handbook to Life in Prehistoric Europe*. New York: Facts on File.
- Mellars, Paul. 1994. «The Upper Paleolithic Revolution». In Cunliffe, Barry (Ed.) (1994), 42-78.
- Mellars, Paul. 2006. «Archeology and the dispersal of modern humans in Europe: Deconstructing the “Aurignacian”». *Evolutionary Anthropology*, 15: 167-182. [dx.doi.org/10.1002/evan.20103](https://doi.org/10.1002/evan.20103)
- Meyer, Kuno. 1905. *Cáin Adamnáin: an old-Irish treatise on the law of Adamnan*. Oxford: Clarendon Press. <https://archive.org/details/cinadamninol00meyeruoft>
- Milisauskas, Sarunas. 2004. «Late Neolithic/ Copper Age Central Europe». In Bogucki, Peter & Crabtree, Pam J. (Ed.) (2004a), 371-378.
- Mithen, Steven J. 1994. «The Mesolithic Age». In Cunliffe, Barry (Ed.) (1994), 79-135.
- Montesquieu, Charles de Secondat, baron de. 1749. *De l'esprit des loix, ou du rapport que les loix doivent avoir avec la constitution de chaque gouvernement, les moeurs, le climat, la religion, le commerce, &c.* Nouvelle Edition. Corrigée par l' Auteur. A Geneve: Chez Barrillot & Fils. archive.org/details/delespritdesloil1montgoog
- Montesquieu, Charles de Secondat, baron de. 2000. *O Espírito das Leis*. Tradução de Cristina Murachco. São Paulo: Martins Fontes.
- Morgan, Lewis H. 1877. *Ancient Society, or researches in the lines of human progress from savagery through barbarism to civilization*. New York: Henry Holt and Company. archive.org/details/Morgan1877AncientSociety.

Morgan, Lewis H. 1881. *Houses and House-life of the American aborigines*. Contributions to North American Ethnology, Vol. IV. Washington: Government Printing Office. archive.org/details/housesandhouse102morggoog

Morris, Ian. 2005. «The early polis as city and state». In Rich, John & Wallace-Hadrill, Andrew (EE.) (2005), 25-59.

Morris, Marc. 2013. *The Norman Conquest: The Battle of Hastings and the Fall of Anglo-Saxon England*. New York, USA: Pegasus Books [Printed edition, 2012]. Open Road Integrated Media [e-book].

N

Neumeyer, Fritz. 2000. *Mies van der Rohe: La Palabra Sin Artificio, Reflexiones Sobre Arquitectura 1922-1968*. Traducción de Jordi Siguán. Biblioteca de Arquitectura. 2ª Edición. Madrid: El Croquis Editorial.

Nevett, Lisa C. 2010. *Domestic Space in Classical Antiquity*. Key Themes in Ancient History. Cambridge: Cambridge University Press.

Nicholas, George & Hollowell, Julie. 2009. «Ethical Challenges to a Post-colonial Archaeology: The Legacy of Scientific Colonialism». In Hamilakis, Yannis & Duke, Philip (EE.) (2009), 59-82.

Novembre, John. 2015. «Ancient DNA steps into the language debate». *Nature*, 522: 164-165. doi:10.1038 /522164a

O

Oechslin, Werner. 2002. *Otto Wagner, Adolf Loos and the Road to Modern Architecture*. Translated by Lynnette Widder. Cambridge: Cambridge University Press.

Olalde, Iñigo et al. 2015. «A Common Genetic Origin for Early Farmers from Mediterranean Cardial and Central European LBK Cultures». *Molecular Biology and Evolution*, 32 (12): 3132-3142. doi.org/10.1093/ molbev/msv181

Osborne, Robin & Cunliffe, Barry (EE.). 2005. *Mediterranean Urbanization, 800-600 BC*. Oxford; New York: Oxford University Press, for the British Academy.

Ovid. 1971. *Metamorphoses, Volume I: Books 1-8*. With an English translation by Frank Justus Miller. Revised by G. P. Goold. The Loeb Classical Library, 42. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press; London: William Heinemann. archive.org/details/metamorphoses01ovid/page/n6/mode/2up

Ovid. 1971. *Metamorphoses, Volume II: Books 9-15*. With an English translation by Frank Justus Miller. Revised by G. P. Goold. The Loeb Classical Library, 43. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press; London: William Heinemann. archive.org/details/metamorphoseswit02oviduoft/mode/2up

P

Panofsky, Erwin. 1936. «*Et in Arcadia ego*: On the Conception of Transience in Poussin and Watteau». In Klibansky, R. & Paton, H.J. (EE.) (1936), 223-254.

Panofsky, Erwin. 1955a. *Meaning in the Visual Arts: Papers in and on Art History*. Garden City, New York: Doubleday Anchor Books.

- Panofsky, Erwin. 1955b. «*Et in Arcadia ego: Poussin and the Elegiac Tradition*». In Panofsky, Erwin (1955), 295-320.
- Panofsky, Erwin. 1989. *Idea: Contribución a la historia de la teoría del arte*. Tradução de María Teresa Pumarega. Sétima Edição. Madrid: Ensayos Arte Cátedra.
- Parker, Arthur Caswell. 1923. *Seneca Myths and Folk Tales*. Buffalo Historical Society Publications, Volume 27. Buffalo, New York: Buffalo Historical Society. archive.org/details/senecamythsfolkt00park
- Parkinson, William A. 2004. «Late Neolithic/ Copper Age Southeastern Europe». In Bogucki, Peter & Crabtree, Pam J. (EE.) (2004a), 334-341.
- Parnell, Geoffrey & Lapper, Ivan (illus.). 2000. *The Tower of London: a 2000-Year History*. Landmarks in History. Elms Court, Oxford, UK: Osprey Publishing.
- Paul, Diane B. 2003. «Darwin, social Darwinism and Eugenics». In Hodge, Jonathan & Radick, Gregory (EE.) (2003), 214-239.
- Pearce, Mark. 2004. «The Significance of Bronze». In Bogucki, Peter & Crabtree, Pam J. (EE.) (2004a), 6-11.
- Pereira, Luísa et al. 2005. «High-resolution mtDNA evidence for the late-glacial resettlement of Europe from an Iberian refugium». *Genome Research*, 15 (1): 19–24. doi.org/10.1101/gr.3182305
- Perlès, Catherine. 2003. *The Early Neolithic in Greece: The First Farming Communities in Europe*. Cambridge World Archaeology. Cambridge (UK); New York (USA); Port Melbourne, Victoria (Australia): Cambridge University Press.
- Perring, Dominic. 2002. *The Roman House in Britain*. London and New York: Routledge.
- Pinhasi, Ron et al. 2012. «The Genetic History of Europeans». *Trends in Genetics*, vol. 28 (10): 496-505. doi.org/10.1016/j.tig.2012.06.006
- Platão. 2001. *A República*. Introdução, tradução e notas de Maria Helena da Rocha Pereira. 9ª Edição. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian.
- Platão, 2011. *Timeu-Crítias*. Tradução do grego, introdução e notas de Rodolfo Lopes. Coimbra: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos.
- Plato. 1952. *Laches. Protagoras. Meno. Euthydemus*. With an English translation by W. R. M. Lamb. The Loeb Classical Library, 165. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press; London: William Heinemann. archive.org/details/L167PlatoIVCratylusParmenidesGreaterLesserHippias/page/n5/mode/2up
- Platt, Colin. 2005 [cop. 1978]. *Medieval England: A social history and archaeology from the Conquest to 1600 AD*. London; New York: Routledge [Printed edition, 1994]. Taylor & Francis e-Library [e-book].
- Playfair, John. 1802. *Illustrations of the Huttonian Theory of the Earth*. Edinburgh: Cadell and Davies. archive.org/details/NHM104643
- Plutarch. 1967. *Plutarch's Lives: with an english translation by Bernadotte Perrin*. The Loeb Classical Library. Vol. I: *Theseus and Romulus, Lycurgus and Numa, Solon and Publicola*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press. London: William Heinemann Ltd. archive.org/details/plutarchslives01plut2

- Plutarco. 2008. *Vidas Paralelas: Teseu e Rómulo*. Tradução do grego, introdução e notas de Delfim F. Leão e Maria do Céu Fialho. Coimbra: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos. doi.org/10.14195/978-989-721-065-5
- Polignac, François de. 1995. *Cults, Territory, and the Origins of the Greek City-State*. Translated by Janet Lloyd. Chicago and London: The University of Chicago Press.
- Pomeroy, Sarah B. 1995. *Goddesses, Whores, Wives, and Slaves: Women in Classical Antiquity*. New York: Schocken Books.
- Pomeroy, Sarah B. & Burstein, Stanley M. & Donlan, Walter & Roberts, Jennifer Tolbert. 2004. *A Brief History of Ancient Greece: Politics, Society, and Culture*. New York; Oxford: Oxford University Press.
- Popham, Mervyn. 1994. «The Collapse of Aegean Civilization at the End of the Late Bronze Age». In Cunliffe, Barry (Ed.) (1994), 277-303.
- Prestwich, Michael & Roberts, J.M. (Ed.). 2005. *Plantagenet England, 1225-1360*. The New Oxford History of England. Oxford: Oxford University Press.
- Price, Weston A. 1939. *Nutrition and Physical Degeneration: A Comparison of Primitive and Modern Diets and Their Effects*. New York; London: Paul B. Hoeber, Inc; Medical Book Department of Harper & Brothers. archive.org/details/NutritionAndPhysical Degeneration/mode/2up
- R**
- Rankin, David. 2003. *Celts and the Classical World*. London; New York: Routledge [Printed edition, 1996]. Taylor & Francis e-Library [e-book].
- Reisigl, Martin & Wodak, Ruth. 2001. *Discourse and Discrimination: Rhetorics of racism and antisemitism*. London and New York: Routledge.
- Richards, Martin et al. 2000. «Tracing European Founder Lineages in the Near Eastern mtDNA Pool». *American Journal of Human Genetics*, 67 (5): 1251–1276. doi.org/10.1016/S0002-9297(07)62954-1
- Rich, John & Wallace-Hadrill, Andrew (EE.) 2005. *City and Country in the Ancient World*. Leicester-Nottingham Studies in Ancient Society. Vol. 2. London, New York: Routledge [Printed edition, 1992]. Taylor & Francis e-Library [e-book].
- Rigby, S. (Ed.). 2003. *A Companion to Britain in the Later Middle Ages*. Blackwell companions to British history. Malden, USA; Oxford, UK; Melbourne, Australia; Berlin, Germany: Blackwell Publishing.
- Riva, Corinna. 2005. «Culture of Urbanization in the Mediterranean c.800-600 BC». In Osborne, Robin & Cunliffe, Barry (EE.) (2005), 203-232.
- Roberts, Neil. 2004. «Postglacial Environmental Transformation». In Bogucki, Peter & Crabtree, Pam J. (EE.) (2004a), 126-131.
- Rosenau, Helen (Ed.). 1976. *Boullée and Visionary Architecture*. London: Academy Editions; New York: Harmony Books.
- Round, John Horace. 1895. *Feudal England: Historical Studies on the XIth and XIIth Centuries*. London: S. Sonnenschein. archive.org/details/feudalenglandhis00rounuoft

- Rousseau, Jean-Jacques. 1999a. *Discurso Sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade Entre os Homens*. Tradução de Maria Ermantina Galvão; cronologia e introdução de Jacques Roger. 2ª Edição. São Paulo: Martins Fontes.
- Rousseau, Jean-Jacques. 1999b. *O Contrato Social: Princípios do Direito Político*. Tradução de António de Pádua Danesi; revisão de Edison Darci Heldt. 3ª Edição. São Paulo: Martins Fontes.
- Runnels, Curtis. 2004. «First Farmers of Europe». In Bogucki, Peter & Crabtree, Pam J. (EE.) (2004a), 218-225.
- Rykwert, Joseph. 2003. *A casa de Adão no paraíso: a idéia da cabana primitiva na história da arquitetura*. São Paulo: Perspectiva.
- S**
- Sahlins, Marshall D. & Service, Elman R. 1960. *Evolution and Culture*. Ann Arbor (USA): University of Michigan Press.
- Sahlins, Marshall. 2013. *What Kinship is – And is Not*. Chicago and London: The University of Chicago Press.
- Sahlins, Marshall. 2017. *Stone Age Economics*. London, New York: Routledge Classics.
- Sampietro, M.L. et al. 2007. «Palaeogenetic evidence supports a dual model of Neolithic spreading into Europe». *Proceedings of the Royal Society B*, vol. 274 (1622): 2161-2167. doi:10.1098/rspb.2007.0465
- Sawyer, P.H. 2003. *From Roman Britain to Norman England*. Second Edition. London, New York: Routledge. [Printed edition, 1998]. First Published 1978 by Methuen & Co. Ltd. Taylor & Francis [e-book].
- Schiller, Friedrich. 2002. *A Educação Estética do Homem: numa série de cartas*. Tradução de Roberto Schwarz e Márcio Suzuki. São Paulo: Iluminuras.
- Schofield, John. 1991. «The Construction of Medieval and Tudor Houses in London». *Construction History*, vol. 7: 3-28. Ascot, Berkshire, UK: The Construction History Society.
- Schofield, Phillip R. 2003. *Peasant and Community in Medieval England, 1200-1500*. Medieval Culture and Society Series. Houndmills, Hampshire, UK; New York, USA: Palgrave Macmillan.
- Scullard, H.H. 1981. *Festivals and Ceremonies of the Roman Republic*. London: Thames and Hudson.
- Sherratt, Andrew. 1994. «The Transformation of Early Agrarian Europe: The Later Neolithic and Copper Ages 4500 -2500 BC». In Cunliffe, Barry (Ed.) (1994), 167-201.
- Shotter, David. 2005. *Roman Britain*. Lancaster Pamphlets. London, New York: Routledge [Printed edition, 1998]. Taylor & Francis [e-book].
- Shuffrey, L. A. & Davie, W. Galsworthy (illus.). 1912. *The English fireplace: a history of the development of the chimney, chimney-piece and firegrate with their accessories, from the earliest times to the beginning of the XIXth century*. London: B.T. Batsford. archive.org/details/cu319240_15345139
- Simmons, I.G. 2004. «Humans and Environments». In Bogucki, Peter & Crabtree, Pam J. (EE.) (2004a), 7-13.

- Schibler, Jörg & Jacomet, Stefanie & Choyke, Alice. 2004. «Neolithic Lake Dwellings in the Alpine Region». In Bogucki, Peter & Crabtree, Pam J. (EE.) (2004a), 385-392.
- Smith, Adam. 1896. *Lectures on Justice, Police, Revenue and Arms, Delivered in the University of Glasgow by Adam Smith, reported by a student in 1763*. Edited with an introduction and notes by Edwin Cannan. Oxford: at the Clarendon Press. archive.org/details/lecturesonjustic00smituoft
- Smith, J.T. 1955. «Medieval Aisled Halls and their Derivatives». *The Archaeological Journal*, vol. 112: 76-94. London: Published at the Office of the Archaeological Institute c/o London Museum, Kensington Palace. doi.org/10.1080/00665983.1955.10854094
- Smith, J.T. 1958. «Medieval Roofs: A Classification». *The Archaeological Journal*, vol. 115: 111-149. London: Published at the Office of the Archaeological Institute c/o London Museum, Kensington Palace. doi.org/10.1080/00665983.1958.10854131
- Snodgrass, A.M. 2005. «Archaeology and the study of the Greek city». In Rich, John & Wallace-Hadrill, Andrew (EE.) (2005), 1-24.
- Soares, Pedro et. al. 2010. «The Archaeogenetics of Europe». *Current Biology*, vol. 20 (4): 174-183. doi.org/10.1016/j.cub.2009.11.054
- Spencer, Herbert. 1864a. *The Principles of Biology*. Vol. I. London; Edinburgh: Williams and Norgate. archive.org/details/principlesbiolo05spengoog
- Spencer, Herbert. 1864b. «The Social Organism». *Essays: Scientific, Political, and Speculative*, 143-184. Second Series. New York: D. Appleton. archive.org/details/essaysscientifi01spengoog
- Spencer, Herbert. 1881. *Progress: its Law and Cause: With Other Disquisitions*. Humboldt Library of Popular Science Literature, No. 17. New York: J. Fitzgerald. archive.org/details/progressitslawca00spen
- Spencer, Herbert. 1884. *The Man versus the State*. London: William and Norgate. archive.org/details/manversusstate00spen_0/page/n9
- Stafford, Pauline (Ed.). 2009. *A Companion to the Early Middle Ages: Britain and Ireland, c.500-1100*. Blackwell companions to British history. Malden, USA; Oxford, UK; Chichester, West Sussex, UK: Blackwell Publishing.
- Strenger, Carlo. 2015. *O Medo da Insignificância: Como dar sentido às nossas vidas no século XXI*. 2ª Edição. Alfragide: Lua de Papel.
- Szécsényi-Nagy, Anna et al. 2015. «Tracing the genetic origin of Europe's first farmers reveals insights into their social organization». *Proceedings of the Royal Society B*, vol. 282 (1805): 20150339. doi.org/10.1098/rspb.2015.0339
- Szeverényi, Vajk. 2004. «The Early and Middle Bronze Ages in Central Europe». In Bogucki, Peter & Crabtree, Pam J. (EE.) (2004b), 20-30.

T

- Theocritus, Moschus, Bion. 1853. *The Idylls of Theocritus, Bion and Moschus: and the war-songs of Tyrtaeus*. Literally translated into English prose by J. Banks, with metrical versions of J. M. Chapman. London: Henry G. Bohn, York Street, Covent Garden.
- The Sussex Archaeological Society. 1850. *Sussex Archaeological Collections: Illustrating the history and antiquities of the county*. Vol. III. London: John Russell Smith. archive.org/details/sussexarchaeolo62socigoog

- Thorpe, I.G.N. 2004. «The Megalithic World». In Bogucki, Peter & Crabtree, Pam J. (Ed.) (2004a), 398-405.
- Thrupp, John. 1862. *The Anglo-Saxon Home: A History of the Domestic Institutions and Customs of England*. London: Longman, Green, Longman & Roberts. archive.org/details/anglosaxonhomehi00thruuoft
- Todd, Malcolm. 2004. «The Claudian Conquest and its Consequences». In Todd, Malcolm (Ed.), *A Companion to Roman Britain*. Blackwell companions to British history. Malden, USA; Oxford, UK; Victoria, Australia: Blackwell Publishing: 42-59.
- Tolan-Smith, Christopher. 2004. «The Mesolithic of Northwest Europe». In Bogucki, Peter & Crabtree, Pam J. (Ed.) (2004a), 144-150.
- Torroni, Antonio et al. 1998. «mtDNA Analysis Reveals a Major Late Paleolithic Population Expansion from Southwestern to Northeastern Europe». *American Journal of Human Genetics*, 62: 1137-1152. doi: 10.1086/301822
- Tsakirgis, Barbara. 2005. «Living and Working Around the Athenian Agora: A Preliminary Case Study of Three Houses». In Ault, Bradley A. & Nevett, Lisa C. (Ed.) (2005), 67-82.
- Tsetskhladze, Gocha R. (Ed.). 2008. *Greek Colonisation: An Account of Greek Colonies and Other Settlements Overseas*. Volume 2. Mnemosyne, Supplementa 193. Leiden, Boston: Brill.
- Turner, Ralph V. 2003. «England: Kingship and the Political Community, c. 1100-1272». In Rigby, S. (Ed.) (2003), 183-207.
- Turner, T. H. 1845. «Usages of Domestic Life in the Middle Ages. The Dining Table». *The Archaeological Journal*, vol. 2: 173-180, 258-266. London: Longman Brown, Green and Longman; Oxford: J.H. Parker; Cambridge: J. & J.J. Deighton. doi.org/10.1080/00665983.1845.10850564
- Turner, T. Hudson. 1851. *Some Account of Domestic Architecture in England: From the conquest to the end of the thirteenth century*. Oxford; London: John Henry Parker. archive.org/details/someaccountdome01turngoog

V

- Vandkilde, Helle. 2004. «Bronze Age Scandinavia». In Bogucki, Peter & Crabtree, Pam J. (Ed.) (2004b), 72-80.
- Verpoorte, Alexander. 2009. «Limiting factors on early modern human dispersals: The human biogeography of late Pleniglacial Europe». *Quaternary International*, 201: 77-85. doi.org/10.1016/j.quaint.2008.05.021
- Virgil. 1883. *An English Version of the Eclogues of Virgil*. By Samuel Palmer, with illustrations by the author. London: Seeley & Company.

W

- Wheatley, Abigail. 2004. *The Idea of the Castle in Medieval England*. Suffolk, UK: York Medieval Press, Boydell & Brewer.
- Whittle, Alasdair. 1994. «The First Farmers». In Cunliffe, Barry (Ed.) (1994), 136-166.
- Whittle, Alasdair. 1996. *Europe in the Neolithic: The Creation of New Worlds*. Cambridge: Cambridge University Press.

- Whittle, Alasdair. 2003. *The Archaeology of People: Dimensions of Neolithic Life*. London and New York: Routledge.
- Whittle, Alastair & Cummings, Vicki (EE.). 2007. *Going Over: The Mesolithic-Neolithic Transition in North-West Europe*. Proceedings of the British Academy, 144. Oxford: Published for the British Academy by Oxford University Press.
- Winckelmann, Johann Joachim. 1765. *Reflections on the Painting and Sculpture of the Greeks: with Instructions for the Connoisseur, and An Essay on Grace in Works of Art*. Translated from The German Original of the Abbé Winckelmann, Librarian of the Vatican, by Henry Fusseli, A. M. London: Printed for the Translator, and Sold by A. Millar in the Strand. archive.org/details/reflectionsonpai00winc
- Winckelmann, Johann Joachim. 1850. *The History of Ancient Art: among the Greeks*. Translated from the German of John Winckelmann by G. Henry Lodge. London: John Chapman. archive.org/details/historyofancient00winc
- Winter, Horace E. 2004. *A History of the Celts*. Lewes, East Sussex, UK: The Book Guild.
- Wright, T. 1844. «Illustrations of Domestic Architecture, from Popular Medieval Writers». *The Archaeological Journal*, vol. 1: 212-221. London: Longman Brown, Green and Longman; Oxford: J.H. Parker; Cambridge: J. & J.J. Deighton. doi.org/10.1080/0066598.3.1844.10850525
- Wright, Thomas. 1902. *The Celt, the Roman, and the Saxon: a history of the early inhabitants of Britain, down to the conversion of the Anglo-Saxons to Christianity*. London: Paul, Trench, Trubner. archive.org/details/celtroman saxonhi00wrig

Z

- Zilhão, João. 2004. «Muge Shell Middens». In Bogucki, Peter & Crabtree, Pam J. (EE.) (2004a), 164-166.
- Zvelebil, Marek. 2004. «Pitted Ware and Related Cultures of Neolithic Northern Europe». In Bogucki, Peter & Crabtree, Pam J. (EE.) (2004a), 431-435.

Fontes das Figuras

CAPÍTULO 3

Figura 1. Parker, Arthur Caswell. 1923. «Planta da *Medicine Lodge*, ou *Little Water Lodge*, onde era celebrada a cerimónia da irmandade». In *Seneca Myths and Folk Tales*. Buffalo Historical Society Publications, Volume 27. Buffalo, New York: Buffalo Historical Society: 451.

Figura 2. US federal government employee. 2004. «Mapa dos Estados Unidos da América com a indicação das regiões referidas por Morgan». By US federal government employee - preview, extracted from unlabeled states pdf, Public Domain, <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=7369094>, via Wikimedia Commons [adaptado].

CAPÍTULO 4

Figuras 1a e 1b. Morgan, Lewis Henry. 1881. «Representação e planta de uma cabana comunitária (*longhouse*, ou ho-de'-no-sote) da tribo Seneca iroquesa». In *Houses and House-life of the American aborigines*. Contributions to North American Ethnology, Vol. IV. Washington: Government Printing Office: 119-120.

CAPÍTULO 5

Figura 1. Mellars, Paul. 1994. «Distribuição das principais ocorrências de arte rupestre, em cavernas ou em abrigos na rocha, do Paleolítico Superior». In *The Oxford Illustrated Prehistory of Europe*. Oxford; New York: Oxford University Press: 74.

Figura 2. Mellars, Paul. 1994. «Distribuição geográfica das principais culturas e indústrias na Europa, no começo do Paleolítico Superior». In *The Oxford Illustrated Prehistory of Europe*. Oxford; New York: Oxford University Press: 56.

Figura 3. AFM Oerlinghausen. 2015. «Reconstituição de um abrigo provisório (de Verão) de caçadores de renas do Paleolítico, segundo o original encontrado em Poggenwisch, Ahrensburg, Hamburgo (Alemanha), de 12,700-12,500 a.C., no Archäologische Freilichtmuseum Oerlinghausen. (Museu Arqueológico ao Ar-livre Oerlinghausen). Adaptado de: <http://www.afm-oerlinghausen.de/en/afm-rundgang-en/steinzeit-en/altsteinzeit-en/sommerzelt-rentierjaeger-en>.

Figura 4. Mellars, Paul. 1994. «Implantação de uma cabana com estrutura circular, do início do Paleolítico Superior, da cultura Châtelperroniana, na Grotte du Renne, em Arcy-sur-Cure». In *The Oxford Illustrated Prehistory of Europe*. Oxford; New York: Oxford University Press: 63.

Figuras 5a – 5b. Pfeifer, Werner (AOEZA). 2014. «Reconstituição de um abrigo mesolítico no Steinzeitpark Dithmarschen (Parque da Idade da Pedra de Dithmarschen), no Archäologisch-Ökologisches Zentrum Albersdorf». In «New Reconstructions of Mesolithic Huts in the Stone Age Park in Albersdorf», *Experimental Archaeology Journal* (EXARC). Adaptado de <http://openarch.eu/work-packages/products/new-reconstructions-mesolithic-huts-stone-age-park-albersdorf>.

- Figura 6. Mithen, Steven J. 1994. «Proposta de reconstrução de uma cabana em Lepenski Vir, no vale do Danúbio (Sérvia), uma das mais bem preservadas do Mesolítico». In *The Oxford Illustrated Prehistory of Europe*. Oxford; New York: Oxford University Press: 104.
- Figura 7. Olalde, Iñigo *et al.* 2015. «Distribuição das culturas do Neolítico (6,000-5,500 a.C.)». Adaptado de *Molecular Biology and Evolution*, 32 (12): 3132-3142. doi.org/10.1093/molbev/msv181.
- Figura 8. Runnels, Curtis. 2004. «Casa típica do Neolítico». In *Ancient Europe 8000 B.C.–A.D. 1000: Encyclopedia of the Barbarian world*. Volume 1. New York: Charles Scribner's Sons: 222.
- Figura 9. Perlès, Catherine. 2003. «Reconstrução de uma parede taipa». In *The Early Neolithic in Greece: The First Farming Communities in Europe*. Cambridge (UK); New York (USA); Port Melbourne, Victoria (Australia): Cambridge University Press: 189.
- Figura 10. Perlès, Catherine. 2003. «Reconstrução de uma parede adobe». In *The Early Neolithic in Greece: The First Farming Communities in Europe*. Cambridge (UK); New York (USA); Port Melbourne, Victoria (Australia): Cambridge University Press: 190.
- Figura 11. Defrance, Christophe & Michnik, Grégory. 2014. «Reconstituição de uma *longhouse* (*maison longue*) do Neolítico, no Parc Archéologique Asnapio, em Villeneuve-d'Ascq (França)». In <http://paleobox.forumactif.com/t2896-loup-y-es-tu-a-asnapio-villeneuve-d-ascq> [adaptado].
- Figura 12. Finot, Christophe. 2004. «Reconstituição de uma *longhouse* (*maison longue*) do Neolítico (c.4000 a.C.), no Archéodrome de Beaune, Bourgogne (França), do tipo danubiano». Par Christophe.Finot — Travail personnel, CC BY-SA 2.5, <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=1068858> [adaptado].
- Figura 13. Coudart, Anick. 2013. «Reconstituição de uma *longhouse* da cultura LBK, Segundo desenho de Gilles Tosello». In «The Reconstruction of the Danubian Neolithic House and the Scientific Importance of Architectural Studies», *Experimental Archaeology Journal*, Issue 2013/3. In <http://journal.exarc.net/issue-2013-3/ea/reconstruction-danubian-neolithic-house-and-scientific-importance-architectural-studies>.
- Figura 14. Whittle, Alasdair. 1994. «Distribuição das *longhouses* da cultura LBK, no sítio arqueológico de Langweiler, no vale de Merzbach, em Aldenhovener (Alemanha)». In *The Oxford Illustrated Prehistory of Europe*. Oxford; New York: Oxford University Press: 160.
- Figura 15. AFM Oerlinghausen. [s.d.]. «Projeto de reconstrução de uma *longhouse* da Cultura Rössener (c.4350 a.C.), para o *Archäologische Freilichtmuseum Oerlinghausen*». In <http://www.afm-oerlinghausen.de/en/afm-rundgang-en/steinzeit-en/jungsteinzeit-en/jungsteinzeitliches-haus-en>.
- Figura 16. Rauenstein. 2005. «Reconstituição de cabanas neolíticas no *Steinzeitdorf Kussow* (Aldeia da Idade da Pedra de Kussow), em Damshagen (Mecklemburgo-Pomerânia Ocidental, Alemanha). By Rauenstein (Own work (own photograph)) [CC BY-SA 3.0 (<http://creativecommons.org/licenses/by-sa/3.0>)], via Wikimedia Commons [adaptado].
- Figura 17. Borchert, Andreas. 2010. «Reconstituição de uma aldeia lacustre *Riedschachen* do Neolítico tardio (c.4200-3700 a.C.), no *Pfahlbauten Unteruhldingen* (Museu de Palafitas de Unteruhldingen), no lago de Constança (Baden-Württemberg, Alemanha)». By Andreas F. Borchert, CC BY-SA 3.0 de, <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=10030531> [adaptado].

- Figuras 18a-18b. Historic Environment Scotland. 2017. «Assentamento neolítico em Skara Brae (3180-2500 a.C.), nas Ilhas Orkney, no norte da Escócia». Por Historic Environment Scotland – Scottish Charity No. SC045925. In <https://www.historicenvironment.scot/visit-a-place/places/skara-brae/> [adaptado].
- Figura 19. Hawgood, David. 2009. «Reconstrução de uma casa dos primeiros agricultores irlandeses (c.4000 a.C.), no *Irish National Heritage Park*, Wexford (Irlanda).» By David Hawgood, CC BY-SA 2.0, <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=13975557> [adaptado].
- Figura 20. Wal, Michel. 2009. «Reconstituição de uma *longhouse* construída por agricultores holandeses, construtores de megálitos (c.3000 a.C.), no *Hunebedcentrum* em Borger (província de Drenthe, Holanda). By Michel Wal (Own work) [GFDL (<http://www.gnu.org/copyleft/fdl.html>) or CC BY-SA 3.0 (<http://creativecommons.org/licenses/by-sa/3.0>)], via Wikimedia Commons [adaptado].
- Figura 21. Patian. 2013. «Reconstituição de uma cabana neolítica ibérica, no Parque Arqueológico Povoado Neolítico de La Draga, Banyoles, Catalunha (Espanha)». Por Patian - Obra do próprio, CC BY-SA 4.0, <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=38925492> [adaptado].
- Figura 22. Neolithic Houses. 2014. «Reconstituição da aldeia neolítica de Stonehenge (c.2500 a.C.), em Wiltshire (Inglaterra), segundo originais encontrados em Durrington Walls». In: <https://neolithichouses.wordpress.com/> [adaptado].
- Figura 23. Trethowan, Jessica. 2014. «Aplicação do adobe entre o entrelaçado de ramos de aveleira, pela equipa que reconstituiu as casas neolíticas de Stonehenge.» In: <https://neolithichouses.wordpress.com/page/3/> [adaptado].
- Figura 24. Sherratt, Andrew. 1994. «Plano do assentamento urbano de Polyanitsa, nordeste da Bulgária, na primeira fase de construção (c.4500 a.C.).» In *The Oxford Illustrated Prehistory of Europe*. Oxford; New York: Oxford University Press: 173.
- Figura 25. Kunst, Michael. 2007. «Vista aérea do Castro do Zambujal (Torres Vedras, Portugal), no sentido este-oeste, com os vestígios do muro exterior em primeiro plano, e o aglomerado habitacional ao fundo, à esquerda, ocupado entre 2500 e 1700 a.C.». Von Michael Kunst [CC BY-SA 3.0 de (<http://creativecommons.org/licenses/by-sa/3.0/de/deed.en>), CC BY-SA 3.0 (<http://creativecommons.org/licenses/by-sa/3.0>), GFDL (<http://www.gnu.org/copyleft/fdl.html>) oder CC BY 3.0 (<http://creativecommons.org/licenses/by/3.0>)], via Wikimedia Commons [adaptado].
- Figura 26. Czebreszuk, Janusz. 2004b. «Mapa com as áreas de influência da cultura do Vaso Campaniforme, segundo a datação por radiocarbono (carbono-14)». In Bogucki, Peter & Crabtree, Pam J. (EE.). *Ancient Europe 8000 B.C.–A.D. 1000: Encyclopedia of the Barbarian world. Volume 1: The Mesolithic to Copper Age (c.8000-2000 B.C.)*. New York: Charles Scribner's Sons: 477.
- Figura 27. Nygård, Hallvard. 2006. «Reconstituição de uma *longhouse* da Idade do Bronze (1800-500 a.C.), no Parque de Landa (aldeia arqueológica), em Forsand, Condado de Rogaland (Noruega). By Hallvard Nygård – Own work assumed (based on copyright claims), CC BY-SA 3.0, <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=910276> [adaptado].
- Figura 28. Schaubert, Gerhard. 2005. «Reconstituição de uma aldeia lacustre do Bronze Recente (975-850 a.C.), no *Pfahlbauten Unteruhldingen* (Museu de Palafitas de Unteruhldingen), no lago de Constança (Baden-Württemberg, Alemanha). By Gerhard Schaubert - Photographed in May

2005 by Gerhard Schaubert, Public Domain, <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=143743> [adaptado].

Figura 29. Süßen, Matthias. 2015. «Reconstituição de uma *longhouse* da Idade do Bronze (c.900 a.C.), em Hartwarderwarp, Brémen (Baixa Saxónia, Alemanha)». Von User:Matthias Süßen - Eigenes Werk, CC BY-SA 3.0, <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=44503515> [adaptado].

Figura 30. AFM Oerlinghausen. [s.d.]. «Projeto de reconstituição de uma casa da Idade do Bronze (c.1550-1200 a.C.), segundo original encontrado em Telgte, Münsterland (Renânia do Norte-Vestefália). Para o *Archäologische Freilichtmuseum Oerlinghausen*». In <http://www.afm-oerlinghausen.de/en/afm-rundgang-en/bronzezeit-en/allgemein-en>.

Figura 31. Rageth, J. 1986. *Wichtigsten Resultate der Ausgrabungen in der bronzezeitlichen Siedlung auf dem Padnal*. Reconstrução de habitações da Idade do Bronze, na colina de Padnal (Savognin, Suíça). In Harding, A.F. 2000. *European Societies in the Bronze Age*. Cambridge World Archaeology. Cambridge: Cambridge University Press: 39.

Figura 32. Brück, Joanna. 2004. «Reconstrução da casa 2222 em Trethellan Farm, Cornualha». Segundo Rosemary Robertson. In Bogucki, Peter & Crabtree, Pam J. (EE.). *Ancient Europe 8000 B.C.–A.D. 1000: Encyclopedia of the Barbarian world. Volume 2: Bronze Age to Early Middle Ages (c.3000 B.C.-A.D. 1000)*. New York: Charles Scribner's Sons: 59.

Figura 33. Hamilton, Ian & Viv. 2006. «Reconstituição de uma habitação da Idade do Bronze (c.2300 a.C.), em Flag Fen Archaeology Park (Peterborough, Inglaterra)». By Viv Hamilton at English Wikipedia - Transferred from en.wikipedia to Commons by Liftarn using CommonsHelper., Public Domain, <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=11912323> [adaptado].

Figura 34. Ministry of Culture and Sports of Greece. 2012. «Reconstituição de uma casa neolítica, no sítio arqueológico de Dimini (Magnésia, Tessália, Grécia)». In http://odysseus.culture.gr/h/3/eh351.jsp?obj_id=2501 [adaptado].

Figura 35. Ministry of Culture and Sports of Greece. 2012. «Reconstituição da povoação neolítica, no sítio arqueológico de Dimini (Magnésia, Tessália, Grécia)». In http://odysseus.culture.gr/h/3/eh351.jsp?obj_id=2501 [adaptado].

Figura 36. Ministry of Culture and Sports of Greece. 2012. «Planta da povoação neolítica, no sítio arqueológico de Dimini (Magnésia, Tessália, Grécia)». http://odysseus.culture.gr/h/3/eh351.jsp?obj_id=2501 [adaptado].

Figura 37. Ministry of Culture and Sports of Greece. 2012. «O mégaro no sítio arqueológico de Sesklo (Magnésia, Tessália, Grécia)». In http://odysseus.culture.gr/h/3/eh351.jsp?obj_id=2500 [adaptado].

Figura 38. Ministry of Culture and Sports of Greece. 2012. «Planta do mégaro no sítio arqueológico de Sesklo (Magnésia, Tessália, Grécia)». In http://odysseus.culture.gr/h/3/eh351.jsp?obj_id=2500 [adaptado].

Figura 39. Ministry of Culture and Sports of Greece. 2012. «Reconstituição tridimensional da “casa do oleiro”, no sítio arqueológico de Sesklo (Magnésia, Tessália, Grécia)». In http://odysseus.culture.gr/h/3/eh351.jsp?obj_id=2500 [adaptado].

CAPÍTULO 6

- Figuras 1a-1b. Pomeroy, Sarah B. & Burstein, Stanley M. & Donlan, Walter & Roberts, Jennifer Tolbert. 2004. «Reconstituição de habitação de um «chefe» da povoação, em Nicócia (Messénia, Grécia), do século IX a.C. In *A Brief History of Ancient Greece: Politics, Society, and Culture*. New York; Oxford: Oxford University Press: 40-41.
- Figura 2. Pomeroy, Sarah B. & Burstein, Stanley M. & Donlan, Walter & Roberts, Jennifer Tolbert. 2004. «Reconstrução axonométrica de habitação de um «chefe» da povoação em Lefkandi (Eubeia, Grécia), de c.950 a.C.». In *A Brief History of Ancient Greece: Politics, Society, and Culture*. New York; Oxford: Oxford University Press: 40.
- Figura 3. Neue Pinakothek, Munich. 2019. «Pintura de Leo von Klenze, reconstituindo como seriam em todo o seu esplendor a acrópole e o areópago de Atenas; “A Acrópole de Atenas”, de 1846, atualmente na Nova Pinacoteca (Neue Pinakothek), em Munique (Alemanha)». By Leo von Klenze - Neue Pinakothek, Munich, Public Domain, <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=1387333> [adaptado].
- Figura 4. Jebulon. 2015. «O areópago (ou «colina de Ares») em Atenas, visto a partir da acrópole, lugar onde reunia o conselho com o mesmo nome; segundo a mitologia, Ares teria ali sido julgado ». By Jebulon - Own work, CC0, <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=46576207> [adaptado].
- Figura 5. Sokoljan. 2013. «Evolução do mégaro para o templo grego: a. *megaron*; b. *astylos*; c. *distylos in antis*; d. *duplo in antis*». Autor: Sokoljan – Vlastní dílo, CC BY-SA 3.0, <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=24391052> [adaptado].
- Figura 6. Odyssees. 2013. « Tesouro de Atenas, em Delfos (Grécia), erguido em ca. 500-485 a.C. pelos cidadãos atenienses para albergar as oferendas da sua cidade junto do templo de Apolo ». Autor: Odyssees – Vlastní dílo, CC BY-SA 3.0, <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=26808427> [adaptado].
- Figura 7. Jebulon. 2016. « Templo de Atena Nike, no flanco meridional do Propileus (portão de entrada) da Acrópole, em Atenas (Grécia), construído em ca. 427-424 a.C.». By Jebulon - Own work, CC0, <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=50802579> [adaptado].
- Figura 8. Napoelon Vier. 2005. «Vários tipos de templo grego: a. *distylos in antis*; b. duplo *distylos in antis*; c. prostilo; d. anfiprostilo; e. períptero; f. pseudoperíptero; g. díptero». Door Napoleon Vier, CC BY-SA 3.0, <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=1806874> [adaptado].
- Figura 9. Camp J. 2003. «Reconstituição da ágora de Atenas, no seu auge em 150 d.C. Ao longe, a acrópole, em primeiro plano os edifícios que foram sendo construídos em torno do espaço aberto de assembleia». In *The Athenian Agora, a Short Guide to the Excavations*. Princeton: The American School of Classical Studies at Athens. Archive number 2008.20.0096 in <http://www.agathe.gr/guide/>.
- Figura 10. Camp J. 2003. «Modelo da ágora e da zona noroeste de Atenas no século II d.C., onde é visível a Via Panatenaica, a estrada principal que vinha de Elêusis, atravessando o portão Dípilon, em direção à acrópole. Uma procissão religiosa percorria este caminho durante as *Pequenas Panateneias* (anuais) e as *Grandes Panateneias* (a cada quatro anos, com realização dos Jogos Panatenaicos), no primeiro mês do ano grego (hecatombeu, ou *Hekatombaión*), em honra de Atena. O cortejo religioso tinha como propósito entregar à deusa Atena, no seu templo na acrópole, uma centena de bois (hecatombe), oferecidos por todas as tribos da Ática». In *The Athenian*

Agora, a Short Guide to the Excavations. Princeton: The American School of Classical Studies at Athens. Archive number 2008.20.0008 in <http://agora.ascsa.net/id/agora/monument/panathenaic%20way> [adaptado].

- Figura 11. Georgios Liakopoulos. 2017. «O *stoa* de Átalo, delimitando a ágora de Atenas a Este; o edifício atual foi reconstruído na década de 1950.». By Georgios Liakopoulos - Imported from 500px (archived version) by the Archive Team. (detail page), CC BY-SA 3.0, <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=76053523>.
- Figura 12. Adkins & Adkins. 2005. «O vestuário das mulheres gregas: o peplo dórico (a) e o quítion jónico (b)». In *Handbook to Life in Ancient Greece*. New York: Facts on File: 450.
- Figura 13. Garland, Robert. 2009. «Mulheres gregas envergando quítion e *himation* (manto)». In *Daily Life of the Ancient Greeks*. Westport, Connecticut; London: Greenwood Press: 136.
- Figura 14. Lang, Franziska. 2005. «Plantas de habitações gregas do início da Idade do Ferro, século VIII a.C., em Emporio, ilha de Quios (Grécia)». In *Ancient Greek Houses and Households: Chronological, Regional and Social Diversity*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press: 16.
- Figura 15. Lang, Franziska. 2005. «Plantas de habitações gregas do Período Arcaico, de diversas localidades: a. Égina (ilhas Saronicas); b. Dreros (Creta); c. Kopanaki (Messénia); d. Vroulia (ilha de Rodes); e. Onythe (Creta)». In *Ancient Greek Houses and Households: Chronological, Regional and Social Diversity*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press: 16.
- Figura 16. Tsakirgis, Barbara. 2005. «Planta das casas D e C em Atenas, no século IV a.C., localizada na rua dos marmoristas (trabalhadores de mármore)». In *Ancient Greek Houses and Households: Chronological, Regional and Social Diversity*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press: 73.
- Figura 17. Fiedler, Manuel. 2005. «Planta de uma habitação em Atenas, na encosta nordeste do Areópago, do Período Clássico (em cima), e de uma habitação em Corinto, conhecida por «Fábrica de Terracota», do Período Clássico (em baixo). In *Ancient Greek Houses and Households: Chronological, Regional and Social Diversity*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press: 103.
- Figura 18. Garland, Robert. 2009. «Reconstrução de uma casa em Atenas (desenho por American School of Classical Studies at Athens). In *Daily Life of the Ancient Greeks*. Westport, Connecticut; London: Greenwood Press: 129.
- Figura 19. Fiedler, Manuel. 2005. «Plantas de habitações gregas em Lêucade (ilha de Lêucade, Grécia), do final do Período Arcaico/ início do Clássico (a), e do Período Helenístico (b). In *Ancient Greek Houses and Households: Chronological, Regional and Social Diversity*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press: 102.
- Figura 20. Cahill, Nicholas. 2002. «Planta de uma casa do tipo *pastas*, do Período Clássico, em Olinto (Grécia)». In *Household and City Organization at Olynthus*. New Haven and London: Yale University Press: 76.
- Figura 21. Cahill, Nicholas. 2002. «Reconstrução da casa A vii 4, em Olinto (Grécia)». In *Household and City Organization at Olynthus*. New Haven and London: Yale University Press: 105.
- Figura 22. Hoepfner, Wolfram & Schwandner, Ernst-Ludwig. 1986. «Reconstrução de uma casa em Olinto: vista para a fachada sul do pátio interior (desenho de W. Jo Brunner)». In *Haus und Stadt im Klassischen Griechenland*. München: Deutscher Kunstverlag: 58.

- Figura 23. Garland, Robert. 2009. «Reconstrução de um *andron*, preparado para um *symposium* (desenho por American School of Classical Studies at Athens). In *Daily Life of the Ancient Greeks*. Westport, Connecticut; London: Greenwood Press: 149.
- Figura 24. Lencer. 2008. «Principais cidades-Estado da Grécia Antiga (e Knossos, na ilha de Creta, o palácio principal da civilização minoica, entretanto desaparecida)». By Lencer - own work, using United States National Imagery and Mapping Agency data, CC BY-SA 3.0, <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=4432468> [adaptado].
- Figura 25. Tubs. 2015. «As colónias gregas da Magna Graecia (sul da Itália), 750-500 a.C.». By TUBS - Own work This W3C-unspecified vector image was created with Adobe Illustrator. This file was uploaded with Commonist. This vector image includes elements that have been taken or adapted from this: Trentino-Alto Adige in Italy.svg (by TUBS). This vector image includes elements that have been taken or adapted from this: Map Region of Trentino Alto Adige.svg (by Gigillo83)., CC BY-SA 3.0, <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=15547056> [adaptado].
- Figura 26. Sarah B. & Burstein, Stanley M. & Donlan, Walter & Roberts, Jennifer Tolbert. 2004. «As colónias gregas do Mediterrâneo ocidental, 750-500 a.C.» In *A Brief History of Ancient Greece: Politics, Society, and Culture*. New York; Oxford: Oxford University Press: 67 [adaptado].
- Figura 27. Cunliffe, Barry (Ed.). 1994a. «Mapa com a localização da Cultura de Hallstatt, na Europa Central da Idade do Ferro». In *The Oxford Illustrated Pre-history of Europe*. Oxford, New York: Oxford University Press: 344 [adaptado].
- Figura 28. Cunliffe, Barry. 1999. «Mapa dos centros de poder de Hallstatt C (região a norte dos Alpes) e La Tène (Marna, Mosela e Boémia), entre os séculos VII e V a.C., e a sua articulação com a colónia grega de Massalia (atual Marselha) e a Etrúria (Itália central)». In *The Ancient Celts*. London: Penguin Books: 64.
- Figura 29. Cunliffe, Barry. 1999. «Planta de implantação da povoação de Heuneburg (em Baden-Württemberg, sul da Alemanha), c.650-450 a.C.». In *The Ancient Celts*. London: Penguin Books: 54.
- Figura 30. Verein Heuneburg - Museum e.V. «Vista aérea do sítio arqueológico da povoação de Heuneburg, na margem do rio Danúbio.» In <http://www.verein-heuneburg.de/> [adaptado].
- Figura 31. Cunliffe, Barry. 1999, «Planta do aglomerado habitacional da povoação de Heuneburg, c.550-500 a.C.». In *The Ancient Celts*. London: Penguin Books: 55.
- Figura 32. LepoRello. 2009. «Diorama e maquete de reconstituição da povoação da Idade do Ferro, no Museu de Heuneburg». Von LepoRello - LepoRello, CC BY-SA 3.0, <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=8045872> [adaptado].
- Figura 33. Sharewood. 2006. «Reconstituição do Castro de Elviña, dos séculos III-II a.C., em A Coruña, Galiza (Espanha)». In: <http://wikimapia.org/3051972/es/Castro-de-Elvi%C3%B1a> [adaptado].
- Figura 34. Richard Allen. 2020. «Reconstituição do *hillfort* de Burnham Beeches, do final da Idade do Bronze e início da Idade do Ferro, em Buckinghamshire (Inglaterra), por Richard Allen». <https://ancientstudies.weebly.com/3-settlements--land-use.html#> [adaptado].
- Figura 35a. BeBo86. 2012. «Escultura romana, cópia de uma original grega de c. 230 a.C., conhecida por “O Gaulês Moribundo”, representando um guerreiro celta às portas da morte, eventual-

mente encomendada para comemorar a vitória de Átalo I de Pérgamo sobre os celtas, quando estes invadiram a Anatólia (atual Turquia). Em exposição nos Museus Capitolinos (Palazzo Nuovo), em Roma (Itália)». By BeBo86 - Own work, CC BY-SA 3.0, <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=29361109>.

Figura 35b. José Luiz Bernardes Ribeiro. 2016. «Detalhe de «O Gaulês Moribundo», onde é visível o torque que usa ao pescoço, o único acessório que enverga além da espada e do escudo». By © José Luiz Bernardes Ribeiro, CC BY-SA 4.0, <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=53933959> [adaptado].

Figura 36a. Chiltern Open Air Museum. 2019. «Reconstrução de uma *rondhouse* da Idade do Ferro do período de ca. 50 d.C., durante a ocupação romana, no Chiltern Open Air Museum, em Chiltern Hills, Buckinghamshire, Inglaterra». In: <https://www.coam.org.uk/museum-buckinghamshire/historic-buildings/iron-age-house/> [adaptado].

Figura 36b. Chiltern Open Air Museum. 2019. «Cobrindo o telhado da *rondhouse* da Idade do Ferro, no Chiltern Open Air Museum». In: <https://www.coam.org.uk/museum-buckinghamshire/historic-buildings/iron-age-house/> [adaptado].

Figura 36c. Chiltern Open Air Museum. 2019. «Interior da *rondhouse* da Idade do Ferro, no Chiltern Open Air Museum». In: <https://www.coam.org.uk/museum-buckinghamshire/historic-buildings/iron-age-house/> [adaptado].

Figura 37a. Fundacja PAP. 2020. «Reconstrução de parte de um assentamento do final da Idade do Bronze e início da Idade do Ferro, de ca. 747-722 a.C., realizada nas imediações do sítio arqueológico onde foi encontrado o original (com 106 casas dispostas em 13 filas, intercaladas por ruas circulares), no Museu Arqueológico de Biskupinie (Muzeum Archeologiczne w Biskupinie), em Poznań (Polónia)». In: <http://naukawpolsce.pap.pl/aktualnosci/news%2C394349%2Cmisja-archeologia-w-biskupinie.html> [adaptado].

Figura 37b. POT Polityka prywatności. 2020. «Detalhe do assentamento do final da Idade do Bronze e início da Idade do Ferro, de ca. 747-722 a.C., no Museu Arqueológico de Biskupinie (Muzeum Archeologiczne w Biskupinie), em Poznań (Polónia)». In: <https://www.polska.travel/pl/aktualnosci/muzeum-archeologiczne-w-biskupinie-zaprasza-na-xxiv-fest-yn-archeologiczny-pod-haslem-archeomarket-od-wymiany-po-stragany> [adaptado].

Figura 37c. Fazer. 2005. «Vista do portão defensivo e da muralha fortificada, no assentamento do final da Idade do Bronze e início da Idade do Ferro, de ca. 747-722 a.C., no Museu Arqueológico de Biskupinie (Muzeum Archeologiczne w Biskupinie), em Poznań (Polónia)». By User: Fazer - Own work, CC BY-SA 2.5, <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=925525> [adaptado].

Figura 38. Defrance, Christophe & Michnik, Grégory. 2014. «Reconstituição de uma habitação gaulesa, no Parc Archéologique Asnapio, em Villeneuve-d'Ascq (França)». In: <http://paleobox.forumactif.com/t2896-loup-y-es-tu-a-asnapio-villeneuve-d-ascq> [adaptado].

Figura 39. MSWG. 2013. «Reconstituição de uma *longhouse* da cultura Wielbark (Idade do Ferro, c. séc. II-III d.C.), em Masłomęczu, Hrubieszów (Polónia)». By MSWG - Own work, CC BY-SA 3.0, <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=30306443> [adaptado].

Figura 40. Hawgood, David. 2009. «Reconstituição de um *ringfort* irlandês (séculos VI e VII), *Irish National Heritage Park*, Wexford (Irlanda)». By David Hawgood, CC BY-SA 2.0, <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=13979773> [adaptado].

CAPÍTULO 7

- Figura 1. Roke (d). 2006. «Mapas ilustrativos da expansão durante a República Romana (509-27 a.C.)». By Roke (d) [GFDL (<http://www.gnu.org/copyleft/fdl.html>) or CC-BY-SA-3.0 (<http://creativecommons.org/licenses/by-sa/3.0/>)], via Wikimedia Commons [adaptado].
- Figura 2. Roke (d). 2006. «Mapas ilustrativos da expansão durante o Império Romano (27 a.C. – 395 d.C.)». By Roke (d) [GFDL (<http://www.gnu.org/copyleft/fdl.html>) or CC-BY-SA-3.0 (<http://creativecommons.org/licenses/by-sa/3.0/>)], via Wikimedia Commons [adaptado].
- Figura 3. Perring, Dominic. 2002. «Planta de uma casa-pátio pertencente a um tribuno (oficial militar sénior), no forte de Inchtuthil (Escócia)». In *The Roman House in Britain*. London and New York: Routledge: 63.
- Figura 4. Perring, Dominic. 2002. «Planta de habitações em banda em Newgate Street, Londres, do século II». In *The Roman House in Britain*. London and New York: Routledge: 58.
- Figura 5. Brian R. Hill. 2014. «Reconstrução de uma aldeia anglo-saxã, no museu ao ar-livre de West Stow [Suffolk, Inglaterra], de 1970-90, nas imediações do sítio arqueológico, de acordo com os vestígios dos edifícios originais, escavados em 1950-70». Por Brian R. Hill, in https://www.brillmusica.com/Other_Areas/Suffolk_Essex/23West_Stow_Anglo_Saxon_Village/index.html [adaptado].
- Figura 6. Brian R. Hill. 2014. «Hall (edifício principal) na aldeia de West Stow (Suffolk, Inglaterra)». Por Brian R. Hill, in https://www.brillmusica.com/Other_Areas/Suffolk_Essex/23West_Stow_Anglo_Saxon_Village/index.html [adaptado].
- Figura 7. Brian R. Hill. 2014. «Interior do hall na aldeia de West Stow (Suffolk, Inglaterra)». Por Brian R. Hill, in https://www.brillmusica.com/Other_Areas/Suffolk_Essex/23West_Stow_Anglo_Saxon_Village/index.html [adaptado].
- Figura 8. Weald and Downland Living Museum. 2016. «Reconstrução de um hall anglo-saxão, no Weald & Downland Living Museum (West Sussex, Inglaterra), baseada em vestígios arqueológicos de ca. 950 d.C., encontrados em Steyning (West Sussex)». In <https://www.wealddown.co.uk/buildings/anglo-saxon-hall-house/> [adaptado].
- Figura 9a. Weald and Downland Living Museum. 2014. «Reconstrução de uma cottage medieval, no Weald & Downland Living Museum (West Sussex, Inglaterra), baseada em vestígios arqueológicos da aldeia medieval de Hangleton, do séc. XIII». In <https://www.wealddown.co.uk/buildings/anglo-saxon-hall-house/> [adaptado].
- Figura 9b. Weald and Downland Living Museum. 2014. «Interior da reconstrução de uma cottage medieval, no Weald & Downland Living Museum (West Sussex, Inglaterra), baseada em vestígios arqueológicos da aldeia medieval de Hangleton, do séc. XIII». In <https://www.wealddown.co.uk/buildings/anglo-saxon-hall-house/> [adaptado].
- Figura 10. Weald and Downland Living Museum. 2014. «Bayleaf farmstead, reconstrução de uma wealden hall house (casa medieval do tipo «wealden», típica da região de Kent), originalmente de Chiddingstone e atualmente no Weald & Downland Living Museum (West Sussex, Inglaterra), de ca. 1405-30». In <https://www.wealddown.co.uk/buildings/anglo-saxon-hall-house/> [adaptado].
- Figura 11. Weald and Downland Living Museum. 2014. «Bayleaf farmstead – hall (salão)». In <https://www.wealddown.co.uk/buildings/anglo-saxon-hall-house/> [adaptado].

- Figura 12. Weald and Downland Living Museum. 2014. «*Bayleaf farmstead* – alçado principal, planta e secção». In <https://www.wealddown.co.uk/buildings/anglo-saxon-hall-house/> [adaptado].
- Figura 13. Weald and Downland Living Museum. 2014. «*Bayleaf farmstead* – solar (também designado por *chamber*)». In <https://www.wealddown.co.uk/buildings/anglo-saxon-hall-house/> [adaptado].
- Figura 14. Weald and Downland Living Museum. 2014. «*Bayleaf farmstead* – *buttery*». In <https://www.wealddown.co.uk/buildings/anglo-saxon-hall-house/> [adaptado].
- Figura 15. Skidmore, Martin. 2004. «Torre defensiva (*keep*) do castelo de Peveril (ou de Castleton), no norte da Inglaterra. Construído no período entre 1066 e 1086 (ano do primeiro registo existente)». In https://www.trekearth.com/gallery/Europe/United_Kingdom/England/Derbyshire/Castleton/photo140829.htm [adaptado].
- Figura 16. Kerr, Robert. 1865. «Torre defensiva (*keep*) do castelo de Peveril. Planta de implantação e plantas do primeiro piso (*cellar*), do segundo piso (*hall*) e do terceiro piso (*chamber*)». In *The gentleman's house; or, How to plan English residences, from the parsonage to the palace; with tables of accommodation and cost, and a series of selected plans*. London: John Murray: 11.
- Figura 17. ClemRutter. 2019. «Torre defensiva (*keep*) do castelo de Rochester (Kent, Inglaterra). Demarcação atual corresponde à construção original de 1087-1089, e o edifício atual é uma alteração realizada em 1127-1141». By User:ClemRutter - cropped version of commons file Rochester Castle Keep and Bailey 0038stcp.JPG https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Rochester_Castle_Keep_and_Bailey_0038stcp.JPG, CC BY-SA 3.0, <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=82025633> [adaptado].

INTRODUÇÃO DA PARTE III

- Figura 1. Cesar Cesariano. 1521. «Ilustração das primeiras comunidades humanas em torno do fogo, segundo a descrição de Vitrúvio, na tradução de Cesar Cesariano de *De Architectura*, a primeira tradução de Vitrúvio (para italiano), de 1521». In *Di Lucio Vitruuio Pollione De architectura libri dece : traducti de latino in vulgare, affigurati, cõmentati, & con mirando ordine insigniti...* Tradução de Cesar Cesariano. Côm: G. da Ponte: XXXI.
- Figura 2. Jean Goujon. 1547. «Ilustração da construção das primeiras cabanas, segundo a descrição de Vitrúvio, na tradução de Jean Martin, com ilustrações de Jean Goujon, de 1547». In *Architecture, ou Art de bien bastir, de Marc Vitruue Polion autheur romain antique*. Tradução de Jean Martin, ilustrações de Jean Goujon. Paris: J. Gazeau: f. 16.
- Figura 3. Claude Perrault. 1673. «Ilustração das habitações construídas pelos habitantes da Cólquida (à esquerda) e da Frígia (à direita), segundo a descrição de Vitrúvio, na tradução de Claude Perrault dos *Dix Livres d'Architecture*, de 1673». In *Les Dix Livres d'Architecture de Vitruve, Corrigez et Traduits nouvellement en Français, avec des Notes et des Figures*. Tradução de Claude Perrault. Paris: J.-B. Coignard: 30-31.
- Figura 4. Vitruuius Teutsch. 1548. «Ilustração da construção das primeiras cabanas, segundo a descrição de Vitrúvio, em *Vitruuius Teutsch*, de 1548». In *Vitruuius Teutsch. Nemlichen des aller namhafftigen vn[d] hocheffarnesten, Römischen Architecti, vnd Kunstreichen Werck oder Bawmeisters, Marci Vitruuij Pollionis, Zehen Bücher von der Architectur vnd künstlichem Bawen*. Nürnberg: Petreius: LXII.

CAPÍTULO 8

Figura 1. Google Cultural Institute. 2013. «Pintura de Lucas Cranach, o Velho, de ca. 1530, “A Idade de Ouro”, atualmente na Galeria Nacional da Noruega, em Oslo». By Lucas Cranach the Elder - 4gF2zj-s9IOkTA at Google Cultural Institute, zoom level maximum, Public Domain, <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=29834277> [adaptado].

Figura 2. Karl-Ludwig G. Poggemann. 2013. «Pintura representando Prometeu (à direita, preso e sujeito à tortura diária de uma águia todos os dias comer o seu fígado, que regenera durante a noite), e do seu irmão Atlas (à esquerda, barbudo, dobra os joelhos sob o peso do céu, pois foi condenado por Zeus a manter a terra e o céu separados), ambos titãs punidos por Zeus; pintura em cerâmica grega, kýlix (ou cílix, usado para beber vinho) fabricado na Etrúria em ca. 560-550 a.C., e atribuído ao pintor de Arkesilas. Atualmente na Coleção de Vasos dos Museus Vaticanos (Museu Gregoriano Etrusco, salas XVII e XVIII), na Cidade do Vaticano (Roma, Itália)». In <https://www.ancient.eu/image/1149/prometheus--atlas/> [adaptado].

Figura 3. The Bridgeman Art Library. 2013. «Pintura de Piero di Cosimo, de ca. 1500, “Vulcano e Éolo, Mestres da Humanidade”, uma de cinco que formam a série *Histórias da Humanidade Primitiva (Storie dell'umanità primitiva)*, atualmente na National Gallery of Canada, em Ottawa (Canadá)». By Piero di Cosimo - The Bridgeman Art Library, Object 481345, Public Domain, <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=26109243> [adaptado].

Figura 4. Kruger National Park. 2017. «Acampamento bosquímano, do povo San». By Kruger National Park, In http://www.krugerpark.co.za/africa_bushmen.html.

Figura 5. Africa Road Travel. 2010. «Acampamento bosquímano». By Africa Road Travel, In <https://africanecotravel.wordpress.com/> [adaptado].

CAPÍTULO 9

Figura 1. Yair Haklai. 2019. «Grupo escultórico “Pã e Dáfnis”, representando Pã a ensinar Dáfnis a tocar flauta, de ca. 100 a.C. encontrada em Pompeia, atualmente na *Galleria degli Uffizi* (Florença, Itália)». By Yair Haklai - Own work, CC BY-SA 4.0, <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=78503373> [adaptado].

Figura 2. Web Gallery of Art. 2006. «Pintura de Guercino, de ca. 1621-23, na qual é mencionada pela primeira vez a expressão “Et in Arcadia ego”, visível na inscrição no cipo (pedestal) funerário. Atualmente em exposição na *Galleria Nazionale d'Arte Antica* (Palazzo Barberini), em Roma (Itália)». By Guercino - Web Gallery of Art: Image Info about artwork, Public Domain, <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=931989> [adaptado].

Figura 3. The Yorck Project. 2002. «Pintura de Nicolas Poussin, de ca. 1630, a primeira de duas versões de “Os Pastores de Arcádia”, ou “Et in Arcadia ego”, em exposição na Devonshire Collection, em Chatsworth House, Inglaterra». Von Nicolas Poussin - The Yorck Project (2002) 10.000 Meisterwerke der Malerei (DVD-ROM), distributed by DIRECTMEDIA Publishing GmbH. ISBN: 3936122202., Gemeinfrei, <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=157566> [adaptado].

Figura 4. The Yorck Project. 2002. «Pintura de Nicolas Poussin, de ca. 1638-40, a segunda de duas versões de “Os Pastores de Arcádia”, ou “Et in Arcadia ego”, em exposição no Museu do Louvre, Paris (França)». Von Nicolas Poussin - The Yorck Project (2002) 10.000 Meisterwerke der

Malerei (DVD-ROM), distributed by DIRECTMEDIA Publishing GmbH. ISBN: 3936122202., Gemeinfrei, <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=157589> [adaptado].

Figura 5. Laugier, Marc-Antoine. 1755c. «Frontispício da segunda edição original (1755) de *Essai sur l'architecture*, de Laugier, por Charles-Dominique-Joseph Eisen». In *Essai sur l'architecture*. Nouvelle edition, revue, corrigée, & augmentée, avec un dictionnaire des termes, et des planches qui en facilitent l'explication. A Paris: Chez Duchesne, Libraire, rue S. Jacques, au-dessous de la Fontaine S. Benoît, au Temple du Goût: frontispício.

Figura 6. Laugier, Marc-Antoine. 1755b. « Frontispício da edição inglesa (1755) de *Essai sur l'architecture*, de Laugier, por Samuel Wale». In *An Essay on Architecture; in which its true principles are explained, and invariable rules proposed for directing the judgment and forming the taste of the gentleman and the architect, with regard to the different kinds of buildings, the embellishment of cities, and the planning of gardens. Adorned with a frontispiece, designed by Mr. Wale, and curiously engraven*. London: T. Osborne and Shipton: frontispício.

Figura 7. Danishou. 2011. «Templo romano chamado *Maison Carrée*, em Nîmes (França), construído entre 19 e 16 a.C., no período do imperador Augusto, e referido por Laugier como um belo exemplo da arquitetura dos Antigos». By Danishou, Public Domain, <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:MaisonCarr%C3%A9e.jpeg> [adaptado].

Figura 8. Moonik. 2011. «Panteão de Paris (église Sainte-Geneviève), por Jacques-Germain Soufflot (1757-1790)». Par Moonik — Travail personnel, CC BY-SA 3.0, <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=21603911>[adaptado].

Figura 9. Jebulon. 2011. «*Église de la Madeleine*, em Paris (França), da autoria do arquiteto Pierre-Alexandre Vignon, discípulo de Claude-Nicolas Ledoux, e construída entre 1807 e 1828». By Jebulon - Own work, CC0, <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=15440100> [adaptado].

CAPÍTULO 10

Figura 1. JuanMa. 2005. « Grupo escultórico conhecido por *Laocoonte e os Seus Filhos*, de ca. 40 a.C., possivelmente cópia de uma original de ca. 140 a.C., redescoberta em 1506. Autoria atribuída por Plínio a três escultores da ilha de Rodes, Agesandro, Atenodoro e Polidoro. Em exposição nos Museus Vaticanos (Roma, Itália)». Por JuanMa - Obra do próprio, CC BY-SA 3.0, <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=476356> [adaptado].

Figura 2a. Boullée, Étienne-Louis. 1784. «Projeto de cenotáfio a Newton (1784), da autoria de Étienne-Louis Boullée – fachada principal». Por Totum Revolutum, in <https://olga-totumrevolutum.blogspot.com/2012/08/utopicos-y-visionarios-la-arquitectura.html> [adaptado].

Figura 2b. Boullée, Étienne-Louis. 1784. « Projeto de cenotáfio a Newton (1784), da autoria de Étienne-Louis Boullée – secção». Por Totum Revolutum, in <https://olga-totumrevolutum.blogspot.com/2012/08/utopicos-y-visionarios-la-arquitectura.html> [adaptado].

Figura 3a. Boullée, Étienne-Louis. 1781-82. « Projeto de igreja metropolitana (1781-1782), para celebração do dia de *Corpus Christi* (Corpo de Deus) – exterior». Por Totum Revolutum, in <https://olga-totumrevolutum.blogspot.com/2012/08/utopicos-y-visionarios-la-arquitectura.html> [adaptado].

Figura 3b. Boullée, Étienne-Louis. 1781-82. « Projeto de igreja metropolitana (1781-1782), para celebração do dia de *Corpus Christi* (Corpo de Deus) – interior». Por Totum Revolutum, in

<https://olga-totumrevolutum.blogspot.com/2012/08/utopicos-y-visionarios-la-arquitectura.html> [adaptado].

Figura 4. Gilly, Friedrich. 1796. «Proposta para o monumento a Frederico o Grande». Staatliche Museen, Berlin; Public Domain. Por Web Gallery of Art, in https://www.wga.hu/html_m/g/gilly/son/design.html [adaptado].

Figura 5. Ansgar Koreng. 2015. «*Konzerthaus Berlin* (Berlim, Alemanha), de Karl Friedrich Schinkel, construído entre 1818 e 1821». By Ansgar Koreng / CC BY 3.0 (DE), CC BY 3.0 de, <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=39646431> [adaptado].

Figura 6. Avda. 2012. «*Altes Museum* (Berlim, Alemanha), de Karl Friedrich Schinkel, construído entre 1823 e 1830». By Avda - Own work, CC BY-SA 3.0, <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=21821130> [adaptado].

Figura 7. Michael J. Zirbes. 2009. «Templo de Walhalla (panteão nacional alemão), construído entre 1830 e 1842, na margem do rio Danúbio, em Regensburg (Bavária, Alemanha)». By Michael J. Zirbes (Mijozi) - Own work, CC BY 3.0, <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=7489307> [adaptado].

Figura 8. Designing Buildings Wiki. 2017. «*Seagram Building* (Nova Iorque, EUA), do arquiteto Ludwig Mies van der Rohe, construído em 1958». Por Designing Buildings Wiki, in https://www.designingbuildings.co.uk/wiki/Seagram_Building [adaptado].

Figura 9. Paul R. Burley. 2018. «*Farnsworth House* (Plano, Illinois, EUA), do arquiteto Ludwig Mies van der Rohe, construída em 1951». By Paul R. Burley - Own work, CC BY-SA 4.0, <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=71467133> [adaptado].

